**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

Tese de Doutorado

# A EPISTEME REFLEXIVA APLICADA AO TEMPO SOCIAL: OBSERVAÇÃO DA INTERAÇÃO ENTRE TEORIA SOCIOLÓGICA, TECNOLOGIA E MUDANÇA NO TEMPO SOCIAL

**Eduardo Rosa Guedes**

Pelotas, 2023

**Eduardo Rosa Guedes**

# A EPISTEME REFLEXIVA APLICADA AO TEMPO SOCIAL: OBSERVAÇÃO DA INTERAÇÃO ENTRE TEORIA SOCIOLÓGICA, TECNOLOGIA E MUDANÇA NO TEMPO SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

G924e Guedes, Eduardo Rosa

A episteme reflexiva aplicada ao tempo social : observação da interação entre teoria sociológica, tecnologia e mudança no tempo social / Eduardo Rosa Guedes ; Léo Peixoto Rodrigues, orientador. — Pelotas, 2023.

407 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Politica, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Teoria sociológica. 2. Tecnologia. 3. Tempo social. 4. Complexidade. 5. Sociologia do tempo. I. Rodrigues, Léo Peixoto, orient. II. Título.

CDD : 301.1

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

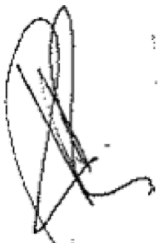
Eduardo Rosa Guedes

A EPISTEME REFLEXIVA APLICADA AO TEMPO SOCIAL: OBSERVAÇÃO DA INTERAÇÃO ENTRE TEORIA SOCIOLÓGICA, TECNOLOGIA E MUDANÇA NO TEMPO SOCIAL

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

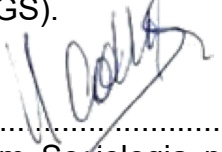
Data da Defesa: 08 de março de 2023.

Banca examinadora:



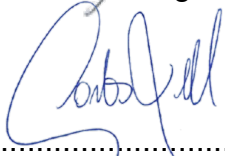
.....

Prof. Dr. Léo Peixoto Rodrigues (Orientador). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



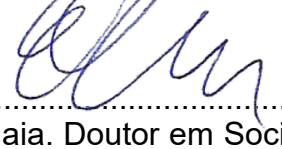
.....

Prof. Dr. Hugo Cadenas. Doutor em Sociologia pela Ludwig-Maximilians-Universität München (LMU).



.....

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell. Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



.....

Prof. Dr. Eduardo Lopes Cabral Maia. Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

.....

Prof. Dr. Marcos Aurélio Lacerda da Silva. Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e à minha irmã por sempre me estimularem ao estudo, mesmo ressaltando tal prática como algo árduo e que só ganha consistência mediante à sua regularidade, assiduidade.

Ao meu orientador, professor doutor Léo Peixoto Rodrigues, por me acolher no Doutorado com bastante entusiasmo, interesse teórico e, acima de tudo, com profissionalismo, generosidade e rigor ímpares. Sem nenhum exagero devo reafirmar que o professor Léo — para além de ter "mergulhado de cabeça" no meu tema de pesquisa e se mostrar "*à la* Talcott Parsons" como "um teórico incurável" — é, de fato, um epistemólogo de alto nível, um verdadeiro "guru intelectual" e, principalmente, um grande amigo, uma grande inspiração pessoal e profissional.

À minha namorada, Laura Storch, por ter me ajudado bastante em toda a minha trajetória acadêmica, inclusive desde o final da minha graduação. O seu companheirismo, afeto e compreensão certamente reverberaram, mesmo que indiretamente, em tudo o que produzi até os dias de hoje.

À Universidade Federal de Pelotas e, em particular, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPel) e a todo o seu corpo docente. Da mesma forma, gostaria de agradecer aos meus colegas, os quais compõem, comigo, a primeira turma de Doutorado do PPGS/UFPel, inaugurada no ano de 2019.

Por fim, gostaria de agradecer à CAPES pela bolsa concedida ao longo do meu Doutorado, imprescindível para a feitura da presente Tese.

**NOTA DE APOIO FINANCEIRO DA CAPES**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

"*Elástico é o tempo de que dispomos a cada dia: as paixões que sentimos o dilatam, as que inspiramos o encurtam e o hábito o enche*" (Marcel Proust).

## RESUMO

Esta Tese de Doutorado busca identificar, conhecer e desvelar, ao menos em parte, as relações de retroalimentação existentes entre as *produções teórico-sociológicas*, a *tecnologia* e as implicações disso no "comportamento" do *tempo social*. De outra parte, também busca conhecer como as transformações efetivas no social, aquelas que afetam o "mundo da vida", alteram e ficam refletidas na própria produção da teorética sociológica em um lapso temporal já previamente definido. Para tanto, foi delineado, proposto e aplicado um método nomeado como "*A Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", cuja lógica metódica evidencia *uma prática metassociológica*, ensejando contribuir à investigação sobre o *tempo social* na história teorética da Sociologia e, sobretudo, à reflexão sobre *lógicas teoréticas específicas* que a compuseram. Em outros termos, tal *prática metassociológica*, composta de forma *sui generis* pelas bases de fundamentação epistemológica de Jacques Derrida (*desconstrução*), de Michel Foucault (*epistémê/arqueologia*), de Heinz von Foertser e mesmo de Niklas Luhmann (*observação de segunda ordem*), visa desvelar o que dificilmente era percebido no âmbito teorético da Sociologia, ao *(re)visitarmos, (re)interpretarmos e (re)explicarmos* teorias sociológicas paradigmáticas, dando ênfase na *dimensão sociotemporal da realidade social*. Assim, de acordo com as capacidades investigativas demonstradas pelo método proposto, podemos constatar que (*i*) a mútua relação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* denotou, de fato, *um crescente aumento de complexidade na realidade social*, sobretudo naquela que, a rigor, foi trilhada pela teorética sociológica desde o seu nascimento até os dias de hoje, compondo e sendo composto, à luz de uma *perspectiva sistêmica*, por *processos sociais gradativamente mais sinérgicos*. Da mesma forma, (*ii*) os *esquemas de distinção* acionados pelos teóricos sociais também certificaram que esses mesmos *esquemas de distinção* foram delineados no bojo do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*. Por fim, também foi possível vislumbramos (*iii*) a centralidade do *tempo social* no desenvolvimento teorético da Sociologia, na medida em que o *tempo social* se mostrou como um *componente estruturante e operativo* dos modelos teóricos cotejados na presente Tese de Doutorado. Trata-se, enfim, de uma proposta investigativa voltada a contribuir, sobremaneira, a uma *Sociologia do Tempo* e a uma *Metassociologia*.



**Palavras-chave:** Teoria Sociológica; Tecnologia, Tempo Social; Complexidade; Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social; Sociologia do Tempo. Metassociologia.

## ABSTRACT

This Doctoral Thesis seeks to identify, understand and unveil, at least in part, the existing feedback relationships between *theoretical-sociological productions*, *technology* and the implications of this in the "behavior" of *social time*. On the other hand, it also seeks to know how effective social transformations, those that affect the "world of life", alter and are reflected in the very production of sociological theory in a previously defined time lapse. To this end, a method named "*The Reflective Episteme Applied to Social Time*" was outlined, proposed and applied, whose methodical logic evidences *a metassociological practice*, aiming to contribute to the investigation of *social time* in the theoretical history of Sociology and, above all, to the reflection on *specific theoretical logics* that composed it. In other words, such a *meta-sociological practice*, composed in a *sui generis* way by the epistemological bases of Jacques Derrida (*deconstruction*), Michel Foucault (*epistémê/archaeology*), Heinz von Foertser and even Niklas Luhmann (*second order observation*), aims to reveal what was hardly perceived in the theoretical scope of Sociology, by *(re)visiting, (re)interpreting and (re)explaining* paradigmatic sociological theories, emphasizing the *socio-temporal dimension of social reality*. Thus, according to the investigative capabilities demonstrated by the proposed method, we can see that (i) the mutual relationship between *technology, change in social time and sociological theory* denoted, in fact, a *growing increase in complexity in social reality*, especially in that which, strictly speaking, it was followed by sociological theory from its birth to the present day, composing and being composed, in the light of a *systemic perspective*, by gradually *more synergistic social processes*. Likewise, (ii) *the distinction schemes* set in motion by social theorists also certify that these same *distinction schemes* were delineated within the trinomial of *technology, change in social time and sociological theory*. Finally, it was also possible to glimpse (iii) the centrality of *social time* in the theoretical development of Sociology, insofar as *social time* proved to be a *structuring and operative component* of the theoretical models collated in this Doctoral Thesis. It is, finally, an investigative proposal aimed at contributing, above all, to a *Sociology of Time* and a *Metassociology*.



**Keywords**: Sociological Theory; Technology, Social Time; Complexity; Reflective Epistémê applied to Social Time; Sociology of Time. Metassociology.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1. Tabela sintética dos períodos, contextos, autores, abordagens teóricas e obras/textos a serem analisados, examinados à luz da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*..... 151**

**Tabela 2. Tabela sintética das *macrocategorias* ou "modos de olhar" da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, orientador à análise dos textos e contextos sociais da história teorética da Sociologia ..... 157**

**Tabela 3. Tabela sintética das *microcategorias apriorísticas* de análise e suas semânticas operacionais que nos conduziram de modo específico ao conteúdo, à leitura dos textos selecionados..... 158**

**Tabela 4. Índice populacional da Europa no século XIX (1800-1900)..... 168**

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1: O movimento pendular entre *teoria e empiria*..... 103**

**Figura 2. O processo de retroalimentação entre *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica*, levando em consideração tanto a *aceleração-positiva* quanto a *aceleração-negativa do tempo social* nessa interação ..... 131**

**Figura 3. O "olho do observador" ou o processo metódico da "*Epistémê Reflexiva Aplicada ao Tempo Social*" ..... 133**

**Figura 4. A *hierarquia cibernética de controle* no *Sistema Geral da Ação*, considerando o sentido do tempo social..... 262**

**Figura 5. O *paradigma funcional* no *Sistema Geral da Ação*..... 265**

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO..... 15**

**PARTE I. CAPÍTULOS "SOCIOPROPEDÊUTICOS" DA TESE: O *BACKGROUND* HISTÓRICO, EPISTÊMICO-CONCEITUAL E METODOLÓGICO**

**CAPÍTULO 1. O ALVORAR DA MODERNIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NO CONTEXTO EUROPEU 28**

**1.1. A Modernidade como um projeto do primado da razão..... 29**

**1.2. O advento da ciência moderna ..... 41**

**1.3. Modernidade, Moderno e Modernismo: algumas perspectivas conceituais e sociotemporais..... 52**

**CAPÍTULO 2. REFLEXÕES SOBRE AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS QUE SE TEM PRATICADO: PONTO DE PARTIDA EPISTÊMICO-CONCEITUAIL DE FUNDAMENTAÇÃO DESTA TESE..... 67**

**2.1. A base de fundamentação epistemológica continental dos dois primeiros "modos de olhar": acerca da desconstrução e do método arqueológico..... 68**

**2.1.1. A observação de segunda ordem como terceiro "modo de olhar" e sua relação com a complexidade: noções necessárias para a compreensão dos processos emergentes, sistêmicos e evolutivos..... 77**

**2.2. Aspectos do tempo social: o fundamento emergente dos fenômenos, processos e movimentos na realidade social ..... 85**

**2.2.1. A aceleração social: a estabilidade dinâmica entre a aceleração-positiva e a aceleração-negativa..... 91**

**2.3. A ciência e a teoria sociológica: acerca da falsa dicotomia entre racionalismo e empirismo, indução e dedução, teórico e empírico na produção do conhecimento científico..... 98**

**2.3.1. O aporte metodológico-conceitual na produção do conhecimento sociológico: das metáforas às analogias ..... 105**

**2.3.2. A reflexividade como processo sociocognitivo e possibilidade do conhecimento do conhecimento ..... 109**

**2.4. Técnica, tecnologia, tecnociências: uma relação inextrincável para o conhecimento de como sociedades complexas e aceleradas se (re)produzem .. 115**

**CAPÍTULO 3. A PROPOSTA METODOLÓGICA DA EPISTÉMÊ REFLEXIVA APLICADA AO TEMPO SOCIAL: SEU(S) MODO(S) DE OLHAR, SEU CAMPO EMPÍRICO DE PESQUISA E SUA OPERACIONALIZAÇÃO ..... 126**

**3.1. A propósito da Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social..... 130**

**3.1.1. Primeiro "modo de olhar": a arqueologia como investigação e exumação das *epistémês*..... 134**

**3.1.2. Segundo "modo de olhar": a desconstrução como "estratégia" desencapsuladora do fundamento último..... 138**

**3.1.3. Terceiro "modo de olhar": a observação de segunda ordem como ferramenta desconstrutiva-reconstrutiva dos sistemas observadores ..... 142**

**3.2. As teorias sociológicas: dimensão empírica da pesquisa..... 147**

**3.3. Operacionalização da pesquisa..... 154**

**PARTE II. PERCURSO ANALÍTICO: A REVISITAÇÃO DAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS NOS PERIODOS CLÁSSICO, PÓS-CLÁSSICO E CONTEMPORÂNEO**

**CAPÍTULO 4. O ZEITGEIST EUROPEU DO SÉCULO XIX, O NASCIMENTO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA: REFLEXO DA ACELERAÇÃO DO TEMPO MODERNO ..... 160**

**4.1. O *Zeitgeist* europeu do século XIX: considerações preliminares..... 162**

**4.1.1. O *Zeitgeist* europeu do século XIX e a expansão da Revolução Industrial (1760-1840/1895) ..... 165**

**4.1.2. O *Zeitgeist* europeu do século XIX e a alta dinâmica no plano das ideias científicas ..... 169**

**4.2. O nascimento da Sociologia: a Teoria do Conhecimento Social de Auguste Comte e a tensão temporal entre ordem e progresso na sociedade europeia... 173**

**4.2.1. A institucionalização da Sociologia: a Teoria da Coesão Social de Émile Durkheim e a tensão temporal entre integração e desintegração na sociedade francesa..... 186**

**4.3. A aceleração do tempo social no fim da *Belle Époque* (1900-1914)..... 203**

**CAPÍTULO 5. A CRISE DA SOCIOLOGIA FRANCESA, O TRIUNFO DA SOCIOLOGIA AMERICANA E A TENSÃO SOCIOTEMPORAL NO PERÍODO PÓS-CLÁSSICO COMO REFLEXO DAS DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS ..... 211**

**5.1. Os ambientes sociais produzidos pela Primeira e Segunda Guerra Mundial: um prólogo com foco na França e nos Estados Unidos ..... 213**

**5.1.1. Considerações sobre os reflexos das duas Grandes Guerras Mundiais na sociologia francesa ..... 218**

**5.1.2. Considerações sobre o reflexo das duas Grandes Guerras Mundiais na sociologia americana ..... 221**

**5.2. O tempo social entre a memória e o esquecimento na sociedade francesa: acerca da Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs ..... 224**

**5.3. A cidade de Chicago: o reflexo da estabilidade e da instabilidade urbanas na Teoria da Ecologia Humana de Robert Ezra Park ..... 235**

**5.4. Talcott Parsons e o Estrutural-Funcionalismo: o equilíbrio e o desequilíbrio sistêmico perante os comportamentos do tempo social ..... 245**

**CAPÍTULO 6. A TEORIA SOCIOLÓGICA NO ÂMBITO EUROPEU A PARTIR DA DÉCADA DE 1970: UMA ACELERAÇÃO FRENÉTICA DO TEMPO SOCIAL DURANTE O PERÍODO CONTEMPORÂNEO ..... 274**

**6.1. O despontar da Terceira Revolução Industrial (ou informacional): um preâmbulo sobre as aceleradas mudanças na sociedade mundial a partir da década de 1970 ..... 276**

**6.2. Considerações sobre a natureza da teoria sociológica a partir da década de 1970: a dimensão temporal se torna um imperativo epistemológico ..... 281**

**6.2.1. Considerações sobre a natureza da teoria sociológica a partir da década de 1980: a rapidez do tempo e das mudanças sociais passam a exigir representações mais dinâmicas ..... 286**

**6.3. O protagonismo das tecnociências e a acelerada erosão do(s) fundamento(s) do(s) saber(es) pelo imperativo da eficácia: a condição pós-moderna segundo Jean-François Lyotard ..... 293**

**6.4. A aceleração-positiva do tempo social como possibilidade de descumplicidade ontológica entre *habitus e campo*: o caso do *efeito hysteresis* na teoria sociológica de Pierre Bourdieu ..... 306**

**6.5. A imprevisibilidade do tempo na sociedade contemporânea: a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann como reflexo de uma realidade social complexa, acelerada e funcionalmente diferenciada ..... 321**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 343**

**REFERÊNCIAS ..... 359**

## INTRODUÇÃO

As teorias científicas são modelos explicativos, representativos e descritivos da(s) realidade(s), construídas em tempo e espaço específicos. Mais do que isso, são modelos parciais e aproximativos, em razão de apreender apenas uma parcela da(s) realidade(s) estudada. Na Sociologia, em particular, o emprego de um modelo teórico, bem como a sua construção, é um processo que requer atenção, visto que o valor potencial de um determinado modelo teórico depende do grau em que as mudanças sociais ocorrem. Nesse sentido, é fundamental que os teóricos da Sociologia estejam atentos às mudanças da sociedade para não correrem o risco de tornar os seus modelos teóricos "desarticulados" da realidade social. Em outras palavras, cabe aos sociólogos manter uma constante vigilância epistemológica sobre suas representações teóricas, uma vez que elas guardam estreita relação, na qualidade de modelos que necessitam de eventuais atualizações, com as mudanças do(s) seu(s) objeto(s) de estudo(s): as sociedades moderna e contemporânea.

A noção de tempo e mesmo a sua percepção são vetores de suma importância para a compreensão das mudanças na realidade social. É *no* tempo*, pelo* tempo e *com* o tempo que são identificados o que mudou, o que permaneceu, os porquês das mudanças e o que (supostamente) se espera do futuro. Se fôssemos considerar algumas modificações significativas na realidade social do Ocidente, notadamente na Europa do século XIX, verificaríamos que foi a partir da Revolução Industrial (1760-1840/1895) e da Revolução Francesa (1789-1799) que a dinâmica da vida social gradualmente fez emergir, de modo indubitável, uma realidade cada vez mais acelerada e transformações cada vez mais perceptíveis. Ambas as revoluções reforçaram tanto a convicção iluminista na ciência, na racionalidade do homem e seu controle sobre a natureza, na riqueza e na tecnologia — como dimensão aplicada da ciência —, quanto a convicção de que a sociedade estaria sujeita a um progresso ilimitado, superando cada vez mais todas as barreiras, inclusive, as barreiras impostas pelo espaço e pelo tempo.

Os processos sociais, ainda que de forma desigual nas diferentes regiões da Europa, tornaram-se mais rápidos, mais fluidos, em razão dos desenvolvimentos científico, econômico e técnico-industrial modificarem os antigos ritmos de vida. Assim, o *Zeitgeist* europeu do século XIX e o seu ritmo em aceleração, consequência do avanço científico-tecnológico associado ao crescimento do modo de produção capitalista e, consequentemente, do desenvolvimento econômico, também se constituíram em fatores

cruciais para o surgimento da própria Sociologia, como mais uma disciplina a ser integrada à estrutura do conhecimento científico, que urgia pelo entendimento daquele momento. Os movimentos cada vez mais "frenéticos", não obstante à época, de velocidades observáveis no contexto social europeu fizeram com que, desde a primeira metade do século XIX, Auguste Comte acreditasse que a *Física Social* — mais tarde institucionalizada e devidamente nomeada como Sociologia por Émile Durkheim — fosse o único tipo de estudo que teria condições de (re)ordenar os rumos que a sociedade moderna estava tomando.

O processo de *aceleração do tempo social* que vinha intensificando-se *positivamente* desde a Revolução Industrial, considerando o contexto social europeu, e sendo impulsionado de forma retroalimentada pela ciência e pelo desenvolvimento econômico e técnico-industrial, não foi homogêneo nem ininterrupto, quer dizer, não promoveu somente graus de obsolescência de processos sociais pretéritos e indeterminação futura deles. A dinâmica de contínua *aceleração do tempo social*, paradoxalmente, também comportou momentos de *desaceleração*, de intensificação *negativa*, como, por exemplo, aqueles causados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A produção industrial e o ritmo da vida social francesa, por exemplo, foram relativamente *desacelerados*, pois além de ter havido milhares de mortos e feridos, em função daqueles dois conflitos mundiais, também ocorreram inúmeras greves trabalhistas, atraso no fluxo de importações e exportações, acarretando uma crise financeira que se estendeu até a década de 1950: o *tempo social* se comportou *negativamente*, cristalizando graus de estabilidade e permanência dos processos sociais e de determinação futura deles.

Do outro lado do Atlântico, por sua vez, o contexto social dos Estados Unidos não foi atingido como o contexto europeu, pelo contrário. Se após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos já eram uma das principais economias do mundo, pois na década de 1920 (até 1930) detinham grande parte da produção industrial global, no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial eles consolidaram a sua hegemonia econômica mundial. Houve um aumento, a partir da década de 1940, da produtividade agrícola; incidiram, ainda mais, sobre a produção industrial global; surgiram diversas inovações tecnológicas e áreas do conhecimento (científico), tais como a Cibernética, a Telemática, a Teoria da Informação e Comunicação, dentre outras. Aliás, essas últimas áreas do conhecimento (científico) foram fundamentais para o que surgiria na década de 1970: uma nova revolução tecnológica com consequências drásticas na *aceleração do tempo*

*social*, o que direta ou indiretamente acarretou uma notável quantidade de estudos sociológicos, tanto na década de 1970 quanto na década 1980, acerca da relação entre *o tempo social, a teoria sociológica e as mudanças sociais atinentes às modificações no espaço e tempo sociais*.

Os desenvolvimentos e avanços tecnológicos, seus retrocessos e mesmo suas crises têm implicado diretamente no comportamento do *tempo social*, com reverberações explícitas ou implícitas nas produções teóricas provenientes da *ciência da sociedade*. Porém, não é só isso. O mais importante é que ao mesmo tempo em que as "tecnologias", como dimensão aplicada da ciência, podem ditar os comportamentos do *tempo social*, as produções teóricas do conhecimento sociológico (ou científico) contêm as mesmas potencialidades, justamente porque são ensinadas, difundidas, tematizadas e aplicadas, quando necessário como uma espécie de "lógica procedimental", ao estudo da vida em sociedade. Nesse sentido, a Sociologia eventualmente pode transpassar, num sentido proporcional à *dupla hermenêutica* giddensiana, a instância puramente abstrata (racionalista), ou teorética, fazendo-se também presente no "mundo da vida", remodelando, de tal ou qual maneira, a dimensão espaço-temporal da realidade social.

Poderíamos dizer que as produções de cunho essencialmente teórico, cuja função primeira é a de propor uma representação do mundo e de suas transformações, podem retornar ao mundo como forma de ação humana, justamente por ter um compromisso operacional com a *physis*, remodelando direta ou indiretamente a sociedade através de decorrências temporais e alterando a processualidade da dimensão espaço-temporal. Isso, com a consecução do fluxo do tempo e do fazer humano, nos seus diferentes momentos e formas, implicará, necessariamente, em novos esforços teóricos — os quais certamente nunca cessarão e podem apresentar diferenciações rítmicas —, reorganizando e alvidrando um outro *tempo na realidade social*.

Foi exatamente a partir da reflexão anterior, que sentimos a necessidade de investigarmos, de conhecermos, mais detidamente, como ocorre a mútua relação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, as quais implicam *no*(*s*), ao mesmo tempo que são implicadas *pelo*(*s*), comportamento(s) do *tempo social*. Devemos considerar, ainda, as maneiras pelas quais a alteração espaço-temporal nas práticas concretas da sociedade e o aumento da complexidade na realidade social refletiram *na*(*s*), e foram refletidas *pela*(*s*), Sociologia nos seus diferentes momentos teóricos, isto é, nos *períodos clássico, pós-clássico e contemporâneo* da sua produção teórica.

Diante de tais fatos, a presente Tese de Doutorado está voltada às relações de retroalimentação presentes na interação entre as *produções teóricas no âmbito da Sociologia, a tecnologia e as implicações de tal interação no tempo social e vice-versa*. O *tempo social* — como uma categoria sociológica voltada às mudanças sociais, dada à crescente complexidade e aceleração dos processos sociais, evidenciada pelo menos desde o século XIX — apresenta-se como uma totalidade heterogênea que articula temporalidades distintas e é percebida de modos distintos por indivíduos, grupos e sociedades, em virtude de possuir qualidades, ritmos e durações variadas nas diferentes camadas da "realidade social". Mais do que isso, o enfoque desta Tese de Doutorado consiste em identificar, conhecer e desvelar, por um lado, como a interação entre as produções teóricas na Sociologia, como disciplina do saber científico, juntamente com a tecnologia, implicam no "comportamento" do tempo social; por outro lado, como resultado desse processo reflexivo, como as transformações efetivas da realidade social, presentes no "mundo da vida", alteram e, principalmente, têm refletido na própria produção teorética na Sociologia, levando em consideração determinados lapsos temporais e contextos sociais específicos.

À luz das considerações de Hartmut Rosa, também pretendemos assinalar, mesmo que de forma indireta, que os comportamentos do *tempo social*, seja a *aceleração-positiva*, seja a *aceleração-negativa*, estão por detrás de um paradoxo que está tornando-se cada vez mais evidente na vida em sociedade, inclusive atualmente. Se antes, pelo menos na primeira metade do século XIX, vagamente percebíamos os *reais efeitos de um tempo social acelerado*, porquanto tal vetor social estava refém de certas localidades do mundo, como da Europa; a partir da década de 1970, o mundo todo, tanto o Ocidente quanto o Oriente, se deu conta de que os novos rumos sociais tornaram aquele vetor demasiadamente imperioso e sinergicamente mais paradoxal: desde então, não dispomos de tempo, embora o ganhemos em abundância. Isso quer dizer que as demandas e as opções cotidianas crescem mais rapidamente do que as taxas de desenvolvimento tecnológico e, por consequência, temos a sensação de falta de tempo. Um círculo vicioso aparentemente inquebrável.

Na nossa perspectiva, a *incerteza* se mostra, mais do que nunca, altamente relevante para a Sociologia na atualidade, caso formos pensar as teorias sociológicas como tentando dar conta de mudanças sociais que necessariamente trazem o tempo como uma dimensão (re)estruturante delas. A semântica temporal da sociedade na atualidade, em certo sentido, mostra-se ainda mais instável, praticamente obrigando a Sociologia (e

os sociólogos) a principiar uma revisão (global) de certos valores epistemológicos sobre a investigação da realidade social. A *incerteza*, produto e produtora do *novo tempo social*, não se refere tão somente ao conhecimento científico e às práticas sociais na sociedade hodierna — em que também sublinhamos a pandemia de COVID-19, a qual excepcionalmente amplificou ainda mais a contingência sociotemporal, dado o intercâmbio entre desaceleração e aceleração —, mas também a um melhor (re)conhecimento axiológico, ontológico e epistemológico da própria Sociologia em relação a si mesma, inclusive desde o seu nascimento.

Não podemos esquecer que o *tempo social*, juntamente com os seus *comportamentos e efeitos na realidade social*, sempre desempenhou um papel-chave na história teorética da Sociologia, embora seja amplamente reconhecido no âmbito internacional da Sociologia como algo ainda pouco explorado, necessitando ser mais bem compreendido e explicado. De fato, a *compreensão sobre o tempo social* continua desafiando a *ciência da sociedade*, pelo menos desde o seu nascimento, acerca de questões epistemológicas e ontológicas, ainda mais na sociedade hodierna. Diríamos, então, que o *tempo social* e seus efeitos, propulsionado pela circularidade operativa entre t*ecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, formam, conforme o ponto de vista metódico adotado nesta Tese — similar à ideia de *socioautopoiesis* proposta por Marcelo Arnold (2003, 2004), tendo em vista que ao abordarmos a complexidade social, buscaremos nos amparar numa matriz conceitual e metodológica que inclui a causalidade circular e emergente de comunicações produzidas *na* e *pela sociedade* —, uma unidade de sentido primordial ao desenvolvimento epistemológico desta *ciência da sociedade* e mesmo à reatualização, mediante uma revisitação analítica, de teorias sociológicas paradigmáticas.

Pretendemos contribuir à investigação sobre o *tempo social* na história teorética da sociologia e, sobremaneira, à reflexão sobre *lógicas teoréticas específicas* que a compuseram. Pelo menos na Sociologia teorizada e praticada no Brasil, tal esforço *metassociológico* mostra-se incipiente, embrionário, pouco difundido, ainda mais se formos levar em consideração *a investigação dos efeitos e dos comportamentos do tempo em momentos específicos na história teorética da Sociologia*. Visamos, enfim, desvelar, por uma perspectiva *sui generis*, o que dificilmente era percebido no âmbito teorético da Sociologia, ao (re)visitarmos, (re)interpretarmos e (re)explicarmos teorias sociológicas paradigmáticas, ao darmos ênfase na dimensão sociotemporal da realidade social.

Tendo em mente o que foi dito até então, a construção da nossa *problemática de pesquisa*, seguida de *problemas específicos*, bem como da nossa *hipótese geral* e, consequentemente, das *hipóteses específicas*, tiveram como base alguns pressupostos relevantes, os quais nos guiaram na presente investigação. Pressupostos, como sabemos, constituem-se em regras *ad hoc* de inferência que, diferentemente de hipóteses que necessitam de *verificação*, podem apenas ser *demonstrados* no decorrer de uma argumentação de maior fôlego. Tais pressupostos, os quais merecem ser destacados, são:

1. Existe uma implicação retroalimentativa entre o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*;
2. A existência de um *tempo social* não tem se apresentado homogêneo nem na realidade social nem como reflexo na teorização sociológica sobre essa realidade desde a sua fundação até os dias de hoje;
3. Os componentes desse trígono — *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* — não apenas interatuam na construção do fenômeno social como também se alternam propiciando momentos de a*celeração-positiva ou aceleração-negativa do tempo social*;
4. Admitimos a possibilidade da existência de uma *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, capaz de guiar, metodicamente, o conhecimento da interrelação do mencionado trinômio nesta Tese.

A partir da problemática de pesquisa apresentada anteriormente, e após o cotejamento dos nossos pressupostos de pesquisa, algumas questões basilares fizeram-se necessárias, quais sejam: (1) como pode ser apreendida a relação de retroalimentação entre o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, considerando que partimos do princípio de que o tempo social é codependente tanto da dimensão teórica, proposta pela Sociologia, quanto da sua efetividade no "mundo da vida"? (2) O desvelamento da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social* poderia apresentar potencialidades de ressignificações do papel da teoria no arcabouço do pensamento sociológico contemporâneo, posto que a reflexão teórica parece ter cada vez mais assumido um papel secundário no desenvolvimento científico da Sociologia? (3) De que modo os comportamentos do tempo social, para além das variantes aceleração-positiva e aceleração-negativa, facilitados tanto pelo avanço quanto pelo retrocesso da tecnologia, incidiram na construção teorética da Sociologia em momentos específicos de sua história?

Cada questão que envolveu a nossa *problemática de pesquisa* ensejou, respectivamente, *hipóteses específicas*. São elas: (1) a relação de retroalimentação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* pode ser capturada à luz de uma *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, dado que tal relação de retroalimentação está refletida na produção teórica da sociologia no seus diferentes momentos históricos, especificamente, nos *períodos clássico, pós-clássico e contemporâneo*; (2) a *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social* apresenta grande potencialidade de ressignificações para o arcabouço do pensamento sociológico contemporâneo, pois evidencia a ideia de que as teorias sociológicas como modelos explicativos, representativos e descritivos da(s) realidade(s) compõem, necessariamente, uma relação de retroalimentação com a *tecnologia* e as consequentes mudanças no *tempo social e vice-versa*; (3) desde o período clássico, passando pelo período pós-clássico, até chegar no período contemporâneo da história teorética da Sociologia, o reflexo dos comportamentos do tempo social atestou processos sociais cada vez mais sinérgicos, evidenciando, dessa maneira, que a construção de modelos teóricos requer considerar o tempo como um componente estruturante e operativo desses mesmos modelos.

A *hipótese geral* da presente Tese, em consonância com a problemática a ser investigada, é a de que existe uma relação reflexiva, de retroalimentação, entre desenvolvimentos tecnológicos e as produções teóricas no âmbito do conhecimento sociológico, implicando necessariamente *no*, e sendo implicadas *pelo*, comportamento do *tempo social*. Mais do que isso, tal relação de retroalimentação não somente faz com que a tecnologia, como dimensão aplicada da ciência, proporcione distintos efeitos no *tempo social* e novos esforços no âmbito teórico da sociologia, mas também que as produções teóricas do conhecimento sociológico retornem ao "mundo da vida" como forma de ação humana e, consequentemente, alterem tanto a dimensão espaço-temporal da realidade social quanto dão substancialidade a uma *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social.*

O nosso *objetivo geral*, também em consonância com a presente problemática, consiste em identificar, conhecer e desvelar, ao menos em parte, as relações reflexivas (ou de retroalimentação) existentes entre as produções teóricas, no âmbito do conhecimento sociológico, a tecnologia e as implicações disto no "comportamento" do *tempo social*. De outra parte, como resultado reflexivo disto, conhecer também como as transformações efetivas do social, aquelas que afetam o "mundo da vida", alteram e ficam refletidas na própria produção da teorética sociológica em um lapso temporal já previamente definido, em outros termos, colocar todo esse processo a descoberto

através daquilo que nomeamos, metodicamente, de *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social.*

Consideramos necessário, ainda, alguns *objetivos específicos* para que o *objetivo geral* seja concretizado. São eles: (1) identificar, nos diferentes momentos do contexto social, em que as teorias sociológicas têm sido produzidas, a relação entre tecnologia e remodelação do *tempo social*, no que diz respeito à *aceleração-positiva* e à *aceleração-negativa* desse tempo; (2) colocar a descoberto como as "formas" do processo de retroalimentação entre *tecnologia, mudança no tempo social estão refletidas na, e foram refletidas pela, produção teórica da Sociologia em momentos distintos*; (3) demonstrar que uma *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social* pode desvelar e evidenciar o fato de que as teorias sociológicas, como modelos descritivos da "realidade" social, apresentam, necessariamente, uma relação com a tecnologia e as mudanças no *tempo social*.

Para tanto, o método aqui delineado, a *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, constitui-se em uma *prática metassociológica* visto ensejar uma observação científica da ciência sobre a produção de conhecimento científico. Através desse método, iremos buscar compreender, identificar e demonstrar quais foram os *esquemas de distinção* utilizados pelos teóricos sociais em suas respectivas construções teóricas — como observadores de primeira ordem da realidade social, em tempo e espaço específicos. Com o auxílio e mesmo com à aplicação de tal método, também pretendemos reconhecer como tais esquemas de distinção foram delineados interativamente no bojo do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*.

A ideia de uma *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, a qual acreditamos ter potencialidades metódicas, está inspirada na circularidade — que necessita melhor ser colocada em evidência — entre o conhecimento sociológico que se produz, o reflexo desse conhecimento sobre o *tempo social* e as implicações dos ritmos do tempo social nas teorias acerca da sociedade que, ao longo da história teorética da Sociologia, foram desenvolvidas. Sob as vestes da *arqueologia/epistémê,* da *desconstrução* e da *observação de segunda ordem*, como algumas das perspectivas combinadas e adaptadas ao nosso intento de pesquisa, buscamos efetuar a *desconstrução/reconstrução/construção* dos esquemas de distinção que deram sentido às formulações teóricas dos sociólogos analisados em tempo e espaço específicos. Além disso, tal método também se complementa com certas *microcategorias apriorísticas* de análise, categorias essas que nos permitiram a análise do conteúdo cotejado, pois, serviram para que a nossa leitura

tenha sido conduzida com atenção aos trechos da obra/teoria em questão que aludiram ao *comportamento temporal dos fenômenos sociais*. O que nos propomos a fazer é conduzir metodicamente a nossa observação, por meio de tão potentes categorias apontadas acima, para os *produtos* (teorias) propostos por alguns dos teóricos sociais desde o surgimento da Sociologia, que observaram as mudanças do tempo social e fizeram-nas *refletir tanto na realidade social observada quanto em suas formulações teórico-sociológicas*.

A presente Tese está organizada em *duas partes*, tendo cada parte, respetivamente, *três capítulos ligados entre si*. A *primeira parte* comporta e delimita aquilo que consideramos, à luz do nosso interesse investigativo, como os capítulos *"sociopropedêuticos"* da presente Tese. No mesmo sentido de uma *propedêutica*, cuja função primeira é a de tratar das *etapas iniciais*, ou pelo menos, *das bases* que supram a necessidade de um conhecimento relativo a um determinado assunto ou objeto de pesquisa, essa parte também o faz. Assim, a *primeira parte*, a *sociopropedêutica*, tem como função assentar, discorrer e fundamentar *o background histórico, epistêmico-conceitual e metodológico*, os quais compõem cada capítulo no seu interior. Isso significa que a *primeira parte*, juntamente com os *três capítulos* que a compõe, cumpre o papel de discorrer sobre *a época em que partimos, bem como a sua importância para a presente investigação; sobre quais bases epistemológicas, filosóficas e sociológicas* iremos compor a *urdidura conceitual da nossa pesquisa* para; finalmente, apresentarmos a relação de ambas ao *método* delineado e devidamente nomeado como a *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*.

Como a nossa pesquisa apresenta um caráter teorético e epistemológico e, portanto, irá tratar de elementos que fazem parte do próprio âmago da ciência, como forma específica de produção de conhecimento, julgamos relevante desenvolver no *primeiro capítulo* uma perspectiva histórica, descritiva sobre a ciência, inclusive para localizarmos, no decorrer do desenvolvimento da ciência disciplinar, o surgimento da própria Sociologia como disciplina do conhecimento científico. Nele, retomamos algumas reflexões acerca das bases que compuseram a ciência, no que concerne aos seus principais axiomas epistêmicos, fundados na *modernidade* e que de certo modo se estendem até os dias de hoje. Ainda que seja um capítulo mais descritivo, mais histórico, buscamos dar-lhe algum dinamismo, entretanto julgamos indispensável um capítulo que retomasse o *background* de onde esta Tese busca erigir-se. Partimos de uma exposição, ao colocarmos ênfase no processo de *aceleração social*, sobre *a Modernidade como um projeto do primado da razão*, sobretudo desde o Renascimento até os dias de hoje. Em

seguida, salientamos que com a emergência do que ficou conhecido, a partir do século XVI, como *ciência moderna*, tal lógica social dinamizou-se ainda mais, praticamente atingindo o seu cume no "alto iluminismo", em meados do final do século XVIII. Por fim, trouxemos uma revisão, muito a ver com as distintas leituras e características do processo de *aceleração social*, a respeito das concepções de *modernidade, moderno e modernismo*.

Diferente do primeiro capítulo, que tem a sua justificação no fato de delimitar o campo onde encontrar-se-ão os nossos objetos empíricos e, por isto, constitui-se em uma espécie de revisão e de estabelecimento do lugar de onde partimos, o *segundo capítulo* tem, por um lado, uma função *conceitual*, ou seja, a de estabelecer um conjunto de conceitos necessários — e que foram desenvolvidos transdisciplinarmente ao longo da ciência — à forma de como vamos conduzir o nosso olhar aos nossos objetos empíricos: as teorias sociológicas. Os conceitos constantes no *segundo capítulo* — que em sua quase totalidade apontam para a necessidade de se conhecer o conhecimento social pela *via processual* —, também funcionaram, por outro lado, *como categorias metódicas* ao desvelamento da investigação que tencionamos, bem como na compreensão do método aqui delineado. Algumas destas categorias mencionadas, tais como *arqueologia, desconstrução e observação de segunda ordem*, seguida de outros conceitos específicos, em particular, *tempo social, aceleração social* (e suas variações), *ciência, teoria sociológica* (e suas variações) e *tecnologia,* também fazem parte da nossa reflexão metodológica, constante no capítulo seguinte. Poderíamos dizer que o conteúdo do *segundo capítulo*, apesar de não ser um capítulo tradicionalmente metodológico, complementará, em termos categoriais, a forma como efetivamente conduzimos o nosso olhar ao "material empírico" descrito neste Tese.

O *terceiro capítulo*, que compõem a presente Tese, está mais voltado para a descrição da matriz metodológica e do empírico desta pesquisa. Nele, apresentamos o método aqui delineado e devidamente nomeado como a *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*. Como a nossa pesquisa pretende trazer à luz as interações mais significativas, ocorridas na produção teórica da Sociologia, entre *tecnologias, transformações no tempo social e seus (novos) reflexos na produção teorética da Sociologia*, iniciamos o *terceiro capítulo* justificando *a razão de ser* do nosso método, *como* ele se coloca diante do processo de *aceleração social* e *qual* o seu sentido metódico. Depois, discorremos sobre os *modos de olhar* que compõem tal método e, principalmente, como nos fundamentamos nas perspectivas epistemológicas da *arqueologia* (Foucault),

da *desconstrução* (Derrida) e da *observação de segunda ordem* (Foerster e Luhmann). Essas três perspectivas, assim, compõem em conjunto, e de forma adaptativa, a dimensão *macro* (observação e interpretação) da nossa análise. Finalmente, no *terceiro capítulo* explicamos, num primeiro momento, *como funciona* o nosso método, *como* se dá a sua *operacionalidade* para, num segundo momento, justificarmos *quais* critérios foram seguidos para a delimitação do campo empírico e, ainda, *de que modo* o nosso método se nutre de certas *microcategorias apriorísticas* de análise. Ainda assim, apesar de tais *microcategorias apriorísticas* de análise estarem descritas no *segundo capítulo*, também relembramos brevemente e de forma esquemática o seu conteúdo semântico.

No que se refere à *segunda parte* da presente Tese, é nela que demonstramos, de modo efetivo, o nosso *percurso analítico*, isto é, a aplicação da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social,* ao revisitarmos — e reanalisarmos — algumas teorias sociológicas produzidas nos *períodos clássico*, *pós-clássico* e *contemporâneo* de sua história. Como uma consequência lógica da *primeira parte*, a *segunda parte* tem como pano de fundo, como complemento de uma melhor compreensão das teorias devidamente produzidas nos períodos aqui delimitados (e descritos no *terceiro capítulo*), não somente certos lapsos temporais, mas, principalmente, contextos sociais amplamente reconhecidos como episódios de grande efervescência social, quais sejam, a expansão da *Revolução Industrial* — também conhecida como "Segunda Revolução Industrial" —, as duas *Grandes Guerras Mundiais* e, finalmente, a *Terceira Revolução Industrial* (ou Informacional). É importante ressaltarmos, ainda, que tais episódios sociais estão muito bem pontuados, dado às suas respectivas magnitudes e relevância histórico-temporais, em diversas obras da *História da Sociologia*, sendo fundamentais para a delimitação aqui empregada. Destarte, a *segunda parte* da presente Tese cumpre o papel de *demonstrar*, juntamente com os *três capítulos que a compõe*, o *reflexo* das interações mais significativas, ocorridas na produção teórica da Sociologia, entre *tecnologias*, *transformações no tempo social e seus (novos) reflexos na produção teorética na Sociologia e vice-versa.*

No *quarto capítulo*, discorremos sobre o *Zeitgeist* europeu do século XIX, sua dinâmica social acelerada e o reflexo dessa aceleração social no tempo moderno, ao enfocarmos tanto no nascimento da Sociologia quanto na sua institucionalização como *ciência da sociedade*. Partimos uma pouco antes da segunda metade do século XIX e fomos até o início da Primeira Guerra Mundial, em meados de 1914, para podermos demonstrar que a *velocidade* compôs o "espírito" do pensamento europeu naquela época.

Tomamos como mote o argumento de que a Primeira Revolução Industrial, antes limitada à Inglaterra, deu lugar a uma Segunda Revolução Industrial que remodelou a estrutura social de países como a Alemanha e a França, proporcionando novas formas de produção, novos tipos de conhecimento e, principalmente, fortes experiências de compressão espaço-temporais. Depois, como decorrência de tal "espírito de época", a análise realizada por nós tomou como objeto de investigação as teorias sociológicas (ou sociais) dos *clássicos* Auguste Comte e Émile Durkheim, mais especificamente, a *Teoria do Conhecimento Social e a Teoria da Coesão Social*. Por fim, salientamos o quão acelerado foi o *tempo social* no fim da *Belle Époque,* em boa parte da Europa, nos quatorze anos iniciais no século XX. Nesse período, a *Belle Époque* evidenciou, por um lado, *novos conjuntos de percepções culturais sobre o tempo e o espaço*; e, por outro lado, obrigou os indivíduos nas grandes cidades a servirem-se a todo instante de seus estoques de sentimentos para acompanhar a acelerada e "nervosa" vida em sociedade.

Por seu turno, iniciamos a elaboração do *quinto capítulo* com base na descrição, fartamente debatida até os dias de hoje nas Ciências Sociais e Humanas, sobre o reflexo das duas Grandes Guerras Mundiais na França e nos Estados Unidos. Mesmo que ambos os episódios tenham atingido, de uma maneira ou de outra, o mundo inteiro, precisamente por possuírem o caráter de uma "totalidade", oportunizando profundas modificações em hábitos e memórias sociais até então constituintes das identidades nacionais, aqueles dois países foram casos exemplares, considerados emblemáticos tanto na história em geral quanto na história teorética da Sociologia. Em vista disso, para além do fato de que as duas Grandes Guerras Mundiais remodelaram a economia, a indústria, a política, a ciência e a tecnologia na França, bem como nos Estados Unidos, a Sociologia produzida e praticada nos dois países também simbolizou as conjunturas sociais que emergiram dos dois conflitos, como discorremos na segunda parte do *quinto capítulo*. Foi somente a partir de toda essa lógica societária que conseguimos, de fato, balizar a nossa análise das teorias sociológicas *pós-clássicas*, a saber, a *Teoria da Memória Coletiva* de Maurice Halbwachs, a *Teoria da Ecologia Humana* de Robert Ezra Park e a *Teoria dos Sistemas Sociais* de Talcott Parsons.

No *sexto e último capítulo* é possível observamos, caso comparemos com os contextos sociais anteriormente cotejados, algo totalmente novo, cuja magnitude é deveras incontestável: uma realidade social que, *em nível global*, demonstrou processos sociais ainda mais acelerados. Os meandros de tal lógica societária, agora atinentes tanto ao Ocidente quanto ao Oriente, nasceram com (e por causa) das transformações

contextuais catalisadas pela Terceira Revolução Industrial (ou Informacional), pelo menos desde a década de 1970. De uma forma que transcende qualquer dúvida razoável, o acelerado dinamismo social possibilitou a reestruturação dos limites espaciais que constituíam as diferentes nações, bem como um recondicionamento na produção de conhecimento científico, em virtude do desenvolvimento *técnico-científico-informacional*. Com base nessa discussão, avançamos em direção de algumas considerações "*socioepistemológicas*" sobre a natureza da *teoria sociológica* a partir das décadas de 1970 e 1980, nas quais a dimensão temporal se tornou, efetivamente, um imperativo operacional de modelos teóricos. Por último, iniciamos na terceira parte deste capítulo, conforme aquilo que o método proposto nos permitiu observar, a análise de algumas teorias *contemporâneas*, quais sejam, a *Teoria da Condição Pós-Moderna* de Jean François-Lyotard, a *Teoria da Prática* (*ou Praxiologia*) de Pierre Bourdieu e a *Teoria dos Sistemas Sociais* (*e autopoiéticos*) de Niklas Luhmann.

Não é tarefa fácil, sabemos, separar assepticamente aquilo que *é* "*teórico*" daquilo que *é* "*empírico*", posto que muitas vezes o "objeto empírico", ou seja, o objeto sobre o qual o pesquisador deter-se-á, pode ser um objeto de natureza *abstrata*, como as próprias *teorias* o são e, por conseguinte, um *objeto teórico*. Diríamos, então, que a presente Tese apresenta a seguinte característica: o objeto sobre o qual nos debruçaremos, em sua totalidade, são *objetos teóricos*, diferentes teorias sociológicas. Portanto, de forma um tanto menos epistemologicamente rígida, diríamos que a presente Tese trata de uma "pesquisa teórica", cujo intuito — malgrado as nossas escolhas teóricas e como iremos efetuar a nossa pesquisa —, é sugerir uma renovação e uma melhor compreensão do arcabouço teórico-sociológico, quer sobre aspectos relevantes da sua história, quer sobre questões que suscitam novos caminhos e desafios epistêmico-temporais ao estudo da vida em sociedade.

## CAPÍTULO 1. O ALVORAR DA MODERNIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIOHISTÓRICAS NO CONTEXTO EUROPEU

A Modernidade, mais do que leitura e descrição de um tempo histórico particular, é objeto de discussão conceitual, inclusive no âmbito teórico da Sociologia. Comumente acionados para essa construção teórica, "Modernidade", "Moderno" e "Modernismo" são conceitos com distintas interpretações e sentidos específicos, mas que devem ser compreendidos em íntima relação, pois frequentemente invocam-se mutuamente, esclarecendo a razão de ser do outro. No presente capítulo, de caráter *descritivo*, exploramos os matizes *históricos* da Modernidade e seus desdobramentos, defendendo que seu "alvorar" tem como marco temporal os séculos XVI e XVII da história europeia, especificamente o Renascentismo. Reconhecemos, a partir desse momento histórico particular, as bases da visão de mundo da Modernidade e de seu projeto social, assentado no primado da razão, que se orienta por uma verve crítica em relação a si mesmo e ao pensamento religioso, tão dominante na Idade Média.

Mais do que isso, a partir do Renascentismo, sobretudo com a figura de René Descartes, podemos observar que o primado da razão tornou-se um imperativo, colocando o homem no centro do universo e contribuindo para o florescer de um movimento inovador e dinâmico no plano das ideias *que refletiu na aceleração do tempo e dos processos sociais* na maior parte da Europa. O primado da razão, como projeto da Modernidade, desde o Renascentismo, foi tão potente e arraigado no pensamento social europeu que orientou o advento da ciência moderna e as bases crítico-políticas da Revolução Francesa de 1789. Nesse sentido, intelectuais voltados à pesquisa dos fenômenos naturais, apoiados na acumulação de novos conhecimentos teóricos ou experimentais, viabilizaram a emergência de um renovado sistema, podendo ser chamada, segundo diversos autores especializados no estudo histórico e social da ciência moderna, de a "Revolução Científica". Em tal revolução, destacamos as figuras de Galileo Galilei (1524-1642), Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1643-1727). Por suas contribuições científicas, a ciência moderna permitiu compreender com mais precisão a realidade natural que cerca o homem, assim como permitiu fixar a necessidade do acelerado desenvolvimento societal, em que destacamos a produção científico-tecnológica e industrial.

A Modernidade é tensionada nesta pesquisa, portanto, como uma designação abrangente das mudanças no "mundo da vida" social ocidental, envolvendo não somente experiências e transformações na dimensão espaço-temporal, mas também um interminável processo de rupturas e fragmentações sociais. Em sentido específico, a noção "Moderno" diz respeito a algo atual e contemporâneo daquele que fala ou usa o termo, no sentido de "significar" para alguém uma realidade concreta *em situação*, enquanto "Modernismo" significa um vocabulário, uma visão de mundo que busca traduzir a experiência da "Modernidade". Mais do que um jogo de palavras, o debate sobre a Modernidade é enfrentado para que possamos explorar suas implicações particulares nas teorias sociológicas cotejadas, que ora apenas servem-se de um dos conceitos, ora combinam-nos, ora teorizam, inclusive, sobre a impossibilidade de enxergá-los como conceitos propriamente ditos.

### 1.1. A Modernidade como um projeto do primado da razão

Podemos afirmar, sem qualquer exagero, que a Modernidade foi fundamental para os rumos que a humanidade tem tomado até os dias de hoje, posto que tem permitido ao ser humano novas maneiras de compreender tanto as realidades natural e social quanto compreender a si mesmo como "ser social". A sua caracterização e periodização, embora controversa também no âmbito teórico da sociologia[1], em geral enfatiza aspectos da época posterior à segunda metade do século XVIII, intimamente ligado à tradição histórica da Europa Ocidental e ao seu desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial. Mais do que isso, as caracterizações da Modernidade normalmente expressam uma época em que o "novo", percebido assim, opõe-se radicalmente àquilo que fora considerado "tradicional", ou talvez num tom pejorativo, àquilo que fora considerado "ultrapassado", adquirindo quase sempre um sentido positivo na mudança, na transformação e no progresso (MARCONDES, 2016).

Se quisermos ser enfáticos sobre o quão fundamental foi a Modernidade para a humanidade podemos seguir as considerações do sociólogo Alain Touraine (1993), que

[1] Alguns autores, tais como Jacques Le Goff (1990), Maurice de Gandillac (1995), Max Weber (2004) e Jean Delumeau (2007), apontaram o surgimento da Modernidade na sua íntima relação com à emergência do Renascentismo e da Reforma Protestante entre os séculos XIV e XVI. Já outros autores, tais como John Bury (1955) e Jonathan Israel (2012), defenderam que a Modernidade surgiu após a Revolução Científica do século XVII, posteriormente radicalizada pelo Iluminismo durante o século XVIII. Existiram, ainda, autores que fixaram uma data exata para o surgimento da Modernidade, tal como Felipe Fernandéz Armesto (2017) que indicou o ano de 1492, no século XV, momento do "descobrimento da América" pelo genovês Cristóvão Colombo.

afirma que a Modernidade expressa no seu cerne o "[...] progressivo triunfo da razão sobre as tradições, da ação científica ou tecnológica sobre sistemas de controle social e cultural, do universalismo sobre o particularismo e da produção sobre a reprodução" (TOURAINE, 1993, p. 32). Notável nessas considerações de Touraine é que a "razão" constitui-se naquilo que expressa a singularidade histórica da Modernidade. A "razão", portanto, estaria relacionada à reflexão ou à consciência crítica que uma época, notadamente a segunda metade do século XVIII na Europa Ocidental, teria de si mesma, como bem lembraram Anthony Giddens (1991) e Teixeira Coelho (2011).

Todavia, esse primado da razão, que expressa a singularidade histórica da Modernidade, não fora um elemento exclusivo ou resultante da segunda metade do século XVIII na Europa Ocidental, mas de seus predecessores, isto é, o primado da razão refere-se, pelo menos em gérmen, à época do Renascentismo durante os séculos XIV a XVII. Por esse motivo, consideramos de suma importância retomar, em breves palavras, alguns aspectos relevantes do Renascimento para compreendermos a Modernidade e o seu primado da razão, posto que foi a partir do Renascentismo e com a valorização do saber crítico voltado ao conhecimento do homem e de suas habilidades, que a razão, como "pedra angular" da Modernidade, foi gestada até despontar no horizonte da história humana e social da Europa. Menos do que detalhar os meandros do Renascentismo, o intuito, aqui, é o de ressaltar que nessa época observou-se um movimento inovador e dinâmico no plano das ideias, *o que refletiu na aceleração do tempo e dos processos sociais* na maior parte da Europa.

O Renascentismo (ou Renascença[2]) significou, precisamente, a recuperação de formas mais antigas, do pensamento e dos costumes do mundo clássico[3], o que permitiu a Europa impor a sua superioridade e ultrapassar culturalmente as demais civilizações (KUMAR, 1997; DELUMEAU, 2007). Uma época intermediária entre a Idade Média e a Moderna, abrangendo os séculos XIV e XVII da história europeia. Seus efeitos recaíram sobre as diversas camadas da sociedade, abrangendo desde as Artes e a Filosofia até a

[2] É importante salientar que o conceito de "Renascença" surgiu somente no século XIX por causa da obra "*A cultura do renascimento na Itália*" ([1860] 2009) escrita pelo historiador da arte Jacob Christoph Burckhardt (1818-1897). A semântica do conceito de "Renascença" vai ao encontro da ideia de "individualismo", sendo definida da seguinte maneira: "Na Itália, pela primeira vez, tal véu dispersa-se ao vento; desperta ali uma contemplação e um tratamento objetivo do Estado de todas as coisas deste mundo. Paralelamente a isso, no entanto, ergue-se também, na plenitude de seus poderes, o subjetivo: o homem torna-se um indivíduo espiritual e se reconhece como tal" (BURCKHARDT, 2009, p. 145).

[3] O "mundo clássico" da história social e humana compreende, aproximadamente, a época entre os séculos XVIII d.C. e VI d.C. das civilizações grega e romana, no qual destacam-se a valorização de temas relacionados à estética, cultura e educação, sobretudo a reflexão filosófica (FOX, 2008).

Economia, a Política e as Ciências Naturais e Humanas. Segundo os historiadores Will Durant e Ariel Durant (1964), pode-se observar na Itália a emergência da "aura" do Renascentismo, em que se destaca um "humanismo exacerbado[4]", uma forma de colocar o homem no centro do universo e romper, progressivamente, com a visão de mundo teocêntrica da época medieval. Nas palavras dos autores:

> A ênfase do humanismo italiano, nas glorias da antiga literatura e da arte, abriu caminho para uma pressão menos sutil nas necessidades práticas correntes. O homem devia contar e calcular, medir e desenhar, com exatidão e rapidez, em competição com os outros; precisava de instrumentos de observação e registro; surgiram exigências que foram atendidas pela invenção do logaritmo, da geometria analítica, dos cálculos das máquinas, do microscópio, do telescópio, de métodos estatísticos, guias de navegação e instrumentos astronômicos. Por toda a Europa Ocidental vidas estavam, desse tempo em diante, dedicando-se a atender a essas necessidades (DURANT e DURANT, 1964, p. 227).

Essa centralidade no ser humano, antes limitada à Itália[5], difundiu-se ao longo dos séculos XVI e XVII para outras partes da Europa, tais como Inglaterra, Espanha, França e Alemanha, tornando-se mais forte e dando, em graus distintos à sociedade europeia, às suas capacidades intelectivas e inventivas. Assistiu-se assim, pela primeira vez na história humana e social, o homem buscando novas maneiras de compreender a natureza ao seu redor sem o total amparo dos "finalismos transcendentais" que a religião impusera até então. Aliás, muito dessas novas maneiras de compreender a natureza foram gestadas nas discussões promovidas pela "academia", *lócus* privilegiado para o desenvolvimento intelectual e aprofundamento das *studias humanitatis*[6] (SEVCENKO, 1986). Inspirados no antigo simpósio ou banquete de Platão, as academias do Renascimento promoviam novas maneiras de discutir certos temas e ideias. Era uma forma social ideal para explorar a inovação intelectual. Pouco a pouco essas academias tornaram-se grandes instituições com membros fixos, estatutos e horários, tendo, por volta de 1600, sido fundadas aproximadamente 400 academias por toda a Europa (FIELD, 1988; BURKE, 2003). Com

[4] Existem certas considerações críticas acerca da relação do Renascimento com a "razão" e a Modernidade. Uma delas, assim, surgiu a partir do filósofo Michel Foucault na obra "*As palavras e as Coisas*" (1999). Segundo o autor, a ideia de "homem", e com ela a ideia de "razão", teriam surgido somente na *epistémê moderna* (séculos XIX e XX), na qual o "homem" foi reconhecido como um "duplo empírico-transcendental": sujeito e objeto de conhecimento. No Renascimento (*epistémê pré-clássica*), assim, o conhecimento que se tinha sobre a realidade (natural/social) tinha como *princípio regulador* a *similitude*, pois, as *palavras e as coisas* estavam intimamente relacionadas. O *cosmo*, como um emaranhado de composições e relações vitais, denotava uma realidade *analógica* (e *ontológica*) entre *processos e coisas nomeadas*, restando tão somente ao "homem" *decifrar* (e *interpretar*) *o conteúdo do que era dito* por aquele *cosmo*, tanto na natureza quanto na sociedade.

[5] O historiador e antropólogo Jack Goody (2011) afirma que existem "vários renascimentos" para além da Itália, também atinentes às *eras douradas* da China, Índia e Islã.

[6] Os *studia humanitatis* consistia num grupo bem definido de disciplinas que incluía a gramática, a retórica, a história, a poesia e a filosofia moral (KRISTELLER, 1995).

efeito, o vigor e a vitalidade do homem renascentista, de acordo com Krishan Kumar (1997), estabeleceram propriamente um "[...] ataque à autoridade dos pensadores medievais e à Igreja Medieval, formulou novos padrões críticos e racionais que poderiam ser usados contra todas as formas de autoridade intelectual — a dos antigos incluída" (KUMAR, 1997, p. 87).

Somando-se as descobertas astronômicas de Nicolau Copérnico (1473-1543), Galileu Galilei (1564-1642) e Johannes Kepler (1571-1630), bem como a experimentação promovida pelo empirismo de Francis Bacon (1561-1626) no seu *Novum Organum* ([1620] 1979), a Europa, mais ou menos a partir da segunda metade do século XVII, começa a fortalecer o "apelo à razão" (BURNS, 1978) e, por consequência, *acelerar o tempo e os processos sociais*, tornando-se mais radical em relação à tradição clássica e ao medievo. Isso deveu-se muito à "Nova Filosofia" ou "Filosofia Natural", preocupada em se desvencilhar da discussão filosófica sobre o homem enquanto ser intelectual, moral e político, para empenhar-se em novas maneiras de conhecer metodologicamente os fenômenos naturais, abrindo as portas para aquilo que mais tarde seria reconhecida como o início da "Revolução Científica". Porém, todo esse movimento de "apelo à razão" foi catalisado pela figura do filósofo francês René Descartes (1596-1650).

Questionador desde muito jovem, nomeadamente o período de 1607 até 1615 em que se frusta com seus grandes mestres de filosofia escolástica no colégio jesuíta *La Flèche*, Descartes sempre foi assombrado pelas dúvidas e erros que o cercavam cada vez que tomava contato com diversas áreas do conhecimento científico, sobretudo a Medicina, sua área de principal interesse para conhecer a natureza do corpo humano. A necessidade de compreender a natureza do corpo humano, pela via da ciência, já era algo recorrente entre os pensadores da sua época, porém, com Descartes e sua descrença em relação aos métodos considerados por ele "fragmentados" da Medicina, emergiu a necessidade de construir pilares sólidos para o conhecimento científico. Foi então que, de maneira anônima, o filósofo publica em 1637 o "*Discurso do método"*, uma obra polêmica que teve impacto social, anos mais tarde, nas ruas de Paris, Roma, Amsterdã e Londres, constituindo-se num verdadeiro divisor de águas dentre aqueles que defendiam a fé ou a razão, assim como uma demonstração de que o Escolasticismo e o Aristotelismo eram dogmáticos, justamente por não proporcionarem, na sua perspectiva, um conhecimento novo e seguro (SHORTO, 2013).

Sua pretensão desde o início era construir, por um viés cético, um método científico para "pôr a razão no bom caminho, evitando assim o erro" (MARCONDES,

2008, p. 181), e buscar uma verdade, uma proposição impossível de ser negada, visto que desde a sua época se instalara uma grande crise de sentido por causa dos questionamentos que as crenças religiosas estavam sofrendo por serem demasiadamente dogmáticas. A base do seu método é a dúvida metódica — dúvida essa que, em seus diferentes graus, chegaria à dúvida hiperbólica —, construída pelo *cogito*[7] na razão individual, a qual espalhou-se rapidamente por toda a Europa, no "sentido de revolucionar os costumes da sociedade, construindo as 'tramas da modernidade'" (RODRIGUES e COELHO, 2014a, p. 644). Na realidade, o cartesianismo cuja razão é encarada como ferramenta de emancipação para todos os medos e ignorâncias da humanidade, não somente abriu caminho para o que no século XVIII viesse a se radicalizar num verdadeiro "culto à razão", mas também assentasse as bases filosóficas para a compreensão das ideias de "sujeito" e de "subjetividade", sendo a noção de "sujeito" central para a vindoura Revolução Francesa de 1789 (SHORTO, 2013). É possível identificarmos o estabelecimento das ideias de "sujeito" e de subjetividade" logo no primeiro parágrafo do seu "*Discurso do método*" (2012), em que o filósofo faz a seguinte declaração:

> O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: pois cada um pensa estar tão bem provido dele, que mesmo aqueles mais difíceis de se satisfazerem com qualquer outra coisa não costumam desejar mais bom senso do que têm. Assim, não é verossímil que todos se enganem; mas, pelo contrário, isso demonstra que o poder de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou razão, é por natureza igual em todos os homens; e, portanto, que a diversidade de nossas opiniões não decorre de uns serem mais razoáveis que os outros, mas somente de que conduzimos nossos pensamentos por diversas vias, e não consideramos as mesmas coisas (DESCARTES, 2012, p. 05).

Com essa declaração, segundo Joceval Bitencourt (2018) e Giovanni Reale (2004), Descartes estaria defendendo a transição "da verdade sem sujeito", antes limitada à onisciência de Deus, ao "sujeito da verdade", ou seja, o filósofo estaria defendendo que o ser humano é uma substância essencialmente pensante e autoconsciente, uma realidade que se funda e se fundamenta no processo de filosofar ou, para retomar um conceito caro a Descartes, a partir do seu próprio *cogito*. Se antes a verdade, a essência, a causa originária estaria já dada, necessitando ser buscada pelo homem, agora a verdade seria uma construção que se originaria a partir do próprio sujeito. Dessa forma, "com a

[7] O *cogito* diz respeito à "[...] certeza do meditador em relação à sua própria existência emerge como resultado direto do processo sistemático da dúvida. [...] Além disso, o mais importante para Descartes na descoberta da certeza de sua existência não é a validade formal de um certo raciocínio abstrato, mas sim um ato individual de pensamento: é na realização desse ato por cada meditador individual que a certeza de sua existência se torna evidente e indubitável." (COTTIGHAM, 1995, p. 37-38).

conquista do *cogito* para o conhecimento, Descartes fecha as portas do passado e anuncia ao mundo o nascimento de um novo mundo: O mundo moderno" (BITENCOURT, 2018, p. 28).

Ao adentrar na era Moderna, o "sujeito" e a "subjetividade" cartesianas, gestadas no primado da razão, fomentaram as ideias políticas do Iluminismo no século XVIII, do mesmo modo que as características daquilo que ficou conhecido como a "Alta Modernidade" ou "Iluminismo Radical", a partir da década de 1750 (ISRAEL, 2012). Tais épocas, conhecidas na França como "*Les Lumières*" (As Luzes), na Inglaterra como "*Enlightenment*" (Iluminismo) e na Alemanha como "*Aufklärung*" (Esclarecimento[8]), marcaram uma intensa excitação intelectual, um tempo em que os homens começaram a sentirem-se capazes de compreender e controlar o mundo (natural e social) e que os meios pelos quais atingiriam esses objetivos não seriam os da revelação e do dogma, mas aqueles da inteligência, da razão e da ciência (SILVER, 2008). Mais do que um meio para alcançar a verdade, a razão para os filósofos do Iluminismo, constituía-se num princípio a ser defendido.

Contudo, a razão como princípio a ser defendido pelos iluministas não se limitava a um mero exercício de demonstração científica, embora tenha sido nesse momento que a "razão instrumental" fora explicitada (e não inaugurada) como um princípio de melhor eficiência e maior funcionalidade (GALIMBERTI, 2006). A razão representava algo além disso, uma vez que carregava consigo uma carga ideológica, política e moral e é justamente isso "o que distingue a filosofia do Iluminismo daquela que a precede: a sua intenção de estender a todos os homens o que havia sido propriedade de apenas alguns, a saber, uma existência conduzida em conformidade com a razão [...]" (BLOOM, 1989, p. 186).

Após a década de 1750 do século XVIII, destaca-se, o primado da razão foi levado às últimas consequências pelos iluministas na maior parte da Europa, resultando na "concretização radical" daquilo que Bolívar Echeverría (2009) enfatizou como os três elementos centrais da Modernidade, quais sejam: a confiança na dimensão puramente

[8] Na França os principais representantes foram: Charles-Louis de Sécondat, conhecido como Montesquieu (1689-1755), Jean Jacques Rousseau (1712-1778), François-Marie Arouet, conhecido como Voltaire (1694-1778), Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond d'Alambert (1717-1783). Na Inglaterra, por sua vez, foram: Adam Smith (1723-1790), Isaac Newton (1643-1727), John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776), Henry Fielding (1707-1754) e o bispo George Berkeley (1685-1753). Na Alemanha, por fim, os principais representantes do iluminismo foram: Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) e Immanuel Kant (1724-1804), com destaque nesse último e no seu texto "*Was ist Aufklärung?"* [O que é o Esclarecimento?] ([1783] 1985).

"física" (diga-se, fenomênica) da realidade social, o processo de secularização e o individualismo humano. É claro, todavia, que os três elementos estão em íntima relação, conforme o autor, sendo as respectivas definições um exercício analítico. O que importa é ressaltar que o primado da razão, a partir da década de 1750, converteu-se numa lógica de ação para o indivíduo "bem conduzir" a sua própria vida.

A confiança na dimensão puramente "física" da realidade natural diz respeito à recusa da *dimensão transcendente* em detrimento *da dimensão imanente ou natural* (*physis*) da realidade social e na confiança do homem em si mesmo, principalmente na sua capacidade racional para o domínio da natureza e para o progresso social e humano. No plano da ação, isso significou que o comportamento cotidiano deveria estar calcado num conhecimento lógico e racional para abordar e confrontar a natureza, ou seja, significou a "[...] confiança em uma técnica eficiente *imediata* ("terrena"), desprovida de qualquer implicação *mediata* ("celestial") que não seja inteligível em termos de uma causalidade matematicamente racionalizável" (ECHEVERRÍA, 2009, p. 09).

A título de ilustração desta confiança na dimensão puramente "física" das realidades natural e social, muitas das invenções da época, em particular aquelas que passaram a ocupar o espaço no cotidiano das pessoas, incluem o interesse pelo rigor de medidas — como no caso do cronômetro marítimo[9] — inventado por John Harrison em 1761 e que, por sua precisão (com irregularidade de apenas cinco segundos) se tornou rapidamente um item obrigatório nos navios) —, e da adoção do sistema métrico em 1791, que passou a padronizar pesos e medidas nas negociações cotidianas dos franceses. Além disso, havia o interesse em desenvolver equipamentos que acelerassem o tempo de produção, seja ela agrícola ou artesanal, como no caso das prensas, motores, serras, tornos e da primeira fiandeira mecânica, desenvolvida por James Hargreaves em 1764, que acelerou o processamento de algodão em até oito vezes. Depois dela, diferentes modelos de fiandeiras, como a fiandeira d'agua, fiandeira hidráulica e o tear mecânico continuamente *aumentaram a capacidade produtiva* e diminuíram o tempo de produção dos fios de algodão. Havendo o claro desejo de reorganização do próprio tempo, isto é, da tão conhecida (até os dias de hoje) "racionalização do tempo". Essa racionalização *do*

[9] Existem algumas discussões, como as que foram realizadas por Vitorino Godinho (1968), de que as "Grandes Navegações" encabeçadas pelos portugueses durante os séculos XV e XVII teriam antecipado, em certo sentido, as formas de racionalidade que conhecemos a partir do despontar da modernidade —uma racionalidade mais "prática" do que "teórica", talvez. Bem antes da reivindicação pelo Iluminismo e pela Primeira Revolução Industrial como períodos exemplares. O aspecto metódico e prático, nesse sentido, podem ser consideradas provenientes dos efeitos. Acerca desse assunto, ver também Chaunu (1978), Boxer (2002) e Lacerda (2020).

*tempo social* iniciou por invadir os lares, a própria vida cotidiana do homem comum com inovações voltadas para o conforto pessoal, em particular nas cidades emergentes, a fechadura de tambor, a dentadura, o sifão em "s" que permitiu a construção de banheiros dentro das casas, as lâmpadas à óleo e a iluminação a gás etc. Todas essas inovações datam do período entre 1750 e 1800 (CHALLONER, 2014).

Ainda sobre o primeiro elemento, a confiança na dimensão puramente "física" das realidades natural e social, é possível verificar que durante a segunda metade do século XVIII, em que os proponentes do Iluminismo estavam difundindo na França suas ideias a partir da *Encyclopédie* compilada por Denis Diderot (1713-1784), dentre outros, a crença na dimensão imanente da realidade social estava diretamente relacionada com a concepção de "natureza" que os homens tinham naquela época. É o que nos diz o filósofo alemão Ernest Cassirer na sua obra "*A filosofia do Iluminismo*" ([1932] 1992), na qual é enfatizado que:

> "Natureza" não designa apenas o domínio da existência "física", a realidade (material) da qual se teria de distinguir a "intelectual" ou a "espiritual". O termo não se refere ao ser das coisas, mas à origem e ao fundamento das verdades. Pertencem à natureza, sem prejuízo do seu conteúdo, todas as verdades que são suscetíveis de um fundamento puramente imanente, não exigindo qualquer revelação transcendente, que são em si mesmas certas e evidentes. Tais são as verdades que buscamos, não apenas no mundo físico, mas também no intelectual e moral. Porque são essas as verdades que fazem do nosso mundo um único "mundo"; um cosmos assentando sobre si mesmo, possuindo em si mesmo seu próprio centro de gravidade (CASSIRER, 1992, p. 325-326).

Muito a ver com as considerações acima, de Cassirer (1992), o diagnóstico de Max Weber (2004, 2011) acerca da modernidade ocidental — distinta de grande parte do Oriente[10] — , sobretudo o *processo de racionalização*, torna-se indispensável de ser evocado, mesmo que de forma breve. Do ponto de vista do seu conjunto de estudos histórico-comparativos das religiões mundiais, o processo de *desencantamento do mundo* (*Entzauberung der*

[10] O processo de racionalização, na sua contundente acepção cultural e intelectual, somente ocorreu no interior das religiões ocidentais, visto que no Oriente, principalmente na China com o confucionismo e com o taoísmo, a magia ainda não tinha sido completamente eliminada como meio de salvação. A religiosidade chinesa, então, foi considerada por Weber como um *jardim encantado* (*Zaubergarten*), pois, existia a forte crença por parte dessa religiosidade em relação à manipulação das forças sagradas para que as necessidades dos indivíduos sejam atendidas. Uma exceção, do ponto de vista do processo de racionalização, foi a religião do hinduísmo, juntamente com a sua doutrina do *karma-samsara* (transmigração de almas). Nessa doutrina, como apontamos também em outro momento (GUEDES, 2018), não existe o ocultamento da dimensão humana nas ações do homem: nada depende de um Deus todo poderoso e qualquer ação de injustiça proferida pelo homem é de sua responsabilidade, caso queira evoluir na escala social à luz dos rituais ligados à sua casta (*dharma*). Ao contrário da religiosidade chinesa, não era completamente desprovida de racionalidade, mesmo sendo mais especulativa ou mística, na medida em que o *cosmos* é racionalizado sob princípios éticos, quer dizer, o *cosmos* é considerado um "mecanismo universal de retribuição em que nunca se perderá algum efeito eticamente relevante" (WEBER, 1994, p. 355).

*Welt*) descrito por Weber (2008), cujo cerne compreensivo se dá pela eliminação da *magia* como meio de *salvação*, pode ser tomado como um dos grandes exemplos de tal processo de racionalização que baliza a singularidade do Ocidente, mormente em relação à *physis*, à valorização da dominação do mundo, enfim, da *racionalização da vida*.

A eliminação da *magia*, segundo Antônio Flávio Pierucci (2003), começou a despontar no horizonte cultural do Ocidente a partir do Judaísmo Antigo e atingiu o seu zênite com o *protestantismo ascético*, no qual era valorizado a *dominação do mundo* (*ascese intramundana*). Esse tipo de dominação, aliás, constitui-se numa espécie de estímulo psicológico à dedicação sistemática do trabalho, como uma conduta de vida capaz de não somente "*racionalizar metodicamente a vida*", mas, principalmente, ensejar um sinal da graça divina: a salvação. O *ascetismo* levado a cabo pelos protestantes ascéticos, em que sublinhamos o *Calvinismo* — teologicamente mais radical do que os Luteranos, Pietistas, dentre outros —, continha uma ética vocacional de vida muito afim da conduta capitalista. A ética do trabalho *no mundo*, mesmo que com conotações religiosas e dedicada com muito rigor e disciplina por parte dos protestantes, deu suporte à busca *ordenada pelo lucro* através do trabalho metódico e racional, reforçando, ainda mais, o mantenimento do *ethos* capitalista (WEBER, 2004, SELL, 2013). Além disso, a cultura ocidental não foi tão somente *desencantada*, profundamente modifica graças a todo esse processo multidimensional, de *afinidades eletivas* entre o *ascetismo religioso* e o desenvolvimento do capitalismo, como modo de produção. Também houve a *perda de sentido* por parte do desenvolvimento científico, emergente de todo esse processo sociocultural conhecido por "modernidade". A "finalidade última", antes assegurada por boa parte do pensamento religioso, gradualmente foi dando espaço para que a ciência — e as demais "esferas de valor" que obedecem a uma legalidade própria, presentes na economia, política, estética, emancipadas da antiga tutela religiosa — "significasse" a natureza (*physis*) como uma realidade carente de sentido absoluto, apenas disposta ao homem[11] para o domínio pela técnica. (WEBER, 2011).

[11] Paradoxalmente, a ideia de "jaula de ferro" — erroneamente traduzida por Talcott Parsons, sendo que na verdade o "sentido" dessa expressão alude à ideia de "aço" [*Stahlhartes Gehäuse*] — assegura, sob a égide do implemento burocrático, que o homem também é prisioneiro de sua própria criação (perda de liberdade). A racionalidade dos fins e dos meios, na verdade, "fundamenta" a existência da sociedade moderna. A incerteza sociotemporal que atinge tal época da história, no fundo, não tem mais aquele *telos*, aquele sentido assegurado pelo "véu divino". Assim, para o "homem moderno", para esses "últimos homens", bem que poderiam definirem-se pelas seguintes palavras, quais sejam, "[...] especialistas sem espírito, gozadores sem coração: esse nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado" (WEBER, 2004, p. 130).

O segundo elemento apontado por Echeverría (2009), isto é, o *processo de secularização* — à luz das considerações weberianas —, diz respeito ao declínio do valor cultural da religião para o estabelecimento da organização e coesão sociais, o que abriu espaço para o Estado Moderno e para a ideia de uma sociedade civil. O processo de secularização pode ser compreendido, categoricamente, da seguinte maneira:

> "[...] a religião deixa de ser a fonte de legitimação da tomada de decisões políticas, da criação de leis e de instituições sociais. O processo de racionalização característico da Modernidade Ocidental, através da secularização, estimula, embora não determine, uma separação entre Igreja e Estado e uma laicização do aparato jurídico-político" (MAIA, 2012, p. 31).

Aqui, a razão foi eliminando por meio de um gradual processo de intelectualização e racionalização da vida social todo aquele "finalismo transcendental" propagado pelo pensamento religioso, no sentido de uma nova forma de liberdade e autonomia, que determinará o mundo e o modo de ser-no-mundo do homem moderno, como bem lembraram Max Weber (2011) e Miguel Pereira (1992). Por conseguinte, a explicação, a representação e a descrição sobre a organização da realidade social pela via da razão transformariam, bem como libertariam, os homens das velhas crenças religiosas, dos medos irracionais e da ignorância, fazendo do passado humano uma "tábula rasa". Novamente para citar Alain Touraine (2012, p. 26), a razão gradualmente foi eliminando o valor (e o poder) cultural da religião, visto que:

> [...] criou-se um dos grandes modelos de representação da vida social, no centro do qual está colocada a correspondência dos sistemas e dos atores, das instituições e da socialização. O ser humano não é mais uma criatura feita por Deus à sua imagem, mas um ator social definido por papéis, isto é, pelas condutas ligadas a status e que devem contribuir para o bom funcionamento do sistema social. Porque o ser humano é o que ele faz, ele não deve mais olhar além da sociedade, na direção de Deus, de sua própria individualidade ou suas origens, e deve procurar a definição do bem e do mal no que é útil ou nocivo à sobrevivência, ao funcionamento do corpo social.

Por fim, o individualismo humano apontado por Echeverría (2009) diz respeito à forte ideia de que o indivíduo constitui-se num "átomo" importante para a constituição da realidade social e humana, sendo um fenômeno caracteristicamente moderno que envolve, tanto "o igualitarismo, a convicção de que nenhuma pessoa é superior ou inferior, quanto a convicção democrática de que, se um governo republicano é necessário, tem que ser uma gestão consensual e determinada por todos os iguais" (ECHEVERRÍA, 2009, p. 11). Assim, pelo primado da razão moderna, o indivíduo humano — na esteira da ideia de "sujeito" inaugurada pelo cartesianismo — não seria mais visto, nem deveria se ver, como um "indivíduo coletivo" que faz parte da tradição comunitária do medievo

ou da grande família de Deus. Ao contrário, o "indivíduo singular" da Modernidade enaltecido pelos iluministas é totalmente responsável por si mesmo, sobretudo no que tange traçar os rumos da sua vida e ir atrás dos seus desejos mais íntimos. Neste prisma da razão, o individualismo humano, conforme Sérgio Rouanet (1987, 2001) e Maria Wolkmer (2004), também estaria atrelado especificamente às características de *universalidade, autonomia e individualidade*.

Pela *universalidade*, o indivíduo é visto como independente dos privilégios do *Ancien Regime*, antes limitados a certos grupos sociais privilegiados, sendo agora a universalidade um valor e um direito pertencente a todos seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A *autonomia* significa que os seres humanos individualizados têm a capacidade e a liberdade de pensarem por si mesmos, sem a tutela de religiões ou ideologias específicas, a agirem no espaço público e tanto produzir quanto consumir bens e serviços pelo esforço do seu trabalho. A *individualidade* significa que o ser humano é considerado como pessoa concreta e como integrante de uma coletividade, atribuindo valor positivo à sua crescente individualização.

Como mencionado anteriormente, o primado da razão que fora inaugurado por Descartes fundamentou, em grande medida, a visão de mundo dos iluministas durante o século XVIII da história da Europa Ocidental. Mais do que isso, o primado da razão foi importante para os acontecimentos que levaram a Revolução Francesa de 1789, descrita por historiadores renomados, como Michel Vovelle (2019), Eric Hobsbawn (2020) e Jorge Grespan (2003), como a revolução que, sob a orientação da razão e num curto período, iria corroer as imperfeições da sociedade e aniquilar suas injustiças. Como pontua Albert Soboul (2007, p. 11),

> Do mesmo modo que a igualdade com a aristocracia, era a liberdade que a burguesia reclamava: a liberdade política certamente, contudo mais ainda a liberdade econômica, a do empreendimento e do lucro. O capitalismo exigia a liberdade porque necessitava dela para assegurar o seu impulso, a liberdade sob todas as suas formas: liberdade da pessoa, condição do assalariado — liberdade dos bens, condição de sua modalidade — liberdade dos espíritos, condição da pesquisa e das descobertas científicas e técnicas.

O "progresso das Luzes" refletia mais do que um idealismo abstrato, como nos adverte Albert Soboul (2007). Seus efeitos concretos podem ser percebidos nas configurações e disputas que inspiraram diferentes grupos sociais (aristocracia, burguesia, campesinato e populares), com interesses concorrentes, mas alinhamentos contextuais em torno da mudança de uma ordem estabelecida. Além disso, os ecos da Revolução Francesa serão ouvidos já nos primeiros anos pós-revolução em toda a Europa,

a partir das histórias dos viajantes, das notícias da imprensa, das artes dos pintores e literatos, em uma época descrita por Vovelle (1987, p. 33) como "[...] época das curiosidades, dos entusiasmos".

A "revolução" operada na França naquela época, portanto, se diferenciou das experiências sociais previamente conhecidas pelos Europeus. É o que defende Reinhart Koselleck (2006) quando afirma que as transformações que os revoltosos buscavam não seriam mais compreendidas, pelo prisma da razão, como um ciclo que faria algo retornar ao seu ponto de partida, mas representariam um mundo inteiramente novo, regido por um coeficiente dinâmico, dado que no seu âmago estavam reunidas a vontade de libertar as forças da Modernidade, a luta contra os antigos regimes (religião e monarquia) e uma vontade nacional que se identifica com a modernização. Neste sentido, a Revolução Francesa guiou-se politicamente pelo primado da razão para causar a queda da monarquia (em que o rei era Luís XVI) e instaurar o sufrágio eleitoral democrático, os direitos do homem e as noções de liberdade, igualdade e fraternidade (FREY e FREY, 2004; SELL, 2013).

A emergência do primado da razão, como pudemos observar, contribuiu para as relevantes transformações que aconteceram na Europa durante os séculos XVI, XVII e XVIII, bem como para o advento da Modernidade como uma época que se diferencia de todas as formas anteriores de vida social conhecidas pelo homem em sociedade. O Renascimento promoveu — ou pelo menos facilitou a eclosão — as condições para a consolidação de uma nova cultura do pensamento humano e social que, não somente fortaleceu as ideias políticas do Iluminismo e as reivindicações da Revolução Francesa de 1789, mas também permitiu uma gradual substituição do pensamento religioso — com sua tendência de explicar a realidade social pela via transcendente e divina — pelo pensamento voltado à própria realidade social, ou seja, por uma compreensão fundamentalmente imanente, atenta aos fenômenos que se mostram na relação dos homens com o mundo que os cercam.

Essa nova compreensão da humanidade para com o mundo que os cercam, ganhou aos poucos uma sistematização, uma maneira específica de conceber o mundo dentro de marcos teóricos-metodológicos. Mais do que isso, o primado da razão viria delinear a *singularidade histórica da Modernidade,* como sendo o tempo em que o desenvolvimento do *pensamento científico consolida*, juntamente (e de forma retroalimentada) ao desenvolvimento tecnológico e econômico, e atiça as transformações e a dinâmica dos processos sociais em boa parte da Europa.

## 1.2. O advento da ciência moderna

Como bem pontuaram Marco Braga, Andreia Guerra e José Reis (2004), "a ciência moderna não surgiu na Europa por acaso". Ao longo dos séculos XV, XVI e XVII eclodiram diversas transformações na sociedade europeia que apontavam na direção oposta daquela sociedade que fora por mil anos organizada sob a lógica teocêntrica do medievo. Por esse motivo, consoante com os autores, consideramos mais prudente afirmar que o advento da ciência moderna está diretamente atrelado a um gradual processo que combinou profundas mudanças na mentalidade e reorganização da sociedade europeia com a constatação de "equívocos" do passado no que se refere à compreensão e à explicação dos fenômenos naturais. Além disso, especificar-se-iam, nesse gradual processo, o desenvolvimento investigativo e metodológico da compreensão e da explicação de tais fenômenos naturais, seja pela acumulação de novos conhecimentos adquiridos, seja pelo avanço teórico e experimental (ROSA, 2012).

O Renascentismo, como mencionado anteriormente, de fato assentou as condições intelectuais para a emergência da ciência moderna. A sua contribuição para o advento da ciência moderna foi fomentar e multiplicar o "espírito" da curiosidade intelectual que se instalou no início do século XVII após a gradual dissolução da síntese aristotélica, na qual o mundo era percebido como um cosmo bem ordenado e a Terra se encontrava no centro do universo (concepção geocêntrica) (ROSSI, 2001, ZILSEL, 2003). Com a gradual dissolução dessa síntese aristotélica, a Europa viabilizaria a emergência de um renovado sistema teórico para compreender e explicar os fenômenos da realidade natural, renovando as concepções de pesquisa científica até então praticadas, em virtude daquilo que diversos autores especializados no estudo histórico e social da ciência chamam de "Revolução Científica".

A "Revolução Científica" do século XVII deve sua origem nos homens que, desde o Renascentismo, possuíam enorme paciência na observação dos fenômenos naturais e grande audácia na articulação de pressupostos sobre esses mesmos fenômenos (RUSSELL, 2015), especialmente nos campos da astronomia e da mecânica. Nesses dois campos destacam-se, inicialmente, as figuras de Nicolau Copérnico (1473-1543), Tycho Brahe (1546-1601), Galileo Galilei (1546-1642) e Johannes Kepler (1571-1630) visto que eles foram os responsáveis por inaugurar o processo de matematização da natureza e o caráter experimental daquilo que viemos a conhecer posteriormente como "ciência moderna". Mais do que isso, esses pensadores foram os responsáveis por tornar passíveis

de tratamento matemático e experimentação rigorosa fenômenos naturais (com repercussões sociais, como a questão do heliocentrismo) que anteriormente não poderiam vir a sê-lo (BUTERRFIELD, 1992).

Durante os séculos XVI e XVII, a "Nova Filosofia" ou "Filosofia Natural[12]", em que se destaca por ora a figura de Galileo Galilei (1524-1642), salientava que os estudos anteriores acerca dos fenômenos naturais exibiam traços excessivamente especulativos e um apego ilegítimo à opinião de autoridades filosóficas. A crítica da "Filosofia Natural" a esses estudos anteriores afirmava a impossibilidade de retirar inferências teóricas das observações registradas, visto que tais observações não estabeleciam, na visão da Filosofia Natural, um vínculo lógico entre a observação e a explicação dos fenômenos observados.

Galileo ([1632] 2011) considerou que somente a observação pela ótica da matemática e da geometria, bem como a experimentação controlada e sistemática, proporcionariam um verdadeiro conhecimento da natureza e do universo, dado que ambas as operações refletiriam a própria linguagem das "coisas", não restringindo-se a um mero estado de descrição. Importava, antes, domar a experiência, dotá-la de uma linguagem, alma e objetivos (BUTTERFIELD, 1992). Na obra *"O ensaiador*" ([1623] 1983, p. 32), por exemplo, Galileu é muito categórico ao afirmar que tanto o Universo quanto a Natureza estão inscritos "[...] em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto".

Para Alexandre Koyré (1982, 2006), tal observação pela ótica da matemática e geometria, bem como a experimentação controlada e sistemática da realidade natural, marcaram, de modo contundente pela figura de Galileo, a cisão entre a *epistèmê*[13] antiga e a ciência moderna, entre uma "experiência às cegas" — mais contemplativa e

[12] A nossa compreensão da "Nova Filosofia" ou "Filosofia Natural" vai ao encontro da definição proposta pelos filósofos Kun Wu e Zhensong Wang (2018, p. 06), a saber: "[...] uma disciplina filosófica que toma toda a natureza como seu objeto, revelando a essência da natureza e as leis gerais do seu movimento, mudança e desenvolvimento".

[13] Empregamos aqui a ideia de "*epistémê*" no mesmo sentido que fora exposto pelo filósofo francês Michel Foucault na obra "*As palavras e as coisas*" ([1966] 1999). Para o autor, a "*epistèmê*" denota uma ordem intrínseca, uma lógica interna que estrutura uma época específica, proporcionando um princípio sobre a qual os diferentes saberes dessa determinada época se constituiriam. A "*epistèmê*", para Foucault, portanto, "[...] significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *epistèmê* é a ordem específica do saber; é a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época e que lhe confere uma positividade enquanto saber" (FOUCAULT, 1999, p 11).

desprovida de um conjunto de problemas teóricos — e uma experimentação (*experimentum*) preparada a partir de problemas teóricos que se pretendem confirmar rigorosamente na realidade natural. Aqui, o papel dos instrumentos de medição, tais como o telescópio, o barômetro e o microscópio, foram fundamentais justamente por proporcionarem um rigor investigativo calcado pela observação, precisão e medição, assim como substituir um ideal qualitativo por um ideal quantitativo no que se refere à investigação e à explicação da realidade natural, sempre com posteriores (e por vezes imediatas) reflexão no social: as leis da natureza seriam, assim, leis matemáticas, sendo que o real encarna na matemática (JAPIASSU, 1985; CROSBY, 1999).

A respeito dessa relação entre matemática, experimentação e instrumentos de medição, novamente Koyré (1982) nos adverte que:

> Galileu foi, também, pelo menos na minha opinião, quem construiu ou criou o primeiro instrumento verdadeiramente científico. Afirmei que os instrumentos de observação de Tycho Brahe já eram de uma precisão desconhecida até sua época. Mas os instrumentos de Tycho Brahe, como todos os outros instrumentos de astronomia antes de Galileu, eram instrumentos de observação; quando muito, eram instrumentos — mais precisos que os de seus predecessores — de medida de fatos simplesmente observados. Em certo sentido, trata-se ainda de ferramentas, enquanto os instrumentos galileanos — e isso é verdadeiro tanto para o pêndulo quanto para o telescópio — constituem instrumentos no sentido mais profundo do termo: são encarnações da teoria. O telescópio de Galileu não é um simples aperfeiçoamento da luneta "batava"; é construído a partir de uma teoria ótica; e é construído com uma determinada finalidade científica, a saber, revelar a nossos olhos coisas que são invisíveis a olho nu. Eis o primeiro exemplo de uma teoria encarnada na matéria, que nos permite ultrapassar os limites do observável, no sentido do que é dado à percepção sensível, base experimental da ciência pré-galileana (KOYRÉ, 1982, p. 54-55).

Ademais, cabe ainda destacar que essa relação entre matemática, experimentação e instrumentos de medição, por parte de Galileu, não estavam de todo modo isolados para definir o estatuto epistemológico e metodológico da ciência moderna. Era necessário que a ciência se apoiasse num método mais sistemático, oriundo dos próprios fenômenos observados, isto é, que a observação estivesse vinculada à tradição empirista[14], portanto ao indutivismo, e menos em diretrizes metodológicas dependentes da matemática, isto é, menos dependentes do racionalismo e, portanto, do dedutivismo. E é justamente aqui que a figura de Francis Bacon (1561-1626) é de suma importância para o advento da ciência

[14] No caso de *epistémê clássica*, ao contrário da *epistémê pré-clássica* da Renascença, houve uma forte ruptura entre *as palavras e as coisas*, sendo os meandros do novo *princípio regulador* a ideia de *representação* (identidade/diferença do ponto de vista *formal*), cuja origem não se dava mais no *cosmo*, mas no *pensamento* (*representação reduplicada* = ideia + signo/significado). Restava, tão somente, a *ordenação* da realidade (natural/social), e não a sua *interpretação*.

moderna, pois o filósofo britânico buscou vincular à tradição empirista, portanto ao indutivismo, uma nova prática científica.

Na Inglaterra, especificamente na cidade de *York House*, nascia em 1561 Francis Bacon. Desde cedo, Bacon orientou a sua educação à vida política e a sua atenção às necessidades práticas do homem em sociedade. Em 1584 foi eleito para câmara dos comuns, representando o distrito em que nasceu — o que era equivalente ao cargo de vereador. Sucessivamente, durante o reinado de Jaime I da Escócia (1566-1625) ocupou o cargo de procurador-geral em 1607, guarda do selo em 1617 e grande chanceler em 1618, tendo sido afastado desse último por causa de uma acusação de corrupção.

Além de político, Bacon também contribui fortemente, na qualidade de filósofo e cientista, para instaurar na Europa Ocidental, de um modo geral, e na Inglaterra Renascentista, de um modo específico, uma nova atmosfera intelectual e científica desde o século XVII. Para esse filósofo e cientista britânico, a ciência moderna deveria ser pensada visando fins mais *práticos e vantajosos* na vida e na história humana, ou seja, ela deveria ser pensada de modo totalmente diferente daquela "estéril e verbosa" abordagem proporcionada pela filosofia aristotélica e daquele "empirismo ingênuo" praticado até então (REALE, 2004). Ao invés de seguir a lógica silogística de Aristóteles[15] — encarada como um instrumento para o correto pensar — e construir *a priori* certas proposições conceituais sobre a realidade natural, é de suma importância dar a devida atenção à própria realidade natural para *a posteriori* compreender, explicar e representar a sua verdadeira essência. Somente dessa maneira o homem poderia dominar a realidade natural ao seu favor.

Para tanto, um instrumento novo e eficaz seria necessário para alcançar a verdadeira essência dos fenômenos naturais: trata-se da *indução*, desta vez organizada de forma metódica, ou seja, o *método indutivo*. Com esse método, delineado pela primeira vez na obra "*Novum Organum*" ([1620] 1979), Bacon demonstra que devemos confiar justamente em nossos sentidos, dado que a nossa mente está impregnada de falsas representações da natureza — os ídolos que assediam a mente[16] —, sendo necessário

[15] O silogismo aristotélico aparece pela primeira vez na obra "*Órganon*" (ARISTÓTELES, 2016), base filosófica da lógica formal. O silogismo é um argumento constituído de proposições das quais se inferem conclusões com pretensão de verdades universais. O que importa no silogismo, como construção argumentativa, é a forma como o a proposição foi construída. O mais famoso exemplo da lógica silogística é "Todo home é mortal; Sócrates é homem; Logo, Sócrates é mortal" (FILHO e RUI, 2016, p. 12)

[16] Os quatro ídolos elencados por Bacon (1979, 21) são: (*i*) *os ídolos da tribo*, fundada na associação dos homens entre si, advém das falsas noções e representações da natureza que são passadas de geração à geração; (*ii*) *os ídolos da caverna*, fundada na consciência individual, nos hábitos e nos preconceitos de cada pessoa acerca do verdadeiro aspecto da natureza; (*iii*) *os ídolos do foro*, fundada na linguagem e na

tanto limpar a nossa mente dessas falsas representações quanto expor e justificar o conhecimento da natureza a partir das regras do único método (o indutivo), que pode levar o espírito humano a alcançar o verdadeiro conhecimento. Da mesma forma, deve-se ter em mente, para além de uma simples "ida ao mundo" e um simples exercício de eliminação dos ídolos, que o escopo da ciência se fixe no espírito do homem de ciência, guiando-se pela geração de coisas úteis à humanidade (força humana) e pelo desvelamento das leis que regulem a geração e a produção dos fenômenos estudados (ciência humana).

Após ter em mente a necessidade de extinguir as falsas representações da natureza e fixar no espírito o escopo da ciência, o homem de ciência pode encaminhar-se para o estudo da natureza e adquirir o que importa: as "interpretações da natureza", que derivam da própria experiência e dos fenômenos que se mostram nas realidades natural. Aqui, finalmente chegamos no método indutivo proposto por Francis Bacon (1979, p. 102) para quem o estudo da ciência requer: (*i*) extrair e fazer surgir os axiomas da experiência realizada e (*ii*) deduzir e derivar novos experimentos a partir dos axiomas retirados anteriormente, mediante a indução por eliminação da hipótese falsa. Surge após esse procedimento, a "primeira vindima" (primeira hipótese), que guiará as observações ulteriores até a criação de uma lei universal do fenômeno estudado, num processo denominado indutivismo.

A influência de Bacon durante o século XVII na Inglaterra Renascentista e para assentar o desenvolvimento da ciência como a nova ordem de produção de conhecimento social foi grande. O seu método indutivo e as suas diretrizes para a prática da ciência estabeleceram e fomentaram uma "aura cientificista" na sociedade britânica, pois a ciência veio a transformar-se num interesse geral das pessoas, intensificando a aplicabilidade da ciência voltada à assistência do homem e ao desenvolvimento social e tecnológico (OLIVEIRA, 2010). Desse modo, a convergência entre o conhecimento técnico e científico, à luz do legado de Bacon, "fez com que o número de invenções feitas por cientistas ingleses durante o século XVIII tenha sido impressionante: fundições de ferro, máquinas de fiação e tecelagem de algodão, máquinas a vapor, estradas, canais e

maneira como os homens entre si fazem uso de conceitos imprecisos, equivocados ou deturpados acerca da natureza; (*iv*) *ídolos do teatro*, fundada na crença dos homens a respeito da autoridade que a tradição, nesse caso os sistemas filosóficos que penetram no espírito humano, possuem inquestionavelmente acerca do verdadeiro aspecto da natureza.

meios de transporte" (KEARNEY, 1970, p. 230). Grupos científicos ingleses focaram sua atenção em questões de importância prática por causa do método indutivo.

Além do método indutivo delineado por Bacon, a Europa a partir do século XVII também sofreu profundas transformações por causa da figura de René Descartes (1596-1650). Nascido na cidade de *La Haye*, na França, Descartes desde muito jovem era questionador, inclusive acentuando essa verve questionadora quando estudou no Colégio Jesuíta *Le Flèche*, colégio com educação de ponta. Nesse colégio, Descartes teve a oportunidade de participar, ao longo de oito anos, de debates filosóficos intensos com colegas e professores, mostrando-se um aluno brilhante — e às vezes um tanto arrogante aos olhos daqueles. Ao tomar contato com diversas áreas do conhecimento, dado a sua curiosidade incessante, Descartes sempre ficou espantado com as dúvidas e com os erros que percebia nelas, não concordando, até mesmo com a forma que o conhecimento científico era produzido na Medicina, sua área de principal interesse para conhecer a natureza do corpo humano.

Compreender o corpo humano, bem como a realidade natural, era algo recorrente entre os pensadores da sua época. Todavia, com Descartes tais compreensões foram consideradas demasiadamente "fragmentadas" e desprovidas de solidez, pois não ofereciam pilares seguros para a produção de conhecimento científico. Como consequência disso, o filósofo francês publica em 1637 o "*Discurso do método"*, uma obra polêmica que teve impacto social em boa parte da Europa, sendo um verdadeiro divisor de águas dentre aqueles que defendiam a fé ou a razão. Além disso, tal obra também demonstrou o quão dogmáticos eram, na sua perspectiva, o Escolasticismo e o Aristotelismo, justamente por não proporcionarem um conhecimento novo e seguro (SHORTO, 2013).

De fato, Descartes é o pai da "Filosofia Moderna" e, da mesma forma, um dos principais arautos da ciência moderna, juntamente com as figuras de Francis Bacon, dentre outros. Por isso, é seguro afirmarmos que além de ter inaugurado as "tramas da Modernidade", sob a forma do primado da razão, e ainda ter assentado as bases filosóficas para as ideias de "sujeito" e "subjetividade", como dito anteriormente, Descartes também contribuiu diretamente para o pensamento e prática científicas. É sabido que Descartes, além de filósofo, também trabalhou no início da sua trajetória intelectual com a Matemática, Medicina, Música, Ótica e Mecânica. Na verdade, como ressalta o historiador da ciência John Henry (1998), o livro "*Discurso do método*", publicado originalmente em 1637, continha no seu prefácio três exercícios de física-matemática (lei

do seno da refração, a causa do arco-íris e outros problemas algébricos) que pretendiam comprovar a exatidão do seu *método dedutivo*.

O *método dedutivo* proposto por Descartes, ao contrário do método indutivo de Bacon, não orienta que se "vá ao mundo" nem que se estabeleça uma base empírica para o conhecimento. O verdadeiro conhecimento, observa Descartes (2012), já está dado *a priori* em nosso espírito (razão, juízo) e não necessita dos nossos sentidos, ou seja, o verdadeiro conhecimento advém das nossas "estruturas cognitivas" (*cogitans*). Na dedução, entretanto, como método proposto por Descartes, para se alcançar o verdadeiro conhecimento deve ser acompanhada de um exaustivo exercício de dúvida, dúvida essa que tem como base um processo (em etapas) analítico (do grego, *ana*, "através"; *lysis*, "decompor") do mesmo modo que é aplicado à álgebra e à geometria. As etapas do método são: (*i*) não aceitar nada como verdadeiro sem antes ter passado pelo crivo da razão; (*ii*) tudo o que aparece como complexo deve ser divido em quantas partes forem possíveis e necessárias para que possa melhor resolvê-lo; (*iii*) uma vez feito esse processo, ele deve seguir um ordenamento, começando pelos objetos mais simples e avançar gradualmente até os objetos mais complexos; (*iv*) deve-se dar lugar a tantas revisões quanto necessárias, de modo que as contribuições e objeções de todos possam ser levadas em consideração, pois ela é a condição mesma de estabelecimento da verdade (DESCARTES, 2012, p. 30). Somente assim, na perspectiva de Descartes, a razão trilharia um caminho seguro e evitaria o erro.

Por toda a Europa, a partir do século XVII, o método dedutivo proposto por Descartes e a decisão de tomar os pensamentos como as únicas certezas para a prática científica exerceram profunda influência sobre o cotidiano daquele continente. Segundo Russell Shorto (2013), o cartesianismo virou um "verdadeiro espetáculo" em toda a Europa, espalhando-se numa velocidade e força incríveis que deixaram o clero, extremamente forte ainda, não obstante a crise pela qual já vinha passando o conhecimento teológico, atordoado. A maioria das pessoas exercitavam o livre pensar e discutiam a natureza da razão, o que repercutiu não somente, como se pôde observar, nas ideias políticas do Iluminismo, mas também em diversos estratos sociais, desde às classes baixas até à nobreza. Russell Shorto (2013, p. 67), ainda, descreve um cenário durante a década de 1660, na França, em que "[...] homens, mulheres, casados, solteiros [...] membros do alto escalão do governo ao lado de provincianos, grosseirões, assim como príncipe, prostitutas e religiosos" eram os visitantes das chamadas *Mercredis*, nome dado

ao evento semanal que ensinava a filosofia da razão, ministrado pelo físico Jacques Rohaut (1618-1672), considerado o maior cartesiano vivo à época.

Considerando dentre os arautos da ciência moderna, como Francis Bacon e René Descartes que estabeleceram as bases epistemológicas e metodológicas para a "nova forma" de ver e compreender o mundo, Isaac Newton (1643-1727) talvez tenha sido aquele que mais tenha dado notoriedade à ciência por toda a Europa. Nascido em 1643, na Inglaterra, no condado de *Lincolnshire*, Newton desde muito jovem dedicava-se aos estudos, o que lhe garantiu, aos dezoito anos, ser aceito sem dificuldades no *Trinity College*, da Universidade de Cambridge. Passou quatro anos nessa Universidade até receber, em 1665, o grau de Bacharel em Artes. Naquela época, Newton tornou-se amigo do teólogo e matemático inglês Isaac Barrow (1630-1677), que o estimulou a desenvolver suas aptidões na Matemática, tornando-o seu assistente.

As aptidões matemáticas de Newton eram tão impressionantes que vinte e dois anos mais tarde, após ter recebido o grau de Bacharel em Artes e ter desenvolvido seu gosto pela ciência por causa de Barrow, o filósofo britânico escreve o seu *magnus opus*. Em "*Os princípios matemáticos da Filosofia Natural*" [*Philosophiae naturalis principia mathematica]* ([1687] 2012), composta por três volumes[17], Newton realiza uma grandiosa síntese das assertivas da astronomia matemática de Copérnico e Galileu até às observações e experimentos de Bacon e Descartes para explicar como ocorre, de fato, o movimento dos corpos celestes, em uma formulação que veio a se tornar conhecida como "mecânica celeste". A mecânica celeste, compreende que os corpos sólidos se movem de acordo com uma força de atração, a gravidade. A significação dessa força de atração, isto é, da gravidade, reside na sua aplicação universal, pois comprova que o Universo é um sistema mecânico[18] que funciona de acordo com as leis exatas da matemática.

Do ponto de vista epistemológico, há que se notar ainda, o pioneirismo de Newton em relação *à síntese entre os métodos indutivo e dedutivo* expostos nos *"Principia*". Com essa síntese, Newton sublinhou as limitações da ciência seiscentista ao expor que uma

[17] O *Volume 1* é dedicado ao estudo da mecânica, pois explica por que os corpos se movem de determinada maneira por causa da gravidade; o *Volume 2* é dedicado ao estudo do movimento dos corpos em meios que oferecem resistência (água, ar, dentre outras coisas); o *Volume 3* é dedicado à aplicação dos princípios anteriores. Toda obra, "[...] foi estruturada segundo a ordem das ideias em Geometria, isto é, definições (massa, força e movimento), axiomas (leis do movimento), enumeração dos pressupostos (que chama de proposições), corolários e escólios (comentários ou notas explicativas) (ROSA, 2012, p. 62).

[18] A concepção mecanicista, segundo Fritjof Capra (2006a), "[...] está intimamente relacionada com um rigoroso determinismo, em que a gigantesca máquina cósmica é completamente causal e determinada. Tudo o que aconteceu teria tido uma causa definida e dado a origem a um efeito definido, e o futuro de qualquer parte do sistema podia — em princípio — ser previsto com absoluta certeza, desde que seu estado, em qualquer momento dado, fosse conhecido em todos os seus detalhes" (CAPRA, 2006a, p. 63).

teoria científica confiável não pode se valer somente de experimentos sem interpretação sistemática (Bacon), nem de princípios sem evidência experimental (Descartes). Ao contrário disso, uma boa teoria científica, na perspectiva newtoniana, deve unificar as duas formas de conhecimento, construindo hipóteses (dimensão dedutiva) para testá-las, sucessivamente, numa base empírica (dimensão indutiva). Assim, uma boa teoria científica deve valer-se do método indutivo-dedutivo — também chamado por Newton (2012) de "*Análise e Síntese*" —, ou melhor dizendo, "[...] proposições particulares são inferidas dos fenômenos e depois tornadas gerais por indução" (NEWTON, 2012, p. 331).

Com Newton, a ciência se torna uma parte fundamental da cultura europeia a partir do século XVII. Foi por causa de Newton, observa Brian Silver (2008), que a ciência sofreu uma "escalada" e que os homens do Iluminismo no século XVIII acreditaram numa explicação racional para o funcionamento do cosmos e de que o próprio homem seria racionalmente explicável. A ciência com Newton, portanto, tornou-se um assunto de interesse fortemente popular, uma verdadeira moda, atravessando desde o comércio, passando por aulas públicas de ciência até chegar nas alcovas da aristocracia na maior parte da Europa. A propagação das ideias newtonianas, sob a égide de um "newtonianismo", deveu-se inicialmente a Voltaire (1694-1778) que idolatrava a qualidade da filosofia e ciência inglesas. Na sua "*Cartas sobre os ingleses*" ([1733] 1987), Voltaire demonstra o quão sofisticadas e precisas são as assertivas de Newton, o que atingiu uma ampla camada de intelectuais fora dos círculos filosóficos e extrapolou o âmbito da física (BRAGA, GUERRA e REIS, 2004).

O sucesso esmagador da física clássica, proposta por Newton no século XVII (e até meados do século XX), tornou praticamente inevitável a qualquer construção científica conformar-se ao padrão indutivo-dedutivo exposto pelo físico britânico. Ao não se conformar àquele padrão, não era considerado ciência (KOYRÉ, 2002). Destarte, o pensamento newtoniano contribuiu para o processo de institucionalização da ciência, tornando-a uma prática extremamente respeitável, cuja hegemonia já começava a configurar-se por toda a Europa e além. Esse é o caso da *Royal Society*, fundada no ano de 1660 pelo apoio do Rei Charles II (1630-1685). Tal instituição, composta por mais de 115 membros, entre eles Robert Boyle (1627-1691), Robert Hooke (1635-1703) e Isaac Newton (1643-1727), tinha como objetivo discutir os obstáculos da prática científica e conduzir uma série de experimentos que poderiam testar teorias e hipóteses. A *Royal Society* foi idealizada por causa de Bacon e sua primazia no experimentalismo científico,

tendo como lema "não se deve acreditar na palavra de ninguém" [*Nullius in Verba*] (LAINSON, 2010; THOMSON, [1812] 2011).

Com a institucionalização da ciência a partir da *Royal Society*[19], num arranjo de sua interdependência com outras esferas institucionais da Inglaterra do século XVII (economia, política, religião etc.), assistiu-se uma *acelerada difusão do conhecimento científico por toda a Europa*, bem como uma maior valorização da prática científica naquele contexto social. Esse arranjo de interdependência entre a *Royal Society* e outras esferas institucionais da Inglaterra do século XVII também foi catalisado pela retroalimentação das transformações mútuas da produção do conhecimento científico e tecnológico (NEVES, 2009). É possível observar essa relação de interdependência, por exemplo, na descrição proposta pelo sociólogo norte-americano Robert King Merton (1910-2003) em sua tese de doutorado, sob o título "*Science, technology and society in seventh-century in England"* (1970), defendida em 1938. Segundo Merton, especificamente na parte da sua tese intitulada "*Puritanism, Pietism and Science*", assistiu-se na Inglaterra Renascentista, por uma ótica sociológica e institucional da ciência, um nexo muito estreito (diga-se, no sentido weberiano, uma "afinidade eletiva[20]") entre a ciência praticada por diversos intelectuais e a sociedade, sendo essa última em grande parte moldada pelo *ethos* da ética puritana. Graças a esse nexo estreito, mormente a valorização do puritanismo em relação ao bem-estar social e a ciência praticada, a ciência, como instituição, tornou-se mais do que nunca algo profundamente valorizado. Em outros termos:

---

[19] Além da *Royal Society*, a institucionalização da ciência também ocorreu na *Accademia dei Lincei*, fundada na Itália, em 1603, na *Accademia dei Cimiento*, fundada em Florença, em 1657 e na *Académie des Sciences*, fundada em Paris, no ano de 1666.

[20] O conceito de "afinidades eletivas", como lembra Léo Peixoto Rodrigues (2005), servindo-se das considerações de Lamo de Espinosa, Garcia e Albero (1994), surgiu pela primeira vez em 1775, no tratado de química intitulado *Attractionibus electivis*, escrito pelo químico sueco Torbern Bergman (1735-1784). Nesse tratado, Bergman indicou "a dissociação entre dois elementos químicos, unidos e estáveis, mas que, em presença de um terceiro elemento, dissocia-se do anterior para tornar a associar-se com este terceiro, que exerce uma maior atração, ou uma "afinidade eletiva" mais intensa que aquela da primeira combinação" (RODRIGUES, 2005, p. 34). Igualmente, ainda segundo Rodrigues (2005), foi possível verificar que o conceito de "afinidades eletivas" extrapolou a esfera da ciência ao ser tema da novela intitulada "*Die Wahlverwandtschaften*" [As afinidades eletivas], escrita por Goethe e publicada em 1809. Também foi possível verificar um exaustivo estudo do termo "*Wahlverwandtschaften*" em 1978, no artigo intitulado "Max Weber's Elective Affinities Sociology within the Bounds of Pure Reason" escrito pelo sociólogo norte-americano Richard Howe. A ideia de "afinidade eletiva" [*Wahlverwandtschaft*] na sociologia weberiana se opõe, radicalmente, a ideia de relação causal, justamente porque essa última tem conotações deterministas e necessárias. Na obra "*A ética prostestante e o "espírito" do capitalismo"* ([1905] 2004), Weber demonstra que existiu uma espécie de "atração", um "reforço mútuo", entre a visão de mundo puritana (ascética e intramundana) com a visão de mundo capitalista (trabalho e produção de bens), possibilitando a formação do "espírito do capitalismo": "[...] a vida disciplinada, motivada pelo sentido do dever, pela honestidade e pela dedicação do trabalho" (SELL, 2013).

> "[...] a exaltação da faculdade da razão no *ethos* puritano — baseado na concepção de racionalidade como uma forma de frear as paixões — inevitavelmente conduziu a uma postura simpática para com as atividades que demandassem a constante aplicação do raciocínio rigoroso" (MERTON, 1973, p. 238).

Muito dessa acelerada difusão do conhecimento científico, bem como uma maior valorização da prática científica no contexto social europeu, está diretamente relacionado tanto com a multiplicação das universidades quanto com o impacto social dos periódicos científicos. De 1601 até 1650 foram inauguradas 75 universidades *stricto sensu*, 45 academias e 36 instituições consideradas de baixo nível; de 1651 até 1700 foram inauguradas mais 15 universidades *stricto sensu* e mais 28 academias; de 1700 até 1750 houve o fechamento de 12 universidades *stricto sensu* e 16 academias de ensino; de 1750 até 1800 foram inauguradas 12 universidades *stricto sensu* e 16 academias, conforme Willem Frijhoff (1996)[21]. Por sua vez, o impacto dos periódicos científicos, com destaque ao periódico da *Royal Society*, "*Philosophical Transactions of the Royal Society*" (1752[22]), possibilitou, em grande parte da Europa, não somente a difusão dos métodos e experimentos científicos que estavam sendo desenvolvidos naquele contexto histórico, mas também o fortalecimento da retroalimentação entre as transformações da produção do conhecimento científico e o experimentalismo. Diante disso, com o impacto e difusão dos periódicos científicos, pode-se observar, na maior parte da Europa, a seguinte situação:

> [...] Quando os grupos informais e cientistas se transformaram em sociedade científicas (como a *Royal Society*, na Inglaterra, a *Académie des Sciences*, em França e outras sociedades criadas anteriormente na Itália), estas contribuíram para suportar os custos das experiências. As suas publicações e a literatura periódica por elas criada *aumentou a velocidade de comunicação e de verificação dos resultados científicos*. Parece ter sido apenas a meio do século que as publicações científicas assumiram verdadeiramente a forma de comunicação das experiências realmente efetuadas (BUTTERFIELD, 1992, p. 89, grifo nosso).

O advento da ciência moderna, e de seu desenvolvimento a partir de distintas vertentes epistemológicas e metodológicas, é decorrente do primado da razão inaugurado ainda na Renascença. A ciência moderna foi elevada às últimas consequências no

[21] Sobre o desenvolvimento das Universidades na Europa Medieval e Renascentista, ver também Ben-David (1974).

[22] Um fato interessante de ser apontando é que esse periódico científico contou com a publicação do primeiro artigo de Charles Darwin (1809-1882) sob o título "*Observations on the Parallel Roads of Glen Roy, and of Other Parts of Lochaber in Scotland, with an Attempt to Prove That They Are of Marine Origin*" (1839).

imaginário popular durante o predomínio do Iluminismo. Os valores da *Era das Luzes* consolidaram-se de modo acelerado na Europa durante o século XVIII com a institucionalização da ciência moderna e com a difusão das transformações na produção do conhecimento científico[23], seja por meio da multiplicação de universidades, seja por meio da divulgação dos resultados experimentais da ciência em periódicos científicos. O desenvolvimento da ciência e da prática científica, em boa parte da Europa, contribuíram de forma relevante para as manifestações concretas do que se viria a conhecer como "vida moderna", a partir da instrumentalização técnica da produção industrial e das transformações espaço-temporais na realidade social do Ocidente. Apesar disso, a noção de Modernidade (e suas variantes, como Moderno e Modernismo) permanece em disputa mesmo entre os teóricos contemporâneos, de modo que consideramos relevante dedicar as próximas páginas para a compreensão conceitual da Modernidade e suas variantes no âmbito teórico da sociologia.

### 1.3. Modernidade, Moderno e Modernismo: algumas perspectivas conceituais e sociotemporais

Os conceitos "Modernidade", "Moderno" e "Modernismo" estão em íntima relação uns com os outros, mas nem sempre significam a mesma coisa, normalmente apresentam particularismos em seus usos. De acordo com a historiadora Mônica Velloso (2010), quando usados para explicar uma época ou caracterizar algum aspecto da realidade social do Ocidente, tais conceitos normalmente assumem um caráter fronteiriço, devido ao incessante entrecruzamento de seus sentidos e à dificuldade da explicação ou caracterização de ser feita pelo uso de um dos conceitos isoladamente. Cada termo, então, "frequentemente invoca um ou outro, esclarecendo a razão de ser do outro, iluminando-se reciprocamente" (VELLOSO, 2010). Por esse motivo, verificamos no âmbito teórico da sociologia uma polissemia conceitual e um variado emprego desses termos, o que dificulta uma definição unívoca, bem como um consenso acerca de como eles devem ser usados e o que devem descrever precisamente.

Se se pensa de forma analítica, talvez os conceitos de "Modernidade", "Moderno" e "Modernismo" sejam mais inteligíveis. No caso do conceito de "Moderno", pode-se observar na obra "*A história da literatura como provocação à Teoria Literária*" ([1970] 1994), escrita pelo crítico literário alemão Hans Robert Jauss (1921-1997), um ponto de

[23] Para um aprofundamento sobre esse tema, ver Ben-David (1995), Velero (2004) e Lenoir (1997).

partida útil para compreender a história do conceito. Segundo o autor, o conceito "Moderno" foi usado pela primeira vez no século V como "*modernus*", referindo-se à ideia de "modo" (agora mesmo ou recentemente) e seguindo a ideia de *"hodiernus*" (hodierno = do dia ou de hoje). *Modernus* não designava simplesmente o que era considerado novo, mas algo atual e contemporâneo daquele que falava ou usava o termo, no sentido da oposição entre os *moderni* e os *antiqui*: o atual contra o velho. Isso pode ser constatado quando o Papa Gelásio I (410 d. C. - 496 d. C.) usou o conceito para distinguir o "período anterior" do "período contemporâneo" dos padres na Igreja (JAUSS, 1994, p. 57).

Segundo Frederic Jameson (2005), foi com o senador romano Flávio Aurélio Cassiodoro (487 d.C.- 585 d.C.), famoso estadista do Império Romano, que o conceito de "Moderno", semanticamente, implicou na ideia de "ruptura", ideia essa que habitualmente compõe um dos sentidos do conceito. Naquela época, em que Roma foi conquistada pelos Godos, o senador Cassiodoro observou uma quebra, uma antítese (*antiquas*) entre as duas culturas, na qual emergiu uma linha divisória entre uma cultura considerada já "clássica" (romana) e outra cultura nova (godos). O que está em jogo nessa linha divisória observada por Cassiodoro "é a distinção entre *novus* e *modernus*, entre o novo e o moderno", ou seja, *novus* dizia respeito a eventos percebidos individualmente na qualidade de inéditos e o *modernus*, por sua vez, diz respeito a eventos percebidos coletivamente, relacionado às modificações na cultura (JAMESON, 2005, p. 28).

O conceito "Moderno", como bem demonstraram Jauss e Jameson, estaria mais relacionado à percepção de uma coletividade sobre algo, sendo esse algo o tempo, ou melhor dizendo, a temporalidade por se tratar de uma percepção. Essa percepção, aliás, pode variar de sujeito para sujeito, de coletividade para coletividade e de contexto social para contexto social, possibilitando ao conceito "Moderno" a qualidade de ser "dêitico", isto é, *de ser um conceito preenchido de vários conteúdos semânticos em circunstâncias específicas*. É o que nos diz Coelho na obra "*Moderno pós-moderno"* (2011), quando afirma que:

> *Moderno* é termo dêitico, termo que designa alguma coisa mostrando-a sem conceituá-la; que aponta para ela, mas não a define; indica-a, sem simbolizá-la. "Moderno" é, assim, um índice, tipo de signo que veicula uma significação para alguém a partir de uma realidade concreta *em situação* e na dependência da experiência prévia que esse alguém possa ter tido em situações análogas. [...] A maioria das pessoas sabe reconhecer alguma coisa como moderna, embora seja incapaz de descrever ou definir em que consiste essa modernidade. Isto, a rigor, não porque a palavra *moderno* seja vazia, mas porque oca na

> verdade é nossa *referência* do que seja moderno, oca é nossa ideia de moderno, oco é o pensamento do moderno. [...] Talvez fosse melhor dizer que essa palavra e essa relação não são vazias, mas abertas. A relação, neste caso, é uma relação ausente, de ausências, que pode ser feita e que de fato se refaz em cada situação, variando conforme variarem o objeto concreto e a mente de quem se coloca diante dele (COELHO, 2011, p. 30, grifos no original).

Se o conceito "Moderno" retém em si a capacidade de ser dêitico, como afirmou Coelho (2011), de definir algum aspecto da realidade social por uma ótica específica e contextual, de ser semanticamente maleável, podemos afirmar, então, que o entendimento do conceito "Moderno" pode ser complementado, hermeneuticamente, por um estilo de linguagem e por uma visão de mundo construída em tempo e espaço específicos.

A perspectiva hermenêutica pode bem ser aplicada ao conceito "Modernismo". O "Modernismo" diz respeito ao *movimento cultural* que surgiu na Europa Ocidental em fins do século XIX. Nesse movimento, composto por um conjunto de visões estéticas que vão desde a Arquitetura até às Artes, o culto da atualidade mutável ou o "culto do novo pelo novo" da modernidade era central — apesar de em alguns aspectos, constituir-se numa reação crítica à Modernidade (LEFEBVRE, 1969). O poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), ao contrário daqueles que tinham uma reação crítica à Modernidade, foi um dos maiores representantes dos que exaltavam a atualidade mutável da modernidade (LEWIS, 2011; BENJAMIM, 2015). Com Baudelaire — e no seu ensaio "*O pintor da vida moderna*" ([1863] 2010) — são enfatizadas as intensas (digamos, aceleradas) transformações urbanas; transformações de hábitos e costumes de Paris, durante a segunda metade do século XIX.

Para tanto, Baudelaire descreve aquele cenário social ao servir-se, elogiosamente, das obras do pintor e amigo Constantin Guys (1802-1892), visto que esse último seria um homem do mundo moderno (*flâuner*), o interessado no trivial, nos aspectos transitórios da vida cotidiana. Assim sendo, Guys, ao contrário dos pintores clássicos, tomava como inspiração em suas obras de artes o presente, o fugidio e o transitório da vida moderna. Mais do que isso, Guys, segundo Baudelaire (2010), seria o símbolo da modernidade, um homem que tem como residência a cidade, que está atendo a movimentação da multidão, que consegue de modo perspicaz extrair o eterno, o belo e o poético do fugaz da vida moderna. O conceito de "Modernismo", portanto, estaria atrelado "ao desenvolvimento de um vocabulário específico para traduzir a experiência da modernidade" (LAKS, 2016, p. 22).

O "Modernismo", contudo, não pode ser compreendido simplesmente como um movimento estético que surge como mera reação crítica à Modernidade. É preciso ter em

mente as transformações socioeconômicas oriundas da Modernidade e a relação dialética entre a "Modernidade" e o "Modernismo"; entre o fato (o Modernismo) e a reflexão do fato (Modernidade), para retomar novamente as palavras de Coelho (2011, p. 34). No livro "*Tudo que é sólido desmancha no ar*" ([1982] 1987), escrito pelo filósofo marxista Marshall Berman, tal relação dialética é defendida tanto para a compreensão da "Modernidade" quanto do "Modernismo". Nesse sentido, a tese central de Berman (1987) é a de que a Modernidade, ao contrário do que pensam muitos pensadores pós-modernos, perdurará por muito tempo, dado que ela *estendeu seu vigor acelerativo em função do capitalismo como modo de produção, e sua capacidade infinita de transformação e de renovação*. Com o desenvolvimento das forças do capitalismo assistiu-se, inclusive no âmbito estético do Modernismo e seu vocabulário específico para traduzir a experiência da Modernidade, um turbilhão de permanente desintegração e mudança social; mudança, essa, que tem como *característica a aceleração do tempo e dos processos sociais*, seja por causa das descobertas científicas e da industrialização, seja por causa das transformações demográficas e urbanas, dimensões essas que certamente se retroalimentam[24]. Em todo esse turbilhão, apesar da sua complexidade e difusão, existe uma experiência central, qual seja:

> A experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida — que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como "modernidade". Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de *desunidade*: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo [societário] no qual, como disse Marx, "tudo o que é sólido desmancha no ar" (BERMAN, 1987, p. 15, grifo nosso).

A Modernidade, para Berman (1987), pode ser compreendida como um conjunto de experiências e transformações na realidade social do Ocidente, notadamente na dimensão espaço-temporal[25] da sociedade, e que se manifestam como "[...] condição

[24] Não podemos deixar de mencionar o movimento artístico chamado de *Futurismo*, no qual, desde a publicação do *Manifesto Futurista* escrito por Filippo Tommaso Marinetti anos antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, especificamente no ano de 1909, são defendidos um culto extremado à velocidade e ao desenvolvimento tecnológico, tudo o que vai contra do "caretismo" ou "lentidão" da tradição (HUMPHREYS, 1994).

[25] A dimensão espaço-temporal é utilizada aqui como um pano de fundo contextual que orienta as percepções dos indivíduos sobre os fenômenos e relações sociais, amparada na definição do sociólogo britânico John Hassard (1990). É no espaço e no tempo que os ditos fenômenos e relações sociais se

fundamental para o estabelecimento do Modernismo enquanto estetização de vida" (LAKS, 2016, p. 22). O conceito de "Modernidade", assim, traria no seu âmago, se fossemos combinar as considerações de Marshal Berman (1987), Krishan Kumar (1997) e David Harvey (1992), o sentido de uma designação abrangente de todas as mudanças no "mundo da vida" do social ocidental, envolvendo não somente experiências e transformações na dimensão espaço-temporal, mas também um interminável processo de rupturas e fragmentações sociais.

Consoante com Berman, Kumar e Harvey, embora por uma lente teórica distinta, Anthony Giddens também considera que a Modernidade ainda perdura, isto porque não houve uma substancial ruptura com os cânones da Modernidade, ao contrário do que pensam os teóricos assumidamente pós-modernos. Para o sociólogo britânico, nas obras "*As consequências da Modernidardade*" ([1990] 1991) e "*Modernidade e Identidade*" ([1999] 2002), não estaríamos numa nova época histórica, nem num arranjo social totalmente novo, para "além" da Modernidade. Estaríamos, ao contrário, numa época radicalizada da Modernidade, fase essa em que suas consequências ainda hoje estariam em expansão. Por isso, opina que devemos conceber essa contemporaneidade como um estado de "Modernidade Tardia". Giddens desdobra tal assertiva ao definir, preliminarmente, sua compreensão de Modernidade como o "[...] estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência" (GIDDENS, 1991, p. 11). A especificidade e o desenvolvimento histórico-social da Modernidade a partir do século XVII só podem ser explicitados, na ótica giddensiana, por uma "interpretação descontinuísta", pois assim estaríamos trazendo à baila o ineditismo, o aspecto único das instituições Modernas em relação ao arranjo societário tradicional. Três características centrais são cotejadas por Giddens (1991 p. 16) em seu diagnóstico das descontinuidades perceptíveis na Modernidade Tardia, quais sejam: *o ritmo de mudança social, o escopo da mudança social e a natureza intrínseca das instituições modernas*.

O *ritmo da mudança social* está diretamente ligado à extrema rapidez do tempo e dos processos sociais na sociedade tardo-moderna, algo inédito se formos comparar ao arranjo social tradicional. Por efeito, o ritmo da mudança social, com base na inter-relação entre os desenvolvimentos científico, econômico e técnico-industrial, possibilitou o

estabelecem e são compreendidos. A dimensão espaço-temporal configura-se, então, pelo entendimento de que espaço e tempo, ao manterem um certo nível estável de sincronia, formam um pano de fundo que dá significado aos fenômenos e relações sociais.

aumento do escopo da própria mudança social, na medida em que na Modernidade Tardia as transformações sociais não se limitam mais a nações específicas, agora penetrando em diferentes áreas do globo, dado a interconexão global proporcionada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Na perspectiva giddensiana, essas duas características sintetizam a natureza intrínseca das instituições modernas, bem como decorre a organização da sociedade contemporânea, o que torna improvável encontrarmos alguma semelhança com os arranjos sociais tradicionais.

Dentre as características citadas por Giddens (1991) anteriormente, a ideia de *reflexividade*, característica fundamental da Modernidade Tardia, está subjacente naquelas três características centrais. Ao contrário da "fixidez" das sociedades tradicionais, as sociedades modernas (re)produzem um conhecimento sistemático que garante a sua dinâmica social, sobretudo em nível institucional e em nível individual. Assim, a reflexividade tanto no domínio institucional quanto no domínio individual consiste no fato de que "[...] as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter" (GIDDENS, 1991, p. 49), possibilitando uma maior e acelerada transformação da vida social.

A capacidade reflexiva na Modernidade Tardia, que a distingue dos arranjos sociais anteriores, tem como particularidade impossibilitar a "certeza do conhecimento", inclusive do conhecimento científico, no sentido de não viver no passado, em uma época que aposta na detenção de todas as certezas, mas de viver no futuro, sempre projetando novos horizonte à luz de informações renovadas a todo instante, principalmente com a ajuda do capitalismo que catalisa a expansão e a força das mudanças sociais. Aliás, o capitalismo como modo de produção e principal força motriz da dinâmica social pertencente à Modernidade Tardia, por ter uma capacidade "inerentemente globalizante", projeta as consequências radicais da Modernidade Tardia para além do Estado-nação, implicando em processos sociais pluridimensionais que abrangem diversas esferas sociais e localidades, e intensifica as relações sociais entre os agentes sociais fisicamente distantes. Não é à toa que Giddens, com base no que foi exposto, afirma que:

> A apropriação reflexiva do conhecimento, que é intrinsecamente energizante, mas também necessariamente instável, se amplia para incorporar grandes extensões de tempo-espaço. Os mecanismos de desencaixe fornecem os meios

> desta extensão retirando as relações sociais de sua situacionalidade em locais específicos (GIDDENS, 1991, p.59[26]).

Após todo esse percurso analítico é possível compreendermos que a Modernidade Tardia para Giddens (2000) — também conceituada como "Modernidade Radicalizada" — significa, fundamentalmente, viver de modo mais reflexivo e enfrentar um futuro cada vez mais incerto, de modo que esse futuro ainda está aberto e impossibilita o diagnóstico dos pensadores pós-modernos de que estaríamos num arranjo social totalmente novo.

Para o sociólogo britânico Scott Lash (1990), a Modernidade, ao contrário do que pensa Anthony Giddens, deve ser compreendida como um processo histórico de diferenciação e autonomização cultural, que abrange a Renascença e o Iluminismo, mas que apenas se concretiza totalmente com o surgimento do "Modernismo Estético" na virada do século XIX. Sua predileção em caracterizar a "Modernidade" à luz do conceito de "Modernismo" é justificada por Lash a partir de sua compreensão de que "[...] não apenas as artes contemporâneas, mas as práticas sociais contemporâneas, tomadas de forma mais genérica, podem ser entendidas em termos de modernismo" e, mais do que isso, de que "[...] o modernismo registra uma ruptura fundamental com os pressupostos da modernidade" (LASH, 1990, p. 123).

A construção do argumento de Lash busca sustentação na sua crítica aos debates que, a partir da década de 1980, contrapuseram visões sobre um aprofundamento ou um enfraquecimento da racionalidade na Modernidade. Segundo Lash (1990), essa oposição deve ser considerada como um "falso problema", porque a partir da noção de Modernismo, o fenômeno Moderno possui uma configuração tridimensional: certa disrupção da racionalidade iluminista; uma renovada etapa da razão instrumental; mas também um aprofundamento da racionalidade do Iluminismo, a partir de uma racionalidade substantiva.

A primeira dimensão discutida por Lash (1990) aponta para a erosão da racionalidade do Iluminismo. O sociólogo resgata a noção de "sensibilidade modernista" como um atributo dos atores sociais individuais presos entre mudanças estruturadas na

[26] Para Giddens (1991, p. 27-31), a separação entre espaço e tempo diz respeito a uma característica recorrente no contexto da modernidade, que o autor denomina como "esvaziamento" do tempo e do espaço, ou seja, a emergência de modelos abstratos e uniformes de mensuração do tempo favoreceram uma desconexão com o espaço geograficamente determinado — baseado nas considerações do geógrafo suíço Trosten Hägerstrand (1978) —, contribuindo para que influências sociais, mesmo distantes, moldem contextos interativos específicos. Já os mecanismos de desencaixe, tais como as "fichas simbólicas" (dinheiro) e os "sistemas peritos" (conhecimento técnico), dizem respeito aos mecanismos que organizam grande parte das ações do cotidiano e deslocam as relações sociais de contextos interativos através de extensões indefinidas de tempo-espaço.

sociedade, de um lado, e na cultura, de outro. Em diálogo com o trabalho de Daniel Bell, Lash define a sensibilidade modernista não apenas como "uma questão de relação com obras de alta (ou mesmo populares) cultura", mas como "uma relação de nossos sentidos com os sons, imagens, figuras, sentimentos, até mesmo erotismo da vida cotidiana" (LASH, 1990, p. 126). Essa relação sensível com o mundo, no contexto do Modernismo, se caracteriza por uma *desordenação/reordenação dos padrões temporais e espaciais de nossas sensações*, por exemplo, em nossas experiências com o desenvolvimento de tecnologias de transporte e a consequente alteração em nossas percepções sobre movimento e velocidade. Da mesma forma, as nossas percepções de movimento e velocidade são alteradas pelas implicações do desenvolvimento técnico de aparatados de comunicação, como o rádio, o fonógrafo e a televisão, que aumentam os fluxos de comunicação. Os movimentos de desordenação/reordenação de nossos padrões espaço-temporais, no Modernismo Cultural de Lash (1990), são compreendidos como uma tendência de substituição de valores tradicionais, religiosos e racionais por um novo sistema de crenças fundado na experiência e nas sensações. Uma "*self-experience*", com o aumento das experiências e conhecimentos atrelados ao aumento das interações, uma "[...] disjunção modernista [da noção de] pessoa com o número de funções que desempenha" (LASH, 1990, p. 127), tornando "[...] nossas sensibilidades abertas ao imediatismo, ao impacto, à sensação" (LASH, 1990, p. 127).

Por seu turno, a segunda dimensão descrita por Lash (1990) está associada a uma renovação da razão instrumental, em que princípios anteriores de unidade e transcendência são substituídos por princípios de pluralidade e imanência. Apoiado no trabalho de Foucault, o sociólogo salienta que assistimos uma substituição da "*Epistèmê Clássica*", descrita como homogênea, por uma *Epistèmê Moderna*, caracterizada por uma heterogeneidade subjacente à natureza supostamente unificada do homem nas Ciências Naturais e Humanas. Como consequência desse processo de reestruturação do conhecimento científico, alteram-se as dinâmicas de poder na sociedade Moderna. Enquanto na "*Epistèmê Clássica*" o poder operava de forma *negativa*, pela exclusão dos discursos e da civilização, o poder Moderno opera *positivamente*, pois individualiza, normatiza e mobiliza corpos sociais a partir de um interesse reprodutivo.

Para expor a terceira e última dimensão do Modernismo, Lash (1990) propõe que o Modernismo enseja um aprofundamento da racionalidade iluminista, no sentido de uma "racionalidade substantiva", apontada como um aprofundamento da dimensão de emancipação do homem, visto que a *razão moderna* se torna concreta e substantiva. Em

diálogo com a *Teoria Crítica* de Jürgen Habermas, Lash compreende que o aumento da racionalidade também aponta para um processo de aprendizado cumulativo que se apoia na separação das esperas teórica, moral-prática e estética da cultura.

> O que Habermas afirma é que somente na modernidade há diferenciação suficiente de subjetividade para que as comunicações possam tomar a forma de reivindicações de validade discursivamente resgatáveis [...]. O cerne de seu argumento é que, antes da modernidade, havia muita confusão e conflação das dimensões (cognitiva, moral-prática, avaliativa, expressiva e hermenêutica) da comunicação para que esta última fosse racional (LASH, 1990, p. 138).

A noção de Modernismo de Lash, desta forma, reforça um processo de diferenciação cultural da sociedade na Modernidade, em que cada esfera atinge uma completa autonomia, tornando-se autorreguladas. Assim, o conceito de Modernismo não se relaciona apenas ao campo cultural, mas é considerado um *ethos* que se estende para outros campos sociais do século XIX, como o político, o jurídico, o científico, entre outros.

A orientação para o futuro e o caráter "aberto" da Modernidade mostram-se fundamentais no pensamento sociológico e filosófico do pensador alemão Jürgen Habermas, representante da segunda geração da Escola de Frankfurt. Para o pensador alemão, a Modernidade está associada a uma concepção histórica e processual da sociedade ocidental, cujo horizonte é um futuro imprevisto (HABERMAS, 1992). Nesse sentido, a Modernidade para Habermas não se encontra superada ou acabada como defende a corrente pós-moderna, sendo necessário resgatá-la e reconstruí-la em novas bases, bases essas que se encontram no projeto habermasiano para a realização das metas emancipatórias da Modernidade, através da sua *Teoria da Ação Comunicativa* (CAVALCANTE, 1999).

Tanto histórica quanto conceitualmente, Habermas (2000) compreende a modernidade ocidental na esteira da sociologia weberiana e na esteira dos iluministas do século XVIII, isto é, como um longo processo de racionalização que foi fortalecendo (e ainda fortalece) a história humana e social como um projeto do primado da razão. Embora esteja apoiado em Max Weber, Habermas tem pretensões normativo-emancipatórias no seu diagnóstico da Modernidade e na sua teoria sociológica, totalmente distintas da "Neutralidade Axiológica[27]" defendida pelo primeiro, visto que se compromete em

[27] A *neutralidade axiológica* estipulada por Weber (2016, p. 559) diz respeito à distinção entre *juízos de valor e juízos de fatos*. Enquanto as primeiras estão assentadas num *dever-ser*, a partir de suposições do que pode, deve e/ou deveria ser feito em relação aos fenômenos da realidade social; as segundas estão

resgatar a razão e a sua capacidade de libertar os seres humanos dos mitos, das manipulações e da dominação. Se antes, na perspectiva habermasiana, a razão tinha a capacidade de libertar os seres humanos dos mitos, das manipulações e da dominação, agora, na sociedade contemporânea, tal capacidade foi usurpada pelo capitalismo, deixando-se transformar exclusivamente em instrumento de produção e de dominação (razão instrumental). Portanto, a compreensão histórica e conceitual de Habermas acerca da Modernidade é central no modo como o autor formula o seu projeto emancipatório e compreende a possibilidade de resgatar e reconstruir a Modernidade, dado seu caráter de incompletude.

À vista disso, Habermas (2000) concebe a Modernidade (às vezes intercambiando com o conceito de "Modernização", em razão de ser uma época ainda em processo, portanto, incompleta) como um "projeto inacabado", não se definindo por um único evento histórico, mas por meio de:

> [...] um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc. (HABERMAS, 2000, p. 05).

Podemos observar na citação de Habermas que todos os eventos elencados têm como base a razão, ou para usar um termo caro a Max Weber (2004, p. 125), o processo de racionalização da vida ocidental. Mais ainda, podemos observar que tanto historicamente quanto conceitualmente, Habermas compreende a Modernidade como um projeto que traz consigo a esperança na possibilidade de reabilitação da razão, o que representa, também, a viabilidade da própria razão se autocompreender como carente de contributos que podem colocá-la de volta ao caminho correto, que leva ao entendimento entre os indivíduos (FERNANDES, 2020).

Na obra "*Teoria e Práxis*" ([1971] 2013), Habermas demonstra que o seu objetivo, desde o início da sua trajetória intelectual, foi desenvolver uma teoria crítico-normativa capaz de contribuir para a emancipação humana e despertar um propósito prático nos agentes sociais para a reconstrução da Modernidade.

---

assentadas no que *é*, a partir da demonstração rigorosa dos fenômenos da realidade social em sua integralidade. O sociólogo, na perceptiva weberiana, até pode se deixar levar pelos valores na hora de escolher o seu objeto de pesquisa, mas não pode deixar que tais valores ditem os rumos da pesquisa nem a maneira de compreender os fenômenos observados. Na pesquisa, então, o sociólogo (ou o cientista) só podem emitir "Juízos de Fatos", sem procurar julgar se o que está buscando compreender é correto ou não, se é adequado ou não, se é bom ou mau.

Para tanto, Habermas (2012) vai desenvolver uma *Teoria da Ação Comunicativa* calcada em uma nova compreensão do conceito de razão (razão comunicativa) e de uma reorientação da razão para o plano político, no sentido de visar a liberdade individual, a igualdade e uma sociedade livre de dominação. Além disso, Habermas (2012) também pretende rearticular no seu projeto emancipatório o "*sistema*" com o "*mundo da vida*[28]", pois o primeiro, composto pelos subsistemas "Estado" e "Economia", acaba colonizando e ofuscando, por sua racionalidade instrumental (orientada por regras técnicas e comportamento estratégico), os fundamentos comunicativos e culturais do segundo. Assim, o poder e o dinheiro, elementos constitutivos do "*sistema*", acabam substituindo a comunicação entre os indivíduos no "*mundo da vida*" por parâmetros não linguísticos, o que limita a reprodução simbólica da sociedade, assegurada pela argumentação e pelo discurso crítico. Fundamentalmente, o que interessa a Habermas é:

> "[...] uma mudança de paradigma: da ação instrumental para a ação comunicativa, da subjetividade para a intersubjetividade, da razão monológica para a razão dialógica. Somente assim a modernidade poderá ser compreendida corretamente, buscando-se, por meio da ação orientada para a compreensão, as soluções para as patologias [sociais] (FREITAG, 1993, p. 33).

A ação comunicativa, ainda segundo Habermas (2012), agrega, torna inteligível e coloca em relação harmoniosa os *três tipos de ação social* (*teleológica, regulada por normas e dramatúrgica*[29]) por meio de atos de fala e de argumentação, com o objetivo de alcançar as demais ações pelo entendimento mútuo. Para Habermas, portanto, a

[28] "*Sistema*" e "*mundo da vida*" devem ser vistos como duas "faces" do mesmo *processo de modernização ocidental*. O primeiro, isto é, o sistema, está ligado ao que o autor chamou de "*modernização societária*": processo no qual ocorrem *diferenciações no social* sob a forma de sistemas e instituições específicas, compostas por racionalidades particulares. Já o segundo, como possibilidade de crítica, de "suspenção" do frenesi encetado pelo primeiro, refere-se à "*modernização cultural*": os ganhos "reais" do processo de racionalização no "*mundo da vida*" também funcionam como uma espécie de contratendência, de *autorreflexão constante acerca da modernidade*. As duas dimensões, assim, são uma forma do autor demonstrar os limites das perspectivas que atribuíram e/ou atribuem — como a primeira geração da Escola de Frankfurt — à modernidade somente um processo de diferenciação social. Algo totalmente alienante segundo o autor, pois, esquece dos "ganhos", por assim dizer, da *Democracia Liberal* às mazelas do social (HABERMAS, 2000; FREITAG, 1993; LACERDA, 2015).

[29] Não pretendemos discutir aqui pormenorizadamente a "Teoria da Ação Comunicativa" de Jürgen Habermas, mas apenas salientar como o autor articulou, em linhas gerais, a sua proposta teórica com a sua compreensão histórica e conceitual da "Modernidade". As três tipologias de ação social elencadas por Habermas (2012, p. 163-166), além da ação comunicativa, resumidamente, são: A "ação teleológica", na qual o indivíduo estrategicamente age com um fim pré-determinado, calculando o êxito da ação de maneira utilitarista, objetivando alcançar o máximo proveito da situação em que se coloca. A segunda tipologia, por sua vez, é a "ação regulada por normas, na qual os indivíduos inseridos num determinado grupo social orientam suas ações por valores comuns e satisfazem as expectativas dos seus comportamentos. A terceira tipologia é a "ação dramatúrgica", na qual o indivíduo inserido num determinado grupo social passa a controlar uma determinada imagem ou impressão de si mesmo para seus pares. Por fim, a quarta tipologia de ação social é a "ação comunicativa", na qual desenvolve-se quando dois ou mais agentes sociais capazes de falar e agir estabelecem uma relação intersubjetiva para estabelecer o entendimento mútuo.

Modernidade, tanto em nível histórico quanto conceitual, é uma realização da racionalidade comunicativa que torna explicito o potencial emancipatório da humanidade e o resgate e a reconstrução da sociedade moderna (MERAWI, 2012).

Existe no âmbito teórico da sociologia, ao contrário dos autores supracitados (Coelho, Berman, Giddens, Lash e Habermas), intelectuais que afirmam a impossibilidade de a "Modernidade" ser considerada um conceito. Esse é o caso do crítico literário e teórico marxista Fredric Jameson. Na sua obra "*Modernidade singular: uma ontologia do presente*" (2005), Jameson busca demonstrar, através de uma análise minuciosa — que não cabe aqui expô-la em sua inteireza —, a dificuldade de a "Modernidade" concretizar-se como conceito, não sendo mais do que uma palavra (ou categoria) destinada a satisfazer certos usos ideológicos ou contextuais, principalmente no âmbito do pensamento pós-moderno. Contudo, os meandros da discussão de Jameson com a perspectiva pós-moderna não serão aqui cotejados, e sim somente os aspectos gerais de como o autor justifica a impossibilidade de a "Modernidade" ser vista como um conceito.

Jameson pensa que existe uma tentativa de retomada da ideia de Modernidade entre cientistas, artistas, literatos etc. O autor não entende essa tentativa como um esforço de compreensão das mudanças do contemporâneo, mas como uma estratégia retórica e ideológica que representam a força da lógica do capitalismo tardio[30]. Essa última estaria possibilitando a emergência de uma "pluralidade de modernidades", dado a sua flexibilidade mercadológica e capacidade de induzir globalmente ao consumo desenfreado. Com base em tal força lógica do capitalismo tardio, argumenta Jameson (2005, p. 29), verificaríamos, no mesmo sentido da linguística, que o conceito de "Modernidade" teria um aspecto dos "modificadores linguísticos[31]", pois faz "[...] referência ao contexto da enunciação, cujo significado e conteúdo variam de falante para falante, através do tempo". O que estaria implícito na Modernidade, como "modificador linguístico", seria um movimento dialético de ruptura e novidade contínua na maneira como o conceito é empregado, variando de contexto social para contexto social (TELLES,

[30] Frederic Jameson desenvolve a sua compreensão de "capitalismo tardio" na obra "*Pós-modernismo: a lógica do capitalismo tardio*" (1997), originalmente publicada em 1989, para caracterizar não uma ordem social totalmente nova, mas um novo estágio do capitalismo que se desenvolveu após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse novo estágio do capitalismo, marcado por um intenso desenvolvimento mercadológico e tecnológico, a esfera econômica se confunde com a esfera cultural, modificando profundamente a maneira como a vida social se desenvolve.

[31] Como os pronomes (eu, mim, tu), as palavras que indicam lugar (aqui e ali) e as palavras temporais (agora e então).

2009). *Essa é a primeira máxima de Jameson acerca da "impossibilidade de não periodizar", como efeito da incapacidade de termos uma definição unívoca do conceito de "Modernidade".*

Ao avançar na sua *primeira máxima*, referindo-se à Modernidade como algo que sempre terá "um começo e um fim" de uso para uso, de contexto para contexto, revelando sempre as ideologias de quem usa o termo, *a segunda máxima de Jameson é de que a Modernidade deve ser vista como uma categoria narrativa*. Igualmente, por não ser vista como conceito, e sim como uma categoria narrativa, dado seus usos ideológicos, a Modernidade também não permite estabelecer uma teoria sobre si mesma, devendo ser pensada como um "tropo retórico", isto é:

> [...] tropo da modernidade pode ser considerado naquele sentido autorreferente, se não performativo, já que sua aparição sinaliza a emergência de um novo tipo de figura, uma quebra decisiva com a forma prévia de figurativismo, e é nessa medida um sinal da própria existência, um significante que indica a si próprio e cuja forma é em si mesma um sinal de modernidade em si. O próprio conceito de modernidade e moderno dramatiza as suas próprias pretensões. Ou, para dizer de outro modo, podemos afirmar que o que é considerado por todos os escritores mencionados aqui uma teoria da modernidade é pouco mais do que a projeção de suas próprias estruturas retóricas sobre os temas e o conteúdo em questão: a teoria da modernidade pouco mais é que uma projeção do próprio tropo (JAMESON, 2005, p. 47).

Partindo da segunda conclusão de que a Modernidade não passa de uma categoria narrativa, Jameson (2005) busca usá-la como base da sua *terceira máxima*, qual seja: *não podemos narrar "A Modernidade", somente as situações que se desenrolam nela* (TELLES, 2009). Como justificativa, o autor faz um severo ataque à tradição filosófica que concebe, desde Descartes, a capacidade da "consciência" e da "subjetividade" exporem os delineamentos do que seria a Época Moderna, sobretudo a tradição que coloca a *Modernidade como um projeto do primado da razão*. De maneira oposta, Jameson pensa que a "consciência" e a "subjetividade" não podem ser representadas nem narradas nas suas integralidades, pois ambas apenas percebem alguma coisa e, na esteira da Filosofia Transcendental de Immanuel Kant[32] (1724-1804), tem-se, "[...] por definição, que a consciência, como coisa-em-si, não pode ser representada, na medida em que ela é aqui

[32] "Eu denomino *transcendental* todo conhecimento que se ocupe não tanto com os objetos, *mas com o nosso modo de conhecer os objetos*, na medida em que estes devem ser possíveis *a priori.* Um *sistema* de tais conceitos se denominaria filosofia transcendental" (KANT, 2015, p. 60 [grifos nossos]). Notemos que essa passagem já traz consigo a ideia de criticismo defendida por Kant, em virtude de o autor sintetizar/criticar o empirismo britânico e o racionalismo continental. Em outros termos, nem a observação (empirismo) nem a pura razão (racionalismo) explicavam consistentemente como ocorre a produção do conhecimento científico, sendo necessário o reconhecimento de formas *a priori* da sensibilidade e entendimento enquanto características inatas da cognição humana.

por e para o que as representações são representadas" (JAMESON, 2005, p. 57). Assim sendo, a narrativa da Modernidade não pode ocorrer por meio das categorias de "subjetividade" e "consciência", visto que ambas são impossíveis de representar, mas somente *as situações* que se desenrolam na Modernidade podem ser narradas (TELLES, 2009).

Das três máximas expostas por Jameson (2005), a *quarta* se mostra como a mais direta e contundente. Se a modernidade, de um modo geral, apresenta-se como uma categoria narrativa e, de modo específico, somente conseguimos narrar as situações que se desenrolam nela, além é claro, da "impossibilidade de não periodizar", "[..] nenhuma 'teoria' da modernidade tem sentido hoje se não for capaz de chegar a bons termos com a hipótese de uma ruptura pós-moderna com o moderno" (JAMESON, 2005, p. 112). Com essa assertiva, Jameson está querendo demonstrar que ainda *não há*, tanto do lado dos autores assumidamente pós-modernos quanto dos autores que defendem a Modernidade, *um consenso acerca de onde termina a Modernidade e onde começa a Pós-Modernidade*. Ademais, Jameson formula um último comentário que aponta para o caráter inacabado das narrativas sobre a Modernidade, posto que se admitir, por parte daqueles que estudam e criticam a Modernidade, a sua *quarta máxima*, a Modernidade se desmascara como categoria exclusivamente historiográfica, portanto, meramente descritiva, desfazendo todas as reivindicações como conceito de vanguarda de inovação (JAMESON, 2005; TELLES, 2009).

"Modernidade", "Modernismo" e "Moderno", como dito no início do texto e ao longo das teorias sociológicas apresentadas na presente seção, estão em íntima relação, mas não possuem o mesmo sentido. Por vezes, dado a complexidade e heterogeneidade do debate teórico na Sociologia, tais categorias se relacionam de modos distintos, ora combinadas para explicar um determinado contexto histórico e social, ora somente um dos conceitos é acionado para explicar e esclarecer a razão de ser dos outros conceitos, para retomar as palavras da historiadora Monica Velloso (2010).

Considerando as distintas abordagens teóricas apresentadas nesta seção, em nossa perspectiva teórica e interesse investigativo compreendemos "*Modernidade*" como uma época abrangente que designa mudanças radicais e aceleradas na realidade social do Ocidente, inclusive na sua dimensão espaço-temporal, em virtude da retroalimentação entre o desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial. Por sua vez, compreendemos "*Modernismo*" como um vocabulário coletivo e individual que descreve a Modernidade, à luz das mudanças espaço-temporais percebidas na sociedade, como

uma época que proporciona mudanças radicais e aceleradas nas práticas sociais. Por fim, compreendemos "*Moderno*" como um modo de descrever, em tempo e espaço específicos, a singularidade da época Moderna no que tange as mudanças radicais e aceleradas proporcionada por ela, ao tomar como ponto de partida a retroalimentação entre o desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial.

## CAPÍTULO 2. REFLEXÕES SOBRE AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS QUE SE TEM PRATICADO: PONTO DE PARTIDA EPISTÊMICO-CONCEITUAIL DE FUNDAMENTAÇÃO DESTA TESE

Neste Segundo Capítulo, empreendemos reflexões epistemológicas sobre as Ciências Humanas e Sociais, em particular, sobre a Sociologia, fincando as bases *conceituais* da presente Tese. Com vistas à fundamentação de uma *Epistémê Reflexiva Aplicada ao Tempo Social*, delimitada como prática *metassociológica* capaz de identificar — conforme a sua descrição no capítulo seguinte — os esquemas de distinção utilizados pelos teóricos sociais em suas respectivas construções teóricas, em interrelação ao trinômio *teoria sociológica, tecnologia e mudança no tempo social.*

Para tanto, iniciamos a presente seção com uma discussão sobre as perspectivas de Jacques Derrida e Michel Foucault, respectivamente, as perspectivas metódicas da *desconstrução* e da *arqueologia*, sendo essa última atinente aos estudos das *epistémês*. Ambas, assim, formam parte do que ficou conhecido como *Filosofia Continental*, cuja verve se coloca sob a égide da *interpretação histórico-ontológica*. Da mesma forma, isto é, como perspectiva equivalente, apresentamos a *perspectiva construtivista* da *observação de segunda ordem* criada pelo ciberneticista Heinz von Foerster, e aprofundada no âmbito sociológico por Niklas Luhmann.

Também buscamos discutir a importância do tempo para o conhecimento e para a produção do conhecimento científico. Nesse sentido, apresentamos distintas concepções do tempo na Filosofia e na Física, posto que, em certo sentido, tais concepções incidiram no modo como a Sociologia compreendeu (e ainda compreende) as características do *tempo social*. O *tempo social* pode ser visto como uma variável imprescindível e um grande desafio para a construção de modelos teóricos. Por um lado, porque o tempo se mostra difícil de capturar (digamos, impossível), o que está diretamente ligado ao "*motivo teórico*": toda a teoria já carrega consigo os seus próprios limites e, consoante a isso, todo o teórico irá se defrontar tanto com uma realidade em constante transformação como com os próprios limites da sua observação. Por outro lado, o tempo obriga o teórico que pretende propor certa teoria a ficar atento às mudanças sociais (e naturais) impostas pelo próprio tempo, inclusive suas sequências temporais, sua duração e escala (níveis *micro, meso* e *macro*). Não há escapatória, posto que qualquer realidade, notadamente a realidade social, envolve um fluxo ininterrupto e acelerado de mudanças, que também

podem se apresentar estagnadas ou desaceleradas. Chamamos esse segundo motivo de *epistêmico-temporal*.

Como referentes da *Epistémê Reflexiva Aplicada ao Tempo Social*, apontamos como falsa dicotomia a distinção entre *racionalismo e empirismo, indução e dedução, teórico e empírico na produção do conhecimento científico*. Para mais, realizamos uma discussão acerca da importância dos *conceitos, analogias e metáforas* para a construção e para o conhecimento do conhecimento científico. Longe de serem simples "peças" que compõem um determinado modelo teórico, ambas se apresentam, sobretudo na Sociologia, de suma importância para a produção do conhecimento científico, pois permitem (e capacitam) que o conhecimento científico não se limite a sua área de origem.

Por fim, assinalamos a "*reflexividade*" como processo sociocognitivo que possibilita o *conhecimento do conhecimento* e discutimos a ideia "auto-organização" como enlace reflexivo e cognitivo, essencial sob o ponto de vista da *Teoria Sistêmica*, ressaltando a relação de retroalimentação entre *o sujeito observador e o objeto observado*, ou melhor dizendo, entre *o observador e a realidade observada*. Consideramos, ainda, o contexto social do Ocidente desde o século XIX, com o aumento da complexidade na realidade social e no âmbito da ciência, como processo reflexivo da primeira e vice-versa. A *teoria sociológica, a tecnologia* — com suas variações, tais como *a técnica e as tecnociências — e o tempo social* demonstram, como veremos, uma relação inextrincável para o conhecimento de como sociedades complexas se produzem e se reproduzem. Uma alimenta e é alimentada pela outra, *influenciando na aceleração-positiva ou na aceleração-negativa do tempo social*, quanto também sendo alimentadas pelos seus próprios efeitos, o que demonstra, claramente, o quão elas se retroalimentam, se produzem e retroproduzem.

## 2.1. A base de fundamentação epistemológica continental dos dois primeiros "modos de olhar": acerca da desconstrução e do método arqueológico

O pensamento filosófico, mesmo não se propondo a ser uma ciência no sentido estrito do termo, sempre reverberou um pouco da prática científica quando conduzida pela tradição lógico-epistemológica anglo-saxônica, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, particularmente inspirada pela perspectiva kantiana, interessada nas condições transcendentais do conhecimento e da racionalidade teórico-prática (NEDEL, 2015). Esse estilo de pensamento, conhecido como *Filosofia Analítica*, cujos principais

representantes são David Hume, Gottlob Frege, Bertrand Russell, Alfred Whitehead, dentre outros, está orientado por uma reflexão amplamente científica, rigorosa e formal, em razão demarcar, peremptoriamente, como nos lembram Hans Reichenbach (1961), Luiz Carlos Bombassaro (1992) e Léo Peixoto Rodrigues (2005), o "contexto da descoberta" do "contexto de justificação", afirmando que o verdadeiro pensamento filosófico sobre a ciência deve estabelecer os limites específicos que separam os fatores psicológicos, sociais e históricos da investigação. Assim, a *Filosofia Analítica*, por estar preocupada com uma "analítica da verdade", fundamentada em grande parte na lógica e nos resultados das Ciências Naturais e Exatas, ambiciona, enfim, "atingir um rigor argumentativo de tipo científico, ou seja, construir argumentações controláveis em cada detalhe" (D'AGOSTINI, 2003, p. 35).

Por oposição àquele estilo de pensamento, surgiu, em meados da década de 1960, sobretudo na França, um estilo de fazer filosofia mais voltado à ontologia, ou melhor, à concretude histórica das formas de vida, cuja verve de impostação humanística e literária, na qual o *sujeito* é o fio condutor, posto a ideia de *interpretação* ser central como na tradição *Hermenêutica* e no *Perspectivismo Epistemológico* de Friedrich Nietzsche, ficou conhecida como *Filosofia Continental*. Seus principais representantes foram Jean-Paul Sartre, Jacques Derrida, Michel Foucault, dentre outros — apesar de já existir em gérmen, na Alemanha, nas filosofias de Georg Wilhelm Hegel, Wilhelm Dilthey, Edmund Husserl e Martin Heidegger. Tal estilo de pensamento, como afirmou o próprio Foucault ([1984] 2008), pode ser entendido como uma "ontologia do presente", pois contrapõe-se a uma "analítica da verdade", na medida em que está direcionada para a investigação da *constitutividade do eu* na experiência histórico-contextual, cujo filosofar, enfim, contrapõe-se à ciência entendida no sentido positivista (NEDEL, 2005; RORTY, 1988).

Podemos afirmar que, na França, a *Perspectiva Continental da Filosofia* ficou deveras conhecida, inclusive com fortes reverberações nos Estados Unidos, a partir do *Pós-Estruturalismo*, notadamente através da figura de Jacques Derrida. Com Derrida, de acordo com José Guilherme Merquior (1991), Michael Peters (2000) e John Sturrock (2003), despontou no horizonte francês durante a década de 1960, mormente no agitado episódio do Maio de 68, ainda dominado pelo Estruturalismo, um estilo ou uma corrente de pensamento que corporificou diferentes formas de pensamento, decididamente interdisciplinar, "cujo teor argumentativo se dirigiu de forma crítica [...] ao Estruturalismo, feito a partir de seu interior: isto é, ele voltou alguns dos argumentos do Estruturalismo contra o próprio Estruturalismo e apontou inconsistências fundamentais

em seu método, inconsistências que os estruturalistas ignoravam" (STURROCK, 2003, p. 123). O *Pós-Estruturalismo*, assim, visou superar, ultrapassar e, acima de tudo, *desfundamentar* a questão da cientificidade pretendida pelo próprio *Estruturalismo*, centrando a sua discussão epistemológica à *desconstrução* do *Positivismo* e do *Realismo Epistemológico*[33] estabelecidos como modos de conhecer privilegiados (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014).

Todavia, ainda conforme Peters (2000) e Mendonça e Rodrigues (2014), a distinção entre ambas as perspectivas não é tão rígida assim, pois existem certas afinidades epistemológicas que não foram totalmente dissolvidas, tais como a suspeita ao privilegiamento da consciência humana; a racionalidade da individualidade como pressuposto universal; a importância da interrelação da linguagem com a cultura como fatores simbólicos importantes para a investigação e, enfim; a ênfase comum no inconsciente e nas estruturas sócio-históricas que constrangem e governam o nosso comportamento. Em vista disso,

> Da mesma forma que se pode dizer que existem "estruturalismos", no sentido de que não estamos falando de um movimento intelectual homogêneo, também não podemos reduzir o que comumente tem-se chamado de "pós-estruturalismo" a uma espécie de "escola". Em ambos os casos, em termos de síntese, certamente é preferível afirmar que estamos diante de formas de pensamento: a primeira centrada na busca das relações essenciais das estruturas e a segunda focada na crítica ao fundamento ou essência identificada e reivindicada pelo Estruturalismo. Cabe salientar, entretanto, que uma nítida demarcação entre aquilo que, em termos analíticos, estamos chamando de estruturalismo e de pós-estruturalismo não é possível plenamente. Primeiro porque a desconstrução – o pós-estruturalismo – é a desconstrução do formalismo existente no próprio estruturalismo (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p. 38-39).

Podemos observar, à luz do raciocínio de Mendonça e Rodrigues (2014) e mesmo de Peters (2000), que a *desconstrução* proposta por Jacques Derrida vai ao encontro do sentido exposto anteriormente da crítica Pós-Estruturalista — apesar de ser importante ressaltarmos, ainda, que a *desconstrução*, como "estratégia" metódica, é somente um dos aspectos daquela perspectiva epistemológica, e não a sua principal condição. No ensaio seminal de Jacques Derrida, "*A estrutura, o signo e o jogo no discurso das Ciências*

[33] O "Realismo Epistemológico" busca fundamentar suas proposições somente com base no empirismo, propondo explicar a relação causal da ocorrência de um determinado evento para conhecê-lo e explicá-lo. Por se amparar no empirismo, o Realismo Epistemológico às vezes é tomado como sinônimo de Positivismo, porém, esse último ampara-se somente na constância de ocorrência de eventos singulares para posteriormente construir generalizações sobre o fenômeno (leis). Uma discussão mais pormenorizada pode ser encontrada em Keat e Urry (1975).

*Humanas*", originalmente publicado em 1966, o autor apontou, assim, as contradições na "estruturalidade da estrutura" ou na ideia de "centro" proposta pelo *Estruturalismo*. Conforme Derrida ([1966] 2014):

> [...] Toda a história do conceito de Estrutura [...] tem de ser pensada como uma série de substituições de centro para centro, um encadeamento de determinações do centro. O centro recebe, sucessiva e regularmente, formas ou nomes diferentes. A história da metafísica, como a história do Ocidente, seria a história dessas metáforas e dessas metonímias. A sua matriz seria a determinação do ser como *presença* em todos os sentidos desta palavra. Poder-se-ia mostrar que todos os nomes do fundamento, do princípio, ou do centro, sempre designaram o invariante de uma presença (*eidos, arché, telos, energeia, ousia* [essência, existência, substância, sujeito] *aletheia*, transcendentalidade, consciência, Deus homem) (DERRIDA, 2014, p. 409).

Com aquela assertiva, Derrida (2014) propôs, então, denunciar as contradições do pensamento metafísico ocidental, *logocêntrico*, que jamais se desvinculou de essencializar, sob a forma de oposições binárias, como a da fala sobre a escrita, a(s) realidade(s). Derrida (2014), na verdade, se propôs a *desfundamentar* um tipo de pensamento que não se sustenta, o pensamento metafísico, posto que, na sua perspectiva, sobretudo ao pegar como mote um sistema de pensamento e sua representação textual, emana contraposições, contradições e dualidades que impossibilitam a fixação de uma determinação qualquer (D'AGOSTINI, 2003). Logo, o centro assegurado pela estrutura não pode ser *um* centro, visto estar ao mesmo tempo, dentro e fora do jogo estrutural, mesmo que "fundamente" a estruturação da mesma e não se preste às suas modificações. Como bem lembra Marc Goldschmit (2004), Derrida subverteu o texto e a textualidade, candidatos a representarem "a realidade", aquilo que estaria "fora" do dito e supostamente fundamentaria esse último, para mostrar que não há nada fora do texto, nada fora do fenômeno: "a ampliação derridiana do texto ao mundo e do mundo ao texto invalida a ideia da presença de si originária da consciência" (GOLDSCHMIT, 2004, p. 13).

Para tanto, Derrida (2001, 2009, 2014) propôs uma estratégia chamada de *desconstrução*, cujo jogo de *différance* (diferentes linhas de significado que impossibilitam o traçar de uma margem) busca incessantemente alternar a relação entre ausência e presença, respectivamente, uma *desconstrução* entre aquilo que não foi possível ser pensado de outro modo e aquilo que foi pensado como referência, como um significante privilegiado (SANTIAGO, 1976). Mais do que isso, Derrida (2001) queria através da *desconstrução* "transtornar a dialética", proposta por Hegel na *"Fenomenologia do Espírito*" (2014), demonstrar que ela não era capaz de fixar uma e outra determinação qualquer, produzindo, assim, uma situação de constante indecisão, de

paralisar o trabalho negativo que visa um saber absoluto (D'AGOSTINI, 2003). A *différance*, como forma de "jogo" assegurado pela *desconstrução*, consiste em impossibilitar um princípio, fundamento ou conceito absoluto, portanto, tudo aquilo que se quer fora do jogo das diferenças que operam em qualquer discurso (VASCONCELOS, 2003). O jogo, portanto,

> É sempre um jogo de ausência e presença, mas se o quisermos pensar radicalmente, é preciso pensá-lo antes da alternativa da presença e da ausência; é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo, e não inversamente (DERRIDA, 2014, p. 248).

A *desconstrução*, juntamente com o jogo da *différance*, parte "da reflexão sobre o signo, da distinção significante/significado para valorizar a significância que funciona até no interior do significado" (DOSSE, 2018, p. 57). Segundo o próprio Derrida e Caputo (2009), então,

> A desconstrução é uma busca incessante do impossível, isto é, de coisas cuja possibilidade se sustenta por sua impossibilidade, de coisas que, em vez de serem apagadas por sua impossibilidade, são nutridas e nutridas por ela. Derrida diz que gosta da velha palavra "experiência". Significa ir ao encontro dos limites do que nunca pode estar presente, passar aos limites do inapresentável e irrepresentável, que é o que mais desejamos, a saber, o impossível. O impossível é mais interessante que o possível e produz os resultados mais interessantes, desde que algo aconteça. (DERRIDA e CAPUTO, 2009, p. 45)

A citação acima, de Derrida e Caputo (2009), torna importante ressaltarmos, na esteira de Rafael Lobo (2007), que a *desconstrução* não promulga um relativismo, um "vale-tudo". Ao contrário, tal estratégia sugere, posto não haver um significado transcendental ou absoluto, uma lucidez, uma permanente vigília à suposição de um sentido único e fundamental; é um exercício crítico, atento e aprofundado de leitura e averiguação. Afinal, é uma análise que trata de descobrir como funciona ou não funciona seu pensamento [do texto, da teoria, no caso], trata de encontrar as tensões, as contradições, a heterogeneidade dentro de seu próprio corpus (KRIEGER, 2004; LOBO, 2007). A *desconstrução*, portanto, é uma ferramenta que rompe com aquilo que se supõe óbvio e absoluto, isto é, é "uma ferramenta para sair do empirismo pré-científico" (DERRIDA, 2001, p. 48).

Ao compartilhar em certo sentido alguns dos pressupostos histórico-ontológicos do *Pós-Estruturalismo*, mesmo não se declarando explicitamente como um afiliado de tal perspectiva, Michel Foucault também desenvolveu pesquisas acerca dos modos de vida passados, tratando-os como intrinsecamente complexos e multifacetados, sem aceitar

quaisquer fundamentações absolutas como condições dos mesmos (WILLIAMS, 2013). Para tanto, foi na obra "*A Arqueologia do Saber*" ([1969] 2009[34]) que o filósofo sistematizou, por uma perspectiva singular, essa nova maneira de fazer pesquisa com "tintura" pós-estruturalista, o que refletiu, de certo modo, no seu *método arqueológico*. A propósito, Foucault se esforçou, para além desse método, em demonstrar a singularidade epistemológica das Ciências Humanas e Sociais (Sociologia, Psicologia e Literatura) em relação às ciências ditas mais "duras", tais como a Física, Matemática e Biologia, ao destacar a sua ordenação mediante uma "instabilidade essencial", ainda mais quando foram trazidos à baila a linguagem, o homem e o seu modo de ser em sociedade (FOUCAULT, 2010). Muito dessa instabilidade essencial diz respeito à experiência até então inédita que emergiu na modernidade ocidental, especificamente, na *epistémê moderna*, uma vez que o homem se tornou, de fato, objeto do conhecimento e, ao mesmo tempo, fundamento desse mesmo conhecimento. O homem, então, conforme à emergência das Ciências Humanas e Sociais, foi visto pela primeira vez como um "duplo empírico-transcendental".

Através do *método arqueológico*, Foucault buscou desvelar as mutações que operaram no domínio da *história dos saberes* mediante uma determinada configuração epistemológica, portanto, no domínio das diferentes camadas intelectivas da realidade social e nos seus respectivos saberes com pretensão de verdade, como uma alternativa aos valores metodológicos propostos pela *História das Ideias*, considerados por ele como limitadas. Se antes, a *História das Ideias* suscitava uma compreensão da história mediante o postulado da continuidade, sob a forma de um estreito conjunto de encadeamento lógico (teleologia), tradição e influência soberana das metas da consciência humana; agora, a nova prática histórica "descontinuista" buscou liberta-se de toda essa verve investigativa, atentando-se à "história nua e crua", na qualidade de acontecimentos discursivos (e dispersos) observados por outro ângulo (FOUCAULT, 2009). O filósofo francês teve como objetivo trazer à baila a existência de uma configuração epistêmica que rege, em épocas distintas, as camadas intelectivas da realidade social e suas respectivas formulações teóricas, camadas essas que, por um olhar mais profundo, demonstram que aquilo que representamos através da linguagem em nossa história é *relativamente independente* dos nossos pensamentos e ações. Foucault queria, então, através do seu

[34] É mister salientarmos que Foucault explicitou e refinou o seu método após ter aplicado em seus estudos anteriores, tais como "*História da Loucura*" ([1961] 2019), "*O Nascimento da Clínica*" ([1963] 2011b) e "*As Palavras e as Coisas*" ([1966] 1999).

*método arqueológico*, demonstrar que em determinadas épocas da realidade social existem, de modo implícito, estruturas ou "princípios de ordenação histórica" que restringem parcialmente o modo como as pessoas pensam e expressam esses mesmos pensamentos através da linguagem (MACHADO, 1981; FOUCAULT, 2009). O próprio Foucault, numa entrevista concedida ao filósofo Gérard Raulet, publicada em 1983 na *Revista Telos*, afirmou que usou a ideia "arqueologia" para:

> [...] dizer que o tipo de análise que eu fazia estava deslocado, não do tempo, mas pelo nível em que ele se situa. Meu problema não é estudar a História das Ideias em sua evolução, mas sobretudo ver debaixo das ideias como puderam surgir tais objetos como objetos possíveis de conhecimento (FOUCAULT, 2008, p. 319).

No âmago da explicação dada por Foucault (2008) acerca do sentido do seu *método arqueológico* — que poderia ser substituída, metaforicamente, por "geológico", visto que o autor ordenou, reordenou, desordenou materialidades discursivas e, no limite, exumou as estruturas de conhecimento ocultas (GALLO, 1995; LACERDA, 2015; GUTTING, 2021) — está não somente a ideia de "descontinuidade" histórica, mas também a ideia de que a linguagem funciona, paradoxalmente[35], tanto como uma estrutura relativamente independente dos seus determinados usos quanto algo que varia historicamente.

A linguagem, ora vista como uma estrutura relativamente independente, ora como algo que varia historicamente, foi bem problematizada do ponto de vista formal na obra "*As palavras e as Coisas*" (1999), pois tenderia a possibilitar a emergência de uma determinada forma de conhecimento, na realidade, uma determinada forma de saber, sendo fundamental para os contornos das condições de possibilidade do pensamento em determinado período histórico. Por esse motivo, o filósofo francês preferiu, diferentemente de Immanuel Kant (2015), falar em *a priori históricos* ao invés de *a priori transcendentais*. Ao variar historicamente e, portanto, não ser absoluta ou transcendental, a linguagem também carrega consigo uma função ontológica: como reflexo da *epistémê* é a condição de realidade dos enunciados e, acima de tudo, de seus conteúdos. Por

[35] Um paradoxo, a rigor, se mostra lógico, ontológico e epistemologicamente pelo seu movimento autorreferente. Claro, existem paradoxos que não exibem, necessariamente, uma circularidade lógico-operativa. Todavia, um paradoxo comumente traz consigo duas afirmações que, ao mesmo tempo, se refutam e se confirmam, ou seja, uma afirmação é paradoxal, tanto lógica quanto semanticamente, quando a sua verdade implica a sua falsidade e a sua falsidade implica a sua verdade, o que é totalmente diferente de uma simples contradição, pois essa última tão somente se mostra como uma falsidade lógica (YABLO, 1993; MURCHO, 2003; SAINSBURY, 2009).

*epistémê*[36] devemos compreender, em íntima relação com o conceito "arqueologia", a existência de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior ao estabelecimento da ordenação do discurso científico, ou mais precisamente:

> [...] o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas, mas distintas. A *epistémê* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2009, p. 214, grifos no original).

A dimensão ontológica subjacente à linguagem através da *epistémê*, isto é, da dimensão condicionante da realidade dos enunciados, possibilita classificarmos a filosofia de Foucault como uma *ontologia histórica*, pois o autor se esforçou por teorizar sobre certas problematizações intelectivas (e científicas) de época — por considerar necessário uma certa empatia para com o "presente das teorias" e para com a época daquilo que foi produzido em momentos históricos específicos (DÍAZ, 2012). Além disso, o *método arqueológico* não somente enfatiza muito bem o condicionamento e os limites históricos, como também enfatiza a contingência da própria realidade social.

Conforme o próprio Foucault em seu texto seminal "*O que são as luzes*?" ([1984] 2008), o seu empreendimento teórico se interessa pela historicização das formas de racionalidade e saber mediante a reativação permanente da crítica filosófica de nosso ser histórico, da mesma maneira que a ideia de "esclarecimento" (*Aufklärung*) kantiana, análogo ao seu *Racionalismo Crítico Moderno*. A sua abordagem arqueológica, de modo singular, se põe entre o determinismo e a liberdade, visto que admite que somos historicamente condicionados, porém, assumimos nosso lugar em um contexto histórico sempre aberto, contingente e precário, como nos lembra James Williams (2013). Nesse sentido, O *Racionalismo Crítico Moderno* diz respeito à ideia de que, diferentemente da

[36] Devemos salientar, apesar da demora, que com exceção do título da presente Tese de Doutorado — grifado de tal maneira para facilitar a sua procura no buscador de "Teses e Dissertações da CAPES —, mantemos em todo o documento, com se pôde ver, a grafia original da palavra "*epistémê"* usada por Foucault. Claro, aproximando-se do seu sentido original. Isso será mais bem compreendido no Capítulo 3, dedicado à explicação do método aqui proposto, onde também reafirmamos o uso adaptado da perspectiva do pensador francês aos nossos interesses investigativos.

filosofia "pré-kantiana", na qual buscava-se reconhecer a racionalidade intrínseca de cada área do conhecimento científico, com base numa *posição fundacionista*, o reconhecimento ou a reflexão sobre a razão tão somente vê o conhecimento científico como um dos diversos exemplos de racionalidade, conhecimento esse que deve, como dissemos antes, ser permanentemente criticado para que se analise os limites e a reflexão sobre o mesmo (FOUCAULT, [1984], 2008; GIMBO, 2017a).

O *Racionalismo Crítico Moderno*, ainda, contribuiu para a emergência, especificamente na França, de um movimento do conhecimento histórico-científico, a *Epistemologia Histórica*, que assumiu posição crítica na direção de uma historicização epistemológica capaz de problematizar a partir de diferentes séries históricas as próprias estruturas de racionalidade constituintes da modernidade ocidental (FOUCAULT, 2008). Em vista disso, o pensamento de Michel Foucault se enquadra na perspectiva da *Epistemologia Histórica*, sobretudo por causa das seguintes características, a saber: "(*i*) a arqueologia parte de uma reflexão *sobre* a ciência; (*ii*) esta reflexão *é histórica*; (*iii*) esta história *é crítica*; (*iv*) e essa história é igualmente uma história *crítica da racionalidade*" (BRAUSTEIN, 2002, p. 943). Portanto, o *método arqueológico*, como aplicação e sistematização do estudo das *epistémês*, se esforça em evidenciar o campo epistemológico.

O *método arqueológico* proposto por Foucault se define, portanto, como aplicação do estudo das *epistémês*, "por um movimento que ao visar algo exterior ao discurso filosófico é capaz de retornar à filosofia reatualizando a reflexão crítica e, consequentemente, dissolvendo a carga de ilusão dogmática própria a reflexão especulativa" (GIMBO, 2017a, p. 107). Da mesma forma, se coloca contra o *Positivismo*, visto que recusa: (*i*) o evolucionismo cognitivo da humanidade; (*ii*) o quadro teleológico que, no *Positivismo*, defendia a tese de um desenvolvimento científico capaz de concretizar uma teoria geral do método científico capaz de "desvelar" por completo todas as leis naturais e sociais da realidade (LECOURT, 1972).

Não somente Derrida e Foucault se coadunam à crítica filosófica do *Pós-Estruturalismo* contra os essencialismos. Na Sociologia, da mesma forma, conseguimos ver que a perspectiva de Niklas Luhmann, totalmente transdisciplinar, também se colocou defronte aos essencialismos, justamente por problematizar e teorizar as principais condições da sociedade contemporânea, a saber, a sua acelerada diferenciação funcional, sob a forma do aparecimento de diversos sistemas sociais distintos entre si, impulsionados por um constante aumento de complexidade e contingência radical (RODRIGUES e

COSTA, 2021a). Mas, para tanto, Luhmann se serviu, para além de outras perspectivas epistemológicas, da ideia de *observação de segunda ordem*, criada pelo ciberneticista Heinz Von Foerster, em 1974, como modo de demonstrar a centralidade do observador para a compreensão não somente das limitações cognitivas que a sociedade contemporânea, mediante um constante aumento de complexidade, impõe às nossas pretensões investigativas, mas também como algo indispensável para a compreensão dos processos emergentes, sistêmicos e evolutivos, assuntos do tópico a seguir.

### 2.1.1. A observação de segunda ordem como terceiro "modo de olhar" e sua relação com a complexidade: noções necessárias para a compreensão dos processos emergentes, sistêmicos e evolutivos

Para falarmos acerca da *observação de segunda ordem* e sua relação com a *complexidade*, bem como da compreensão dos *processos emergentes, sistêmicos e evolutivos*, é de suma importância iniciarmos a nossa argumentação a partir da ideia de *auto-organização*, pois essa última, na qualidade de enlace reflexivo, se resume num conceito essencial para tanto, ou seja, para a compreensão sistêmica de processos que se retroalimentam.

O pensamento sistêmico, surgido na primeira metade do século XX, foi, podemos assim dizer, uma "resposta" e uma superação ao pensamento "mecanicista", que se preocupava predominantemente em explicar a realidade natural como "coisas" e não como "processos" — uma herança dos filósofos da Revolução Científica, a partir do século XVII, tais como René Descartes, Francis Bacon e Isaac Newton. Ao tomar a realidade natural como "uma máquina" que funciona harmoniosamente a partir da articulação de suas partes, o pensamento mecanicista era demasiado analítico, isto é, concebia o estudo dos fenômenos daquela realidade examinando separadamente cada uma de suas partes e reduzindo a explicação desses mesmos fenômenos por meio de causas particulares.

Em contraposição ao pensamento mecanicista, durante a primeira metade do século XX, os biólogos organísmicos, em que destacamos Ross Harrison (1870-1959) e Joseph Woodger (1894-1981), demonstraram[37] que os organismos vivos, longe de se

[37] Harrison publicou em 1933, no periódico científico "*Proceedings of the Royal Society*", o artigo *"The origin and development of the nervous system studied by methods of experimental Embryology*" e Woodger, por sua vez, publicou em 1930, no periódico científico "*Quarterly Review of Biology*", o artigo "*The concept of organismo and the relation between Embryology and Genetics"* (CAPRA, 2006a).

limitarem pela ideia de "função", no sentido de estabelecer uma lei de formação e de relação dos elementos, fundamentam-se pela ideia de "organização", o que posteriormente seria importante para a concepção Cibernética de "padrão": uma configuração de relações ordenadas (CAPRA, 2006a, 2014). A mudança da ideia de função para a ideia de organização representou uma mudança essencial no modo de compreender a realidade natural e os organismos vivos, pois ressaltou que as propriedades essenciais da realidade natural e seus fenômenos, bem como as propriedades essenciais dos organismos vivos, repousam sobre a *processualidade* inerente ao "todo" integrado, cuja identidade surge das *relações entre suas partes* ou seus elementos no interior da própria "totalidade" observada pelo observador (o cientista, o biólogo, etc.). Gradualmente, as ideias seminais dos biólogos organísmicos Harrison e Woodger viabilizaram a emergência de um novo modo de pensar: *o pensamento sistêmico.*

No *pensamento sistêmico* as propriedades do "todo", seja ele um organismo vivo, seja ele um sistema vivo, não se limitam a uma das partes isoladamente —tampouco o todo é igual a soma das partes, assumindo, o conjunto, um ganho de complexidade. As propriedades do "todo" e seu próprio incremento, na realidade, surgem *das interações* e *das relações* entre as partes. Por isso, caso um sistema seja dissecado, no intuito de observarmos uma das partes isoladamente, o "todo" não será compreendido na sua inteireza, no nível superior que havia atingido. Em outros termos, "as propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo mais amplo" (CAPRA, 2006a, p. 41). Um sistema (do grego, *Synhistanai* [sintetizar, colocar junto]), assim, deve ser compreendido:

> [...] Como instrumento (cognitivo) de *síntese* em contraposição às práticas científicas *analíticas*. Isto significa que a noção de sistema tem estado de fato preocupada em descrever, representar, conhecer algo como *unidade* (enquanto tal) e não as partes que compõem tal unidade. [...] A noção de sistema fora empregada explicitamente para designar uma unidade (ou totalidade) que se diferenciou de tudo o mais que a circundava. Em outras palavras, a noção de autonomia [sistêmica] pode ser vista como um conjunto de operações sistêmicas que se "dobram" sobre si mesmas, no sentido de que as etapas, os momentos dessa operação adotam uma circularidade que se autorretroalimentam, com vistas a se referir a si mesma (RODRIGUES e NEVES, 2017b, p. 30-31).

Com efeito, o conceito "sistema", bem como a sua perspectiva epistemológica, avançou teoricamente por causa da Cibernética (do grego, *kubernetes* [timoneiro, aquele

que pilota, que controla]). Surgida em 1943[38], a Cibernética tinha como objetivo inicial compreender, por um viés interdisciplinar, a maneira como os sistemas (máquinas) estabeleciam o controle comunicacional e os níveis informacionais que se retroalimentavam (autoinformação) para obter a sua *homeostase* (equilíbrio), sem entrar no processo de dissipação, descrito pela Termodinâmica (DUPUY, 1996; LAFONTAINE, 2007a). Mais do que isso, a Cibernética, como área do conhecimento científico, e os ciberneticistas, foram a fundo na investigação e no questionamento acerca da possibilidade de o sistema manter-se em ordem.

O conceito "*auto-organização*", aqui entendido como uma unidade de sentido que se diferenciou de tudo o mais que a cerca e que é composta por partes interdependentes, tendo as suas operações orientadas para si mesma, pois não pode operar para além dos seus limites (FLICKINGER e NEUSER, 1994; CAPRA, 2006b), não pode ser plenamente compreendido sem fazermos referência ao conceito "sistema". Muito menos à ideia "*emergência*", sendo essa última, do *ponto de vista auto-organizativo e sistêmico*, algo novo que surgiu, um estado de coisas na qual as propriedades de um certo domínio real não se reduzem às propriedades de outro domínio, dado *uma diferença qualitativa*, apesar de, paradoxalmente, serem debitarias desse outro domínio, ou pelo menos, de algum extrato desse mesmo domínio (PEPPER, 1926; MEEHL e SELLARS, 1952; PESSOA JR, 2013).

Poderíamos até dizer que "auto-organização" e "sistema" são sinônimos, pois ambos, como dito anteriormente, invocam a razão de ser do outro. Portanto, ao pensarmos em "auto-organização", devemos considerar, por óbvio, um sistema, uma unidade discreta que se organiza a partir dos elementos que a compõem, impedindo que tal unidade seja vista como um "não-sistema". Sendo assim, a auto-organização exige uma concepção específica de seu complemento, o sistema, visto obrigatoriamente na sua totalidade, não sendo suficiente a mera análise dos componentes: a (auto)organização do sistema torna-se elemento permanente da investigação científica (FLICKINGER e NEUSER, 1994). Além disso, sustentamos que os conceitos "sistema" e "auto-organização" possibilitam, epistemologicamente, um olhar mais sintético e flexível ao estudo da sociedade, dado a complexidade da realidade social e a sua aceleração do tempo, que não permitem serem reduzidas a um ponto de vista analítico. A partir dos

[38] Considera-se essa data como "oficial" do nascimento da Cibernética através do artigo "*Behavior, Purpose and Teleology"* escrito por Arturo Rosenblueth, Norbert Wiener e Julian Bigelow em 1943. Para mais informações acerca dos desdobramentos da Cibernética, ver Wiener (1984) e Rodrigues (2006).

conceitos “sistema” e “auto-organização” observamos o “todo” em detrimento das “partes” isoladamente, o que, no nosso caso, está diretamente ligado ao modo como a *ciência, a tecnologia e a mudança no tempo social* se retroalimentam e caracterizam o “todo” social.

Da mesma forma que as noções “sistema” e “auto-organização” estão intimamente relacionadas, as noções “*observação de segunda ordem*” e “*complexidade*” também estão. Essas últimas implicaram transformações no âmbito teórico da ciência, no início do século XX, em particular no que diz respeito à avaliação crítica do estatuto ontológico e epistemológico do determinismo científico, sobretudo aquele *determinismo da física newtoniana* (NEVES e NEVES, 2006). Em um contexto de amplas transformações em áreas como a Física, Química, Biologia, Matemática e Computação, entre outras, o conceito “*complexidade*” será determinante, como define Marc Halévy (2010), para a evolução do pensamento científico, “[...] em especial porque a vida é radicalmente refratária a ser reduzida a seus constituintes físico-químicos. Nas provetas, a vida nasce sempre da vida, jamais da química” (HALÉVY, 2010, pp. 42-43). Neste caso, parafraseando Halévy, acrescentaríamos que o fenômeno social, ou seja, a sociedade, sempre nasce de *processos interativos-reflexivos* que se retroalimentam, gerando mais processos de natureza semelhante.

Sendo assim, a complexidade será um termo em ampla disputa nas décadas seguintes, e até hoje há pouco consenso entre os pesquisadores sobre um significado unívoco para o conceito (RENSBURG, 2012; LUKOSEVICIUS *et al*., 2016). É por este motivo que a noção de complexidade vai exigir o tempo todo a noção de sistema, posto que complexidade *nunca é parte, mas sempre relação*, isto porque, como nos esclarece Halévy (2010, p. 44, grifos originais),

> [...] aparecem propriedades emergentes que não estão em nenhum dos seus componentes [sistêmicos]. Essas propriedades tipicamente complexas nascem das interações densas e fortes entre as partes e geram características segundas, coletivas, globais. [...] em um sistema complexo, o todo é igual a soma das partes *mais* o conjunto dos processos de interações combinatórias entre essas partes.

O conceito “*complexidade*” favoreceu a emergência gradual do entendimento, seja nas Ciências Naturais e Exatas, seja nas Ciências Humanas e Sociais, de que a visão das realidades natural e social, dado o aumento de suas complexidades e a aceleração de seus tempos e processos — dentro de dimensões randômicas, isto é imprevisíveis, posto que contingentes —, não permite um entendimento privilegiado e unitário (inclusive em

termos espaço-temporal), agora dependendo mais da posição do observador — é neste sentido que a interpretação (hermenêutica) tem ganhado terreno, como método nas últimas décadas. Assim sendo, houve no âmbito teórico da ciência uma mudança paradigmática, mudança essa que ontológica e epistemologicamente "colocou entre parênteses o observador, ao afirmar que a observação depende da posição, não havendo mais nem observador absoluto e nem fenômeno imune aos efeitos da observação" (RODRIGUES e NEVES, 2017b, p. 57).

O conceito "*observação de segunda ordem*", como operação de distinção, foi formulado pelo ciberneticista Heinz Von Foerster, em 1974, para demonstrar a lógica de recursividade subjetiva, em que o observador se apropria de seus próprios processos de observação. Com isso, Von Foerster (2006, p. 89) afirmava, na esteira do pensamento sistêmico, que um observador sempre utiliza esquemas de distinção, que colaboram na construção da realidade observada por meio de significados, ou seja, a *observação de segunda ordem* não ultrapassa os limites cognitivos do observador que opera a distinção. O observador de segunda ordem, portanto:

> Consegue vislumbrar, simultaneamente, *aquilo* que o observador de primeira ordem vê, e o *modo* como vê. Em outras palavras, a observação de segunda ordem possibilita identificar os esquemas de distinção usados pelo observador de primeira ordem ao observar o mundo (RODRIGUES e COSTA, 2021a, p. 11, grifos no original).

A *observação de segunda ordem* também pode ser entendida, no âmbito teórico da Sociologia, em que destacamos a figura de Niklas Luhmann, como a *desconstrução* proposta por Jacques Derrida ([1967] 2014). Segundo Luhmann (1993a), a *observação de segunda ordem* descreve um deslocamento sistemático de diferenças construídas pelo observador, ou melhor, a *observação de segunda ordem*, do mesmo modo que a *desconstrução*, "[...] destrói esse pressuposto de *um observador — uma natureza — um mundo*" (LUHMANN, 1993a, p. 02, grifos nossos). Contudo, para Luhmann (1993a), existe um paradoxo na *observação de segunda ordem*: mesmo *desconstruindo* a *observação de primeira ordem*, ela também demonstra a parcialidade da própria *observação de segunda ordem*, no sentido de que toda a observação é parcial, pois reflete distinções traçadas pelo observador, limitadas aos seus esquemas cognitivos: "[...] não se tenta mais fazer uma descrição direta do mundo, mas descrevem-se novamente as descrições já existentes — e com isso, elas são desconstruídas" (SLOTERDIJK, 2009, p. 20).

Do ponto de vista sociológico, ainda, a *observação de segunda ordem* enseja que o sociólogo que deseja *compreender o funcionamento da realidade social* perceba que a sua observação estará limitada ao contexto da unidade operativa do sistema (sociólogo) que observa e opera (subárea da sociologia), precisando admitir a contingência da própria observação ou descrição (ARNOLD, 2004). Segundo Luhmann:

> Se é possível deste modo suportar a contingência de todas as determinações e traduzir para as relações de observação de segunda ordem, isto tudo significa: abdicar de fórmulas conclusivas que procuram determinar o mundo no mundo. Não existe então mais nenhuma "Sabedoria", cuja autenticidade se legitime pela conduta de vida (pelo comportamento) do sábio. E todas as concepções sobre um sentido normativo de racionalidade precisam ser abandonadas ou respectivamente tratadas como meros "procedimentos" [...] A sociedade moderna possibilita uma multiplicidade de descrições do mundo e de si mesma e, por isso, só pode se descrever ela própria de uma forma que leve isso em consideração. Ela é, no sentido de Gothard Günther, um sistema policontextual. Mas isso não exclui conceber a sociedade ou relações de observações na sociedade como sistemas. O conceito de sistema suporta este tipo de hipercomplexidade talvez melhor do que a lógica bivalorativa convencional da verdade (LUHMANN, 1993b, p. 439).

De acordo com Luhmann (1993b, 2016), a sociedade contemporânea é extremamente complexa, de modo que exige sistemas funcionais específicos (como a Economia, a Política, a Religião etc.) para reduzir a sua complexidade mediante complexidade interna, diferenciando-se do ambiente externo que os cerca. Na relação entre sistema(s) e "sistema-mundo" (entorno), a complexidade surge como observação e descrição, relacionada a uma dimensão de conhecimento, pois uma determinada unidade sistêmica atua na seleção de sentido, mediante a exclusão de outras possibilidades. A complexidade, portanto, envolve múltiplas possibilidades e suas seletividades (LUHMANN, 2016, p. 43; RODRIGUES, 2000, p. 275). Do ponto de vista sistêmico, a "*complexidade*", como qualidade crescente da sociedade moderna à sociedade contemporânea, está ligada ao constante movimento de expansão ao seu próprio interior, onde há uma constante diferenciação de subsistemas funcionais. Tal ideia, todavia, não pode ser vista como um conceito relacionado a um tipo de ação ou operação, mas, sim, de observação e descrição, pois, paradoxalmente, envolve tanto unidade quanto multiplicidade, referindo-se, assim, a uma diversidade de elementos e relações (RODRIGUES, 2000; LUHMANN, 2006, 2016; GUEDES e VINHAS, 2021).

É mister salientarmos que a complexidade da realidade social ocidental aumenta, na perspectiva luhmmanniana, juntamente com o aumento das comunicações, por causa da *aceleração dos mecanismos evolutivos dos sistemas sociais*: *variação, seleção e estabilização* (LUHMANN, 2006).

Como bem lembrou Guilherme Leite Gonçalves (2008), a *variação* indica a criação de elementos (comunicação) e de alternativas em relação às incertezas e às contingências que o futuro reserva, resultando no aumento da complexidade do sistema. A *seleção*, por seu turno, é responsável pela redução dessa complexidade e por proporcionar operações sistêmicas, onde são aceitas possibilidades compatíveis com a lógica operacional do sistema e rejeitadas aquelas que não são. Por fim, a *estabilização* é responsável por gerar a identidade nos sistemas e nos seus elementos (comunicação), ou melhor, a evolução da capacidade de estabilização "[...] é duplamente necessária para a diferenciação do sistema em relação ao ambiente: de um lado, assegura a eficácia da seleção e, de outro, é ponto de partida da variação, do surgimento de eventos imprevistos" (GONÇALVES, 2008, p. 06). Em resumo, a "*evolução*" está ligada à capacidade de que os "sistemas sociais autopoiéticos e auto-organizados", *vis-à-vis* às irritações daquilo que os circunda, o ambiente, têm de gerenciar e mesmo alterar suas estruturas, organizando e estabilizando (mesmo que por um curto período) a sua complexidade interna. Isso significa em nível da "*comunicação*", bem como da sua acelerada (re)produção, que a possibilidade de variação requer seleções estabilizadas e, de modo inverso, que a própria estabilização para se tornar real requer mecanismos que assegurem uma seleção das variações elementares (CORSI, ESPOSITO e BARALDI, 1996; LUHMANN, 2006, 2016).

Diante da complexidade do mundo moderno, Luhmann (1990) passa a abordar a construção da realidade sob uma dimensão de teoria/conhecimento. A teoria sistêmica luhmanniana aborda *como* se dá a relação entre complexidade, sistema e realidade através de dois conceitos-chave: *operação e observação* (VINHAS, 2019; GUEDES e VINHAS, 2021).

O conceito "*operação*" aponta para o processo de distinção, exercido pelo sistema, entre si e seu ambiente (LUHMANN, 1998). Uma operação pode ser compreendida como um tipo de ação que permite que um sistema permaneça operacionalmente fechado, possibilitando a manutenção da sua complexidade interior e de sua capacidade cognitiva em processar conhecimentos e atribuir sentidos (VINHAS, 2019). Sob a perspectiva sistêmica, operações correspondem aos procedimentos de atualizações através dos quais sistemas observam e distinguem *quais* são as suas propriedades internas e *quais* são os elementos pertencentes ao seu exterior. Dessa forma, uma operação é o que garante que um sistema não opere além dos seus limites, isto é, que não se confunda com o seu entorno (VINHAS, 2019; GUEDES e VINHAS, 2021).

O conceito "*observação*", de modo distinto, refere-se ao ato em que um sistema estabelece distinções para produzir informações (LUHMANN, 2013a). O conceito "observação", como descrito por Luhmann, não se refere ao sentido de "contemplar" os objetos do mundo, ou mesmo como a etapa de um método científico (VINHAS, 2019; GUEDES e VINHAS, 2021). Para Luhmann (2006), a observação é uma operação cognitiva, pela qual um sistema observa e dispõe um sentido a algo — podendo ser o seu exterior, o seu interior ou, até mesmo, a sua própria observação. Toda observação envolve uma auto-observação na medida em que, para que seja possível estabelecer distinções, um observador recorra a expectativas desenvolvidas anteriormente, em seu próprio interior, àquilo que corresponderia a uma "identidade" (LUHMANN, 2018, p. 30; VINHAS, 2019; GUEDES e VINHAS, 2021).

Combinando-se esses dois conceitos, é possível refletir sobre a operação de sistema-observador em relação à complexidade do mundo. Enquanto a operação garante que um sistema permaneça fechado, possibilita a recursividade às estruturas internas e a continuidade do processo de autorreprodução (LUHMANN, 1995), "a observação conecta um sistema à realidade mediante a seleção de sentidos diante da complexidade, conforme as capacidades cognitivas desenvolvidas ao longo da operacionalidade sistêmica" (LUHMANN, 2013a, p. 105). Nesse arranjo sistêmico-cognitivo, há uma correspondência entre as estruturas recursivas de um sistema, baseadas em códigos e expectativas, e a construção de uma realidade diante da complexidade (GUEDES e VINHAS, 2021).

Sob essa lógica sistêmica, pode-se afirmar que um observador é aquele que, em referência a si mesmo, direciona e constrói, contingentemente, uma determinada distinção/significado à complexidade do mundo (LUHMANN, 2012). Dessa forma, visto que na realidade social complexa não existe em um sentido *per se*, um observador apenas pode ser descrito nos termos das distinções que operacionaliza para selecionar/reduzir a complexidade. Alicerçando-se nessa lógica, a forma pela qual um observador constrói uma realidade pode ser entendida através da seguinte dinâmica, conforme descreve Rodrigues (2017a, p. 104-105):

> A observação é propriedade (probabilística) de tudo aquilo que se "faz ordem", portanto, de tudo aquilo que se torna, se revela, aparece [...] a observação se mostra, opera, em nichos específicos, como operação de distinção, não conseguindo escapar dessa "dança" que é, ao mesmo tempo, possibilidade de construção e desconstrução de sentidos. Sentido, nesse caso, como um liame de realidade, posto que emerge a partir de seleção (estabilização) da interação polidimensional (complementar?) observação-observador-observado sempre

> "quase instáveis". [...] Toda e qualquer interação operada (e não só humana) está "amparada" (posto que as intui) por unidades de sentido. É nessa perspectiva que o sentido, como resultado de uma interação observacional, vai requerer sempre a seleção de certa(s) possibilidades operativas em detrimento de outras — mesmo a não seleção, neste caso é "escolha", portanto seleção.

Uma *observação de segunda ordem* ocorre como uma dinâmica, em movimento circular, com constante atualização entre as estruturas internas de um sistema observador e as irritações advindas do entorno. Assim, a *observação de segunda ordem* não implica em um processo voluntário, intencional ou consciente, tampouco qualquer nexo de causalidade entre o que um sistema conhece e o que o mundo apresenta concretamente (GUEDES e VINHAS, 2021). Na realidade, a *observação de segunda ordem*, grosso modo, é um processo que, mediante o aumento da complexidade da realidade social, em que podemos sublinhar as constantes dinâmicas de diferenciação sistêmica e mesmo as tendências de *aceleração-positiva e aceleração-negativa*, possibilita um mecanismo sociocognitivo capaz de construir uma determinada realidade, num domínio operacional específico, posto ser uma das principais características da sociedade contemporânea a sua contingência radical, o que também pode ser vislumbrado através da ideia de *tempo social*, assunto da seção a seguir.

## 2.2. Aspectos do tempo social: o fundamento emergente dos fenômenos, processos e movimentos na realidade social

A discussão sobre a natureza do tempo precede os estudos no âmbito teórico da Sociologia. Esse é o caso da Filosofia e da Física, que tanto se ocuparam em construir profundas reflexões sobre o tempo e, muitas vezes, como no caso da Filosofia, preocuparam-se em levar a teorização sobre o tempo, em certo sentido, às últimas consequências.

Uma das discussões filosóficas sobre a natureza do tempo pode ser encontrada na obra "*Física*" (Livro IV) de Aristóteles (385-322 a.C.), conhecida como "o tratado do tempo". Para Aristóteles (1995, p 270), o tempo (*Chrónos*) é uma realidade que se define como "o número do movimento segundo o anterior-posterior". Com essa definição, Aristóteles queria demonstrar, num primeiro momento, que o tempo está diretamente relacionado com o movimento, a uma alteração qualitativa — também chamado de "*kínesis*" [mudança]. Mas, num segundo momento, Aristóteles (1995) queria também demonstrar que o tempo está relacionado com o número, no sentido daquilo que enumeramos ao contar o tempo, ou o limite anterior e posterior de dado intervalo. Por

exemplo, quando estabelecemos uma simetria A-B, A e B não podem ser simultâneos ou concomitantes entre si, pois são necessariamente sucessivos (PUENTE, 2010).

Foi com a Física, especificamente através da figura de Isaac Newton (1643-1727), que o tempo se tornou uma grandeza objetiva e imutável, isenta de possíveis teorizações que imputavam a ela a possibilidade de ser concebida como uma realidade totalmente subjetiva. Para Newton (2012), o tempo é uma grandeza que transcorre uniformemente, dividindo-se, da mesma forma que o espaço, em dois tipos, sendo o segundo uma medida dependente do primeiro: o *tempo absoluto*[39], verdadeiro e matemático, por si mesmo e da sua própria natureza, sem relação com qualquer coisa externa, flui uniformemente e é também chamado de duração; o *tempo relativo*, aparente e vulgar , é alguma medida de duração perceptível e externa que é obtida através do movimento e que é normalmente usada no lugar do tempo verdadeiro (NEWTON, 2012, p. 7). O *tempo absoluto* e verdadeiro para Newton (2012), como o espaço absoluto, é uma realidade exterior, portanto, objetiva à razão, tratando-se de uma grandeza que existe e transcorre independentemente das nossas vontades individuais e, acima de tudo, ocorre num instante de tempo particular: está ligada pelo mesmo momento do "agora", ou seja, o passado e o futuro estão "congelados" naquele instante (COVENEY e HIGHFIELD, 1993, p. 25).

Adentrando no âmbito teórico da Sociologia, podemos afirmar que os *fenômenos sociais*, que se mostram à consciência dos indivíduos na vida em sociedade e, da mesma forma, tornam-se produtos da interação entre pessoas, grupos e instituições, pois são capazes de influenciar uns aos outros ao longo do tempo e de uma determinada posição

39 Ao contrário do mecanicismo determinista de Newton, Albert Einstein (1879-1955) demonstrou que o tempo, na realidade, não é absoluto, mas relativo. Por ser relativo, argumentou Einstein ([1922] 2003, p. 33), é passível de inúmeras teorizações, de inúmeras coordenadas, que podem variar de acordo com o referencial e a posição do observador. O físico de Ulm, assim, serviu-se de dois postulados que formam o alicerce da *Relatividade Restrita* e se referem ao papel do observador, quais sejam, (*i*) as leis da física devem ser as mesmas em todos os sistemas referenciais; e, (*ii*) a velocidade da luz é constante e não depende do movimento da fonte de luz. Com o primeiro postulado, Einstein demonstrou a inexistência de qualquer sistema de referência inercial, preferencial; com o segundo postulado, defendeu que "independentemente da velocidade com que um observador está se movendo em relação a outro, os dois corpos registram o mesmo valor para a velocidade da luz" (EINSTEIN, 2003, p. 41). Ademais, Einstein (2003) também demonstrou na sua *Relatividade Geral* que o tempo e o espaço absolutos defendidos por Newton não são duas realidades distintas, mas duas realidades intimamente relacionadas. Nesse prisma, considerou o *espaço-tempo* como uma grandeza de relação que representa a totalidade dos eventos, ou seja, o físico alemão considerou que o espaço e o tempo influenciam-se mutuamente e, além de poderem ser vislumbrados como uma dimensão *quadridimensional* — sendo necessário três coordenadas para especificar o *onde* e o *quando* do evento —, a qual exclui a distinção entre passado, presente e futuro, podem entrelaçar-se de forma distinta dependendo do campo gravitacional em ação e de seu encurvamento (EINSTEIN, 2003, p. 89). Só existe tempo se existir extensão; só existe tempo quando algo tem extensão. Se algo não possui extensão porque é instantâneo, como a velocidade da luz (aproximadamente 299. 792. 458 m/s), não há espaço, não há existência (WHITROW, 1993; PRICE, 2005).

no espaço, ocorrem, de fato, em algum *momento* na realidade social (MARKEY, 1926; NOWAK, 1977). Da mesma forma, os *fenômenos sociais* somente são compreensíveis enquanto tais porque estendem-se através do tempo (SZTOMPKA, 2005). Com isso queremos dizer, fundamentalmente, que o tempo é uma variável indispensável não apenas para compreendermos as transformações na realidade social, mas também a própria produção do conhecimento sociológico e tecnológico que remodelam o mundo. É somente *no* tempo e *com* o tempo que conseguimos identificar o que mudou, o que permaneceu e as razões das mudanças, além do que podemos (e se podemos) esperar do futuro. Assim como o espaço, o tempo constitui-se numa dimensão indispensável da realidade social, pois com base no tempo formamos as nossas referências cognitivas e perceptivas das transformações, sobretudo as mudanças e os processos sociais inerentes à vida em sociedade, como lembra Barbara Adam (1990). Por *processos sociais*, assim, estamos querendo dizer, à luz Max Lerner ([1953] 1970) e Barry Schwartz ([1978] 1992), um conjunto de eventos, de experiências sociais que se interrelacionam sob a pressão do tempo, formando-se, na realidade, através da *soma dos fenômenos sociais singulares*.

Para podermos compreender sociologicamente a realidade social, seus fenômenos e as mudanças sociais que nos circundam, o tempo não deve ser encarado como mero aspecto ou dimensão universal da(s) realidade(s), sejam essas realidades concretas, factuais e abstratas, sejam essas realidades simbólicas e virtuais (RODRIGUES, 2007, 2020). O tempo, em nossa perspectiva, é mais do que isso: ele é um fator nuclear para a compreensão sociológica. Na realidade social, assim como em nossa vida enquanto "ser social", conforme Sztompka (2005):

> A mudança é onipresente; rigorosamente falando, não existem dois estados temporalmente distintos de uma entidade social (uma ação social, um grupo, uma comunidade, uma instituição, uma sociedade) que possam ser idênticos. [...] A mudança e o tempo estão sempre lá [na realidade social], e a ideia de estabilidade é apenas uma convenção cômoda. Mesmo quando usamos essa convenção, não podemos contornar o tempo, pois ao falarmos em estabilidade temos em mente uma carência relativa de diferenças, a persistência de certas características por períodos relativamente longos (SZTOMPKA, 2005, p. 90).

A citação de Piotr Sztompka (2005) mostra o quão complexo, heterogêneo e fugidio é o tempo, mesmo sendo ele uma construção social que serve de orientação e de regulação da conduta humana (GURVITCH, 1964; ELIAS, 1998). A ideia de estabilidade (temporal) que construímos muitas vezes mentalmente envolve apenas uma arbitrariedade de nossa parte, não impedindo o tempo de desempenhar o que sempre faz: mudar a realidade social ininterruptamente.

O *tempo social*, como em outro momento definimos em relação com as ideias de fenômeno e processo sociais, deve ser compreendido como "uma totalidade heterogênea que articula temporalidades distintas e é percebida de modos distintos por indivíduos, grupos e sociedades, em virtude de possuir qualidades, ritmos e durações variadas nas diferentes camadas da realidade social" (STORCH e GUEDES, 2021, p. 59), pois está vinculado (mas não somente) à dimensão qualitativa da realidade social. Nesse prisma, Pitirim Sorokin (1970) demonstrou que a dimensão qualitativa da realidade social, supõe, do ponto de vista sociológico, a coadunação de pelo menos sete propriedades sociotemporais que a distingue dos demais tipos de tempo, isto é, dos tempos da Filosofia e da Física[40] (STORCH e GUEDES, 2021). Nas palavras do autor:

> (*i*) supõe e mede fenômenos socioculturais; (*ii*) não ocorre simultaneamente no mesmo grupo e em diferentes sociedade; (*iii*) possui momentos repletos de acontecimentos, momentos críticos ou intervalos, em cuja duração nada aconteceu; (*iv*) não é infinitamente indivisível; (*v*) é totalmente qualitativo; (*vi*) não é um desenvolvimento vazio, mas sim um tempo produtivo, que, no seu transcorrer, se transforma numa importante agência criadora, modificadora e transformadora de grande número de processos socioculturais; e, por fim, (*vii*) possui um estrutura peculiar — o da *aeternitas* (movimento circular), o da *aevum* (era, idade) e o de *tempus* propriamente — praticamente ausente em qualquer outra concepção de tempo (SOROKIN, 1970, p. 231-233).

Subjacente à citação de Sorokin (1970) reside o fato de que o *tempo social* não possui somente a característica de se apresentar como uma variável epistemologicamente indispensável para compreendermos e teorizarmos as mudanças sociais pelo ponto de vista sociológico, nem que o *tempo social* se define pela sua distinção em relação aos demais tipos de tempo. O *tempo social*, como aqui o empregamos e definimos, deve ser visto, no mesmo sentido defendido por Durkheim (1996), como uma construção social, algo que varia de lugar para lugar, (re)alimentando e sendo (re)alimentado por distintas localidades e, eminentemente, capaz de articular os diversos estratos da realidade social (STORCH e GUEDES, 2021).

Para além dos comportamentos de *aceleração-positiva e aceleração-negativa*, assunto sda próxima seção no presente capítulo, o *tempo social* também possui outros tipos de *movimentos*, sobretudo se compreendermos esses últimos como um tipo de mudança quantitativa ou qualitativa não somente no comportamento do *tempo social*, mas também na posição e mesmo relação dos fenômenos sociais e, finalmente, na soma desses últimos, ou seja, nos processos sociais (WIESE, [1932] 1970; SOROKIN, [1927] 1970).

[40] Ver também Mead (1932).

Segundo Georges Gurvitch, na sua obra "*The Spectrum of Social Time*" ([1958] 1964), a qual também nos serviu de base para definimos os *movimentos* temporais, mesmo que de forma um tanto quanto indireta, as *movimentações* do *tempo social* podem variar em oito tipos. Tais tipos de *movimentações sociotemporais*, na perspectiva gurvitchiana, variam conforme a "tomada de consciência" desses mesmos tipos de tempo por parte de diferentes coletividades, quer em nível de apreensão, percepção e simbolização, quer em nível de conceituação e até quantificação. Nas palavras do autor, os oito tipos de *tempo social* são:

> (*i*) Tempo Duradouro [*enduring time*] — onde o passado é projetado, de maneira contínua, no presente e no futuro; (*ii*) Tempo Enganoso [*deceptive time*] — onde há uma aparente calma que esconde um grande potencial para crises repentinas; (*iii*) Tempo Irregular [*erratic time*] — onde há uma cisão entre o passado, presente e futuro ou, mais especificamente, quando surge um novo contexto social; (*iv*) Tempo Cíclico [*cyclical time*] — onde o tempo está voltado para si mesmo, típico de sociedades arcaicas; (*v*) Tempo Retardado [*retarded time*] — típico de comunidades fechadas; (*vi*) Tempo Alternado [*alternating time*] — onde há uma alternância entre avanço e retrocesso; (*vii*) Tempo de Avanço [*time pushing forward*] — o valor do futuro é maior do que do presente, por exemplo, o tempo das inovações criativas; (*viii*) Tempo Explosivo [*explosive time*] — onde o passado e o presente perdem totalmente o lugar para o futuro, por exemplo, os processos revolucionários (GURVITCH, 1964, p. 13-14).

O *tempo social*, portanto, como dimensão indispensável do conhecimento científico e da construção de modelos teóricos, tem se mostrado como o vínculo necessário entre a teoria e a realidade, a variável imprescindível para *reflexividade epistemológica* dos teóricos sociais e de seus modelos, fazendo com que as teorias sejam desafiadas a contemplarem a crescente complexidade da realidade social, a aceleração do tempo e dos seus processos sociais. Nesse sentido, concordamos com Georges Gurvitch (1964, p. 14) quando diz que a relação entre tempo e teoria está ligada, fundamentalmente, a três motivos que podem contribuir para o desenvolvimento da teoria sociológica, quais sejam, (*i*) cada quadro social e seu ritmo não pode ser analisado sem a variável tempo; (*ii*) a multiplicidade do tempo é central não somente para a Sociologia, mas também para a "sociologia do conhecimento", uma vez que cada quadro social tem sua maneira de perceber, reagir e estruturar-se pelo tempo; (*iii*) é colocada em cheque a ideia da validade dos determinismos sociais e suas unificações, pois as camadas da realidade social são distintas (STORCH e GUEDES, 2021).

Do ponto de vista epistemológico, há que notarmos ainda, o *tempo social* mostra-se como uma variável imprescindível e um grande desafio *para a construção de modelos teóricos*. Não somente porque é difícil capturar o tempo e o seu fluxo, mas porque o tempo

impõe dificuldades extremas à construção de modelos teóricos precisos. O tempo, então, impõe dificuldades àqueles que pretendem construir modelos explicativos, representativos e descritivos de qualquer realidade dada e, assim, pelo menos dois motivos intimamente ligados podem ser sugeridos, quais sejam, *o teórico e o epistêmico-temporal* — o tempo em que a realidade foi modelada pela teoria e a inexorabilidade do fluxo temporal da empiria.

O primeiro motivo está ligado ao fato de que todo modelo teórico, segundo os epistemólogos Patrick Suppes (1972) e Mario Bunge (1974), já carrega consigo os seus próprios limites. Isso acontece porque o sujeito que constrói a teoria possui orientações sociológicas, filosóficas ou até historiográficas que são acionadas no processo de produção teórica. Além disso, o teórico apenas consegue apreender uma parcela da realidade observada. O teórico, ao buscar construir uma teoria específica, visando seja explicar, representar ou mesmo descrever uma determinada realidade observada, irá defrontar-se tanto com uma realidade em constante transformação como com os próprios limites da sua observação — no sentido da perspectiva sistêmica defendida por Niklas Luhmann (1993b), mas também por teóricos do conhecimento (do conhecimento) como Humberto Maturana e Francisco Varela (1997) e Heinz Von Foerster (1960).

O segundo motivo, por sua vez, está ligado ao fato de que o tempo obriga o teórico, que pretende propor certa teoria acerca da realidade social, a ficar atento às mudanças sociais impostas pelo próprio tempo, inclusive nas suas sequências temporais, na sua duração e na sua escala (níveis *micro, meso* e *macro*) (BOUDON, 1986). Não há escapatória, posto que qualquer realidade, notadamente a realidade social, envolve um fluxo ininterrupto de mudanças. Logo, envolve tempo.

O *tempo social*, enfim, obriga os teóricos sociais ou os sociólogos a estarem atentos às mudanças da realidade social para não correrem o risco (sempre presente) de tornar seus modelos teóricos "desarticulados" da realidade que buscam representar, pois dependendo do grau das *mudanças sociais impostas pelo tempo* (cuja velocidade parece ser sempre contingente), e do modo como o teórico social consegue captar tais mudanças sociais, a sua teoria pode, caso tenha "*delineamentos lineares*", ser jogada para a obsolescência muito rapidamente (GRONMO, 1989). Necessário, então, é uma constante vigilância epistemológica sobre seus modelos teóricos, uma vez que eles guardam estreita relação com as mudanças impostas pelo tempo e com o seu objeto de estudo: a sociedades moderna e contemporânea, sobretudo as tendências sociotemporais à *aceleração-positiva e à aceleração-negativa*.

### 2.2.1. A aceleração social: a estabilidade dinâmica entre a aceleração-positiva e a aceleração-negativa

Como já foi aludido anteriormente, o *tempo social* não é totalmente homogêneo e nem permite ser compreendido unicamente pela via quantitativa (ZERUBAVEL, 1976; NOWOTNY, 1975; ELIAS, 1998). O *tempo social* possui, claramente, características também *heterogêneas e qualitativas*. Émile Durkheim, na obra "*As formas elementares da vida religiosa*" (1996), publicada originalmente em 1912, foi o primeiro sociólogo a chamar a atenção para essa característica do *tempo social*, acentuando a variação do seu ritmo em contextos sociais distintos e a sua compreensão dissemelhante, que varia de indivíduo para indivíduo, de grupo social para grupo social, de contexto social para contexto social, sendo um fenômeno instituído pelo próprio ritmo da sociedade — em outro contexto, Pitirin Sorokin e Robert King Merton também problematizaram o *tempo social* num pequeno e sucinto artigo, em 1937, sob título "*Social time: a methodological and functional analysis"*, no qual defenderam que o "*tempo social*" é descontínuo, pois expressa seu movimento/ritmo conforme os próprios fenômenos sociais.

A aceleração do *tempo social*, graças a sua característica heterogênea e qualitativa — e, adicionamos, multifacetada — se deu gradualmente na Europa Ocidental, sobretudo após o processo de secularização. Segundo Reinhardt Koselleck (2006, 2014), o caráter escatológico da cultura judaico-cristã, dominante até o século XVI, proporcionava uma articulação entre o presente e o futuro, cujos acontecimentos futuros não alterar-se-iam em relação aos acontecimentos do presente. Existia uma íntima relação entre o *espaço de experiência* (presente) e o *horizonte de expectativa* (futuro) e, nesse sentido, a ruptura com o passado somente seria experenciada pela humanidade no momento do tão aguardado Juízo Final.

Um descolamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa ocorreu quando se tornou possível perceber, em virtude da crítica racional dos iluministas, que as guerras civis, religiosamente orientadas, não pronunciavam o verdadeiro Juízo Final, pelo menos não naquele sentido concreto como antigamente se acreditava (KOSELLECK, 2006, 2014). Aquele horizonte escatológico que integrava a visão de mundo judaico-cristã abriu espaço para um novo horizonte de expectativa, ou melhor, para um novo e inédito tipo de futuro. Um novo horizonte temporal, como ressalta Anderson Santos (2012, p. 31), "é construído por duas novas formas de vislumbrar o futuro, embora ainda estejam calcadas numa dimensão profética, quais sejam, o *Prognóstico Racional e a Filosofia da História*".

O *Prognóstico Racional* desenvolveu-se no interior da estrutura política do Estado Moderno durante o século XVIII, na qual se trabalhava com a previsão de possibilidades de ação e controle político a partir do espaço de experiência (presente). Tal prognóstico racional foi um momento consciente da ação política, pois além de relacionar eventos cujo ineditismo ele próprio libera, o tempo passou a derivar do próprio prognóstico de uma maneira continuada e, consequentemente, limitada (KOSELLECK, 2006).

Somente com a *Filosofia da História* é que se tornou possível perceber, a partir do século XVIII, um futuro propriamente radical, *inédito e acelerado na Modernidade*. Mais do que isso, conforme Anderson Santos (2012) e Reinhardt Koselleck (2006), a partir da *Filosofia da História* concretizou-se uma ousada combinação entre política e profecia, uma ideia de fundamental importância para a Modernidade e sua forma de conceber o tempo da história: a *ideia de progresso*. Nas palavras de Koselleck (2006, p. 36), a ideia de progresso:

> [...] descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável, o qual, por força de sua dinâmica provoca por sua vez novos prognósticos, transnaturais e de longo prazo. O futuro, a partir desse conceito de progresso, é caracterizado então por dois momentos: pela aceleração e por seu caráter desconhecido.

A experiência de aceleração do *tempo social*, fundamental para a ideia de progresso na Modernidade a partir da segunda metade do século XVIII, contribuiu para uma maior separação entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, em consequência da gradual percepção de que o melhoramento da existência humana (diga-se, progresso) não se alcança pela repetição ou pelo olhar voltado ao passado, mas através da inovação e da novidade (SANTOS, 2012; RICOEUR, [1983] 2011). Em outras palavras, "afirmar que nenhuma experiência anterior pode servir de objeção contra a natureza diferente do futuro torna-se quase uma lei. O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor" (KOSELLECK, 2006, p. 318).

O progresso científico e técnico-industrial, ou melhor, a retroalimentação entre o desenvolvimento científico e tecnológico, foi um elemento-chave para que a experiência da aceleração do *tempo social* fosse catalisada em boa parte da Europa Ocidental, a partir do século XIX. Era por meio da retroalimentação entre o desenvolvimento científico e tecnológico que o tão esperado progresso humano seria alcançado "mais rapidamente". Ambos os fenômenos sociais, ciência e tecnologia, permitiram a emergência de uma lógica de vida social que distanciava o olhar do espaço de experiência, o olhar do presente, rumo ao futuro vislumbrado:

> Passou a ser uma tese universal da experiência das inovações científicas e de sua aplicação industrial que elas permitem esperar novos progressos, que não podem ser previstos de antemão. O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um mundo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa. Por último, existe um indicador infalível de que esta diferença só se conserva quando se modifica continuamente: é a aceleração. Tanto o progresso sociopolítico quanto o progresso técnico-científico modificam os ritmos e os prazos do mundo-da-vida graças à aceleração. Ao contrário do tempo da natureza, o progresso adquire uma qualidade genuinamente histórica (KOSELLECK, 2006, p. 321).

Baseado nas considerações de Koselleck (2006), o sociólogo Hartmut Rosa (2019) demonstra, por conseguinte, que desde o século XIX, pelo menos em gérmen, o protagonismo da ciência e tecnologia foram notórios no processo de aceleração do *tempo social*. Embora Rosa (2016, 2019) não seja um "determinista tecnológico", reconhece que "a tecnologia é uma condição facilitadora do incremento [do processo de aceleração social]" (ROSA, 2016, p. 40). Assim, a partir da década de 1970, grosso modo, foi que o mundo experimentou a mais recente onda aceleratória de mudança social, profundamente marcada, ao ser comparada com as épocas anteriores, pela insegurança do amanhã e pela pressão que o tempo coloca nas pessoas, grupos e instituições para dinamizarem-se. Tal lógica societária, diz respeito à ideia de "*estabilidade dinâmica*", isto é, a reprodução temporal das estruturas sociais, sobretudo no que diz respeito à lógica, cada vez mais evidente, das sociedades modernas e contemporâneas: a sua constante disposição de crescimento, adensamento de inovações e aceleração, como meio de manter e reproduzir sua estrutura (WHITEHEAD, 1968; HERNES, 2008; CHAERKI, 2018; ROSA, 2019).

Para compreender e explicar o processo de aceleração social, bem como a sua lógica inerente, Rosa (2016, 2019) propõe — como também detalhamos em outra oportunidade (GUEDES, 2020) — apresentar analiticamente três categorias de aceleração social ligadas entre si, posto se retroalimentarem, quais sejam, *a aceleração técnica, a aceleração da mudança social e a aceleração do ritmo da vida*.

A *aceleração técnica* diz respeito à "[...] intencional aceleração técnica e, sobretudo, tecnológica de *processos direcionados a um objetivo*" (ROSA, 2019, p. 141, grifos nossos). Ela está voltada para a diminuição do tempo necessário para executar certas tarefas (produção, transporte, comunicação etc.). Todavia, a aceleração técnica não se limita somente à dimensão material das coisas produzidas, mas também reverbera na dimensão *a priori* daquilo que é efetivamente produzido ou externalizado: o saber-fazer (*know-how*) das coisas, processos e práticas.

A *aceleração da mudança social*, por sua vez, diz respeito ao aumento de taxas de "[...] expiração de experiências e expectativas orientadoras da ação, e como encurtamento dos intervalos de tempo que, para cada esfera funcional, de valor de ação, pode ser determinado como presente" (ROSA, 2019, p. 152). Nela, há o decaimento das experiências sociais consideradas válidas. Nesse ponto, Rosa se serve tanto do conceito de "contração do presente"[41] formulado por Hermann Lübbe ([1998] 2009) quanto da relação entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" formulado por Reinhart Koselleck ([1979] 2006). Ainda sobre a aceleração da mudança social, Rosa (2019) enfatiza que existe um amplo sentimento de insegurança em relação ao futuro na Modernidade Tardia, o qual desemboca numa sensação de pressão temporal sobre esse futuro desconhecido e num medo de ser tornar anacrônico.

A *aceleração do ritmo da vida*, por fim, diz respeito ao "[...] aumento do número de episódios de ação ou experiência por unidade de tempo; quer dizer, é a consequência do desejo ou necessidade sentida de fazer mais coisas em menos tempo" (ROSA, 2016, p. 31). Tal aceleração pode ser observada por duas dimensões: *uma objetiva e outra subjetiva.* No *lado objetivo*, existe "a diminuição da duração das refeições, do sono ou do tempo médio de comunicação na família, [...] em suma, reduzir o intervalo de tempo entre o término de uma atividade e o início de outra" (ROSA, 2019, p. 155). Mas, por outro lado, objetivamente também existe a possibilidade de realizar mais coisas em menos tempo (*multitasking*). Já no *lado subjetivo*, existe a percepção ou a sensação de possuir menos tempo, "[...] de pressão temporal, da estressante obrigação da aceleração, além do medo de 'não conseguir acompanhar o ritmo'" (ROSA, 2019, p. 157). Ademais, no lado subjetivo permanece a sensação de preocupação em realizar certas tarefas pendentes e, diante disso, deixamos de fazer outras coisas, por exemplo, tirar férias ou desfrutar de um momento de lazer.

Para além dessas três categorias de aceleração social, Rosa (2019) salienta a existência de outras três categorias, "três motores externos" que impulsionam e alimentam o funcionamento daquelas primeiras até, como apontou o autor, elas terem se tornado um sistema autopropulsionado, quais sejam, *o motor econômico, o motor cultural e o motor socioestrutural*.

[41] O presente pode ser interpretado como um período com duração "estável", no qual há uma congruência entre as experiências passadas e as expectativas futuras. A congruência entre ambas é de suma importância para a validade dos saberes postos em prática no presente.

O *motor econômico* (ou o "tempo é dinheiro") funciona mediante a lógica capitalista que tende a expressar o tempo como um bem escasso. Sua escassez é oriunda da relação entre o tempo necessário para o crescimento escalar da produção de uma determinada mercadoria e a eficiência temporal da sua produção a partir da técnica usada — principalmente em indústrias inseridas no capitalismo concorrencial (ROSA, 2019). O tempo, a partir desse motor, é comprimido, e essa compressão está diretamente ligada ao aumento da capacidade produtiva e do lucro visado (TZIMINADIS, 2018).

O *motor cultural* (ou a "promessa de eternidade"), por sua vez, funciona mediante a transição de uma concepção religiosa para uma concepção secular demasiadamente econômica. Se antes, existia uma dimensão transcendente e religiosa — baseada na leitura weberiana (2004) sobre o protestantismo ascético —, na qual os resultados do trabalho eram o sinal da salvação; agora, existe uma dimensão imanente e econômica, na qual o poder monetário possibilita ao indivíduo expandir (diga-se, desvelar) e realizar as possibilidades oferecidas pelo mundo ("viver a vida intensamente") (TZIMINADIS, 2018; ROSA, 2019).

Por fim, o *motor socioestrutural* (ou "a temporalização do tempo") funciona mediante a ordenação temporal de ações e decisões. Ao se inspirar na perspectiva dos sistemas autopoiéticos de Niklas Luhmann (2016), Rosa (2019) descreve o funcionamento desse motor sistemicamente, devido a um sistema social (interações, organizações e sociedades) ser orientado, como um sistema de ordem dinâmica, a uma *ordenação ininterrupta* (TZIMINADIS, 2018). Seu funcionamento pode ser apreendido por duas vias: uma *endógena* (interna), que compele temporalmente as pessoas a serem ativas no plano da ação ("não agir é tempo perdido"), e outra *exógena* (externa), que tanto impele os outros sistemas ao seu redor quanto é impelido pelos outros sistemas do seu ambiente a serem ativos. Rosa exemplifica muito bem essa relação ao afirmar que:

> No plano dos subsistemas sociais, setores como a política e a legislatura, por exemplo, bem como o sistema educacional, são pressionados a acompanhar o ritmo de mudanças provocadas pela economia e pelo desenvolvimento tecnológico (e vice-versa), enquanto no plano organizacional empresas são obrigadas não apenas a reagir às diretrizes de mercados financeiros voláteis, como também a antecipá-las (ROSA, 2019, p. 384).

Inerente ao processo de aceleração social existem *forças reativas*, que emergem e agem como "freios" ou "desaceleradores" em situações de aceleração social intensa. "Muitas coisas", diz o autor, "mantêm sua velocidade (ou lentidão), outras se tornam até mais lentas" (ROSA, 2019, p. 178.).

A primeira categoria de inércia diz respeito aos *limites de velocidades naturais*: "freios" naturais e antropológicos que tratam da capacidade do ecossistema terrestre em processar as ações humanas (poluentes e rejeitos) e dos limites físicos e cognitivos do homem (quando as pessoas desenvolvem mecanismos de defesa ou ocasiões de desfalecimento psicológico — como a depressão e a Síndrome de *Burnout*).

A segunda categoria de inércia diz respeito às *ilhas de desaceleração*: formas sociais e culturais que resistem ao processo de aceleração da sociedade tardo moderna. A comunidade *Amish* é um dos exemplos citados por Rosa (2019), uma vez que essa comunidade se orienta por valores e padrões culturais *sui generis* em relação à sociedade em que estão instaladas. Mesmo que estejam suscetíveis de serem "atropeladas" por tendências (externas) aceleratórias, buscam resistir através de uma aura "atemporal", com se não fossem atingidas pelas mudanças sociais.

A terceira categoria de inércia diz respeito ao que Rosa (2019) chama de *disfuncionalidades*: elas são a consequência do próprio processo de aceleração social e abarcam fenômenos que reduzem a velocidade sem qualquer intenção. Um exemplo pode ser dado a partir do congestionamento do tráfego urbano e das taxas de desemprego que crescem cada vez mais por causa do ritmo frenético da maquinaria industrial.

A quarta categoria de inércia se coloca na via oposta à anterior, justamente por ser *intencional*. Seu aspecto pode ser ora tomado pela oposição ideológica, ora por esforços "lentificadores" "que têm por objetivo preservar e, ainda, promover as capacidades funcionais e aceleradas (individuais e sociais), representando em si, por fim, também uma estratégia de aceleração" (ROSA, 2019, p. 169). Na dimensão ideológica podemos citar os grupos ambientalistas ou as iniciativas *slow-food* ou *slow-science*. Já os esforços lentificadores — também chamados por Rosa (2019) de "desaceleração-aceleratória" — estão voltados para estratégias de aceleração, por exemplo, passar uma semana numa ilha para recarregar as energias ou estimular atividades de relaxamento aos funcionários da empresa visando o aumento dos seus rendimentos.

A última categoria de inércia é a mais paradoxal de todas e se encontra no âmago do processo de aceleração social: trata-se daqueles fenômenos de "*enrijecimento cultural, estrutural cristalização*". Tais fenômenos, se baseiam na forte suspeita de que as rápidas mudanças que atingem a Modernidade Tardia, na realidade, seriam superficiais, visto que as estruturas sociais se tornariam cada vez mais rígidas e imutáveis — "fim da história" e "esgotamento das energias utópicas" (ROSA, 2019).

Para justificar a preponderância do processo de aceleração social, Rosa (2019) demonstra que as categorias de desaceleração social cotejadas têm pouca capacidade de ser uma contra tendência potente à dinâmica aceleratória da Modernidade. Destarte, as categorias dos limites naturais e das ilhas de desaceleração representam apenas limites do próprio processo de aceleração; a categoria das disfuncionalidades representa tão somente as consequências do processo de aceleração social; as oposições ideológicas são sem dúvidas reações à pressão da aceleração, porém apenas emergem em cada onda aceleratória; os esforços lentificadores representam apenas condições de estabilidade que devem ser levados em consideração; a última categoria, o enrijecimento estrutural e cultural, não pode ser explicado da mesma maneira que as anteriores, isto é, ora como reações, ora como residuais. Ele parece, antes, "[...] um elemento inerente e constitutivo do próprio processo de aceleração e pertencer, assim como este, de forma indissociável à Modernidade". (ROSA, 2019, p. 181).

Com base no que foi exposto na presente seção, ainda mais levando em conta a literatura especializada acessada, gostaríamos de definir, para os nossos fins investigativos, a nossa compressão dos processos de *aceleração-positiva* e *aceleração-negativa*. A primeira, então, pode ser compreendida, no nosso ponto de vista, como um processo que proporciona uma intensificação retroalimentativa entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento no ritmo da vida social que, de modo geral, mas não absoluto, diminui a *duração* dos processos sociais, tornando-os *relativamente obsoletos* no presente e que, dado a fugacidade de tais processos, torna o futuro relativamente *indeterminado.* Além disso, tal processo também está diretamente ligado com a *mudança social* e com a *compressão espaço-temporal* e, no limite, com as possibilidades de *desequilíbrio* e *desintegração sociais* (ROSA, 2019; CRISTIANO, 2020). A segunda, por seu turno, diz respeito a uma *reação endógena* ao processo de "*aceleração-positiva*", fazendo com que seja atenuada a retroalimentação entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento no ritmo da vida social, "freando" a tendência aceleratória de uma parcela significativa dos processos sociais. Ademais, por ser vista como uma reação à *aceleração-positiva* está diretamente ligada, justamente por ser o seu oposto, a *ordem social* e a *constância espaço-temporal* e, no limite, com as possibilidades de *equilíbrio* e *integração sociais* (ROSA, 2019; CRISTIANO, 2020). Grande parte dessas duas tendências, isto é, da *aceleração-positiva* e da *aceleração-negativa*, é oriunda da ciência e mesmo da teoria sociológica, conforme o tópico a seguir.

## 2.3. A ciência e a teoria sociológica: acerca da falsa dicotomia entre racionalismo e empirismo, indução e dedução, teórico e empírico na produção do conhecimento científico

Desde que a humanidade percebeu, em dado momento histórico, a necessidade de diferenciar as diversas formas de conhecimento produzidas, tais como o senso comum, o teológico, o estético, o filosófico etc., no intuito de melhor conhecer, por uma via metódica, sistemática e crítica, as suas reais condições sociais de existência, emergiu o conhecimento científico. Mais do que isso, quando surgiu a necessidade por parte do homem, na qualidade de ser social, de não mais adotar uma certa passividade para com os fenômenos sociais e naturais, sem poder de ação ou controle dos mesmos, a realidade imanente, a *physis*, tornou-se objeto de investigação (KÖCHE, 2011). A ciência, assim, como forma de *desvelar* o mundo que influiu e é influenciado pelo homem "caracteriza-se por ser uma tentativa de o homem entender racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitem a atuação humana" (ANDERY *et al*, 1996, p. 13).

Na própria etimologia do conceito "*ciência*" podemos vislumbrar o seu verdadeiro espírito, no sentido de Gaston Bachelard (1996), isto é, do que se trata essa ratificação do saber, esse alargamento dos quadros do conhecimento produzidos e reproduzidos socialmente. A etimologia da "*ciência*", na verdade, deriva tanto do latim quanto do grego, significando, respectivamente, "aprender ou alcançar o conhecimento" (*scientia*) e "conhecimento criticamente fundamentado" (*scirem*) (ABBAGNANO, 2007; SILVA *et al*, 2013). É justamente através desse último sentido, por exemplo, que *o conhecimento científico se distingue do senso comum*, assim como do pensamento metafísico — apesar de, no que tange esse último tipo de conhecimento, existir uma linha tênue que o separa da ciência, como ficará claro a seguir.

Se no *senso comum*, o conhecimento possui a finalidade de solucionar problemas imediatos por uma via um tanto "irrefletida", posto ter um baixo poder de autocrítica e mesmo ser representado por uma linguagem vaga, na medida em que desconhece os limites do próprio ato de conhecer, na *ciência*, ao contrário, tudo aquilo que é imediato, por consequência, é tratado — ou pelo menos se busca tratar — como provisório, passível de maiores refinamentos (GOULD, 1981; KÖCHE, 2011). Por isso, como bem pontuou William Bragg (1995), físico austríaco, uma das bases cotejadas por Steven French (2009) acerca das características fundamentais da ciência, "a coisa importante na ciência não é tanto obter novos fatos, mas descobrir novas maneiras de pensar a respeito deles"

(BRAGG, 1995, p. 1). Desse modo, *a ciência, por oposição ao senso comum*, mesmo que convivendo ao lado daquela, se propõe a percorrer um conhecimento sistemático, cujo debruçar se dá num objeto delimitado, mediante um conjunto de atitudes racionais que identificam a insuficiência dos conhecimentos até então produzidos para responder um determinado questionamento, visto a necessidade de "ir além" do imediato e oferecer uma maior compreensão, explicação e dominação do mesmo (FERRARI, 1982). Apesar disso, é necessário frisarmos algo bem pontuado por alguns sociólogos da ciência e do conhecimento científico, tais como Robert King Merton (1970), Harry Collins (1983), Dominique Vink (2014) e Marcos Mattedi (2017), dentre outros, a saber, mesmo sendo um fenômeno social, a ciência, paradoxalmente, deixa uma "atração angustiante" entre a atividade científica e o contexto social, pois cada vez mais torna borrada as fronteiras que separam ambas, em razão de as sociedades modernas e contemporâneas se tornarem, aceleradamente, "cada vez mais experimentais" (MATTEDI, 2017, p. 15).

A ciência, bem como a produção do conhecimento científico, se coloca defronte ao senso comum, visto esse último não se propor, em geral, ao escrutínio da crítica e do seu *falseamento*, daquilo que Karl Popper (2004) chamou de *objetividade*: "o resultado social de sua crítica recíproca, da divisão hostil-amistosa de trabalho entre cientistas, ou sua cooperação e sua competição" (POPPER, 2004, p. 23). Aliás, é assim que ciência avança e evolui para Popper. A ciência, na sua perspectiva, não pode ser estática, absoluta, única ou imutável, pois, se esse for o caso, e ela descrever tudo e qualquer fenômeno, ela se enquadra no que o autor chama de *pseudociência*, uma vez que ela é perfeita, infalseável — classificação irônica, obviamente (POPPER, 2004).

Em relação à metafísica[42], a ciência, como dito em outro momento (GUEDES, 2022) à luz das considerações de Mário Ferreira dos Santos (1958), se dirige, em grande medida, aos objetos factuais, o que não impede, é claro, de se dirigir aos objetos abstratos. Todavia, a *ciência, diferentemente da metafísica*, não busca ao fim e ao cabo descrever uma realidade "mais além", "absoluta" ou "transcendente" para demonstrar que a realidade do "aqui e agora" é uma distorção da verdadeira realidade, ou seja, somente uma aparência. A ciência, dessa forma, não quer demonstrar que o verdadeiro sentido da realidade se encontra "fora daqui" — apesar de que ambas, conseguem acessar a

[42] Após a morte de Aristóteles, mais ou menos no primeiro século da era cristã, Andrônico de Rodes editou uma série de fragmentos que não constavam na obra *"*Física*"*, de Aristóteles. Esses fragmentos eram intitulados *"tá metá tá physiká"* e tinham a intenção de vir após os estudos sobre a física. Os objetos tratados nessa obra, diferentemente dos objetos sensíveis do mundo físico (SANTOS, 1958).

dimensão abstrata pelo pensamento, pela via racionalista —, mas, sim, ter um compromisso com a *physis*, com os fenômenos, coisa que a metafísica, necessariamente, não tem. Segundo Mario Ferreira dos Santos (1958), os *objetos transfísicos*, preocupação da metafísica, diferem fundamentalmente dos objetos que são de interesse da ciência (sensíveis). Nas suas palavras:

> [...] as realidades sensíveis, objecto das ciências, pertencem ao mundo do imanente, permitem que sôbre elas se construam *juízos de existência*. As realidades transfísicas, por não serem sensíveis, ultrapassam o campo da imanência, portanto *transcendem-no*, são, pois, *transcendentes*. Se no mundo da imanência, mundo da ciência, podemos construir verdades materiais, fundadas no sensível, no mundo da transcendência, as verdades serão transcendentes, portanto, metafísicas (SANTOS, 1958, p. 22, grifos do autor).

A "*ciência*", portanto, pelo menos no modo como estamos empregando aqui nesta tese, deve ser compreendida como um tipo de prática e de discurso com orientação teórico-prática que forma um conjunto de conhecimentos capaz de sistematização, verificação e falseamento, pois se permite não somente a ser (re)atualizado mediante o uso de procedimentos metódicos, mas que também se coloca defronte ao pensamento do "senso comum", justamente por se prestar ao escrutínio da crítica recíproca. Mas o mais importante, pelo menos no que diz respeito aos nossos interesses investigativos, é que a "ciência" deve ser vista como algo capaz de articular a dimensão puramente teórica com a dimensão prática e, por conseguinte, retroagir sobre a realidade social, alvidrando, assim, a organização e o tempo da vida social (RODRIGUES e NEVES, 2021c).

Em vista do que foi dito anteriormente, a separação entre o racionalismo e o empirismo, entre os métodos indutivo e dedutivo, entre a teoria e a empiria é algo que ainda gera fortes debates no âmbito teórico das ciências, sejam elas Ciências Naturais e Exatas ou Ciências Humanas e Sociais. Tais debates dispõem, ocasionalmente, de adeptos em um dos lados elencados, isto é, que ora dão primazia ao teórico, ora dão primazia ao empírico. Por vezes também nos defrontamos com comentários de que o "teórico" é o oposto do "empírico" ou de que o "abstrato" é o oposto da "realidade fática", sendo necessário o pesquisador justificar, e até mesmo hierarquizar, a razão de ser do um e de outro.

Todavia, no âmbito teórico da Sociologia, em particular, cremos que seja necessário problematizar essa separação, visto que concordamos com aqueles que apontam se tratar de uma falsa dicotomia (RODRIGUES, NEVES e ANJOS, 2016). Ambas as dimensões, teoria e empiria, dessa maneira, retroalimentam-se, se nutrem-se de suas potencialidades no que tange à construção de conhecimento científico sobre as

"realidades", sejam elas natural ou social. Não sem razão que Hans Joas e Wolfgang Knöbl (2017) defendem ser uma divisão extremamente perigosa (e infrutífera) apartar o conhecimento teórico do conhecimento empírico e vice-versa.

No século XIX, até os dias de hoje, dado a aceleração do tempo e das mudanças nos processos sociais, reformulações constantes de modelos teóricos que expliquem, representem, interpretem ou descrevam alguma parte da realidade social são cada vez mais exigidas, tornando essa dicotomia, mais do que nunca, irrelevante. Diferentemente dos critérios científicos outrora delineados no século XVIII pelos iluministas, sob a forma (rígida) de conhecimento "verdadeiro" ou "falso", a partir do século XIX, sobretudo após a sua segunda metade, até os nossos dias, os critérios epistemológicos adotados para a produção (e validação) do conhecimento científico necessitaram ser menos rígidos, mais maleáveis. Parece ter havido uma necessidade de articulação entre teórico e empírico sem hierarquizar qual teria primazia em relação ao outro, dada a velocidade que as mudanças sociais passaram a apresentar, e consequentemente a necessária dinâmica para interpretá-las. Isso pode ser observado quando Auguste Comte ([1830] 1983), por exemplo, ao formular a sua *Filosofia Positiva*, já tinha em mente essa indispensável articulação entre o teórico e o empírico, sobretudo quando urgia formular uma *Teoria do Conhecimento Social* para o entendimento daquele "momento veloz" da sociedade europeia. Nas suas palavras:

> Todos os bons espíritos repetem, desde Bacon, que somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados [...] é igualmente perceptível, *de outro lado, que, para entregar-se à observação, nosso espírito precisa duma teoria qualquer* (COMTE, 1983, 5-9, grifos nossos).

Com essa assertiva, Comte demonstrou que ambas as dimensões racionalista e empirista, dedutiva e indutiva, teórica e empírica, *devem* estar irremediável e intimamente relacionas para explicar, representar e descrever a realidade social (VINCK, 2014). Precisamente, apesar de ter uma base de fundamentação epistemológica positivista que se ampara, antes, na possibilidade de predições a partir de aspectos observacionais da ocorrência de eventos particulares (indução), tratados numa dimensão racionalista (dedução), Comte estava pontuando aquilo que, também, com muita propriedade, Rodrigues e Neves (2021c) afirmaram:

> Teorias científicas não são abstrações que estão necessariamente à espera de confirmação empírica; aguardando por experimentos ou qualquer tipo de prova cabal sobre a sua veracidade ou falsidade como se pensa, de costume, no senso comum e, por vezes, mesmo no interior da ciência. Em outras palavras, a *legitimidade da produção do conhecimento teórico não depende*,

> necessariamente, da sua verificação empírica. Tampouco sua verificação empírica ou experimental vai lhe garantir sua legitimidade, e mesmo a sua veracidade (RODRIGUES e NEVES, 2021c, p. 29-30, grifos no original).

Ainda segundo Rodrigues e Neves (2021c), Platão e Aristóteles separaram, respectivamente, a *ideia* (o mundo das ideias) e a *natureza* (a *physis*) e, posteriormente, Descartes e Bacon separaram a dedução e a indução como formas de conhecimento. Porém, isso não se sustenta plenamente, pelo menos não mais a partir do século XIX, em nossa perspectiva. Desde o século XVIII, grosso modo, passando pelos séculos XIX e XX, a realidade social evidenciou, como mostramos no Capítulo 1, e mostraremos a partir do Capítulo 4, que a sua apreensão deveria se dar por uma forma teoricamente mais dinâmica, totalmente diferente dos séculos passados, em que o tempo social e os processos sociais não eram tão acelerados, nem existia uma forte relação de retroalimentação entre a *ciência, tecnologia e a mudança no tempo social.*

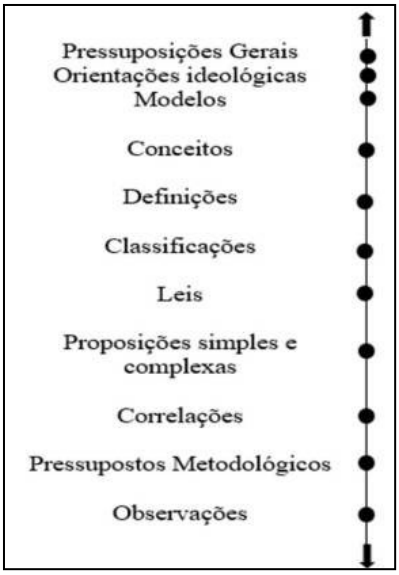
Podemos apontar pelo menos três motivos para reafirmar a falsa dicotomia entre o racionalismo e o empirismo, a indução e a dedução, o teórico e o empírico. Em primeiro lugar, devido aos processos de industrialização e à relação de retroalimentação entre *ciência, tecnologia e mudança no tempo social*, a realidade social após o século XIX, em que destacamos a aceleração do tempo e dos processos sociais, necessitou de um constante fluxo epistemológico entre a teoria e a empiria para interpretá-la (JOAS e KNÖBL, 2017). Somando-se a isso, podemos observar os efeitos do aprimoramento científico-tecnológico, notadamente aquilo que o filósofo Ernildo Stein (2008, p. 13) chamou de "próteses": objetos industrializados que funcionam como prolongamento da visão e da audição, aparelhos extensores que amplificam a capacidade humana e tornam a "realidade", ao mesmo tempo, profunda e elástica, entrelaçando a objetividade com a subjetividade. Em segundo lugar, tanto a teoria quanto a empiria servem como recurso (meio) ou fim (produto), no mesmo sentido que é defendido por Nicos Mouzelis (1995, p. 01):

> (i) teoria como um conjunto de enunciados substantivos interrelacionados que tenta nos dizer algo novo, algo que não conhecemos sobre o mundo social, tais enunciados podem ser condicionalmente provados ou refutados através da investigação empírica; e (ii) teoria como um conjunto de ferramentas que simplesmente facilitam, ou preparam o terreno, para a construção de teorias substantivas.

Por fim, em terceiro lugar a dicotomia entre o teórico e o empírico, consoante com Jeffrey Alexander (2000), proporcionou, em virtude da aceleração do tempo e dos processos sociais, além do aprimoramento científico-tecnológico, um movimento

epistemológico pendular (*continuum*) entre o mundo empírico e a realidade abstrata, o qual é também composto por diferentes níveis de abstração que a realidade social, constantemente, impõe àqueles que buscam estudá-la.

**Figura 1: O movimento pendular entre *teoria e empiria***




Fonte: Alexander (2000, p. 15).

Por isso, quando falamos de "teoria" como *modelos*[43] *explicativos, representativos e descritivos da(s) realidade(s)*, cuja construção se dá em nosso pensamento, mesmo que seja em nível "unicamente dedutivo", o próprio *conhecimento vira objeto de conhecimento*, e torna-se o nosso objeto empírico, pois passa a ser objeto de como se conhece, *uma sociologia do conhecimento ou uma sociologia do conhecimento sociológico ou mesmo uma sociologia da sociologia* e de como conhecemos. Destarte, para citar novamente Rodrigues e Neves (2021c) em relação à articulação entre a teoria e a empiria que a realidade social a partir do século XIX demandou para a sua compreensão, pode-se afirmar que:

> A interação cognição-mundo-mundo-cognição, fartamente descrita por diferentes sistemas filosóficos clássicos e Modernos, remodelaram a paisagem social, cultural, política, econômica, artística e tecnológica. Tal interação avançou, durante a Modernidade, criando e transformando objetos no mundo e, ao mesmo tempo, expandindo o tipo e a forma de lidar com os próprios "objetos cognitivos", desafiando, *a fortiori*, a própria *capacidade de representação do mundo*, ou melhor, a própria capacidade de representar

[43] A ideia de modelo está sendo empregada aqui no mesmo sentido que o historiador da Cibernética Jean-Pierre Dupuy (1996, p. 27) afirmou, a saber: "conhecer é produzir um modelo do fenômeno e efetuar sobre ele manipulações ordenadas. Todo conhecimento é reprodução, representação, repetição e simulação".

> objetos em geral. Isto resultou que a bem definida fronteira de como se conhece (o racionalismo e o empirismo) tornam-se completamente borradas (RODRIGUES e NEVES, 2021c, p. 47, grifos no original).

Não é à toa, com base na citação de Rodrigues e Neves (2021c), que a mesma lógica relacional entre os polos teórico e empírico pode ser encontrada na "*teoria sociológica*", posto essa última possibilitar uma multidimensionalidade epistemológica através do seu objeto de estudo: a realidade social, ou de outra forma, as sociedades modernas e contemporâneas. Tal multidimensionalidade, conforme Talcott Parsons (1954, 1964), além de comportar elementos estáticos (definições) e elementos dinâmicos (explicações), também se realiza por um movimento, consoante com o movimento pendular anteriormente exposto por Alexander (2000), deveras geral e abstrato, passando por uma base teórica de análise comparativa entre modelos da realidade social, até objetos ou problemas empíricos particulares. Nesse prisma, o sentido de "*teoria sociológica*" aqui empregado está diretamente ligado, apesar de sabermos que o conceito não possui um sentido unívoco, à ideia de que existe uma forte articulação *teórico-prática* entre proposições, conceitos e generalizações, formando, por efeito, um sistema de dedução e indução capaz de sair da dimensão puramente teórica e retroagir sobre a realidade social, alvidrando, assim, mediante a observação e a experiência o comportamento do *tempo social* (RITZER, 1993; ALEXANDER, 2000; TURNER, BEEHGLEY e POWERS, 2016).

Racionalismo, empirismo, indução e dedução, teórico e empírico, longe de serem dimensões estanques e isoladas, desprovidas de qualquer relação, estão, como buscamos demonstrar, em íntima sinergia quando necessitamos pesquisar algum aspecto das realidades natural e social. Teoria e empiria não devem ser vistas como dimensões antitéticas, mas como duas dimensões que jogam o mesmo jogo: a produção do conhecimento científico. Parafraseando Immanuel Kant (2015), acerca do assunto a seguir, concordamos que *teorias sem conteúdo são vazias, conteúdo sem teorias são cegas* e, diante disso, "[...] tornar sensíveis os seus conceitos (acrescentar-lhes o objeto na intuição) é tão necessário quanto tornar compreensíveis suas intuições (colocá-las sob conceitos)" (KANT, 2015, p. 97).

### 2.3.1. O aporte metodológico-conceitual na produção do conhecimento sociológico: das metáforas às analogias

Se existe, como dito anteriormente, uma relação de retroalimentação entre o racionalismo e o empirismo, a indução e a dedução, o teórico e o empírico para a efetiva produção de conhecimento científico, constituindo-se, na verdade, como uma falsa dicotomia, o que catalisa, anima e dá vida a tal relação de retroalimentação são os conceitos, as analogias e as metáforas. Essas últimas, longe de serem simples "peças" que compõe uma determinada teoria, apresentam-se como os repositórios de um conteúdo derramado com base na realidade observada, portando a urdidura, a vitalidade e a capacidade operativa/explicativa das teorias científicas (RODRIGUES, 2020).

Falar em conceitos, metáforas e analogias também nos faz lembrar que ambas constituem e mesmo possibilitam uma aferição empírica, no sentido metodológico, pois não somente indicam e materializam as alternativas para à ação científica, mas também possuem uma intenção e um extensão: "a intenção expressa as propriedades, as características que esse conceito diz representar; a extensão indica o conjunto de elementos reais que esse conceito designa" (KÖCHE, 2011, p. 115). Ademais, ambas, como salientado por Mieke Bal (2002), Hillevi Taguchi e Elizabeth St. Pierre (2017), assim como por Jan Slaby e Philipp Wu (2019), possibilitam metodologicamente a *mobilidade operacional* entre diferentes disciplinas para que certos objetos de investigação consigam ser manipulados (diga-se, construídos) de modo mais consistente. Usar conceitos, metáforas e analogias como ferramentas metódicas é experimentar um contato com o real e, acima de tudo, orientar o pensamento e as práticas investigativas para que um determinado problema seja manipulado e se chegue a um resultado de pesquisa (DELEUZE e GUATARRI, 1992; TAGUCHI e ST. PIERRE, 2017). Afinal, se o método pode ser compreendido, aproximadamente, como um conjunto de procedimentos que variam em cada contexto social, porquanto refletem as condições históricas, as ideias e os desenvolvimentos técnicos, os conceitos, as metáforas e as analogias facilitam metodicamente a caracterização e a operacionalização do real, na medida em que denotam coisas concretas e fenômenos sociais passiveis de alteração (ANDERY *et al,* 1994; BUNGE, 2002).

A utilização e/ou emprego de *conceitos* (*Begriffsverwendung*), segundo o historiador das ideias e dos conceitos Reinhart Koselleck (1992), demonstra, concomitantemente, que o conceito é sempre "fato" (*Faktor*) e "indicador" (*Indikator*), não apenas "efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente

indicativo de algo que se situa para além da língua" (KOSELLECK, 1992, p. 136). "Para além da língua", quer dizer que, ao contrário das palavras (também ligadas aos conceitos), os conceitos possuem a capacidade de generalização das circunstâncias político-sociais e empíricas em que emergiram. Consoante com Koselleck (1992), José D'Assunção Barros (2016, p. 36-39) aponta seis funções para os conceitos, as quais estamos de acordo: (*i*) comunicar – os conceitos vistos como unidades que comunicam algum aspecto da(s) realidade(s) estudada; (*ii*) organizar – a capacidade que os conceitos têm de redefinir outros conceitos e novas formas de conhecimento; (*iii*) generalizar – o potencial que os conceitos têm de vislumbrar características comuns em determinados fenômenos observados; (*iv*) comparar – a qualidade que os conceitos têm no que tange vislumbrar as diferentes características de determinados fenômenos observados; (*v*) problematizar – os conceito vistos como unidades que permitem, a partir de si mesmos, pensar novos problemas, novos caminhos investigativos; (*vi*) aprofundar – os conceitos, dado suas características extralinguísticas, demandam distanciamento do seu simples, ultrapassar o mero nível das fontes, o mero conteúdo informativo e descritivo.

Os *conceitos* estão repletos de carga semântica que se altera ao longo do tempo, permitindo, além do seu emprego em determinada teoria, construída em tempo e espaço específicos, ter o poder livre da expressão, ou seja, os conceitos podem ser associados, dissociados e ressemantizados por diferentes áreas do conhecimento, não se prendendo à teoria de suas origens. Isso fica mais claro na seguinte reflexão:

> Com efeito, todo o conceito tendo um número finito de componentes, bifurcará sobre outros conceitos, compostos de outra maneira, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, que correspondem a problemas conectáveis, participam de uma criação [...] O conceito é portanto, ao mesmo tempo *absoluto* e *relativo*: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 30, 33-34, grifos nossos).

Assim como os conceitos, na esteira de Koselleck (1992), Barros (2016), Deleuze e Guatarri (1992), possuem historicidade e, mesmo, temporalidade que varia semanticamente, as *analogias também possuem*. Ademais, as *analogias* (do grego, *ana* [reinteração]; *logos* [razão]), cumprem o papel de relacionar diferentes áreas do conhecimento, inclusive, do conhecimento científico, proporcionando construções teóricas de modo *inter e transdisciplinar*: transportar a "razão" de um determinado domínio do saber para outro domínio do saber.

Ao inspirarem a construção de (novos) modelos teóricos, as *analogias*, conforme Léo Peixoto Rodrigues (2020), Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1999), constituem-se nos veículos em que o conhecimento científico trafega pelos domínios da subjetividade e da objetividade, dando "alma" à semântica dos conceitos elaborados em determinados modelos teóricos, construídos em tempo e espaço específicos. Como exemplo, temos analogias "organísmicas" que Émile Durkheim (2010) usou para construir, com base no evolucionismo spenceriano, a sua ideia de sociedade como um grande organismo vivo constituído por partes interconectadas; da mesma forma, as analogias sistêmicas do sociólogo Vilfredo Pareto (1848-1923), no seu *"Trattato di Sociologia General*" ([1916] 1932), que compreendia a sociedade como um *sistema em equilíbrio*, formado de partes interdependentes, inspirando, por efeito, o conceito "*homeostase*", o qual foi formulado, em 1936, pelo fisiologista Walter Bradford Cannon (1871-1945), conforme foi demonstrado por Rodrigues (2013).

Consideramos, assim, as analogias como "substâncias" essenciais para a legitimidade das teorias científicas, pois permitem que novas descobertas e novos refinamentos teóricos surjam a partir de teorias pré-existentes, no sentido daquilo que o físico inglês Norman Robert Campbell disse acerca do emprego de analogias para a construção (e estética) de teorias científicas:

> Todos aqueles que escreveram sobre os princípios da ciência falaram da relação estreita que une a analogia às teorias ou hipóteses. Parece-me, todavia que a maior parte deles interpretou falsamente a maneira como o problema se coloca. Apresentam as analogias como "auxiliares" a serviço da formação de hipóteses (termo pelo qual se acostumaram a designar o que eu prefiro chamar de teorias) e do progresso das ciências. No entanto, em meu parecer, as analogias não são simples auxiliares para o estabelecimento das teorias, mas sim parte integrante destas que, sem elas, estariam completamente desprovidas de valor e seriam indignas desse nome. (*apud* BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999, p. 234)[44].

Por fim, as *metáforas*, como figuras de linguagem em que verificamos comparações implícitas entre diversas realidades, também são dimensões importantes na construção de teorias e na produção de conhecimento científico desde os primórdios da ciência moderna até os dias de hoje. A bióloga portuguesa Paula Contenças demostra isso com muita maestria na sua obra *"A eficácia da metáfora na produção da ciência: o caso da genética*" (1999). Segundo a autora, apesar das metáforas não terem um sentido

[44] Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999) reproduzem, na integra, boa parte do texto de Campbell, por este motivo a presente citação em *Apud*.

unívoco, seu sentido central "se relaciona com a passagem de uma linguagem monológica — a linguagem formal de uma dada disciplina — para uma linguagem dialógica, a linguagem do mundo cotidiano" (CONTENÇAS, 1999, p. 12). As metáforas, assim sendo, possibilitam, para além de um enriquecimento epistêmico na atividade científica, o maior entendimento das teorias científicas em determinados contextos sociais, posto que demonstram ser parte e/ou penetrar com maior facilidade na cultura em que foram pensadas (RUSE, 1999; RODRIGUES, 2007).

A *relação entre conceitos, analogias e metáforas*, como podemos demonstrar, é de suma importância para a produção do conhecimento científico e tem sido usada amplamente tanto nas Ciências Naturais como nas Ciências Sociais, sobretudo dado o contínuo aumento de complexidade que o próprio conhecimento tem imposto até dos dias de hoje. Apesar das suas respectivas diferenças, ambas possibilitam — menos do que simples ornamentos estéticos que compõe as teorias científicas — que o conhecimento científico não se limite a sua área de origem, podendo trafegar entre o tempo e os diferentes modelos teóricos construídos. Além disto, as analogias, os modelos e as metáforas possibilitam o intercâmbio com outras áreas do conhecimento, posto que a complexidade da realidade social, bem como do âmbito teórico da ciência em geral, não admite mais proposições teóricas rígidas e lineares. Assim, o "*aporte metodológico-conceitual*" está diretamente ligado à ideia de que os *conceitos*, juntamente com as *analogias* e as *metáforas*, não constituem, tão somente, aquilo que dá vitalidade à capacidade explicativas das teorias sociológicas, mas, também, fortes indicadores e acopladores (por isso a união com o método) da teoria para com a realidade social, ou seja, ambas permitem uma constante (re)atualização e (re)atuação dos modelos teóricos no que se refere tanto à teorização quanto à retroação da abordagem sociológica ao "mundo da vida" (BUNGE, 1974; KOSELLECK, 1992; DELEUZE e GUATTARI, 1992; RODRIGUES, 2007, 2020). Necessário, então, é que a produção do conhecimento científico, nas respectivas áreas do saber e de sua fundamentação teórica, transcenda os limites disciplinares e faça bom uso dos conceitos, analogias e metáforas, propondo novas maneiras de explicar, representar e descrever a(s) realidade(s), inclusive (e, talvez, principalmente), a realidade social de *modo reflexivo*, assunto da seção abaixo.

### 2.3.2. A reflexividade como processo sociocognitivo e possibilidade do conhecimento do conhecimento

A ideia de "*reflexividade*" é multifacetada, suscita múltiplas definições em áreas afins da Sociologia, tais como na Filosofia, Física, Cibernética, dentre outras. De modo amplo, no contexto da Sociologia, os debates sobre a reflexividade orientam-se em torno da caracterização de uma "[...] relação entre conhecimento e sociedade [...], focando na reflexão contínua dos atores sociais em si mesmos e seu contexto social" (GIDDENS, 2017, p. 63). Como notam Diogo Corrêa (2009, p. 02), Albert Ogien e Louis Quéré (2005, p. 103), o conceito de "*reflexividade*" encerra pelo menos três sentidos, quais sejam, (*i*) a capacidade do indivíduo em sociedade tomar decisões por meio de deliberações individuais, tendo em vista consequências práticas; (*ii*) a capacidade do sociólogo de empregar a objetividade sociológica em suas próprias reflexões investigativas para garantir o trabalho de objetivação sociológica; (*iii*) na esteira da *Etnometodologia* de Harold Garfunkel, a constituição inacabada de toda situação em que o indivíduo se dispõe, no sentido de que não é possível atribuir uma causa inicial às diversas situações, posto que ninguém está apto a controlá-las.

Como modo de operar (mas não somente) da Sociologia, a "*reflexividade*" se mostra como uma ferramenta capaz de captar e mesmo alvidrar a dinâmica circular existente entre *ciência, tecnologia e mudança no tempo social*, na medida em que denota a necessária correspondência teórico-prática entre ambos os fenômenos, assim como entre o teórico social e a realidade social estudada. Assim, as considerações do ciberneticista Louis Kauffmann (2018) vão ao encontro de tal lógica circular. Para o autor, um domínio reflexivo é inteiramente determinado pela observação daquele que pretende observar observações já estabelecidas consigo mesmo ou, mais ainda, daquele que estabelece um relacionamento mútuo com alguma entidade, a *ciência*, a Sociologia ou o cientista social, por exemplo, com o mundo social no caso. Nas palavras do autor:

> Escrevo *D= [D, D]* para denotar esta reflexividade de um *domínio D*. O símbolo *[D, D]* denota todas as transformações do *domínio D* para si mesmo. A equação diz que *D* é idêntico aos processos que o transformam. O ponto a notar é que se uma *transformação T* é definida pela equação *T(D)= [D, D]*, então a *transformação T* aplicada a um *domínio D* revela todos os processos que podem *transformar D* em si mesmo. Um domínio reflexivo é em si mesmo uma forma própria: *D=T(D)= [D, D]*. Note que um domínio reflexivo é um contexto para ação, e quando dizemos que o próprio *domínio D* é uma forma própria, recuamos momentaneamente do domínio para um contexto maior que pode incluí-lo. Isto significa que nenhum domínio, mesmo um domínio reflexivo, é o fim de nossas deliberações. Cada domínio pode ser transcendido

> para um novo e maior domínio. O processo é interminável e é a fonte de todas as nossas construções e considerações" (KAUFFMAN, 2018, p. 85-86).

O *domínio reflexivo*, como apontado por Kauffmann (2018) logo acima, demonstra que a produção do conhecimento científico não se dá de maneira absoluta, mas mediante distinções de distinções, visto que se instaura através de um movimento circular necessário, consequentemente, teórico-prático. Ademais, tal domínio reflexivo é uma forma razoável, cremos, de fazer com que o nosso conhecimento científico consiga captar e alvidrar o movimento, a *processualidade* do *tempo social* e os comportamentos de *aceleração-positiva ou aceleração-negativa* refletidos nas teorias observadas, em relação à tríade *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, conforme os esquemas de distinção produzidos e/ou utilizados pelos teóricos sociais em suas respectivas formulações teoréticas.

Na tradição francesa da sociologia, por exemplo, em que destacamos a figura de Pierre Bourdieu, cabe ao sociólogo explicar a realidade social que o circunda, realidade essa que se mostra como o "mundo mistificado da sociologia espontânea" feita por agentes sociais em vida social (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1999). Em tal realidade social, na perspectiva bourdieusiana, também podemos observar uma articulação entre a dimensão objetiva das estruturas sociais (*campo*) e a dimensão subjetiva dos agentes sociais (*habitus*), demonstrando que a realidade social é dinâmica. Como dito no livro "*O Senso Prático*" (2012), a realidade social, para Bourdieu, é algo dinâmico, pois quando são articulados o *campo* e o *habitus* — registrados na forma de percepção, pensamento e ação — podemos vislumbrar a dimensão temporal e histórica da vida social que sempre atualiza, por meio dos agentes sociais, a vida em sociedade. Ainda segundo Bourdieu (2001, 2012), o sociólogo deve estar atento não somente à dinâmica da realidade social, fomentada pela articulação reflexiva entre *campo* e *habitus*, mas também em como se portar numa realidade social que estruturalmente o condiciona. Nesse prisma, o sociólogo precisa, com muita astúcia, a todo instante voltar a si próprio em suas análises, de modo a tentar dirimir os condicionamentos sociais na sua pesquisa. A "*reflexividade"*, então, articula-se entre dois domínios de conhecimento (*campo* e *habitus*), dando dinamicidade a esses domínios, pondo em movimento o próprio tempo e, consequentemente, a própria historicidade.

Para retomar as considerações de Diogo Corrêa (2009), podemos observar, nessa "vigilância epistemológica" promulgada por Bourdieu, que a "*reflexividade*" do sociólogo em ação deve tanto estar atenta para o modo como os agentes sociais vinculam-

se às disposições (e regras) do campo por eles ocupadas, quanto para a sua própria pesquisa, com o intuito de dirimir os condicionamentos sociais e garantir a objetividade do olhar sociológico, ou melhor dizendo, "tem-se por finalidade objetivar o próprio olhar do agente da objetivação por meio dos esquemas de pensamento que tornam possível enxergar o mundo dentro do qual ele se encontra" (CORRÊA, 2009, p. 06). Esse é o cerne da reflexividade sociológica promulgada por Bourdieu. Seu "exercício reflexivo" na prática sociológica está vinculado à (auto) crítica, pois como disse o próprio Bourdieu:

> Praticar a reflexividade é colocar em questão o privilégio de um "sujeito" conhecedor arbitrariamente excluído do trabalho de objetivação. É trabalhar para dar conta do "sujeito" empírico da prática científica nos próprios termos da objetividade construída pelo "sujeito" científico — sobretudo situando-o num ponto determinado do espaço-tempo social — e lograr então uma consciência mais aguda e um domínio mais completo das constrições que podem exercer sobre o "sujeito" empírico, a seus interesses, pulsões, pressupostos, e com o quais ele precisa romper para se constituir (BOURDIEU, 2001, p. 145).

Em Bourdieu (2001, 2012), a ideia de "*reflexividade*" está atrelada à concepção (auto)crítica que o sociólogo deve ter quando pesquisa a realidade social, voltando contra si mesmo (e a todo instante) a objetividade sociológica que a pesquisa do social requer. Além disso, adicionamos, cabe ao sociólogo refletir sobre o modo como ele mesmo reflete, no sentido de que não basta buscar a objetividade se as reflexões que emergem nas estruturas cognitivas não são sistematicamente reavaliadas. Necessário, da mesma forma, é refletir sobre o modo que pensamos, pois muitas vezes tais pensamentos ou reflexões podem se mostrar parciais. Entretanto, se formos olhar com maior atenção, a "*reflexividade*" em Bourdieu também denota, para além da concepção de autocrítica, a íntima relação entre o *habitus* e o *campo*, entre o *indivíduo e as estruturas sociais*, pois devemos atentar-nos não somente a *estruturação* das ações humanas, mas também à própria *estruturalidade* de tais ações (MARTINS, 2017).

Na tradição britânica, Anthony Giddens (1991, 1997, 2002) e Margaret Archer (2007a) apontam a amplificação da "*reflexividade*" na Modernidade Tardia. É somente nessa época da história social, segundo os autores, que o exercício da reflexividade se mostrou como um imperativo social generalizado. Ao contrário de Bourdieu, que não propõe uma definição *explícita* do conceito "*reflexividade*", sendo ela, relativamente, um exercício que deve ser realizado pelo sociólogo em ação, Giddens e Archer propõem uma definição de "*reflexividade*".

Para Giddens ([1984) 2009, 1991, 2002), que claramente articula o conceito de "*reflexividade*" ao desenvolvimento tecnológico, ao tempo e ao universo social, a

amplificação da "*reflexividade*" pode ser observada pela acumulação de conhecimento no decurso da processualidade social. Por uma perspectiva "descontinuísta", Giddens demonstra o ineditismo epocal em que vivemos contemporaneamente, marcado por uma extrema *rapidez do tempo e dos processos sociais*, bem como pela forte *interrelação entre o desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial* que possibilitam o aumento das conexões globais. Esses últimos, por força do capitalismo, teriam implicado, dado a sua rapidez, num futuro cada vez mais incerto, onde impera o risco.

O excesso de escolhas e informações, renovadas à luz do desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial, suscita uma sequência de estímulos cognitivos nos agentes sociais. Logo, suscita mais "*reflexividade*". Por "*reflexividade*", Giddens (2009) compreende "[...] não meramente como autoconsciência, mas como caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social" (GIDDENS, 2009, p. 03). No cerne da definição giddensiana de "*reflexividade*" está a ideia de que, ao contrário das sociedades tradicionais, e somando-se a radicalização da Modernidade Tardia, os agentes sociais são obrigados, por questões estruturais ou objetivas da realidade social, a desenvolver competências reflexivas, quer dizer, de exercer a capacidade de tomar a si próprio como objeto de escolhas deliberativas. Certamente que o desenvolvimento dessas "competências reflexivas" está embrincado com os fatores do "estoque de conhecimento"[45] de uma determinada sociedade, da "*reflexividade*" desse conhecimento com o *mundo da vida* (*Lebenswelt*) — onde destacamos o desenvolvimento científico-tecnológico —, o que implicará em mais ou menos aceleração do *tempo social*.

Por falar em "escolhas deliberativas" e mesmo "deliberação", Margaret Archer talvez seja a autora que mais "levou a sério" essas noções como evidências do conceito "*reflexividade*", se comparada a Bourdieu e Giddens. Para a socióloga britânica, também profundamente crítica desses dois autores — justamente porque ambos, em sua perspectiva, reduzem as diferenças entre agência, estrutura e cultura a uma única unidade de sentido —, na Modernidade Tardia, mais do que nunca, a subjetividade dos agentes sociais impera. É somente por meio dela, e da capacidade reflexiva dos agentes sociais, que a sociedade continua existindo e, mais ainda, mantem uma estreita relação entre a

[45] Termo proposto por Alfred Schutz, para designar a capacidade que "o homem em sua vida cotidiana, encontra, a cada momento, um estoque de conhecimento à sua disposição, que lhe serve como um esquema interpretativo de suas experiências passadas e presentes, e também determina sua antecipação das coisas que estão por vir. Esse estoque de conhecimento possui uma história particular. Ele foi constituído nas e pelas atividades vivenciadas por nossas consciências, cujo resultado agora se tornou nossa posse habitual" (SCHUTZ, 2012, p. 86).

estrutura e a cultura. Em outros termos, é por meio da capacidade reflexiva, sob a forma de conversações internas, que o agente medeia (conecta) a estrutura com a cultura. A reflexividade, nesse sentido, é considerada pela autora o "motor da vida social". Por "*reflexividade*", Archer (2013a, p. 04) quer dizer "o exercício regular da capacidade mental, compartilhada por todas as pessoas normais, de se tocarem em relação a seus contextos (sociais) e vice-versa". Os agentes sociais, juntamente com a sua capacidade reflexiva, defrontam-se com certas situações (estruturas), que ora vão ao encontro dos seus projetos de vida, sob a forma de permissões (*enablements*), ora vão ao desencontro dos seus projetos de vida, sob a forma de restrições (*constraints*).

Um aspecto inovador na teorização de Archer acerca da "*reflexividade*" dos agentes sociais é, ao contrário de Bourdieu e Giddens, o seu poder causal: os indivíduos, por si mesmos, são os portadores da capacidade de deliberar, quando assim desejarem, aquilo que consideram um plano de vida, sem que sejam remetidos, integralmente, a condicionamentos estruturais ou culturais. No fundo, dada a capacidade reflexiva e deliberativa dos agentes sociais, os indivíduos são os donos do seu caminho, como sugere o título do livro de Archer sobre o tema: "*Making our way through the World: human reflexivity and social mobility*" (2007a). "*Reflexividade*", então, refere-se à capacidade que temos de agir sobre nossas próprias atitudes e comportamentos, que podem ser modificados à luz de novas experiências sociais. Isso implica, obviamente, a aptidão de mudar as formas como pensamos e agimos no mundo.

No mesmo sentido da "*reflexividade*" proposta pelo ciberneticista Louis Kauffman (2018), apesar de radicalizar e ampliar a compreensão daquela ideia, Niklas Luhmann (2016) propõe compreendermos o seu sentido, grosso modo, também como uma intensificação sistêmica no que se refere o processo de seleção, uma intensificação da seletividade na realidade social, cada vez mais complexa, diferenciada e radicalmente contingente. Do ponto de vista da auto-organização, cada sistema social, longe de funcionarem mediante uma tautologia, possuem a particularidade de que suas operações sempre se identificam e são levadas à cabo por diferenciações. Assim, "essa identificação e, com ela, a subordinação da autorreferência a um si mesmo podem assumir diferentes formas, sempre de acordo com qual diferenciação o si mesmo é determinado" (LUHMANN, 2016, p. 502).

Em vista disso, faz-se necessário, conforme a perspectiva luhmmaniana, diferenciar três momentos acerca das operações sistêmicas, ou seja, três momentos da *autopoiese*: o processo de reprodução própria do sistema aplicável somente em seu

interior (FLICKINGER e NEUSER, 1994; LUHMANN, 2016). Afora a (*i*) *autorreferência basal*, na qual se assenta a diferença entre elemento e relação, posto os sistemas sociais e autopoiéticos designarem a *comunicação* como um elemento *em relação* com outras *comunicações* ao longo do tempo, também existe em todo esse processo (*ii*) a "*reflexividade*" e (*iii)* a *reflexão*, respectivamente, o "antes e o depois" do ponto de vista sistêmico-temporal e a distinção cognitiva que o sistema realiza para com o seu ambiente.

Na "*reflexividade*", por exemplo, é estabelecido pelo sistema quais decisões operativas devem ser seguidas, quais processos devem se relacionar com outros processos ao longo do tempo, ou melhor, "[...] significa antes de tudo que a operação autorreferencial [...] precisa preencher as características da pertinência ao processo" (LUHMANN, 2016, p. 503). Conforme Marcelo Neves (2011), a *reflexividade*, em suma, é um mecanismo no interior do sistema que indica um *processo referente* e um *processo referido* com códigos binários estruturalmente iguais, necessários à conexão dos elementos, logo, das *comunicações* (re)produzidas. Já a *reflexão*, por fim, indica que o sistema é capaz de, tanto operacionalmente (autorreferência) quanto cognitivamente (heteroreferência), ser capaz de se distinguir (identidade) do ambiente que o cerca e, assim, atribuir a si próprio como originador e perpetuador de suas operações (LUHMANN, 2016).

Com base nas considerações anteriores, entretanto, o sentido empregado de "*reflexividade*" nesta tese está diretamente relacionado à capacidade do teórico (ou não) em perceber, inclusive praticamente, todas as transformações do seu *domínio sociocognitivo* para consigo mesmo. Isso desemboca, de modo fundamental, na sua relação com a realidade social, isto é, na inextrincável relação que emerge no sentido de "a realidade social me influencia" e "eu influencio a realidade social" (GIDDENS, 2017; MAY e PERRY, 2017; KAUFFMANN, 2018). *Reflexividade*, enfim, está sendo adotada aqui como a capacidade de percepção (teórico-social) especializada de transformações na realidade social e o agir sobre tais transformações.

Se formos levar em consideração, ainda, o que Iain Wilkinson (2006, p. 501) acertadamente afirmou sobre o conceito "*reflexividade*", veremos que ele encerra pelo menos dois sentidos essenciais. De um lado, a "*reflexividade*", na esteira de Pierre Bourdieu e (2001, 2012) e Alvin Gouldner (1970), pode ser encarada como uma forma de recurso epistêmico-metodológico do qual o sociólogo se serve em suas pesquisas com o intuito de dirimir as interferências sociais, embora não exista um consenso na prática

sociológica quanto às potencialidades e aos limites deste uso da "*reflexividade*"; e, de outro lado, a "*reflexividade*" é percebida como um imperativo amplificado, com certos graus de variação, *pari pasu* com o desenvolvimento societal, inclusive pelo desenvolvimento científico e tecnológico presente nas práticas sociais, conforme foi possível observarmos em Giddens, Archer e Luhmann.

## 2.4. Técnica, tecnologia, tecnociências: uma relação inextrincável para o conhecimento de como sociedades complexas e aceleradas se (re)produzem

A esta altura da nossa argumentação epistêmico-conceitual, vale a pena reenfatizarmos que entre os pressupostos da nossa tese apontamos a existência de um processo sistemático de retroalimentação entre *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica.* Cada dimensão desse trinômio pode ser percebido, ao mesmo tempo, de modo independente e correlacionado, diríamos que por dois níveis de observação postos em ação. Nesse sentido, assumimos a processualidade do fenômeno social como uma dinâmica que se autoproduz, envolvendo momentos no conhecimento sociológico que refletem, em certo sentido, um tipo de conhecimento também teórico-prático, qual seja, o conhecimento promulgado pela inextrincável relação entre *técnica, tecnologia, tecnociências*.

Entretanto, a tríade *técnica, tecnologia, tecnociências* apesar de poder ser dissertada de modo didático-analítico, deve ser vista como composta por "propriedades emergentes", isto é, composta por elementos que se relacionam, mas não podem ser reduzidos pelos demais, visto existir, do ponto de vista evolutivo, diferenças histórico-temporais entre os elementos. Não obstante, tais elementos do ponto de vista sintético, retroalimentado, são capazes de propulsionar, tanto na sua dimensão positiva quanto negativa, a dinâmica temporal do social como um dos fatores que tem assumido cada vez mais importância na própria elaboração teórico-epistemológica do conhecimento sociológico.

Para além da dinâmica temporal do social, existe também uma dinâmica necessária entre os seres humanos e o mundo que os rodeia, sobretudo no que tange a relação do homem com a natureza e dos homens com seus pares, relação essa que através de uma perspectiva sociológica ou existencial enseja, num primeiro momento, a questão da *técnica*: a capacidade que a humanidade tem, sob a forma de um projeto existencial, em solucionar uma contradição na realidade social, ou melhor, a *coetaneidade entre a*

*técnica e o homem* em relação à (re)produção da existência social (CUPANI, 2004; PINTO, 2005; BUNGE, 2012). A *técnica*, assim, sempre obedeceu à qualidade das coisas, pois ela sempre procurou ser acionada mediante o conhecimento dos fenômenos objetivos (naturais ou sociais), e isto é o que a caracteriza em grande parte (PINTO, 2005). Na realidade, a *técnica* emerge por um movimento dialético entre as dimensões subjetiva e objetiva, posto que nas suas duas principais etimologias, uma substantiva e outra adjetiva, não somente existe uma forma específica de conhecimento, respectivamente, para que uma determinada função seja desempenhada (*téchn*ê), mas também uma "astúcia criativa" (*techna*), ou seja, um tipo de ação que incorpora um *meio* necessário para se alcançar um determinado *fim* (BORGMANN, 1984; BUNGE, 1985; GALIMBERTI, 2006). Essas duas dimensões são explicadas pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto (2005) da seguinte maneira:

> A palavra "técnica" na verdade designa um adjetivo, e não um substantivo. Refere-se a um verdadeiro substantivo, a "*tecne*", traduzida pelos latinos em sentido geral por "*ars*", arte. Entretanto, aparece igualmente a forma latinizada "*techna*", de uso extremamente raro, com sentido de "astúcia", "manha", quase certamente por influência do substantivo "*technicus*", que mais se aproxima do grego, designando o mestre de algum ofício artesanal. A conotação indiscutivelmente desprezível do segundo termo, aplicável quase sempre a escravos, proscreveu o emprego da tradução de "*tecne*" por "*tecna*", firmando a preferência por "*ars*". Por motivos de caráter semântico acabou impondo-se o adjetivo "técnico(a)", revestido da categorial gramatical de substantivo, assim tendo se conservado nas línguas modernas" (PINTO, 2005, p. 175).

Se formos levar em consideração a citação acima, de Vieira Pinto (2005), podemos ver que a *técnica* envolve, para além de ser um meio, uma organização pensada e aplicada, um tipo de conhecimento internalizado e externalizado. Nesse prisma, ela sempre envolveu, por um lado, como bem pontuou Platão (2001), a associação entre *téchnê* e *epistêmé*, entre conhecimento e ciência, uma vez que por ser uma habilidade definida de acordo com a sua função envolve, por um *valor intrínseco*, o domínio de uma determinada arte (como *fazer*) juntamente com um componente teórico (como *entender* o fazer) (PARRY, 2003). Mas também, por outro lado, envolve de um ponto de vista dialético, retroalimentado, como ressaltou Aristóteles (2018) por um valor *extrínseco*, um fator de criação (*poiêsis*) cujo *saber-fazer* se alimenta do próprio ato, da própria disposição criativa em "desvelar" algo (HEIDEGGER, 2007; KUSSLER, 2015).

A situação e a semântica da *técnica* começaram a se modificar principalmente se formos levar em consideração, sob a ótica do capitalismo como modo de produção, a dimensão da produção e a sua união com as esferas econômica e científica em grande

parte do Ocidente, respectivamente, na Europa e na América do Norte em meados da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Podemos observar a partir desses dois momentos, como bem ressaltam Álvaro Vieira Pinto (2005) e Max Weber (1994), que a *técnica* radicalmente ampliou ainda mais a capacidade humana de domínio da natureza, de (re)produzir mais rapidamente a realidade social, bem como reestruturar de modo mais veloz a sua situação na qualidade de *ser social*. Assim, por expressar uma nova era tecnológica, a "*técnica moderna*", em que sublinhamos o crescente e rápido processo de *racionalização técnica* sobre o conjunto da vida social, instaurou saltos qualitativos no desenvolvimento do social que influem diretamente sobre o comportamento da sociedade como um todo.

A "racionalidade técnica dos desempenhos", aquela que se materializa, mas não se reduz, nos dispositivos mecânico e eletrônico, mais do que nunca proporcionou o crescimento acelerado das bases materiais e culturais da realidade social ocidental. Como uma das propriedades da ação, sobretudo aquela que é em grande parte orientada por um viés econômico, por exemplo, a *técnica* está imbuída de uma instrumentalidade capaz de articular o *meio* com o *fim*, apesar de que "a Economia orienta-se, em primeiro lugar, pelo *fim* aplicado; a *técnica*, pelo problema dos *meios* a serem aplicados" (WEBER, 1994, p. 39, grifos nossos). Mesmo assim, tanto a *técnica* quanto a Economia, apesar das suas respectivas singularidades, contribuíram e aceleraram o desdobramento de ambas. Afinal, a *racionalidade técnica*, conforme Max Weber (1994) e Carlos Eduardo Sell (2011), reside sobre um princípio de esforço mínimo, um resultado excelente quando comparado aos meios a serem aplicados, o que desemboca diretamente no seguinte raciocínio:

> Em todos os tempos e especialmente hoje, o fator principal para o desenvolvimento técnico é o condicionamento econômico; sem o cálculo racional como base da economia, isto é, sem as condições histórico-econômicas de natureza extremamente concreta, não teria nascido a técnica racional (WEBER, 1994, p. 29-30).

A *técnica racional* aludida por Weber na citação acima, por óbvio, está relativamente relacionada à dimensão científica, apesar não estar explícita. Ao falar da "natureza extremamente concreta", podemos deduzir que a ciência, como também um dos elementos do agir econômico, se orienta para a realidade secular, para a *physis*, ou seja, a ciência e a *técnica* "têm em comum o fato de que ambas são voltadas para a realidade secular, representando a primeira uma tentativa de explicação teórica da realidade, e a segunda a busca de seu controle sistemático" (SELL, 2011, p. 573-574). Em vista disso, definiremos a *técnica* como parte da dimensão fundamental da "tecnologia", na medida

em que se refere não somente ao desdobramento dessa última, como possibilidade da emergência do *logos da técnica* (tecnologia), mas, também, como meio de produzir algo, meio de se atingir um objetivo visado. Em síntese, a "*técnica*" constitui-se como uma série ordenada de operações que visam algo (WEBER, 1994; GALIMBERTI, 2006; PINTO, 2005).

Quando a união entre a *técnica* e a ciência se estreita, emerge um maior refinamento epistemológico entre ambas, capaz de ser generalizado não somente no próprio processo produtivo, mas também em novas habilidades de fazer algo. Daí surge a capacidade da *técnica* olhar para si mesma de um ponto de vista racionalizado, abrindo espaço para que ela própria se tome como objeto de investigação: a *técnica*, como uma propriedade emergente, dá lugar para a *tecnologia*, para o *logos da técnica*.

A nova propriedade emergente, a *tecnologia*, sobrepõe-se, em certo sentido, aos elementos da "mera técnica", tornando possível verificarmos que o *logos da técnica* se torna uma condição da existência humana. Assim, a dimensão de *homo faber*, aquele que ainda era exaltado pela perspectiva grega de *técnica* como modo parcial de conhecimento, deu (e ainda dá) lugar para o *homo technologicus*: não mais como alguém que toma a primeira como *parte* do conhecimento contemplativo, mas alguém que tomou o *logos da técnica* como *constitutivo* e impulsionador do próprio processo do saber nas sociedades moderna e contemporânea (GALLIMBERTI, 2006; KUSSLER, 2015). O *conhecer para contemplar*, enfim, cada vez mais dá lugar para o *conhecer para dominar*. Isso somente foi possível porque:

> A técnica, na qualidade de ato produtivo, dá origem a considerações teóricas que justificam a instituição de um setor do conhecimento, tomando-a por objeto e sobre ela edificando as reflexões sugeridas pela consciência que reflete criticamente o estado do processo objetivo, enquanto fato concreto e por isso objeto de indagação epistemológica. Tal ciência admite ser chamada tecnologia. Embora não seja frequente, este modo de entender a palavra revela-se legítimo, por ser o que transporta o significado radical, primordial (PINTO, 2005, p. 220).

Como dito anteriormente, e somando às considerações anteriores de Vieira Pinto (2005), a *tecnologia*, ainda assim, não deve ser encarada meramente como a "*epistemologia da técnica*", mas também como um "modo de vida", uma "visão de mundo", uma vez que tal "modo de vida" foi (e ainda está) da Modernidade até a Contemporaneidade tomando forças, acelerando e colocando sob pressão a realidade social, de modo geral, e o ser social, de modo específico, implantando um ideário que busca "superar todos os limites" cada vez mais. A *tecnologia*, dessa forma, deve ser

entendida "como um modo de vida, sobretudo na medida em que esse modo de vida afeta os outros modos em que podem prevalecer outras capacidades humanas (fazer, contemplar, agir, experimentar sentimentos e expressar-se)" (CUPANI, 2004, p. 494).

É claro que a relação da *técnica* com a *tecnologia*, mesmo que por um viés de propriedades emergentes, não se rompe completamente. O que surge é uma relação qualitativamente nova, a saber, o *valor da prática científico-tecnológica* é radicalizado quando comparado à *técnica*, pois essa última ainda não tem de modo explícito e claro o reconhecimento do saber científico planificado e operacionalizado em seu empreendimento, muito menos busca um conhecimento capaz de *produzir teorias tecnológicas*, seja sobre objetos da ação (substantivas), seja sobre os objetos que versam sobre as ações de que depende o funcionamento dos artefatos criados (operativas), geralmente, por óbvio, compartilhando o recurso metódico com a ciência (BUNGE, 1980; DOSI, 1982, 2006; CUPANI, 2004).

Uma adequada compreensão do fenômeno tecnológico, quer pela via filosófica, quer pela via sociológica, consoante com Eduardo Aibar (1996) e Álvaro Vieira Pinto (2005), deve se ater para o fato de que o progresso tecnológico, na qualidade de fenômeno social total, consiste na pressão permanente de transformação tecnológica, porquanto a sua relação com a ciência, cujo produto é o rápido incremento da criação e inovações[46] tecnológicas, denotar que "[...] qualquer pausa ou diminuição nesse ritmo acelerado significa retrocesso" (PINTO, 2005, p. 310). Ademais, o progresso tecnológico não deve ser visto como algo unilateral, mas bilateral, não devendo cair no erro de que a *tecnologia* é neutra, sendo importante tão somente atentar-se para seus usos; ao contrário, é necessário compreender que o progresso tecnológico não somente exerce uma grande influência nas modificações da realidade social, mas também, exerce grande influência em combinação com fatores não-tecnológicos, tais como cultura, contexto social, mudança social e ritmo da vida social etc. Há, assim, no progresso tecnológico uma internalização de fatores externos combinada com uma externalização de fatores internos, o que pode ser exemplificado pelo ponto de vista de Hartmut Rosa (2019), Diego Viana (2019) e novamente Eduardo Aibar (1996) pela seguinte lógica processual: a aceleração da mudança social implica uma aceleração dos ritmos, que só pode se realizar graças à

[46] Estamos empregando aqui a ideia de inovação à luz da definição de José Luiz Garcia (2020), ao nos referirmos a uma "[...] disposição de reinvenção industrial e de todo tipo de serviços que procura na ciência e na tecnologia a provisão de um manancial de saberes e meios para a reprodução do próprio mecanismo" (GARCIA, 2020, p. 90).

aceleração técnica e tecnológica, que por sua vez produz mudanças sociais, e assim por diante.

Como sustentam Helga Nowotny (1975) e Harvey Brooks (1994) acerca da interdependência entre *ciência* e *tecnologia* no contexto de desenvolvimento de inovações, a ciência atua, por um lado, como fonte de ferramentas e técnicas para uma *Engenharia de Projetos* mais eficientes e, de outro lado, com uma base de conhecimentos que facilitam a avaliação sobre a viabilidade de um dado empreendimento tecnológico, principalmente no meio industrial. Se formos levar em consideração, por exemplo, o *tempo social* em sociedades altamente industrializadas, juntamente com a retroalimentação entre a ciência e a tecnologia exposta por Brooks (1994), podemos notar que o tempo se torna, por efeito, um elemento valioso para o desenvolvimento científico-tecnológico, no sentido de que ele pode, em muitos casos, ser considerado um bem escasso, fomentando ainda mais a aceleração do desenvolvimento científico-tecnológico e, por efeito, acelerando o próprio *tempo social* (NOWOTNY, 1975).

Podemos também observar essa relação de retroalimentação entre *teoria sociológica, tecnologia e mudança no tempo social* nos esforços teóricos de um sociólogo pouco conhecido, pelo menos no Brasil, William Fielding Ogburn (1886-1959). Ogburn (1922) elaborou uma teoria sociológica cuja ênfase na mudança social tomou como mote a interrelação entre *tecnologia* (cultura material), *ciência* (cultura não-material) e *tempo social* para demonstrar que em determinados contextos sociais varia o modo como cada sociedade se adapta às mudanças sociais impostas por aquela interrelação, ora adaptando-se rapidamente, ora adaptando-se lentamente. Tal variação (temporal) de adaptação, segundo Ogburn (1922), pode ser vislumbrada através da ideia de "*cultural lag*" [atraso cultural].

A tese de Ogburn (1922) acerca da "*cultural lag*" reside sobre a ideia de que tal "*delay* temporal" positivo ou negativo é um fenômeno social diretamente ligado à tendência de a *tecnologia*, juntamente com seus quatro estágios de desenvolvimento (invenção, acumulação, difusão e ajuste), possibilitar, dependendo do contexto social, que os processos sociais mudem rapidamente ou lentamente e, com efeito, surjam problemas e conflitos sociais causados por essa variação temporal de adaptação sociocultural, o que também reflete nos constructos científicos e vice-versa. Desse modo, há sempre a necessidade de (re)adaptação *entre* as partes da realidade social destacadas pelo autor: *tecnologia, ciência e tempo social*.

Apesar de não se consensual, portanto, o que significa "*tecnologia*", estamos adotando-a nesta tese como o "*logos da técnica*", ou seja, uma perspectiva teórico-prática que toma a própria "*técnica*" como objeto de reflexão e realização, que instaura um *know-how* capaz de se constituir como um ideário, como um "modo de vida" capaz de impulsionar a insegurança do amanhã e colocar sob pressão as pessoas, grupos e instituições para dinamizarem-se (BAUMGARTEN, 2002; PINTO, 2005; BUNGE, 2012; ROSA, 2019).

A partir da década de 1970, mormente o choque da crise petrolífera, o fortalecimento do liberalismo de mercado e os resíduos remanescentes da *lógica científico-tecnológica-industrial* deixados no cenário internacional após o fim a Segunda Guerra Mundial, as *tecnociências* viabilizaram, juntamente com fatores sociais das mais diversas facetas, que algo qualitativamente novo surgisse no horizonte da realidade social do Ocidente. Esse novo tipo de *investigação* preocupada de modo pragmático com o *funcionamento* e com a *eficácia* das pesquisas científicas — em grande parte também impulsionada pelos avanços da Terceira Revolução Industrial e Informacional norte-americana —, levou às últimas consequências a relação entre a ciência e a tecnologia. Em outras palavras, as "*tecnociências*" e seus efeitos reais sobre a realidade social do Ocidente, a partir da década de 1970, manifestam não somente a ideia de que a tecnologia é o motor da ciência e vice-versa, mas também que a prática tecnológico-científica tende a ser *tool-driven* e não *theory-driven*, uma vez que a fronteira entre ambas se torna cada vez mais tênue (GALISON, 1997; GARCIA e MARTINS, 2009; TAMARA, 2013; GARCIA, 2020).

As *tecnociências*, como dimensões que impulsionam os processos de inovação científico-industrial na sociedade contemporânea, teve a sua semântica criada pelo filósofo Gilbert Hottois (1946-2019) na década de 1970, especificamente no texto "*Etique et techno-science*", publicado em 1978 no periódico "*Revues La Pensée et les Hommes*". Apesar de não ter definido o termo naquela época, o autor afirmou mais tarde que tinha em mente, por inspiração da ideia de "*science technique*" de Gaston Bachelard, "[...] enfatizar as dimensões operacionais — tecnológicas e matemáticas — da ciência contemporânea" (HATTOIS, 2018, p. 123). Porém, o termo se tornou mais conhecido no cenário internacional graças ao trabalho de Bruno Latour, "*Ciência em Ação*" ([1987] 2001), denotando que a dinâmica interna da atividade científica alimenta, ao mesmo tempo que é alimentada, por "parceiros sociais" que vão desde grandes aportes financeiros à laboratórios e indústrias com grandes projetos de investigação balizados por

interesses estratégicos e econômicos (LATOUR, 2001; MOCELLIN e AYMORÉ, 2022). Assim, como ressalta Bernadette Bensaude-Vincent (2013):

> A meta desses estudos [tecnocientíficos] é, primeiramente, reformular a questão tradicional da prioridade (é a ciência que impulsiona a técnica ou a técnica a ciência?) em termos de interação entre os diversos tipos de agentes: as comunidades científicas, os Estados, os industriais ou o mundo dos negócios e, enfim, os cidadãos (usuários ou consumidores) (BENSAUDE-VINCENT, 2013, p. 45).

As *tecnociências*, de modo geral, se propõem a tratar de forma intensa a produção do conhecimento como produto, verdadeira mercadoria produzida pela lógica da aceleração do "conhecimento capitalizável" (SCHNAIBERG, 1980). Esse ímpeto radical da produção do conhecimento pelas *tecnociências*, muitas vezes como bens escassos numa economia global do conhecimento — algo que Daniel Bell (1977) já chamou a atenção como a nova estrutura da nomeada "*sociedade pós-industrial*" — encerra pelo menos cinco características fundamentais elencadas por Alonso Amezcua (2020), quais sejam:

> (*i*) *mercantilização* – a pretensão comercial de produzir, mais do que nada, conhecimento e marcadorias; (*ii*) *novo núcleo axiológico* – a substituição da verdade, objetividade e universalidade pelos valores da utilidade, eficácia, funcionalidade, aplicabilidade e rentabilidade; (*iii*) *operatividade empresarial* – estudos que guiam a produção industrial mediante o objetivo de melhores alocações no mercado; (*iv*) *pluralidade de atores* – interesses e valores heterogêneos; (*v*) *capital privado* – a lógica privada da *Tecnociência*, devido ao pleno foco comercial e empresarial, deixa muitas vezes o Estado e a lógica pública em suspenso (AMEZCUA, 2020, p. 122-130).

Todos os cinco elementos elencados tipologicamente por Amezcua (2020) guardam entre si a característica do *utilitarismo*, da natureza do *funcionamento* e da *eficácia*, da estreita continuidade entre o experimento científico e as aplicações tecnológicas (JONAS, 1983; ROUSE, 1994; CUPANI, 2016), o que desemboca em efeitos altamente aceleratórios na realidade social. Não somente, mas também em efeitos aceleratórios que recaem sobre o conhecimento e as práticas sociais e mesmo sobre o *tempo social*, incluindo o tempo do corpo e da finitude humana. Nesse prisma, e ampliando por uma concepção sociológica, Hermínio Martins (2012) defendeu que o progresso das *tecnociências* coloca em xeque a *autonomia da dimensão epistêmica da prática científica*, bem como das *dimensões ontológica e moral-normativa da vida humana*, uma vez que com o desenvolvimento das Biotecnologias e da Engenharia Genética a singularidade humana, ao se misturar com um tempo de *aceleração super-exponencial e autopropulsionado pelas tecnociências* — relativamente autônomo, do

ponto de vista sistêmico, em relação ao ambiente natural-orgânico-social —, se coloca num cenário profundamente incerto e indeterminado. Sobretudo por duas perspectivas dominantes, o *gnosticismo tecnológico* e a *tese fáustica da técnica*: cada um complementado pelo seu oposto, isto é, binarizado, respectivamente, pelo *antropologismo e prometeísmo tecnológicos* (MARTINS, 1996; LACERDA, 2020).

O *gnosticismo tecnológico* reside sobre um nível de discussão epistêmico e ontológico (MARTINS, 1996; LARCERDA, 2020). Existe nessa perspectiva um impulso para a possibilidade de fabricação de vidas artificiais, à transcendência e superação das limitações do organismo humano, assim como a possibilidade de um tempo artificial, impulsionado pelas tecnologias, capaz de superar a temporalidade da biosfera natural, pois procura pensar o desenvolvimento científico-tecnológico como algo *autônomo* em relação à natureza, à sociedade e ao homem. Por contraste, o *antropologismo* recai no pressuposto de que a tecnologia serviria como extensão do corpo humano, *dependendo*, ainda assim, dos ditos do homem e de suas relações sociais, não podendo, aliás, ultrapassar a singularidade do domínio orgânico do *ser natural e social* (MARTINS, 1996; GARCIA, 2012; LACERDA, 2020).

Já a *visão prometeica*, reside sobre uma base de fundamentação ética e normativa, visto poder ser resgatada desde os socialistas utópicos e positivistas franceses justamente por corresponder à ideia de que o progresso científico-tecnológico está subordinado ao bem humano, tendo esse último ainda como protagonista. Por seu turno, a *visão fáustica*, ao contrário, enxerga que o impulso do desenvolvimento científico-tecnológico está direcionado para uma apropriação ilimitada, capaz, inclusive, de transcender a própria condição humana (MARTINS, 1996; GARCIA, 2012; LACERDA, 2020). Essa última em especial, mais o gnosticismo tecnológico, denota, por um lado, que a nova realidade social, aquela nascente depois da década de 1970, tem por natureza a concepção da técnica como pura vontade de poder e a pretensão ao domínio ilimitado da natureza, incluindo a própria transformação da condição humana e; por outro lado, quando comparada à tempos atrás, ‘a técnica moderna e a ciência exata moderna não se limitam simplesmente a construir sobre anteriores realizações, antes implicam um corte radical com a ciência e a técnica anteriores (GARCIA, 2020, p. IV; MARTINS, 1996, p. 229).

Tudo isso é resumido por Marcos Lacerda (2020), acerca do pensamento de Martins (2012), através das ideias de *experimentum mundi e experimentum humanum*:

> Por *experimentum mundi* estamos nos referindo às consequências do ritmo acelerado e da incerteza dos resultados nos experimentos tecnocientíficos da

> engenharia genética, biotecnologia e inteligência artificial em relação à atmosfera, à biosfera, aos solos e aos oceanos, em suma, ao meio-ambiente e à vida não-humana; por *experimentum humanum* nos referimos às mesmas consequências, tanto da aceleração quanto da incerteza, em relação aos seres humanos, mais especificamente no âmbito político, social e, sobretudo, ontológico, com as consequências associadas aos pós- e trans-humanismo (LACERDA, 2020, p. 153).

Diante do que foi exposto acima, na citação de Lacerda (2020), podemos concluir esse tópico reafirmando que existe uma íntima relação entre "*técnica*" e "*ciência*" quando falamos de "*tecnologia*". Porém, tal relação é levada às últimas consequências quando falamos das "*tecnociências*". Essa última está ligada, radicalmente, à tendência cada vez maior da total erosão da antiga concepção de "conhecer a realidade" mediante a consolidação utilitarista da "dominação/alteração da realidade".

Com as "*tecnociências*" é possível vislumbrarmos uma total autopropulsão e autonomia, em que sublinhamos os fortes efeitos na aceleração do *tempo social* de modo exponencial e os acelerados desenvolvimentos nas Nanotecnologias, Biotecnologias, Tecnologias da Informação e Ciências Cognitivas (HATTOIS, 1991; ECHEVERRÍA, 2003; MARTINS, 2012). Ademais, por borrarem totalmente a antiga (e supostamente rígida) fronteira entre as particularidades da "*ciência*" e da "*tecnologia*", as "*tecnociências*" modificam cada vez mais o suposto *ethos* científico, uma vez que a investigação "pura e desinteressada" e mesmo aplicada dos sistemas teóricos produzidos em certas investigações deu lugar, justamente pelo relacionamento com as forças militares, indústrias e aportes financeiros, a um novo regime de saber centrado na ideia de "*eficácia*". A "*eficácia*" diz respeito, grosso modo, à expectativa de maximização do desempenho e minimização dos custos material, técnico ou intelectual num empreendimento visado em algum setor da vida social. Embora a "*eficácia*", como valor assentado na expectativa de menor atuação operativo-temporal num empreendimento visado, seja mais visível nas "tecnociências", justamente por essas últimas estarem orientadas por uma lógica de "*desempenhos-limites*", tal expectativa de cunho mais "pragmático, "funcional" também pode ser vislumbrada, em certo sentido, *na tecnologia e na técnica com seus respectivos procedimentos de ordenamento* (VIRILIO, 1999; NEVES, 2009; MARTINS, 2012).

Os conceitos aqui acionados, e semanticamente definidos, são de suma importância para a compreensão do método aqui delineado, ou seja, para a *Epistémê Reflexiva Aplicada ao Tempo Social*, em especial, para o entendimento da *circularidade operativa* — também atinente a todos os conceitos, mesmo que guardadas as devidas

proporções e singularidades semânticas — entre o trinômio *teoria sociológica, tecnologia e mudança no tempo social.* Assim, vale a pena repetirmos, é somente através da exposição semântica de todos os conceitos que a *razão de ser* e mesmo à *operacionalidade da nossa perspectiva metódica*, cujo caráter é de uma *prática metassociológica*, que o que pretendemos investigar terá sentido, terá um *conteúdo a ser observado* conforme o detalhamento do capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 3. A PROPOSTA METODOLÓGICA DA EPISTÉMÊ REFLEXIVA APLICADA AO TEMPO SOCIAL: SEU(S) MODO(S) DE OLHAR, SEU CAMPO EMPÍRICO DE PESQUISA E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Podemos dizer, à guisa de uma introdução, que toda formulação teórica não somente é desafiada como também está limitada pelo movimento da(s) realidade(s) que ela pretende explicar, representar ou descrever (BUNGE, 1974; RODRIGUES, 2007, 2020). Esteja essa formulação teórica vinculada a uma perspectiva sociológica, filosófica, dentre outras, a(s) realidade(s), inclusive a realidade social europeia, mais ou menos a partir da segunda metade do século XIX, e norte-americana, mais ou menos a partir da primeira metade do século XX, desafiam e limitam a sua capacidade de modelação, visto que a *aceleração-positiva* ou a *aceleração-negativa do tempo social a torna parcial e aproximativa* (STORCH e GUEDES, 2021). Aliás, há que pontuarmos, tais comportamentos do *tempo social* alimentam, ao mesmo tempo que são alimentados, pela interrelação, na forma de um inevitável entrelaçamento, do próprio movimento do trinômio *tecnologia*, *mudança no tempo social* e *teoria sociológica*.

Por vezes, a simbiose e a dinâmica entre aqueles três elementos (*tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*) que remodelam a sociedade através de espasmos temporais, desemboca no que foi chamado, em meados da década de 1970, de *tecnociências* (HATTOIS, 1978, 2018). Em outras palavras, se em tempos atrás ainda era possível realizarmos aquela rígida (e supostamente clara) distinção entre as particularidades da *ciência* e da *tecnologia*; agora, mais ou menos a partir da segunda metade do século XIX, principalmente em grande parte da Europa, e nos Estados Unidos, mais ou menos a partir da primeira metade do século XX, em que sublinhamos alguns momentos de aceleração positiva ou negativa do *tempo social*, tal distinção é, como bem apontou Heinrich Stork (1977), "[...] posta em questão pelo emaranhamento cada vez maior das ciências e da técnica, que se manifesta tanto como *tecnização da ciência*, como *cientificização da técnica*" (STORK, 1977, p. 41, grifos nossos). Como resultado, essa longa relação entre o trinômio supracitado, catalisado pela versátil transmutação do capitalismo e evolução do social, principalmente se formos levar em consideração momentos específicos do Ocidente, como as Revoluções Industriais e seus desdobramentos, as duas Grandes Guerras Mundiais e a disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o comportamento do *tempo social* tornou-se o agente não da mera aceleração da história — algo tão caro à Filosofia da História —, mas da exponencial aceleração da própria realidade social e, acima de tudo, instaurou a

tendência, cada vez maior, da incerteza e da indeterminação na maioria dos processos sociais, ao mesmo tempo em que foram diminuídos os horizontes temporais das tomadas de decisões (HARVEY, 1992; URRY, 1996; VIRILIO, 1999; MARTINS, 2012; TORRE, 2020).

Diante de tais circunstâncias, podemos pensar novamente com Niklas Luhmann (1993b, p. 439) que "as velhas fórmulas conclusivas que procuram determinar o mundo no mundo", sob a forma de um *realismo científico*, são colocadas em suspenso, sendo substituídas, dado a complexidade e a aparente estabilidade temporal dos processos sociais, por múltiplos pontos de vistas, pontos esses que, a sua maneira, organizam interpretativamente o mundo organizando-se a si mesmos (PIAGET, 1972). Nesse prisma, a velha ideia de objetividade científica dá lugar para uma multiplicidade de descrições desse mundo não somente por causa do movimento da(s) realidade(s), mas também por causa das limitações que esse mesmo movimento impõe, em geral, às referências sociocognitivas do teórico, e em específico, aos seus interesses investigativos (VON GLASSERFELD, 1994; VON FOERSTER, 2002). Da mesma forma, essa aparente estabilidade temporal dos processos sociais impõe dificuldades epistemológicas, obrigando, assim, o teórico social a armar-se de ferramentas conceituais em sua maioria ressemantizadas e interpretações atualizadas de teorias até então paradigmáticas, justamente para acompanhar a nova — e cada vez mais renovada — (re)estruturação da(s) realidade(s) social na contemporaneidade. Logo, a velha ideia de objetividade científica é colocada entre aspas, dado que se limita, mais do que nunca, a um domínio operacional específico de validade, ou mais especificamente, a ideia de objetividade nos leva a um importante questionamento sobre "o que é, afinal, a realidade social?", que Humberto Maturana (2014) nos ajuda a responder de forma elucidativa. Nas palavras do autor, a "objetividade" e sua relação com a questão sobre o que seria, de fato, a realidade social, contém:

> [...] preposições de processos que dão origem aos fenômenos a serem explicados como resultado de seu operar e são aceitas como tais na comunidade dos cientistas na medida em que satisfazem, com outras condições, o critério de validação das afirmações científicas estabelecido por essa mesma comunidade (MATURANA, 2014, p. 96).

Se, por um lado, como dissemos acima, o movimento da realidade social rompe com a pretensão de ser teorizada como uma realidade totalmente objetiva, por outro lado, a sua teorização exige um movimento reflexivo, dialético ou retroalimentativo. Isso nos faz perceber que o exercício teorético deve ser realizado por um movimento não-rígido,

à luz de um ordenamento relacional constituído entre as nossas estruturas cognitivas e as experiências acerca dessa mesma realidade — autológico, nos termos da hermenêutica (MOELLER, 2015). Nesse sentido, e consoante com o filósofo Ernildo Stein (2010), dado as nossas limitações cognitivas, na qualidade de seres humanos, as estruturas lógicas do pensamento não acompanham na sua inteireza o modo de ser das coisas e dos objetos, fazendo com que sejamos obrigados a introduzir um elemento de suma importância para tanto, qual seja, *o elemento da interpretação*.

A *interpretação*, fazendo parte desse movimento refratário entre sujeito conhecedor e objeto conhecido, é hermenêutica, porquanto não termos acesso direto aos objetos via significado imediato, mas, tão somente, "[...] via significação num mundo histórico determinado, numa cultura determinada" (STEIN, 2010, p. 18). Destarte, as dimensões racionalista e empirista, teórica e empírica estão intimamente relacionadas e os conceitos, as analogias e as metáforas propiciam, ou mesmo facilitam, essa relação. Contudo, existe uma outra dimensão que é tão importante quanto aquelas, dimensão essa que proporciona, ainda mais, a relacionalidade entre a teoria e o mundo teorizado, a saber, *o método*.

O *método*, especificamente na prática científica, é um instrumento de suma importância para o acoplamento entre teoria e realidade. Ademais, o método é a ponte, o duto, o caminho que estabelece a relação entre o sujeito observador e o objeto observado no processo de conhecimento, principalmente se formos levar em consideração, segundo o nosso intento metódico de pesquisa, o reflexo, bem como a apreensão, dos processos de aceleração positiva ou negativa do *tempo social* em diferentes momentos da história sociológica e de sua produção teorética. Caso o método tenha um enfoque misto, incorporando, em momentos distintos, diversas abordagens e perspectivas teóricas "complementares" constitui-se, sem dúvidas, numa importante ferramenta para a construção do conhecimento científico. Ainda mais quando envolve o enfrentamento da complexificação da realidade social e da ciência, mormente das Ciências Sociais e Humanas, particularmente da Sociologia, no intuito de penetrar nas superfícies aparentes que o ritmo da vida social impõe à nossa observação. Sem um arcabouço metodológico, por efeito, seria muito difícil conhecermos e compreendermos o mundo que nos rodeia. Por isso, não é um exagero afirmarmos que o método científico se desenvolve *vis-à-vis* com as transformações da realidade social que, por sua vez, exige transformações dos modelos teóricos que a representam, urgindo por atualizadas operações teóricas ou técnicas que possibilitem, lógico e procedimentalmente, chegar ao conhecimento

desejado, bem como a um novo tipo de conhecimento. Assim, as construções metodológicas de caráter misto podem ser vistas como modelos atentos às dimensões transdisciplinares, necessárias à investigação dos problemas científicos contemporâneos (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013).

O método que propomos utilizar nesta *tese de doutorado* certamente fugirá daquelas metodologias mais tradicionais, propostas em investigações qualitativas, apesar da mesma também ter o caráter qualitativo. Métodos como a *análise de discurso, a análise de conteúdo, métodos historiográficos*, dentre tantos outros, são extremamente úteis para o conhecimento científico, inclusive para o conhecimento sociológico, tão fundamental em nossa pesquisa. Entretanto, desejamos aqui realizar uma combinação que, ao mesmo tempo que nos parece *sui generis*, vai beber em uma série de reflexões epistêmico-teórico-metodológicas de distintas áreas do conhecimento, o que a torna notadamente transdisciplinar, pois nos servimos tanto da Sociologia quanto da Filosofia e, em certo sentido, ultrapassamos com precaução as suas fronteiras disciplinares — *ainda que seja importante frisarmos que a coadunação de tais áreas do conhecimento acessadas têm como fim último a emergência de uma perspectiva voltada para o conhecimento sociológico*. Acreditamos que tais reflexões, apresentadas ora em forma de revisão e apropriação teórica, ora em forma de noções, conceitos e categorias têm vigorosa potencialidade para colocar a descoberto as indagações que foram pautadas nesta tese.

Após tais considerações iniciais, a estrutura argumentativa acerca da proposta metodológica aqui empregada segue a seguinte lógica: (*i*) algumas palavras de ordem epistêmico-metodológico-temporais são necessárias de imediato para compreendermos a "aura" daquilo que denominamos "*A Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", bem como as *macrocategorias* que, como "modos de olhar", irão auxiliar na sua condução e aplicabilidade para, num segundo momento, (*ii*) apresentarmos a dimensão empírica da nossa pesquisa, isto é, as teorias sociológicas que serão (re)visitadas e (re)analisadas nesta tese, em virtude do método aqui delineado e dos nossos interesses investigativos. Também será apresentado no escopo da nossa proposta metodológica, como complemento da sua dimensão teorética, (*iii*) a operacionalização do método aqui delineado, ao destacarmos a sua aplicabilidade e o seu funcionamento com o auxílio de *microcategorias apriorísticas* de análise, na qualidade de "ferramentas" metódicas semanticamente definidas no final do presente capítulo.

### 3.1. A propósito da Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social

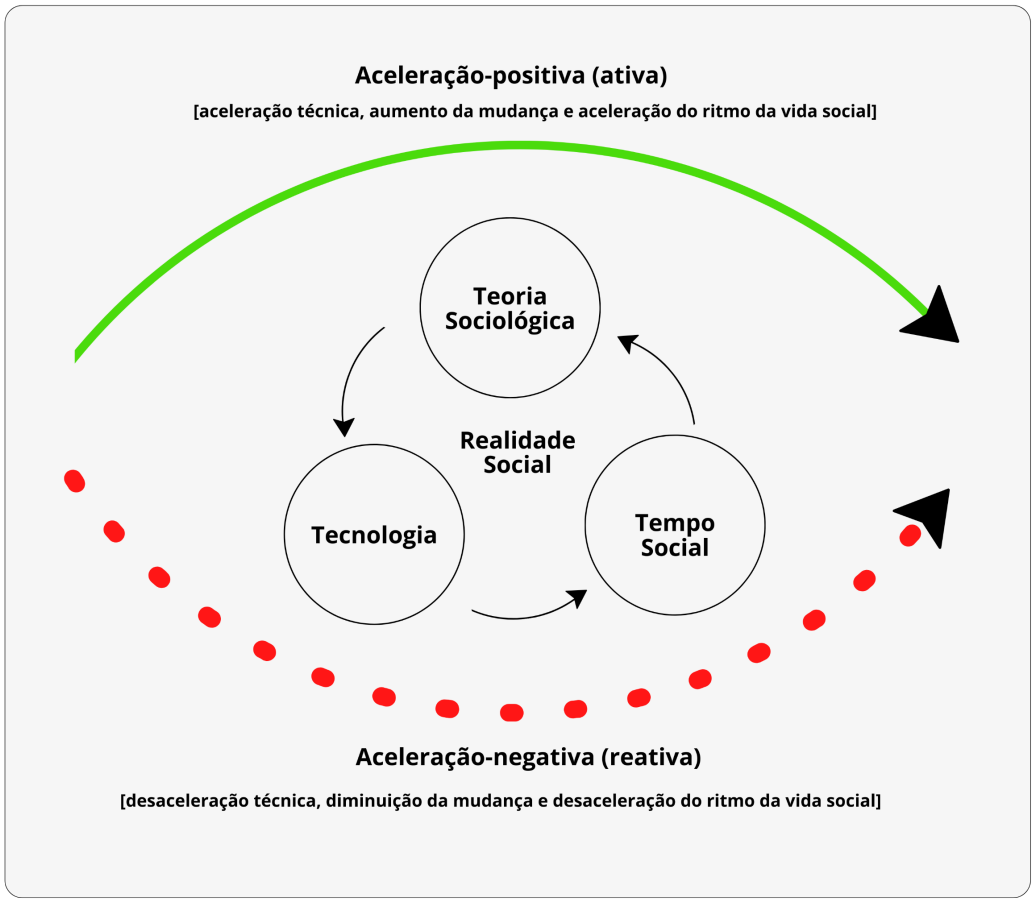
Entendemos por "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*" uma *prática metassociológica* , no mesmo sentido da prática proposta por George Ritzer (1993) e Shanyang Zhao (2003), em razão de nos guiarmos pelo "[...] estudo profundo da estrutura subjacente da Sociologia, em geral, e seus vários componentes: áreas substantivas, conceitos, métodos, dados e teorias", quer no sentido de uma compreensão mais profunda das teorias, quer no sentido de um meio para o desenvolvimento de um novo modelo teórico (RITZER, 1993, p. 425). Isso significa, no seu âmago, que ao conhecermos, analisarmos e teorizarmos sobre teorias sociológicas já (re)conhecidas pela *história teorética da Sociologia*, sobretudo pela busca do reflexo das mudanças do *tempo social* nas mesmas, realizaremos um "*olhar arqueológico-desconstrutivo* e, poderíamos dizer, *de segunda ordem*", uma observação reflexiva da ciência sobre a produção do conhecimento científico que se propõe a compreender e identificar quais foram os esquemas de distinção utilizados pelos teóricos sociais em suas respectivas construções teóricas, como *observadores de primeira ordem* da realidade social, em tempo e espaço específicos, delineados em relação ao trinômio *tecnologia*, *mudança no tempo social* e *teoria sociológica*, no sentido de dotar a realidade estudada e teorizada, sob a forma de constructos teóricos efetivos no "mundo da vida", com base em tal trinômio.

O exercício — e deve ser encarado como exercício, no sentido, *lato* mesmo — de uma "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", como denominamos e propomos, pressupõe, preliminarmente, que na realidade social observada, *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, estão intimamente imbricados, mostrando a razão de ser um do outro. Ambos os elementos do trinômio, além de intimamente imbricados, retroalimentam-se, visto que num sentido dialético, "[...] não mais se repelem e se excluem, mas entram em amálgama [síntese] e se fundem para constituir uma nova realidade" (CIRNE-LIMA, 2017, p. 16).

Considerando que a *tecnologia*, na esteira de Maíra Baumgarten (2002), é o resultado da ação humana, ação essa que implica um certo entrelaçamento entre *ciência* e *técnica*, os seus efeitos na realidade social favorecem modificações nas percepções individuais e coletivas do *tempo social*, assim como modificações no próprio tempo e nos processos sociais, muitas vezes acelerando-os positivamente ou negativamente. As produções teóricas do conhecimento sociológico, quando compreendidas a partir desse processo de retroalimentação, também são movidas pelo fenômeno descrito

anteriormente, o que demonstra que as produções teóricas do conhecimento sociológico podem transpassar a instância puramente abstrata (racionalista ou teorética), fazendo-se presentes no "mundo da vida", alvidrando a dimensão espaço-temporal da realidade social. Assim, ao produzir uma determinada *teoria sociológica*, o pesquisador está, na nossa perspectiva, levando em consideração os efeitos da *ciência* e da *tecnologia* no tempo e nos processos sociais, em um processo de retroalimentação positiva ou negativa. O processo de retroalimentação entre o trinômio aludido pode ser representado, graficamente, da seguinte maneira, conforme a "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*".

**Figura 2. O processo de retroalimentação entre *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica*, levando em consideração tanto a *aceleração-positiva* quanto a *aceleração-negativa do tempo social* nessa interação**

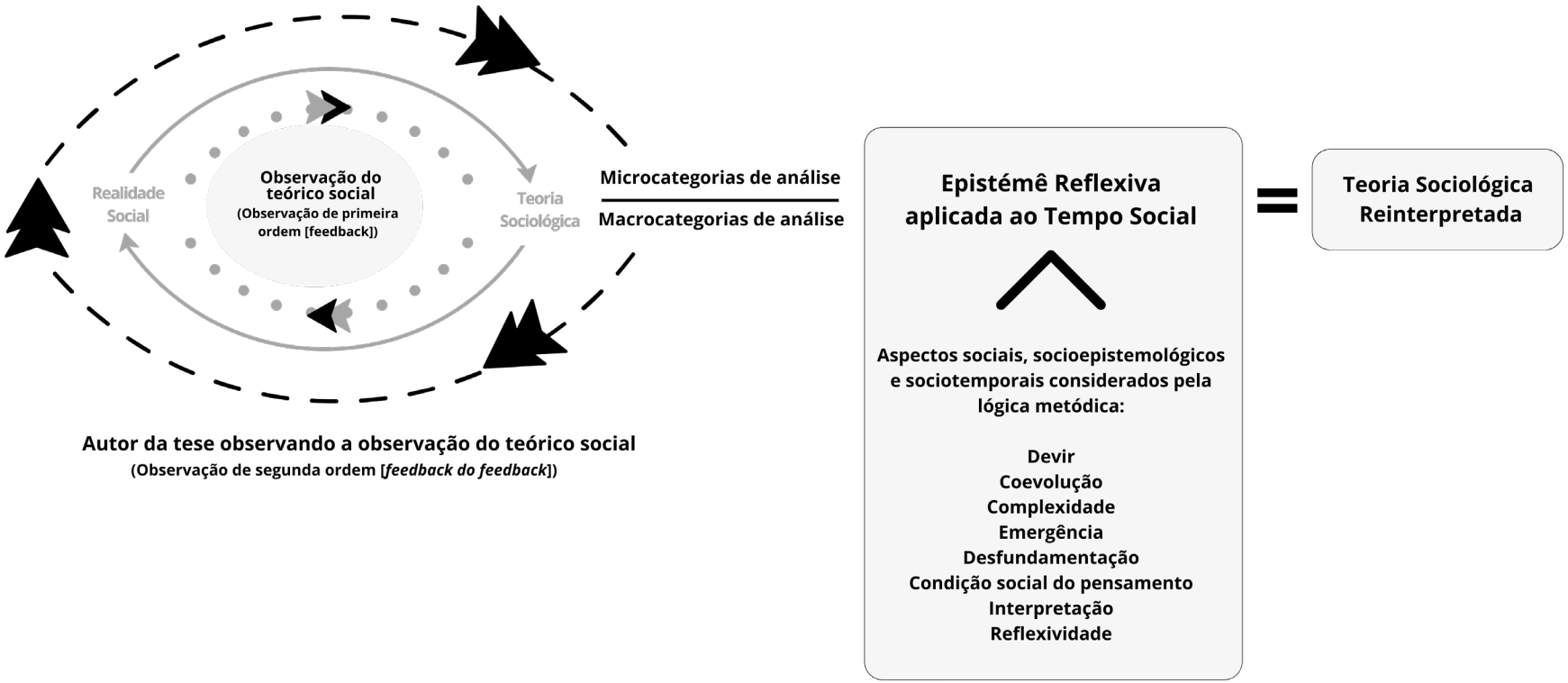



Fonte: o autor.

Se formos levar em consideração, por exemplo, o conceito "reflexividade" atrelado à concepção de autocrítica, promulgada por Pierre Bourdieu (2001, 2012), e o exercício recursivo-regular da capacidade mental, promulgado por Margaret Archer (2007a), ainda assim, o sociólogo, mesmo munido de sua capacidade reflexiva, produz uma *teoria sociológica* principalmente como um *observador de primeira ordem*, pois, se formos nos apropriar da sua teoria veremos, certamente, que ela está orientada por sua observação, possui limites e pontos cegos que não foram identificados por ele. Quando falamos de pontos cegos na observação, estamos querendo dizer que existe a possibilidade de se (re)construir um outro tipo de conhecimento sobre as teorias sociológicas observadas, no mesmo sentido da base de fundamentação epistemológica *construtivista* (LUHMANN, 2017).

Uma determinada *teoria sociológica* observada, analisada e compreendida por um determinado observador, aquele que se serve da "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", como prática *metassociológica*, aqui entendido também como um *observador de segunda ordem*, possibilita observar o *modo* e *quais* foram os esquemas de distinção acionados pelo observador de primeira ordem (os teóricos e suas teorias sociológicas em questão). Aliás, é bom frisarmos que tal observação de segunda ordem, juntamente com os demais conceitos cotejados e com a reflexividade do pesquisador em questão, deve se ater na existência de uma relação de retroalimentação entre desenvolvimentos e avanços tecnológicos (que não se limitam à artefatos mecânicos ou eletrônicos), implicando necessariamente no comportamento do *tempo social*, com as produções teóricas no âmbito do conhecimento sociológico. Portanto, a "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*" apresenta, cremos, grande potencialidade de ressignificações para o arcabouço do pensamento científico-sociológico contemporâneo, pois evidencia a ideia de que as *teorias sociológicas* como modelos explicativos, representativos e descritivos da(s) realidade(s) compõem, necessariamente, uma relação de retroalimentação com a *tecnologia* e as consequentes *mudanças no tempo social*, colaborando para a redução da complexidade da realidade social contemporânea, visto que do ponto de vista sistêmico, por exemplo, ao observar, todo sistema diminui a complexidade do entorno, já que se poderia partir de outras diferenciações e outras indicações, distintas daquelas que foram selecionadas pelo sistema que observa (NEVES e NEVES, 2006).

**Figura 3. O "olho do observador" ou o processo metódico da "*Epistémê Reflexiva Aplicada ao Tempo Social*"**




Fonte: o autor.

Como dito anteriormente, a prática e a aplicação da "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*" é diretamente debitária de *macrocategorias de análise*, isto é, de categorias teórico-epistemológicas, ou melhor dizendo, em "modos de olhar" propostos por Michel Foucault, Jacques Derrida e Heinz von Foerster — apesar de nos servimos também das considerações sociológicas de Niklas Luhmann acerca do método foersteriano. Destarte, o "olhar arqueológico", como resultado e aplicação do estudo das *epistémês*, o "olhar desconstrutivo" e o "*olhar desconstrutivo-reconstrutivo da observação de segunda ordem*" irão auxiliar sinteticamente na condução e na aplicabilidade do nosso método. Basicamente, tais *macrocategorias* (ou "modos de olhar" na sua junta com *microcategorias de análise*, asism como de *aspectos sociais, socioepistemológicos e sociotemporais*) irão servir para conduzirmos o nosso olhar, a nossa leitura de maneira ampla, histórico-situada, em parte, para questões de tempo e espaço específicos que estão se dando, por um lado, nas produções teóricas e, por outro lado, nas mudanças sociais relacionadas à relação de retroalimentação do trinômio *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica*. Ainda assim, é necessário relembramos que tais *macrocategorias* foram dissertadas de um modo "mais epistemológico" no Capítulo 2, capítulo cuja finalidade, como lá informamos, foi a de assentar as bases conceituais desta tese. Assim sendo, algum nível de repetição e resgate argumentativo será inevitável — antecipamos nossas desculpas — apesar de aqui buscarmos conferir aos "modos de olhar" uma tintura "mais metódica".

### 3.1.1. Primeiro "modo de olhar": a arqueologia como investigação e exumação das *epistémês*

Um dos métodos que *parcialmente* nos inspirou a penetrar na aparente superfície da realidade social, naquela descrita em diferentes momentos da história sociológica e de sua produção teorética, em que destacamos o reflexo, bem como a apreensão, dos processos de *aceleração-positiva e aceleração-negativa do tempo social*, é aquele que foi desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault na obra "*A Arqueologia do Saber*" ([1969] 2009): trata-se do *método arqueológico*[47]. Como já mencionamos no Capítulo 2, tal *método arqueológico* — para além do fato óbvio de que é diretamente debitário da tradição crítica de Immanuel Kant, o *Racionalismo Crítico Moderno*, posto que Foucault

[47] É mister salientarmos que Foucault explicitou e refinou o seu método após ter aplicado em seus estudos anteriores, tais como "*História da Loucura*" ([1961] 2019), "*O Nascimento da Clínica*" ([1963] 2011b) e "*As Palavras e as Coisas*" ([1966] 1999).

buscou descrever os discursos não como verdades absolutas, mas tão somente como verdades históricas, situadas em relação às regras de formação em tempo e espaço específicos — foi delineado pelo filósofo francês com o propósito de auxiliá-lo nas suas análises e trazer à baila (diga-se, *exumar*) as condições nas quais se formaram um saber específico (FOUCAULT, [1984] 2004, [1984] 2008). Mais do que isso, Foucault, como nos lembra Daniel Gonçalves (2018), tinha como objetivo central na sua "*fase arqueológica*" escrever uma história transcendental, histórico-transcendental, revelar a(s) história(s) do pensamento em suas condições de possibilidade em diferentes momentos do Ocidente.

Para tanto, ao buscar historicizar as condições de possibilidade de uma dada ordem discursiva, de praticar uma "decifração" de uma dada época a partir de si mesma, Foucault (1999, 2009) tomou como objeto de estudo as Ciências Humanas, tais como a Sociologia, a Psicologia e a Literatura, posto que através dessas disciplinas o "homem", o "ser humano", surgiu pela primeira vez como sujeito e objeto de estudo, ou melhor dizendo, Foucault buscou salientar em seu empreendimento teórico-metodológico "[...] a constituição do sujeito como objeto para ele próprio: a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se observar, se analisar, se decifrar e se conhecer como campo de saber possível" (FOUCAULT, 2004, p. 236). No entanto, para compreendermos, de fato, os esforços investigativos de Foucault à luz do *método arqueológico* é necessário salientarmos, por óbvio, que o método proposto pelo autor é indissociável daquilo que o motivou a sistematizá-lo, a saber, a *epistémê*.

A *epistémê* se refere às condições de possibilidade dos saberes com pretensão de verdades, ou seja, a abordagem metodológica de Foucault transpõe-se da análise científico-normativa em direção de uma história de vários discursos, científicos ou não-científicos (jurisdições, normas administrativas, política etc.) em relação, e com pretensão de verdade numa determinada época. A ideia de *epistémê*, assim, deve ser entendida:

> [...] Como o dispositivo estratégico que permite selecionar entre todos os enunciados possíveis os que vão poder ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e do qual se poderá dizer: este é verdadeiro ou falso. É o dispositivo que permite separar, não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável (FOUCAULT, 2014, p. 45).

Com o conceito de *epistémê*, portanto, Foucault sugere que pelo *método arqueológico* é possível observar e enfatizar que o jogo do pensar se arma antes da clara e rígida relação entre sujeito e objeto, uma vez que com a *epistémê*, antes da sua exumação

metódica, como ressalta Fernando Gimbo (2017b, p. 73), "há sempre um pensa-se (*on pense*) anterior ao eu penso (*je pense*)". Desse modo, há, mais ainda, nas diferentes camadas intelectivas da(s) realidade(s) social, com suas respectivas formulações teóricas, uma configuração epistêmica, uma estrutura de pensamento relativamente independente dos nossos pensamentos e ações (GUTTING, 2021).

Não obstante o "modo de conduzir" a análise das *epitémês,* Foucault também buscou, como recurso metódico, servir-se ao seu favor da suposta relação antitética entre a estrutura e a história (FOUCAULT, 2008; GIMBO, 2017b). O próprio Foucault, nesse sentido, categoricamente afirmou que o que tentou fazer "[...] foi introduzir análises de estilo estruturalista em domínios nos quais elas não haviam penetrado até o presente, ou seja, no domínio da história das ideias, da história dos conhecimentos, da história da teoria" (FOUCAULT, 2008, p. 59). Claro, apesar de existir um certo paradoxo em tal afirmação, uma vez que Foucault ([1983) 2008) já negou veementemente uma absoluta identificação com o *Estruturalismo*, com as análises do pensamento formal, justamente por ser apenas um "curto capítulo" da sua trajetória intelectual, e já decretar "a morte do homem[48]" — como rompimento com a *antropologia filosófica* (*Fenomenologia*) —, o autor viabilizou um novo modo de fazer pesquisa histórica que se atentasse à totalização da experiência humana, arriscando-se, como nos lembra James Williams (2013), e novamente Fernando Gimbo (2017b), no jogo entre a contingência e a necessidade, mas de um ponto de vista *descontinuísta* que descarta os fundamentos transcendentais da consciência humana e o *telos* histórico da razão. De modo categórico, a articulação entre sincronia (estruturalismo) e diacronia (Escola dos *Annales*) dentro de um marco histórico específico, situado, é resumido da seguinte forma por Foucault: "as duas noções fundamentais da história, tal como é praticada atualmente, não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento" (FOUCAULT, [1972] 2008, p. 287).

Ainda em continuidade com a questão de como articular estrutura e história, sincronia e diacronia, o "modo de olhar" proporcionado pelo *método arqueológico*, como estudo das *epistémês*, nos permitiu, mesmo que *a priori*, em sistemas de pensamento específicos, ou aquilo que chamaremos de *períodos da história teorética da Sociologia*,

[48] Na entrevista publicada em "*La Quinzaine Littéraire*", n. 05, de 15 de maio de 1966, Foucault faz a seguinte declaração: "O ponto de ruptura situa-se no dia em que Lévi-Strauss e Lacan, o primeiro no que se refere às sociedades e o segundo no que respeita ao inconsciente, mostraram que o 'sentido' não era, provavelmente, mais do que um efeito de superfície, uma reverberação, uma espuma, e que o que nos atravessava profundamente, o que estava antes de nós, o que nos sustentava no tempo e no espaço era o sistema [estrutura]" (FOUCAULT, 1968, p. 29).

identificar e delimitar teorias sociológicas, em tempo e espaço específicos, e mesmo em marcos temporais singulares, por *períodos clássicos* (Comte e Durkheim), *pós-clássicos* (Halbwachs, Park e Parsons) e *contemporâneos* (Lyotard, Bourdieu e Luhmann). Uma leitura prévia do campo empírico por meio do "modo de olhar arqueológico", como também de comentadores, do *mainstream* sociológico, nos permitiu identificar na *história teorética da Sociologia*, juntamente com marcos históricos específicos, que o desenvolvimento da *ciência da sociedade*, sobretudo nas obras lidas naqueles três períodos, é tanto simultânea quanto sucessiva, ou seja, deve ser vista não somente como produções teóricas que reverberam nas demais, mas também comportam uma simultaneidade *sui generis*, séries de acontecimentos divergentes e convergentes produzidos num espaço específico de relações. O espaço-tempo-histórico proporcionado pelo "olhar arqueológico" fez emergir, no ato de uma leitura prévia do nosso campo empírico, bem como na sua delimitação, uma nova imagem do tempo. Isso quer dizer, fundamentalmente, que:

> [...] em primeiro ligar, o espaço europeu [e norte-americano] não é o espaço por inteiro, vivemos numa série de espaços polimorfos; em segundo lugar, há a ideia é que não há uma só história, mas muitas histórias, muitos tempos, muitas durações, muitas velocidades, que se enredam uns aos outros, se entrecruzam e formam, precisamente, os acontecimentos. (FOUCAULT, 2011, p. 232-233).

Assim, o espaço-tempo-histórico *heterotópico* proporcionado pelo "olhar arqueológico" sugeriu que os períodos selecionados e devidamente nomeados não são vazios, mas, antes, processualmente únicos — apesar de certa ligação entre si (GIMBO, 2017b). Não são nem de longe "estruturas puras", inertes, mas sistemas que, como resultado da articulação entre estrutura e história, se desenvolvem num período *in totum*. Por isso, o *método arqueológico*, como o estudo ou a exumação das *epistémês* (ou dos *períodos clássico, pós-clássico e contemporâneo* da produção teorética da Sociologia, como aqui nomeamos), pode ser definido metodicamente como "o estudo do espaço no qual se desdobra o pensamento, assim como as condições desse pensamento, seu modo de constituição" (FOUCAULT, 2008, p. 35). Em outros termos, pois,

> A arqueologia oscila entre temporalização e espaçamento. Há o devir-espaço do tempo – que se diz na descrição sincrônica de cada época analisada – assim como o devir-tempo do espaço – com a abertura do sistema de relações à temporalização histórica. Em outras palavras, com as epistemes trata-se sempre de um espaço-tempo. A arqueologia diz respeito à descrição retrospectiva dessas estruturas de época e, precisamente por isso, ela é impensável sem a conjunção entre tempo e espaço. Logo, Foucault – para além do estruturalismo – visaria não a negação da evolução e o elogio de uma

> imobilidade formal, mas sim, a análise das condições para que uma transformação sistêmica possa realmente se efetivar na história, inscrevendo-se no tempo, na materialidade do arquivo de uma época específica (GIMBO, 2017b, p. 79).

Ao nos servimos, portanto, *parcialmente* da base de fundamentação epistemológica do *método arqueológico* delineado por Foucault, bem como da sua parte complementar, isto é, da ideia de *epistémê*, iremos *nos dirigir para alguns momentos* específicos da produção teorética na história da Sociologia, sobre algumas teorias específicas que, a título de exemplo, refletiram circunstâncias de aceleração-positiva ou aceleração-negativa do *tempo social.* De modo mais preciso, faremos um "esforço arqueológico" ou um "olhar arqueológico" — olhar que busca decifrar uma época a partir de si mesma — para as teorias propostas por alguns dos teóricos sociais, desde o surgimento da Sociologia para, consequentemente, ver como esses teóricos observaram as mudanças do *tempo social* e fizeram-nas refletir, por força de marcos sociais notáveis, em suas formulações teórico-sociológicas.

### 3.1.2. Segundo "modo de olhar": a desconstrução como "estratégia" desencapsuladora do fundamento último

Com o intuito de reforçar o uso parcial da "condução do olhar" proporcionado pelo *método arqueológico* de Michel Foucault, bem como da sua contraparte, isto é, a ideia de *epistémê*, percebemos a necessidade de associar a ela certas ferramentas conceituais, ferramentas essas que, como potentes *macrocategorias*, irão possibilitar a consecução metódica dos nossos objetivos de pesquisa. Uma dessas ferramentas conceituais certamente é a "*desconstrução*" de Jacques Derrida, cujo intuito na qualidade de "estratégia" para analisar profundamente os textos — "aquilo que foi dito" e supõe-se como evidência segura do que dizem — se dirige defronte à realização da metafísica: o fundamento último (D'AGOSTINI, 2003). Entretanto, para compreendermos, de fato, a razão de ser da *desconstrução* faz-se necessário, mesmo que em poucas palavras, retomarmos a sua base de fundamentação epistemológica, mesmo que ela já tenha sido abordada no Capítulo 2. Assim, é incontornável resgatarmos, resumidamente, o *Pós-Estruturalismo*.

O *Pós-Estruturalismo*, conforme Daniel Mendonça e Léo Peixoto Rodrigues (2014), não é uma forma de pensar "além" ou "após" o *Estruturalismo*, apesar de ter emergido como crítica a partir do seu interior. O prefixo "pós" sublinha, para além de

uma derivação ou uma superação, fundamentalmente uma crítica ao essencialismo com que a *estrutura* (ou o centro) proposta pelo *Estruturalismo* tinha sido até então tratada, a qual desempenhava a função central de significar formas invariantes, sincrônicas e transistóricas que governavam a organização da realidade social e do inconsciente humano (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p. 39). Nesse sentido, o empreendimento epistêmico-metodológico de Derrida vai se dirigir à *desconstrução* desse "centro" ou dessa estrutura que supõe ter, seguramente, um fundamento último. No texto "*A estrutura, o signo e o jogo no discurso das Ciências Sociais*", originalmente publicado em 1966, como comunicação realizada na Universidade John Hopkins, podemos ver, de forma seminal, como a crítica derridiana se dirige à função, ao papel atribuído *ao centro da estrutura*, assegurado por ela de forma transcendental. Nas palavras de Derrida:

> O conceito de estrutura centrada é, com efeito, o conceito de um jogo fundado, constituído a partir de uma imobilidade fundadora e de uma certeza tranquilizadora, ela própria subtraída ao jogo. A partir desta certeza, a angústia pode ser dominada, a qual nasce sempre de uma certa maneira de estar implicado no jogo, de ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo (DERRIDA, 2014, p. 408).

Conforme a passagem anterior, podemos ver que Derrida (2014) indica, de modo paradoxal, o frágil papel levado a cabo pelo "centro", pelo "fundamento". Se, por um lado, tal centro seria a condição necessária para a relação/substituição dos elementos no jogo do real assegurado pela estrutura; por outro lado, o centro, sendo um elemento fundamental da estruturação, não se presta à relação/substituição. Por consequência, o *centro não é o centro*, não pode ser *um centro*, visto estar, ao mesmo tempo, dentro e fora da estrutura. Em vista disso, a *desconstrução* aponta que não basta reduzir o exterior ao interior, muito menos materializar uma hierarquia de um dos dois sobre o outro, do *fora* sobre o *dentro* ou vice-versa, mas procurar *assegurar o jogo* entre ambas, tornar possível o jogo entre a oposição binária, mostrar, em última instância, que um determinado sistema (ou uma teoria) não escapa de suas próprias contradições, não se sustenta de forma absoluta: *trazer à baila a relação sem relação* (CULLER, 1994; VASCONCELOS, 2003). Segundo John Cuddon (1999), a *desconstrução*, então, diz respeito a ideia de que:

> Um texto pode ser lido como dizendo algo bem diferente do que parece estar dizendo. Pode ser lido como carregando uma pluralidade de significados ou como dizendo muitas coisas diferentes que estão fundamentalmente em desacordo, contraditórias e subversivas do que pode ser uma crítica como um único significado "estável". Assim, um texto pode "trair-se" a si mesmo (CUDDON, 1999, p. 210).

O jogo assegurado pela *desconstrução* é sempre uma diferença (*diffèrance*) entre a ausência e a presença, respectivamente, um jogo entre aquilo que não foi possível ser pensado de outro modo e aquilo que foi pensado como referência, como um significante privilegiado (SANTIAGO, 1976; DERRIDA, 2001). Para tanto, a *desconstrução*, quer como "estratégia", quer como "recurso metódico", quer, ainda, como "modo de olhar" ou "tensão entre o passado e o novo", parte de uma função cujo objetivo é liberar as coisas (*desencapsular*), função essa que, grosso modo, se dá em dois movimentos.

O primeiro movimento da *desconstrução* busca inverter a hierarquia dos conceitos. Já o segundo movimento estabelece, após a inversão, o jogo, a incessante alternância de primazia de um dos termos sobre o outro (VASCONCELOS, 2003; DERRIDA, 2001). Tomemos como exemplo, à luz do próprio esforço de Derrida (2014, p. 419), a oposição entre "conceito" e "mito" no pensamento de Claude Lévi-Strauss, principalmente na obra "*O cru e o cozido*" ([1964] 2010). Se a identidade do "conceito", na qualidade de dimensão racional (lógica), pressupõe a sua diferença em relação ao "mito", na qualidade de dimensão primitiva (bricolagem), esse último, que pressupõe uma diferença pela lógica relacional, é essencial para a compreensão do outro, compreensão-de-si. Isso demonstra, uma vez mais, que toda identidade é relacional, toda afirmação de uma "diferença", sobretudo pela percepção de um "outro" ausente, é uma pré-condição para a existência de qualquer identidade (MOUFFE, 2002). Com a *desconstrução*, por efeito,

> O próprio significado e missão é mostrar – que as coisas (textos, leis, tradições, sociedades, crenças, práticas de qualquer tipo e tamanho) não têm significados definíveis e missões determináveis, que são sempre mais do que qualquer missão imporia, que ultrapassam os limites que atualmente ocupam. [...] Toda vez que se tenta estabilizar o significado de uma coisa, para fixá-la em sua posição missionária, a própria coisa, se é que lhe diz respeito, sempre escapa. Um "significado" ou uma "missão" é uma forma de conter e compactar as coisas, uma forma de confiná-las, uma forma de reuni-las em uma unidade, enquanto a desconstrução investe todos os seus esforços em ir além dessas fronteiras, em transgredir esses limites, em interromper e desunir todos esses tipos de reuniões (DERRIDA e CAPUTO, 2009, p. 44).

Se tomarmos a *desconstrução* derridiana, portanto, como a possibilidade de um método de conhecimento, justamente pela sua potência *desencapsuladora*, como salientaram Jaques Derrida e John Caputo (2009), verificaremos que o seu correlato positivo, ou seja, uma *reconstrução*, pode se apresentar extremamente *útil para o nosso intento investigativo*: (re)visitar e (re)interpretar o que foi dito pelos teóricos sociais escolhidos, manifestar o que estava fora ou oculto em seus modelos teóricos em tempo e

espaço específicos, isto é, demonstrar a existência de uma implicação retroalimentativa entre o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* que não apenas interatuam na construção do fenômeno social, como também se alternam propiciando momentos de aceleração-positiva ou de aceleração-negativa do *tempo social*. Ao lembrarmos que toda a *desconstrução* pressupõe reconstrução, e que toda reconstrução pressupõe *desconstrução*, podemos, a partir desse jogo, *desconstruir-reconstruir-construir* modelos teóricos descritivos e/ou compreensivos-explicativos de diferentes realidades sociais, conhecer, reconhecer e demonstrar como *tais modelos também são reflexos das mudanças no tempo social*, possibilitando acessar os objetos que nos propomos averiguar: as teorias sociológicas. Ademais, a *desconstrução* desemboca na possibilidade de "descentrar", "desencapsular", "desfundamentar", desconstruir as teorias sociológicas a serem investigadas considerando o seu estatuto de "verdades estabilizadas", que se colocam como substanciais. Em outros termos, a revisitação de diferentes teorias sociológicas que têm buscado descrever ou representar a realidade social pode colocar a descoberto, desvelar o reflexo do conhecimento e da *tecnologia* na mudança social, *inclusive implicando nos aspectos da aceleração-positiva e da aceleração-negativa do tempo social*. Nosso intento metódico, pois, conforme à aplicação do "olhar desconstrutivo", vai ao encontro das palavras da socióloga Lizza Mazzei (2007). Nas palavras da autora:

> O que eu desconstruo é a violação da metodologia, a qual, dados até então desconhecidos, silenciosamente desestabilizarão nossas impressões. Usando uma metodologia desconstrutiva, caminhamos para uma estratégia de autoquestionamento e desestabilização que nos ajuda como pesquisadores a permanecer abertos ao que ainda falta pensar, com o que não pode ser pensado dentro do presente. Tal metodologia utiliza uma busca infinita pela presença ausente que se esconde por baixo/abaixo/em baixo/em volta/através/no interior dos artefatos tangíveis que são nomeados e analisados por pesquisadores qualitativos. Uma metodologia desconstrutiva servirá como uma estratégia pela qual os pesquisadores qualitativos poderão estar presentes aos espectros esquivos silenciosamente à mão, sempre esperando para serem ouvidos na camada e no espaçamento do texto (MAZZEI, 2007, p. 14).

Na esteira da *desconstrução*, ainda, interpretada pela socióloga Lizza Mazzei (2007) na sua obra "*Inhabited Silence in Qualitative Research: putting Poststructural Theory to Work*", defendemos que a estratégia epistemológica formulada por Derrida é de suma importância para aqueles que pretendem não somente olhar para os textos, mas também, e mais propriamente, para as teorias que ensejam a emergência de um novo conhecimento ou interpretação. A *desconstrução*, que também pressupõe através de uma circularidade operativa reconstrução e construção, possibilita a instauração de uma

possibilidade de ir além da usual interpretação, daquilo que se mostra, daquilo que se supõe evidente, em direção ao que é vagamente percebido, pois envolve uma abertura desconstrutiva para encorajar outra interpretação ao texto ou a teoria em questão, atentando-se ao "não-dito" nas camadas abaixo da superfície aparente da leitura/interpretação.

### 3.1.3. Terceiro "modo de olhar": a observação de segunda ordem como ferramenta desconstrutiva-reconstrutiva dos sistemas observadores

A Cibernética, desde as suas origens como área do conhecimento científico, em meados da década de 1940, sempre enfrentou epistêmico e metodologicamente um problema: por que muitas vezes os *inputs* dos sistemas observados eram totalmente diferentes de seus *outputs*? (MARUYAMA, 1977, p. 93). Até o início da década de 1970, tais problemas não tiveram uma base epistemológica consistente para auxiliar na resposta, pois o papel do observador, no que tange a relação entre o sistema e o entorno, não existia. Estava fora do *loop*. Somente mais adiante, a partir do ciberneticista Heinz Von Foerster, com o texto "*Cybernetics of Cybernetics*", publicado originalmente em 1974, por ocasião da conferência da Sociedade Norte-Americana de Cibernética (ASC), na Universidade da Pensilvânia, que o observador foi incluído nas reflexões da disciplina. Aliás, foi a partir do texto de Von Foerster (2006) que a Cibernética começou a discutir seus próprios limites epistemológicos e éticos, visto gradualmente abandonar a pretensão das Ciências Naturais, a crença na "pura objetividade", para entrar no domínio de suas próprias observações "[...] e aceitar a pura responsabilidade de estar no mundo, ecoando, assim as discussões de longa data na Sociologia sobre a natureza reflexiva do social" (SCOTT, 2004, p. 1373).

Segundo Von Foerster (1993, 1994, 2006), a construção da realidade através do cérebro, preocupação central dos ciberneticistas da primeira geração, tais como Norbert Wiener, Arturo Rosenblueth, dentre outros, não era algo independente do observador. A realidade, ao contrário, forma-se pelas estruturas cognitivas do observador, pelo modo como essas se (auto)organizam (*dotam de sentido*). O pensar sobre o pensar, a *cibernética de segunda-ordem* proposta por Foerster, cuja base de fundamentação epistemológica é *construtivista*, toma como mote a ideia de que não estamos separados da realidade, ou melhor, não separamos assepticamente, como queriam os *realistas epistemológicos*, a realidade exterior (objetiva) da realidade interior (subjetiva), na medida em que "fica

muito difícil sustentarmos um conhecimento objetivo e, por isso, precisamos explicitar para nós mesmos nossos processos de conhecimento" (PELLANDA, 2003, p. 1380). O mundo externo percebido pelo observador não possui um sentido dado *a priori*, ele é pura complexidade, necessitando ser reduzido ou estruturado pelo próprio observador, ainda mais se tratando não somente do comportamento do *tempo social* tanto na sociedade moderna quanto na sociedade contemporânea, mas também dos efeitos do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, em que sublinhamos momentos de aceleração-positiva ou aceleração-negativa.

É interessante notarmos, ainda, que Von Foerster (2006) desenvolveu a sua observação de segunda ordem (ou "cibernética da cibernética"), a operação lógica de autorreferência que toma a si mesma como objeto, como complemento de uma proposição do neurobiólogo Humberto Maturana (2014). Esse último, como nos lembra Heinz Von Foerster (2006) e Léo Peixoto Rodrigues (2017a), criou um teorema conhecido como "Teorema 1", cujo conteúdo indicava o seguinte: "Tudo o que é dito é dito *por um* observador". É possível observamos no "Teorema 1", de Maturana, que o observador possui um estatuto privilegiado na construção do conhecimento, assim como na produção do conhecimento do conhecimento, pois indica um exercício de distinção, de ordem em relação àquilo que se mostra, que se faz passível de observação/estruturação.

Não obstante o papel central dado ao observador por Maturana em seu teorema, Von Foerster (2006) considerou tal teorema incompleto, necessitando de um complemento. Foi aí que surgiu o "Teorema 2", o qual indicava que "Tudo o que é dito é dito *a um* observador", no sentido de indicar o papel da linguagem, isto é, aquilo que é capaz de "conectar" dois observadores ou duas observações distintas, demonstrando, assim, que a realidade (social) *jamais pode ser essencializada*. Além disso, Von Foerster (2006) também adicionou, posteriormente, um terceiro conceito, o conceito de "sociedade" para demonstrar, afinal, a íntima relação entre a tríade: "primeiro, os observadores; segundo, a linguagem que usam; e terceiro, a sociedade [a realidade] que formam ao usar essa linguagem" (VON FOERSTER, 2006, p. 90).

Do ponto de vista matemático de George Spencer-Brown (1972), ponto esse também adotado por Von Foerster (2009), a realidade não é acessível de forma direta, cabendo ser compreendida e organizada por meio de um constante processo de "desenhar distinções[49]" [*draw a distinction*] (VON FOERSTER, 1994; DUPUY, 1996; SILVA,

[49] A *lógica "desenhar distinções*", conforme George Spencer-Brown (1972), defende que somente conseguimos designar/observar algo na medida em que assinalamos, mediante uma separação/diferença,

2021). Assim, conforme Karenine da Cunha (2009), o esforço epistêmico-metodológico levado a cabo por Foerster, a *cibernética de segunda ordem*, se traduz da seguinte maneira:

> O mundo externo transmite intensidades de energia – daí sua teoria ser considerada Cibernética de Segunda Ordem. As formas, cores e texturas que vemos, por exemplo, não existem; o que há na natureza são intensidades (os seres humanos recebem ondas de intensidade que são transformadas em calor, cor, forma etc.). Ou seja, o mundo ao nosso redor é composto por sinais. Em princípio, todos nós emitimos sinais o tempo todo, dada a organização da vida social. Quando não há interesse pelos sinais, eles não deixam o plano das meras intensidades. No entanto, no momento em que há um interesse por eles, há uma transformação dos sinais em informação. Numa lógica heiddegeriana, o sentido passa a ser fenomenológico, ou seja, quem o constrói é quem o recebe a informação, conforme seu interesse, intencionalidade (num contexto husserliano, que preconiza que a realidade só adquire sentido por um trabalho da consciência individual) e até curiosidade em incorporá-la (CUNHA, 2009, p. 05).

Não basta, como vimos na citação acima, incorporar as intensidades proporcionadas pelo entorno. É necessário um profundo exercício de *dação* de sentido, e é daí que emerge a *informação*.

A *informação*, novamente segundo Von Foerster (1993, 1994), não somente de um ponto de vista epistemológico, mas também metódico, posto que o método possibilita o acoplamento entre teoria e realidade, justamente por ser a ponte, o duto, o caminho que estabelece a relação entre o sujeito observador e o objeto observado — basta lembrarmos da própria etimologia do termo "informação", *"informare"*, que significa *dar forma* —, não se encontra estruturada ou já acabada no mundo, em tudo aquilo que nos circunda. A *emergência da informação* somente adquire sentido (forma) mediante uma necessária relação de *circularidade operativo-cognitiva*. Portanto, *informação* nenhuma é exterior, ela só se encontra em nós mesmos" (VON FOERSTER, 1993, p. 203). Adicionaríamos, à luz de Ranulph Glanville (1990), um dos principais comentadores do empreendimento teórico-metodológico de Foerster, que a informação é "uma distinção que distingue a si mesma" (GLANVILLE, 1990, p. 348).

De certa forma, desenhar distinções é *desconstruir* distinções ou formas já realizadas, em razão de que a *observação de segunda ordem*, como apontamos no

uma forma com dois lados, ou seja, um olhar que contempla somente um dos lados indicados, e outro não indicado. De acordo com Guilherme Azevedo (2013, p. 294), "o matemático inglês começa pelo próprio ato de oposição: não há um "A" se não houver um "Não-A". O que Spencer-Brown tenta fazer é "desenhar" o ato da oposição como um ato de diferenciação. A primeira "coisa" a uma "não-coisa". É um ato de distinção, ou seja, é uma lógica de um ato de distinção. A esse ato de distinção, Spencer-Brown chama de "forma"".

Capítulo 2, conforme Niklas Luhmann (1993a), se mostra como um complemento da *desconstrução* proposta por Jacques Derrida, se não como seu sinônimo: ambas "destroem esse pressuposto de *um observador — uma natureza — um mundo* (LUHMANN, 1993a, p. 02, grifos nossos). Nesse aspecto, segundo Marcelo Arnold (2004), Léo Rodrigues e Everton Costa (2021a), um observador de segunda ordem é uma espécie de observador "externo", capaz de reformular a forma pela qual outros observadores, os teóricos aqui escolhidos por nós, juntamente com seus modelos teóricos, observaram o mundo. A partir da sua posição, no nosso caso, a posição de interpretadores dos modelos teóricos em questão, o observador "externo" consegue vislumbrar, simultaneamente, tanto *aquilo* que os teóricos observaram quanto o *modo* como observaram e refletiram em seus modelos teóricos.

É claro que a observação de segunda ordem, da mesma forma que a observação de primeira ordem, possui limites, um "ponto cego", uma "mancha escura". Porém, somente a primeira, de fato, é capaz de tornar uma observação da observação possível, na medida em que, como lembram Armin Mathis (1998) e o próprio Luhmann (2017), ela possui uma vantagem: ela é capaz de deduzir, mediante a autorreferência, algo para a sua observação. Mais do que isso, a observação de segunda ordem, como ferramenta capaz de captar a dinâmica circular entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, pode nos mostrar que, conforme o nosso intento de pesquisa, ao olharmos para um determinado modelo teórico, a nossa interpretação — oriunda da interpretação dos teóricos e suas teorias sociológicas — é metodicamente capaz de gerar ulteriores domínios de interpretação, diga-se, de *reconstrução-construção* ou de investigação, inclusive, para investigações ulteriores.

A observação de observações, como apontado logo acima, demonstra que a produção do conhecimento científico não se dá de maneira absoluta, mas mediante distinções de distinções, visto que se instaura através de um movimento circular necessário. Ademais, observar observações é uma forma razoável de fazer com que o nosso conhecimento visado consiga captar o movimento, a processualidade do *tempo social* e os comportamentos do mesmo refletidos nas teorias observadas em relação à tríade *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, conforme os esquemas de distinção produzidos e/ou utilizados pelos teóricos sociais em suas respectivas formulações teoréticas. Se formos levar em consideração, pois, os comportamentos do *tempo social*, seja a *aceleração-positiva*, seja a *aceleração-negativa*, na forma de

características cada vez mais acentuadas da realidade social ocidental, a observação de segunda ordem:

> [...] produz classificações e distinções altamente dinâmicas e abertas a renegociações constantes. A "inovação" permanente é incorporada no processo de observação de segunda ordem e novas formas de observação substituem as antigas diariamente. A velocidade com que a tecnologia da Informação se desenvolve acelera tais mudanças sociais (MOELLER, 2017, p. 36).

O aumento da complexidade social, juntamente com os processos de aceleração-positiva e aceleração-negativa, traz à tona, conforme a aplicação da observação de segunda ordem, o quadro da sociedade contemporânea, a saber, a sua contingência radical, porquanto o processo de observação fornece mecanismos sociais reais sobre os quais determinadas realidades são construídas e, mediante a sua contingência radical, assumem um significado real, se desenvolvem como realidades estruturadas num domínio operacional específico (LUHMANN, 2001; NEVES, 2009). Posto isso, nos serviremos metodicamente da observação de segunda ordem para que os esquemas de distinção usados pelos observadores de primeira ordem — os autores e seus modelos teóricos — sejam identificados, desconstruídos e, ulteriormente, reconstruídos. Afinal, se a realidade social contemporânea e seus valores estão dissociados de qualquer realidade *a priori*, podemos observar como ela é, então, tornando "possível reconstruir o mundo inteiro no modo de contingência ou de outras possibilidades de ser observado" (LUHMANN, 2001, p. 169).

A seguir apresentaremos a delimitação do campo empírico a ser (re)visitado e (re)analisado nesta tese, as teorias sociológicas, teorias essas que foram produzidas em diferentes partes do mundo *vis-à-vis* a marcos históricos específicos, concretizadas não somente na sua dimensão teorética, mas também fazendo-se presentes no "mundo da vida", devido às suas capacidades de alvidrar a dimensão espaço-temporal da realidade social. Entretanto, acreditamos necessário, justamente porque aqui estamos tratando de uma abordagem metodológica, justificarmos a importância da teorização sociológica sobre o *tempo social* e, posteriormente, retomarmos o nosso intento de pesquisa. Somente assim estaremos em condição de apresentar o nosso empírico e, finalmente, *fundamentarmos o como e o porquê do nosso campo empírico*.

### 3.2. As teorias sociológicas: dimensão empírica da pesquisa

Com base no que foi exposto até agora, gostaríamos de apresentar as teorias sociológicas que, conforme o nosso intento investigativo, obviamente levando em consideração os objetivos e os problemas de pesquisa levantados para a sua consecução, são o nosso objeto de (re)exame, de (re)análise e de (re)teorização. É importante frisarmos, todavia, que apresentaremos no presente capítulo tão somente o nosso objeto de pesquisa, as teorias sociológicas, e não a sua construção, isto é, o que especificamente será examinado nas mesmas. Isso ficará, por efeito, restrito ao próprio processo da pesquisa e seus achados.

A teorização sobre o tempo não se limita, apesar das pluralidades que evoca, tanto em nível epistemológico quanto em nível gnosiológico, às ciências ditas mais "duras", tais como a Física, a Química e a Matemática. Muito menos a outras áreas do conhecimento mais antigas, tais como a Filosofia e a História. Na *ciência da sociedade* a reflexão sobre o tempo também é fundamental, embora, é claro, ela abra mão, em geral, da pura abstração acerca do "fundamento" do tempo para *observar os seus comportamentos e efeitos na realidade social*, algo tão caro à construção de modelos teóricos que visam compreender e explicar a sociedade. Ademais, a reflexão sociológica sobre o tempo não somente suscita questões ligadas a relação entre passado, presente e futuro, nem questões ligadas somente à finitude do homem, mas também ao *tempo social*, pois é a partir dele que emergem, dentre tantas outras coisas, a mudança e a reprodução da vida em sociedade e as estruturas sociais ligadas à medição do tempo e, principalmente, à coordenação das ações humanas (DUX, 1989, TORRE, 1992; ŠUBERT, 2021).

Não podemos esquecer que a Sociologia surgiu, como disciplina do conhecimento científico, em virtude das rápidas transformações sociais consequentes do desenvolvimento técnico-científico-industrial em boa parte da Europa e dos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX e do início do século XX, respectivamente, o que tornou o horizonte temporal dos processos sociais nesses dois lugares cada vez mais aberto e menos preciso para a pesquisa sociológica. Até hoje os comportamentos do *tempo social* provocam renovadas reflexões acerca de antigos problemas empíricos ou teóricos, como nas pesquisas que são publicadas no renomado periódico "*Time & Society*", fundado em 1992 pela socióloga Barbara Adam. Sendo assim, o *tempo social* vem desempenhando, pelo menos desde o nascimento da

Sociologia, um papel-chave no desenvolvimento epistemológico da disciplina, porém, ainda desafiando-a acerca de questões cruciais, tais como a obsolescência de teorias, a homogeneidade ou pluralidade do *tempo social* e a possibilidade de prognósticos, dentre tantos outros dilemas epistemológicos (BAERT, 1992; OLIVA, 2018; GUEDES, 2020).

Ao darmos uma certa ênfase aos *comportamentos e efeitos que o tempo social*[50] suscita, sob a forma de aceleração-positiva ou aceleração-negativa, podemos afirmar, sem dúvida, que a Sociologia e sua lógica teorética são diretamente debitarias de tais aspectos. Se, por um lado, na esteira de Filip Vostal (2014), Judy Wajcman e Nigel Dodd (2017) e Hartmut Rosa (2019), as ações e as reações do *tempo social* estruturam no *nível macro* horizontes temporais para a orientação da ação e relação sociais, também constituem, por outro lado, uma dimensão estruturante no *nível micro* das vidas individuais moldadas na realidade social que, dialeticamente, possibilitam à transformação da sociedade. Conforme Rosa (2019, p. 13), baseado em alguns *insights* de Norbert Elias ([1984] 1998), "[...] as estruturas de tempo de uma sociedade possuem, ao mesmo tempo, um vínculo cognitivo [individual] e normativo [estrutural], além de um profundo enraizamento na estrutura da personalidade que ancora o *habitus* social dos indivíduos". A partir dessa relação dos níveis *micro e macrossociais*, a problemática do *tempo social* diz respeito não somente à transformação das estruturas temporais mais gerais, morfológicas e organizativas do social, mas também aos diferentes modos de nos relacionarmos, e sermos relacionados, com tudo aquilo que nos circunda na vida em sociedade (VOSTAL, 2014).

Agora, especificamente sobre *os processos de aceleração-positiva e aceleração-negativa do tempo social*, apesar da sua presença persistente na história do desenvolvimento teórico da Sociologia, o tópico foi objeto de amplo debate — explícito e sistemático — somente a partir da primeira década do ano 2000 no âmbito internacional

[50] Dentre os autores elencados, certamente o nome de Anthony Giddens poderia ser citado. Porém, ao nosso ver, e de outros críticos do autor, como David Held e John Thompson (1989) — que não menos do que isso organizaram, juntamente com diversos autores, uma grande coletânea com profundas críticas e demonstrações dos limites da "Teoria da Estruturação", sob o título de "*Social Theory of Modern Societies: Anthony Giddens and his Critics*", originalmente publicada em 1989 — Giddens não desenvolve, ou até ignora, no limite, as transmutações que ocorreram de fato na sua época em diante, como as que são catalisadas pelo trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*. Ao se apegar, como ele nunca deixou de salientar na "*Constituição da Sociedade*" ([1984] 2009), de modo veemente na reprodução social mediante relações sociais contextuais (*face-to-face*), (*i*) colocando um grande peso na sincronia em detrimento da diacronia, Giddens (*ii*) ignorou tanto os impactos da dimensão virtual, algo já recorrente, de uma maneira ou de outra, nas teorias sociológicas de sua época quanto (*iii*) os limites da ideia de *Longue Durré* formulada na Escola dos Annales, pois considerou somente a existência de episódios demasiadamente resistentes às mudanças sociais, não indicando nem aprofundando quais fatores poderiam romper com tal episódios.

da Sociologia (URRY, 2000; BITTMAN e WAJCMAN, 2000; ROSA, 2003; AGGER, 2004). É claro que a temática do *tempo social* esteve presente em diversos momentos da eclosão de teorias sociológicas, tendo sido praticamente dominada pelos estudos ligados ao consumo e ao lazer, mais ou menos, da década de 1950 até a década de 1960, especialmente na sociologia americana (HASSARD, 1990). Todavia, como dissemos anteriormente, foi a partir da primeira década do ano 2000 que o tema tomou a devida atenção para ser, de fato, pesquisado, praticamente impulsionado por efeito da obra seminal do sociólogo alemão Hartmut Rosa, isto é, pela sua tese de doutorado, originalmente publicada no ano de 2005, qual seja, "*Beschleunigung*: *Die Veränderung der Zeitstrukturen in der Moderne*" [*Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade* (2019)].

Para além do fato de que a contribuição de Hartmut Rosa nos interessa em grande medida, os desdobramentos que os temas da aceleração-positiva e da aceleração-negativa do *tempo social* tomaram no pensamento sociológico após a publicação daquele trabalho, cremos, vão diretamente para o cerne da lógica teórica em Sociologia. Na nossa perspectiva, o grande motivo é que longe de nos preocuparmos em responder sobre o que é, de fato, o tempo, qual a sua natureza ou, qual a sua essência, devemos atentarmo-nos para "[...] as mudanças atuais nas práticas e instituições sociais, assim como nas relações do indivíduo para consigo mesmo" (ROSA, 2019, p. 08). Desse modo, a compreensão e a teorização dos processos de aceleração-positiva e aceleração-negativa do *tempo social* possibilitam, inclusive epistemologicamente, uma análise que evidencia as mudanças na relação entre o indivíduo, a estrutura social e o sistema cultural.

À vista disto, consideramos necessário investigar, mais detidamente, à luz do método que chamamos de "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", cuja composição se dá pela combinação e mesmo *adaptação* do *método arqueológico, da desconstrução e da observação de segunda ordem*, o reflexo epistêmico-temporal que o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* exerceu, dado a sua implicação retroalimentativa, na construção de algumas teorias sociológicas desde o seu nascimento até os dias de hoje. De modo mais preciso, tal método vai ao "mundo", se dirige às teorias sociológicas para nelas observar, examinar a internalização e a externalização dos comportamentos que o *tempo social* engendra, tanto sob a forma de aceleração-positiva quanto de aceleração-negativa, em relação à tríade *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, conforme os esquemas de distinção produzidos pelos teóricos sociais em suas respectivas formulações teoréticas. Portanto,

consideramos de suma importância averiguar como certas teorias sociológicas refletiram circunstâncias de aceleração-positiva e aceleração-negativa do *tempo social* em suas formulações teóricas, ao levarmos em consideração a emergência das teorias em questão *vis-à-vis* a marcos históricos específicos.

Para tanto, num primeiro momento, delimitamos o nosso empírico conforme o *Quadro 1* logo abaixo, constituído por aquilo que circunscrevemos como *período clássico, pós-clássico e contemporâneo*, bem como pelos lapsos temporais e região geográfica, seguido do contexto social dos autores e suas respectivas abordagens teóricas, ao finalizarmos com as obras/textos a serem examinados nesta tese à luz da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*. Imediatamente, num segundo momento, tecemos algumas considerações necessárias para a consecução da presente pesquisa, considerações essas que estarão intercaladas, para fins didático-justificativo, à apresentação do empírico.

**Tabela 1. Tabela sintética dos períodos, contextos, autores, abordagens teóricas e obras/textos a serem analisados, examinados à luz da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social***

| Período da Produção Sociológica | Lapso Temporal | Região Geográfica | Contexto Social | Teórico Social | Abordagem Teórica | Obra/texto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Período Clássico** | 1830-1860 | França | II Revolução Industrial | Auguste Comte | Teoria do Conhecimento Social | COMTE, Auguste. **Os pensadores**. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. |
| | 1880-1910 | França | II Revolução Industrial | Émile Durkheim | Teoria da Integração Social | DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. |
| **Período Pós-Clássico** | 1915-1950 | França | I e II Guerra Mundiais | Maurice Halbwachs | Teoria da Memória Social | HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, [1950] 2003. |
| | 1915-1950 | Estados Unidos | I e II Guerra Mundiais | Robert Ezra Park | Teoria da Ecologia Humana | PARK, Robert. Ecologia Humana. *In:* PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1948a. P. 21-38;<br>PARK, Robert. A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. *In:* PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1948b. P. 127-143;<br>PARK, Robert. Sucessão. *In:* PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1948c. P. 316-327;<br>PARK, Robert. La Ciudad: sugerencias para la investigación de la conducta humana en um ambiente urbano. **Revista Colombiana de Educación**, n. 36, 1998. |
| | 1915-1950 | Estados Unidos | I e II Guerra Mundiais | Talcott Parsons | Teoria dos Sistemas Sociais | PARSONS, Talcott. **El Sistema Social**. Madrid: Revista de Occidente, 1966; |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | PARSONS, Talcott, BALES, Robert; SHILS, Edward. **Apuntes sobre la teoría de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1970;<br>PARSONS, Talcott. **Sociedades**: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Pioneira Editora, 1969. |
| **Período Contemporâneo** | 1970-2000 | França | III Revolução Industrial | Pierre Bourdieu | Teoria do *Habitus* e Campos Sociais | BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001;<br>BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. 2ª Ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2019. |
| | 1970-2000 | Alemanha | III Revolução Industrial | Niklas Luhmann | Teoria dos Sistemas Autopoiéticos | LUHMANN, Niklas. **Sistemas Sociais**: esboço de uma teoria geral. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. |
| | 1970-2000 | França | III Revolução Industrial | Jean-François Lyotard | Teoria da Condição Pós-Moderna | LYOTARD, Jean-François. **O Inumano**: considerações sobre o Tempo. Lisboa: Editorial Estampa, 1997;<br>LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021. |

Como dito anteriormente, consideramos de suma importância elencar algumas considerações para a consecução da presente pesquisa, conforme as que se seguem:

a) Delimitamos os momentos específicos da produção teorética na Sociologia em face de importantes circunstâncias de transformação social, o que facilitou não somente a escolha dos teóricos e seus respectivos modelos teóricos, mas também a seleção das obras/textos que serão analisados à luz da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, como pôde ser observado no *Quadro 1*;
b) Os marcos históricos selecionados, tais como os efeitos da primeira e segunda revoluções industriais, do entre e o pós-guerras mundiais e mesmo o despontar da Terceira Revolução Industrial, a partir da década de 1970, são muito bem pontuados em diversas obras da *História da Sociologia*, sendo fundamentais para a periodização aqui empregada;
c) Mediante uma leitura prévia (pesquisa exploratória), também guiada pela literatura sociológica comentada, as teorias sociológicas selecionadas foram ao encontro não somente da incorporação do *tempo social* em seus constructos teóricos, mas também do seu comportamento em pelo menos dois elementos essenciais atentados previamente, quais sejam, (*i*) *epistemológico* — como foram assentadas as bases do modelo teórico em questão levando em consideração a problemática do *tempo social*; (*ii*) *estrutura teórica* — como o autor apresentou e articulou metodicamente a urdidura conceitual, bem como as suas definições, levando em consideração, à luz da problemática do *tempo social*, a adoção de analogias e metáforas;
d) Acreditamos que a seleção de teorias sociológicas, e não de escolas, favorece a identificação da singularidade epistemológica da mesma, em razão de uma teoria, em geral, ser construída por um único autor, o que evidencia uma perspectiva historicamente situada capaz de refletir com mais nitidez as mudanças sociotemporais na realidade social, facilitando, assim, a demonstração de nossos pressupostos, bem como a testabilidade de nossas hipóteses;
e) Não é nossa intenção cobrir a totalidade das principais teorias sociológicas, uma vez que isso certamente transcenderá o nosso intento investigativo e os limites de uma tese, mas tão somente as partes que atendam pontualmente (ou

mesmo que parcialmente) nossos pressupostos, nossas hipóteses e nossos objetivos de pesquisa;

f) Com exceção de Auguste Comte, cuja *Teoria do Conhecimento Social* é de importância seminal para a formação da Sociologia, não iremos analisar, conforme o nosso intento de pesquisa, teorias que se apoiam num *superávit normativo ou prescritivo*, pois, em geral, ambas as perspectivas limitam-se ora em diagnosticar as contradições internas da realidade social, ora em propor princípios que devem ser aplicados no agir humano para contornar tais contradições;

*g)* Por fim, a demonstração da nossa análise irá orientar-se pela sua *positividade* e não pela sua *negatividade* (em temos filosóficos) e nem pelo seu *absurdo* (em termos epistemológicos) — absurdo no sentido de que inicialmente a negação de uma determinada hipótese pode ser demonstrada como verdadeira, mas, ao final, acaba por gerar uma contradição lógica que torna tal negação improvável —, isto é, por aquilo que vigora de fato, que tem uma realidade efetiva nas teorias sociológicas escolhidas.

### 3.3. Operacionalização da pesquisa

A seguir apresentaremos a operacionalização da pesquisa, ou seja, como o nosso empírico será tratado, analisado e, acima de tudo, abordado. Para tanto, apresentaremos, primeiramente, o percurso, a "aura" operacional da pesquisa. Num segundo momento apresentaremos, como forma rememorativa, as *macrocategorias* — perspectivas teórico-metodológicas muito próximas, mesmo que pertencentes a diferentes tradições consagradas no decorrer do século XX — que nos permitirão o exame das teorias sociológicas aqui selecionadas. Por fim, apresentaremos, como complemento, ou como "ferramentas", as *microcategorias apriorísticas* de análise, categorias que irão permitir a análise do conteúdo[51] cotejado em nosso intento de pesquisa, pois essas últimas serão, igualmente, semanticamente definidas no final do presente capítulo.

[51] É importante, aqui, salientarmos que nosso método contempla, por certo, a Análise de Conteúdo de caráter mais convencional, mais tradicional ou mesmo clássico, como aquela apresentada por diversos metodólogos (BARDIN, 2011; LAPERRIÈRE; MAYER e PIRES, 2010; CHIZZOTTI, 2001) A análise de conteúdo tem algumas de suas raízes fincadas na Sociologia do Conhecimento, cujo precursor, Karl Mannheim, de viés teórico marxiano, dizia que "É uma das intuições fundamentais da Sociologia do Conhecimento que o processo pelo qual se tornam conscientes as motivações coletivas inconscientes não pode operar em todas as épocas, mas apenas em uma situação bastante específica. Essa situação pode ser

Ao adentramos nas *teorias sociológicas* com o intuito de nos dirigirmos ao cerne das suas respectivas estruturas compreensivo-explicativas, na qualidade de modelos explicativos, representativos e descritivos da(s) realidade(s), a leitura será conduzida com atenção aos trechos da obra/teoria em questão que aludam ao movimento ou à processualidade dos fenômenos sociais. Isso servirá para identificarmos quais *distinções semânticas* — um meio no qual se produz e assenta sentido comunicativo sobre os fenômenos sociais observados que, ao mesmo tempo, permanecem como resultante e resultado de determinada estrutura social[52], conforme Luhmann (2018) — foram produzidas pelos teóricos sociais em um determinado tempo, momento histórico, como forma de atribuir significado à complexidade do mundo, bem como aos espasmos temporais presentes na realidade social observada.

Por conseguinte, as *macrocategorias* aqui acionadas, tais como "*arqueologia*/*epistémê*", "*desconstrução*" e "*observação de segunda ordem*" constituem aquilo que chamamos de "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", guardando entre si uma circularidade operativa ou a imagem de uma espiral ascendente, isto é, potencializam-se como "tecnologias teóricas" e, assim, conciliam de modo lógico-relacional e, por certo metódico, o que até então era visto (ou não) como coisas independentes, numa unidade de sentido nova, permitindo mais completamente capturar as interações entre *tecnologia*, *mudança no tempo social* e *teoria sociológica*. Tais *macrocategorias*, assim, serão usadas como o elo que indica não somente a aferição empírica, mas também a passagem dos fatos aos conceitos que contém a facticidade temporal refletida na construção de determinadas teorias sociológicas (KÖCHE, 2011).

Feito isso, é possível identificarmos, juntamente com as *microcategorias apriorísticas* apresentadas logo em seguida, se os *esquemas de distinção semântica* produzidos pelos teóricos sociais giram em torno da tríade *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, quer em relação à aceleração-positiva, quer em relação à

sociologicamente determinada. Pode-se indicar com relativa precisão os fatores que estão inevitavelmente forçando um número cada vez maior de pessoas a refletir não apenas sobre as coisas do mundo, mas também sobre seus próprios pensamentos" (MANNHEIM, 1982, p. 34). A partir da década de 1970, e mesmo antes, a Análise de Conteúdo tornou-se um método amplamente aplicado na pesquisa em Ciências Sociais e, a partir dos anos de 1980, nos estudos sociais da própria ciência. Nesse sentido, é importante que deixemos claro que no método por nós proposto, a "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", certamente os principais preceitos da Análise de Conteúdo estão presentes. Entretanto, a inovação que se propõe é que a maior parte do conteúdo a ser analisado, é conduzido por macrocategorias analíticas, ou mesmo outras, para parte de um passado teórico em que certas "tecnologias teóricas" ainda não existiam, não tinham sido trazidas à luz pelo próprio conhecimento sociológico.

[52] Uma discussão sobre a ideia de "semântica" na Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann também pode ser vista em Holmes (2018) e Waizbort (2020).

aceleração-negativa do *tempo social*, conforme as delimitações histórico-temporais aqui especificadas. Mais do que isso, é possível identificarmos, cremos, mediante o uso da "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social"*, como as distinções semânticas produzidas pelos teóricos sociais foram acionadas em relação à tríade *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, mormente em relação ao comportamento do *tempo social*, quer a sua aceleração-positiva, quer a sua aceleração-negativa, tendo como pano de fundo o *intercâmbio entre a ordem e a mudança sociais*. Respectivamente, os efeitos do desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o ritmo da vida social, que alvidram de uma certa maneira alguns segmentos da realidade social, isto é, na *duração* dos processos sociais, na dimensão espaço-temporal e, no limite, nas possibilidades de *equilíbrio ou desequilíbrio sociais*.

Como dito anteriormente, a operacionalização da pesquisa será guiada por aquilo que nomeamos de "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social"*, cujo bojo epistêmico-metódico *se formou pela integração daquelas três macrocategorias* como balizas metódicas em relação ao conteúdo das teorias, ao "tocar" nos textos. Além disso, tais "modos de olhar", que compõem o nosso método, serviram/servirão, em conjunto, para observamos — uma observação de segunda ordem — nos textos questões de tempo e espaço que se deram, por um lado, nas produções teóricas e, por outro lado, nas mudanças sociais relacionadas à relação de retroalimentação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* refletidas nos modelos teóricos em questão, conforme o *Quadro 2* logo abaixo:

**Tabela 2. Tabela sintética das *macrocategorias* ou "modos de olhar" da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, orientador à análise dos textos e contextos sociais da história teorética da Sociologia**

| *Macrocategorias* ou "modos de olhar" | "Função" desempenhada na operacionalização da pesquisa |
|---|---|
| ***Epistémê* e Arqueologia (Michel Foucault)** | Possibilitou a escolha das teorias sociológicas em tempo e espaço determinados como também o estabelecimento dos marcos históricos selecionados. |
| **Desconstrução (Jacques Derrida)** | Orientará o "modo de olhar" e a possibilidade de "desencapsular", de "desfundamentar", de desconstruir as teorias sociológicas a serem revisitadas considerando o seu estatuto de "verdades estabilizadas". |
| **Observação de Segunda Ordem (Heinz Von Foerster e Niklas Luhmann)** | Servirá de um instrumento para "(re)olhar", para um olhar "(re)visitador", que se associas à técnica desconstrutivista, complementando-a. |

Tendo em vista as *macrocategorias* que compõem em conjunto o nosso método, a "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social"*, consideramos necessário somar a estas *microcategorias apriorísticas* de análise, conforme o *Quadro 3* logo abaixo. Ainda assim, apesar de estar descrito no Capítulo 2, também relembramos brevemente e de forma esquemática o seu conteúdo semântico.

**Tabela 3. Tabela sintética das *microcategorias apriorísticas* de análise e suas semânticas operacionais que nos conduziram de modo específico ao conteúdo, à leitura dos textos selecionados**

| ***Microcategorias* de Análise e suas semânticas** | **Subcategorias de Análise e suas semânticas** |
|---|---|
| **Tempo Social:** totalidade composta por temporalidades distintas (qualidade, ritmo e duração) em diferentes camadas da realidade social, percebida diferentemente no âmbito do fenômeno social. | **Estabilidade Dinâmica:** tendência das sociedades moderna e contemporâneas em reproduzirem constantemente suas estruturas sociais em consequência da pressão por crescimento, inovação e aceleração social. |
| | **Aceleração-positiva:** intensificação retroalimentativa entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento do ritmo da vida social. Graus de obsolescência de processos sociais pretéritos e indeterminação futura deles. |
| | **Aceleração-negativa:** *reação* ao processo de "aceleração-positiva", redução da retroalimentação entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e ritmo da vida social. Graus de estabilidade e permanência dos processos sociais e de determinação futura deles. |
| **Teoria Sociológica:** articulação teórico-prática entre proposições, conceitos e generalizações que formam, por efeito, um sistema capaz de sair da dimensão puramente teórica e retroagir sobre a realidade social e vice-versa. | **Ciência:** tipo de discurso (comunicação) cuja orientação teórico-prática sistematiza, atualiza, falseia a dinâmica social, retroagindo sobre ela e vice-versa |
| | **Aporte Metodológico-Conceitual:** ideia de que os conceitos, as metáforas e as analogias constituem tanto aquilo que dá vitalidade à capacidade explicativas das teorias sociológicas quanto aquilo que indica e acopla metodicamente a dimensão teórico-prática com a realidade social. |
| | **Reflexividade:** capacidade de percepção (teórico-social) especializada de transformações na realidade social e o agir sobre tais transformações. |
| **Tecnologia:** perspectiva, aplicação ou adoção da própria "técnica" como objeto efetivação-reflexiva, capaz de instaurar *know-how* que | **Técnica:** parte fundamental da "tecnologia"; constitui-se em meio de produzir algo, meio de se atingir um objetivo visado. |

| | |
|---|---|
| implementa um “modo de vida” com maior dinâmica inflacionando a complexidade social. | **Tecnociências:** Propulsoras (autopropulsoras) da aceleração super-exponencial do t*empo social*. |
| **Complexidade:** qualidade crescente da sociedade moderna à sociedade contemporânea, está ligada ao constante movimento de expansão a partir de si mesma (inflação), produzindo uma constante diferenciação funcional, envolve tanto unidade quanto multiplicidade, pois refere-se a uma diversidade de elementos e relações. | **Emergência:** significa a observação de algo ontológico e epistemologicamente novo; que se faz, que se apresenta não por sucessão causal. |
| | **Auto-organização:** uma unidade de sentido (sistema) que se diferenciou de tudo o mais que a cerca e que é composta por partes interdependentes, tendo as suas operações orientadas para si mesma, pois não pode operar para além dos seus limites. |
| | **Evolução:** capacidade de uma unidade de sentido (sistema) em reagir *vis-à-vis* às irritações daquilo que os circunda, o ambiente, ter para gerenciar e mesmo alterar suas estruturas. |

## CAPÍTULO 4. O ZEITGEIST EUROPEU DO SÉCULO XIX, O NASCIMENTO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA: REFLEXO DA ACELERAÇÃO DO TEMPO MODERNO

Neste Quarto Capítulo, iremos discorrer sobre o *Zeitgeist* europeu do século XIX, sua dinâmica social acelerada e o reflexo dessa aceleração social no tempo Moderno e no nascimento da Sociologia como ciência do social. Mais do que isso, esse Quarto Capítulo está mais voltado para à *análise*, embora seja relevante ressaltarmos novamente que nossas pretensões investigativas estão mais voltadas para à *síntese*. A análise realizada por nós tomou como objeto de investigação as teorias sociológicas (ou sociais) de Auguste Comte e Émile Durkheim, mais especificamente, as obras "*Curso de Filosofia Positiva*" (1983) e "*Da divisão do trabalho social*" (2010), respectivamente. Em tais obras já aplicamos efetivamente o nosso método de conhecimento, o qual chamamos de "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*". Assim, com base em nosso método, realizamos um movimento de *desconstrução/reconstrução/construção*, bem como uma *observação de segunda ordem*, nos esquemas de distinção que orientaram às formações teóricas dos dois autores, observadas por nós à luz da relação de retroalimentação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*.

A velocidade estava no âmago da maioria dos processos sociais que definiram o clima intelectual, social e cultural da Europa durante o século XIX, remodelando não somente a dimensão material da realidade social, isto é, o processo produtivo e o ritmo da vida social, mas também a dimensão ideal, pois tornou-se um imperativo que fomentou o desenvolvimento científico, econômico, político e técnico-industrial. A Primeira Revolução Industrial, antes limitada a Inglaterra, deu lugar a uma Segunda Revolução Industrial que atingiu, remodelou e organizou a estrutura social de países como a Alemanha e a França, proporcionando novas formas de produção, novos tipos de conhecimento e, principalmente, fortes experiências de compressão espaço-temporais, dado a velocidade no aumento dos índices populacionais, dos transportes, das tecnologias de comunicação e inovações técnico-industriais.

É neste contexto que analisamos e demonstramos o quanto o nascimento da Sociologia é o produto, o reflexo da *aceleração-positiva do tempo social*. Isso pôde ser observado na Filosofia Positiva de Auguste Comte que visualizou, como reflexo daquele momento na sociedade francesa, com movimentos cada vez mais velozes e observáveis, a urgência de criar uma disciplina do saber científico: a *Física Social*. Um dos principais

motivos para o empreendimento científico de Comte foi a desorganização do âmbito científico da sua época. Necessário, então, era uma atitude mais sintética na ciência, uma atitude que compreendesse a realidade social como um "*todo*" composto por "*partes*" interconectadas, sob a base de diretrizes seguras que levavam em consideração o aumento e a diversidade dos fenômenos socais, fenômenos esses que, essencialmente, eram replicados e multiplicados pela relação de retroalimentação entre *ciência, tecnologia e mudança no tempo social*, em virtude da catalisação do processo de industrialização. Para que o *progresso* fosse mantido, era necessário, segundo Comte, a manutenção da *ordem*. Da mesma forma, Durkheim percebeu a necessidade de institucionalizar a Sociologia como uma disciplina do saber científico para que fosse compreendida, mais detidamente, a dinâmica social acelerada na França em fins do século XIX. O autor demonstrou que a divisão do trabalho social na sociedade moderna emergiu sob uma nova forma, possibilitando novos mecanismos de integração social, por força da acelerada relação de retroalimentação entre *ciência, tecnologia e mudança no tempo social*. Além disso, Durkheim demonstrou, pelo viés organísmico, que por reflexo do processo de industrialização não somente houve uma forte especialização do trabalho social, como também uma evidente diferenciação funcional da sociedade que, por efeito, modificou o modo da Sociologia conceber o processo evolutivo da realidade social. Seu empreendimento científico, assim, se colocou como auxiliar da *integração social*, mediante o delineamento de possibilidades investigativas para amenizar a *desintegração social*.

Por fim, salientamos o quão acelerado foi o *tempo social* no fim da *Belle Époque* em boa parte da Europa nos quatorze anos iniciais no século XX. Nesse período, foi possível observar o reflexo, num nível sem precedentes, da velocidade, da aceleração do tempo e dos processos sociais que caracterizaram a Europa antes e durante o século XIX. Assim, acentuou-se, mais do que nunca, a velocidade como um valor, como um imperativo que energicamente possibilitaria o triunfo do devir. Ademais, de 1900 até 1914, a *Belle Époque*, juntamente com o ideal da aceleração e da velocidade, proporcionou aos indivíduos usufruir dos intensos desenvolvimentos nas diversas esferas do contexto social europeu, mormente na *ciência, na tecnologia*, nos transportes, enfim, na organização social. Essa última, aliás, evidenciou por um lado, *novos conjuntos de percepções culturais sobre o tempo e o espaço*; e, por outro lado, obrigou os indivíduos nas grandes cidades a se servirem a todo instante de seu estoque de sentimentos, de sua estrutura cognitiva, para acompanhar a acelerada e "nervosa" vida em sociedade.

## 4.1. O *Zeitgeist* europeu do século XIX: considerações preliminares

Toda época na história possui uma essência, uma espécie de "aura" que se define pelo clima intelectual, social e cultural daquele momento e lugar. Essa essência ou "aura" pode ser representada pelo conceito *Zeitgeist*, termo alemão que combina a palavra *"Zeit*" (tempo ou época) com a palavra "*Geist*" (espírito, essência ou alma). Quando combinadas, tais palavras denotam o sentido de um "espírito do tempo", ou se quisermos ser mais categóricos, "[..] um padrão de práticas significativas que seja específico de um período de tempo histórico particular, que ligue diferentes reinos da vida social e grupos sociais e se estenda através de contextos geográficos" (KRAUSE, 2019, p. 01). Em outros termos, o conceito *Zeitgeist* nos permite identificar um padrão intelectual, social e cultural de uma determinada época, mais ou menos duradouros e extensos no tempo e espaço sociais.

O conceito *Zeitgeist* surgiu no Romantismo alemão[53], em particular, e foi elaborado pelo filósofo alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803) no seu livro de 1793, sob o título "*Briefe zu Beförderung der Humanität"*[54]. Nessa obra, onde o autor propõe uma reflexão sobre os diferentes modos de universalizar e desenvolver os valores da humanidade, é exposto um certo mal-estar com a intensa aposta, por parte dos iluministas do século XVIII, na razão como única forma de progresso social e humano. Para Herder ([1793] 2013), o progresso social e humano não estaria somente ligado à razão, mas também à mentalidade de um povo sobre a humanidade (*Zeitgeist*), sobretudo sobre as opiniões, costumes e hábitos predominantes de um tempo específico, nas quais o homem molda o seu caráter pela associação com os demais (BERLIM, 1982).

Esta pequena digressão acerca do conceito *Zeitgeist* é de suma importância para compreendermos, no sentido herderiano, a mentalidade da Europa no século XIX, bem como as características da "aura" que definiu o seu clima intelectual, social e cultural. Assim, se pudermos definir o "*Zeitgeist* europeu do século XIX" numa única palavra, tal palavra poderia ser: velocidade.

A velocidade estava no âmago da maioria dos processos sociais que se desdobravam na Europa, seja no desenvolvimento científico, econômico, político e

[53] Johann Gottfried von Herder, assim como Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Johann Christoph Friedrich von Schiller (1759-1805), estava associado ao movimento romântico alemão "*Sturm und Drang*" [tempestade e ímpeto], movimento esse que se opôs ao racionalismo iluminista do século XVIII. O movimento era marcado por uma supervalorização dos sentimentos pessoais, como a melancolia, o pessimismo e o tédio. Ver também Safranski (2010).
[54] Em tradução livre, "Cartas para o avanço da humanidade".

técnico-industrial, seja na expansão intelectual e cultural para os outros lugares do mundo. Velocidade, dinamismo e crença no progresso nunca foram ideais tão fortes na história da Europa quanto no século XIX — embora tais ideais tenham sido elevados às últimas consequências no final da *Belle Époque* (1900-1914) —, quando as outras nações, inclusive os Estados Unidos, que aspirava à potência mundial, testemunharam o "apogeu da civilização europeia", como bem lembrou Robert Schnerb (1969, p. 01).

A relação entre ciência, economia e tecnologia, destacamos, foram fundamentais para tornar manifesto, numa escala sem precedentes, uma *realidade social veloz* em grande parte da Europa. Se antes, especificamente no século XVIII, o avanço científico-tecnológico associado ao crescimento do modo de produção capitalista e, consequentemente, o desenvolvimento econômico, estavam restritos à Inglaterra no que tange ao pioneirismo da Primeira Revolução Industrial (1760-1840/1895)[55], na segunda metade do século XIX esse avanço já estava ao alcance da maioria dos países influentes da Europa, como a Alemanha e a França, notáveis representantes da Segunda Revolução Industrial (1880-1950). A produção de petróleo, aço e energia elétrica, por exemplo, corroboraram a liderança da Europa no domínio da tecnologia e proporcionaram um fácil deslocamento das pessoas entre as diversas partes da Europa, dado a rapidez dos meios de transportes, como a locomotiva e a multiplicação das ferrovias (PERKIN, 1970; SCHIVELBUSCH, 1977). Com esse desenvolvimento acelerado da industrialização emergiram, concomitantemente, algumas tecnologias de comunicação[56] que facilitaram a relação entre as pessoas e a difusão de informações na Europa, possibilitando fortes *experiências de compressão espaço-temporal*[57] (STEIN, 2003; BRIGG e BURKE, 2004;

[55] A Primeira Revolução Industrial, cujas datações variam de historiador para historiador, ora periodizada entre 1760 e 1830 (ASHTON, 1998), ora periodizada entre 1780-1840 (HOBSBAWM, 2000), baseou-se na produção de energia a vapor e ferro. A Segunda Revolução Industrial, cujas datações também variam de historiador para historiador, ora periodizada entre 1860-1914 (MOKYR, 1990), ora periodizada entre 1880-1950 (STEARNS, 1993), baseou-se na produção de energia elétrica, aço e petróleo.

[56] Por ora destacamos as seguintes tecnologias de comunicação: o Telégrafo Eletromagnético, inventado pelo diplomata alemão Baron Pavel Lvovitch Schilling (1786-1837), em 1830; a Máquina de fac-símile (predecessora da máquina de fax), inventada pelo escocês Alexander Baín (1811-1877), em 1842; a primeira companhia de rádio, fundada em Londres, em 1896, pelo físico italiano Guclielmo Marconi (1874-1937) (CHALLONER, 2014).

[57] No século XIX, adverte o economista americano Jeremy Stein (2003), era comum os europeus afirmarem que "o espaço e o tempo foram aniquilados", em virtude do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transportes. Isso quer dizer, fundamentalmente, que o desenvolvimento tecnológico experenciado pelas pessoas naquela época histórica e social reduzia, ao mínimo, o tempo gasto em movimento de um lugar para o outro. O economista e filósofo alemão Karl Marx, na sua obra *Grundrisse* ([1858] 2001a), também relata algo parecido, ao afirmar que na Europa do século XIX "[...] o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, *i.e.*, da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo, *i.e.,* para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais distendido, portanto, o mercado em que circula, tanto mais ele se empenha

GLEICK, 2013). Em vista disso, concordamos com as palavras do filósofo brasileiro Carlos Augusto de Proença Rosa (2012, p. 16) acerca da singularidade histórica do século XIX e seu *Zeitgeist veloz*. Nas palavras do autor:

> Um extraordinário desenvolvimento nos vários domínios moldaria a nova sociedade europeia, após as guerras napoleônicas, totalmente diferente, por qualquer critério, daquela que predominara anteriormente. Sob qualquer ângulo que se examine o processo evolutivo dos países da Europa no século XIX, é patente a grande transformação havida, que, por sua vez, estabeleceria, no curto prazo de alguns decênios, uma sociedade dinâmica, empreendedora, criativa, industrial, confiante na ciência e crente no progresso.

De fato, durante o século XIX a Europa estava preparando as tramas daquilo que o sociólogo alemão Hartmut Rosa (2017[58], 2019) aponta como uma das características centrais do século XX: a sociedade de alta velocidade [*high-speed society*], caracterizada por somente conseguir manter seu nível de funcionamento através do seu próprio movimento, quando mantém o funcionamento das suas estruturas sociais pela expansão da sua tríade imperativa "crescimento-aceleração-adensamento de inovações". Isso significa "que o mundo como um todo, em sua materialidade, é posto sob pressão para dinamizar-se: pessoas, dinheiro, bens e matérias primas são postos em movimento" (ROSA, 2017, p. 372).

Não sem razão que René Rémond (1976) chama o século XIX de "um século de Revoluções", pois podemos observar nele uma dinâmica acelerada nos processos sociais, principalmente em direção a uma época vindoura de progressos e contra a ordem social estabelecida outrora na Europa.

> [...] nenhum — até agora — foi tão fértil em levantes, insurreições, guerras civis, ora vitoriosas, ora esmagadas. Essas revoluções têm como pontos comuns o fato de quase todas serem dirigidas contra a ordem estabelecida (regime político, ordem social, às vezes, domínio estrangeiro), quase todas feitas em favor da liberdade, da democracia política ou social, da independência ou unidade sociais. É esse o sentido profundo da efervescência que se manifesta continuamente na superfície da Europa, a que não ficou imune nenhuma parte do continente: tanto a Irlanda como a Península Ibérica, os Balcãs como a França, a Europa Central e a Rússia, foram afetadas por essa agitação uma ou mais vezes (RÉMOND, 1976, p. 05).

A citação de René Rémond (1976) demonstra que os processos sociais foram marcados, em grande parte da Europa, por uma dinâmica mais veloz, de um modo geral,

simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo" (MARX, 2001a, p. 720).

[58] As considerações de Rosa (2017), na verdade, são oriundas de uma entrevista concedida a Tziminadis (2017).

apesar de terem diferentes direções e sentidos, de um modo específico. Devemos pontuar que essa aceleração, nos processos sociais e no tempo social[59], foi catalisada pelo processo produtivo e tecnológico, bem como pela variação no plano das ideias cientificas. Por esse motivo, para facilitar a compreensão do *Zeitgeist veloz* da Europa ao longo do século XIX preferimos, analiticamente, propor uma leitura a partir de dois fenômenos cruciais (e interrelacionados), quais sejam: a alta dinâmica no plano das ideias científicas e os efeitos aceleratórios das inovações tecnológicas que foram gestadas com a expansão da Revolução Industrial (1760-1840/1895). Essa última, conquanto tenha sua origem no século XVIII, estando limitada ao contexto britânico, somente adquiriu seu ímpeto durante o século XIX, ao se expandir para os outros países da Europa, sendo a Alemanha e a França os exemplos mais emblemáticos.

### 4.1.1. O *Zeitgeist* europeu do século XIX e a expansão da Revolução Industrial (1760-1840/1895)

A partir da segunda metade do século XVIII, o desenvolvimento do meio científico, econômico e técnico-industrial europeu se acelerou. Sobretudo na Inglaterra, essa aceleração viabilizou o pioneirismo da Primeira Revolução Industrial (1760-1840). Conforme Eric Hobsbawm (2000), a vanguarda industrial britânica, especificamente aquela que partiu da cidade de Manchester, ocorreu pela capacidade de construir em torno de si um sistema específico de mercadorias e capitais, ou seja, "a indústria britânica pôde crescer tendo à sua disposição um mercado interno protegido [...] até tornar-se bastante forte para exigir livre acesso aos mercados de outros povos, isto é, 'Livre Comércio'" (HOBSBAWM, 2014, p. 20). Com a Revolução Industrial no contexto britânico, assistimos à passagem do sistema produtivo doméstico da manufatura à maquinofatura de fábrica, a partir da qual o maquinário e o desenvolvimento tecnológico industrial passaram a ser soberanos, modificando a estrutura social daquele país (IGLÉSIAS, 1982).

Inicialmente, as principais inovações tecnológicas na Inglaterra limitaram-se à tecelagem. Se antes, por volta da década de 1730, a lançadeira volante (*flying shuttle*) limitava os tecelões a trabalharem com um pequeno número de fios de algodão, filatório (*spinning jenny*) permitiu, posteriormente, que o tecelão trabalhasse com mais de oito fios

[59] Compreendido aqui como uma totalidade heterogênea que *articula temporalidades distintas* e é percebida de modos distintos por indivíduos, grupos e sociedades, em virtude de possuir qualidades, ritmos e durações variadas nas diferentes camadas da realidade social.

de uma só vez, o que acelerou bastante a produção (MANTOUX, 1988). Já por volta 1768, o processo produtivo do tear acelerou-se ainda mais, dado que a força hidráulica (*water frame*) combinou diversos rolos de algodão para a produção de tecidos e, somando-se a multiplicação das colônias britânicas que plantavam o algodão, a multiplicação de ferrovias e o aperfeiçoamento da máquina a vapor, em 1796, por James Watt, a indústria têxtil diminuiu seus custos e expandiu sua capacidade de exportação para boa parte do país e do continente europeu. Desse modo, obstáculos espaço-temporais antes (quase) intransponíveis foram dirimidos e permitiram uma forte expansão comercial (HENDERSON, 1979).

Ao adentrar no século XIX, pelo menos até a década de 1840, a economia britânica deu uma guinada maior. O fator crucial está diretamente relacionado ao aumento na capacidade de produção das fábricas, refletindo na aceleração dos índices populacionais e urbanos (migração da população rural para as cidades), no aperfeiçoamento e na diversificação de tecnologias produzidas. Em relação à aceleração dos índices populacionais e urbanos, por exemplo, Londres em 1725 tinha 1,5 milhão de habitantes, quase um quarto (¼) da população do país. Manchester possuía, estima-se, 12.500 habitantes em 1717 e 20.000 em 1758. No geral, o contexto britânico possuía 6 milhões de pessoas em 1700, elevando-se para quase 9 milhões em 1800, sendo que 70% desse aumento ocorreu na segunda metade desse período (LANDES, 2005). Aliás, é mister sublinhar que, de modo paralelo, o aumento na capacidade produtiva britânica também se deu em virtude da ascensão da burguesia industrial e da utilização de mão-de-obra feminina e infantil (BERG e HUDSON, 1992).

No que se refere ao aperfeiçoamento e à diversificação de tecnologias produzidas na Inglaterra, houve um aumento significativo não somente no ramo têxtil (algodão, lã e tecidos em geral), mas também no ramo da indústria química, metalúrgica e mineradora. Na indústria química, destacamos, houve tanto o desenvolvimento do pó branqueador (Hipoclorito de Cálcio), em 1810, pelo químico Charles Tennant, que diminuiu drasticamente o tempo necessário para branquear os tecidos, quanto a produção em larga escala de sabão (1820). Na indústria metalúrgica, por seu turno, a produção de ferro estimada em 33 mil toneladas na década de 1790 foi expandida para 49 mil toneladas já em 1800, um aumento de 48% em uma década (BERG, 1987). Na indústria mineradora, por fim, surgiram novas técnicas para a extração de minerais (carvão), visto que o acelerado processo produtivo, na Inglaterra como um todo, necessitava de mais ou menos 11 milhões de toneladas de carvão por ano, tendo esse número dobrado por volta de 1830

(LANDES, 2005). Fica claro, portanto, que a partir do contexto social britânico, inovações tecnológicas foram induzidas pelo aparecimento de necessidades nas práticas sociais.

Cabe destacar que, para além da Inglaterra, outros países da Europa, como a França e a Alemanha, foram relevantes para a dinâmica aceleratória dos processos sociais durante o século XIX, principalmente se levarmos em consideração a retroalimentação entre o desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial. No caso da Alemanha, o processo de industrialização foi um pouco lento, pois, até 1840, aproximadamente, o país ainda continha traços feudais na sua parte oriental e pouca força para a industrialização e inovação tecnológica na sua parte ocidental (VEBLEN, [1915] 1966).

Contudo, na década de 1870 a Alemanha começou a experienciar um acelerado processo de desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial, em razão da Unificação Alemã como um estado-nação sob a liderança prussiana, em 1871, e das indenizações recebidas da França por ocasião de sua derrota na Guerra. Conforme a Vania Maria Cury (2006), a partir da década de 1870, o Estado Alemão e a iniciativa privada impulsionaram ainda mais a relação e o desenvolvimento entre aquelas três instâncias (ciência, economia e técnico-industrialismo), seja pela ampliação de ferrovias e políticas de incentivo industrial, seja pela acelerada produção e exportação nas indústrias pesadas (carvão, ferro e aço), químicas e elétricas. O fato é, ainda segundo a autora, que:

> [...] mesmo tendo se convertido na maior potência industrial da Europa, com sólida base produtiva e comercial, a Alemanha jamais passou por qualquer espécie de revolução burguesa triunfal. Ainda assim, seu processo de desenvolvimento econômico, altamente qualificado em termos tecnológicos e científicos, dinâmico, inovador, prosseguiu a passos largos, a ponto de distanciá-la de seus principais competidores europeus (CURY, 2006, p. 46).

A Alemanha experienciou uma revolução industrial e demográfica que lhe colocou a frente dos seus principais competidores. Segundo Tom Kemp (1985), a Alemanha teve um forte aumento populacional devido ao processo de industrialização que vinha lentamente tomando protagonismo na história daquele país. Se em 1820 havia 25 milhões de habitantes; quando a Unificação Alemã de 1871 terminou, catalisando o desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial, o total de habitantes na Alemanha ultrapassava os 40 milhões. Na realidade, a Europa como um todo experenciou um grande aumento populacional, conforme Quadro 1.

**Tabela 4. Índice populacional da Europa no século XIX (1800-1900)**

| Descrição | Década de 1800 | Década de 1850 | Década de 1900 |
|---|---|---|---|
| **População humana em milhões** | 187 | 266 | 401 |
| **Distribuição da população** | 20,9 | 22,3 | 25,5 |
| **Densidades populacional** | 18,7 | 26,6 | 40,1 |
| **Índice de crescimento** | 34% | 43% | 50% |

Fonte: Schnerb (1969, p. 183).

A França, ao contrário da Inglaterra e da Alemanha, teve um desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial bastante lento. Ainda assim, seu processo de industrialização também teve influência no *Zeitgeist veloz* da Europa ao longo do século XIX. Isso porque, à medida que a França se distanciava de sua herança "feudal" com base rural, entre os anos de 1815 e 1830 (SAES e SAES, 2013), uma estrutura social "moderna" acabou dando espaço para que o seu mercado interno, antes limitado a algumas cidades portuárias (Saint Louis, Lyon e Avignon), se expandisse para dentro e fora do país. Nesse movimento de expansão mercadológica, ainda refém da produção têxtil, industriais e burgueses perceberam maior necessidade de investimentos nos setores de transportes, comércio e matérias-primas, dado as demandas do mercado externo. Igualmente, o caminho-de-ferro, inaugurado na década de 1840, impulsionou a extração de carvão para sua indústria pesada (aço, ferro e petróleo), o que possibilitou, juntamente com o financiamento dos bancos (*Crédit Mobilier*), a França ser vista, em fins do século XIX, como pioneira nos ramos de engenharia e automobilismo, em que se destacam as fábricas da Peugeot (1896), Renault (1898) e Michelin (1889).

Com a atividade industrial disseminada nas mais diversas áreas do país, populações de áreas rurais começaram a se dirigir para as principais cidades industriais (Paris, Lyon, Alsácia e Lorena), gerando centros urbanos dinâmicos[60] e um aumento

[60] Renato Ortiz (1998) narra as grandes transformações da cidade de Paris durante a segunda metade do século XIX, ao afirmar que "[...] por exemplo, é entre 1853 e 1870 que a cidade de Paris se transforma radicalmente, época em que se realizam as grandes obras urbanísticas do barão Hausmann, procurando remover a população do antigo centro, empurrando as classes populares para os bairros periféricos, onde se instalam as empresas fabris. Tudo se passa como se as mudanças estruturais da sociedade se refletissem no espaço urbano, que deve agora se distanciar das cidades vetustas do Antigo Regime, com suas ruas estreitas e tortuosas. Um novo modelo de Modernidade urbanística se impõe, privilegiando as grandes vias, a circulação dos transportes e dos homens" (ORTIZ, 1998, p. 21).

populacional significativo. Se, em 1800, a França tinha 29 milhões de habitantes, em 1900, esse número subiria para 40 milhões de habitantes, um aumento populacional de 37,9 % em 100 anos[61]. Nesses centros urbanos, as indústrias foram as responsáveis pela produção de tecnologias e aprimoramentos, mas também as escolas de engenharia na França, como a *Académie de Sciences* (1666), o *Conservatoire National des Arts et Métiers* (1794) e a *École Polytechnique* (1794), refletiram a dinâmica das inovações tecnológicas e urbanas na realidade social francesa, assim como ajudaram a disseminar, por causa do aparecimento de novas necessidades práticas, a produção de novas tecnologias e a mão-de-obra qualificada para o mercado industrial (HAU, 2010).

### 4.1.2. O *Zeitgeist* europeu do século XIX e a alta dinâmica no plano das ideias científicas

Como destacamos anteriormente, o *Zeitgeist veloz* da Europa ao longo do século XIX foi capaz de se desenvolver graças à mentalidade europeia que depositava suas esperanças na ciência e na tecnologia. Mais do que isso, destacamos que, durante o século XIX na Europa, o trinômio "ciência-tecnologia-indústria" fortaleceu sua relação de retroalimentação (GARCIA e MARTINS, 2009). Tal fortalecimento não somente acelerou o tempo social e aumentou o ritmo dos processos sociais, seja na sua dimensão prática, seja na sua dimensão material (técnico-industrial), mas também aumentou o ritmo na sua *dimensão ideal e teórica*. É claro que as dimensões prática, material e ideal estão em íntima relação, caso contrário, a tríade "ciência-tecnologia-indústria" não teria qualquer relação de retroalimentação.

Todavia, queremos aqui dar ênfase, também, às dimensões *ideal e teórica* que, efetivamente, foram nutridas pela aceleração do tempo e dos processos sociais no contexto europeu do século XIX. Franklin Le Van Baumer (1913-1990), historiador das ideias norte-americano, analisou, com muita propriedade e originalidade, a história social e humana do século XIX — e, também, os séculos XVII, XVIII, e XX —, demonstrando o *intrincado jogo entre as principais perspectivas teóricas* que projetaram os rumos da realidade social europeia. De acordo com Franklin Baumer (2002), o século XIX foi crítico, influenciando enormemente, através do plano das ideias científicas, o seu *Zeitgeist veloz*. Não havia nenhum ponto essencial no pensamento científico moderno do século XIX, nenhum consenso, nenhuma norma geral. A expansão e a fragmentação dos modos

[61] Disponível em: https://www.statista.com/statistics/1009279/total-population-france-1700-2020/

de produção do conhecimento científico seriam causas de sua heterogeneidade naquele momento. Como consequência, aceleravam o tempo e os processos sociais, e estimulavam a crescente complexidade do saber científico. Por esse motivo, ainda segundo Baumer (2002), é mais prudente não considerar o século XIX com um todo unitário, dado a sua velocidade e fragmentação — onde o devir tomava o lugar do ser[62] —, mas tão somente dispersá-lo num certo número de estilos ou mundos de pensamento, que ao colidirem-se no plano das ideias "[...] testemunhavam vivamente a multiplicidade do pensamento do século XIX" (BAUMER, 2002, p. 19). Tais mundos elencados pelo autor são: O Mundo Romântico, o Mundo do NeoIlluminismo, o Mundo Evolucionário e o *Fin-de-Sciéle*.

O "primeiro mundo", segundo a categorização proposta por Baumer para os diferentes momentos do século XIX, isto é, o mundo romântico, emergiu mais ou menos na década de 1780 e teve o seu ápice em meados da década de 1830, podendo ser considerado como o "*primeiro grande protesto contra o mundo moderno*" (BAUMER, 2002, p. 23, grifos nossos). Nesse mundo, o homem era visto como um ser completamente munido de uma "razão profunda" e de um poder imaginativo que ultrapassava aquela "razão estreita" e geométrica dos iluministas do século XVIII, justamente por não se contentar com a aparência dos fenômenos e almejar conhecer suas essências. Os românticos, notadamente Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832), Friedrich Schiller (1759-1805) e Johann Gottfried Von Herder (1744-1803), também ansiavam pelo "infinito", o que desembocou numa amplificação das faculdades cognitivas do homem, agora munido da emoção e capacidade de explorar o lado irracional[63] das realidades natural e social. Mas, um traço relevante do pensamento romântico – que teve grande impacto na realidade social da Europa, em especial na Alemanha – foi ter trazido à tona a compreensão de que as realidade natural e social, ao contrário do que pensavam os iluministas, era dotada de um "princípio vivo" (*Naturans*) em constante "devir". Nesse sentido, como pontua Baumer (2002):

> [...] o romantismo deu forma a um movimento ainda mais importante do que alguma vez se pensara. Apesar do desaparecimento de algumas das suas ideias, o romantismo colocou a sua marca permanente no mundo moderno. A sua Modernidade consiste, acima de tudo, *na consciência do devir* (BAUMER, 2002, p. 57, grifos nossos).

[62] Justamente por se afastar da experiência vivida, daquele "ser" que dava aos homens pontos de referência, e colocá-los num mundo infinito de mudanças, num "mundo temporário" e em perpétua evolução (CHITTÓ, 2002).

[63] "[...] são avaliados como irracionais na medida em que essa maneira de pensar e agir 'extrapola toda e qualquer medida razoável'" (VIETTA, 2015, p. 19).

Por oposição ao "Mundo Romântico" e sua visão de mundo anticientífica, o segundo mundo, chamado por Baumer (2002) de "Mundo NeoIlliminismo", era uma continuação do "espírito" iluminista do século XVIII, mas não da sua doutrina. Essa última, para os NeoIluministas, tais como Jeremy Bentham (1748-1832), Auguste Comte (1798-1857), dentre outros, era demasiadamente dogmática, analítica e pouco preocupada com problemas sociais. Os NeoIluministas, assim, ansiavam por reformas sociais mais profundas, mais ativas, guiadas pela crença incondicional na capacidade da ciência, quer dizer, no "cientificismo": o controle do mundo pela ciência, visando obter um futuro melhor para a humanidade. Da mesma forma, os NeoIluministas acreditavam que o homem, dado o estágio de maturidade do "espírito científico e humano" no século XIX — no sentido comteano (1976, 1983) —, não deveria ser cético, pois a sociedade europeia encontrava-se num estágio tão avançado que dispensava qualquer impossibilidade de explicar, representar e descrever os fenômenos naturais e sociais.

> O NeoIluminismo estava apenas a *acelerar* uma tendência, que já fora bem-marcada no Antigo Iluminismo. O ímpeto para o fazer veio em parte da França revolucionária, que se apoderou da ciência como de um meio de lidar com a mudança social e com a guerra. Encorajara o estudo da ciência nas escolas e criara novas instituições para pesquisa científica e a ciência aplicada, tal como a famosa É*cole Polytechnique*, fundada em 1794, para formar engenheiros e técnicos. A *École* foi o caldo de cultura para toda uma geração de entusiastas da ciência, incluindo o próprio Comte. Contudo. A razão mais profunda para a ascensão da ciência foi o triunfo contínuo da própria ciência, a sua habilidade para alargar as fronteiras do conhecimento e reduzir o mundo a leis gerais como, por exemplo, o Uniformismo na geologia e a Conservação da Energia, na física (BAUMER, 2002, p. 63, grifo nosso).

O "Mundo Evolucionário", terceiro mundo descrito por Baumer (2002, p. 97), era o mais arrojado, pois substituiu o evolucionismo "estático" dos positivistas por um evolucionismo "mais dinâmico", o que indica essa contínua e crescente aceleração do tempo social. Embora seja um mundo com peculiaridades teóricas, pode ser visto como uma segunda fase do NeoIluminismo (BAUMER, 2002). Com sua promessa de "evolução", o mundo evolucionário trouxe à tona, no seu conjunto teórico, a questão da realidade natural de uma maneira que atingiu gradualmente[64] os cientistas e o público educado nas diferentes partes da Europa. Além do mais, esse "Mundo Evolucionário", com o auxílio da figura de Charles Darwin (1809-1882) e sua obra "*A origem das espécies*" ([1859] 2014), trouxe provas daquilo que anteriormente era discutido pelo seu

[64] O Darwinismo era mais popular na Inglaterra e na Alemanha, tendo entrado tardiamente na França, pois os Cuvieristas e os Positivistas, reinantes naquele contexto social, desconfiavam de qualquer espécie de teoria evolucionista.

avô Erasmus Darwin (1731—1802) e por Herbert Spencer (1820-1903) acerca do mecanismo evolutivo e seu eterno fluxo. O evolucionismo, como recurso conceitual deste determinado momento histórico, carrega marcas epistemológicas da noção de mudança.

A influência do "Mundo Evolucionário" na Europa, nos termos de Baumer, foi muito além da Biologia e do Naturalismo como disciplinas do conhecimento científico, em razão de atingir também o pensamento social e histórico. É justamente aqui que o papel do "Darwinismo Social", agora transcendendo o âmbito da "filosofia da existência", contribuiu para a compreensão das instituições humanas, inclusive, como lente teórica da Sociologia (BOUGLÉ, [1909] 2015). O "Darwinismo Social", oriundo do "Mundo Evolucionário", portanto, "[foi a contribuição mais importante do darwinismo para o pensamento social, e *acelerou grandemente a tendência*, iniciada muito antes, para pensar a sociedade em termos mais genéticos do que mecanicistas ou *aprioristas*" (BAUMER, 2002, p. 121-122, grifo nosso).

Por fim, o "*Fin-de-Siècle*", o quarto mundo proposto por Baumer (2002, p. 129), era caracterizado por um ceticismo cada vez maior e por um sentimento de que o século XIX estava se encaminhando para a sua decadência. Em comparação com os outros mundos, o "*Fin-de-Siècle*" não tinha tanta força — perdurou apenas entre as décadas de 1880 e 1890 —, sendo mais um princípio do que um "mundo" propriamente dito. Era antes, de fato, uma reação contra o positivismo do "Mundo NeoIluminista" e seu determinismo científico, ou melhor dizendo, *o cume de um século de pensamento crítico* (BAUMER, 2002). Os mais notáveis representantes desse "princípio crítico" eram os filósofos Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Henri Bergson (1859-1941). Ambos os filósofos reivindicavam um pensamento livre da tutela da ciência, mais voltado para a intuição do que para a formalização. Isso pode ser exemplificado quando Bergson ([1896] 1999, [1907] 2005) advoga, contra o pensamento lógico-científico da física, de que tanto o tempo percebido pela consciência vivida (*Durée*) [Duração] quanto o mecanismo evolutivo (*Élan Vital*) [Elã Vital] possuem características qualitativas, não podendo ser reduzidas às leis da matemática ou às teorias mecanicistas, deterministas e finalistas da época. Nesse prisma, a única certeza que temos é a mudança e o fluxo incessante das realidades natural e social, que se encontram numa dimensão irredutível ao determinismo científico.

O *Zeitgeist veloz* da Europa durante o século XIX, como tem sido possível observar, consistiu-se já em notáveis processos reflexivos ou de retroalimentação que envolvem o desenvolvimento científico – considerando o conjunto de suas implicações,

ou seja, produções de teorias como modelos explicativos e reflexões metodológicas sobre o conhecer; consolidação hegemônica do modo de produção capitalista, que cada vez mais se articula com a Ciência; a face técnico-industrial que realimenta um trinômio que ganha mais e mais vigor: conhecimento tecno-científico–modo de produção capitalista–(re)modelação do social. Esse fenômeno civilizatório, creio que podemos assim chamar, floresceu em boa parte do Continente Europeu, sobretudo na Inglaterra, Alemanha e França, principais países que, em um só momento foram sujeitos e objetos da expansão da Revolução Industrial (1760-1840/1895). Como consequência, podemos observar a emergência da aceleração do tempo e dos processos sociais na realidade social daqueles três países e, logo em seguida, iriam atingir o restante do continente. Podemos constatar, ainda, que cada vez mais foi aumentando a sinergia entre o nível material (tecnologias produzidas e aperfeiçoadas) com o nível ideal e teórico (científico), totalmente ativos e reativos para com as mudanças sociais no contexto social europeu.

Cabe destacar que o "Mundo NeoIluminista" proposto por Franklin Baumer (2002) como um dos períodos do século XIX, indubitavelmente foi de suma importância para o aparecimento da Sociologia como ciência, através da figura de Auguste Comte. Comte, como será discutido, estava vivenciando e observando uma sociedade francesa com dinâmicas cada vez mais aceleradas durante o século XIX, urgindo por um profundo entendimento especializado e *teoricamente capaz de explicar*, representar e descrever tal sociedade.

## 4.2. O nascimento da Sociologia: a Teoria do Conhecimento Social de Auguste Comte e a tensão temporal entre ordem e progresso na sociedade europeia

A Sociologia, como disciplina do conhecimento científico, nasceu durante o século XIX na Europa Ocidental dada a necessidade de compreensão da própria Modernidade em relação às mudanças sociais que se impuseram aos homens de seu tempo, tanto por efeito da Revolução Francesa (1789-1799) quanto da Segunda Revolução Industrial (1760-1840/1895). Dito de outro modo, a sociedade moderna começou a urgir por explicações especializadas acerca das implicações daqueles dois eventos, pois ambos geraram novas dinâmicas de conhecimento e de transformação social que impactaram sobre os mais variados estilos de vida. Muitos deles, aliás, ainda balizados por lógicas rurais e feudais (SELL, 2013). Isso também fez com que a dinâmica do tempo e dos processos sociais, quando comparados aos antigos ritmos de vida,

tornassem-se mais acelerados, mais fluidos — ainda que de forma desigual nas diferentes regiões da Europa. Assim sendo, como bem declarou Piotr Sztompka (2005), "o estudo da mudança social está situado no coração da Sociologia" (SZTOMPKA, 2005, p. 13).

Diante de tais circunstâncias, Auguste Comte certamente foi um dos pensadores que se preocupou em criar um tipo de conhecimento específico e capaz de proporcionar o entendimento das mudanças sociais em grande parte da Europa durante o século XIX. Mais do que isso, Comte compreendeu ser necessário, dado os efeitos sociais ensejados pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da indústria, por exemplo, um empreendimento científico que fosse capaz de conter a constante erosão dos valores que ainda restavam da "antiga sociedade" francesa, bem como reorganizar as distintas áreas do conhecimento (científico) *a partir de um estrato epistemológico comum* (BENOIT, 1999). O autor, então, viabilizou uma *Teoria do Conhecimento Social*, cuja base de fundamentação epistemológica era o *Positivismo* (conhecimento aplicável e seguro), para investigar com maior precisão os *fenômenos sociais*, notadamente pela adoção de um *mecanicismo/fisicalismo de cunho newtoniano* (*monismo ontológico*[65]*), mas com tinturas de um historicismo* (GRANGE, 1996; LACERDA, 2009).

Desde 1817, em "*Programas de obras a serem empregadas na produção industrial*[66]", o próprio Comte já intuía que para a compreensão da acelerada e dinâmica sociedade europeia deveríamos partir do seguinte pressuposto: "tudo é relativo, eis o único princípio absoluto" (COMTE, 1972, p. 02). O relativo, nesse sentido, seria aquilo que, ao eliminar as causas primeiras e absolutas anteriormente promulgadas pelo pensamento teológico e mesmo pelo metafísico, exprimiria a existência de relações de dependência entre os fenômenos sociais, muitos deles efetivados pelo avanço científico-tecnológico-industrial (LINS, 1955). Em vista disso, era necessário propor uma maneira de reorganizar não somente o desenvolvimento cognitivo da humanidade, em que sublinhamos a interrelação dos *métodos indutivo e dedutivo*, considerando o empreendimento do autor, mas também a própria sociedade, incluindo a ciência, a tecnologia e a indústria. Comte, assim, principalmente no seu "*Curso de Filosofia Positiva*" (1830-1842), buscou propor maneiras de lidar com a sociedade europeia (e

[65] O *fisicalismo* (ou *monismo ontológico*) é a tese, de cunho newtoniano, que concebe a *physis* (a natureza da "realidade", portanto, a sua objetividade) como o fundamento da existência das coisas, da *superveniência de todos os demais fenômenos observados*, tais como os fenômenos biológicos, psicológicos, morais e sociais (STOLJAR, 2010).

[66] Artigo originalmente publicado sob o título "*Programmes de travaux qui seront employés dans l'ouvrage l'Industrie*", no terceiro volume do periódico "*L'Industrie*", durante o ano de 1817.

francesa) de seu tempo que, desde a Revolução de 1789, estava em "revolução permanente", em profunda desordem (GANE, 2017). Foi daí que nasceu a *Física Social* — posteriormente nomeada de *Sociologia*[67].

A *Física Social*, cujo objeto disciplinar de investigação seria o mais complexo, por isso tal área do conhecimento estava no topo da hierarquia das ciências (acima da Biologia, Química, Física, Astronomia e Matemática), deveria se ocupar das leis invariáveis da sociedade, as quais os homens teriam de se adaptar, e, fundamentalmente, conhecer para que a desordem e a anarquia fossem esconjuradas para sempre da realidade social europeia (COMTE, 1972; LOUREIRO, 1999). Isso significava que deveria existir, mediante à aplicação da *Física Social*, um equilíbrio da *ordem* com o *progresso*, da *estática* com a *dinâmica*[68] (COMTE, 1983). Mesmo que a humanidade tivesse chegado num momento de rápido desenvolvimento social, sobretudo com o auxílio do primado da razão, ainda assim era necessário, mediante o auxílio da *Física Social* (ou da *Sociologia*), a *condução da aceleração* daquele contexto social sem, no entanto, negá-la por completo. Em síntese, Comte propôs, através da sua perspectiva positivista, a possibilidade de *desacelerar parcialmente* a aceleração do *tempo social* na sociedade europeia, ou melhor, *conduzir o devir* daquela nação através de um sistema de ideias científicas, o *Positivismo*, para que a *ordem social* fosse assegurada (COMTE, 1983).

Como dito anteriormente, o empreendimento teórico-prático de Comte visava utilizar-se da *Física Social*[69] para expor a *lei fundamental*[70] da realidade social, mormente da realidade social europeia por ele observada, para que os problemas sociais do mundo moderno fossem enfrentados, dirimidos, sendo muitos deles oriundos do

[67] A palavra "Sociologia", pelo menos em Auguste Comte, é formada por dois sentidos lexicais, a saber, tanto do latim (*socius* – significando "social") quando do grego (*logos* – "estudo"). Assim, "Sociologia" significa, grosso modo, o estudo do social ou da sociedade (HEERDT, 2006).

[68] Respectivamente, o saber fundamental que estuda as contribuições das cinco instituições centrais na história, tais como a religião, o governo, a linguagem, a família e a propriedade; e, o estudo de como as sociedades evoluem, isto é, como aquelas cinco intuições evoluem (COMTE, 1983; LACERDA, 2013).

[69] Para fins explicativos, é mister ressaltarmos que o termo "Sociologia" apareceu somente no *Tomo IV* de seu "*Cours de Philosophie Positive*", escrito em 1839. Especificamente na *36ª Lição*.

[70] A ideia de *lei fundamental*, no mesmo sentido do *mecanicismo/fisicalismo newtoniano*, refere-se a um *substrato ontológico e epistemológico* que valida as *teorias*, na qualidade de modelos explicativos, representativos e descritivos das realidades, sobretudo a natural e a social, e mesmo denota que todas as mudanças não somente possuem uma *causa* e um *efeito*, mas passam a ser, reconhecidamente, as mesmas em todo os lugares (GODFREY-SMITH, 2003; FIOLHAIS, 2012). Indica, para mais, a permanência do *ser* dentro da variação dos acontecimentos ou fenômenos observados (TORRES, 2020). No sentido comteano, especificamente, as *leis fundamentais* (*científicas*) "[...] são proposições verificáveis nas quais uma estrutura invariante permite graus de variação de seus elementos de forma determinável" (GANE, 2017, p. 135).

desenvolvimento, hoje visto como, retroalimentativo entre a *ciência, a tecnologia e a indústria*. Tal lei fundamental era a seguinte:

> Estudando, assim, o *desenvolvimento total da inteligência humana em suas diversas esferas de atividade*, desde seu primeiro voo mais simples até nossos dias, creio ter descoberto uma grande lei fundamental a que se sujeita por uma necessidade invariável, e que me parece ser solidamente estabelecida, quer *na base de provas racionais fornecidas pelo conhecimento de nossa organização, quer na base de verificações históricas resultantes dum exame atento do passado*. Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, *passa sucessivamente por três estados históricos diferentes*: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo (COMTE, 1983, p. 2-3, grifos nossos).

A partir da citação acima, de Comte (1983), podemos ver não somente que os *estágios cognitivo e social* em que a humanidade se encontrava são diretamente debitários do acelerado desenvolvimento proporcionado pelos avanços da *ciência e da tecnologia, sobretudo com reflexos na indústria*, os quais viabilizaram que a Europa, em particular, estivesse fortemente desenvolvida ao ponto de estar suprindo as mais distintas necessidades sociais, tais como consumo, educação, urbanização, dentre tantas outras, que anteriormente não eram tão prováveis[71] de serem atendidas. Também podemos observar, através de uma reflexão mais pormenorizada, que o autor já *intuía*, de forma antecipada*, uma certa concepção* (*proto*)*organicista*[72] da realidade social,

[71] Na fase teológica, a estrutura cognitiva da humanidade tem como base, para a explicação dos fenômenos naturais e sociais, as causas primeiras, geralmente personificadas em deuses. Aqui, os fenômenos naturais e sociais são explicados através de "causas" atribuídas às divindades. Na fase metafísica, por seu turno, a estrutura cognitiva da humanidade tem como base a especulação filosófica preocupada em buscar a essência fundamental dos fenômenos observados. Nessa fase, as divindades e os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas e entidades verdadeiras (natureza). Na última fase do desenvolvimento cognitivo da humanidade, chamada pelo autor de "positiva" (ou científica), verificamos a substituição do pensamento especulativo da filosofia e do pensamento transcendental da religião pelo pensamento sistemático da ciência, preocupado em determinar as "leis" que explicam a ocorrência e o funcionamento de todos os fenômenos, sejam eles naturais ou sociais (COMTE, 1983, 04).

[72] Para Georges Canguilhem (2000) esse (*proto*)*organicismo* no pensamento de Comte, mesmo que o autor em diversos momentos da sua produção tenha assinalado as afinidades entre a Biologia com a Sociologia, mas também ter se distanciado de qualquer adoção "às cegas" daquela Ciência Natural, se justifica pela sua concepção de que as *instituições* estão *unidas organicamente*, consensualmente unidas por certas *funções sociais*, muito por influência do pensamento do naturalista Georges Cuvier (1769-1832) e do fisiologista Paul Joseph Barthez (1734-1806). Conforme Canguilhem (2000), "na França, no início do século XIX, foi a filosofia biológica de Auguste Comte, distinta, mas não desvinculada da biologia de Cuvier, que apresentou de forma sistemática os elementos de uma teoria da organização viva. Argumentando que a ideia de vida é realmente inseparável daquela de organização, Comte definiu o organismo como um consenso de funções em associação regular e permanente com um conjunto de outras funções. *Consenso* é uma tradução latina do grego *sympatheia*. estados e ações das várias partes determinam-se mutuamente através da comunicação sensível, é uma noção que Comte emprestou, junto com a de *sinergia*, de Paul-Joseph Barthez" (CANGUILHEM, 2000, p. 83, grifos nossos) [In France at the beginning of the nineteenth century it was Auguste Comte's biological philosophy, distinct from but not unrelated to Cuvier's biology, that set forth in systematic fashion the elements of a theory ofliving organization. Arguing that "the idea of life is really inseparable from that of organization, Comte defined the organism as a consensus of functions in regular and permanent association with a collection of other functions. Consensus is a Latin translation

especificamente uma concepção que contempla, em *termos sintéticos de similaridade e sucessão*, tanto questões de *"evolução*" quanto de "*emergência*", no sentido de *aumento de complexidade epistemológica (gnosiológica e ontológica)* a que se atribui atualmente a estes dois conceitos (BARNES, 1922; GUILLIN, 2016). Mas vejamos uma outra citação antes de seguirmos com tal raciocínio, qual seja:

> Nas quatro categorias principais de fenômenos naturais, enumeradas há pouco, fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológico, notamos uma lacuna essencial relativa aos *fenômenos sociais que, embora compreendidos implicitamente entre os fisiológicos, merecem, seja por sua importância, seja pelas dificuldades próprias a seu estudo, formar uma categoria distinta*. *Essa última ordem de concepções, que se reporta a fenômenos mais particulares, mais complicados e mais dependentes de todos os outros, teve necessariamente por isso de aperfeiçoar-se mais lentamente que todos os precedentes*, mesmo sem levar em conta os obstáculos mais especiais que consideraremos mais tarde (COMTE, 1983, p. 09, grifos nossos).

Para além do fato de que o autor, em diversos momentos, menciona a relação das *partes* com o *todo social*, muito pela influência direta de seu antigo mestre, Saint-Simon[73], Comte também denota que tais *partes*, inexoravelmente, são relativamente debitarias das anteriores do ponto de vista histórico e, em última instância, proporcionam cada vez mais um *todo social* estruturalmente novo, uma realidade social *sui generis* que não se apresenta pela mera sucessão causal. A "sociedade", nesse caso, é o *locus* privilegiado no que tange à relação daqueles fenômenos sociais emergentes (*partes*) — incluindo os fenômenos das demais áreas do conhecimento científico —, os quais desembocam em algo novo (o *todo*): *um estado da sociedade* num determinado momento de observação, totalmente diferente do ponto de vista ontológico e epistemológico, pois corroboram que a realidade social, de fato, comporta processos sociais de ordem mais complexa que todas as demais realidades. Aliás, na citação anterior de Comte (1983), é possível observarmos certa antevisão do autor com relação à "*complexidade*", nos moldes teóricos formulados contemporaneamente, na medida em que os fenômenos relativos a

---

of the Greek sympatheia. Sympathy, wherein the states and actions of the various parts determine one another through sensitive communication, is a notion that Comte borrowed, along with that of synergy, from Paul-Joseph Barthez]. Em adição, Mary Pickering (1989) também indica que a *perspectiva* (*proto*)*organicista* no pensamento de Comte é fruto da sua relação com a Filosofia de Johann Gottfried Herder e, especialmente, com o pensamento do naturalista Jean-Baptiste-Pierre de Lamarck.

[73] Saint-Simon concebia a realidade social por um modelo análogo ao da Biologia, especificamente da Fisiologia. Segundo Charles-Henry Cuin e François Gresle (1994, p. 29), no livro "*De la physiologie appliquée à l'amérlioration des instituions sociales*" (1825, tomo 5, p. 177-179), Saint-Simon afirma que: "A sociedade não é uma simples aglomeração de seres vivos. Pelo contrário, é uma verdadeira máquina organizada, cujas partes, todas elas, contribuem de uma maneira diferente para o avanço do conjunto. A reunião dos homens constitui um verdadeiro ser, cuja existência é mais ou menos vigorosa ou claudicante, conforme seus órgãos desempenhem mais ou menos regularmente as funções que lhes são confiadas". Ver também Ansart (1970).

cada área do conhecimento, quando relacionados ao desenvolvimento do social, possibilitam o entendimento de uma *unidade* com uma *multiplicidade* e aumento de complexidade, pois se referem a uma diversidade de elementos e relações *na* realidade social, cujo comportamento parece superar abordagens meramente lineares, nos termos de hoje. Não é à toa, destarte, que o autor delineou um *sistema* interrelacionado de ideias em relação a diferentes áreas do conhecimento, *sistema* esse capaz de reorganizar o social, isto é, poderíamos dizer, capaz de reduzir a "*complexidade"* do contexto social observado por Comte. Isso parece ficar suficientemente claro na seguinte passagem:

> [...] sob este ponto de vista todos os fenômenos observáveis, veremos ser possível classificá-los num pequeno número de categorias naturais, dispostas *de tal maneira que o estudo racional de cada categoria funde-se no conhecimento das leis principais da categoria precedente, convertendo-se no fundamento do estudo seguinte* [...] é, portanto, do estudo dos fenômenos mais gerais ou mais simples que é preciso começar, *procedendo em seguida sucessivamente até atingir os fenômenos mais particulares ou mais complicados*; isto se quisermos conceber a filosofia natural da maneira verdadeiramente metódica, pois essa ordem de generalidade ou de simplicidade, *determinando necessariamente o encadeamento racional das diversas ciências fundamentais por meio da dependência sucessiva de seus fenômenos*, fixa o seu grau de facilidade (COMTE, 1983, p. 30, grifos nossos).

Para Comte, somente a *Física Social*, sob a égide do *Positivismo*, seria capaz de lidar científico e metodicamente com os fenômenos sociais, os mais complicados, posto tal empreendimento teórico-prático destinar-se a *sintetizar* (*concatenar*), *sob a forma de um sistema*, o que antes estava disperso: os fenômenos relativos a cada área do saber. O *encadeamento racional*, o qual poderia ser compreendido *de certa forma* como a capacidade *evolutiva* do *seu sistema* em reagir *vis-à-vis* às modificações daquilo que o circunda, a realidade social, gerenciando e mesmo alterando suas estruturas internas, seria, como disse acima Comte (1983), o único meio para que, mediante um tronco epistemológico único, proposto em seu "*Curso de Filosofia Positiva*", a "*complexidade*" atinente à realidade social de seu tempo fosse compreendida e, no limite, fosse tratada (*reduzida*), não obstante as suas *propriedades evolutivas e emergentes.*

Longe de propor uma demasiada especialização do conhecimento científico em seu *sistema lógico de pensamento*, na qual haveria, de outro modo, pouca interlocução entre as distintas perspectivas, Comte queria viabilizar uma maior *flexibilidade* de tal *sistema*, mesmo que devamos considerar a singularidade teórica das demais ciências. O seu *sistema lógico de pensamento*, conforme Gustavo Lacerda (2013), não é apenas uma série de princípios que se encadeiam entre si, "[...] mas, em um sentido muito mais forte, que todos os seus elementos relacionam-se com todos, de tal sorte que para explicar a

importância relativa de uma concepção é necessário conhecer não apenas a lógica interna do sistema como também os demais elementos desse sistema" (LACERDA, 2013, p. 167). Assim sendo, Comte (1983) tenciona, fundamentalmente, sintetizar cada achado particular das ciências ao *sistema geral*, porquanto cada ciência do *sistema positivo* carecer da outra (ou da anterior) para o seu desenvolvimento.

Para facilitar a interlocução entre as distintas áreas do conhecimento científico, da pesquisa científica e, acima de tudo, da pesquisa de uma realidade social que cada vez mais se acelera, e onde está presente certa relação de retroalimentação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, Comte (1983), ademais, se propõe a classificar, no mesmo sentido da Fisiologia e seu exercício taxonômico, as diferenças a serem estabelecidas entre as ciências positivas. Algo fundamental para quem se propõe a estudá-las, pois assenta nos homens de ciência o verdadeiro "espírito" do *Positivismo*.

Se evidenciamos anteriormente questões relativas à "*complexidade*" do social, algo que Comte (1983) já percebia, de uma certa maneira, em tempo e espaço específicos, assim como questões relativas à "*emergência*" e à *"evolução*" na realidade social de seu tempo, incluindo o seu próprio *sistema lógico de pensamento*, também devemos salientar a existência, mesmo que de forma discreta, acerca da *"auto-organização*" em seu empreendimento científico. À vista disso, podemos notar no que se segue a seguinte declaração:

> Formar, assim, do estudo de generalidades científicas uma *seção distinta do grande trabalho intelectual é simplesmente estender a aplicação do mesmo princípio de divisão que, sucessivamente, separou as diversas especialidades*. Enquanto as diferentes ciências positivas foram pouco desenvolvidas, suas relações mútuas não podiam possuir bastante importância para dar lugar, ao menos duma maneira permanente, a *uma classe particular de trabalho, ao mesmo tempo que a necessidade desse novo estudo era muito menos urgente*. Mas hoje cada uma dessas ciências tomou separadamente extensão suficiente para que *o exame de suas relações mútuas possa dar lugar a trabalhos contínuos, ao mesmo tempo que essa nova ordem de estudos torna-se indispensável para prevenir a dispersão das concepções humanas* (COMTE, 1983, p. 12, grifos nossos).

Tendo em vista, conforme a citação acima, não somente uma realidade social demasiadamente acelerada, na qual as diversas áreas do conhecimento sinalizavam o rápido desenvolvimento e complexificação do social, Comte (1983) também presumiu a inexistência de qualquer instância capaz de proporcionar um entrelaçamento, quer dizer, *organizar* as demais ciências para o desenvolvimento total da sociedade europeia e mesmo intervir naquele contexto social profundamente desorganizado. Buscar, como ressalta Patrick Baert (2005), "[...] uma solução na ciência; um relato científico do

funcionamento da sociedade permitiria uma previsão precisa e um controle efetivo" (BAERT, 2005, p.11[74]).

Mesmo percebendo, por exemplo, que a relação de retroalimentação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* estava possibilitando a produção de diversos conhecimentos científicos em prol do progresso social, Comte (1983), como frisamos na citação acima, ainda acreditava que era necessário intervir nesse processo para melhorá-lo. É justamente aqui que reside um dos principais objetivos do seu curso de *Filosofia Positiva*: aperfeiçoar a própria divisão do trabalho científico sob uma base epistemologicamente segura (diga-se, positiva), para lidar com a crescente complexidade do fenômeno social[75]. Isso expressava o reflexo do que Comte estava observando no âmbito teórico e social da sua época, que, em sua análise, ainda estava refém de uma *especialização com pouca pretensão universal*, com pouca *unidade de espírito científico*, ainda muito mesclado, de tal ou qual maneira, ao *absolutismo teológico e metafísico* (filosófico). Necessário, então, dado a *aceleração-positiva do tempo social*, dos processos sociais e do desenvolvimento científico e tecnológico, era que as ciências passassem a ser, mediante a intervenção da perspectiva *Positivista*, necessária e essencialmente, *sintéticas*, no sentido de contribuir para o *todo social, ou melhor*, é justamente pela uso do termo *sintético* que Comte (1983) intui a *complexidade* do social — o que inclui, obviamente, a emergência e desenvolvimento de diversas disciplinas do conhecimento científico (HEILBRONER, 1991; SOUZA, 2012).

Agora, a concepção subjacente de *tempo social* no empreendimento científico de Comte (1983) também indica, como complemento do raciocínio anterior, a imagem que tal âmbito do social terá, grosso modo, na *história do pensamento teorético da* Sociologia. Além, é claro, de como tal âmbito, percebido pelo autor, também possibilita o entendimento de seus comportamentos na realidade social, seja a *aceleração-positiva*, seja a *aceleração-negativa* — sendo esta última, notoriamente, uma *reação* preferida do pensador francês em relação ao seu contexto de vivência. Vejamos, diante disso, duas citações que apesar de aparentemente distintas, culminam no modo como Comte (1983) concebia o *tempo social* e seus comportamentos. A primeira diz o seguinte:

[74] No original: "[...] looked to science for a solution; a scientific account of the workings of society would allow for accurate prediction and effective control".

[75] Nota-se que mesmo a ideia de positivismo remeter, contemporaneamente, à ideia de mecanicismo e de linearidade, a necessidade sentida por Comte dá a conotação ao termo de certa forma científica de lidar com complexificação social; com a diferenciação funcional do social, nos termos contemporâneos de Niklas Luhmann (2006, 2016).

> Para caracterizar suficientemente essa natureza necessariamente relativa de todos os nossos conhecimentos reais, *importa perceber, ademais, de um ponto de vista mais filosófico, que, se quaisquer de nossas concepções devam ser consideradas como tantos fenômenos humanos, tais fenômenos não são simplesmente individuais, mas também e sobretudo sociais, porquanto resultam, com efeito, duma evolução coletiva e contínua, de cujos elementos e fases são essencialmente conexos*. Se, portanto, sob o primeiro aspecto, se reconhece que nossas especulações devem sempre depender das diversas condições essenciais de nossa existência individual, *é preciso igualmente admitir, sob o segundo, que não estão menos subordinadas ao conjunto da progressão social, de maneira a nunca poder comportar essa fixidez absoluta que os metafísicos supuseram* (COMTE, 1983, p. 49, grifos nossos).

Já a segunda alusão de Comte (1983), que também põem em harmonia a sua concepção de "*ciência*" (positiva) como um discurso aplicado, pois é capaz de retroagir sobre a realidade social e vice-versa, dado a possibilidade *reagir* e *desacelerar parcialmente* o *tempo social*, diz o seguinte:

> [...] Considerando a destinação constante dessas leis [sociais], pode-se dizer, sem exagero algum, que *a verdadeira ciência*, longe de ser formada por simples observações*, tende sempre a dispensar, quanto possível, a exploração direta, substituindo-a por essa previsão racional que constitui, sob todos os aspectos, o principal caráter do espírito positivo, como conjunto de estudos astronômicos nos fará sentir claramente*. [...] Pois a exploração direta dos fenômenos acontecidos não bastará para nos permitir modificar-lhes o acontecimento, se não nos conduzisse a prevê-los convenientemente. *Assim, o verdadeiro espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será*, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais (COMTE, 1983, p. 50, grifos nossos).

Notemos nas citações, de Comte (1983), anteriormente cotejadas, duas questões de suma importância. Em primeiro lugar, o autor já concebia, mesmo que por um modelo teórico-prático, cuja "finalidade" se propunha *em reduzir* (*lidar com*) *a rápida processualidade da realidade social de seu tempo mediante à descoberta de leis invariáveis*, que o social se estrutura mediante o tempo e pelo tempo, quer dizer, a sociedade está sempre "sendo" e nunca "é" plenamente, pois comporta fenômenos que emergem, se relacionam e desaparecem a todo momento. A realidade social, pela ótica do *tempo social*, é composta, na qualidade de uma *totalidade heterogênea*, por temporalidades distintas (qualidade, ritmo e duração) em diferentes camadas da realidade social, percebida diferentemente no âmbito do fenômeno social. Ademais, o *tempo social*, por não ser fixo ou ter uma natureza unívoca, como queriam os metafísicos, também urge, do ponto de vista da "*ciência*", por maiores *reações* quando necessário, inclusive quando sinaliza a possibilidade de desordem social.

Em segundo lugar, Comte (1983) denota que o *Positivismo*, principalmente a sua materialização e sistematização por meio de uma *Teoria do Conhecimento Social*, tem

que *compreender* (*dedução*) o movimento do social e *agir* em cima desse mesmo movimento (*indução*). Somente essa mútua retroação entre "pensamento *sobre* o mundo da vida" e "mundo da vida *ensejando* a ser pensado", conforme o autor, mostra-se como condição *sine qua nonn* para assegurar a *ordem social* — aqui também compreendida, por contraste à *aceleração-positiva*, como *aceleração-negativa do tempo social*. Com essa forma de conhecimento científico, cuja base de fundamentação epistemológica positiva se esforça por emular diretamente o objetivismo e o método científico das Ciências Naturais, incluindo uma ontologia realista que sugere a correspondência direta entre a observação e os objetos observados na realidade estudada, Comte (1983) visava fins mais práticos, isto é, visava uma transformação e uma aplicabilidade maior do saber científico na sociedade que observava e se acelerava cada vez mais. Afinal, os fenômenos sociais, conforme o *Positivismo* proposto por Comte, devem ser manipulados e, no limite, harmonizados logicamente (*ordem/progresso*), pois devem "[...] ser estudados numa *disposição de espírito mais calma e racional*, o que constitui motivo para que as ciências correspondentes *se desenvolvam de modo mais rápido*" (COMTE, 1983, p. 31, grifos nossos).

O equilíbrio entre *ordem e progresso*, ou entre a "disposição mais calma e racional" com o "desenvolvimento mais rápido" do social, como disse Comte (1983) anteriormente, também habita outras dimensões do empreendimento científico. Trata-se da (*i*) intervenção e do desenvolvimento da "*tecnológico*", (*ii*) da "função" da *"teoria sociológica*" e, finalmente, (*iii*) no modo como o "*aporte metodológico-conceitual*" se mostra indispensável em todo o seu empreendimento científico — ainda que, em alguns momentos, o autor dê preferência à "ordem" em relação ao "progresso", como bem demonstrou Lelita Benoit (1999).

No que tange à primeira questão, a intervenção e o desenvolvimento da *"tecnologia*", bem como o seu impacto na realidade social de seu tempo, Comte (1983) parece concebê-la de modo paradoxal como nas asserções anteriores. Como algo que, ao mesmo tempo, proporcionou o rápido desenvolvimento da sociedade europeia, mas que ainda merece maiores aprimoramentos, maiores considerações. Em dois comentários podemos ver tal raciocínio. O primeiro vai ao encontro da própria ideia de *Positivismo* na qualidade de "conhecimento verdadeiro e aplicável", já que "*ciência, daí previdência; previdência, daí ação*: *tal é a fórmula muito simples que exprime, duma maneira exata*, *a relação geral da ciência e da arte*, tomando essas duas expressões em sua acepção total" (COMTE, 1983, p. 23, grifos nossos). Já o segundo comentário diz o seguinte:

> Vê-se, ainda, que *o progresso das ciências e das artes dependeram um do outro, em virtude de inumeráveis influências recíprocas e, enfim, que todos estiveram estreitamente ligados ao desenvolvimento geral da sociedade humana*. Este vasto encadeamento é de tal modo real que, muitas vezes, para conceber a geração efetiva duma teoria científica, o espírito foi levado a considerar o aperfeiçoamento de alguma arte que não mantinha com ela nenhuma ligação racional, ou até mesmo algum progresso particular na organização social, sem o qual essa descoberta não teria podido ocorrer. [...] *Resulta, assim, que não se conhece a verdadeira história de cada ciência, isto é, a formação real das descobertas de que se compõe, a não ser estudando, de maneira geral e direta, a história da humanidade* (COMTE, 1983, p. 28-29, grifos nossos).

Podemos ver nas duas citações, de Comte (1983), que o autor reconhece o seu empreendimento teórico-prático como algo proporcional à "*tecnologia*", quer dizer, como algo capaz de viabilizar *um conhecimento específico*, praticamente *procedimental*, que efetiva, reflexivamente, um "modo de vida" específico capaz de *aprimorar a* realidade social. Como disse Ângelo Torres (2020): o seu empreendimento teórico-prático, bem como a sua concepção acerca da "função" do conhecimento é um "conjunto de registros concretos e abstratos sobre o mundo e sobre o humano, para sua representação (ciência), para sua idealização (arte), mais os que se destinam à ação prática (técnica)" (TORRES, 2020, p. 3717). Tal empreendimento teórico-prático, dessa forma, se propõe a manipular (*aprimorar*[76]), na medida do possível, o comportamento dos fenômenos sociais *no* e *pelo* tempo. Mas também podemos ver, em contrapartida, que Comte (1983) parece reconhecer a necessidade de atentarmo-nos à mútua relação entre o *social* e *o real*, de como os fenômenos sociais — aquilo que se mostram — ditam, expressam, mais do que tudo, o próprio desenvolvimento social.

Obviamente que o raciocínio anterior, como aludido logo acima, possui uma íntima relação com a "função" da "*teoria sociológica*" no pensamento do autor — mesmo que de forma rudimentar e embrionária, pois Comte (1983), de fato, trilhou mais um caminho "gnosiológico" do que "sociológico", como fez Durkheim. A "*teoria sociológica*", então, na qualidade de um sistema capaz de sair da dimensão puramente teórica e retroagir sobre à realidade social e vice-versa, mostra-se da seguinte maneira:

> *Essa dupla indicação da aptidão fundamental do espírito positivo a sistematizar espontaneamente as sadias noções simultâneas de ordem e de*

[76] Na reinterpretação do pensamento de Comte, Robert Scharff (2012) reforça, mediante a ênfase da *dimensão tecnológica*, a nossa assertiva ao afirmar que "[...] compreender o objetivo da ciência é, para Comte, ver que o objetivo final prático-instrumental da teorização científica manifesta a preocupação básica de todos os seres humanos" (SCHARFF, 2012, p. 166) [to understand the aim of science is, for Comte, to see that the ultimately practical–instrumental aim of scientific theorizing manifests the basic concern of all human beings].

> *progresso basta aqui para assinalar sumariamente a alta eficácia social própria à nova filosofia geral*. Seu valor, a esse respeito, depende, antes de tudo, de sua plena realidade científica, a saber, *da exata harmonia que estabelece hoje, tanto quanto possível, entre os princípios e os fatos*, no que concerne aos fenômenos sociais e a todos os outros. *A reorganização total, a única capaz de terminar a grande crise moderna, consiste, com efeito, sob o aspecto mental que de início deve prevalecer, em constituir uma teoria sociológica apropriada a explicar convenientemente o conjunto do passado humano*. Tal é o modo mais racional de pôr a questão essencial, a fim de melhor afastar dela toda a paixão perturbadora. É assim que a superioridade necessária da escola positiva sobre as diversas escolar atuais pode então ser apreciada mais nitidamente (COMTE, 1983, p. 71, grifos nossos).

Notemos que Comte (1983), acima, salienta uma vez mais que a "*teoria sociológica*" não pode ser compreendida na sua inteireza sem a sua contraparte: a necessidade *efetiva* de que qualquer constructo teórico na Sociologia, necessariamente, transpassar a instância puramente abstrata (racionalista), ou teorética, fazendo-se também presente no "mundo da vida", remodelando a dimensão espaço-temporal da realidade social. Consoante com o epistemólogo Larry Laudan (1971), a *Teoria do Conhecimento Social* de Comte, à luz das Ciências Naturais de sua época, alimentou o entendimento teórico-metodológico de que a *predição* (ou *previsão*), como condição para à *ação*, "[...] permitem-nos testar e verificar [na *physys*] as nossas leis de uma forma que as explicações não o fazem" (LAUDAN, 1971, p. 39[77]).

Para além da citação anterior, na qual o autor salienta a profunda compreensão do sentido de "ordem" e "progresso", o "*aporte metodológico-conceitual*" mostra-se, pelo menos no seu pensamento, como indispensável. Se mostra, em particular, como a via epistêmico-conceitual que tanto dá vitalidade à capacidade explicativa do seu modelo teórico quanto aquilo que indica e acopla metodicamente a dimensão teórico-prática da mesma com a realidade social. Assim, nas palavras do autor:

> [...] *No que respeita a cada ordem de acontecimentos, essas leis [sociais] devem ser distinguidas em duas espécies, conforme ligam por similitude aqueles que coexistem ou — por filiação — os que sucedem*. Essa indispensável distinção corresponde essencialmente, *para o mundo exterior, àquela que este nos oferece espontaneamente entre dois estados correlatos de existência e de movimento*. Daí resulta, em toda ciência real, uma diferença fundamental entre apreciação estática e apreciação dinâmica de um assunto qualquer. *Os dois gêneros de relações contribuem igualmente para explicar os fenômenos e, paralelamente, conduzem à sua previsão*, apesar de as leis da harmonia parecerem sobretudo destinar-se à explicação, e as leis de sucessão à previsão. *Quer se trate de explicar, quer de prever, tudo sempre se reduz a ligar* (COMTE, 1983, p. 52, grifos nossos).

[77] No original: "[...] permit us to test and to verify our laws in a way that explanations do not".

A “apreciação” estática ou dinâmica, conforme Comte (1983), não se reduz somente a uma conceituação do real. Ao contrário, vale repetirmos, também viabiliza, indica e acopla metodicamente a dimensão teórico-prática da mesma com a realidade social, pois faz com que o modelo teórico não somente descreva aquilo com que se defronta, *os fenômenos na realidade social*, mas também obriga o mesmo modelo a ser teórico e praticamente aplicável segundo a natureza *do real* que descreve e, finalmente, se propõe a modelar. Isso tudo desde a redução do *social* e do *real* em nível conceitual, passando pelo metafórico até chegar no nível analógico, no sentido de propor modos de salientar todas as propriedades do que está sendo explicado, representado e descrito: *no caso de Comte, o social e seus fenômenos.*

Diante de um contexto social que se mostrou altamente conturbado e acelerado, Comte (1983) *tinha como preocupação central reorganizar*, em nível teórico-prático, a sociedade europeia — mesmo que essa última estivesse vivenciando o seu apogeu intelectivo, por certo refletindo nos rearranjos sociais levados a cabo pela Segunda Revolução Industrial (1760-1840/1895). O autor queria (re)conduzir, como demonstramos ao longo da presente seção, o devir daquela nação através de um *sistema lógico de pensamento*, o *Positivismo*, para que a *ordem social fosse assegurada* tanto no “mundo da vida” quanto no “mundo das ideias”, pois ambos estão intimamente imbricados, atestando a razão de ser do outro (COMTE, 1983; ARON, 2003). De modo geral, Comte (1983) trouxe à baila, mesmo que por uma *perspectiva fisicalista/historicista*, e por certo “antecipando” traços daquilo que ficou conhecido anos mais tarde como *organicismo*, que a realidade social por ele observada estava marcada pela *desordem* e pela *anarquia*, mas tendencialmente em constante movimento de expansão a partir de si mesma (*complexidade*), necessitando ser (re)direcionada, contida temporalmente, pois continha o potencial cada vez maior de distanciar o horizonte de experiência (ordem) do horizonte de expectativa (progresso), como diria Reinhardt Koselleck (2006, 2014).

Para tanto, é possível vermos, de modo específico na *Teoria do Conhecimento Social* de Auguste Comte (1983), que, com base na retroalimentação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, analisada à luz do que nomeamos como *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, as diferentes disciplinas científicas formavam *uma hierarquia progressiva de generalidade crescente*, o que obviamente reverbera no seu empreendimento científico e mesmo na reorganização da realidade social observada pelo autor. Nesse esquema gnosiológico, a *Física Social* (ou a

Sociologia) ocuparia o lugar de maior complexidade na hierarquia das disciplinas científicas, uma vez que refletiria a heterogeneidade dos fenômenos sociais e, acima de tudo, se incumbiria de atenuar a *aceleração-positiva* daqueles. Portanto, ao enfatizar no seu *Sistema Positivo* de filosofia que os fenômenos sociais são mais heterogêneos do que os fenômenos físicos ou biológicos, tendo a vista uma realidade social acelerada, onde o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* era um dos principais vetores para tal heterogeneidade, somente através da *Física Social* testemunharíamos a via do desenvolvimento humano, na qual as leis da organização e mudança sociais seriam usadas para *conduzir o real devir na sociedade europeia*. Trata-se, portanto, de um empreendimento científico que salienta a *tensão dialética entre ordem e progresso* (WILSON, 1927; SCHLECHTRIEMEN, 2021).

### 4.2.1. A institucionalização da Sociologia: a Teoria da Coesão Social de Émile Durkheim e a tensão temporal entre integração e desintegração na sociedade francesa

Se Auguste Comte, por um lado, demonstrou o momento "mais elevado" em que se encontrava o "espírito humano", ou seja, o apogeu da própria capacidade intelectiva da humanidade como reflexo da dinâmica do mundo social e da aceleração do desenvolvimento do conhecimento, por outro lado, o que de fato ele fez foi propor, como demonstramos anteriormente, uma *Teoria do Conhecimento Social*. A sua *Filosofia Positiva* tinha como alicerce a percepção das rápidas — considerando o momento em relação ao passado — transformações que, de forma retroalimentada, remodelavam, por exemplo, a ciência, a tecnologia e o social à sua época. Tal "filosofia de base", destarte, serviu para que de fato a *ciência da sociedade*, a Sociologia, fosse alçada à categoria de disciplina do conhecimento científico, mormente através da figura de Émile Durkheim[78], cujo intuído era o de compreender os rearranjos nos processos e nas interações sociais em seu contexto de vivência, a sociedade francesa, protagonizada tanto pelos efeitos da

[78] Muito dos feitos institucionais encabeçados por Durkheim em relação à disciplinarização da Sociologia e sua inauguração oficial, na Universidade de Bordeaux, em 1887, foram facilitados pela autonomização universitária das Ciências Humanas, principalmente a partir da criação da *École Pratique des Hautes Études* (EPHE), em 1864, como um produto típico da Terceira República (CUIN e GRESLE, 1994; MUCCHIELLI, 2001). Ademais, um outro motivo pode ser apontado, para além da influência institucional francesa, para que Durkheim não medisse esforços em viabilizar a criação da Sociologia, a saber, a viagem para a Alemanha, em 1886, quando ao visitar o Laboratório de Psicologia de Wilhelm Wundt (1832-1920), fundador da Psicologia como disciplina autônoma da Filosofia, impressionou-se com os avanços teóricos de tal disciplina.

expansão da Segunda Revolução Industrial (1760-1840/1895) quanto da *Belle Époque* (1870-1914) (NOBLE, 2000; TURNER, BEEGHLEY e POWERS, 2016).

A grande questão que inquietou Durkheim em relação à sociedade francesa na qual estava imerso foi a questão da integração social, pois essa última, ao ser comparada a épocas anteriores, teria tomado uma nova forma. A estabilidade social até então visível no que tange à relação entre as instituições e os indivíduos teria dado lugar a uma instabilidade generalizada, a uma tendência de que as normas e os valores sociais franceses fossem erodidos, em grande parte por causa do renovado processo de industrialização e reconfiguração do trabalho naquele contexto (LUKES, 1972; ROSA, 2019). Durkheim, então, buscou problematizar tal tendência da acelerada e dinâmica sociedade francesa atentando-se às suas repercussões na dimensão do trabalho, cada vez mais especializado, e, principalmente, ao aumento do individualismo na integração social — por certo também refletindo a relação entre *ciência, tecnologia e mudança no tempo social*.

Diante de tais circunstâncias, Durkheim (2010) levou em consideração o fito de (re)teorizar a relação entre os indivíduos e sua integração com uma coletividade maior, a saber, a sociedade[79]. Tal relação, considerando a acelerada modificação do *tempo social*,

[79] Vista como corpórea e objetiva, nos moldes de um organicismo distinto de Comte e mesmo de Herbert Spencer, pois, ao contrário de ambos os autores, Durkheim parece denotar, em muitos momentos, que conceber a sociedade como um organismo consiste numa *homologia, e não uma mera analogia*, sobretudo no que tange às suas propriedades emergentes, isto é, a qualidade *sui generis* que a mesma contém mediante a cooperação (moral) entre os indivíduos e a sua perpetuação enquanto realidade social como resultado da primeira (HAWKINS, 1980, CORNING, 1982). Além disso, mesmo sendo um spenceriano, mas se colocando entre um *evolucionismo individual e* um *evolucionismo como espécie*, Durkheim tinha uma visão "menos filosófica" do *fazer científico*, bem distinta de Comte (MASSELA, 2006; RODRIGUES, 2020). De acordo com Patrick Baert (2005), o *naturalismo metodológico* de Durkheim levou muito a sério os *procedimentos e o rigor das Ciências Naturais*, ao ponto de considerar "*metafísico*" muitas das assertivas de Comte, as quais, na sua opinião, pouco refletia, de fato, sobre os fenômenos (empíricos). "Essa adesão ao racionalismo explica sua aversão ao estilo intelectual literário e especulativo que dominava a vida intelectual parisiense. [...] É importante colocar o naturalismo de Durkheim dentro do contexto intelectual da época. A França do século XIX estava preocupada em como manter ou restaurar a solidariedade, o consenso e a coesão dentro da sociedade. [...] Filósofos racionalistas como Auguste Comte buscaram na ciência uma solução; um relato científico do funcionamento da sociedade permitiria uma previsão precisa e um controle efetivo. Durkheim pensava em linhas semelhantes: se formos capazes de estudar a sociedade como os cientistas naturais estudam seus objetos, estaremos mais bem posicionados para encontrar as soluções certas para nossos problemas hoje. Na Divisão do Trabalho, ele aplicou essa abordagem científica para fazer propostas para o funcionamento da sociedade. Enquanto as sociedades sem divisão do trabalho se caracterizam pela solidariedade mecânica baseada na semelhança de sentimentos, as sociedades contemporâneas atingiram tal grau de complexidade que não podem mais contar com essa forma de solidariedade. Eles exigem solidariedade orgânica, baseada em papéis complementares e interdependentes. [...] Em suma, as considerações metodológicas não são apenas uma questão de interesse acadêmico; eles são cruciais para a construção de uma sociedade ordenada. O futuro da sociedade francesa (e de qualquer sociedade contemporânea) depende do método sociológico correto" (BAERT, 2005, p. 11-12). [This adherence to rationalism explains his dislike of the literary and speculative intellectual style that dominated Parisian intellectual life. [...] It is important to put Durkheim's naturalism within the intellectual context at the time. Nineteenth-century France was preoccupied with how to maintain or restore solidarity, consensus

dos processos sociais que implicavam nas alterações de valores e normas sociais na sociedade francesa, o fez, por uma perspectiva holística[80], visar respostas para os seguintes problemas sociais e sociológicos, como bem apontou Raymond Aron (2003, p. 458): "como pode uma coleção de indivíduos constituir uma sociedade? Como se chega a esta condição da existência social que é o consenso?" — problemas esses, aliás, mais tarde retomados por Talcott Parsons ([1951] 1966). A resposta para essas duas questões reside, pontualmente, na transição de uma forma de solidariedade social *mecânica*, baseada na consciência coletiva e similitude de sociedades tradicionais, para uma solidariedade *orgânica*, mais dominante naquele *contexto social acelerado* e diferenciado institucionalmente, diga-se, mais avançado e, portanto, Moderno.

No entanto, dada a dinâmica, a diferenciação estrutural e funcional e a aceleração do tempo e dos processos sociais, existem, paradoxalmente, não somente efeitos positivos em relação à divisão do trabalho social, tal como o aumento do efeito moral a partir do "*agrupamento profissional*", mas também efeitos negativos, sobretudo aqueles que perturbam, do ponto de vista temporal, a estabilidade do *todo*, ou seja, da sociedade (DURKHEIM, 2010). O aumento anormal, ou a "taxa de mudança" social acima daquilo que a sociedade comporta habitualmente, pode dar espaço para a *anomia*[81]: um processo

---

and cohesion within society. [...] Rationalist philosophers such as Auguste Comte looked to science for a solution; a scientific account of the workings of society would allow for accurate prediction and effective control. Durkheim thought along similar lines: if we are able to study society like natural scientists study their objects, then we will be better placed to fin the right solutions for our problems today. In Division of Labour, he applied this scientific approach to make proposals for the running of society. Whereas societies without division of labour are characterized by mechanical solidarity based on similarity of sentiments, contemporary societies have reached such levels of complexity that they can no longer rely on this form of solidarity. They require organic solidarity, predicated on complementary and interdependent roles. [...] In short, methodological considerations are not simply a matter of academic interest; they are crucial to the making of an ordered society. The future of French society (and of any contemporary society for that matter) depends on the right sociological method].

[80] A palavra "Holismo" significa, na sua origem etimológica, "Todo" (*Holos* ou *Hólóios,* do grego). Nessa acepção etimológica, Durkheim hipostasia a totalidade por um valor normativo, compreende a totalidade como uma realidade objetiva que opera independentemente das consciências individuais (suas partes) e assegura, sem desconsiderar essas últimas, o seu próprio funcionamento. É partindo do "Todo" e não de suas "Partes" que encontraremos a verdadeira natureza da sociedade (KOESTLER, 1981; CAILLÉ, 1998).

[81] A ideia de "anomia" expressa por Durkheim (2010, 2011) não diz respeito, caso formos observar a sua semântica através de um exercício exegético, tão somente à ausência de normas e regras. O sentido do conceito, de acordo com Stejpan Meštrović e Hélène Brown (1985), assim como Alain Carrier (2009), não reside naquele que foi descrito pela sociologia funcionalista, o qual envolve a ideia de um indivíduo super-socializado (*oversocialized*) que de repente se depara com um estado de "anormalidade" social, de "desregulação" ou de "confusão normativa". Seu verdadeiro sentido, o qual Durkheim sempre expressou, ainda mais na obra "*O suicídio*" ([1897] 2011) — à luz dos pares "regulação/integração" —, diz respeito a um "desarranjo" [*Dérèglement*, raiz da ideia latina de *Dirationare*, negligência em relação à religião e a Deus], pois envolve a conotação religiosa de "imoralidade", "sofrimento" e "pecado". Se a sociedade, como o próprio Durkheim sempre aludiu, deve ser compreendida como uma entidade objetiva, portanto corpórea, que depende da cooperação das partes para a sua sobrevivência, e assim daria sentido sagrado [*nomos*] à vida em sociedade, a "anomia" diz respeito, então, *a regra que é carente de regra*, dado a possibilidade de que os impulsos e a indisciplina dos indivíduos causem danos a si mesmos e à harmonia do todo que os

que coloca em xeque a moralidade, a solidariedade e a coesão principalmente se o movimento de diferenciação estrutural e funcional e a rápida especialização do trabalho, ao considerarmos, por exemplo, o contundente desenvolvimento industrial, dificultar que a regulação moral do social consiga acompanhar tal estado de coisas. Por consequência, é necessário, na esteira de Durkheim (2010), que as instituições consigam assegurar, com o auxílio da Sociologia como "Ciência da Moral", o estado de interdependência entre os indivíduos, de modo que consigam manter o sentimento e a inculcação da moral entre eles para que a vida social não fique desorganizada e, no limite, não desapareça (PHILLIPS e VÉROT, 2019).

Uma questão amplamente reconhecida acerca da abordagem sociológica de Durkheim diz respeito à sua compreensão de *tempo social*, sobretudo aquela presente na sua última obra, "*As formas elementares da vida religiosa*" (1996), originalmente publicada em 1912. Entretanto, se em tal obra o autor defendeu que o tempo do social é relativo ao próprio ritmo da vida em sociedade, pois existe historicamente na sua organização e, posteriormente, na consciência dos indivíduos nela imersos, não é menos exato afirmarmos que aquela compreensão já existia, *pelo menos em gérmen*, na sua análise da divisão do trabalho social, publicada em 1893 (DURKHEIM, 2010). Em duas citações da mesma, por exemplo, podemos ver o que se segue:

> Bem diferente é a estrutura das sociedades em que a solidariedade orgânica é preponderante. *Elas são constituídas não por uma repetição de segmentos similares e homogêneos, mas por um sistema de órgãos diferentes, cada um dos quais tem um papel especial e que são formados, eles próprios, de partes diferenciadas*. Ao mesmo tempo que não têm a mesma natureza, *os elementos sociais não estão dispostos da mesma maneira*. Eles não são nem justapostos linearmente, como os anéis de um anelídeo, nem encaixados uns nos outros, mas *coordenados e subordinados uns aos outros em torno de um mesmo órgão central*, que exerce sobre o resto do organismo uma ação moderadora (DURKHEIM, 2010, p. 165, grifos nossos).

A segunda assertiva, por sua vez, diz o seguinte:

> Segundo Spencer, se *o aumento do volume social tem uma influência sobre os progressos da divisão social do trabalho, isso não significa que ele os determina: apenas os acelera*. Esse aumento não é mais que uma condição adjuvante do fenômeno. Instável por natureza, *toda massa homogênea se torna necessariamente heterogênea, quaisquer que sejam suas dimensões; contudo, ela se diferencia mais completamente e mais depressa quando é mais extensa* (DURKHEIM, 2010, p. 259, grifos nossos).

circunda. Do ponto de vista estritamente individual, a "anomia" seria, também, o desarranjo em relação à percepção do que significa existir enquanto "ser social". Porém, acrescentamos, que na sua "*Educação Moral*/" ([1925] 2012) e mesmo nas "*Formas Elementares da Vida Religiosa*" ([1912] 1996) Durkheim deixa muito claro, para além do que os comentares defenderam logo acima, que o *nomos* é essencialmente moral e se manifesta de diferentes formas. Para mais detalhe da semântica do conceito, ver Duvignaud (1973) e Meštrović (1988).

Em primeiro lugar, notemos nas duas citações de Durkheim (2010) que a divisão do trabalho social, aquela presente em *sociedades modernas*, ao contrário das *sociedades tradicionais*, é um fator que contribui para que o tempo do social não se limite apenas a uma dimensão quantitativa, mas também qualitativa. Para além do tempo estipulado pela Física ou pela Matemática, um tempo que pode ser mensurado ou cronometrado, o tempo da sociedade transcende-o, pois também comporta sentidos, valores e simbolizações em tempo e espaço específicos. Comporta, assim, compreensões singulares que só fazem sentido, de tal ou qual maneira, às coordenações das ações na vida em sociedade, como as que dizem respeito à dimensão (moral) do trabalho. Além disso, por não se mostrar homogêneo, e sim *heterogêneo*, o *tempo social*, particularmente aquele inferido por Durkheim na obra em questão, abrange partes distintas, quer dizer, concatena temporalidades distintas (qualidade, ritmo e duração) em diferentes camadas da realidade social, percebidas diferentemente no âmbito do fenômeno social.

Em segundo lugar, nas *sociedades modernas e industriais*, observa Durkheim (2010), podemos vislumbrar uma organização social totalmente nova, associada, inclusive, à certa relação de retroalimentação entre *ciência, tecnologia e mudança no tempo social*. Uma *sociedade moderna* é aquela em que os processos sociais estão *temporalmente articulados*. Para explicar essa nova organização social, Durkheim recorre a três fatores que estão intimamente relacionados, a saber, o *volume,* a *densidade material* e a *densidade moral*. O *volume* diz respeito ao aumento do número de indivíduos que, para ser compreendido na sua inteireza, necessita contemplar a *densidade material* (número de indivíduos em relação ao espaço ou território) e a *densidade moral* (o grau de comunicações e trocas simbólicas entre os indivíduos). Quando essa equação apresenta resultados altos, pelo menos na medida em que fica cada vez mais intensa e interdependente, o que é o caso das *sociedades modernas e industriais*, emerge, portanto, uma acelerada diferenciação estrutural e funcional do social, *expressa na divisão do trabalho*.

Obviamente que a compreensão acima de *tempo social*, mesmo que um tanto tácita, está diretamente ligada à realidade social que Durkheim observava: uma realidade social altamente dinâmica, na qual as pessoas, grupos e instituições estão postas sob pressão para que, mediante a necessidade por crescimento, inovação e aceleração, o social continue reproduzindo suas estruturas, seu *status quo*. Em outros termos, Durkheim (2010) observava uma sociedade na qual a *estabilidade dinâmica* mostra-se como um

imperativo — na verdade, potencialmente capaz de consumar a desintegração social a partir da sua *aceleração-positiva*, como veremos adiante. Segundo o autor:

> Como nada é mais variável do que os gostos e as necessidades a que correspondem essas funções, *é necessário que o comércio e a indústria mantenham-se num perpétuo estado de equilíbrio instável, para poderem dobrar-se a todas as mudanças que se produzem na demanda*. Ao passo que, outrora, a imobilidade era o estado quase natural do capital, que a própria lei impedia que se movimentasse com facilidade, *hoje mal podemos segui-lo através de todas as suas transformações, tamanha é a rapidez com a qual se investe num empreendimento, retira-se para ir aplicar-se alhures, onde só se fixa por alguns instantes*. Por isso, é necessário que os trabalhadores mantenham-se prontos para segui-lo e, por conseguinte, para servi-lo em diferentes empregos (DURKHEIM, 2010, p. 340, grifos nossos).

Com base na citação de Durkheim (2010), podemos observar que a divisão do trabalho social ocorrida no "mundo da vida", principalmente nas *sociedades modernas e industriais*, é diretamente proporcional a essa dinâmica acelerada entre as *partes*, e delas com o *todo* — algo que denota, de fato, a adoção de uma *perspectiva organicista*, pelo menos no seu sentido *lato, sistêmico* (TURNER, 1990). Ao estar em um "estado de equilíbrio instável", o social observado pelo autor denota que a pressão por crescimento, inovação e aceleração não está de todo modo isolada em uma parte específica do social, mas reverbera em tudo aquilo que compõe esse fenômeno, ou seja, os efeitos de tal lógica societária ecoam tanto por força das *partes* quanto por força do *todo* e vice-versa, fazendo com que esses dois últimos interatuem num processo geral de coevolução, especialmente no que se refere ao protagonismo e ao adensamento do capitalismo como modo de (re)produção social. Em síntese, tal raciocínio demonstra que existe na reflexão de Durkheim (2010), mesmo que de modo subjacente, uma *relação de retroalimentação* que é assegurada (e ao mesmo tempo catalisada) pelos elementos do trinômio "*ciência-tecnologia-mudança no tempo social*"; e, em particular, também demonstra que os empreendimentos da *ciência* e da *tecnologia*, em particular os quais possibilitam a comunicação entre as *partes* com o *todo*, são interpelados, por efeito, pelos fenômenos coletivos da própria divisão do trabalho social.

Como dito anteriormente, e consoante com a análise realizada por Steven Phillips e Loïs Vérot (2019) sobre a *Teoria da Coesão Social* de Durkheim, existe uma correlação entre a velocidade da mudança social com a erosão das normas da sociedade, pois "o produto da aceleração e da alienação [em relação às normas sociais] pode ser visto como o conceito de anomia (PHILLIPS e VÉROT, 2019, p. 24). Nesse prisma, a *anomia* se mostra como um processo social no qual existe uma desregulação no funcionamento

normal da sociedade, ou melhor dizendo, quando emerge um tipo de comportamento do social extraordinário e eventual, ainda mais se for comparado àquilo que é encontrado na média das sociedades. Caso formos olhar estritamente pelo ponto de vista temporal, podemos ver que a divisão do trabalho social, defendida por Durkheim (2010), é benéfica para a perpetuação da vida em sociedade, pois, em geral, a sua natureza apresenta-se harmoniosa, faz com que os indivíduos (as *partes*) cooperem entre si e, principalmente, enxerguem os demais como necessários ao funcionamento regular do conjunto (o *todo*). Mas, se a sociedade funciona exatamente como um organismo, é certo que qualquer anormalidade, qualquer evento contingente irá refletir nas demais partes que a compõe. É o caso da *divisão do trabalho anômica* e, principalmente, uma outra menos comentada na literatura especializada, qual seja, a *divisão do trabalho "descoordenada"*.

A primeira delas, a *divisão do trabalho anômica*, coloca nas pessoas, como observou Durkheim (2010), uma pressão por *aceleração-positiva* angustiante, o que pode causar o adoecimento das mesmas (*neurastemia*[82]), ainda mais em momentos de crises industriais e comerciais, ou ainda em momentos de antagonismo entre trabalho e capital (SELL, 2013). No fundo, esse tipo de divisão do trabalho reflete, pelo menos durante um momento, o enfraquecimento dos valores e normas sociais, ou melhor, a incapacidade da moral social regular a vida em sociedade de um modo geral. Segundo o sociólogo francês, então,

> Um primeiro caso desse gênero nos é fornecido pelas crises industriais ou comerciais, pelas falências, que *são verdadeiras rupturas parciais da solidariedade orgânica; elas atestam, de fato, que, em certos pontos do organismo, certas funções sociais não estão ajustadas umas às outras*. Ora, *à medida que o trabalho se divide*, esses fenômenos parecem *tornar-se mais frequentes*, pelo menos em certos casos (DURKHEIM, 2010, p. 368, grifos nossos).

Na passagem acima, Durkheim (2010) está claramente indicando, pelo menos *sob a forma de uma tendência*, que quanto mais se perpetua a divisão do trabalho social, ou quanto mais se complexifica — assunto que será apresentado logo em seguida —, mais aumentam as chances de rupturas entre *as partes* com o *todo*. Do ponto de vista da *aceleração-positiva do tempo social*, o autor está indicando, de modo cristalino, que o grande paradoxo de uma *sociedade moderna e fortemente industrializada* é o seu

[82] Trata-se de uma patologia classificada, em 1869, pelo médico nova-iorquino George Miller Beard e amplamente reconhecida no cenário internacional da medicina. Tal patologia, grosso modo, diz respeito a um tipo de vida em sociedade que é internalizada pelo nervosismo, irritabilidade ou esgotamento mental, muito parecido com a ideia de "vida nervosa" nas grandes metrópoles de George Simmel (2005). Ver também Pereira (2002) e Zorzanelli (2010).

*superávit* de desenvolvimento, pois isso denota, uma vez mais, que tudo que transcende a capacidade do organismo social, no fundo, é disfuncional para o mesmo, principalmente porque tal lógica societária pode suscitar *a obsolescência de processos sociais pretéritos e indeterminação futura deles*. De outro modo, Durkheim (2010) também parece intuir que tudo aquilo que ultrapassa temporal e processualmente o funcionamento normal de uma sociedade, tanto para mais quanto para menos, é prejudicial para a sua cadência, para a sua harmonia inerente. É o caso do segundo tipo de divisão anormal do trabalho: a "descoordenada". Nesse tipo, por exemplo, podemos observar o seguinte:

> [...] de fato, de um modo geral, *a solidariedade depende estreitamente da atividade funcional das partes especializadas*. Esses dois termos variam um de acordo com o outro. *Onde são frouxas, as funções, mesmo que especiais, se coordenam mal entre si e sentem de maneira incompleta sua dependência mútua* (DURKHEIM, 2010, p. 410, grifos nossos).

Notemos que, do ponto de vista temporal e processual, se as atividades ou o intercâmbio entre as *partes* — que formam o *todo* — estão muito aceleradas, por óbvio anormalidades e desarmonias serão sentidas na vida em sociedade. O contrário também vale para uma "desaceleração" exacerbada. Em tal passagem, então, Durkheim está querendo salientar que uma realidade social somente funciona em plena harmonia quando o *tempo social* que ela alimenta também é capaz, em contrapartida, de (re)alimentá-la, ou seja, quando ambas conseguem manter uma estreita circularidade operativa entre si. Como um profundo conhecedor de Aristóteles (e Kant), sobretudo no que tange à ideia de *moral e democracia*, talvez Durkheim esteja querendo enfatizar que a "justa medida" é o equilíbrio ideal para o funcionamento adequado do social.

Antes de apresentarmos a visão contrária do autor, portanto, a solução provável delineada em relação às disfunções apresentadas anteriormente, consideramos necessário discorrermos um pouco sobre a *compreensão organísmica* de Durkheim (2010) acerca da sociedade. Isso complementaria e, cremos, daria maior sustentação para compreendermos a lógica teorética que constitui a arquitetura da sua *Teoria da Coesão Social*.

Devemos lembrar que Durkheim, diferentemente de Comte, estava imerso numa realidade social bem diferente — mesmo que com poucos anos de diferença: uma sociedade bem mais acelerada, em que o conhecimento científico, em particular, estava em plena efervescência. Verdade seja dita, o ínterim no qual Durkheim se encontrava, isto é, 1890 até 1914, grosso modo, era distinto da época de Comte porque, como observa Franklin Baumer (2002), o *Fin-de-Sciècle* "era um mundo em revolução, não só contra o positivismo [e qualquer pensamento demasiadamente mecânico], mas contra todos os

padrões dos valores e convenções burguesas. [...] Um mundo onde a mudança e o fluxo pareciam ser a única certeza" (BAUMER, 2002, p. 132). Ademais, Durkheim foi fortemente influenciado pelas *perspectivas evolucionistas* de Herbert Spencer e Charles Darwin, sendo o modelo teórico desse último tardiamente aceito na França, mas com fortes reflexos no pensamento do antigo mestre de Durkheim, Alfred Espinas (BAUMER, 2002; SELL, 2013; BOUGLÉ, [1909] 2015). Por exemplo, na sua "Aula Inaugural" (1992, p. 47), proferida em 1887, quando Durkheim tomou posse como docente na cadeira de "Pedagogia e Sociologia", na Faculdade de Bordeaux, o autor deixou claro que o estudo da sociedade deve priorizar metodologicamente a busca objetiva pelos mecanismos de funcionamento da realidade social, isto é, deve priorizar, na esteira da *Epistemologia Positivista* de Comte, as leis subjacentes que determinam a emergência dos fenômenos sociais: "uma tentativa de *definir, classificar e procurar as causas da variação das coisas*" (REX, 1973, p. 27). Porém, a Sociologia também deve levar em consideração que a sociedade não representa uma realidade redutível à consciência individual ou ao indivíduo, mas, sim, uma realidade objetiva, *sui generis*.

Durkheim (2010), então, demonstrou o quão importante é partirmos *da sociedade* (ou do "*todo*") para compreendermos o funcionamento das estruturas sociais, de suas *partes* e, acima de tudo, estabelecermos logicamente que apesar dos indivíduos estimularem a reprodução das estruturas sociais e essas passarem a funcionar de maneira *relativamente independente* daqueles, a sociedade tem precedência histórica em relação aos indivíduos: os indivíduos morrem, mas a sociedade e suas estruturas ficam. A partir daí, a teoria sociológica de Durkheim compreende que a sociedade e suas estruturas sociais *agem sobre os comportamentos individuais*, condicionando-os, mais que isto, coagindo-os. Tal imagem do social, como dissemos anteriormente, comporta uma *concepção organísmica distinta de Comte* e, principalmente, mais explícita e avançada. Embora o conceito de *auto-organização* não tivesse vindo à luz na ciência como um todo, essa perspectiva descrita intui, traz de modo subjacente elementos semelhantes em seu pensamento[83].

Se a sociedade pode ser vista como um organismo, organismo esse praticamente "cognoscente" — basta lembrarmos que Durkheim (2010, p. 205) fala em "cérebro

[83] Na versão digital da obra de Durkheim é possível verificar, através do buscador, o número de vezes que o autor menciona o termo "complexidade", bem como outros termos oriundos da perspectiva organísmica, tais como "complexo" (26 vezes), "organismo" (129 vezes), "sistema" (85 vezes), "função" (128 vezes), "dependência", no sentido de "co-dependência" (31 vezes), dentre outros.

social" —, por certo que a sociedade também pode ser vista, em certo sentido, como um sistema que não somente possibilita a relação entre as suas *partes*, mas também busca lidar com as mudanças no seu ambiente. Tal co-dependência sistêmica, à luz dos avanços teóricos da sociologia contemporânea, parece ficar clara na passagem a seguir:

> [...] onde a solidariedade deriva apenas das semelhanças, quem não se afasta demais do tipo coletivo é, sem resistência, incorporado ao agregado. Não há motivos para repeli-lo e, mesmo, se há lugares vazios, há razões para atraí-lo. *Mas onde a sociedade forma um sistema de partes diferenciadas e que se completam mutuamente, novos elementos não podem inserir-se nos antigos sem perturbar essa harmonia, sem alterar essas relações e, por conseguinte, o organismo oferece resistência contra intrusões que não se podem produzir sem perturbações* (DURKHEIM, 2010, p. 132, grifos nossos).

Durkheim (2010), como podemos ver na citação anterior, parece ir ao encontro do raciocínio de que a sociedade pode ser vista como uma unidade de sentido que se diferenciou de tudo o mais que a cerca, pois é composta por partes interdependentes, tendo as suas operações orientadas para si mesma, na medida em que não pode operar para além dos seus limites[84]. Isso significa, novamente de acordo com Baert (2005), que "Durkheim via as partes de um sistema como inter-relacionadas, cada parte *contribuindo para a persistência do próprio sistema* em que está inserida" (BAERT, 2005, p. 16, grifos nossos[85]).

Claro que a ideia de *complexidade* não aparece em Durkheim (2010) da mesma maneira que as discussões contemporâneas sobre o tema, mas, sim, de modo um tanto embrionário e seminal em relação aos desenvolvimentos teoréticos que a Sociologia, posteriormente, experimentou como disciplina do conhecimento. Na sua época, o autor já indicava tal qualidade "complexa" da realidade social no Ocidente, algo amplamente reconhecido não só na Sociologia, mas em outras áreas do conhecimento que também já se ocuparam da sociedade e do seu pensamento sobre a mesma como objeto de estudo, tais como a Filosofia, História, dentre outras. Nesse sentido,

> *Somos levados, assim, a nos perguntar se a divisão do trabalho não desempenha o mesmo papel em grupos mais extensos, se, nas sociedades contemporâneas, em que teve o desenvolvimento que sabemos, ela não teria a função de integrar o corpo social, assegurar sua unidade*. É legítimo supor que os fatos que acabamos de observar se reproduzem nelas, mas com maior amplitude; que *essas grandes sociedades políticas também só se podem manter*

[84] Não se trata de ver a teoria durkheimiana pelo viés teorético luhmanniano apenas, mas, sim, de identificarmos o quanto a noção de *complexidade*, *complexidade sistêmica* e *reflexividade* também estavam presentes no pensamento desse clássico, dado o próprio avanço tecnológico da sua época e a consequente aceleração do tempo social.

[85] No original: "Durkheim saw parts of a system as interrelated, each part contributing to the persistence of the very system in which it is embedded".

> *em equilíbrio graças à especialização das tarefas; que a divisão do trabalho é a fonte, se não a única, pelo menos principal da solidariedade social*. [...] Portanto, é *a repartição contínua dos diferentes trabalhos humanos que constitui principalmente a solidariedade social e que se torna causa elementar da extensão e da complicação crescente do organismo social* (DURKHEIM, 2010, p. 29, grifos nossos).

Se, como demonstramos anteriormente, a sociedade pode ser vista como uma unidade, um sistema, uma entidade corpórea que, em certo sentido, se *auto-organizou*, foi justamente para enfrentar a tendência crescente da sociedade moderna à sociedade contemporânea, isto é, está ligada à operacionalização do constante movimento de expansão a partir de si mesma (inflação), tendo em vista a constante diferenciação funcional e estrutural do social, pois envolve tanto unidade quanto multiplicidade. Refere-se, na *Teoria da Coesão Social* de Durkheim, a uma diversidade de elementos e relações na realidade social, cujas existências constituem a própria natureza e (re)estruturação do social. Além dos mais, e como complemento da citação anterior, Durkheim (2010) também alude à ideia de *evolução* em seu pensamento, ideia essa coetânea da sua concepção organísmica. Vejamos como:

> Ela [a sociedade] *se desenvolve porque não pode deixar de se desenvolver*; uma vez efetuado, *esse desenvolvimento costuma ser útil ou, pelo menos, é utilizado; ele corresponde a necessidades que se formam* ao mesmo tempo, porque dependem das mesmas causas. Mas *é um ajuste a posteriori* (DURKHEIM, 2010, p. 349, grifos nossos).

A ideia de *evolução* em sua *Teoria da Coesão Social* está diretamente relacionada à sua compreensão de que a sociedade cada vez mais aumenta a sua complexidade e se diferencia funcional e estruturalmente. Como disse Sztompka (2005), "a crescente divisão do trabalho e diferenciação de tarefas, deveres e funções ocupacionais, à medida que a sociedade avança no tempo, é vista como a principal tendência à evolução" (SZTOMPKA, 2005, p. 187). Especificamente, Durkheim (2010) compreendia a sociedade com base na perspectiva organísmica da Fisiologia e do Evolucionismo da seguinte maneira: conforme o "*todo*" vai se relacionando com as suas "*partes*" e evoluindo, a própria compreensão do "*todo*", em contrapartida, também vai imediatamente mudando, sendo ressignificada — algo que também é consumado de forma *emergente*, em razão de (re)atualizar a observação sobre um conteúdo ontológico e epistemologicamente novo (SAWYER, 2005).

Após o intercurso acerca da *concepção organísmica* de Durkheim (2010) podemos, finalmente, apresentar a solução provável delineada pelo autor em relação às disfunções sociais apresentadas anteriormente. Em outras palavras, podemos demonstrar

como o autor vislumbrou o contorno (ou a possível solução) em relação à tendência de *desintegração social* na sociedade que estava observando. Mas antes devemos falar acerca da sua concepção de *ciência* e da "função" do *aporte metodológico-conceitual* na sua *Teoria da Coesão Social*.

Durkheim (2010) tem em seu empreendimento sociológico uma concepção de *ciência*, bem como de *aporte metodológico-conceitual*, no sentido aqui adotado por nós, deveras interessantes. A Sociologia, como disciplina do conhecimento científico, mostra-se no pensamento do autor como um tipo de discurso capaz de teórico e praticamente retroagir sobre a realidade social e vice-versa, como se a própria desaceleração (*reação à rápida desintegração social*) do tempo emergisse da sinergia desses processos mesmos. Não podemos esquecer, nessa linha de pensamento, que Durkheim estava diante de um contexto social no qual "a França do século XIX estava preocupada em como manter ou restaurar a solidariedade, o consenso e a coesão dentro da sociedade" (BAERT, 2005, p. 11[86]). A sua concepção de *ciência*, sobretudo por influência das Ciências Naturais, demonstrou, de forma indubitável para os meandros da sua época, que "se apenas a sociologia empregasse os mesmos procedimentos com rigor e determinação semelhantes aos das Ciências Naturais, ela não apenas se tornaria um empreendimento científico, *mas também seria de uso prático* para formuladores de políticas [públicas] e políticos" (BAERT, 2005, p. 04, grifos nossos[87]).

O seu empreendimento científico, bem como a sua concepção de *ciência*, busca *não somente observar os fatos morais*, *nem se restringir à classificação deles*, mas, sobremaneira, ter a possibilidade de (re)*agir sobre a realidade social*, desviando, conforme uma profunda pesquisa sociológica*, a sociedade de várias calamidades possíveis* (TUCKER, 2002; TURNER, BEEGHLEY e POWERS, 2016). Tais considerações, aliás, também podem ser vistas numa outra observação de Durkheim (2010), principalmente quando ele afirma que "o que reconcilia a ciência com a moral é a ciência da moral; pois, ao mesmo tempo que nos ensina a respeitar a realidade moral, *ela nos fornece os meios de melhorá-la* [mesmo que parcialmente]" (DURKHEIM, 2010, p. XLVIII, grifos nossos). Assim, a Sociologia, como Ciência da Moral, seria capaz de assegurar e reverter, quando necessário, a *desintegração social* em função de condições

[86] No original: "Nineteenth-century France was preoccupied with how to maintain or restore solidarity, consensus and cohesion within Society".
[87] No original: "If only sociology would employ the same procedures with similar rigour and determination as in the natural sciences, it would not only become a scientific enterprise, but it would also be of practical use to policy-makers and politicians".

sociais específicas, ainda mais se levarmos em conta que a moral é toda a fonte de solidariedade, aquilo que dá *sentido* (*ordem*) *existencial* para os indivíduos na vida em sociedade (BERGER, 1985[88]).

Ainda em relação a nossa argumentação anterior, Durkheim (2010) também demonstra que se faz necessário conceber o *real funcionamento* do social, conforme o tipo de *solidariedade* que se mostra, para que a Ciência da Moral consiga algum *efeito sobre a sociedade*. Aqui é justamente importante evocarmos a distinção *metodológico-conceitual* entre os dois tipos de solidariedade, uma vez que é através de ambos que o autor salienta (*diferencia*) a caracterização (*conceituação/emulação*) e mesmo a *solução* da *desintegração social*, pois, "a solução, ele *encontrou na transformação da solidariedade social em função do desenvolvimento progressivo da divisão do trabalho*" (LIMOGES, 1994, p. 332, grifos nossos[89]). A saber:

> Bem diverso é o caso da solidariedade produzida pela divisão do trabalho. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se assemelham, *esta supõe que eles diferem uns dos outros*. A primeira, só é possível na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; *a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade* (DURKHEIM, 2010, p. 108, grifos nossos).

O segundo tipo de solidariedade, o que urgia por maiores compreensões por parte de Durkheim (2010) naquele momento, denota em seu empreendimento científico como *conhecer, explicar e (re)agir*, de fato, sobre essa realidade social, pois a *dimensão orgânica* (*a sociedade*) que compõe as *partes* com o *todo* necessita de certas atitudes da Ciência da Moral que contribuam para o seu avanço e não para o seu retrocesso, que sigam *o movimento natural encabeçado pela especialização do trabalho*. A Ciência da Moral, assim, deve encarar as ações dos diferentes indivíduos não como "coisas" anormais, mas como necessárias à capacidade, cada vez maior, da sociedade se mover em conjunto "[...] ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios" (DURKHEIM, 2010, p. 108). A presença do *aporte metodológico-conceitual*

---

[88] A discussão sobre a *sociedade* como um *nomos* dotado de *sentido* (existencial/social) está ligado à releitura de Peter Berger (1985) em relação ao pensamento de Weber e, sobretudo, de Durkheim. O autor aponta algo que, aliás, vai ao encontro do *problema da desintegração social e da anomia* no pensamento de Durkheim: o problema do sofrimento humano, ao contrário de ser algo da alçada de uma justificação divina (*teodiceia*), reside numa justificação mundana, portanto, social. Todos os problemas de ordem existencial/social, do ponto de vista sociológico, seriam responsabilidade do homem (*sociodiceia*). No fundo, diz o autor, "a coercitividade fundamental da sociedade está não nos mecanismos de controle social, mas sim no seu poder de se constituir e impor como realidade" (BERGER, 1985, p. 25). O *nomos social*, para ter *sentido*, deve estar balizado por *uma simetria entre as definições objetiva e subjetiva* da realidade social.

[89] No original: "The solution, he found in the transformation of social solidarity depending upon the progressive development of the division of labour".

no pensamento de Durkheim (2010) diz respeito ao modo indicado pelo autor de que os conceitos, as metáforas e as analogias constituem tanto aquilo que dá vitalidade à capacidade explicativa de seu empreendimento científico quanto àquilo que acopla metodicamente a sua dimensão teórico-prática na realidade social observada. O *aporte metodológico-conceitual* denota, enfim, à luz da *Teoria da Coesão Social* de Durkheim, como se dá *a direção do movimento sociotemporal*, como a realidade social indica, conforme uma *modelação científica*, a *qualidade dos vínculos sociais*[90] — *indivíduo/sociedade* (LUKES, 1977; SZTOMPKA, 2005).

Cabe ressaltarmos, na esteira de Durkheim (2010), que apesar da Sociologia ser capaz de *auxiliar na resolução dos problemas sociais* e mesmo colaborar com a *manutenção da integração social*, ainda assim somente uma outra instância relativa à divisão social do trabalho pode *fortalecer*, de fato, a *integração social*. *Reagir* de forma mais vigorosa ao processo de *aceleração-positiva* e facilitar a estabilidade e a permanência dos processos sociais, principalmente a coalescência (futura) deles. Tal instância do social reside no "*agrupamento profissional*". Aliás, não somente o "*agrupamento profissional*" — como *reflexo do estado de consciência coletiva da sociedade moderna*, altamente "complexa" e "diferenciada" do ponto de vista institucional — é capaz de "*frear*" a tendência desintegrativa levada a cabo pela retroalimentação entre o trinômio *ciência, tecnologia e mudança no tempo social*. O *direito*, na qualidade *tecnologia* oriunda desse mesmo estado de consciência coletiva, também o é.

No caso do *agrupamento profissional*, Durkheim (2010) fala o seguinte:

> Nem a sociedade política em seu conjunto, nem o Estado, podem, evidentemente, incumbir-se dessa função [reguladora]; a vida econômica, por ser muito especial e por se especializar cada dia mais, escapa à sua competência e à sua ação. *A atividade de uma profissão só pode ser regulamentada*

[90] De forma mais categórica, Alexandra Maryanski (2014) aponta que tratar os dois tipos de *solidariedades conceitualmente* denota que "se olharmos para a adaptação de Durkheim das ideias de Smith, o que ele percebeu foi que as raízes da solidariedade subjacentes ao totemismo são semelhantes à base cultural de sua solidariedade orgânica. Em ambos, a individualidade é preservada em uma matriz social não-parental de interdependências estruturais, enquanto o todo social gerado por essas interdependências é culturalmente integrado por totens que significam códigos morais aos quais os indivíduos desenvolvem vínculos coletivos por meio de rituais que despertam emoções – um mecanismo de solidariedade que, segundo ele, acreditava, apareceu pela primeira vez nas primeiras sociedades. Também permitiu mudanças de desenvolvimento ao longo do tempo sem quebrar a estabilidade social [If one looks at Durkheim's adaptation of Smith's ideas, what he came to realize was that the roots of solidarity underlying totemism are similar to the cultural basis of his organic solidarity. In both, individuality is preserved in a nonkin social matrix of structural interdependences, while the social whole generated by these interdependences is culturally integrated by totems signifying moral codes to which individuals develop collective attachments through emotion-arousing rituals – a mechanism of solidarity that, he believed, first appeared in the earliest societies. It also allowed for developmental changes over time without a break in social stability].

> *eficazmente por um grupo próximo o bastante dessa mesma profissão para conhecer bem seu funcionamento, para sentir todas as suas necessidades e poder seguir as variações destas. O único grupo que corresponde a essas condições [função] é o que seria formado por todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo. É o que se chama de corporação ou grupo profissional* (DURKHEIM, 2010, p. XI, grifos nossos).

Mesmo que Durkheim (2010) demonstre, na citação acima, uma certa parcimônia em relação *à capacidade de (re)organização social* por parte do "*agrupamento profissional*", justamente por não ser uma *espécie de panaceia capaz de servir a tudo*, ainda assim, segundo o autor, é somente através de tal *instituição social,* na qualidade de *competente influência moral* sobre os indivíduos e seus impulsos potencialmente prejudiciais ao *todo*, que o sentimento mais vivo da solidariedade social pode se manifestar e perdurar. É somente através do "*agrupamento profissional*", com sua capacidade de *equilibrar* e *ajustar* as mais diferentes funções sociais entre si, que a integração social pode ser assegurada: em razão de conseguir atrair os indivíduos "[...] fortemente em sua esfera de ação e arrastá-los, assim, na torrente geral da vida social" (DURKHEIM, 2010, p. XXXVII).

No caso do *direito* anteriormente aludido, o qual também pode ser visto como o *reflexo* do estado de *consciência coletiva* na *realidade social*, em empo e espaço específicos, Durkheim (2010) o apresenta como uma espécie de *mecanismo* (tecnológico) *composto por regras muito específicas*, *capaz de complementar e mesmo sintetizar o domínio mais difuso da regulação moral oriunda da própria sociedade*[91]. Mas antes de refletirmos sobre o *direito,* principalmente o *contratual* em f*unção da divisão social do trabalho*, devemos lembrar, inclusive do ponto de vista evolutivo do social, que no caso da *solidariedade mecânica*, na qual reside a forte semelhança entre os indivíduos e a predominância de uma consciência coletiva, o *direito punitivo,* mais comum em sociedades tribais, feudais e tradicionais*,* denota que qualquer transgressão individual certamente sofrerá sanções por ter ofendido as regras coletivas, pois trata-se de uma afronta a coesão social: o objetivo é punir os transgressores para mostrar aos outros indivíduos o preço por tentar violar a moralidade estabelecida (LUKES, 1972).

Em contrapartida, na *solidariedade orgânica*, mais evidente nas sociedades modernas, principalmente nas industrializadas, altamente diferenciadas e aceleradas, o que auxilia no efeito moral de tal lógica societária é o *direito restitutivo*: a reparação do

[91] Sobre a relação entre *a moral* e *o direito* no pensamento de Durkheim, ver também Cotterrell (1997) e Poggi (2000).

estado de coisas, o reestabelecimento, quando necessário, das relações perturbadas na vida em sociedade (DURKHEIM, 2010). Assim, a razão de ser do *direito*, seja qual for o tipo de sociedade e de consciência coletiva que compõe a mesma, é a continuidade da existência da vida coletiva, congregando, inclusive nas consciências individuais, um *dever-ser comum* que, ao mesmo tempo, salienta o tipo de sanção (positiva ou negativa) exercida pela sociedade (WEISS, 2019).

Ao contrário da "crua" e "ingênua" perspectiva ensejada pelos contratualistas, tais como Thomas Hobbes, Jean-Jaques Rousseau e John Lock, Durkheim (2010) não acredita que a dimensão contratual *per se* seja capaz de tal efeito regulatório. O efeito regulatório do contrato, na verdade, somente se materializa como *direito* precisamente quando leva a sério, científica e metodologicamente, a conformidade dos valores sociais (ARON, 2003; VILLAS BÔAS FILHO, 2017). Conforme Durkheim, pois:

> *O direito contratual exerce, portanto, sobre nós uma ação reguladora da mais alta importância, pois predetermina o que devemos fazer e o que podemos exigir*. É uma lei que pode ser modificada pelo simples entendimento das partes; mas enquanto não é ab-rogada ou substituída, ela conserva toda a sua autoridade e, por outro lado, só podemos atuar como legisladores de maneira muito intermitente. Portanto, *há apenas uma diferença de grau entre a lei que regular as obrigações que o contrato engendra e as que fixam os outros deveres dos cidadãos* (DURKHEIM, 2010, p. 202, grifos nossos).

Vejamos que Durkheim (2010) está indicando, de forma clara, que o *direito contratual* reflete *um momento histórico específico* (estado), quer dizer, é *produto e não causa* de uma determinada configuração social, como a da França no seu tempo. Além disso, por exercer sobre nós "uma ação reguladora", em grande medida pela mediação do Estado, este o faz por um estudo, por uma sistematização daquilo que emana num determinado contexto de vivência, expressando, por conseguinte, as *balizas morais das ações preferíveis na sociedade*. Mais do que isso, o *direito contratual* reflete e, ao final, promulga tanto a internalização da moral *do social* quanto a externalização da moral *no social*, faz com que os indivíduos tenham parâmetros, mediante a compreensão e explicação da natureza da divisão do trabalho social, para o agir.

O *direito contratual*, como *efetivação tecnológica no social,* é capaz de instaurar um *know-how* — o que pode e o que não pode na vida em sociedade — que implementa um "modo de vida" a ser rigorosamente seguido: ele "[...] adquire uma forma mais racionalizada no âmbito das regras jurídicas" (WEISS, 2019, p. 68). Impondo, destarte, uma forte cooperação entre os indivíduos no que se refere aos efeitos contínuos (evolutivos) da divisão do trabalho social, como um âmbito *destinado a conter as*

*disfunções sociais e ocasionar, mediante a criação de mecanismos específicos uma cooperação na (re)produção do trabalho* (NEGREIROS, 1987; DURKHEIM, 2010). Enfim, por tal âmbito jurídico, isto é, pelo *direito contratual*, as especializações laborais ficam reféns da moralidade que emana do social, sendo mediadas por esse tipo de *tecnologia* (*social*) "útil" à otimização[92] da integração.

Em face do que foi exposto nesta seção, podemos notar que Durkheim (2010) tinha como preocupação, em nível teórico-prático, a *promulgação de maneiras capazes de atenuar*, muito por influência das Ciências Naturais, *com a erosão dos valores e normas na sociedade francesa de seu tempo*, sociedade essa simultaneamente protagonista e espectadora dos efeitos *sociotemporais* da expansão da Segunda Revolução Industrial (1760-1840/1895) e da *Belle Époque* (1870-1914). O autor teve como fito, como parte do seu *empreendimento sociológico,* demonstrar as potencialidades da Sociologia, como Ciência da Moral, *em dirimir a desintegração social*, mediante a sua colaboração(científica) para com as eventuais atividades das instituições sociais, principalmente o Estado. Da mesma forma, Durkheim defendeu que a divisão do trabalho social, quando mantida em plena harmonia, *é capaz de assegurar a moral e a coalescência social*, algo que ficou evidente, cremos, com a aplicação daquilo que nomeamos como *Epistémê Reflexiva do Tempo Social*. Um *exercício metódico* capaz de desvelar, por uma perspectiva *sui generis*, o que dificilmente era percebido no âmbito teorético da Sociologia, ao revisitarmos e reinterpretarmos *teorias sociológicas paradigmáticas.*

Afora a passagem de uma *solidariedade mecânica* para a uma *solidariedade orgânica* que, a propósito, tem estreita relação com os efeitos da *aceleração do tempo social* em sociedades modernas e contemporâneas, como defendemos no presente trabalho, Durkheim (2010) enfatizou algo que vai diretamente ao encontro de tal lógica societária: *a profunda transformação dos regimes de produção e consumo*. Isso fica evidente quando, à luz do processo de retroalimentação entre, hoje visto como, o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, o autor acentuou que os progressos da divisão do trabalho social não somente estão em constante transformação como também impedem a "estabilidade nos gozos" da vida em sociedade. "O tempo é [acelerado] suficiente para romper o equilíbrio que tende a se estabelecer e a criar novas condições de existência às quais o homem só pode se adaptar mudando-se"

[92] Sobre a relação específica entre *direito e tecnologia,* ver Silva (2016).

(DURKHEIM, 2010, p. 246). Mesmo assim Durkheim (2010) acreditava, como salientamos ao longo desta seção, ser possível e viável um empreendimento científico capaz de auxiliar no mantenimento da *integração social*, conquanto esteja em tensão dialética com a *desintegração social*.

### 4.3. A aceleração do tempo social no fim da *Belle Époque* (1900-1914)

Os quatorze anos iniciais do século XX refletiram, num nível sem precedentes, a velocidade, a aceleração do tempo e dos processos sociais que caracterizaram o *Zeitgeist* europeu do século XIX. No âmbito teórico da Sociologia, da Filosofia e da Historiografia, a virada do século refletiu a acentuação de valores como a velocidade, a energia e a força que, para retomar as considerações de Baumer (2002), podemos relacionar com o triunfo do devir.

A *Belle Époque*, termo de origem francesa que se refere à "Bela Época" vivida pelos europeus, aproximadamente, a partir da década de 1870 (HOBSBAWN, 2013; POSADA, 2017), em paralelo com o estável e bem articulado desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial, nutriu-se de uma "aura" confiante no progresso, no conhecimento, na ciência, no domínio da natureza e dos processos sociais A Europa sentia-se orgulhosamente no apogeu da civilização! Diante disso, o termo Belle Époque também pode ser compreendido, posteriormente à sua existência, como uma "aura" nostálgica, isto é, como uma época singular e extraordinária, portanto, não repetível da história humana e social da Europa Ocidental.

A época singular e extraordinária que a *Belle Époque* proporcionou aos indivíduos imersos naqueles quatorze anos, ressaltou o intenso (e dinâmico) processo de desenvolvimento nas diversas esferas do contexto social europeu, mormente na ciência, na tecnologia, nos transportes, enfim, na coesão da vida social, como bem apontara Durkheim em muitos de seus escritos, permitindo que os indivíduos soubessem mais sobre o mundo em que viviam e sobre as realidades natural e social. Ademais, aquele sentimento de que as realidades natural e social ainda eram "coisas misteriosas", necessitando ser compreendidas e estudadas pormenorizadamente, deu lugar a um sentimento de otimismo e potência em dominar os fenômenos de ambas as realidades. Daí em diante, o sentimento geral era que (quase) tudo era passível de ser modificado, aperfeiçoado, dominado (inclusive o próprio tempo) e, acima de tudo, superado, caso viesse a ser um empecilho para o progresso humano e social.

Um dos momentos mais marcantes desse sentimento de otimismo e capacidade de dominar os fenômenos das realidades natural e social, ancorado tanto na ciência quanto na tecnologia, está representado na famosa "Exposição Universal" [*Exposition Universelle*], ocorrida em 1900, na França. Tal exposição consistiu em mostrar diversas inovações tecnológicas, produções artísticas (*Art Nouveau*) e novas tendências na moda que circulavam em boa parte da Europa. A Torre Eiffel, construída pelo engenheiro Gustav Eiffel (1832-1923), foi o ícone da exposição, um verdadeiro símbolo de magnitude da construção civil, da metalurgia e, especialmente, da capacidade que a ciência e a tecnologia dão aos homens para o domínio da natureza. Essas inovações tecnológicas, artísticas e modistas expostas na Exposição Universal intensificaram, ainda mais, o poder da ciência e da tecnologia na modelação e remodelação do ser humano, rumo ao contínuo desenvolvimento e prosperidades humano e, por efeito, reiteraram "[...] a atmosfera cientificista de que o gênio humano tudo pode, e a ciência é o motor propulsor do progresso, da história humana e do bem-estar universal" (CHIZZOTTI, 2016, p. 602).

A difusão das conquistas científicas e tecnológicas para o conjunto da sociedade europeia, por ocasião da Exposição Mundial, foi tão impactante a ponto de inspirar (e deixar bastante impressionado), diante do "Altar do Dínamo", o então renomado historiador e jornalista norte-americano Henry Adams (1838-1918) a criar a sua famosa "Lei da Aceleração" ([1904] 2005). Essa lei da aceleração — posteriormente fundamental para os estudos de Daniel Bell (1977) e Hartmut Rosa (2019) acerca dos diagnósticos, respectivamente, da "Sociedade Pós-Industrial" e da "Aceleração Social" presentes na Modernidade Tardia —, não somente descreve que o desenvolvimento científico e tecnológico atinge, numa velocidade jamais vista na história humana e social, quase todas as esferas da cultura e da vida social, mas também que a *aceleração do tempo e dos processos sociais são ininterruptas*. Para Adams (2005), essa ininterruptibilidade acelerativa do tempo e dos processos sociais, pela via do desenvolvimento científico[93] e tecnológico, sobretudo aquele observado na Exposição Mundial, demonstra que:

[93] Além da França, a ciência e a tecnologia na Alemanha também eram notáveis, visto que a Alemanha era considerada "a meca da ciência, da tecnologia e das descobertas científicas" (KAUFFMANN, 2008). Na Alemanha, por exemplo, tivemos, em 1900, a descoberta de Max Planck (1858-1947) — laureado com o Prêmio Nobel em 1918 — quanto à existência de energia (radiação) em valores discretos de ação emitidos por um Corpo Negro, representando um resultado inimaginável para a física clássica ("Teoria dos Quanta" ou "Constante de Planck). Igualmente, tivemos na Alemanha a descoberta de Albert Einstein (1879-1955), em 1905, da "Teoria da Relatividade Restrita", publicada no artigo "Sobre eletrodinâmica dos corpos em movimento", artigo esse que modificou gradualmente as concepções da época sobre o espaço e o tempo, não sendo mais vistos como absolutos e separados, mas como relativos e associados (espaço-tempo) (LEE, 2006; PATY, 2009).

> Nada tão revolucionário havia acontecido desde o ano 300. O pensamento tinha mais de uma vez sido provocado, mas nunca preso e agitado no vórtice de forças infinitas. A energia saltou de cada átomo, e o suficiente para abastecer o universo estelar que se revelou em cada poro da matéria. O homem não conseguia mais detê-la. Estas forças agarraram seus pulsos e o balançaram como se ele estivesse segurando um fio elétrico ou um automóvel em fuga; o que era muito próximo da verdade para os propósitos de um idoso e tímido cavalheiro solteiro em Paris, que nunca desceu a Champs Élysées sem esperar um acidente, e comumente testemunhava um; ou se encontrou na vizinhança de um oficial sem calcular as chances de uma bomba. Desde que as taxas de o progresso se mantivessem boas, essas bombas dobrariam em força e em número a cada dez anos (ADAMS, 2005, p. 478,).

A entrada dos Europeus no novo século consolidou uma transformação no modo de experienciar o mundo, em particular pelo desenvolvimento sistemático de invenções tecnológicas, que eram assimiladas no cotidiano das cidades e passaram a ocupar um lugar de referência na conformação de um *novo conjunto de percepções culturais sobre o tempo e o espaço*. Como atenta Robert Wohl (1985), o uso da eletricidade residencial *ofuscou a distinção instintiva sobre o dia e a noite*, do mesmo modo que tecnologias de comunicação, como o telefone e o telégrafo, permitiram a percepção de *instantaneidade mesmo através de longas distâncias*. Os carros aceleraram a *velocidade de circulação das pessoas*, aumentando também suas *capacidades de ação*, enquanto o avião rompeu barreiras de locomoção de dimensões oceânicas, antes culturalmente reservadas a Deus e aos anjos.

É neste contexto de transformações sociais que Stephen Kern situa sua história social das ideias culturais. Em "*The culture of time and space 1880-1918*" (1983), Kern defende que os desenvolvimentos científico e tecnológico estabeleceram as fundações materiais de um fenômeno de reorientação cultural na *Belle Époque*, que pode ser percebido nas artes (Cubismo), na literatura (monólogos chamados de "*stream-of-consciousness*" ou de fluxo de consciência), na emergência e florescimento da psicanálise, dentre outros. Os desenvolvimentos científico e tecnológico são eventos temporalmente específicos que, segundo o autor, "muitas vezes afetam grande número de pessoas e, como tal, são uma fonte convincente de explicação histórica. Para evitar um determinismo [científico e] tecnológico monocausal na história cultural é essencial esclarecer com precisão como a tecnologia e a cultura interagem" (KERN, 1983, p. 06).

Em um sentido cultural, Kern (1983) destaca conexões, engendradas pelas ciências e tecnologias emergentes na *Bella Époque*, entre a debilidade persistente da noção de espaço (forma, área, distância e direção), a intensificação cultural da noção de tempo e seus reflexos nas relações sociais e na vida cotidiana. Robert Wohl (1985) lembra

novamente, a partir dessa perspectiva, que a criação dos subúrbios urbanos foi possível por conta das melhorias nos sistemas de transporte coletivo, e o desenvolvimento dos aparelhos de raios-x permitiram que a "visão" pudesse ir além da pele, revelando os mistérios de nosso corpo. Mesmo na arquitetura, "distinções tradicionais entre interno e externo era inúteis [...]" (KERN, 1983, p. 185) como forma de descrição das novas estruturas que passavam a ser erigidas, como seria o caso da Torre Eiffel, com sua armação de vigas de metal vazadas.

A intensificação cultural da noção de tempo, no caso específico da *Belle Époque*, é destacada por Kern (1983) como um dos principais fatores que caracterizam as mudanças do começo do século XX. De forma mais específica, *a emergência de um tempo privado*, em detrimento de uma concepção, predominante nos períodos anteriores, *do tempo como fenômeno coletivo*.

> Às 10 horas da manhã de primeiro de julho de 1913, a Torre Eiffel enviou o primeiro sinal temporal transmitido ao redor do mundo. A independência dos tempos locais começou a colapsar quando a estrutura de uma rede eletrônica global foi estabelecida. Qualquer que fosse o encanto que os tempos locais possam ter tido em algum momento, o mundo estava fadado a acordar com campainhas e sinos acionados por impulsos que viajavam ao redor do mundo com a velocidade da luz. (KERN, 1983, p. 14).

Na primeira década do século XX o tempo é padronizado internacionalmente, gerando a possibilidade de desterritorialização do tempo, sua desvinculação da ordem natural do movimento dos astros. Enquanto aumentavam as relações globais favorecidas pelo acelerado desenvolvimento de tecnologias de comunicação e transporte — em particular o telégrafo e o avião —, os sistemas institucionalizados de negócios, leis, negociações políticas e mesmo a circulação de conhecimentos científicos iam sofrendo revezes pela ausência de critérios homogêneos de medição do tempo. Ainda que legislações de regulação do tempo estivessem sendo produzidas desde a metade do século XVIII, "[...] Paris sediou a Conferência Internacional sobre o Tempo em 1912, que previa um método uniforme para determinar e manter sinais de tempo precisos e transmiti-los ao redor do mundo" (KERN, 1983, p. 13).

*A homogeneização do tempo*, e a popularização dos relógios de pulso como acessórios da vida moderna, atuam no condicionamento do tempo como um fenômeno privado, na visão de Kern (1983). No passado, o tempo público e coletivo tinha sido amplamente aceito como um marcador adequado de *duração e sucessão dos eventos sociais*. Porém, com a emergência do século X, particularmente os seus quatorze anos iniciais, no contexto social europeu, apontou para o reconhecimento da heterogeneidade

do tempo que, na Literatura, na Física, na Psicologia e na Sociologia vai sendo problematizado a partir da forma como os indivíduos "[...criam] tantos tempos diferentes quantos sejam os estilos de vida, sistemas de referência e formas sociais" (KERN, 1983, p. 15).

Paradoxalmente, um resíduo de dúvida persistia na confiança sobre o progresso, bem como no sentimento de que a humanidade estava caminhando para um futuro magnífico. Tal dúvida residia na possibilidade de "descontrole social", na medida em que o tempo e os processos sociais se aceleravam cada vez mais, apesar dos significativos desenvolvimentos científico-tecnológicos. No fundo, como ressalta o Phillip Blom — que não deixa de ter uma verve sociológica — na sua obra "*Os anos vertiginosos: mudança e cultura no Ocidente (1900-1914)*" ([2008] 2015), "era esmagadora a sensação de estar vivendo num mundo em aceleração rápida para o desconhecido" (BLOM, 2015, p. 14). Aquele resíduo persistente de dúvida sobre o futuro combinava velocidade e euforia, angústia e vertigem, sendo algo:

> [...] recorrente entre 1900 e 1914, quando as cidades explodiram em suas dimensões e as sociedades foram transformadas, a produção em massa entrou para a vida cotidiana, os jornais tornaram-se impérios das comunicações, o público de cinema contava-se às dezenas de milhões e a globalização trazia aos pratos dos britânicos carne da Nova Zelândia e cereais do Canadá, aniquilando a renda de velhas classes fundiárias e promovendo a ascensão de novos tipos: engenheiros, tecnocratas, as classes urbanas [..]. Muito antes de 1914, já se firmara solidamente nas mentes e nas vidas da Europa. A Primeira Guerra não funcionou como elementos gerador, mas catalisador, forçando velhas estruturas a ruir mais rapidamente e novas identidades a se afirmar mais facilmente (BLOM, 2015, p. 15-16).

A sensação esmagadora descrita por Blom (2015) de estar vivendo num mundo em aceleração ou de estar vivendo uma "vida nervosa" engendrou algumas teorizações sociológicas sobre aqueles quatorze anos iniciais do século XX. Um caso em particular é o de Georg Simmel (1858-1918), que em seu ensaio "*As grandes cidades e a vida do espírito*" ([1903] 2005), descreve a realidade metropolitana da Alemanha, especificamente a cidade de Berlim, em que vivia (e observava) como contexto social de um acelerado ritmo da vida. Neste trabalho, Simmel reconhece a intensidade dinâmica das transformações sociais que vão sendo implicadas pelo desenvolvimento tecnológico, em particular das fábricas, na vida coletiva da sociedade urbana alemã. Um processo de retroalimentação que, para o autor, sugere a percepção de um novo tipo de individualismo que emergiu daquele contexto social, em virtude da "intensificação da vida nervosa que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores" (SIMMEL,

2005, p. 577-578). Por "rápida e ininterrupta impressões interiores e exteriores", Simmel está querendo chamar a atenção para o fato de que nas grandes metrópoles, ou nas grandes cidades, há um exacerbado fluxo — inédito se comparado a lenta vida do campo ou às Sociedades Tradicionais — entre o individual e o supraindividual, entre o indivíduo e a sociedade que força, por efeito, o indivíduo a acessar seu estoque de sentimentos a todo instante, de, em cada momento, ser obrigado a saber como se portar mediante o acelerado ritmo da vida social.

Na verdade, este é o cerne da compreensão de Modernidade em Simmel, como lembra Hartmut Rosa (2019), pois nessa época da história, ou seja, nos quatorze anos iniciais do século XX, na qual o processo de aceleração do tempo, da vida e dos processos sociais obrigaram o indivíduo a se servir a todo instante de seu estoque de sentimentos, de sua estrutura cognitiva, de sua capacidade de ora desativar suas emoções, ora ativar seu bom-senso, haveria uma espécie de "overdose" de estímulos nervosos, implicando num processo de esgotamento mental. Nas palavras de Simmel ([1911] 2012):

> Pois a essência da Modernidade é, sobretudo, o psicologismo, o vivenciar e o interpretar do mundo de acordo com as reações de nosso interior e, na verdade, de um mundo interior, *a dissolução dos conteúdos fixos no elemento fluido da alma*, de onde toda substância se libertou e cujas formas são apenas de movimento (SIMMEL, 2012, p. 168, grifos nossos).

A vida social em grandes metrópoles, ou nas grandes cidades durante o período de 1900 e 1914, observa Simmel (2005), obriga os indivíduos a se portarem de um modo distanciado *das relações afetivas, de um modo impessoal e objetivo em relação às outras pessoas*. Nesse prisma, novas maneiras de se portar socialmente necessitam ser acionadas como diferentes estratégias de sobrevivência ao acelerado ritmo da vida social, tais como a intelectualização, a atitude reservada e a atitude *blasé*. A intelectualização obriga o indivíduo a todo instante acessar sua inteligência, de se esforçar por se distanciar de quaisquer relações ou estímulos afetivos. Aqui, o intelecto, órgão que protege o indivíduo das ameaças da ambientação externa (diga-se, do acelerado ritmo da vida social), é forçado a se desenvolver cada vez mais para dirimir os transtornos da acelerada vida social, processo que destaca, uma vez mais, a continuada retroalimentação entre as dinâmicas de desenvolvimento tecnológico e alterações nas percepções espaço-temporais da vida cotidiana. É este o movimento que Simmel está retratando em sua análise. Na atitude reservada, por sua vez, o indivíduo busca preservar parte da sua personalidade nas diversas áreas pelos quais se desloca, no sentido de não ser "totalmente entregue" às situações que experiencia. Por fim, a atitude *blasé* é recorrente nas grandes metrópoles,

em razão de se espelhar na economia monetária, que permite aos indivíduos alcançar tudo o que desejam mediante o dinheiro e a moeda, destituindo os fenômenos sociais de substancialidade. Como afirma Leopoldo Waizbort (2013, p. 328), a atitude *blasé* "é insensível, indiferente, fatigado, saturado, lasso". Assim, Simmel (2005) mostra que a atitude *blasé* está impregnada pela "aura" da economia monetária, porquanto avalia os indivíduos e os fenômenos sociais de seus valores qualitativos (únicos em seus conteúdos), quer dizer:

> A essência do caráter blasé é o embotamento frente à distinção das coisas; não no sentido deque elas não sejam percebidas, como no caso dos parvos, mas sim de tal modo que o significado e o valor da distinção das coisas e com isso das próprias coisas são sentidos como nulos. Elas aparecem ao blasé em uma tonalidade acinzentada e baça, e não vale a pena preferir umas em relação às outras. Essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa. Na medida em que o dinheiro compensa de modo igual toda a pluralidade das coisas; exprime todas as distinções qualitativas entre elas mediante distinções do quanto; na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alça a denominador comum de todos os valores, ele se torna o mais terrível nivelador, ele corrói irremediavelmente o núcleo das coisas, sua peculiaridade, seu valor específico, sua incomparabilidade (SIMMEL, 2005, p. 581-582).

O mais importante em todas as observações de Simmel, e que esperamos destacar aqui, é o aumento da "vida nervosa" como sintoma do processo de aceleração do tempo, da vida e dos processos sociais em um contexto social (e urbano) – o europeu, no caso – que priorizou a dissolução de uma cultura pautada por ritmos lentos em favor de uma cultura altamente dinâmica, orientada a acelerar o seu progresso.

O fenômeno da "vida nervosa" descrito por Simmel (2005) recebe reforço no trabalho de George Miller Beard (1869-1883) — bastante usado, inclusive, por médicos europeus em seus exames e diagnósticos. Conforme nos relata Stephen Kern (1983) novamente, é dele a autoria do catálogo médico "*American Nervousness*", em que Beard defendia que a perfeição dos relógios e, em particular, a invenção dos relógios de bolso, causavam condições nervosas que precisavam ser descritas como patológicas.

> Cada olhar para o relógio, para estes sujeitos nervosos, afeta o pulso e coloca uma tensão nos nervos. Houve muitos outros alarmistas que reagiram adversamente à introdução de um tempo padronizado, mas a era moderna abraçou o tempo universal e a pontualidade porque estes serviam a suas necessidades maiores (KERN, 1983, p. 15).

A descrição que oferecemos nesta sessão delimita um marco temporal específico, do alvorecer do século XX até 1914, quando então eclode a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e os ímpetos progressista e inovador da Belle Époque parecem encontrar um

embaraço, ou melhor, *a sua desaceleração*. A Primeira Grande Guerra vai modificar as dinâmicas sociais de forma intensa, desmobilizando as estruturas fundamentais de promoção da era "áurea" do progresso econômico, tecnológico e científico. Seria até mesmo possível pensar, como nos aponta Robert Wohl (1985), que a Primeira Grande Guerra representa um revés a essa tendência de exploração do tempo privado, quebrando o sentido de continuidade entre o passado e o futuro que parecia relevante, no começo do século XX.

## CAPÍTULO 5. A CRISE DA SOCIOLOGIA FRANCESA, O TRIUNFO DA SOCIOLOGIA AMERICANA E A TENSÃO SOCIOTEMPORAL NO PERÍODO PÓS-CLÁSSICO COMO REFLEXO DAS DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS

Neste Quinto Capítulo, iremos discorrer sobre o reflexo das duas Grandes Guerras Mundiais na França e nos Estados Unidos. Ambos episódios possuíram caráter de "totalidade", oportunizando profundas modificações em hábitos e memórias sociais até então constituintes das identidades nacionais. As duas guerras mundiais remodelaram, de uma forma sem precedentes, dinâmicas sociais, notadamente na economia, indústria, política, ciência, tecnologia, incitando uma *aceleração-positiva do tempo social*, na medida em que forçaram, por exemplo, as indústrias a produzirem mais em menos tempo. Mas também foi possível observarmos certos efeitos ligados a uma *aceleração-negativa do tempo social,* não somente na indústria, dado a incapacidade da França, em particular, em acompanhar, através do seu sistema produtivo, as demandas do social, mas também na maioria dos processos sociais e, sobremaneira, no ritmo da vida social. Algo totalmente contrário ao que aconteceu com os Estados Unidos, a saber, um crescimento exponencial (socioeconômico, sociopolítico, etc.) e cada vez mais acelerado.

As alterações sociotemporais viabilizadas pelas duas Grandes Guerras Mundiais também atingiram a Sociologia, tal como produzida ou praticada nos dois países aqui cotejados: França e Estados Unidos. Na França, após o primeiro conflito mundial, a Sociologia, principalmente a de cunho durkheimiano, adentrou numa crise profunda. Se antes tal tradição intelectual estava sendo reconhecida nacional e institucionalmente por um grupo de intelectuais, em torno da figura de Émile Durkheim, aos poucos essa mesma tradição foi se enfraquecendo, se decompondo. Ademais, mais ou menos a partir do entreguerras, a sociologia francesa começou a ser considerada pela maioria dos intelectuais naquele país como "anacrônica", dando lugar para renovadas perspectivas teóricas, muitas delas advindas de autores com formação na Filosofia.

Não obstante a tradição sociológica da França ter sido gradualmente enfraquecia, embebida por renovadas bases de fundamentação epistemológica, Maurice Halbwachs (2003) — ex-membro do círculo intelectual de Durkheim — viabilizou uma teoria sociológica para demonstrar que era possível lidar e, no limite, atenuar a perda da identidade daquela nação. Foi aí que nasceu, principalmente ao longo da década de 1920, a sua *Teoria da Memória Coletiva*, em que procura demonstrar que os indivíduos em

grupos alvidram seus laços sociais mediante *processos mnemônicos*, ou seja, é socialmente, e não individualmente, que a *memória coletiva*, amparada em *quadros sociais da memória* (linguagem, tempo e espaço), auxilia na (*re)produção de tais laços sociais*. No fundo, a sua *Teoria da Memória Coletiva*, mesmo que de forma pouco explícita, se colocou como possibilidade (sociológica) de lidar com a *aceleração-positiva do tempo social*, demonstrando que a *reação mnemônica* oriunda dos grupos sociais é acionada como um *recurso* em relação a uma lógica societal cada vez mais acelerada, cujo movimento tende a instaurar uma *cultura de desorientação e esquecimento*.

Algo oposto foi possível de ser vislumbrado nos Estados Unidos. A sua tradição sociológica, mesmo que já estivesse trilhando caminhos seguros antes dos dois conflitos mundiais, nutriu-se das profundas metamorfoses sociais engendraras pelas duas Grandes Guerras Mundiais. Além da "importação" de perspectivas sociológicas oriundas da Europa, a sociologia americana caracterizou-se por abordagens de pesquisas que partiam de problemas ligados à realidade urbana, passando por questões ligadas à forte onda de imigração, até chegar, grosso modo, em problemas de nível *macro*, por certo envolvendo a posição do país no cenário mundial, sua posição na Modernidade e mesmo na Contemporaneidade. Mais disciplinas e departamentos em universidades foram criados, em virtude das aceleradas demandas *sociais e sociotemporais* naquele país, exponencialmente fortalecido social e culturalmente desde o primeiro conflito mundial.

Ligados à tradição da sociologia americana, as figuras de Robert Ezra Park e Talcott Parsons se destacam. Park (1948a, 1998), sobretudo no pós-primeira guerra mundial, delineou uma *Teoria da Ecologia Humana* para problematizar (e propor maneiras de lidar com) a acelerada metamorfose da realidade urbana nos Estados Unidos, juntamente com o crescimento populacional e a diferenciação espaço-temporal explícita na morfologia das cidades americanas, particularmente na cidade de Chicago. A *Teoria da Ecologia Humana* compreendeu, em função do cenário social viabilizado pelo primeiro conflito, que as relações sociais no meio urbano estão assentadas em momentos de competição por um sentido *biótico*, muito por influência da Biologia Evolutiva de Darwin. A *ordem e a mudança social*, do ponto de vista da *Ecologia Humana* de Park, estão muitas vezes em tensão, pois, comportam em si, de modo ambivalente, *mecanismos da competição e da dominância*, capazes de alvidrar momentos de excepcional *aceleração-positiva* ou momentos de *aceleração-negativa*, portanto, de *equilíbrio social*, sendo esse último o cerne do empreendimento sociológico de autor. Já Talcott Parsons (1966) defendeu, por uma *concepção sistêmica do social*, que a tensão entre *equilíbrio e*

*desequilíbrio sistêmico*, a qual também pode ser vista, respectivamente, como *aceleração-negativa* e *aceleração-positiva do tempo social*, denota que o *sistema social* tem um ritmo próprio que urge por sincronização, que necessita "manter seus limites" (*equilíbrio*) para que a sociedade, como fenômeno, continue existindo, fazendo sentido. O *tempo social*, conforme os comportamentos que engendra, pode tanto gerar *equilíbrio* quanto *desequilíbrio sistêmico*, sendo esse último, em alguns casos, prejudicial ao funcionamento do *sistema social*, algo que Parsons acreditava ser gradualmente atenuado conforme à *evolução do (sistema) social*.

## 5.1. Os ambientes sociais produzidos pela Primeira e Segunda Guerra Mundial: um prólogo com foco na França e nos Estados Unidos

Apesar das inúmeras interpretações e mesmo múltiplos níveis de detalhamento, é praticamente consensual entre historiadores, sociólogos e filósofos o caráter de "Guerra Total" que compreendeu tanto a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) quanto a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tal ideia de "totalidade" nas duas Guerras Mundiais representou não somente o envolvimento de boa parte das nações, mas também mudanças profundas em hábitos e memórias até então consolidados como parte das identidades nacionais (HOBSBAWM, 1995; GILBERT, 2007). Para além das óbvias alterações que ambas as guerras exerceram sobre a economia, indústria, política, população, ciência, tecnologia, dentre outros, os países envolvidos nos dois conflitos também experienciaram, para o bem ou para o mal, drásticas alterações sociotemporais em seus contextos de vivência. Aliás, como nos lembram Hans Joas (2005) e Herfried Münkler (2009), a capacidade de manipular os ritmos sociotemporais do inimigo também se mostrou como um fator de grande importância, pois certamente refletiu no universo societário das nações envolvidas nos dois conflitos.

Para falarmos de ambas as Guerras Mundiais precisamos levar em consideração a existência de uma intrincada relação entre múltiplos fatores sociais que partiram da economia e da geopolítica, passando pelo desenvolvimento científico-industrial dos países envolvidos — a maioria fechado sobre si mesmo —, até chegarem no nível demográfico e na "aura psicossocial" que fomentou os dois conflitos. Desse modo, iniciaremos pela Primeira Guerra Mundial, conhecida como "A Grande Guerra", até ser desclassificada como tal pelos impactos da Segunda (GONÇALVES, 2000; MOTTA, 2011).

A Primeira Guerra Mundial, conforme o historiador René Rémond (2004), possui uma origem debitária de fatores sociais das mais diversas ordens que foram somando-se até resultar no que é convencionalmente conhecido a partir de 1914: a crise diplomática que estourou em 28 de junho de 1914, o "Atentado de Serajevo", quando ocorreu o assassinato do Arquiduque Austríaco Francisco-Ferdinando. Pelo menos desde 1900, a situação internacional, principalmente na Europa, fez com que uma vontade de guerra se espalhasse por causa da chamada "Paz Armada", a qual caracterizava-se pela corrida armamentista de vários sistemas de aliança. Nela, a principal aliança se deu a partir da reaproximação da França com a Rússia e Inglaterra, o que formou a "Tríplice Entente". A Alemanha em todo esse processo estava isolada, fazendo com que, da mesma forma, os fatores psicossociais inflassem aos poucos a sua vontade de reação, justamente pelo medo de se ver cercada, por grande influência da "Política da Paz" de Bismarck, que aos poucos teria sido substituída, desde 1890, por uma *Weltpolitik* expansionista e aventurosa, portadora de germes de guerra. Mais tarde, juntamente com a Itália, Bulgária e Império Austro-Húngaro, a Alemanha encabeçaria a "Tríplice Aliança" (MANDEL, 1989; RÉMOND, 2004).

Muitos aspectos da Primeira Guerra Mundial, para além dos que foram salientados anteriormente, também residem na emergência da "Guerra de Posição" (ou Guerra de Trincheira), a segunda fase do conflito, em relação à "Guerra de Movimento", a primeira fase do conflito, caracterizada pelo maior uso de máquinas bélicas, tais como tanques, canhões etc. Com essa transição, por exemplo, já podemos imaginar os efeitos sociais da guerra, em particular, na França e nos Estados Unidos (SINGER, 1972).

A França, que era a potência europeia, foi um dos países que mais mobilizou efetivos: cerca de 8,5 milhões, 1/5 dos habitantes de uma população um pouco menor do que 40 milhões. Ao longo da Guerra, por consequência, a nação francesa foi perdendo um significativo número da sua população total, chegando a ter, em 1919, 1,1 milhão a menos que antes do confronto (ALDCROFT, 1985). Mesmo que não somente na França, mas também em boa parte da Europa, a indústria bélica como um todo tenha acelerado a sua produção, inclusive ao adotar a mão-de-obra feminina por causa do importante contingente de homens enviados ao confronto, não foi possível colher apenas resultados econômicos e políticos positivos. Por causa dessa brutal perda populacional, o Estado Francês não conseguiu reverter a estagnação econômica, na medida em que as despesas do país não paravam de aumentar em virtude dos efeitos do confronto. Uma dívida externa para com os Estados Unidos, não obstante a promessa da Alemanha em pagar tudo aos

vencedores, ficou pendente até o ano de 1932, totalizando o valor de 219 bilhões de dólares (HOWARD, 2002; RÉMOND, 2004). Ademais, o país foi atingido por outros efeitos irreversíveis, tais como despesas de aposentadoria para ex-combatentes, inflação, aumento do desemprego, êxodo rural, greves gerais e contundentes ao ponto de parar a maioria dos processos produtivos. A França, assim, somente voltou a se estabilizar econômico e politicamente por volta de 1928 (TAVARES e BELUZZO, 2004).

Um cenário bem diferente do contexto social francês foi possível de ser vislumbrado na sociedade americana. Apesar dos Estados Unidos ter entrado somente em 1917 no confronto por causa do bombardeio ocasionado pela Alemanha em seus navios petroleiros, bem como para garantir o pagamento de financiamentos concedidos a maioria dos Aliados, a guerra exerceu poucos efeitos negativos no desenvolvimento do país. Na realidade, conquanto tenham experenciado poucas baixas por força da Primeira Guerra Mundial, somente 16 mil soldados, os Estados Unidos despontaram num ritmo cada vez mais acelerado de desenvolvimento científico, econômico e técnico-industrial, tornando-se, desde então, potência mundial (EVERETT e YOUNG, 1984; GILBERT, 2014). Nos termos de Rémond (2004):

> Inverteu-se o balanço das contas: de credora, a Europa passou a devedora. Os Estados Unidos detêm a metade do estoque mundial de ouro, embora, até então, fosse a Europa a detentora de todas as riquezas do mundo. A americanização do gosto conduz a Europa a abrir-se a outras civilizações, ao mesmo tempo que a faz duvidar de si mesma, da legitimidade da sua dominação, da superioridade da sua civilização e do seu futuro (RÉMOND, 2004, p. 44).

Indo um pouco mais longe do que o comentário de Rémond (2004), podemos dizer que os Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial experenciou uma acelerada metamorfose da sua realidade social. Desse modo, por reflexo do primeiro confronto, a economia americana, por exemplo, em que sublinhamos o rápido desenvolvimento dos setores industrial e científico-tecnológico, tais como a produção de bens e serviços, proporcionou um estilo de vida assegurado por sólidos princípios de liberdade e forte poder de aquisição, chamando à atenção de uma contundente onda de imigrantes de diversas nacionalidades que estavam à procura de uma vida melhor do que no continente europeu (MAZZUCCHELLI, 2009). Assim, não obstante a Crise de 1929 tenha produzido a quantia de 12 milhões de desempregados e o país ter uma dívida para com os sobreviventes da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos experenciou uma realidade social acelerada, vivaz, principalmente na área urbana, cuja legitimidade das instituições políticas e a excelência da economia corroboraram aquele contexto social como um dos

mais adequados para se viver após a experiência traumática da "Grande Guerra" (STEVENSON, 2006; GAZIER, 2009).

Pois bem, se tudo o que foi dito até agora demonstrou uma nítida distinção entre a França e os Estados Unidos no que se refere os efeitos sociais causados pela Primeira Guerra Mundial, ao levarmos também em consideração, particularmente, a dimensão sociotemporal concretizada pelo conflito em ambos os países, com a Segunda Guerra Mundial tal distinção radicalizou-se ainda mais[94] (MENDEL, 1989; KEEGAN, 1990).

No caso da França, por exemplo, se os efeitos sociais da Primeira Guerra Mundial foram devastadores, com a Segunda Guerra Mundial o país experenciou, de 1939 até 1945, o que ficou conhecido como "*Sombre Years*". Esses "Anos Sombrios", como destaca François Bédarida (1988), representou o que há de mais traumático na identidade e na memória francesa, encerrando, paradoxalmente, uma nova dinâmica social, a saber, "invasão e ocupação, por um lado; libertação, recuperação e vitória, por outro. Assim, a França foi ao mesmo tempo perdedora e vencedora" (BÉDARIDA, 1988, p. 80). A sociedade civil foi a mais atingida, em razão da invasão alemã ter explorado e exterminado a maioria dos cidadãos franceses. Em vista disso, mesmo que tenha buscado resistir à invasão, principalmente no *front*, o índice populacional francês ultrapassou aqueles 1,1 milhão a menos, somando o valor de 1,6 milhões de óbitos (HOBSBAWM, 1995).

Os impactos sociais do segundo confronto na França ramificaram, ao mesmo tempo, problemas militares, nacionais, políticos, econômicos, psicossociais e morais. A sua infraestrutura econômica, por exemplo, foi arruinada, suas cidades destruídas e os poucos franceses que sobreviveram estavam desabrigados, desesperados (HOFFMANN, 1961; BÉDARIDA, 1988). Nesse prisma, foi possível vislumbrar, consoante com Marc Nouschi (1996) e mesmo Nicolas Arnaud e Hugues Vessemont (2011) e Luiz Fernando Neto (2012), que a emigração contribuiu rapidamente para o declínio do país e para a incapacidade de atender as necessidades alimentares da população em geral. Ademais, a produção industrial caiu pela metade desde o primeiro confronto, o que da mesma forma refletiu na queda de 40% dos transportes, no déficit orçamental e na inflação. Enfim, a guerra acelerou alguns fenômenos sociais e desacelerou outros na França.

[94] Há que destacarmos, que tanto a Europa, particularmente a França, quanto os Estados Unidos, recém tinham começado a dar passos firmes em direção à superação da Crise Mundial de 1929, mas nesse ínterim que separou tal crise da década de 1933, os movimentos fascistas, principalmente na Itália, com Benito Mussolini, e na Alemanha, com Adolf Hitler, começaram a sinalizar um novo conflito (GEYER e TOOZE, 2015).

No outro lado do Atlântico, isto é, nos Estados Unidos, o contrário ocorreu novamente. A despeito da década de 1933, momento em que o "*New Deal*" de Franklin Roosevelt começou a reestabilizar a economia americana, os Estados Unidos fortaleceram-se ainda mais como potência mundial por causa da Segunda Guerra Mundial (RAUCHWAY, 2008). A sociedade americana, ao tomarmos como exemplo o desenvolvimento industrial e técnico-científico, transformou-se no arsenal produtivo do mundo desde então[95]. Segundo Rémond (2004, p. 125), "a entrada dos Estados Unidos na guerra imprime sem demora à segunda parte do conflito a característica de guerra industrial, que se tornará dominante". Mais do que isso, através dos Estados Unidos (mas não somente) foi possível constatarmos que a guerra, quando catalisada por um país de grande envergadura econômica, política e social, possibilitou mecanismos para acelerar o progresso técnico, dado que "carregou" os custos do desenvolvimento de Inovações Tecnológicas — basta lembrarmos dos avanços da Cibernética, incialmente criada para fins militares, durante a década de 1940, e o desenvolvimento do primeiro computador, o ENIAC (*Electronic Numerical Integrator and Computer*), criado em 1946 (SHANNON e WEAVER, 1949; HOBSBAWM, 1995; RÜDIGER, 1998; LAFONTAINE, 2007a).

Além da brutal aceleração no desenvolvimento industrial e técnico-científica dos Estados Unidos, como dito anteriormente, com óbvios impactos na realidade social americana como um todo, podemos perceber do ponto de vista populacional que os Estados Unidos tanto perderam quanto ganharam em razão da Segunda Guerra Mundial. Mesmo que tenha perdido 3 vezes mais soldados quando comparado ao primeiro confronto, o país ganhou muito mais população se olharmos para as ondas de imigração, em sua maioria oriundos da Polônia (HOBSBAWM, 1995; RÉMOND, 1976, 2004). Tais imigrantes representavam, mais ou menos, 20% da população americana, somando, após o fim da guerra, numa extensa onda imigratória que durou até a década de 1990, mais 8% da população total nos Estados Unidos. Se desde em 1941, momento em que os Estados Unidos entraram na guerra e começaram a receber as primeiras ondas imigratórias como efeito daquela, o país continha o valor populacional de 133.387.000, ao final de 1945 passou a ter o valor populacional de 133.417.000 (MIECISLAUS, 1946; MOSTWIN,

[95] Em nível industrial, o reflexo da Segunda Guerra Mundial fez com que o governo norte-americano produzisse "45.000 tanques em 1942, e 75.000, em 1943. A produção anual de aviões da Alemanha montava a cerca de 11.000, em 1940 e 1941. O governo norte-americano decidiu construir 43.000 aviões, em 1942, e 100.000, em 1943. Sua produção de navios mercantes subiu 1 milhão de toneladas, em 1941, para 7 milhões, em 1943, e 10 milhões, em 1944 (MANDEL, 1989, p. 70).

1969[96]). Malgrado esse brutal aumento populacional e mesmo o vertiginoso desenvolvimento econômico, político e social, os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial expôs para si mesmo e para o mundo todo, de fato, o seu "*American Way of Life"*, isto é, um estilo de vida assentado nas mais diversas possibilidades de consumo, como bens e serviços, na padronização social e na forte crença dos valores democráticos da liberdade humana (CUNHA, 2017; SAMUEL, 2017).

Uma vez mais fica nítido, para além dos óbvios problemas sociais que os Estados Unidos também enfrentou por causa da Segunda Guerra Mundial, tais como ilegalidade de alguns imigrantes, taxas de desemprego, tendo em vista os gastos com ex-combatentes, novas formações de *ghetos*, dentre outros problemas sociais das mais diversas ordens, que a guerra possibilitou não somente uma acelerada diferenciação no meio urbano, se comparada com a França, mas também uma aceleração na dimensão técnico-científica, no ritmo da vida e na mudança social (CUIN e GRESLE, 1994; CALHOUN, 2007; TURNER, 2014). Isso certamente refletiu, grosso modo, na identidade da sociologia americana, especificamente, no seu *ethos* investigativo que tomou a cidade como laboratório de pesquisa social, conforme a Escola Sociológica de Chicago. Por uma questão de ordem cronológica e mesmo histórico-sociológica, devemos salientar o reflexo de ambas as guerras na sociologia francesa, assunto do tópico a seguir.

### 5.1.1. Considerações sobre os reflexos das duas Grandes Guerras Mundiais na sociologia francesa

A sociologia francesa antes das duas Grandes Guerras Mundiais estava começando a deixar uma marca profunda nas principais instituições do país até ser drasticamente enfraquecida por efeito dos dois conflitos. Uma tradição intelectual que estava sendo reconhecida cada vez mais por um ilustre grupo de intelectuais liderados por Émile Durkheim[97] se viu diante de uma incontornável fragmentação. Claro, a morte de Durkheim, em 1917, logo após o profundo desgosto sentido por ele em função da morte de seu único filho, André Durkheim, que lutava a Primeira Guerra Mundial nos Balcãs, foi um fator essencial no que se refere a dispersão do grupo. Mas, mesmo que Marcel Mauss, Maurice Halbwachs, Celestin Bouglé, dentre outros, se viram órfãos de um líder,

[96] Os dados, como complemento das considerações dos autores, foram retirados de: Estados Unidos - População 1945 | countryeconomy.com.

[97] Ainda que em disputa paralela com outros grupos embebidos pelas mais diferentes bases de fundamentação teórica, alguns liderados por Frédéric Leplay e Gabriel Tarde.

de uma figura cujo prestígio institucional estava deveras consolidado, fatores externos, como os das duas Grandes Guerras Mundiais, catalisaram ainda mais o declínio daquela tradição intelectual (MUCCHIELLI, 2001; STOETZEL, 1957).

Como dito anteriormente, a situação da sociologia francesa, especialmente aquela levada à cabo por Durkheim, não resistiu por muito tempo. Mesmo que em sua maioria os pesquisadores tivessem como entendimento a ideia de que a Sociologia estava se tornando aos poucos uma disciplina mais autônoma, não sendo mais vista tão somente como uma disciplina complementar nas Faculdades de Direito ou como subordinada à Filosofia, abriu-se o espaço, em grande parte por causa do primeiro conflito, para uma diversidade de reinterpretações sociológicas, muitas delas conflitantes entre os próprios herdeiros do legado durkheimiano (KARADY, 1976; JOHNSTON, 2018). Mais do que isso, se Johan Heilbron (1985) afirmou que se manifestou a formação de dois grupos conflitantes entorno da reinterpretação e perpetuação da sociologia durkheimiana, em que destacamos as figuras de Célestin Bouglé, Paul Fauconnet e Paul Lapie, por um lado; François Simiand, Marcel Mauss e Maurice Halbwachs, por outro lado; a Primeira Guerra Mundial provocou um cenário que transcendeu a mera disputa entre os proponentes de Durkheim. Como defendem Philippe Masson e Cherry Schrecker (2016):

> Além da ausência de um verdadeiro sucessor de Durkheim e das dificuldades interdisciplinares e interpessoais já mencionadas, outro fator que dificultou a expansão da Sociologia foi a dificuldade de encontrar financiamento. O apoio do Estado às universidades e à pesquisa foi por muito tempo reduzido, especialmente para disciplinas de baixo nível na hierarquia universitária. Tradicionalmente, professores e pesquisadores não estavam preocupados com questões econômicas, mas entre as duas guerras os fundos necessários para realizar pesquisas estavam aumentando (MASSON e SCHRECKER, 2016, p. 15).

Somente mais tarde, mais ou menos durante a década de 1930, que as universidades francesas, particularmente o *Institut Scientifique de Recherches Économiques et Sociales* (IRES), ganharam um novo fôlego, graças ao financiamento do economista Charles Rist, como nos lembram novamente Masson e Schrecker (2016). Nesse instituto, a verba de $350.000 dólares foi destinada, em razão dos efeitos sociais levados à cabo pela Primeira Guerra Mundial, às pesquisas acerca de questões econômicas e problemas sociais emergentes, no intuito de auxiliar a França em retomar o seu equilíbrio social

Porém, conforme a Segunda Guerra Mundial foi dando sinais da sua eclosão, a ruptura com o durkheimianismo se tornou total. Não somente agravou-se o dissenso interpretativo entorno da perspectiva do pensador francês, mas também a maioria dos seus

herdeiros já haviam morrido, restando apenas Mauss, Bouglé e Halbwachs[98] (BECKER, 2003; TURNER, BEEGHLEY e POWERS, 2016). Somando-se, então, o dissenso interpretativo da sociologia durkheimiana, já vista pelos últimos herdeiros como "anacrônica", com a estagnação econômica das universidades francesas e o desprestígio institucional em relação à pesquisa sociológica, tal tradição foi perdendo cada vez mais força ao dar espaço para renovadas perspectivas teóricas, muitas delas advindas de autores com formação na Filosofia, tais como Georges Gurvitch, Jean Stoetzel, Raymond Aron e Georges Friedmann (HEILBRON, 1985; CUIN e GRESLE, 1994). O cenário geral da sociologia francesa durante e depois da Segunda Guerra Mundial, portanto, pode ser resumido da seguinte maneira, de acordo com Michel Verret e Henri Mendras (1988):

> A sociologia francesa contemporânea não pode ser entendida sem a grande ruptura da guerra: 1940 foi para toda a sociedade francesa um terrível teste crítico. Depois de seus exércitos, foram também suas instituições, seu próprio Estado, que entrou em colapso. E até o princípio mais seguro de sua confiança: essa certeza republicana, resultante de sua longa história revolucionária. Não é surpreendente que, neste desastre, sua sociologia também tenha sido destruída. E não só a sociologia durkheimiana, que foi sua última figura, mas toda a tradição da qual procedeu (VERRET e MENDRAS, 1988, p. 09).

À luz do comentário de Verret e Mendras (1988), podemos notar que a sociologia francesa de cunho durkheimiano, como disciplina acadêmica, foi drasticamente modificada e, no limite, como na Universidade de Bourdeaux, em 1943 e 1944, descontinuada. O cenário do segundo confronto fez com que, por exemplo, na *École libre des hautes études* (ELHE), a qual já contava com a figura de Claude Lévi-Strauss, a tradição durkheimiana fosse objeto de uma correção explícita dos estragos proporcionados pelo seu "cientificismo" não mais condizente com a situação do país. Bem diferente foram os efeitos das duas Grandes Guerras Mundiais na sociologia americana que, em todo aquele cenário mundial, parece ter sido a única que econômico e institucionalmente abraçou a pesquisa sociológica com muito entusiasmo, conforme o tópico a seguir (MASSON e SCHRECKER, 2016).

[98] Halbwachs, diga-se de passagem, foi deportado pelos nazistas, em 26 de julho de 1944, ao campo de concentração de Buchenwald, vindo a falecer, em março de 1945, sendo que desde 1935 já ocupava uma cátedra na Universidade de Sorbonne.

### 5.1.2. Considerações sobre o reflexo das duas Grandes Guerras Mundiais na sociologia americana

Desde o seu surgimento como disciplina acadêmica nos Estados Unidos, especificamente na Universidade de Chicago, em 1892, através da figura de Albion Small, a sociologia americana orientou-se para uma dimensão teórico-prática voltada para reformas sociais, mesmo que isso tenha sido alterado, de tal ou qual maneira, durante as duas Grandes Guerras Mundiais (COULON, 1995; CALHOUN, 2007). Além disso, tal verve "secular", voltada para o auxílio de problemas na sociedade americana, sempre contou com o apoio das instituições, inclusive por causa do rápido florescimento industrial que o país começou a experenciar desde o início da Primeira Guerra Mundial, sendo necessário um tipo de conhecimento específico e capaz de explicar as profundas metamorfoses do social. Muito das características gerais da sociologia americana, por conseguinte, são diretamente debitárias, por um lado, da Filosofia Pragmatista, voltada menos para a pura especulação e mais para um pensamento filosófico preocupado com o ajustamento do sujeito, em nível das suas ações, em relação ao seu meio ambiente. Mas, por outro lado, tal perspectiva sociológica também bebeu da Sociologia Europeia, principalmente aquela produzida na Alemanha e na França — mormente essa última ter denotado uma forte adoção do Positivismo e do Naturalismo[99] epistemológicos, fundamentais na maioria das pesquisas desenvolvidas na sociologia americana (CUIN e GRESLE, 1994; LEVINE, 1997).

Conforme a Primeira Guerra Mundial foi deixando as suas marcas na realidade social americana, como dito anteriormente, em que sublinhamos uma forte aceleração e mesmo uma profunda remodelação do social, e junto com essas, problemas sociais das mais diversas ordens, a investigação sociológica naquele contexto social iniciou o processo, mais ou menos a partir da década de 1920, de reivindicar um estatuto científico mais "duro", em favor de um positivismo manifesto — apesar de que somente após a Segunda Guerra Mundial, a sociologia americana se mostrou teoricamente mais "homogênea". É isso o que nos mostram George Steinmetz (2007) e Andrew Johnston (2018), ao nos lembrar que os efeitos da imigração durante o primeiro confronto, por exemplo, incitaram, com o amparo da Estatística, uma primeira onda de pesquisas sociológicas preocupadas em trazer à baila o padrão dos fenômenos sociais efetivados

[99] Para uma exposição panorâmica acerca do Naturalismo Epistemológico, ver o texto de Paulo Abrantes "*Naturalizando a Epistemologia"*, publicado em 1994.

pela Primeira Guerra Mundial, como nas pesquisas de Franklin Giddings, um dos mais famosos sociólogos de Columbia durante o primeiro quartil do século XX.

Contudo, ainda conforme George Steinmetz (2007) e Andrew Johnston (2018), a perspectiva positivista e quantitativista da sociologia americana sofreu fortes críticas, principalmente da Escola Sociológica de Chicago. Essa última buscou salientar a "frieza" daquela perspectiva sociológica, quando usada na sua integralidade, servindo-se, em grande medida por oposição àquela, também do elemento interpretativo, histórico e hermenêutico. Duas figuras podem ser ressaltadas através do tipo de pesquisa sociológica de Chicago, a saber, Robert Park e Ernest Burgess, cujas pesquisas se voltaram fortemente para a cidade, encarada como laboratório de pesquisa social (LEVINE, 1997). Assim, se formos levar em consideração a rápida diferenciação da cidade de Chicago, altamente catalisada pela mobilidade dos imigrantes, e com essas, fortes alterações espaciais naquele *locus* societário,

> O estudo de caso "*Chicago Style*", associado a Park e Burgess, evitou a grande teoria e as categorias conceituais e permaneceu estritamente empírico. Ao mesmo tempo, seu foco em estudos detalhados de lugares únicos evitaram o formato positivista de lei de cobertura. Alguns dos primeiros Estudos de Caso de Chicago foram apresentados em forma de narrativa, emprestando-se a uma compreensão mais histórica da tarefa da Sociologia (STEINMETZ, 2007, p. 328).

Uma "aura" profissional e mais participativa da pesquisa sociológica, graças ao tipo de estudo realizado em Chicago, como demonstrou Steinmetz (2007), logo começou a se espalhar na maioria das universidades americanas até instigá-las fortemente ao desenvolvimento da disciplina em seus currículos. Ainda mais que a *American Journal of Sociology*, periódico fundado por Eugene Garfield, em 1895, no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, divulgou o teor das dissertações e teses que estavam sendo desenvolvidas em diversos departamentos de Sociologia no país entre as décadas de 1920 e 1921, o que certamente contribuiu ainda mais para uma acelerada proliferação no campo (LIPSET, 1994; TURNER, 2014).

O mais interessante em todo este processo de florescimento intelectual diz respeito não somente à heterogeneidade das perspectivas teóricas nem às pesquisas sociológicas realizadas nos Estados Unidos, mas à rápida proliferação e desenvolvimento da sociologia americana como campo de estudos *sui generis*. Em 1930, por exemplo, a *American Sociological Society* começou um vigoroso processo de profissionalização de sociólogos, refletindo, assim, as diversas demandas sociais (e sociológicas) daquela realidade social (EVANS, 1986; CUIN e GRESLE, 1994). Outros periódicos foram reeditados, como o

*American Sociological Review*, em 1936, assim como outros departamentos sociológicos, tais como Columbia, Michigan, Berkeley, Yale, Harvard, dentre outros, graças às gentis contribuições das Filantropias Rockfeller, particularmente o Laura Spellman Rockfeller, se fortaleceram ainda mais, levando à cabo mais pesquisas sociológicas (FOSDICK, 1952).

Com a entrada na Segunda Guerra Mundial, por seu turno, o cenário em que a sociologia americana se encontrava foi radicalizado ainda mais. A partir da Segunda Guerra Mundial, conforme Andrew Abbot e James Sparrow (2007), os eventos proporcionados pelo segundo conflito, tais como a aceleração das ondas de imigração, o aumento de 1,5 milhões de pessoas que receberam cidadania nos Estados Unidos, dentre outros, certamente "mudaram a estrutura demográfica, institucional e intelectual da sociologia" (ABBOT e SPARROW, 2007, p. 281). Consequentemente, a Escola Sociológica de Chicago já não era mais tão dominante[100], pois a partir da Segunda Guerra Mundial os departamentos de Columbia e Harvard se encontravam deveras fortalecidos, com prestígio institucional e nacional sólidos. Por causa desses dois departamentos, o número de Teses de Doutorado em Sociologia aumentou drasticamente *vis-à-vis* com novos problemas sociais e sociológicos (mobilidade social, estudos de burocracia, teorias sobre a Modernidade etc.) quando acompanhado desde 1920 até 1945 (TURNER, 1990).

O principal de tudo, cremos, como também destacaram Don Martindale (1976), e principalmente Stephen Turner (1990), foi que o "*boom* teórico" proporcionado pela Segunda Guerra Mundial, para além dos que foram expostos anteriormente, trouxe consigo nomes de pesquisadores que deram uma nova identidade para a sociologia americana, como ficou reconhecida em boa parte do mundo acadêmico desde então. Nomes como Paul Lazarsfeld (Princeton e Columbia), Robert King Merton (Columbia), Charles Wrigth Mills (Maryland e Columbia) e Talcott Parsons (Harvard) — o mais lido de todos, inclusive na Europa — contribuíram contundentemente em estudos interdisciplinares de grande escala, o que gerou abordagens teóricas até hoje paradigmáticas, como o Estrutural-Funcionalismo de Parsons. Assim,

[100] Mesmo não sendo tão dominante como nos 30 anos iniciais da história teorética da sociologia americana, ainda assim a Escola Sociológica de Chicago forneceu contundentes pesquisas teórico-práticas "no calor do momento" ao longo da Segunda Guerra Mundial. Basta olharmos para o conhecido e difundido livro "*American Society in Wartime*" (1943), organizado pelo sociólogo William Fielding Ogburn, cujo teor das contribuições refletiram diretamente os efeitos do segundo confronto, partindo desde questões ligadas à imigração, passando pelas diversas comunidades urbanas, até chegarem sobre a questão da moral, ressuscitando, de certa maneira, a sociologia durkheimiana mediante o Intercaionismo Simbólico de Herbert Blumer.

> Essas experiências de guerra, tanto na Sociologia quanto em campos paralelos, criaram redes, além das estruturas tradicionais da academia departamental, com impulsos intelectuais comuns. Eles também produziram pessoas com habilidades técnicas especializadas e experiências com pesquisas interdisciplinares em larga escala envolvendo, inclusive, Psicologia (TURNER, 2014, p. 36).

A sociologia americana, portanto, viveu por força das duas Grandes Guerras Mundiais um grande período de ambições teórico-práticas. Uma verdadeira "Idade de Ouro", para usarmos as palavras de Charles-Henry Cuin e François Gresle (1994, p. 205). Diversos modelos teóricos, afora o dominante e paradigmático Estrutural-Funcionalismo de Parsons, combinaram não somente perspectivas quantitativas com qualitativas, mas também estabeleceram de uma forma plural, por certo refletindo a complexidade e a aceleração da realidade social americana, arcabouços teóricos oriundos da Estatística, Ecologia Humana, Psicologia Social e até Antropologia. Em todo esse caldo intelectual, portanto, a identidade da sociologia americana salientou, uma vez mais, a impossibilidade de qualquer projeto sociológico subsumir a vida social sob condições gerais e repetíveis, em razão daqueles dois momentos proporcionados por ambas as guerras sugerirem, epistêmico e metodologicamente, que na vida social nada é fixo ou independente, tudo é plástico e interligado (STEINMETZ, 2007).

## 5.2. O tempo social entre a memória e o esquecimento na sociedade francesa: acerca da Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs

A partir de 1914, o que ainda era visto pela maioria dos franceses como positivo do legado da *Belle Époque*, isto é, o clima intelectual e artístico de alto nível, além do período de constantes e aceleradas inovações científico-tecnológicas na França, e na maioria dos outros países da Europa, foi eclipsado por completo em virtude das duas Grandes Guerras Mundiais. O otimismo cultural que pairava sobre a Europa, de modo geral, e sobre a França, de modo específico, se esvaneceu (DAUNCEY, 2012). Não é à toa que foi a partir desse cenário confuso, segundo Cynthia Gamble (2006), que a expressão "*em busca do tempo perdido*[101]" fez tanto sentido: o que até então constituía a identidade e a sofisticação da nação francesa, tanto nas artes quanto nas inovações científico-tecnológicas e mesmo nos serviços e nos transportes, teria se perdido, desaparecido por efeito daqueles dois eventos. Isso pode ser observado não somente pelos

[101] Título do romance de Marcel Proust publicado entre 1913 e 1927.

evidentes efeitos da *aceleração-positiva* (elevados números de mortes, rápida destruição do meio urbano, dentre outras coisas) ou da *aceleração-negativa* nos processos sociais (greves trabalhistas, interrupção no fluxo de importações, dentre outras coisas), mas também na Sociologia como *ciência da sociedade* (MÜNKLER, 2009).

O que a sociologia francesa de cunho durkheimiano poderia fazer em relação àqueles dois cenários caóticos era tentar continuar o seu legado, aliás, preocupando-se em conservar a memória daquele teórico social, cujo prestígio institucional era deveras reconhecido nacionalmente. Maurice Halbwachs publicou em 1918, um ano após a morte de Durkheim, um texto no qual ressaltava a importância, a influência e os distanciamentos teóricos em relação ao seu antigo mestre, sob o título "*La doctrine d'Émile Durkheim*". Nesse texto, é possível observar que muitas reflexões heterodoxas emergiram, muitas delas em relação ao modo como Halbwachs reinterpretou e dialogou criticamente com Durkheim e Henri Bergson (HALBWACHS, 1918; HIRSH, 2012, MARCEL, 2020). A partir daquele contexto social após a Grande Guerra, e do diálogo crítico com as perspectivas teóricas de ambos os autores, Halbwachs ([1925] 2004) começou a desenvolver, nos moldes de uma sociologia francesa preocupada com a *ordem social*, a sua *Teoria da Memória Coletiva*.

O objetivo central da *Teoria da Memória Coletiva* formulada por Halbwachs, a partir de 1925 na sua primeira obra dedicada ao tópico, "*Os quadros sociais da memória*" [*Les cadres sociaux de la mémorie*], e na posterior, e mais sistemática, "*A Memória Coletiva*" [*La mémoire collective*[102]], é demonstrar que os indivíduos em grupos alvidram seus laços sociais mediante processos mnemônicos (GONDAR e DOBEDEI, 2005). Para tanto, Halbwachs (2003, 2004) partiu do pressuposto de que socialmente, e não individualmente, a *memória coletiva*, amparada em *quadros sociais da memória* (linguagem, tempo e espaço), auxilia na (re)produção de tais laços sociais. Todavia, é necessária uma certa estabilidade espaço-temporal para que a *memória coletiva* seja mais efetiva e, assim, consiga preservar o que os grupos sociais desejam. Como disse Jean Duvignaud (2006) no prefácio de "*A Memória Coletiva*":

> Isso talvez explique por que razão, nos períodos de calma ou de momentânea imutabilidade das "estruturas" sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que em períodos de tensão ou de crise — e aí, às vezes se torna "mito" (DUVIGNAUD, 2006, p. 15).

[102] Obra iniciada no entre guerras, especificamente em 1946, mas somente publicada no pós-guerra, em 1951, em razão do autor morrer num campo de concentração, justamente por ter descendência judaica.

Se formos levar em consideração, como apontam os principais interlocutores do autor, Gerárd Namer (2004) e Annete Becker (2003, 2005), o contexto social em que Halbwachs se encontrava, o contexto francês por efeito das duas Grandes Guerras Mundiais, onde podemos afirmar que existia mais *aceleração-positiva* do que *aceleração-negativa*, visto os efeitos sociotemporais da retroalimentação entre a guerra, a *ciência*, a *tecnologia* e a produção de *teorias sociológicas*, por exemplo, percebemos que a incessante mudança dos processos sociais é mais suscetível de provocar o esquecimento do que conservar a memória, por certo dificultando a coordenação das ações sociais (NORA, 1979; CAVALLI, 1991). A *aceleração-positiva do tempo social*, nesse sentido, coage a uma *reação mnemônica*, sobretudo do ponto de vista dos grupos sociais, pois, a memória (coletiva) é acionada como um *recurso* em relação a uma lógica societal cada vez mais acelerada, cujo movimento tende a instaurar uma *cultura da desorientação e esquecimento* (ESPOSITO, 2002; CONNERTON, 2009).

Com vistas a propor, de modo implícito, o enfrentamento da *aceleração-positiva do tempo social*, ao levar em consideração o contexto social francês, Halbwachs (2003, 2004) demonstrou que o processo de memorização não se dá tão somente nos grupos sociais — memória vivida e continuamente atualizada, portanto, não artificial como aquela proposta pela História —, mas na união dos grupos com os *quadros sociais da memória*. A linguagem, por exemplo, é aquilo que permite a articulação simbólica da *memória coletiva*, dando o sentido e a concatenação necessários aos grupos sociais. Já o tempo e o espaço, possibilitam, respectivamente, o conteúdo mnemônico tanto em relação a alguma fase da vida social quanto à sensação de estabilidade espacial, da imagem do *milieu social* relativo ao grupo social (HALBWACHS, 2004; OLLICK, VINITZKY-SEROUSSI e LEVY, 2011; CORDEIRO, 2015).

Por meio da *Teoria da Memória Coletiva*, proposta por Halbwachs, podemos observar que, no contexto social francês, em que sublinhamos a interrelação entre a guerra, a *ciência*, a *tecnologia* e a produção de *teorias sociológicas* durante as duas Grandes Guerras Mundiais, como também os efeitos sociotemporais de todo esse processo retroalimentativo, a *aceleração-positiva do tempo social* foi *prejudicial à coesão social,* caso formos olhar pelo (ou tomar o) ponto de vista da *memória coletiva*. Tal raciocínio não é de todo modo exagerado, apesar de necessitar ser melhor averiguado, ainda mais se formos colocar na equação os seguintes elementos, quais sejam, (*i*) a importância dos laços sociais ou coletivos no que tange à perpetuação da sociedade, isto é, a *ordem social*; (*ii*) o protagonismo que a *memória coletiva*, juntamente com os *quadros*

*sociais da memória* (re)produzidos pelos grupos sociais específicos, tem em todo esse processo e, por fim; (*iii*) a estabilidade espaço-temporal necessária para que isso aconteça, ao levarmos em consideração o conjunto de opiniões, interesses e preocupações nos grupos sociais sob a forma de uma *corrente de pensamento* constantemente (re)atualizada. Diante disso, vejamos, então, algumas questões consequentes da sua *Teoria da Memória Coletiva*, especificamente na obra "*A Memória Coletiva*" (2006) que, cremos, refletem a *lógica sociotemporal* de sua época.

Para além da questão da *reflexividade*, obviamente presente no empreendimento teórico de Halbwachs, como também indicou Jean Duvignaud (2006, p. 08), porquanto existir uma relação dialética entre os conjuntos humanos com a organização de representações coletivas na realidade social — em termos objetivos, a capacidade de percepção especializada de transformações na realidade social e o agir sobre tais transformações —, a primeira questão que salta aos olhos na sua *Teoria da Memória Coletiva* é a dimensão *técnica* subjacente ao processo de memorização coletiva. No primeiro capítulo da obra em questão, justamente por ser um empreendimento teórico-prático, Halbwachs (2003) diz o seguinte acerca de tal processo de memorização coletiva, processo esse que leva em consideração o testemunho de pessoas ou grupos para a (re)produção do exercício mnemônico socialmente orientado:

> A condição necessária para voltarmos a pensar em algo aparentemente é *uma sequência de percepções pelas quais só poderemos passar de novo refazendo o mesmo caminho*, de modo a estar outra vez diante das mesmas casas, do mesmo rochedo etc. Portanto, estamos mais ou menos certos de não estar enganados ao dizer: nunca mais pensei nisso porque não consegui *reagrupar* todas essas imagens, tão diversas e tão matizadas, através *da memória e da reflexão* — jamais consegui reconstruir esta combinação singular e exata de impressões, só ela poderia *orientar* meu espírito exatamente para esta lembrança (HALBWACHS, 2003, p. 53, grifos nossos).

Podemos notar, na citação de Halbwachs (2003), que o exercício de memorização por si só, quer dizer, do ponto de vista puramente individual, é deveras limitado, fraco. O ato de rememorar, assim, necessita *como meio* para a sua (re)reprodução, inclusive com repercussões na realidade social, tanto de testemunhos de pessoas ou membros de um grupo — no sentido de que o perpetrador do exercício mnemônico deseja recordar de algo — quanto de *uma sequência de percepções*, de *um caminho* (re)ativado em determinado contexto, ainda mais se formos levar em consideração o tempo e o espaço na qualidade de *quadros sociais da memória*, cujo sentido é específico para cada grupo social — com características *relativamente análogas* de um sistema, como será demonstrado em seguida. Ademais, se formos buscar salientar mediante a ideia de *correntes de*

*pensamento*, as quais "catalisam" os interesses e a identidade de um determinado grupo social, em virtude de ser um *locus* processual cujo bojo gnosiológico assegura a construção e o compartilhamento da *memória coletiva*, a dimensão *técnica* subjacente ao processo mnemônico se mostra, uma vez mais, de modo cristalino em uma segunda preposição de Halbwachs (2003), exatamente por denotar que "encontramos no referencial do pensamento coletivo *os meios* de evocar a sequência e seu encadeamento" (HALBWACHS, 2003, p. 61, grifos nossos). O processo de memorização, portanto, constitui-se num *meio* de produzir algo, *meio de se atingir um objetivo visado*: a memória e a identidade do grupo.

Como dito anteriormente, o sentido social (e sociológico) nas *correntes de pensamento* (re)produzidas pelos grupos sociais é específico para cada um deles, o que não impede o contato com outros grupos sociais para que os interesses e a identidade do grupo em questão sejam reforçados e, no limite, diferenciados. Isso pode ser visto, conforme o nosso intento de pesquisa, especificamente em conformidade com o nosso arcabouço metódico designado de *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*. Se formos levar em consideração a realidade social francesa, à luz dos efeitos das duas Grandes Guerras Mundiais, em que sublinhamos a tensão sociotemporal entre a *aceleração-positiva* com a *aceleração-negativa*, as questões ligadas à *emergência* e à *complexidade* se mostram *embrionariamente presentes* na *Teoria da Memória Coletiva* de Halbwachs (2003). Nesse prisma, a questão da *emergência* pode ser considerada no seu empreendimento sociológico quando o autor lança mão do seguinte argumento:

> Da mesma forma, pelo fato de *dois pensamentos*, uma vez comparados, parecerem *reforçar* um ao outro por contrastarem entre si e acreditamos *formarem um todo que existe por si*, independentemente dos conjuntos de onde são tirados, *não percebemos que na realidade estamos levando em conta os dois grupos ao mesmo tempo* (HALBWACHS, 2003, p. 49, grifos nossos).

Uma pessoa ligada a um grupo, ou mesmo um grupo como uma totalidade interconectada, devido à relação entre os seus membros, pode estabelecer o contato com outro grupo, como disse o próprio autor acima, para reforçar e até diferenciar mediante uma percepção específica, por certo ligada à realidade social e seus comportamentos temporais, seus interesses e identidades próprias. Nesse contato estabelecido, como disse Halbwachs (2003), se um indivíduo que faz parte de um grupo, mas se encontra porventura longe do seu grupo de origem, deseja (re)memorizar algo, é possível que de forma indireta um grupo distinto, ou mesmo *correntes de pensamento* diferentes das suas, possibilitem, estimulem a *emergência* de um conteúdo mnemônico novo. Nas palavras do autor:

> [...] exatamente porque são *novas e contêm muitos elementos estranhos* no *curso anterior* e ao que há de mais interior no curso atual de nossos pensamentos, essas impressões são também estranhas aos grupos a que somos mais ligados (HALBWACHS, 2003, p. 50, grifos nossos).

Na citação acima, de Halbwachs (2003), portanto, podemos observar que algo novo, algum elemento ontológico e epistemologicamente inédito é capaz de ser (re)produzido na consciência de um determinado indivíduo — contanto que exista o sentimento de pertencimento e que o esforço de memorização remeta a um grupo determinado. Claro, isso ocorre não porque, por si só, a estrutura cognitiva ou mnemônica de um indivíduo isolado consiga tal efeito, mas porque o contato com outros grupos, com outras perspectivas sociais estimulam, mediante um contraste reflexivo, ações condizentes com o grupo de origem, com o modo como eles constroem e atuam na realidade social, significando, assim, a observação de algo *singular*, que se faz, que se apresenta não por sucessão causal.

A construção e a atuação na realidade social perpetrada pelos grupos sociais, obviamente, são totalmente distintas entre si. Fazem sentido somente para cada grupo, mais especificamente, refletem contextos de vivências em tempo e espaços específicos, o que está diretamente ligado, mesmo que de forma rudimentar, isto é, não tão elaborada, à questão da *complexidade* (social) anteriormente aludida. Tal questão pode ser apreciada justamente porque, se formos examinar mais de perto o comportamento que o *tempo social* é capaz de causar na reação mnemônica dos grupos sociais, em que sublinhamos de um lado, a resistência (*aceleração-negativa*) à desintegração social, e de outro lado, o constante movimento de expansão que as sociedades moderna e contemporânea produzem a partir de si mesmas, pois envolvem tanto a unidade quanto a multiplicidade de fenômenos sociais que se entrecruzam o tempo todo (*aceleração-positiva*), os seguintes pressupostos se mostram urgentes, conforme a perspectiva teórica de Halbwachs (2003). Exatamente:

> Como poderemos recordar uma impressão surgida a partir de uma combinação de influências sociais tão numerosas que jamais se reproduzirá? *Nossa vontade, em um e outro caso, é igualmente impotente e a probabilidade de um retorno desse tipo é tão insignificante que praticamente equivale a uma impossibilidade. Esse é o limite do qual nos aproximamos, à medida que se complicam e se multiplicam os dados sociais que entram em nossas lembranças* (HALBWACHS, 2003, p. 57, grifos nossos).

Além disso, as dificuldades que o movimento da realidade social impõe, o tempo todo, aos grupos sociais no que tange a (re)produção da *memória coletiva* mediante o auxílio

de *correntes de pensamento*, podem ser sociotemporalmente agravadas. Mesmo que, conforme Halbwachs (2003):

> [...] uma mudança de local, de profissão, de família, que ainda não rompe inteiramente os laços que nos prendem aos nossos grupos antigos. *Acontece que em casos semelhantes as influências sociais se fazem mais complexas, porque mais numerosas, mais entrecruzadas. Por isso não conseguimos desenredá-las tão bem e as distinguimos mais confusamente* (HALBWACHS, 2003, p. 65, grifos nossos).

Por isso, como dissemos anteriormente, a *memória coletiva* se distingue de outro tipo de memória, a saber, a *memória histórica* (HALBWACHS, 2003, URMENETA, 2007; MELO, 2010). Assim, consoante com Halbwachs, a *memória coletiva* é contínua e nada artificial, ela retém do passado somente aquilo que está vivo e ainda pode manter o grupo unido, sendo que aquela última, a *memória histórica*, representaria o nosso passado, por contraste, de uma maneira esquemática e resumida (GUEDES, 2020). Como se a realidade social, ainda mais no contexto social francês, altamente acelerada, fosse capaz de ser observada de uma maneira privilegiada, planificada. Pelo contrário, a "*complexidade*" da realidade social observada por Halbwachs (2003), realidade essa tanto pensada quanto alterada pelos grupos sociais, denota que

> [...] não há motivo para nos surpreendemos pelo fato de se diluírem e se anularem todas essas lembranças ao mesmo tempo. *Elas formam um sistema independente*, por serem lembranças de um mesmo grupo ligadas umas às outras, de alguma forma apoiadas umas sobre as outras, *porque esse grupo se distingue claramente de todos os outros* — embora possamos estar ao mesmo tempo em todos estes e fora daqueles (HALBWACHS, 2003, p. 38, grifos nossos).

A permanência de um grupo social, então, não está somente ligada à interesses e identidades próprias, mas também à resistência de tudo aquilo que pode, ao contrário da função da *memória coletiva*, causar drásticas mudanças sociais e, no limite, desequilíbrio social. Por efeito, a questão da *complexidade* denota uma vez mais, na *Teoria da Memória Coletiva* de Halbwachs (2003), que os grupos sociais, vistos como uma espécie de "unidades" *auto-organizadas*, só conseguem continuar existindo, quer dizer, assegurando o seu processo "*evolutivo*" *de memorização*, ao diferenciarem-se de tudo aquilo que os circunda (outros grupos), como forma de enfrentar o dinamismo da realidade social. Afinal,

> A *memória coletiva* contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas — *evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal* (HALBWACHS, 2003, p. 72, grifos nossos).

Na citação acima, de Halbwachs (2003), podemos notar que a ideia de *evolução — variabilidade histórica das memórias —* precisa ser compreendida não somente como a capacidade de uma "unidade de sentido" (grupo social) em reagir *vis-à-vis* aos estímulos daquilo que a circunda e alterar suas estruturas mnemônicas, mas também reorganizar suas memórias, pois faz referência à dimensão espaço-temporal da *experiência/representação* dos grupos sociais (GUEDES, 2020).

Tudo o que foi demonstrado até agora na *Teoria da Memória Coletiva* de Halbwachs (2003) nos permite presumir que a sua concepção de *tempo social não é homogênea, mas heterogênea*. Em outros termos, a concepção de *tempo social* de Halbwachs (2003), consoante com a nossa definição, pode ser vista como uma totalidade composta por temporalidades distintas (qualidades, ritmos e durações) em diferentes camadas da realidade social, percebida diferentemente no âmbito do fenômeno social. Tal concepção halbwachsiana da dimensão sociotemporal, ademais, parece comportar algo que vai além da mera pluralidade: a sua concepção sociotemporal parece comportar, juntamente com a (re)construção da *memória coletiva* levada a cabo pelos grupos sociais, uma tensão entre a *aceleração-positiva* com a *aceleração-negativa*, sendo que o próprio processo de (re)atualização da memória nos grupos sociais constitui-se como um mecanismo (*técnica*) desacelerativo para lidar com a aceleração social. Vejamos antes como Halbwachs define e demonstra as características do *tempo social*.

Para o autor, o *tempo social* diz respeito a algo coletivamente representado. Ele forma, como também nos lembra Veridiana Cordeiro (2015), um "*background*" para que os grupos sociais possam estabelecer alguma correlação e comunicação, pois comporta em si pontos de referência necessários ao retorno periódico da (re)construção da *memória coletiva*. Segundo o autor:

> Em primeiro lugar, a uniformidade [do tempo] pesa sobre nós. O tempo é dividido da mesma maneira por todos os membros da sociedade. [...] *Entretanto, embora subsistam essas divisões, não quer dizer que haja um tempo social único, porque apesar de sua origem comum, elas tomaram um significado muito diferente entre os diversos grupos. Não é somente porque, como já demonstramos, a necessidade de exatidão com relação a isso varia de uma sociedade para outra* — mas, antes, como a questão é aplicar essas divisões e séries de eventos ou tentativas que não são as mesmas em muitos grupos, que *terminam e recomeçam a intervalos que não correspondem uns aos outros de uma sociedade para a outra,* podemos dizer que se conta o tempo a partir de datas diferentes nesta e naquela (HALBWACHS, 2003, p. 114-136, grifos nossos).

A citação de Halbwachs (2003) demonstra, como também dissemos em outra ocasião, que o tempo (como o espaço) não é universal nem absoluto como aquele da Física de Newton, da Filosofia de Bergson ou aquele da Sociologia de Durkheim[103]. Os múltiplos *tempo sociais* são relativos, fazem referência à dimensão espaço-temporal da *experiência/representação* dos grupos sociais. Por isso que Halbwachs preferia, como argumentou Vicente Urmeneta (2007), indicá-lo como *noção* e não como *categoria* (puramente metafísicas), no sentido de vincular com a *sensibilidade*[104] dos grupos sociais (GUEDES, 2020).

Contudo, o *tempo social* na *Teoria da Memória Coletiva* não estaria limitado somente a uma experiência de cada período vivido pelos grupos sociais por um valor bipolar, como afirmou Gérard Namer (2007), ou seja, por *um tempo particular que se combina com um tempo cujo valor é encarado como eterno, imutável*. Muito menos se resumiria tão somente como um *tempo social* que, apesar de ser compreendido de forma singular pelos grupos sociais, articularia um *tempo da memória* (vivido) com um *tempo da prática* (experiência). Cremos que o *tempo social* de Halbwachs (2003), como aludido anteriormente, também é construído — apesar das inúmeras distinções interpretativas que comporta — por uma tensão sociotemporal, cujo movimento incita a emergência de um mecanismo mnemônico levado à cabo pelos grupos sociais para a preservação da existência deles, quer dizer, para a preservação da *ordem social* alvidrada por eles. Podemos notar isso não somente pelo comentário de Jean Duvignaud (2006) apresentado no início do texto, o qual incitou que em períodos de instabilidade das estruturas sociais, a *memória coletiva*, por efeito, teria maior importância, mas também quando o próprio Halbwachs (2003) lançou mão de duas assertivas, quais sejam, uma que demonstra o quão prejudicial é a *aceleração-positiva* à constituição da *memória coletiva* e outra que, cremos, não é uma mera assertiva, pois cristalizou um nítido contraste entre a vida no campo com a vida na cidade. A primeira assertiva diz o seguinte:

> É bastante comum que meios sociais humanos entre em contato *por um tempo muito curto*, com *muita pouca intensidade* e muito raramente para que esse evento, e a lembrança que o reproduz, se apresente a nós como um fato familiar. Quanto mais os grupos que se tocam se distanciam ou quanto mais numerosos são eles, mais a influência de cada um é enfraquecida (HALBWACHS, 2003, p. 56, grifos nossos).

[103] Apesar do tempo social ter as mesmas características no pensamento de Durkheim, Halbwachs defendeu a falta de um destaque maior para a *pluralidade temporal*, sobretudo em relação aos grupos.
[104] A influência da *Monadologia* de Leibniz ([1714] 2009) é visível, pois "Halbwachs parece remeter à concepção monadológica de Leibniz e sugere que toda coisa, todo indivíduo é já um composto, isto é, uma sociedade" (MELO, 2010, p. 64).

Já a segunda assertiva, diz o que se segue:

> [...] *os camponeses transportados a uma cidade se espantarão com esse ritmo da vida que se precipita e pensarão que um dia mais cheio deve condensar também mais tempo*. Isso acontece porque eles imaginam *a cidade como um vilarejo tomado pela febre de atividade*, em que as pessoas estão superexcitadas, em que pensamentos e gestos são arrastados em um *movimento vertiginosos* (HALBWACHS, 2003, p. 145-146, grifos nossos).

Podemos notar, nas duas citações de Halbwachs (2003), que a *aceleração-positiva do tempo social* — a intensificação retroalimentativa entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento do ritmo da vida social, proporcionando graus de obsolescência de processos sociais pretéritos e indeterminação futura deles — é prejudicial para a constituição da *memória coletiva*, no sentido da sua fixação e mesmo sua (re)produção. Da mesma forma, a cidade, por ser mais dinâmica, *locus* social de maior ritmo, dificulta a fixação e a constituição da *memória coletiva*. Basta lembrarmos, como exemplo, dos efeitos das duas Grandes Guerras Mundiais. Claro, a *aceleração-positiva do tempo social* não era uma grandeza absoluta, pelo menos naquele momento, caso a compararmos com período contemporâneo da *história teorética da Sociologia*, mas algo que foi levado a sério pelos grupos sociais, pois é

> [...] *preciso que a sociedade viva*; *mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, sobretudo quando estiverem, o melhor meio de fazer com que elas criem raízes é fortalecê-las com tudo o que se puder aproveitar de tradições*. Aí, logo, depois dessas crises, repetimos: temos de recomeçar no ponto em que fomos interrompidos, é preciso retomar as coisas a partir do início (HALBWACHS, 2003, p. 104, grifos nossos).

"Retomar do início", como disse Halbwachs (2003) acima, também está ligado ao esforço de lidar com a *aceleração-positiva do tempo social*, isto é, os grupos sociais esforçam-se em criar mecanismos *desacelerativo-reativos*[105] em relação à desintegração social — a *reação* ao processo de "*aceleração-positiva*", mediante à atenuação da retroalimentação entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e ritmo da vida social, proporcionando graus de estabilidade e permanência dos processos sociais e determinação futura deles. Para tanto, Halbwachs demonstra teórico e praticamente, posto refletir o comportamento real dos grupos sociais, o que se segue. Aliás, de sorte com os esforços dos grupos sociais em gerar graus de estabilidade e permanência dos

[105] Um exemplo pode ser dado, como sugestão, a partir da sociedade amish, a qual vive uma vida aparentemente "a-temporal", buscando não internalizar a lógica societária e acelerativa da Modernidade. O livro "*The Amish*: a *quiet moment in Time*" (1997), de George Kreps, Joseph Donnermeyer e Marty Kreps, descreve tal esforço *desacelerativo-reativo* muito claramente.

processos sociais e de determinação futura deles, a *desaceleração-reativa* se apresenta da seguinte forma:

> Na realidade, nossas relações com algumas pessoas se incorporam a conjuntos mais amplos, não imaginamos mais os outros membros sob a forma concreta. *Esses conjuntos tendem a superar as figuras que conhecemos, quase que despersonalizam. Ora, o que é impessoal é também mais estável*. O tempo em que o grupo vive é um ambiente meio despersonalizado, em que podemos atribuir o lugar de mais de um acontecimento passado, porque cada um deles tem um significado em relação ao conjunto. É este significado que o encontraremos no conjunto, e este se conserva porque sua realidade não se confunde com as figuras particulares e passageiras que o atravessam (HALBWACHS, 2003, p. 148, grifos nossos).

Mesmo que os grupos sociais, em relação à (re)produção da *memória coletiva* pareçam, num primeiro momento, reagir somente às mudanças sociais em nível cognitivo; obviamente, num segundo momento — de forma retroalimentada —, as reações mnemônicas retroagem sobre a realidade social. Constroem, assim, um *tempo social* mais lento, negativamente acelerado. Os grupos sociais, apesar das distintas identidades e relações com o mundo que os rodeia, buscam imobilizar o tempo e impor aos seus membros atitudes reativas para com as mudanças sociais, principalmente se essas mudanças sociais sinalizam a desintegração do grupo. Nesse sentido, os grupos sociais, geralmente sob a forma de costumes locais, como os *Amish*, por exemplo, buscam resistir [...] às forças que tendem a transformá-los e *essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais*" (HALBWACHS, 2003, p. 162, grifos nossos). Ou melhor dizendo, "a memória que garante a permanência desta situação se baseia na permanência do espaço ou, pelo menos, na permanência da *atitude adotada pelo grupo diante dessa porção do espaço* (HALBWACHS, 2003, p. 172, grifos nossos).

Diante do que foi exposto anteriormente, buscamos evidenciar na presente seção, utilizando-nos metodicamente da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, que a *Teoria da Memória Coletiva* de Maurice Halbwachs pode ser compreendida, desconstruída e observada de uma outra maneira, ou mesmo com acréscimos e complementações, no sentido *lato*, de seu desenvolvimento. Ao nosso ver, tal modelo teórico pode ser (re)visitado e (re)interpretado mediante à atenção de que tanto o contexto societário em que foi produzido, como reflexo das duas Grandes Guerras Mundiais, quanto a sua concepção de *tempo social* (*heterogêneo*) compõem fios condutores que atravessam a constituição das *memórias coletivas* levadas à cabo pelos grupos sociais. Mais do que isso, através da aplicação da *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*

foi possível observarmos que a teoria halbwachsiana contém diversos nuances teórico-práticos que não somente refletem como o autor observou a realidade social em que estava imerso, por certo condizentes com o modo de agir e pensar dos grupos sociais em tempo-espaço específicos, mas também retratam que o processo de constituição da *memória coletiva*, na maior parte dos casos, enseja um mecanismo *desacelerativo-reativo* para lidar com a *aceleração-positiva do tempo social* e buscar manter a *ordem social*. Trata-se, portanto, consoante com Oliver Dimbath (2021), de um empreendimento teórico-prático que expõem *a tensão dialética entre memória e esquecimento.*

### 5.3. A cidade de Chicago: o reflexo da estabilidade e da instabilidade urbanas na Teoria da Ecologia Humana de Robert Ezra Park

Os efeitos sociotemporais das duas Grandes Guerras Mundiais, internalizados e externalizados pela circularidade operativa do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, também reverberaram no outro lado do atlântico, isto é, nos Estados Unidos. De modo preciso, podemos afirmar, em concordância com Michael Adams (1994), Alexander Field (2003) e David Good *et al* (2020), que tais efeitos sociotemporais apresentaram-se de modo paradoxal. Por um lado, durante e depois dos dois conflitos mundiais os Estados Unidos despontaram, como dito anteriormente, como um dos países mais desenvolvidos do Ocidente, seja em nível industrial e econômico, seja em nível político e científico. Mas, por outro lado, também foi possível observarmos, por efeito dos dois conflitos mundiais, problemas sociais das mais diversas ordens. Um dos principais deles residiu na acelerada metamorfose da realidade urbana nos Estados Unidos, juntamente com o crescimento populacional e a sua constante diferenciação espaço-temporal explícita na morfologia das cidades americanas, particularmente na cidade de Chicago. Nessa última, manifestou-se uma clara divisão, sob a forma de círculos concêntricos, entre (*i*) os centros industriais; (*ii*) as zonas de transição; (*ii*) as zonas de residência dos operários que se deslocavam para os centros industriais; (*iv*) as zonas de residência da classe média e, finalmente; (*v*) as zonas de residência das classes altas (BURGESS, 1925; VIANA, 2015).

Na época atinente às duas Grandes Guerras Mundiais, sobretudo no entreguerras, o fenômeno urbano e mesmo os problemas sociais que dele suscitou, como a explosão

demográfica[106], catalisaram a emergência de um tipo de estudo sociológico sobre as cidades, com sua maior expressão na notoriedade da Escola Sociológica de Chicago (FARIS, 1967). No período de 1915 até 1930, um dos nomes mais importantes do estudo sociológico voltado à realidade urbana foi o de Robert Ezra Park, e com ele, a *Teoria da Ecologia Humana*, a qual merece uma breve recapitulação (CALLOUN, 1995; OLIVEN, 2010; EUFRASIO, 2013).

A *Teoria da Ecologia Humana*, a qual Robert Ezra Park se esforçou por dar profundos traços sociológicos ([1925] 1998, 1948a), pretende explicar, representar e descrever de modo teórico-prático a realidade urbana nos moldes de um organismo, de uma entidade corpórea, tendo como grande referência epistemológica a Biologia Evolutiva de Charles Darwin (WORTMANN, 2013). Assim, a *Teoria da Ecologia Humana* compreende as relações sociais no meio urbano como assentadas em momentos de competição, em razão de, em todo esse processo, indivíduos, grupos e instituições, num sentido *biótico*, tornarem-se interdependentes e, mais ainda, tornarem-se referência do agir dos outros em seu *habitat social* (PIERSON, 1948).

A *ordem e a mudança social*, do ponto de vista da *Ecologia Humana* de Park, estão muitas vezes em tensão, embora variem de lugar para lugar. Não obstante, comportam em si, de modo ambivalente, os *mecanismos da competição e da dominância*, capaz de alvidrarem tanto momentos de excepcional *aceleração-positiva* quanto momentos de *aceleração-negativa*, portanto, de equilíbrio social, sendo esse último o mais desejável no empreendimento sociológico de Park. Mesmo assim, qualquer fenômeno social inédito e repentino é capaz de instaurar um novo ciclo de perturbação, de tensão *biótica*, caso o *habitat social* dominante seja modificado. Isso foi exemplificado por Park (1948) em relação à cidade de Chicago, altamente dinâmica e industrializada, cujos efeitos sociotemporais conflitantes emergiram do intercâmbio entre os grandes centros urbanos e industriais com as demais localidades daquele contexto societário.

Na leitura de Park (1948a), a cidade de Chicago seria uma realidade social que serviria não somente como laboratório de investigação social, mas também como materialização de *tempos sociais* múltiplos que se entrecruzam e se interferem, com claros efeitos nos processos sociais e, principalmente, como mote para as distintas práticas

[106] Para além do contexto americano, notáveis são os dados trazidos por Massimo Livi-Bacci (1992) e Anthony Giddens (2012) acerca do ritmo exorbitante da mudança social na era moderna. Segundo os autores, o "tempo de duplicação" da população global em 1750 demorava cerca de mil anos para dobrar de tamanho; em 1950 esse tempo já havia se reduzido a cento e dezoito anos; e em 1990 para trinta e oito anos.

sociais entre os próprios indivíduos e instituições. Apesar disso, a investigação da cidade, conforme a *Ecologia Humana* de Park, deveria distinguir — junto da Estatística, a fim de viabilizar o tratamento matemático dos fenômenos sociais — as causas das mudanças sociais e suas direções, como também as forças que tenderiam, no limite, a minimizá-los e neutralizá-los, com o auxílio de uma perspectiva científica capaz de conduzir as mesmas (BENDIX, 1968; PARK, 1998).

Como mencionamos anteriormente, o *tempo social* aludido por Park (1998) no seu texto seminal, "*La ciudad: sugerencias para la investigación de la conducta humana en un ambiente urbano*", originalmente publicado em 1915, mas profundamente revisado e modificado em 1925[107], revela claramente uma das principais características do tempo na realidade social: a sua *heterogeneidade*. Tal característica, por certo, é alimentada ao mesmo tempo que alimenta a competição *biótica* entre os indivíduos e as instituições, visto de aí emergir, em grande parte, a natureza organísmica da cidade. Nas palavras do autor, no que se refere à cidade de Chicago:

> *Ao longo do tempo, cada setor, cada bairro, adquire algo do caráter e das qualidades de seus habitantes e cada parte da cidade assume características que expressam seus próprios sentimentos peculiares*. Como resultado, o que no início era uma simples distribuição geográfica torna-se um bairro, ou seja, uma localidade com seus próprios sentimentos, tradições e história. Dentro dela, de certa forma, a continuidade dos processos históricos é mantida onde o passado é imposto ao presente e *a vida de cada localidade se desenvolve com seu próprio ritmo, mais ou menos independente do grande círculo da vida e dos interesses que a cercam* (PARK, 1998[108], p. 04, grifos nossos).

Um organismo, como no caso da cidade, possui um comportamento altamente dinâmico, comportamento esse que não pode ser reduzido tão somente pela sucessão causal, na medida em que denota processos temporalmente emergentes e probabilísticos.

---

[107] A primeira versão do texto cotinha uma perspectiva institucional da Cidade que desembocava num mecanicismo demasiado estreito. Porém, na versão de 1925, Park radicalmente alterou a sua compreensão da Cidade por uma perspectiva organísmica, portanto, mais dinâmica. Isso pode ser observado, por exemplo, não somente na versão que compõe a obra de Otávio Velho, "*O fenômeno urbano*" (1976), nem na mais recente tradução que compõe a coletânea de textos traduzidos e organizados por Licia do Prado Valladares, em 2018, sob o título "*A Sociologia Urbana de Robert E. Park*", ambas contento a perspectiva institucional. Na versão americana, de 1925, e na versão espanhola, de 1998, a perspectiva organísmica, por sua vez, está explícita nas primeiras páginas dos textos. Para maiores detalhes acerca das mudanças substanciais realizadas por Park no seu texto seminal, ver também o texto de Pierre Lannoy, "*When Robert E. Park was (re)writing* "*The City*": *biography, the social survey and the Science of sociology*", publicado em 2004.

[108] No original: "el transcurso del tiempo cada sector, cada barrio, adquiere algo del carácter y de las cualidades de sus habitantes y cada parte de la ciudad asume rasgos que expresan sus sentimientos peculiares. Como resultado, lo que al principio era una simple distribución geográfica se convierte en un vecindario, es decir, en una localidad con sentimientos, tradiciones e historia propia. En su interior, de algún modo, se mantiene la continuidad de los procesos históricos donde el pasado se impone sobre el presente y la vida de cada localidad se desenvuelve con un ritmo propio, más o menos independiente del gran círculo de vida e intereses que la rodea".

Conforme a cidade vai se diferenciando espaço-temporalmente, como na citação acima de Park (1998), lógicas temporais específicas vão compondo cada estrato das organizações locais. Nesse sentido, muitas vezes quando Park alude às "cidades", ao invés de à "cidade", o autor está justamente ressaltando a coexistência e a coevolução de temporalidades distintas, apesar, é claro, de serem percebidas diferentemente no âmbito do fenômeno social — diga-se de passagem, o autor visualizava uma totalidade composta por temporalidades distintas (qualidade, ritmo e duração) em diferentes camadas da realidade social, percebida diferentemente no âmbito do fenômeno social.

Para compreendermos mais claramente a concepção organísmica da cidade conforme a perspectiva sociológica de Park (1998), devemos ter em mente que a *pluralidade temporal* que compõe os diversos estratos da mesma não se mostra como o único vetor explicativo da cidade. Conforme os efeitos sociais da Primeira Guerra Mundial, com a adição da internalização e da externalização do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, foram deixando as suas marcas no contexto de vivência do autor, a própria *estabilidade dinâmica* também se mostrou urgente para a razão de ser da *Teoria da Ecologia Humana*. Afinal, se tal característica tende a estar associada às sociedades moderna e contemporânea, em razão de ambas reproduzirem constantemente as suas estruturas sociais como consequência da pressão por crescimento, inovação e aceleração social, a cidade de Chicago, por efeito, denotou que

> Qualquer mecanismo que facilite o comércio e a indústria *abre o caminho para uma maior divisão do trabalho e, portanto, tende a especializar mais as tarefas nas quais os homens encontram sua vocação*. O resultado deste processo é a quebra ou modificação da antiga ordem social, daquela forma de organização econômica baseada em laços familiares, associações locais, cultura, casta e status, para dar lugar a *uma organização baseada na ocupação e interesses profissionais* (PARK, 1998, p. 09[109], grifos nossos).

Podemos notar, conforme a citação de Park (1998), que a tendência de se dinamizar daquelas duas tipologias de sociedade também compôs um dos motes investigativos de seu empreendimento sociológico, visto a pressão econômica, política e científico-tecnológica estar refletida, de modo relativamente autopropulsionado, nos

[109] No original: cualquier mecanismo que facilite el comercio y la industria prepara el camino para uma adicional división del trabajo y, así, tiende a especializar en mayor medida las tareas em las cuales los hombres hallan su vocación. El resultado de este proceso es la ruptura o modificación del viejo orden social, de aquella forma de organización económica basada en los lazos familiares, en las asociaciones locales, en la cultura, en la casta y el status para dar paso a uma organización que se fundamenta en la ocupación y en los intereses vocacionales.

Estados Unidos, de um modo geral, e na cidade de Chicago, de um modo específico, durante o entreguerras. Nesse sentido, se olharmos mais atentamente, a alusão que Park (1998) faz acima denota que a divisão do trabalho, então, mostra-se como uma forma de racionalizar (e integrar[110]), mediante a especialização das ocupações e dos interesses profissionais, a intrincada relação entre a *aceleração-positiva e a aceleração-negativa do tempo social*, na medida em que o movimento daquele *locus* societário, a cidade de Chicago, produz uma maneira de continuar adaptando-se às influências externas até o seu interior.

A tensão entre os dois tipos de comportamento do *tempo social*, quer dizer, entre a entre a *aceleração-positiva* e a *aceleração-negativa do tempo social*, conforme Park (1948b, 1998), não se mostrou de todo modo localizada, isolada em um âmbito da cidade. Cairíamos, assim, numa interpretação equivocada em relação à compreensão da cidade como um organismo composto por partes interdependentes. Isso pode ser observado claramente pelos efeitos emergentes daquela entidade corpórea, isto é, da cidade de Chicago, os quais se mostraram urgentes para o desenvolvimento da *Teoria da Ecologia Humana*. Como a cidade é composta, pelo ponto de vista de sua *"sucessão*", por uma série espaço-temporal de mudanças *emergentes* que se reforçam mutuamente, as *partes* que compõe o *todo,* indicam que

> [...] um aumento de população em qualquer ponto dentro da área urbana, é inevitavelmente refletido e sentido em todas as outras partes da cidade. *O grau em que um aumento de população em uma parte da cidade é refletido em todas as outras partes*, depende grandemente do tipo de sistema de transporte" (PARK, 1948b, p. 129-130, grifos nossos).

Se pegarmos como exemplo tanto as zonas industriais quanto as zonas do comércio da cidade de Chicago, à luz da citação anterior de Park (1948b), podemos notar que a mobilidade social daquele contexto societário promulga um *todo* com fronteiras plásticas, que se estabelece conforme a interrelação das *partes* e, mais ainda, das atitudes dos indivíduos, como fenômenos emergentes, perpetrados ao longo do tempo e do espaço. Ao olharmos pelo viés sistêmico, por exemplo, de algo que se *auto-organizou* — mesmo naquele momento —, a cidade se mostra:

> Antes um produto de forças naturais, *estendendo as suas próprias fronteiras mais ou menos, independentemente dos limites que foram impostos para fins políticos e administrativos*. Isto tornou-se um fato a tal ponto reconhecido, que em qualquer estudo aprofundado sobre a cidade, quer como unidade

[110] Algo claramente debitário da *função* — no sentido durkheimiano — integradora da divisão do trabalho, a qual ocorre mediante a diferenciação do social (HELMES-HEYNES, 1987; SOARES, 2016).

> econômica, quer como unidade social, *verifica-se a necessidade de levar em conta mais as suas fronteiras naturais do que as oficiais* (PARK, 1948b, p. 129, grifos nossos).

A observação de Park (1948b) acima, ademais, pode ser mais bem compreendida se levarmos em consideração, para além dos transportes como fomentadores da mobilidade social, os efeitos temporais levados a cabo pela *estabilidade dinâmica* da realidade social de seu tempo, assim como a *auto-organização* da cidade, na qualidade de um sistema com fronteiras plásticas, mas composta por partes interdependentes, tendo as suas operações orientadas para si mesma, pois não pode atuar para além dos seus limites — como também ressalta o sociólogo sistêmico Rudolf Stichweh (1997). Quando combinados aqueles dois elementos, podemos ver na *Teoria da Ecologia Humana* de Park que "a luta das indústrias e das instituições comerciais por uma localização estratégica *determina*, no decorrer do tempo, *os principais contornos da comunidade urbana"* (PARK, 1948a, p. 28). Fica visível, assim, a existência de uma realidade urbana, sob a forma de um organismo, subordinada por forças contrárias, *tempos sociais* distintos que se atravessam, perpetuando a cidade de Chicago como um ambiente espaço-temporalmente diferenciado.

Diante de tais circunstâncias, a *aceleração-positiva do tempo social* suscitou "o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, que permitem ao indivíduo distribuir sua atenção e viver em mundos diferentes ao mesmo tempo", pois, "*tende a destruir a permanência e a intimidade do bairro*" (PARK, 1998, p. 6, grifos nossos). Mais especificamente, podemos observar que a *aceleração-positiva do tempo social* contribuiu para a obsolescência de processos sociais pretéritos e indeterminação futura deles, de lógicas sociais locais, em razão de a intensificação retroalimentativa entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento do ritmo da vida social, sobretudo na cidade de Chicago. Uma vez mais, isso pode ser vislumbrado quando o autor afirma, de modo categórico e com base na sua experiência daquele *locus* societário, que "o telégrafo, o telefone, o jornal e o rádio, convertendo o mundo numa vasta galeria de sussurros, *dissolveram as distâncias e transpuseram o isolamento que separava as raças e os povos*" (PARK, 1948b, p. 137, grifos nossos).

Entretanto, como forma de conter os efeitos negativos da *aceleração-positiva do tempo social*, a cidade de Chicago também produz maneiras de "frear", ou pelo menos, de lidar com àquela primeira tendência por meio de mecanismos de *aceleração-negativa*, quais sejam, a *opinião púbica, a competição e a dominância*. Essas duas últimas, aliás,

apesar de parecerem catalisar ainda mais a instabilidade da realidade urbana, particularmente a mudança e o desequilíbrio sociais, na verdade não o fazem, pelo menos não num sentido de pura *desordem social* (PARK, 1948c, 1998). A opinião pública, por exemplo, mostra-se

> *como forma de controle social* [...] *nas sociedades fundadas em relações secundárias, sendo o principal tipo as grandes cidades*. Nesses, *cada grupo social cria seu próprio ambiente e, conforme o ambiente se torna estável, os costumes tendem a se adaptar às condições assim criadas*. Em grupos secundários e na cidade, a moda desloca os costumes e a opinião pública se torna a força dominante para o controle social (PARK, 1998[111], p. 26, grifos nossos).

Notemos na citação de Park (1998), para além da questão da moda, que a opinião pública se mostra como um freio, um mecanismo capaz de estabilizar e diferenciar, mesmo que com variações nos diferentes estratos da cidade, tanto a tendência acelerativa quanto os diversos comportamentos sociotemporais emergentes. Na realidade, a opinião pública como mecanismo "*desacelerativo-reativo*" — a qual também possui, em certo sentido, traços de *técnica* e de *tecnologia,* pois basta evocarmos a sua coexistência com as notícias como meios comunicativos e com as estratégias dos jornais em relação à representação dos eventos na cidade de Chicago — possui a sua razão de ser, cremos, justamente porque tem ao seu dispor um ambiente balizado pela *competição* e pela *dominância*. Desse modo, a sua capacidade de *reagir* às pressões sociotemporais da realidade social enseja, com o auxílio daqueles dois mecanismos, o equilíbrio *biótico* da cidade. Vejamos duas considerações de Park (1948a) que vão ao encontro desse raciocínio. O primeiro diz o seguinte:

> Aquilo que, mais do que qualquer outra coisa, dá à comunidade simbiótica o caráter de um organismo, é *o fato de possuir ela um mecanismo [competição] para: 1) regular o número e 2) preservar o equilíbrio entre as espécies competidoras que a compõe. É mantendo o seu equilíbrio biótico que a comunidade preserva sua identidade e integridade como unidade individual* através das variações e vicissitudes a que está sujeita no curso de sua passagem da mais primitiva à última das fases da sua existência (PARK, 1948a, p. 24, grifos nossos).

Já a segunda consideração de Park (1948a) aponta o que se segue:

> *O princípio da "dominância", operando dentro dos limites impostos pela topografia e pelos outros aspectos naturais, tende a determinar o padrão geral*

[111] No original: Como una forma de control social, la opinión pública ha llegado a ser importante em sociedades fundadas en relaciones secundarias, cuyo tipo principal son las grandes ciudades. En ellas cada grupo social va creando su propio ambiente y, en la medida em que éste se vuelve estable, las costumbres tienden a acomodarse a las condiciones así creadas. En los grupos secundarios y en la ciudad, la moda desplaza a la costumbre y la opinión pública se convierte en la fuerza dominante para el control social.

> *ecológico da cidade* e a relação funcional de cada uma das diferentes áreas da cidade para com todas as outras. *A "dominância" é*, além disso, *na medida em que tende a estabilizar a comunidade biótica ou a cultural, indiretamente responsável pelo fenômeno da sucessão*. O termo "sucessão" é usado pelos ecólogos para descrever e designar *a sequência ordenada de mudanças através das quais uma comunidade biótica passa, no curso de seu desenvolvimento, de um estádio primário e relativamente instável, a um estádio relativamente permanente ou de clímax* (PARK, 1948a, p. 29, grifos nossos).

Se olharmos mais atentamente, podemos notar nas duas citações de Park (1948a) que a cidade, na *qualidade de uma espécie de organismo*, como também *relativamente de um sistema*, mesmo estando envolvida pela tensão temporal entre as tendências de *aceleração-positiva* e *aceleração-negativa*, tende mais à estabilização — não no sentido da pressão societal por crescimento, inovação e aceleração social (estabilização dinâmica), mas em um sentido de constância e harmonia social — e mesmo à ordenação dos processos sociais *evolutivamente*. A *sucessão*, assim, que poderia ser tomada, em certo sentido, como *sinônimo predecessor* das contemporâneas ideias de *complexidade* — a qualidade crescente das sociedades moderna e contemporânea, ligada ao constante movimento de expansão a partir de si mesmas (inflação), produzindo diferenciação funcional, envolvendo tanto unidade quanto multiplicidade, pois refere-se a uma diversidade de elementos e relações —, e de *evolução* — a capacidade de uma unidade de sentido em reagir *vis-à-vis* às irritações daquilo que a circunda (ambiente), para gerenciar e mesmo alterar suas estruturas —, diz respeito a uma concatenação de acontecimentos com cada vez mais uniformidade, que contribui para a própria sobrevivência da cidade: *maior organização e diferenciação urbana*. Isso fica nítido, uma vez mais, se observamos que "as cidades, *especialmente as cidades grandes onde têm sido maior a seleção* e a *segregação das populações*, demonstram certas características morfológicas que não são encontradas em menores agregados de população" (PARK, 1948b, p. 128, grifos nossos). Em outros termos, a *sucessão* não é uma mera sequência ordenada porque um observador externo está dizendo que o é, mas é ordenada, operativa e estruturalmente, pela própria cidade em relação ao *seu sistema biótico*. Se existe tensão temporal, então, a cidade busca sempre voltar-se para o seu próprio equilíbrio espaço-temporal, operacional e estrutural. Portanto, a cidade tende a *reagir* com maior prontidão, por obra de seu processo evolutivo, ao risco de desintegração social que a tendência da *aceleração-positiva do tempo social* promulga na maioria das vezes.

Como dito no início desta seção, a *Teoria da Ecologia Humana* de Park (1948a, 1998) também busca implicar na realidade social e urbana um tipo de *discurso científico* cuja orientação teórico-prática é capaz de retroagir sobre a mesma. Mesmo que a cidade

funcione como uma espécie de organismo que se *auto-organizou,* reagindo, assim, às influências externas mediante o seu reequilíbrio interno, isto é, na (re)ordenação dos processos sociais que efetua — obviamente por um movimento *reflexivo* —, o empreendimento levado a cabo por Park almeja contribuir, ainda que limitado pela dimensão probabilística dos fenômenos sociais, para a condução da *ordem social*, especificamente para a relativa estabilidade e permanência dos processos sociais e mesmo a determinação futura deles. Na verdade, Park (1948b) também propõe, para além desse ideal científico, uma outra compreensão acerca da natureza da *teoria sociológica*. Conforme o autor, se por um lado,

> *O interesse do sociólogo na Ecologia Humana reside na relação do homem para com os outros homens, como se verifica nos padrões definidos e típicos que a população assume em áreas naturais*. *Na medida que pode ser definida a estrutura social em termos de posição, e as mudanças sociais em termos de movimento de população, os fenômenos sociais são sujeitos a medição matemática.* O crescimento da cidade não é questão de mera agregação de pessoas, mas compreende mudanças na área central de comércio, que se refletem em todas as partes da cidade, multiplicação de profissões e aumento de valores de terreno, sendo tudo isso mensurável em termos de mobilidade de população. *As desordens sociais, tais como violências da turba, podem ser medidas em termos de pessoas e de metabolismo social ou pela assimilação dos recém-chegados à ordem social existente* (PARK, 1948b, p. 141, grifos nossos).

Por outro lado, então,

> *Tal esquema de descrição e explicação dos fenômenos sociais se pudesse ser levado a efeito sem demasiada simplificação dos fatos, certamente seria uma solução feliz para os problemas fundamentais, lógicos e epistemológicos da Sociologia.* Reduzindo todas as relações sociais a relações de espaço, *será possível aplicar às relações humanas a lógica fundamental das Ciências Físicas. Os fenômenos sociais seriam reduzidos aos movimentos elementares dos indivíduos*, da mesma forma que os fenômenos físicos, a ação química e as qualidades da matéria, calor, som e eletricidade são reduzidos aos movimentos elementares de moléculas e átomos (PARK, 1948b, p. 136, grifos nossos).

Notemos nas duas citações acima, de Park (1948b), que tanto a sua concepção de *ciência* — um tipo de discurso (comunicação) cuja orientação teórico-prática sistematiza, atualiza, falseia a dinâmica social, retroagindo sobre ela — quanto de *teoria sociológica* — articulação teórico-prática entre proposições, conceitos e generalizações que formam, por efeito, um sistema capaz de sair da dimensão puramente teórica e retroagir sobre a realidade social — se propõem (*i*) a verificar e sistematizar o funcionamento da realidade urbana para, posteriormente, (*ii*) estabelecer um modelo capaz de alvidrar, de um ponto de vista relativamente formal, os comportamentos que os fenômenos sociais podem suscitar, até mesmo quando entram em tensão sociotemporal.

A possibilidade de verificar os "padrões" da população permite teórico e praticamente que os elementos que compõem a estrutura social, como os indivíduos, grupos e instituições, revelem uma configuração societária específica de relações ordenadas para reverter, quando necessário, os posicionamentos desfavoráveis ao equilíbrio *biótico*, como no caso da *aceleração-positiva do tempo social*. O *equilíbrio biótico*, de modo subjacente, é percebido por Park não como um mero conceito, no sentido de apenas dar vitalidade explicativa ao modelo teórico em questão, mas como um *aporte metodológico-conceitual* que indica e acopla metodicamente a própria compreensão da realidade urbana que se mostra, obrigando-o a encarar o "metabolismo[112]" social, por exemplo, como uma capacidade adaptativa (sobrevivência) da própria cidade, passível de manipulação e, no limite, de melhoramentos no que tange a perturbação da ordem social existente. Como efeito, a *reflexividade* atinente a todo esse processo, conforme o empreendimento teórico-prático de Park (1948c), que permite a percepção especializada de transformações da realidade social e o agir sobre tais transformações, seria útil ao desenvolvimento da Sociologia, tornaria mais consistente o seu estatuto lógico-epistemológico, pois assim tal tipo de conhecimento estaria articulado para com as mudanças da realidade social, bem como se portaria melhor em relação às mesmas.

Diante de circunstâncias sociotemporais justapostas e de processos sociais paradoxais, a cidade de Chicago foi explicada, representada e descrita, conforme o empreendimento teórico-prático de Robert Ezra Park (1948c, 1998), como uma realidade *espaço-temporalmente diferenciada*, na qual múltiplos *tempos sociais* se entrecruzavam e se (auto)interferiam, formando, assim, um contexto societário com fortes traços *bióticos*. Esse último, aliás, é constituído pelos *mecanismos evolutivos* da *opinião pública, competição e dominância* que atuam, quando necessário, para reverter a possibilidade de *desordem social* em detrimento da sua sobrevivência, ou seja, da ordenação ou concatenação dos fenômenos sociais que se desenrolam no interior da própria cidade.

[112] A dimensão metabólica, portanto, adaptativa de unidades *autorreferentes* e *auto-organizadas* em relação às irritações daquilo que as circundam, como um meio ambiente, foram amplamente discutidos em "*The Embodied Mind*: *cognitive Science and human experience*", escrito em 1991, por Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch. Além disso, tal dimensão metabólica, quando observada à luz do processo evolutivo do sistema, é completada pela sua contraparte, isto é, por aquilo que Konrad Werner (2020) chamou de "meta-metabolismo": processos sistêmicos que, mediante as trocas energéticas e materiais com o meio, contribuem e ampliam a cognição da unidade discreta, reforçam a singularidade das suas seleções e operações para consigo mesma.

No entanto, apesar da cidade possuir uma certa autonomia funcional e operativa, em razão de apresentar traços de um organismo *autorreferente e auto-organizado,* Park (1948a, 1998) também considerou sociologicamente oportuna a aplicação de uma investigação que auxiliaria e, acima de tudo, conduziria os processos de equilíbrio *biótico* entre as *comunidades* que constituem a realidade social e urbana. Uma vez perturbado tal equilíbrio *biótico*, em que sublinhamos os espasmos sociotemporais promulgados pelo entreguerras e, mais especificamente, pela interrelação do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, a *Teoria da Ecologia Humana* se colocaria ao dispor das instituições sociais. Não somente para assegurar, mediante o auxílio de um discurso científico capaz de ensejar possíveis ações e coordenações institucionais, a importância da reciprocidade como meio pelo qual os indivíduos se ajustam às circunstâncias e estabilizam suas relações sociais, mas também para atenuar os efeitos negativos da *aceleração-positiva do tempo social*. Ao longo da nossa análise e mediante à *Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, isso ficou evidente no modo como o autor delineou a sua *Teoria da Ecologia Humana*. Trata-se, portanto, consoante a nossa interpretação dos comentários de Jim Faught (1986), de um empreendimento teórico-prático que expõem *a tensão dialética entre estabilidade e instabilidade urbanas.*

## 5.4. Talcott Parsons e o Estrutural-Funcionalismo: o equilíbrio e o desequilíbrio sistêmico perante os comportamentos do tempo social

Ao levarmos em consideração o contexto social dos Estados Unidos por efeito das duas Grandes Guerras Mundiais, em particular, a tensão sociotemporal que boa parte do país experenciou, a figura de Talcott Parsons mostra-se incontornável no que se refere ao reexame e mesmo à revisitação de teorias sociológicas que refletiram aqueles dois eventos. Basta lembrarmos que Parsons, de acordo com Bryan Turner (1991), não somente foi o sociólogo mais lido nos Estados Unidos nas três décadas subsequentes à publicação de "*The Social System*", em 1951, mas também um dos autores que mais incorporou em seu modelo teórico as metamorfoses do contexto social estadunidense e internacional, mediante um empreendimento científico que ambicionava delinear os fundamentos axiomáticos, epistemológicos e metodológicos da Sociologia, sob a rubrica de Estrutural-Funcionalismo[113] (ROCHER, 1976; JOAS e KNÖBL, 2017; COSTA,

[113] O Estrutural-Funcionalismo de Parsons, como apontaram Rodrigues (2000), Guedes e Vinhas (2021), compreendia os *sistemas* (*sociais*) como "*abertos*" — num sentido que *se assemelhava* ao sistema de Bertalanffy —, possibilitando serem descritos por um observador externo como unidades em que a *função*

2020). Aliás, como bem salientou Jeffrey Alexander (1981), caem por terra as leituras apressadas que atribuíram e/ou atribuem a Parsons uma excessiva preocupação com a *ordem social*, no sentido de ignorar a *mudança social*, mesmo aquelas em seu contexto de vivência.

Desde a publicação da obra "*A Estrutura da Ação Social*", em 1937, Parsons sempre buscou salientar, como ponto de partida lógico de todo o seu empreendimento sociológico, a necessidade de um aprofundamento e mesmo uma ressemantização da noção de "*ação*", anteriormente cunhada por Max Weber, como também uma crítica à noção de "*ação*" subjacente ao Utilitarismo — deveras racional e atomista. Desse modo,

---

(*dimensão dinâmica e temporal*), teleologicamente, era consequência da *estrutura* (*dimensão estática e espacial*), cujo fim era a manutenção do sistema. Porém, é mister aprofundarmos um pouco mais a ideia de sistemas "*abertos*" em Parsons para que evitemos alguns equívocos epistemológicos. Na realidade, Parsons (1966, 1969, 1970b) sempre ressaltou que os diversos sistemas existentes na realidade social, mesmo que mantenham entre si relações de interdependência e de complementariedade (*interpenetração*), possuem distintas lógicas internas, não podendo ser mutuamente redutíveis (ROCHER, 1989). Apesar de Parsons não ter exposto a sua compreensão dos *sistemas sociais* como *fechados*, eles possuíam características análogas, justamente por assegurarem, em relação a si mesmos, a manutenção das suas fronteiras, evitando serem confundidos com o seu ambiente. Caso fosse ao contrário, isso simplesmente anularia a existência de tais unidades de ordem dinâmica. Além disso, devemos ressaltar que a compreensão sistêmica de Parsons era diretamente debitária dos avanços da Cibernética, cuja compreensão era de *sistemas fechados*, autorreferentes, totalmente distinta da ótica de Bertalanffy: duas perspectivas que não reconheciam a existência uma da outra. Por isso, dissemos que a compreensão do sociólogo americano acerca dos *sistemas* (*sociais*) "*assemelhava-se*" à perspectiva daquele biólogo, do ponto de vista do observador externo. A perspectiva sistêmica de Bertalanffy foi uma tentativa de responder a uma aporia no *pensamento termodinâmico*, o qual defendia que um *sistema físico* tende a *aumentar o seu processo de desordem* (*entropia*) à medida que a *dissipação térmica* (*energia*) continua — e nunca pode ser, assim, *recuperada*, *revertida*, algo totalmente oposto à ideia de *evolução*. De forma mais específica, na "Segunda Lei da Termodinâmica", esboçada pelo matemático Sadi Carnot (1796-1832), em 1824, e aprimorada pelo físico Rudolf Clausius (1822-1888), em 1865, podemos observar que a *entropia* (do grego, *en* [em]; *trope* [transformação]) é "uma grandeza que aumenta implacavelmente com a dissipação e atinge seu valor máximo quando todo o potencial de executar está esgotado" (COVENEY e HIGHFIELD, 1993, p. 133). Uma energia, segundo a "Segunda Lei da Termodinâmica", nunca mais pode ser recuperada ao ser despendida e, assim, o aumento da *entropia* — como medida de capacidade de mudança — indica a direção do tempo (presente —> futuro). Bertalanffy (1975) defendeu, ao contrário das considerações da *termodinâmica*, que os *sistemas vivos* manter-se-iam trocando *matéria e energia com o meio ambiente*, mantendo-se, mesmo assim, como um *sistema* "quase em equilíbrio", sem causar nenhum problema à sua *evolução*. Nas palavras do autor, "compreendemos imediatamente, porém, que pode haver sistemas em equilíbrio no organismo, mas que o organismo enquanto tal não pode ser considerado um sistema em equilíbrio. *O organismo não é um sistema fechado, mas aberto.* Dizemos que um sistema é "fechado" se nenhum material entra nele ou sai dele. É chamado de "aberto" se há importação e exportação de matéria" (BERTALANFFY. 1975, p. 167). Vejamos que do ponto de vista *sistêmico*, a proposta de Bertalanffy (1975) não levou em consideração, por óbvio, a ideia de *informação*. Foi justamente com a segunda perspectiva, a da Cibernética, que àquela última e a noção de *sistema* avançaram epistemologicamente ainda mais. De acordo com Rodrigues (2006, p. 56), "essa nova forma de conceber um sistema (*feedback* ou auto-organizado) admite a troca de matéria e de energia apontada por Bertalanffy, porém, concebe o sistema de forma fechada em termos de operacionalidade. O avanço teórico, em termos sistêmicos, desenvolvido pela Cibernética, com os conceitos de *feedback* e auto-organização, é que o fechamento do sistema não se trata do estancamento de qualquer tipo de troca com o meio (incorporação de matéria/energia), mas um fechamento operacional (informacional) em termos da dinâmica de seus componentes". Enfim, a compreensão sistêmica de Parsons não incorporou, de fato, a discussão que estava sendo produzida, do outro lado do Atlântico, por Bertalanffy (RODRIGUES, 2006, 2014b, 2017a).

Parsons (1969) defendeu que "*ação*" deve ser compreendida como o produto da conduta humana[114] motivada e inspirada por padronizações socialmente significadas, quer dizer, é um fenômeno que sucede da tensão entre normas e valores, componentes objetivos e subjetivos (ALEXANDER, 2000). Tal tensão, ademais, não somente possibilita um modo de relação socialmente organizado, a *interação social*, a qual é composta por uma pluralidade de atores sociais com posições determinadas, desempenhando papéis prescritos por normas sociais. Fundamentalmente, também enseja uma compreensão do funcionamento da sociedade como um *sistema* (PARSONS, 1966; RODRÍGUEZ e ARNOLD, 1999).

Na perspectiva de Parsons (1966), como também nos lembra William Skidmore (1976), compreender a sociedade como um *sistema* está diretamente ligado ao "*problema da ordem social*", isto é, a existência interativa e recíproca do fenômeno social enquanto tal, seguindo caminhos seguros, estabelecidos pelo sistema normativo: trata-se de uma "[...] ordenação seletiva das possibilidades de orientação" (PARSONS, 1966, p. 27[115]). Uma "*cultura*" que assegura e é assegurada pelo compartilhamento de normas e valores comuns, sob a forma de *expectativas institucionalizadas* que sustentam a perpetração das ações sociais. Mesmo que a *institucionalização*, como lógica inerente das sociedades modernas e complexas, assegure as normas, valores e ideias que exercem controle direto sobre as ações levadas a cabo na vida em sociedade, faz-se necessário uma *coordenação* entre os diferentes *contextos* da realidade social, entendida como um *espaço tetradimensional* (PARSONS, BALES e SHILS [1953] 1970a). Tais contextos sociais, se apresentam como o *espaço lógico e relacional* de todos os possíveis elementos da ação, correspondendo aos quatro *subsistemas de ação*: *o organismo, a personalidade, o social e o cultural*.

Cada um dos *subsistemas de ação* está incumbido de resolver, constantemente, problemas relativos ao funcionamento *equilibrado* da sociedade. Respectivamente, (A) *adaptação* às condições situacionais que surgem da relação entre o sistema e o ambiente, correspondendo ao componente estrutural dos *papéis*; (G) *consecução de objetivos* fundamentados na complementariedade das metas individuais, correspondendo ao componente estrutural das *coletividades*; (I) *integração* das distintas unidades de ação,

[114] Não podemos esquecer, num sentido emergente, que "*ação*" faz parte do processo relacional entre as distintas "unidades-ato" (*unit-acts*), na medida em que essa última envolve, ao mesmo tempo, os fins visados por determinados atores sociais, que podem ser tanto um indivíduo quanto uma coletividade, numa determinada situação, incluindo a si mesmos ou outros atores sociais como objetos.
[115] No original: "una ordenación selectiva de las posibilidades de orientación".

correspondendo ao componente estrutural das *normas*; (L) *latência* de motivações que deverão sempre se renovar incessantemente, correspondendo ao componente estrutural dos *valores* (PARSONS, 1969; PARSONS e BALES, [1953] 1970a; ROCHER, 1976, 1989). Ambos os quatro *subsistemas sociais*, juntamente com os seus respectivos *imperativos funcionais*, devem estar em íntima sincronia — sob a forma de uma órbita circular que delimita todas as possibilidades de ação/vivência — para que o fenômeno social continue equilibrado, ordenado. Por esse motivo, Parsons (1966) salientou uma *hierarquia cibernética* entre tais *subsistemas sociais* como uma espécie de princípio que sincroniza o intercâmbio entre *ordem e mudança sociais*. Em outras palavras, tal *hierarquia cibernética* equivale à retroalimentação entre *controle* (*informação*) *e condicionamento* (*energia*) *sociais*.

Se considerarmos a noção de "circularidade operativa" entre o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, principalmente no período intelectual mais conhecido e mais sistemático, presente em "*The Social System*" ([1951] 1966[116]), constataremos que Parsons sempre salientou, implícita ou explicitamente, *a tendência constante a uma maior complexidade e diferenciação estrutural* tanto na realidade social norte-americana, em particular, quanto na realidade social do Ocidente, em geral (SMELSER, 1959; PARSONS, 1968, 1974). Todavia, mesmo que essa tendência seja acompanhada de uma maior capacidade de *readaptação*[117] (*evolução*) por parte do *sistema social*, na medida em que é capaz de reag ir aos dissabores da sua disfuncionalidade, inclusive na sua relação com os demais *subsistemas sociais*, tais como

[116] Sabemos da importância das chamadas "variáveis-padrão" [*pattern variables*] nessa obra, porém, dado os avanços no pensamento de Parsons, elas não serão contempladas na presente análise.

[117] A capacidade de *readaptação* por parte do *sistema* (*social*), no pensamento de Parsons (1966), está diretamente ligada à noção de "*homeostase*" indiretamente formulada por Vilfredo Pareto (1932) no seu *Trattato di Sociologia Generale*, cuja primeira versão, escrita em italiano, saiu em 1916, conforme demonstrou Rodrigues (2013). Para esse autor, o conceito de *homeostase* (equilíbrio sistêmico) não deve ser entendido como algo que, erroneamente, adveio da Fisiologia, sobretudo através dos fisiologistas Lawrence Joseph Henderson e Walter Bradford Cannon. Assim, em relação a Pareto, Rodrigues (2013) argumenta o seguinte: "quando se analisa a sua noção de sistema, à luz dos avanços que *a ciência obteve sobre esse conceito*, é possível constatar que Pareto estava apresentando uma *perspectiva extremamente sutil e inovadora*. [...] Os sociólogos não perceberam que a proposta sistêmica de Pareto poderia conter uma *renovada fundamentação epistemológica do próprio conceito de sistema*, o qual veio à luz, certamente com a contribuição de suas ideias, algumas décadas depois. […] A ideia de *unidade sistêmica*, aproximadamente duas décadas mais tarde da publicação do *Tratatto*, foi fundamental para que *a Fisiologia entendesse os sistemas biológicos como unidades autorreguláveis* e, mais, entendessem tais *sistemas como sistemas* complexos no sentido de que seus elementos são correlacionais, ou seja, a alteração de qualquer um dos elementos que compõe o sistema implica, simultaneamente, a alteração (randômica) de vários outros elementos. [...] Assim, verifica-se que o fundamento epistemológico da ideia de equilíbrio-desequilíbrio/retorno-ao-equilíbrio (portanto, o conceito de *homeostase* cunhado por W. Cannon) já estava presente nos textos de Pareto, inclusive, de modo quase idêntico ao proposto por W. Canon" (RODRIGUES, 2013, p. 167-174, grifos no original).

*a cultura, a personalidade e o organismo*, Parsons (1966, [1961] 1968, 1970b) nunca deixou de levar em consideração, da mesma forma, que o comportamento do *tempo social* pode proporcionar momentos de *desequilíbrio sistêmico, momentos relativamente desintegrativos* (FANELLI, 1986; CARDOSO, 2011).

A tensão entre *equilíbrio e desequilíbrio sistêmico*, a qual também pode ser vista, respectivamente, como *aceleração-negativa e aceleração-positiva do tempo social*, denota que o *sistema social*, juntamente com o encadeamento que estabelece entre os demais *subsistemas sociais* (*cultura, personalidade* e *organismo*), tem um ritmo próprio que urge por sincronização. Principalmente no que tange ao seu funcionamento adequado e à reprodução daquilo que pode ser chamado de "sociedade". O *sistema social*, assim, não pode "avançar demais" ou "retroceder demais" aos estímulos e aos processos sociais desencadeados pelos demais *subsistemas*, pois isso pode gerar, por exemplo, comportamentos sociais desviantes, tal como a internalização de normas e valores de modo precário; a dissonância entre os papéis sociais; e, principalmente, a inviabilidade de expectativas sociais calcadas em normas e valores, o que acarreta na dificuldade dos indivíduos (re)agirem em relação aos eventos sociais futuros (PARSONS, 1966, 1974). Manter o *equilíbrio* (*integração*) ou "manter seus limites" em relação às irritações do ambiente é, portanto, do ponto de vista espaço-temporal do *sistema social*, manter a constância de seu *padrão*, conservar diretrizes seguras para eventuais necessidades de manutenção — algo assegurado, em grande medida, pelos *mecanismos de socialização e controle social*.

Ao levarmos em consideração os comportamentos que o *tempo social* pode suscitar na realidade social, seja a *aceleração-positiva*, seja a *aceleração-negativa*, cremos que existem efeitos *sociotemporais* na formação sistêmica que devem ser mais bem averiguados, trazidos à baila conforme o nosso intento de pesquisa em relação à *Teoria dos Sistemas Sociais* de Parsons. Exatamente porque parecem ir ao encontro do modo como Parsons (1966, 1969, 1970b) sinalizou que o comportamento do *tempo social*, dependendo da sua intensidade, pode tanto gerar *equilíbrio* quanto *desequilíbrio sistêmico*, sendo esse último, em alguns casos, prejudicial ao funcionamento do *sistema social*. Algo que Parsons, na realidade, acreditava ser gradualmente atenuado conforme à *evolução sistêmica do social*, à medida que a *diferenciação estrutural* e a *integração social* vão suprindo as necessidades adaptativas do fenômeno social ao longo do tempo: implica uma recomposição e multiplicação de unidades sistêmicas, voltadas a assegurar,

conforme o incremento de complexidade social e espaço-temporal, a capacidade de *equilíbrio generalizado* (PARSONS e SMELSER, 1956; ROCHER, 1989).

A realidade social norte-americana de seu tempo, profundamente embebida pelo forte desenvolvimento industrial[118] e pela tensão sociotemporal viabilizada pelas duas Grandes Guerras Mundiais, demonstrou que a *estabilidade dinâmica*, quando olhada pela *perspectiva sistêmica* e *neo-evolutiva*[119], pode ser apreendida, por assim dizer, como o "padrão cultural" da sociedade ocidental, de modo geral, e da sociedade estadunidense, de modo específico (PARSONS, 1974). A *estabilidade dinâmica* toma como parte de seu dinamismo *o desenvolvimento científico e a inovação*, na qualidade de "*auras"* que proporcionam uma certa *estabilidade social,* o mantenimento do *status quo*. Em pelo menos duas considerações de Parsons (1966, 1969) podemos observar essa lógica societária. A primeira diz o seguinte:

> Se a cultura e a estrutura social do mundo ocidental não tivessem se desenvolvido de tal maneira que a investigação científica tivesse se institucionalizado em um padrão distinto de papéis especializados, *a ciência, que afinal não é nada mais do que um corpo de "ideias", não poderia ter adquirido a enorme influência que hoje exerce nos desenvolvimentos sociais, tanto por meio de aplicações tecnológicas quanto por sua relação com as ideologias* (PARSONS, 1966, p. 369, grifos nossos[120]).

Já a segunda, o que se segue:

> *Quando, em certo ponto numa população variada de sociedades, surge um "avanço" no desenvolvimento, o processo resultante de inovação* [*social ou científico-tecnológica*] *sempre se aproximará, segundo penso, de nosso esquema de mudança evolutiva. Esse avanço dá a sociedade um novo tipo de capacidade adaptativa em algum aspecto vital*, de maneira a mudar os termos de suas relações competitivas com outras sociedades no sistema (PARSONS, 1969, p. 44, grifos nossos).

As citações anteriores, de Parsons (1966, 1969), sobre os impactos da investigação científica (mas não somente) na cultura e na estrutura da realidade social ocidental, fazem muito sentido caso formos recordar que os Estados Unidos, por consequência dos dois

[118] O rápido e brutal desenvolvimento industrial nos Estados Unidos foi, de forma gradual, objeto de forte crítica por parte de Parsons, como ressalta Jeffrey Alexander (2001) num sugestivo texto sob o título "*Parsons as a republician critical of industrial society: a new understanding of the early writings*".

[119] Nessa perspectiva, ao contrário do "*evolucionismo clássico*" de Spencer, Comte e, em certo sentido, Durkheim, é defendido que as mudanças sociais não são fruto de trajetórias *unilineares*, nem de estágios pré-determinados, mas de processos sociais *multilineares*, altamente (RUESCHEMEYER, 1977; REZENDE, 2002).

[120] No original: "Si la cultura y la estructura social del mundo occidental no se hubiesen desarrollado de tal manera que la investigación científica se hubiera llegado a institucionalizar en una pauta distintiva de roles especializados, la ciencia, que después de todo no es más que un cuerpo de «ideas», no podría haber adquirido la enorme influencia que ahora tiene sobre los desarrollos sociales, tanto a través de las aplicaciones tecnológicas como de su relación con las ideologias".

conflitos mundiais, comprovaram o seu pleno desenvolvimento social, em que sublinhamos o desenvolvimento econômico, sobre o mundo todo em companhia da expansão e da inovação científico-tecnológica que lhe pertencia. Mais do que isso, Parsons (1966, 1969) está sutilmente querendo chamar a atenção para algo que, em grande medida, é oriundo daquela nação: a investigação científica, juntamente com os efeitos tecnológicos e ideológicos sobre a singularidade da realidade social do Ocidente, é um dos grandes vetores à tendência das sociedades moderna e contemporânea em reproduzirem constantemente as suas estruturas sociais em consequência da pressão por crescimento, inovação e aceleração social. Ainda mais se formos levar em consideração, com efeito, a *ciência* na qualidade de um "discurso", de um "sistema", que possui a orientação teórico-prática de remodelar a dinâmica do social, retroagindo sobre ela e vice-versa, alvidrando, de tal ou qual maneira, a organização e o ritmo da vida social.

Caso formos refletir sistemicamente, ainda, à luz da perspectiva parsoniana, sobre a tendência permanente das sociedades moderna e contemporânea em "reproduzirem" constantemente as suas estruturas, podemos perceber que a *estabilidade dinâmica* demonstra, paradoxalmente, a conservação da sua atividade, ou melhor, o constante esforço do *sistema social* em *afastar-se do equilíbrio total* (da morte), como diria Ilya Prigogine (2011) e o próprio Parsons (1970b). Afinal, a realidade social observada por Parsons, a qual comportava-se como uma espécie sistema que refaz e desfaz, a todo o instante, a sua organização, em consequência da sua aceleração constante, confirma que "a desintegração de tal sistema consiste precisamente no desaparecimento da diferença entre os estados 'internos' e o meio ambiente. Nada mais significa morte no sentido biológico" (PARSONS e BALES, 1970a, p. 87[121]).

Como dito anteriormente, o *sistema social* possui um ritmo interno que é necessário para a sua reprodução, sobretudo ao seu *equilíbrio*, não podendo, em certos casos, "avançar demais". Assim, a *aceleração-positiva do tempo social*, ou o *tempo do sistema social demasiadamente veloz*, se mostra como algo prejudicial, potencialmente desvantajoso para os processos levados a cabo pelo(s) sistema(s), quer no nível das suas *estruturas ativas*, quer no nível das suas *estruturas latentes*. Diante disso, se tomarmos como exemplo os *pré-requisitos funcionais* do sistema, aqueles que asseguram *in actu* a função do sistema e se destinam a responder às necessidades do sistema enquanto sistema, sintetizados pelo famoso *esquema AGIL*, podemos ver o quão prejudicial é a *aceleração*

[121] No original: "La desintegración de un sistema tal consiste precisamente en esta desaparición de la diferencia entre los estados "internos" y el ambiente. No otra cosa significa la muerte en sentido biológico".

*do sistema* à *adaptação* do organismo individual e à *personalidade* dos atores sociais imersos nele. A partir de uma citação extensa, mas crucial, Parsons (1966) afirma o seguinte:

> *Pode-se dizer que os elementos deste tipo de pré-requisitos funcionais começam com os pré-requisitos biológicos da vida individual, tais como a nutrição e a proteção física. Estes tocam nos problemas sutis das condições de estabilidade de personalidade mínima*. Parece estar razoavelmente bem estabelecido que existem condições mínimas de socialização no que diz respeito, por exemplo, à relação entre apoio afetivo e segurança, sem a qual uma personalidade funcional não pode ser constituída. A tarefa atual não é tentar uma análise destes problemas de fronteira, mas apenas esclarecer onde eles estão em relação à teoria do sistema social. *Essas necessidades mínimas dos atores individuais constituem um conjunto de condições às quais o sistema social tem que ser adaptado. Se a variação desta última for muito longe em uma determinada direção, isso produzirá repercussões que, por sua vez, tenderão a dar origem a comportamentos desviantes nos atores envolvidos, comportamentos que são positivamente prejudiciais ou envolvem o abandono de atividades funcionalmente importantes*. Tal necessidade, como pré-requisito funcional, pode ser comparada a uma mola. *Na medida em que esta necessidade não for adequadamente atendida, será necessária mais "pressão" para realizar certos padrões de ação social para atendê-la, e menos energia estará disponível para outros fins. Em certos pontos, para certos indivíduos ou classes de indivíduos, a pressão, então, pode se tornar grande demais e a fonte pode transbordar* — tais pessoas passarão a participar do sistema interativo da personalidade e do sistema social (PARSONS, 1966, p. 47, grifos nossos[122]).

Os *pré-requisitos funcionais* à atividade adequada e equilibrada do sistema, apesar de possuírem qualidades distintas, de atender diferentes necessidades, estão em íntima relação. Não podem existir nem se desenvolver de forma plenamente isolada, porquanto serem alimentados ao mesmo tempo que alimentam os demais — na forma de uma circularidade operativa ascendente. Conforme Parsons (1966), na citação acima, os *pré-requisitos funcionais* relativos à *adaptação* dos indivíduos às mudanças no seu ambiente,

[122] No original: "Los elementos de esta clase de prerrequisitos funcionales se puede decir que empiezan com los prerrequisitos biológicos de la vida individual, como la nutrición y la protección física. Estos inciden en los problemas sutiles de las condiciones de estabilidad mínima de la personalidad. Parece estar razonablemente bien establecido que existen condiciones mínimas de socialización respecto, por ejemplo, de la relación entre apoyo y seguridad afectivos, sin los que uma personalidad que funcione no puede constituirse. El presente quehacer no es intentar el análisis de estos problemas límite, sino solamente aclarar dónde se sitúan en relación con la teoría del sistema social. Estas necesidades mínimas de los actores individuales constituyen una serie de condiciones a la que tiene que estar adaptado el sistema social. Si la variación de este último avanza demasiado en una dirección dada, ello producirá repercusiones que, a su vez, tenderán a dar origen a una conducta desviada en los actores en cuestión, conducta que o bien es positivamente lesiva o bien implica el abandono de actividades funcionalmente importantes. Uma tal necesidad, en cuanto prerrequisito funcional, puede ser comparada a un manantial. En la medida que sea inadecuadamente encarada esa necesidad será necesaria una mayor «presión» para realizar ciertas pautas de acción social con que hacerle frente, y se tendrá menos energia disponible para otros fines. En ciertos puntos, para ciertos individuos o clases de ellos, la presión, pues, puede llegar a ser demasiado grande y el manantial puede desbordarse — esas personas participarán en adelante en el sistema interactivo de la personalidad y el sistema social".

como a *nutrição* e a *proteção física*, se mostram fundamentais, pois caso não forem assegurados, a *personalidade* irá funcionar de *modo precário*, pouco orientada por normas e valores — mesmo que, a rigor, sempre seja restaurada por forças sociais contrárias, as quais direcionam-se ao *reequilíbrio sistêmico*, como ficará claro adiante[123]. Os atores sociais não somente irão fornecer um funcionamento *desequilibrado e frágil do sistema social*, pouco *integrativo,* como também não terão motivação o suficiente para orientarem-se à busca por objetivos e pela realização de necessidades individuais, algo fundamental para a consecução do fenômeno social.

Caso o *sistema social* "avance demais" em conjunto com os outros *subsistemas*, com exceção da *personalidade*, justamente por estar "muito além" desse último, pode ser que emerja uma forte pressão, uma disfunção sistêmica, mesmo que esteja repleta de *informação* (*controle*) — porém "carente" de *energia* (*mobilidade*). Conquanto os indivíduos participem das *interações* levadas a cabo pela vida em sociedade, isso não quer dizer que não haja conjunções de comportamentos desviantes, os quais são a exceção e não a regra. Um *tempo social acelerado*, ou um *tempo demasiadamente veloz nas operações intrassistêmicas*, animam a probabilidade de diminuir a *duração* dos processos sociais e mesmo a sua *cadência* (capacidade de conexão), tornando-os *relativamente obsoletos* no presente e que, dado a fugacidade de tais processos, torna o futuro relativamente *indeterminado*, descolando *o horizonte sistêmico da experiência do horizonte sistêmico da expectativa* (PARSONS, 1970b). Em casos extremos, "as constantes podem deixar de existir, seja pela dissolução do sistema que mantém seus limites distintivos e sua assimilação ao meio ambiente, seja pela transformação em outros padrões" (PARSONS, 1966, p. 481[124]). Em suma, a *dimensão temporal* na perspectiva

[123] Um dos grandes exemplos dado por Parsons e Bales (1970a) acerca das *forças sociais que reagem* aos dissabores de quaisquer tendências sistêmico-desequilibrantes pode ser encontrado nas "*quatro condições generalizadas do equilíbrio sistêmico*", de modo singular, no *princípio de ação e reação*: "se houver uma mudança na direção de um processo em um sistema de ação, ela tenderá a ser contrariada por uma mudança complementar de igual força motivacional e direção oposta" (PARSONS e BALES, 1970a, p. 97) [Si en un sistema de acción se produce un cambio en la dirección de un proceso, aquel tenderá a ser contrarrestado por un cambio complementario igual en fuerza motivacional y ouesto en dirección]. As demais condições generalizadas de equilíbrio, sob a forma de leis sistêmicas, são: (*i*) *o princípio de inercia*: um processo desencadeado pela ação manter-se-á sem alterações em sua velocidade e direção, a menos que seja obstruído ou desviado por forças motivacionais opostas; (*ii*) *o princípio de esforço*: toda mudança na velocidade de um processo de ação é diretamente proporcional à magnitude da força motivacional aplicada; (*iii*) *o princípio de integração sistêmica*: toda *pauta*, o modo de organização dos componentes de um sistema social (*papéis, status, função, posição ocupada por determinados atores sociais*), poderá ser mantido ou eliminado em função da sua contribuição ao equilíbrio integrativo do sistema (PARSONS e BALES, 1970a, p. 97; ALMARAZ, 1981; FANELLI, 1986).

[124] No original: "Las constancias pueden cesar de existir, por la disolución del sistema que mantiene sus límites distintivos y su asimilación al medio ambiente, o por transformación em otras pautas".

sistêmica de Parsons, consoante com Carlos Moya (1965), não somente denota os aspectos *dinâmicos do seu funcionamento*, do cumprimento da *dimensão espacial*, composta pelas categorias estruturais que asseguram as interações sociais adequadas aos limites do sistema, mas a direcionalidade (teleologia) adequada às condições de conservação do sistema integrativo.

A probabilidade de *desequilíbrio sistêmico*, ou de dissolução do mesmo, enseja, num segundo momento, a compreensão do progressivo aumento de complexidade na realidade social observada por Parsons, especificamente a progressão oriunda e catalisada também pelo desenvolvimento científico-tecnológico. É claro que os *sistemas sociais* buscam lidar, de *forma evolutiva* (*adaptação*), com as mudanças e necessidades da vida em sociedade, mas isso não anula a magnitude dessa lógica societária, *dinamicamente estabilizada,* em relação ao funcionamento do sistema. A *tecnologia*, por exemplo, também exerce uma forte pressão na (re)estruturação do social a partir do *sistema social*, pois obriga-o a adaptar-se a todo momento. Ao retomar algumas considerações de Max Weber sobre o ininterrupto (e acelerado) processo de *racionalização*, especialmente a capacidade do homem em dominar a realidade fática através de conhecimentos específicos e instrumentais que circunscrevem a singularidade do Ocidente, Parsons (1966, 1969) afirma o seguinte:

> O segundo tipo de impacto sobre o complexo instrumental é o impacto da mudança tecnológica *sobre o caráter das organizações* e não sobre o caráter de funções particulares. Pode haver muitas etapas possíveis neste impacto, mas uma particularmente importante deve ser destacada. Este é o fato de que, embora com muitas exceções individuais, *os desenvolvimentos tecnológicos quase sempre levam a uma divisão de trabalho cada vez mais elaborada, com as exigências concomitantes de uma organização cada vez mais elaborada* (PARSONS, 1966, p. 504, grifos nossos[125]).

O *desenvolvimento tecnológico*, em particular, apesar de não ser exclusivamente determinante às drásticas mudanças sociais experienciadas pelo Ocidente, é um grande facilitador. Isso foi claramente demonstrado por William Ogburn (1922), o qual Parsons parece concordar em sua análise, e, mais tarde, por Hartmut Rosa (2019). Em vista disso, podemos observar na citação de Parsons (1966) que a *tecnologia* urge por diferentes modos de organização, por modos cada vez mais eficazes (*adaptáveis*) e *racionalizáveis*

[125] No original: "El segundo tipo de repercusión en el complejo instrumental consiste en el impacto del cambio tecnológico en el carácter de las organizaciones más bien que en el de los roles particulares. Puede haber muchas posibles fases en esse impacto, pero hay que destacar una particularmente importante. Se trata del hecho de que, si bien con muchas excepeciones individuales, los avances tecnológicos llevan casi siempre a una división del trabajo cada vez más elaborada, con las exigencias concomitantes de una organización cada vez más elaborada".

do *sistema social* em lidar com as diferentes tendências sociais engendradas por ela. Mas não é só isso. Nesse caso, conforme a perspectiva parsoniana, a *tecnologia* instaura um *know-how* potencialmente capaz de se constituir como um ideário, um "modo de vida" suscetível de impulsionar *sistemicamente* a insegurança do amanhã e colocar sob pressão as pessoas, grupos e instituições para dinamizarem-se. Acelerando, enfim, *processos de organização, decisão e coordenação sociais.*

Se a *tecnologia* abrange, grosso modo, o *logos* da *técnica*, na medida em que possibilita transformações sociais calcadas por um tipo de conhecimento sistemático, apoiado na *ciência*, não é incorreto afirmarmos que ela comporta, progressivamente, a emergência de sua relativa autonomia, de viabilizar a consecução de um agente capaz de tanto *acelerar o tempo do social* (e do *sistema social*) quanto catalisar o aumento da complexidade na realidade social do Ocidente: trata-se das *tecnociências*. Não obstante, as *tecnociências* serem devidamente nomeadas como tais e igualmente estudadas, de modo rigoroso, somente a partir da década de 1970, isso não quer dizer que elas não existissem antes — ou pelo menos que fossem percebidas por Parsons como tendência, por efeito das duas Grandes Guerras Mundiais, mormente a partir da segunda.

Parsons (1966), como é amplamente sabido, estava imerso num contexto societário em que a Cibernética, na qualidade de conhecimento científico transdisciplinar, estava em forte e rápida ascensão, nutrindo-se das suas notáveis contribuições bélico-tecnológicas ao segundo confronto — contribuições essas que também foram essenciais, a partir dos Estados Unidos, para aquilo que ficou conhecido como "Terceira Revolução Industrial" ou "Revolução Informacional" (KUMAR, 1997; LAFONTAINE, 2007a). Sob a forma de um *sutil prognóstico*, Parsons (1966) observou duas questões relativas à propensão do surgimento das *tecnociências* em seu contexto de vivência. O primeiro diz o seguinte:

> *Parece haver dois contextos primários nos quais a auto-orientação no mundo científico tenderia a ser seriamente disfuncional*. Uma delas é a implicação do provérbio "*conhecimento é poder*". É de fato verdade que um número suficientemente grande e estrategicamente importante das descobertas do cientista, *se não fosse controlado, o colocaria em posição de dificultar e perturbar os interesses e sentimentos dos outros*. Estes outros, o "público", precisam de proteção em todas as áreas dos usos da ciência. *Um fator essencial nesta necessidade reside na lacuna de comunicação entre o especialista e o leigo, decorrente da natureza técnica da ciência*. O leigo é incapaz de proteger seus interesses em uma "*situação de mercado*". Assim, em certo sentido, o cientista é institucionalmente dotado de autoridade, ele é reconhecido como uma "autoridade" em sua área, e a análise geral das razões funcionais para a associação de orientação a outros com autoridade se aplica aqui. *A segunda possibilidade disfuncional é a da "monopolização" do conhecimento em sua*

> *conexão com o próprio processo de avanço científico. Tal monopólio não apenas restringiria o grau e a extensão do avanço científico, tornando mais difícil construir sobre o que outros já fizeram antes, mas também interferiria seriamente nos mecanismos internos de controle social da própria ciência* (PARSONS, 1966, p. 349-350, grifos nossos[126]).

Por seu turno, a segunda consideração do autor vai ao encontro do seguinte argumento, deveras categórico:

> [...] podemos nos voltar às implicações dos processos de mudança que estamos considerando através dos canais do sistema de crenças. Primeiro, *o desenvolvimento tecnológico e a ciência, particularmente na fase atual de seu desenvolvimento, estão intrinsecamente interligados. Em tempos passados houve um grande desenvolvimento tecnológico que era essencialmente independente da ciência, mas para nossos propósitos atuais podemos reduzir nossa atenção para o complexo integrado*. São as "ideias" da ciência que constituem a principal fonte de iniciar a mudança no sistema mais geral da sociedade (PARSONS, 1966, p. 511, grifos nossos[127]).

Podemos notar nas duas citações, de Parsons (1966), que o contexto em que o autor estava imerso, o contexto social estadunidense, já estava dando claros sinais do desenvolvimento das *tecnociências*, bem como dos impactos sociais engendrados por elas. Precisamente, Parsons (1966) já estava vislumbrando, mesmo que de modo tácito, uma sociedade na qual a estreita relação da *tecnologia* com a *ciência* dava claros sinais de uma maior *aceleração-positiva do tempo social* e, mais especificamente, do acelerado processo de emergência das *tecnociências* como uma espécie de vetor "ideológico" (e monopolizado) da sociedade hodierna, em razão da sua capacidade "pragmática" e

[126] No original: "Parece haber dos contextos primordiales en que la auto-orientación en el mundo científico tendería a ser gravemente disfuncional. Uno de ellos es la implicación del proverbio "saber es poder". Verdaderamente es cierto que un número lo bastante grande y de tipo estrategicamente importante, de los descubrimientos del científico, si no estuviesen controlados, le situarían em posición de obstaculizar y perturbar los intereses y sentimientos de otros. Estos otros, el "público" se encuentra necesitado de protección en todos los terrenos de los usos de la ciencia. Un factor esencial en esta necesidad radica en la laguna de comunicación existente entre el experto y el profano derivada del carácter técnico de la ciencia. El lego es incapaz de proteger sus interesses en una "situación de mercado". Así, en un cierto sentido, el científico se encuentra dotado institucionalmente de autoridad, se le reconoce como "autoridade" en su campo, siendo aquí aplicable el análisis general de las razones funcionales en torno a la asociación de la orientación a los demás con la autoridad. La segunda posibilidad disfuncional es la de la "monopolización" del conocimiento en su conexión con el proceso mismo del avance científico. Este monopolio no solo restringiría el grado y extensión del avance científico, haciendo más difícil el construir sobre lo que otros han hecho antes, sino que también interferiría gravemente con los mecanismos internos de control social de la ciencia misma".

[127] No original: "podemos volver a las repercusiones de los procesos de cambio que estamos considerando a través de los canales del sistema de creencias. En primer lugar, el desarrollo tecnológico y la ciencia, particularmente en la presente fase de su desarrollo, se encuentran inherentemente entrelazados. En tiempos pasados se dio una gran cantidad de desarrollo tecnológico que fue esencialmente independiente de la ciencia, pero a nuestros fines actuales podemos reducir nuestra atención al complejo integrado. Las "ideas" de la ciencia es lo que constituye la fuente primaria de iniciación del cambio en el sistema más general de crencias la sociedade".

"mercadológica" proporcionar uma maior necessidade de eficácia do conhecimento técnico-científico sobre a realidade social[128].

Parsons (1966), ainda conforme às citações anteriores, também está querendo chamar à atenção para a *possibilidade* de "descontrole" das *tecnociências* em relação aos demais *sistemas sociais*, uma vez que os seus rápidos e contundentes desenvolvimentos tendem, cada vez mais, à erosão da antiga concepção de "conhecer a realidade" mediante a consolidação utilitarista da "*dominação/alteração da realidade*", a partir de um movimento *superexponencial.* As *tecnociências*, por efeito, mesmo que concebidas de modo um tanto subentendidas na *Teoria dos Sistemas Sociais* de Parsons (1966), estavam sendo indicadas como colaboradoras, dentre muitas outras, ao aumento da *complexidade* na realidade social norte-americana, e no Ocidente, como um todo. Devemos lembrar que afora a *tecnologia* servir às necessidades do homem em controlar e alterar a natureza, mediante um conhecimento específico e aplicável, as *tecnociências*, nessa situação, se mostram como "[...] um *incremento* [*aumento de complexidade*] e não um 'sistema inteiramente novo'" (PARSONS, 1969, p. 31).

A ideia de *complexidade* na *Teoria dos Sistemas Sociais* de Parsons (1966), entretanto, não pode ser compreendida na sua inteireza sem que a sua contraparte seja invocada, a saber, a ideia de *sistema* — e com ela, as concepções de *tempo social,* de *emergência* e de *auto-organização*. Na medida em que o autor já se baseava nos avanços da Cibernética*,* a sua lógica teorética, como reflexo do contexto social que experienciava e observava, se distingue das análises realizadas por nós anteriormente, dado que ela se mostra mais refém de uma leitura *sintética* do que *analítica* (ROCHER, 1976; FANELLI, 1986). Isso quer dizer, fundamentalmente, que ao contrário de Comte, Durkheim, Halbwachs e Park, Parsons (1966) exige uma compreensão daquelas noções por meio do entrecruzamento de seus sentidos, o que dificulta a explicação ou a caracterização dos conceitos de forma plenamente isolada. Mesmo que Parsons (1966) não tenha elaborado uma compreensão explícita de *complexidade*, a ideia de *sistema*, como dito anteriormente, oportuniza (desvela) o seu entendimento. Se *existe sistema social*, por efeito, é justamente para enfrentar (lidar) com àquela tendência societária. Assim, a ideia de *sistema*, a qual também desemboca num ponto de vista para compreender *o funcionamento e a natureza*

[128] Algo totalmente distinto, por exemplo, do antigo valor da "prática" científica, isto é, o *critério de verdade*, assunto profundamente discutido, mais tarde, por Jean-François Lyotard (1993, 1997) à luz da década de 1970.

*dinâmica* da realidade social, sob a forma de um *aporte metodológico-conceitual*, deve ser entendida por três sentidos paralelos.

O primeiro sentido, que vai além da correspondência com a ideia de *evolução — diferenciação estrutural etc.* —, visto que não reside tão somente no constante movimento de expansão da sociedade a partir de si mesma, evolvendo, *do ponto de vista sistêmico*, tanto unidade quanto multiplicidade, referindo-se a uma diversidade de elementos e relações *temporais* na sociedade[129], está diretamente ligado às *unidades autorreguláveis*. Sistemas complexos que não mantém no seu interior relações lineares, mas simultâneas, correlacionais. Nas palavras de Parsons e Bales (1970a):

> *Quando um novo elemento é introduzido no sistema, perturba de alguma forma as expectativas de um ou mais dos seus membros — a menos que, como pode acontecer, tenha sido "tomado como garantido" de antemão. Mas para que o sistema regresse ao equilíbrio, deve ter lugar um processo de ajustamento a esta perturbação, à nova situação*. Tal processo de perturbação e ajustamento é concebido como "oscilante" em torno de um estado de equilíbrio do sistema, um equilíbrio móvel. *A ação de um dos membros, ou um acontecimento situacional percebido por um ou mais dos membros, introduz um novo elemento que é uma perturbação; isto dá origem a uma "reação" que pode ter duas direções: uma oposta, no sentido de que tende a restabelecer o equilíbrio, ou uma semelhante, se tende a perturbá-lo ainda mais. A complexidade da interdependência dos elementos do sistema é tal que muito raramente uma reação restabelecerá completamente o equilíbrio*. Mesmo em sistemas relativamente estáveis, pode haver uma longa série de processos de ação e reação como os acima mencionados, os quais, no entanto, tenderão a diminuir à medida que conduzem a um estado estável. No entanto, esta tendência para uma abordagem assimptótica do estado estacionário será continuamente interrompida pela introdução de toda uma série de novos elementos no sistema, e não apenas o inicial (PARSONS e BALES, 1970a, p. 67[130]).

A capacidade de (*re*)*equilíbrio* denota claramente a *complexidade como qualidade que compõe o sistema social, bem como o seu fechamento operacional para lidar com*

[129] O que mais tarde, sobretudo na década de 1970, é concebida como algo que transcende o Ocidente, e passa a compor a lógica da "sociedade mundial" ou "sistema-mundo", como afirmaram Niklas Luhmann (2006) e Rudolf Stichweh (2012).

[130] No original: "Cuando se introduce un elemento nuevo en el sistema, se perturba de alguna manera las expectativas de uno o más de sus miembros — a menos que, como puede ocurrir, de antemano se lo haya dado "por descontado". Pero si el sistema ha de recuperar el equilibrio, es necesario que tenga lugar un proceso de ajuste a esta perturbación, a la nueva situación. A tal processo de perturbación y ajuste se lo concibe como "oscilando" alrededor de un estado de equilibrio del sistema, un equilibrio cambiante. La acción de uno de los miembros, o un hecho situacional que perciben uno o más de los miembros, introduce un nuevo elemento que es una perturbación; esto da lugar a una "reacción" que puede tener dos direcciones: una opuesta, en el sentido de que tiende a restaurar el equilibrio, o una similar, si tiende a perturbalo aún más. La complejidad de la interdependencia de los elementos del sistema es tal, que muy rara vez una reacción restaurará el equilibrio por completo. Incluso en sistemas relativamente estables, puede haber una larga serie de procesos de acción y reacción como los mencionados, los cuales tenderán, empero, a disminuir su alcance al conducir hacia un estado estable. Com todo, esta tendencia hacia un acercamiento asintótico al estado estable se verá continuamente interrumpida por la introducción de una serie total de elementos nuevos en el sistema, y no solo por el inicial"

*isso*, ou melhor dizendo, a sua *autorreferência*. Na medida em que esse tipo de *sistema* (*social*) não pode operar para além dos seus limites, "[...] um sistema está voltado, envolvido, inexoravelmente consigo mesmo" (RODRIGUES, 2008, p. 111). Não é à toa que Parsons (1966), numa nota de rodapé curta, mas explicitamente taxativa, atribuiu à sua concepção sistêmica uma similaridade ao sistema anteriormente descrito por Pareto — sutilmente descrito como complexo, dado à sua *reação homeostática* para com qualquer distúrbio potencialmente desagregador. Para Parsons, então, "esta concepção é similar à de *homeostase* em Fisiologia" (PARSONS, 1966, p. 481[131]). Além disso, vejamos que Parsons e Bales (1970a), na citação anterior, estão afirmando que qualquer elemento novo inserido no *sistema de ação social*, em certa *fase temporal*, sempre exigirá, por parte do mesmo, um ajuste, uma realocação desse elemento novo. Qualquer alteração ou elemento novo na composição do sistema certamente implicará, simultaneamente, a alteração dos outros elementos, muitas vezes, de forma randômica.

Notemos, ainda mais, que quando ambos os autores atestaram que "[...] *a complexidade da interdependência dos elementos do sistema é tal que muito raramente uma reação restabelecerá completamente o equilíbrio*", eles estão, na verdade, buscando evidenciar que o *problema da ordem social*, sob a forma e sob o comportamento de *complexidade sistêmica*, é algo que está sempre resolvido e sempre por resolver (ROCHER, 1976; KONTOS, 2001). Isso atesta, portanto, em relação aos *sistemas sociais* nas sociedades moderna e contemporânea, cuja dinâmica incorporou a mudança como mecanismo corrente de reprodução, [...] mais possibilidades de reajustamento sistêmico sem transformação global da ordem social (PIRES, 2012, p. 84).

No que diz respeito à segunda compreensão parsoniana sobre a íntima relação do *sistema* com a *complexidade*, mediante o *aporte metodológico-conceitual*, podemos ver a seguinte reflexão que, apesar de ser substancial, é totalmente necessária para a proveniência da terceira. Nas palavras do autor:

> Particularmente importante é o aspecto "estrutural" de nosso sistema de categorias. *O fato é que não estamos em condições de "captar" as uniformidades dos processos dinâmicos a não ser por acaso. Mas para dar um lugar àqueles que podemos compreender e estar na posição mais vantajosa para ampliar nosso conhecimento dinâmico, temos que ter uma "imagem" do sistema no qual colocá-los, das relações dadas de suas partes em um determinado estágio do sistema e, onde a mudança ocorrerá, do que muda, no que muda e através de que ordem de estágios intermediários*. *O sistema de categorias estruturais é o esquema conceitual que fornece este escopo para análise dinâmica*. Conforme o conhecimento dinâmico se expande, o

[131] No original: "Esta Concepción es similar a la de la homóstasis em Fisiologia".

> significado explicativo independente das categorias estruturais desaparece. *Mas sua função científica é, no entanto, crucial* (PARSONS, 1966, p. 39, grifos nossos[132]).

Como podemos ver na citação anterior, de Parsons (1966), compreender a realidade social, especificamente, a sua dinâmica inerente, exige uma concepção sistêmica, portanto, um olhar sociológico *mais flexível*. Logo, *relacional*. Se a sociedade, como fenômeno, como aquilo que "se mostra" de diferentes formas para diferentes observadores, não pode ser apreendida por uma *única forma*, *compreendê-la sistemicamente se mostra como uma perspectiva coerente*, atenta às mudanças da sociedade, sobretudo para não correr o risco de tornar o modelo teórico "desarticulado" da realidade social e, essencialmente, lidar com a *complexidade* atinente dessa última. Para mais, a compreensão do social pela perspectiva sistêmica de Parsons (1966) também inaugura e mesmo avança no entendimento de que a vida em sociedade, no fundo, se mantém concatenada como tal a partir da interrelação entre *as partes* (ações/interações) com *o todo* (sistema/estrutura social), ou melhor, *da ação com a estrutura e vice-versa* — temática na qual Parsons foi o pioneiro (ALEXANDER, 1987; MASCAREÑO, 2008).

Num terceiro sentido, sentido *superveniente* do anterior, *sistema e complexidade* denotam em conjunto que a realidade social, assim, somente adquire um congruente significado sociológico e sociotemporal porque:

> [...] os atos não são realizados individual e separadamente; *os atos estão organizados em sistemas*. O importante é que, mesmo no nível mais elementar do sistema, um componente de "integração do sistema" deve entrar em ação. Em termo do quadro de referência da ação, *essa integração é uma ordenação seletiva de possibilidades de orientação*. [...] *Tem que haver uma seleção ordenada entre essas alternativas*. Esse processo de seleção ordenado pode ser chamado de "avaliação". [...] Nesse sentido, *a orientação para a situação é estruturada com referência aos seus padrões de desenvolvimento. O ator está "interessado' em certas possibilidades desse desenvolvimento* (PARSONS, 1966, p. 27, grifos nossos[133]).

[132] No original: "Particularmente importante es el aspecto "estructural" de nuestro sistema de categorías. Lo que pasa es que no nos encontramos en situación de poder "captar" las uniformidades de los procesos dinámicos más que de un modo casual. Pero para dar un lugar a las que podamos captar y para encontrarnos en la posición más ventajosa a fin de ampliar nuestro conocimiento dinámico, tenemos que tener un "cuadro" del sistema en que situarlas, de las relaciones dadas de sus partes en un estadio dado del sistema y, donde el cambio ocurrirá, de lo que cambia, en qué cambia y a través de qué orden de estadios intermedios. El sistema de categorías estructurales es el esquema conceptual que proporciona este ámbito para el análisis dinámico. A medida que se amplía el conocimiento dinámico, la significación explanatoria independiente de las categorias estructurales se esfuma. Pero su función científica es, sin embargo, crucial".

[133] No original: "Pero los actos no se realizan individual y separadamente; los actos están organizados en sistemas. Lo importante es que, incluso en el nivel de sistema más elemental, tiene que entrar un componente de "integración de sistema". En los términos del marco de referencia de la acción, esta integración es una ordenación selectiva de las posibilidades de orientación. [...] Tiene que haber una selección ordenada entre esas alternativas. Se le puede dar el nombre de "evaluación" a este proceso de

Vejamos que a realidade social, pelo menos aquela que Parsons (1966) observava (e modelava pela via teórica), se estrutura, bem como se organiza, de forma sistêmica, *integrativa*. Tal integração, se coloca na condição de elemento basilar para a *constituição contínua* da sociedade, ou se quisermos, como condição de existência e correlação dos fenômenos sociais, mais especificamente, do *tempo social*. Pois, testemunha a existência de uma *totalidade heterogênea* (*sociedade*) composta por temporalidades distintas (qualidade, ritmo e duração) em diferentes camadas da realidade social, mesmo que seja percebida diferentemente no âmbito do fenômeno social, isto é, por *diferentes observadores ou sistemas sociais tomados distintamente como ponto de partida*.

As questões relativas ao *equilíbrio* do *sistema social*, ainda em relação ao *tempo social*, residem exclusivamente no transcurso do próprio tempo, como bem lembrou Niklas Luhmann (2021). Para Luhmann (2021), por exemplo, a perspectiva parsoniana revela que a *integração sistêmica* é algo que requer tempo, seja porque "*ação*", como parte constituinte da *integração*, se mostra como um *processo*, seja porque toda *"ação*" tem, sobremaneira, a sua orientação voltada para certos objetivos situados no futuro. Nesse sentido, Parsons e Bales (1970a) declaram o seguinte:

> *Este aspecto da organização da ação como um sistema refere-se, em particular, à relevância do que está na situação para a sua forma de realização. Num certo sentido, o inverso das qualidades que são consequências de performances anteriores*. Estas são as qualidades de uma situação que, independentemente da sua produção, devem afetar ou "condicionar" as consequências motivacionais de um ato, e assim também afetar o estado de tensão que constitui o ponto de partida motivacional da ação subsequente. *Esta é outra forma de dizer que o sucesso alcançado na adaptação às exigências situacionais de um sistema de ação é interdependente dos estados de tensão que motivam o desempenho futuro* (PARSONS e BALES, 1970a, p. 79-80[134]).

Se formos ler atentamente a citação anterior, de Parsons e Bales (1970a), certamente constataremos que ela reforça a ideia de que o *tempo social*, mesmo que compreendido do ponto de vista de um determinado *sistema social*, é uma *totalidade*

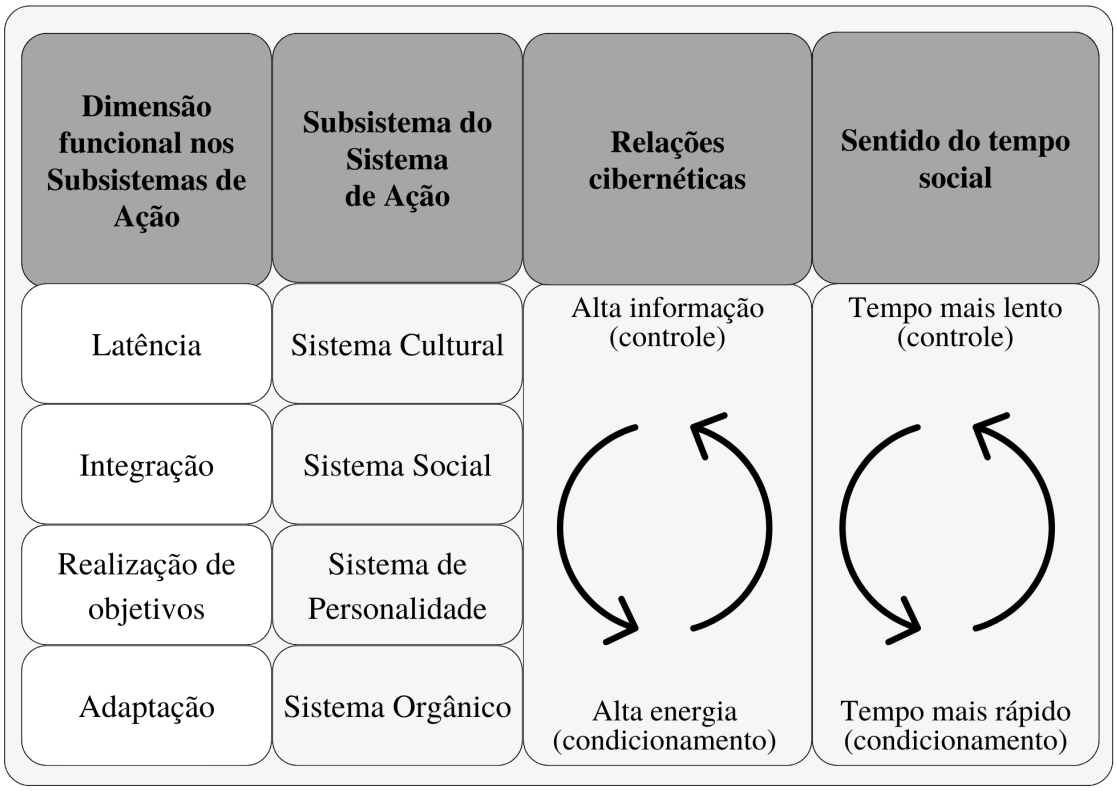
---

selección ordenada. [...] En este sentido, la orientación hacia la situación se encuentra estructurada con referencia a sus pautas de desarrollo. El actor está "interessado" en ciertas posibilidades de ese desarrollo".

[134] No original: "Este aspecto de la organización de la acción como sistema se refiere, en especial, a la relevancia de lo que esta en la situación para su plasmación. En certo sentido, el reverso de las cualidades que son consecuencias de desempenõs anteriores. se trata de la cualidades de una situación que, como quiera que hayan sido producidas, deben afectar o "condicionar" las consequências motivacionales de um acto, y por lo tanto afectar también el estado de tensión que constituye el punto de partida motivacional de la acción subsiguiente. Esto es outro modo de decir que el éxito alcanzado en la adaptación a las exigencias situacionales de un sistema de acción es interdependiente con los estados de tensión que motivan el depempeño futuro".

*heterogênea que articula temporalidades distintas*, ou melhor, certas *fases* do fenômeno social. O termo "*fases*", fartamente usado por ambos os autores, denota as uniformidades entre *ordem e mudança sociais*, bem no sentido da *hierarquia cibernética* entre os distintos, mas retroalimentados, *sistemas sociais*. Pois, "[...] uma pauta não se realiza por si mesma, senão mediante seleção de condições e utilização de energia e recursos no tempo" (ALMARAZ, 1979, p. 17[135]). Aliás, isso pode ser visto, graficamente, no esquema abaixo, cuja lógica é temporalmente circular:

**Figura 4. A *hierarquia cibernética de controle* no *Sistema Geral da Ação*, considerando o sentido do tempo social**




Fonte: Parsons (1969); Rodríguez e Arnold (1999); Rodrigues (2014b).

A circularidade operativa, presente na *hierarquia cibernética*, denota que o sistema que se situa no topo da escala, como a *cultura*, é rico em *informação*, organizando as práticas sociais de forma temporalmente mais estáveis, mais lentas. Em contrapartida, quanto mais abaixo nessa escala, mais rico em *energia*, como acontece com o *organismo*, o qual é capaz de condicionar *reações* "mais rápidas" a tudo aquilo que não é controlável

[135] No original: "una pauta no se realiza por sí mesma, sino mediante selección de condiciones y utilización de energia y recursos en el tempo".

pelos sistemas ciberneticamente mais elevados (PARSONS, 1966; ALMARAZ, 1979). À vista disso, o *tempo social* não somente possibilita um conjunto de condições altamente concatenadas ao mantenimento adequado do *sistema social*, e*quilibrado* em virtude do intercâmbio entre os elementos *estáticos* da estrutura com os elementos *dinâmicos, funcionais*, (re)assegurados pelas *ações* dos *atores sociais*, sejam eles *indivíduos ou grupos sociais* localizados no interior de sistemas específicos. Vejamos, ademais, que o "*relevante na situação para a sua forma de realização*" está relacionado *à emergência da ordem*, no "[...] sentido de uma interdependência temporalizada entre ação e estrutura (entre ator e situação) que faz surgir o sistema de ação" (MASCAREÑO, 2008, p. 232[136]).

A *integração sistêmica* propicia a *ordenação seletiva*, a *emergência* de possibilidades de ação, sobretudo aquelas ações que tomam como referência às ações "padronizadas", as quais se mostram como potencialmente favoráveis às ulteriores em *sistemas sociais* altamente complexos, conforme nos lembra novamente Aldo Mascareño (2008, 2012). Basta ressaltarmos, à título de exemplo, que Parsons (1969) compreende "*ação*" como algo que:

> [...] consiste em estruturas e processos através dos quais os seres humanos *formam intenções significativas e, com maior ou menor êxito, as executam em situações concretas*. [...] Consideradas em conjunto [como um sistema], *as intenções e a execução supõem uma disposição do sistema de ação* — individual ou coletivo — *para modificar, numa direção pretendida, sua relação com a sua situação ou ambiente* (PARSONS, 1969, p. 16).

A interposição do *ator social* com uma *situação*, quer em nível do envolvimento do ator com o objeto orientado (*alter/ego*), quer em nível do envolvimento dos objetos com o ator orientado (*ego/alter*), gera uma *unidade de ação* (LIDZ, 1976; LUHMANN, 2021). Em outros termos, as possibilidades de ação, por intermédio de *processos sociais emergentes,* significam a observação de algo ontológico e epistemologicamente novo, que somente faz sentido em tempo e espaço específicos, pois não se apresentam, por causa *dos sistemas sociais*, pela mera sucessão causal, linear — mesmo que estejam fundamentadas em normas e valores sociais sólidos.

Parsons (1969, 1970b) também oportunizou a questão de que uma *unidade*, um *sistema social*, pode ser compreendido, numa espécie de antevisão, como algo que se *auto-organizou*, considerando o que se atribui atualmente a esse conceito[137]. Mesmo que

[136] No original: "[...] en el sentido de uma interdependência temporalizada entre acción y estructura (entre actor y situación) que hace surgir el sistema de acción".
[137] Algumas considerações acerca da aproximação do pensamento de Parsons para com a ideia atual de *auto-organização*, podem ser vista em Hejl (1984).

a ideia de *auto-organização* não fizesse parte, pelo menos de forma explícita, do horizonte teórico e intelectual de Parsons, não devemos esquecer que "*ação*" é um processo ordenado, uma *interação* que busca, em relação ao *sistema geral de ação*, impulsionar e ser impulsionada por *quatro dimensões interpenetradas*, *mas distintas*, representadas pelo *esquema AGIL*. Dessa forma, para que toda *interação* tenha um movimento ordenado, para que corresponda ao funcionamento "normal" do *sistema geral de ação*, faz-se necessário que compreendemos o *equilíbrio sistêmico* através de duas maneiras complementares. Sobre a primeira, Parsons (1969) declara o seguinte:

> O sistema social é constituído pela interação de indivíduos humanos, cada membro é *ator* (que tem objetivos, ideias, atitudes etc.) e *objeto* de orientação*, tanto* para si mesmo *como* para outros atores. Portanto, sistema de interação é um *aspecto analítico que pode ser abstraído* dos processos totais de ação de seus participantes. Ao mesmo tempo, esses "indivíduos" são também organismos, personalidades e participantes de sistemas culturais. Dada essa interpenetração, cada um dos outros três sistemas de ação (Cultura, Personalidade, Organismo Comportamental) constitui uma parte do ambiente — ou, podemos dizer, *um* ambiente — de sistema social (PARSONS, 1969, p. 20, grifos no original).

Por sua vez, a segunda maneira de compreendemos o *equilíbrio sistêmico*, sobretudo pela via da *auto-organização*, é exposta por Parsons e Bales (1970a) do seguinte modo:

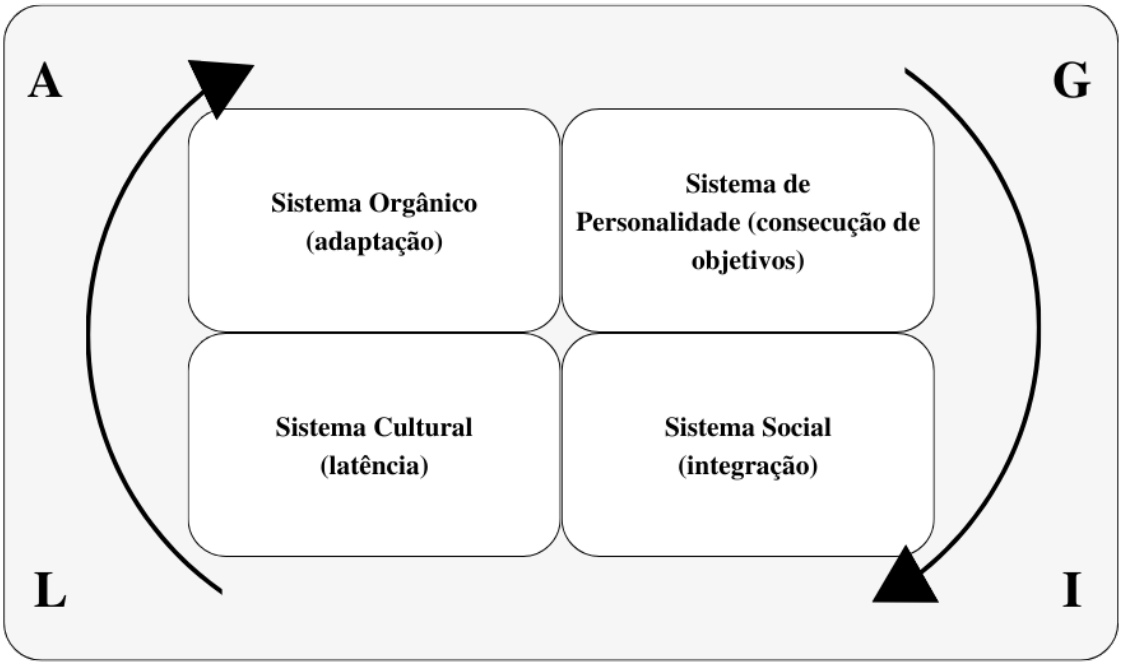
> [...] *dentro deste quadro dimensional de referência, concebemos o processo como ocorrendo num sistema que é considerado como um ponto de referência. O sistema funciona em função da interação das suas unidades membros. Qualquer alteração no estado de uma unidade — isto é, na sua localização em relação a qualquer ou todas as dimensões, na sua carga energética etc. — afetará as outras unidades do sistema e, por sua vez, os efeitos destes efeitos sobre as outras unidades "retroalimentarão" a unidade original*. Neste ponto pensamos num processo "circular" contínuo de interdependência, que é analisado em termos do conceito de equilíbrio. (PARSONS e BALES, 1970a, p. 156[138]).

Podemos notar nas duas citações anteriores, de Parsons (1969) e Parsons e Bales (1970a), que o *sistema geral da ação* adquire o seu *equilíbrio* quando surge uma *interação* (ou *interpenetração*) entre os distintos *subsistemas sociais*, os quais definem o *espaço possível de todas as possibilidades de ação/vivência* na realidade social. Porém, o mais interessante é que Parsons reconhece a singularidade de cada um dos diferentes

[138] No original: "[...] dentro de este marco de referencia dimensional, concebimos que el proceso ocurre en un sistema al cual se considera como punto de referencia. El sistema opera metced a la interacción de sus unidades miembros. Todo cambio de estado de una unidad — es decir, en su ubicación con respecto a alguna o a todas las dimensiones, en su carga de energía etc. — afectará a las otras unidades del sistema, y a su vez, los efectos de estos efectos sobre las otras unidades "retroalimentarán" a la unidad original. En este punto pensamos en un proceso "circular" continuo de interdependencia, al que se analiza en términos del concepto de equilíbrio".

*subsistemas sociais*, mesmo que todos estejam, na qualidade de *partes* que compõem o *todo*, em íntima relação. Quando tomamos um determinado *subsistema social* como ponto de referência, é lógico que os demais *subsistemas*, aqueles que não foram "selecionados" pelo observador, se constituam como um *ambiente* para ele, pois aquele primeiro tem seus limites claramente definidos, permitindo que identifiquemos quais elementos fazem parte do seu *interior* e quais fazem parte do seu *exterior*. O esquema anterior sobre a *hierarquia cibernética* também poderia ser usado como exemplo da ideia de *auto-organização* antevista por Parsons, mas, cremos que o *esquema AGIL* demonstre tal assertiva de modo perfeitamente cristalino.

**Figura 5. O *paradigma funcional* no *Sistema Geral da Ação***




Fonte: Parsons e Bales (1970a).

O *sistema geral da ação*, exposto pelo *esquema AGIL*, denota uma *circularidade operativa*[139] entre os *subsistemas sociais* que o compõe, o que desemboca na

[139] "Eles são descritos graficamente com base no movimento dos ponteiros do relógio: sentido horário (AGIL), sentido anti-horário (LIGA). O primeiro, o processo de realização, é o processo normal de adaptação ao meio ambiente. Trata-se de desenvolver os meios adaptativos (A) para transformar o ambiente em benefício do sistema (G), cujas consequências requerem um ajuste entre as unidades (I) de acordo com os valores do sistema, que assim se estabiliza (L). Isto corresponde ao esquema de fim de curso médio. O segundo processo, o aprendizado (LIGA), corresponde a desequilíbrios nos quais o ambiente tem uma influência maior do que a capacidade do sistema. O reequilíbrio envolve a reorganização, com base nas diretrizes gerais do sistema (L), da estrutura interna por diferenciação de unidades (I), especializadas pela redefinição de novos objetivos do sistema no ambiente (G) e pelo desenvolvimento de novos mecanismos adaptativos (A)" (ALMARAZ, 1979, p. 21-22). [Se describen gráficamente en base al movimiento de las

compreensão da existência de uma *unidade* (*sistema geral da ação*) que se diferenciou de tudo o mais que a cerca e que é composta por *partes* interdependentes, tendo as suas operações orientadas para si mesma, pois, não pode operar para além dos seus limites — o que também vale para cada *subsistema social*. A sua razão de ser, ou a sua *direcionalidade*, vai ao encontro do mantenimento do e*stado de ordem* (*equilíbrio, neguentropia*) a partir da desordem. Além disso, tais *unidades* emergem — e funcionam — a partir da relação entre dois eixos de variáveis: o eixo da *ação*, cuja formação se dá pelas variáveis *instrumental/consumatório*; e o eixo do *sistema*, composto pelas variáveis *exterior/interior*. Mais do que isso, a *circularidade operativa no esquema AGIL*, caso formos levar em consideração a singularidade de cada *subsistema social*, contempla tanto a *dimensão espacial deles na sua relação com ambiente* (*interno/externo*) quanto a *dimensão temporal das ações efetivadas neles* (*instrumental/consumatório*). A ideia de *auto-organização*, enfim, pode ser vislumbrada no pensamento de Parsons, considerando uma certa similaridade e uma lógica que se aproxima desse conceito contemporâneo, justamente porque a *interpenetração* "[...] não dissolve as propriedades dos níveis sistêmicos, nem determina estados, nem no sistema geral de ação, nem no sistema social, ambos conservando altos graus de autonomia em relação ao cumprimento de suas funções diferenciadas" (MASCAREÑO, 2008, p. 235[140]).

O *sistema social*, por exemplo, em função de se relacionar consigo mesmo — ou pelo menos somente com os elementos gestados no seu interior, *as ações, as interações sociais etc.* —, consegue *concatenar* uma determinada gama de fenômenos e processos sociais, porquanto salientar tanto a *coexistência* da *unidade* (*sistema social*) com a *multiplicidade* (*outros subsistemas na sociedade*) quanto a diversidade de elementos e relações na realidade social, ou seja, a *complexidade* do social. Afinal, "[...] a*s*

manecillas del reloj: sentido del reloj (AGIL), sentido contrario (LIGA). El primero, processo de realización, es el proceso normal de ajustamiento al ambiente. Se trata de desarrollar los medios adaptativos (A) para transformar el ambiente en beneficio del sistema (G), hecho cuyas consecuencias exigen un ajuste entre las unidades (I) según los valores del sistema, que queda así estabilizado (L). Corresponde al esquema medio-fin. El segundo proceso, de aprendizaje (LIGA), corresponde a los desequilibrios en que el ambiente tiene un influjo superior a la capacidade del sistema. El re-equilibrio supone la reorganización, en base a las pautas generales del sistema (L), de la estructura interna por diferenciación de unidades (I), que se especializan redefiniendo nuevos objetivos del sistema en el ambiente (G) y desarrollando nuevos mecanismos adaptativos (A)].

[140] No original: "[...] no disuelve las propiedades de los niveles sistémicos y tampoco determina estados ni en el sistema general de la acción ni en el sistema social, en tanto ambos conservan altos grados de autonomía relativos al cumplimiento de sus funciones diferenciadas.

*consequências de ações passadas são dadas situacionalmente e, portanto, sempre têm um significado atributivo* (PARSONS, 1966, p. 107, grifos nossos[141]).

Afinal, como Parsons concebeu a possibilidade de atenuação da *aceleração-positiva do tempo social* por parte do *sistema geral da ação*, mais especificamente, por parte do *sistema social*? De outro modo, de que modo o autor, sob o ponto de vista sistêmico, compreendeu a possibilidade de *reação* por parte do *sistema da sociedade* em relação à atenuação do seu *desequilíbrio* que, por efeito, tende a aumentar evolutivamente o seu *equilíbrio*? Pois bem, como dito no início desta seção, Parsons (1966, 1969, 1970b) sinalizou a resposta para tais questionamentos, sobretudo na sua *Teoria dos Sistemas Sociais*, ao reportar-se a pelo menos dois elementos indispensáveis para tanto, quais sejam, o peso da *lógica evolutiva* tanto ao nível social quanto cultural e, por consequência, a atuação dos *mecanismos de socialização e controle social*.

A *lógica evolutiva* em Parsons (1966, 1969), como é fartamente sabido, possui um aspecto fortemente *teleológico*, ou seja, uma *direcionalidade*: o aumento da capacidade de *equilíbrio generalizado*. Isso quer dizer, fundamentalmente, que conforme a sociedade vai evoluindo, se (auto)otimizando, justamente por tender cada vez mais a se distanciar de formas de vida tradicionais (ou primitivas), ela vai (auto)produzindo no seu interior (mediante diferenciações) um aumento na sua capacidade de adaptação e, acima de tudo, na generalização de normas e valores oriundos da vida em sociedade (SAVAGE, 1981; TAYLOR, 2020). Assim, numa citação substancial, Parsons (1966) menciona o que se segue:

> *A maioria dos sistemas sociais de grande escala* tem, naturalmente, elementos importantes de ambos os tipos de institucionalização. *Como temos observado*, a base fundamental tende a ser informal, mas *quanto mais dinâmico e complexo for o sistema social, mais ele tende a ser complementado pela diferenciação de papéis que implicam em responsabilidade coletiva, cumprindo assim diretamente funções integradoras neste sentido* (PARSONS, 1966, p. 147, grifos nossos[142]).

Entretanto, noutra citação podemos ver, de forma evidente, o quão capaz é a *diferenciação estrutural* (ou *funcional*) em atenuar a *aceleração-positiva do tempo social*, ou seja, a tendência desintegrativa do social. Segundo Parsons, Bales e Shils (1970a):

[141] No original: "[...] Las consecuencias de acciones pasadas se encuentran situacionalmente dadas y por tanto tienen siempre una significación adscriptiva".
[142] No original: "La mayoría de los sistemas sociales a gran escala tienen, desde luego, elementos importantes de ambos tipos de institucionalización. Como hemos apuntado, la base fundamental tiende a ser informal, pero a medida que es más dinámico y complejo el sistema social, mayor es la tendencia de este a ser complementado por la diferenciación de los roles que comportan responsabilidade colectiva, que de este modo cumple directamente funciones integrativas en este sentido".

> *A diferenciação interna de um sistema é uma condição para sua existência estrutural prolongada como sistema*. *Por esta razão, argumentamos que nos sistemas de ação existe uma esfera extremamente ampla de possíveis estados/objetivos concretos*. [...] *Estas demandas por duração limitada dos estados/objetivos e o equilíbrio necessário de gratificações, entradas e saídas são, por sua vez, acentuadas (e naturalmente, parcialmente determinadas) pelas exigências diretas decorrentes da integração com a pluralidade de outras unidades no mesmo sistema. Aqui parece haver uma tendência "natural" de diferenciação de objetivos entre as unidades, não apenas devido aos diferentes inputs motivacionais e de aprendizagem, mas também devido à tendência dos sistemas de reduzir a tensão.* Uma vez que um sistema é constituído por uma pluralidade de unidades realmente ou potencialmente competindo pelos mesmos objetos/meta e recursos, a falta de diferenciação tende a maximizar tanto a tensão adaptativa resultante da escassez de recursos quanto a tensão integradora envolvida na competição pelos mesmos objetos/meta. *A diferenciação dos objetos/meta das unidades atenua estas tensões dentro do sistema* (PARSONS, BALES e SHILS, 1970a, p. 234-235, grifos nossos[143]).

Notemos na primeira citação, de Parsons (1966), que *a maioria dos sistemas sociais*, principalmente aqueles mais *complexos*, mais *evoluídos*, tendem não somente a serem mais *integrativos*, na medida em que harmonizam a sua diferenciação (interna) através da cumplicidade ontológica entre os *papéis sociai*s levados a cabo na vida em sociedade, como também *tendem*, cada vez mais, a influenciar os demais *sistemas sociais* (ou *subsistemas*) a acompanharem tal lógica societária e, acima de tudo, *generalizar* os *valores e normas sociais*. Por efeito, Parsons (1966) está querendo demonstrar que quanto mais *evoluído* é o *sistema social*, maior é a sua capacidade de *dirimir* os *efeitos* — caso levado às últimas consequências — *desintegrativos* da *aceleração-positiva do tempo social*. Pois, tal sistema consegue assegurar, em certo sentido, diferentes graus de estabilidade e permanência dos processos sociais e de determinação futura deles, gerenciando e mesmo alterarando suas estruturas, organizando e estabilizando a sua "complexidade interna". O que desemboca, de fato, numa *aceleração-negativa* do *tempo social*, justamente porque a *evolução*, do ponto de vista temporal, "[...] não conduz à

[143] No original: "La diferenciacion interna de un sistema es una condición para su prolongada existencia estructural como sistema, Por esta razón sostenemos que en los sistemas de acción humana existe una esfera extremadamente amplia de posibles estados-meta concretos. [...] Estas exigencias de duración limitada de los estados-meta y del equilibrio necesario de gratificaciones, insumas y productos están acentuadas, a su vez (y naturalmente, determinadas en parte) por las exigencias directas que surgen de la integración con la pluralidade de otras unidades en el mismo sistema. Aquí parece producirse una tendencia "natural" a la diferenciación de metas entre las unidades, a causa no solo de los insumas motivacionales y de aprendizaje diferenclados, sino también de la tendencia de los sistemas a reducir la tensión. Dado que un sistema está constituído por una pluralidad de unidades que rivalizan en forma real o potencial, por los mismos objetos-meta y por los mismos recursos la falta de diferenciación tiende a maximizar tanto la tensión adaptativa que resulta de la escasez de los recursos como la tensión integrativa involucrada em la competencia por los mismos objetos-meta. La diferenciación de los objetos-meta de las unidades mitiga estas tensiones dentro del sistema.

instabilidade, mas sim à resolução gradual e diferenciada dos problemas derivados do *AGIL*, ou seja, do aumento da adaptação, diferenciação, inclusão e generalização de valores" (CADENAS, 2016, p. 201[144]). Como um grande reinterprete de Max Weber, Parsons (1966), ademais, denota que a *Cultura*, talvez mais do que o *social* em si, é um dos grandes responsáveis por tal direcionalidade evolutiva, em razão do ininterrupto processo de *racionalização* no Ocidente. Destarte, o "fundamento" da *evolução*, bem como da maior capacidade do *sistema social* em viabilizar uma *aceleração-negativa do tempo social*, "[...] foi *encontrada na estrutura motivacional da orientação do ator e nos critérios de valor cultural que são realizados em sua orientação de ação*" (PARSONS, 1966, p. 103[145]).

Na segunda citação, a de Parsons, Bales e Shils (1970a), o raciocínio acima é complementado e mesmo reforçado, em razão de ambos os autores afirmarem que quanto mais evoluído é um *sistema social* — inclusive na relação com outros *subsistemas sociais*, também evoluídos, diferenciados —, mais possibilidades de ação/vivência são dispostas na vida em sociedade. Mais oportunidades, e menos conflitos, *reforçam a integração sistêmica do todo*, da realidade social. Logo, o *sistema geral da ação* deixa menos espaço para a emergência de *possíveis estados de desequilíbrio sistêmico*. À vista disso, a *ordem social* tende a "[...] tornar-se cada vez menos sujeita à mudança básica de causas limitadas, particulares e condicionais, que atuam através de circunstâncias físicas específicas ou diferenças individuais orgânicas ou de personalidade" (PARSONS, 1969, p. 23). A variada constelação de interesses e objeto sociais, por um lado, e valores e normas sociais, por outro lado, também podem ser tomadas como pano de fundo das considerações de ambos os autores na citação anterior, porquanto a *pluralidade de unidades* (sistêmicas), sobretudo em sociedades evoluídas, complexas, dispor de uma plêiade de funções específicas e mecanismos específicos na operação do sistema como um *todo*. Na esteira do pensamento sistêmico-evolutivo de Parsons, tanto a *cultura* (*manutenção dos valores*) e o *social* (*integração*), quanto o *sistema político* (também responsabilizado pela *consecução de objetivos*) e o *sistema econômico* (também responsabilizado pela *adaptação*), reforçam, em função da sua *influência mútua*, uma mudança no universo dos *valores sociais,* aplicáveis a uma pluralidade de situações

[144] No original: "no lleva a la inestabilidad sino más bien a resolver paulatina y diferencia-damente los problemas derivados del *AGIL*, es decir, del aumento de la "adaptación", "diferenciación", "inclusión" y "generalización de valores".
[145] No original: "se encontraron en la estructura motivacional de la orientación del actor y en los criterios de valor culturales que se realizan en su orientación de la acción".

(ROCHER, 1989). Em síntese, esse processo evolutivo, à luz da ideia de *aceleração-negativa do tempo social*, manifesta o "[...] processo que aumenta a autonomia recíproca e, portanto, a indiferença das unidades sistêmicas, ou seja, cada unidade é capaz de realizar suas tarefas diante da instabilidade, declínio ou mesmo falha por parte de outras unidades" (BORTOLINI, 2016, p. 141[146]).

No que diz respeito à atuação dos *mecanismos de socialização e controle social* na vida em sociedade, Parsons (1966, 1970b) também os coloca como aptos à maior *integração social*, portanto, como colaboradores da *manutenção da ordem sistêmica* (*equilíbrio*). Se as "sanções positivas" servem para reforçar as disposições e cumprir as necessidades dos atores — mesmo que em convivência com tendências *desintegradoras* ou *desviantes* —, cujo processo equilibrado de interação constitui o ponto de referência fundamental dos *sistemas sociais*, é justamente porque, por exemplo, (*a*) no *mecanismo de socialização*:

> *Adquirir as orientações necessárias para funcionar com sucesso em um papel é um processo de aprendizado*, mas não é um aprendizado em geral, mas uma forma particular de aprendizado. Chamaremos este processo de socialização, e o processo motivacional em virtude do qual ele é produzido, visto *de acordo com seu significado funcional em relação ao sistema de interação, mecanismos de socialização. Estes são os mecanismos envolvidos nos processos do funcionamento "normal" do sistema social* (PARSONS, 1966, p. 217, grifos nossos[147]).

Mas, em contrapartida, o *mecanismo de socialização* alimenta, ao mesmo tempo que é alimentado, pela sua contraparte, isto é, (*b*) pelo *mecanismo de controle social*[148],

---

[146] No original: "process that enhances the reciprocal autonomy, and thus indifference, of systemic units-that is, each unit is able to carry on its tasks in the face of instability, decline or even failure on the part of other units".

[147] No original: "La adquisición de las orientaciones precisas para funcionar satisfactoriamente en un rol es un proceso de aprendizaje, pero no se trata de un aprendizaje em general, sino de una forma particular de aprendizaje. A este proceso lo llamaremos proceso de socialización, y al proceso motivacional por virtud del cual se produce, visto con arreglo a su significación funcional con respecto al sistema de interacción, mecanismos de socialización. Estos son los mecanismos implicados en los procesos del funcionamiento "normal" del sistema social".

[148] Devemos notar, para além de ser ou não uma questão de tradução, que Parsons e Bales (1970a) expõem um sentido análogo à nossa ideia da *aceleração-negativa do tempo social* como uma espécie de *reação* — entendida, é claro, como a contraparte do comportamento sociotemporal positivo. Somente uma *reação* é capaz de atenuar, como contramovimento, como uma espécie de "freio", a tendência acelerativa, e não um mero processo sistêmico *passivo*. Conforme os autores, "um dos frutos de colocar os paradigmas de desvio e controle social neste contexto mais geral do equilíbrio do processo de interação é a nova luz que ela lança sobre o significado da distinção entre atividade e passividade e, portanto, a inclusão destas categorias no paradigma. O equilíbrio social — ou mais amplamente, o equilíbrio de ação como ta1 — é um processo contínuo que pressupõe certos níveis de desempenho esperados e contínuos nos momentos certos. Do ponto de vista do equilíbrio do sistema enquanto o estamos analisando, a fase "ativa" do processo pode ser vista como uma aceleração da velocidade do processo de ação, *enquanto a fase "passiva" é uma desaceleração, um retardamento dessa velocidade. Em ambos os casos, há uma perturbação do equilíbrio que, por sua vez, requer um processo de reajuste em todo o sistema*. Além disso, esta perturbação pode ou não "encaixar"

o qual também está incumbido de atenuar, conforme vai evoluindo, a *desintegração social*. Nas palavras de Parsons (1966):

> Um mecanismo de controle social, portanto, é *um processo motivacional em um ou mais atores individuais que tendem a reagir a uma tendência de desvio no desempenho das expectativas de papéis, em si mesmo ou em um ou mais outros. É um mecanismo para restabelecer o equilíbrio*. Os mecanismos de controle social compreendem aspectos dos dois tipos de mecanismos de personalidade que denominamos mecanismos de defesa e ajuste. Ou seja, *eles constituem uma defesa e um ajuste com relação às tendências para violar as expectativas de papéis* (PARSONS, 1966, p. 217, grifos nossos[149]).

As duas citações acima, profundamente complementares, demonstram claramente que Parsons (1966) colocou um grande peso na capacidade dos dois mecanismos em atenuar a *desintegração social* e mesmo a *aceleração-positiva do tempo social* — claro, conforme ambos os mecanismos vão refletindo os aperfeiçoamentos fomentados pelo próprio *sistema social*. Mas parece, em adição, que Parsons (1966) também está querendo chamar a nossa atenção para o fato de que o *sistema geral da ação*, especialmente do ponto de vista *cultural*, vai materializando e inculcando cada vez mais uma visão de mundo (normas e valores) na *personalidade* (e nas *estruturas cognitivas*) dos atores sociais e, consequentemente, esses últimos tornar-se-ão por si mesmos capazes de lidar com as possibilidades de *desequilíbrio social*. É como se os atores sociais, enfim, fossem os *diligentes,* aqueles que internalizam *o todo social*, para depois externalizarem*,* na qualidade de *partes*, o *padrão* e o *adequado* funcionamento do primeiro, mediante

em um padrão estável de desenvolvimento. Veremos a importância da introdução de uma concepção de mudança de velocidade com um de seus componentes originais no esquema conceitual geral, embora quando os paradigmas de desvio e controle social foram formulados pela primeira vez, não estivesse claro qual era o significado deste fato." (PARSONS e BALES, 1970a, p. 74, grifos nossos) [uno de los frutos de la ubicación de los paradigmas de desviación y control social en este contexto más general del equilibrio del proceso de interacción, es la nueva luz que anoja sobre la significación del distingo entre actividad y pasividad, y por lo tanto la inclusión de estas categorías en el paradigma. El equilíbrio social — o en términos más amplios, el equilibrio de la acción como tal— es un proceso en marcha que presupone ciertos niveles previstos y continuos de desempeño en los momentos adecuados. Desde el punto de vista del equilibrio del sistema, tal como lo estamos analizando, cabe considerar a la fase "activa" del processo como una aceleración de la velocidad del proceso de acción, em tanto que la fase "passiva" es una deceleración, un retardo de esa velocidad. En ambos casos se produce una perturbación del equilibrio que, a su vez, exige un proceso de reajuste en todo el sistema. Además, esta perturbación puede "encajar" o no en uma pauta estable de desarrollo. Ya veremos la importancia que tiene la introducción, en el esquema conceptual general, de una concepción de cambio en la velocidad con uno de sus componentes originales, aunque cuando se formularon por primera vez los paradigmas de desviación y control social, no se veía con claridad cuál era la significación de este hecho].

[149] No original: "Un mecanismo de control social, pues, es un proceso de motivación en uno o más actores individuales que tiende a reaccionar frente a una tendencia a la desviación en el desempeño de las expectativas de rol, en él mismo o en uno o más alter. Se trata de un mecanismo de restauración del equilibrio. Los mecanismos del control social comprenden aspectos de los dos tipos de mecanismos de la personalidad a los que hemos llamado mecanismos de defensa y de ajustamiento. Es decir, constituyen una defensa y un ajustamiento con respecto a unas tendencias a violar expectativas de roles".

atitudes (re)*ativas* ou *defensivas*. Somente assim, acredita Parsons (1966), o fenômeno social pode continuar existindo, se "dando" *no* tempo*, pelo* tempo e *com* o tempo, precisamente por (re)produzir indivíduos *reflexivos*: a capacidade de *percepção e ação* com relação às transformações na realidade social para, em troca, (re)agir sobre tais transformações, capacidade essa que advém do social (*internalização*) e volta para o mesmo (*externalização*), também por causa dos processos de motivação/aprendizado (*socialização*).

Ao longo desta seção, e conforme à aplicação do procedimento metódico que nomeamos como a "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", podemos notar o quão importante foi o contexto social norte-americano, sobretudo por efeito das duas Grandes Guerras Mundiais, para a constituição e sistematização da *Teoria dos Sistemas Sociais* de Talcott Parsons ([1951] 1966). É claro que tal teoria já tinha sido delineada, em 1937, quando o autor publicou a obra "*A Estrutura da Ação Social*" (2010). Porém, foi somente a partir década de 1950, após os profundos efeitos sociais concretizados por aqueles dois eventos, que o seu empreendimento teórico-prático começou a trilhar um nível de sofisticação cada vez maior, pelo menos, até a sua morte, em 1979 (PARSONS, 1970b; ALEXANDER, 2000). Além disso, Parsons (1966) dava claros sinais e mesmo evidências dos contornos da realidade social de seu tempo, pois, tanto a urdida conceitual acionada pelo autor quanto a própria estrutura do modelo teórico, o sistêmico, se mostraram por um duplo movimento, movimento esse que, por óbvio, refletiu a relação de retroalimentação entre o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*.

Por um lado, o modelo teórico proposto por Parsons (1966) *internalizou* o *real funcionamento* da sociedade americana, em que sublinhamos os imperativos sociais calcados em normas e valores, as distintas maneiras que os processos de socialização e controle social (re)alimentavam a coordenação das ações sociais, bem como os acelerados avanços nos mais diversos estratos daquela sociedade, principalmente em nível científico-tecnológico (*tecnociências*). O empreendimento científico de Parsons (1966), cuja ambição era o delineamento dos fundamentos axiomáticos, epistemológicos e metodológicos da Sociologia, levou a lógica teorética às últimas consequências, na medida em que era necessário, como demonstramos aqui, um tipo de *reflexão teórica* mais adaptável (flexível) às mudanças sociais. Por outro lado, Parsons (1966, 1969, 1970b) também *externalizou* um empreendimento científico com a capacidade de intervir sobre a realidade social. Não somente porque buscou "modelar" o *funcionamento do*

*social* por uma perspectiva específica, mas possibilitou modos distintos de influenciar a dimensão processual da sociedade. Por mais que tenha delineado uma *teoria com pretensão universal*, Parsons (1966) também fincou bases seguras para que o social e o seu movimento *evolutivo* fossem, em certo sentido, "orientados", ainda mais no que se refere à capacidade de maior *integração social* por parte daquela. Mesmo assim, o autor demonstrou que embora o social estivesse em tensão dialética, como aquela presente entre o *equilíbrio* e o *desequilíbrio sistêmico*, a *tendência era o predomínio da primeira variável*.

## CAPÍTULO 6. A TEORIA SOCIOLÓGICA NO ÂMBITO EUROPEU A PARTIR DA DÉCADA DE 1970: UMA ACELERAÇÃO FRENÉTICA DO TEMPO SOCIAL DURANTE O PERÍODO CONTEMPORÂNEO

Neste sexto capítulo, o último que compõe a presente Tese, iremos discorrer sobre as rápidas transformações sociais que grande parte do mundo, pelo menos até os dias de hoje, experenciou direta ou indiretamente a partir da década de 1970. Muitas dessas transformações, as quais se caracterizaram por uma acelerada sinergia entre o ritmo da vida social e mudanças na realidade social do Ocidente e mesmo do Oriente, foram catalisadas por aquilo que ficou amplamente conhecido como a "Terceira Revolução Industrial" — ou Informacional. Através de tal revolução, cujo principal disseminador foram os Estados Unidos, em conjunto do seu desenvolvimento econômico, científico etc., por efeito da Segunda Guerra Mundial, despontou no horizonte da "sociedade global" um forte aprimoramento e novos avanços no sistema produtivo capitalista, muito em função do recondicionamento na produção do conhecimento científico, em conformidade com à aplicação de dispositivos técnico-científico-informacionais.

As alterações na vida em sociedade, em que sublinhamos a aniquilação do espaço pelo tempo, dado a compressão do regime de orientação e deslocamento, ligado ao aumento da velocidade proporcionada pelos meios de transporte, comunicação e *Internet* — também compondo o processo de *globalização* —, deram lugar a um novo regime social e sociotemporal, marcado por uma dinâmica até então inédita. Mediante à gradual popularização da *Internet*, a realidade social, quer a do Ocidente, quer a do Oriente, começou a organizar-se, sobretudo no ápice da década de 1990, por meio de uma interconexão global em rede totalmente descentralizada, operando apenas através do *ambiente virtual*: uma entidade desterritorializada que permite infinitas modificações *no atual* da maioria dos processos sociais, conforme o uso do conhecimento computacional.

Mesmo que as rápidas modificações na realidade social do Ocidente já vinham sendo percebidas e relativamente teorizadas pela Sociologia no âmbito internacional, pelo menos desde a década de 1950, com base nos efeitos da Segunda Guerra Mundial, foi somente a partir da década de 1970, e com fortes expressões na década de 1980, que a *ciência da sociedade*, de fato, tomou como vetor epistemológico os comportamentos do *tempo social.* Teóricos sociais, tais como Kurt Lüscher, Hermínio Martins, Helga Nowotny, Eviatar Zerubavel, dentre muitos outros, apontaram para a necessidade de se *repensar epistemologicamente o emprego do tempo na teoria sociológica*, visto que isso

explicaria, em importante medida, como o tempo ecoa, molda e constitui as diferentes dimensões das teorias em suas explicações, representações e descrições dos fenômenos sociais.

Como uma espécie de aprofundamento e mesmo uma radicalização dos esforços anteriores, a década de 1980 foi marcada pelo despontar da necessidade de revisitar, no horizonte teórico da *ciência da sociedade*, as velhas antinomias sociológicas, tais como a relação entre indivíduo e sociedade, agência/estrutura etc. As perspectivas de Anthony Giddens e de Margaret Archer, à título de exemplo, serão apresentadas para caracterizar a década de 1980 no âmbito teorético da Sociologia, pois, nesse período foi necessário incorporar na semântica dos conceitos, na metodologia e, principalmente, no estatuto epistemológico da Sociologia um maior conhecimento do *tempo social*. Mas poucos autores, ao nosso ver, incorporaram o comportamento e os efeitos do *tempo social* na urdidura epistêmico-conceitual que estruturavam as suas teorias sociológicas. Dentre os autores no cenário internacional da Sociologia, alguns inclusive oriundos da Filosofia, podemos destacar as figuras de Jean-François Lyotard, Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann, objetos da nossa análise.

O primeiro autor, Jean-François Lyotard, buscou analisar a *condição do saber* nas sociedades científica e tecnologicamente mais desenvolvidas, tais como os Estados Unidos e outras partes da Europa, ao trazer à baila que uma *atmosfera cultural* essencialmente *cibernética* e *informacional* estava tomando conta de boa parte do mundo para além daqueles dois contextos sociais. Tal *atmosfera cultural*, cuja característica estava assentada sob a rubrica de *condição pós-moderna,* evidenciou a crise dos *relatos* supostamente seguros e catalisados pela ciência moderna. Dado o movimento acelerado da realidade social, tanto nos Estados Unidos quanto em boa parte da Europa, novos valores *epistemológico-pragmáticos*, valores esses oriundos do próprio desenvolvimento do saber contemporâneo, estariam colocando em xeque as pretensões atemporais e universalizantes da ciência moderna, ainda mais a ideia de que a prática científica era algo nobre, capaz de escoimar a ignorância da humanidade. Assim, a sua *Teoria da Condição Pós-Moderna* buscou ressaltar que a *condição do saber* inaugurada pela *pós-modernidade* foi trilhada (e ainda trilha) sobre os *critérios de rapidez e eficiência*, devido aos impactos das *tecnociências*.

No caso de Pierre Bourdieu, a importância dos comportamentos do *tempo social* na teoria sociológica pode ser observada quando o autor buscou, através dos conceitos de *habitus* e *campo,* articular a dimensão objetiva das estruturas sociais com a dimensão

subjetiva dos atores sociais, tanto para superar as antigas antinomias sociológicas quanto para colocar a descoberto o ritmo "acelerado" das realidades sociais moderna e contemporânea. Ao tomar como mote a relação entre *habitus-campo*, *aceleração do tempo social* e mudança social, Bourdieu demonstrou, através da sua *Teoria da Prática* (*ou Praxiologia*), que uma das características centrais da sociedade moderna e contemporânea é o acelerado processo de diferenciação e autonomização dos *campos sociais,* o que teria dado origem não somente a modos específicos de compreender a realidade social, mas também a inúmeras condutas circunscritas no interior desses *campos sociais*. Com efeito, o *frenesi sociotemporal*, especialmente na contemporaneidade, também é capaz de viabilizar a *descumplicidade ontológica* entre *habitus e campo*.

Finalmente, para encerrar os teóricos contemporâneos que serão analisados neste capítulo, na *Teoria dos Sistemas Sociais* (*e autopoiéticos*) de Niklas Luhmann também poderemos perceber um esforço teórico que tomou como objeto de reflexão às aceleradas mudanças na sociedade. Na perspectiva do autor, a realidade social contemporânea tem como característica central uma dinâmica de crescente complexidade e expansão, isto é, inflacionamento a partir de *processos próprios de diferenciação em subsistemas funcionais* (economia, direito, religião etc.). Diante disso, Luhmann considerou que as teorias sociológicas clássicas não conseguiriam descrever com precisão a crescente complexidade que caracteriza a sociedade contemporânea, sendo necessário um modelo teórico totalmente ressemantizado e apoiado numa abordagem transdisciplinar, justamente para que seja demonstrado o aumento da complexidade na realidade social contemporânea, *vis-à-vis* com o aumento das comunicações, como consequências da *imprevisibilidade do tempo social*, o qual se constitui *no* (*e pelo*) *o motor da variação e da diferenciação sistêmica, da coevolução entre sistema e entorno*.

## 6.1. O despontar da Terceira Revolução Industrial (ou informacional): um preâmbulo sobre as aceleradas mudanças na sociedade mundial a partir da década de 1970

Todos os eventos ou circunstâncias sociais que citamos anteriormente, tais como a expansão da Segunda Revolução Industrial e as duas Grandes Guerras Mundiais, certamente provocaram profundas alterações na realidade social do Ocidente, em particular, em boa parte da Europa e dos Estados Unidos — inclusive, nos distintos modelos explicativos, representativos e descritivos que ensejaram, sociologicamente, a

compreensão das mudanças sociais naqueles dois contextos. Porém, tais eventos, mesmo que deveras contundentes, não se comparam a magnitude das transformações sociais levadas a cabo pela Terceira Revolução Industrial (ou Informacional), na medida em que seus efeitos puderam ser notados, de forma explícita, no mundo todo (BOCCARA, 1984; IANNI, 2001; COOPER e KAPLISNKY, 2005; RIFKIN, 2011). De uma forma que transcende qualquer dúvida razoável, o seu rápido dinamismo possibilitou, desde a década de 1970, a total desintegração e mesmo a reestruturação dos limites espaciais que constituíam as diferentes nações, bem como uma reconfiguração (global) dos processos produtivos e, principalmente, um recondicionamento na produção de conhecimento (científico): um valor estratégico-mercadológico, em virtude do desenvolvimento *técnico-científico-informacional* (SCHAFF, 2001).

O grande fomentador da Terceira Revolução Industrial (ou Informacional), visto aparecer de forma praticamente consensual na literatura especializa, como a da Sociologia e da Comunicação e Informação, foram os Estados Unidos (METELLO, 1982; CASTELLS, 2000; GIDDENS, 2012). Foi a partir dali, segundo Jean Lojkine (2002), sobretudo por efeito dos desenvolvimentos sociais e científico-tecnológicos oriundos da Segunda Guerra Mundial, que o mundo todo experenciou algo inédito, ainda mais se comparado, por exemplo, às *revoluções industriais anteriores*. Se a Primeira Revolução Industrial (1760-1840/1895) e a Segunda Revolução Industrial (1880-1950), apesar das suas singularidades, desvalorizaram o trabalho manual em função do alto desenvolvimento do maquinário no processo produtivo do capitalismo, com a Terceira Revolução Industrial observamos uma *metamorfose no pensamento humano*, um significativo deslocamento do trabalho mental autêntico. Pois

> [...] a transferência, para as "máquinas", de um novo tipo de funções cerebrais abstratas (o que caracteriza a automação) está no coração da revolução *informacional*, já que tal transferência tem como consequência fundamental deslocar o trabalho humano da *máquina* para o tratamento de símbolos abstratos — e, pois, deslocá-lo para a *informação*. Neste sentido, a revolução *informacional* nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial (LOJKINE, 2002, p. 14).

Para além das considerações de Lojkine (2002), temos que levar em conta, da mesma forma, que a *informação* — ou pelo menos o valor que ela suscitou a partir da década de 1970 — tomou tais ou quais qualidades, concomitantemente, conforme algumas disciplinas do conhecimento, tal como a Cibernética, a Telemática e a Informática, iam se desenvolvendo e sendo fortemente financiadas por *Departamentos de*

*Pesquisa e Desenvolvimento Científico* (*P&D*) (KUMAR, 1997). Apesar disso, a *informação*, por si só, não foi tão determinante aos meandros da Terceira Revolução Industrial, mas, sim, a "aura" que emergiu dela, a saber, uma estrutura social fortemente orientada pela *valorização do conhecimento técnico-científico-informacional*, na qualidade de "motor" acelerativo do social.

O "*Know-How*" (saber-fazer), no fundo, fez com que a antiga distinção entre processamento e disseminação do conhecimento se tornasse indistinguível e, acima de tudo, operasse mudanças cruciais na realidade social do Ocidente, pois indicou de modo veemente a descontinuidade na forma como o conhecimento e a sociedade estavam sendo (re)produzidos, sobretudo *no saber e no fazer* (KUMAR, 1997; RODRIGUES, 2009). Nesse prisma, Daniel Bell (1977), sob a forma de um prognóstico, vislumbrou aquilo que ele nomeou, à luz da realidade social americana, como "sociedade pós-industrial", cuja característica principal era o desenvolvimento do conhecimento sistemático como força motriz da inovação e desenvolvimento social. Nas palavras do autor:

> O conceito de sociedade pós-industrial é uma generalização muito ampla. Seu significado será mais facilmente compreendido se especificarmos cinco dimensões ou componente do termo: 1. *Setor Econômico*: a mudança de uma economia de bens para uma economia de serviços; 2. *Distribuição ocupacional*: a preeminência da classe ocupacional e técnica; 3. *Princípio axial*: a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade; 4. *Orientação futura*: controle da tecnologia e a distribuição tecnológica; 5. *Tomada de decisão*: a criação de uma nova "tecnologia intelectual" (BELL, 1977, p.27-28, grifos nossos).

Podemos notar, conforme Bell (1977), que a *estrutura social* encabeçada por essa "sociedade do conhecimento", principalmente aquela *estrutura social* que os Estados Unidos estavam irradiando para o mundo todo, não tardaria por remanejar a Política, a Economia e a Cultura ocidentais, em razão de fundamentar a direção das inovações e das mudanças sociais. A centralidade do *conhecimento sistemático*, também catalisado pela dimensão *informacional*, seria, assim, um dos principais elementos que compuseram a tônica da Terceira Revolução Industrial, a saber, "[...] a redução de tempo e, como consequência, uma aceleração na rotação do capital, anulando o espaço territorial pela diminuição do tempo de circulação, mas o intercâmbio de produtos imateriais se dá em tempo real" (SOUZA *et al*, 2013, p. 10).

Conforme a Terceira Revolução Industrial ia se desenrolando, a *aceleração do* (tempo) *social* não somente tomava um novo fôlego ou colocava, de uma forma mais radical, o mundo todo posto sob pressão para dinamizar-se, mas, fundamentalmente, obrigava as distintas sociedades a se acostumarem com uma realidade mundial

interconectada, praticamente unificada (ROSA, 2017). As sociedades, diante disso, gradualmente foram dando lugar a um único *locus* societário, a *sociedade mundial*, por força da "homogeneização" social assegurada pelos meios técnico, científico e informacional, ou seja, "[...] a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional; a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas; a tensão crescente entre localidade e globalidade" (SANTOS, 1998, p. 48). Mas um dos aspectos mais surpreendentes em todo esse processo de *interconexão do real-social*, através da Terceira Revolução Industrial, foi o incontestável modo de nos relacionarmos com o mundo, sob a forma da aniquilação do *espaço* pelo *tempo*, isto é, aquilo que David Harvey (1992) chamou de "*compressão tempo-espaço*". Segundo autor:

> Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra "compressão" por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço parece encolher numa "aldeia global" de telecomunicações e numa "espaçonave terra" de interdependências ecológicas e econômicas — para usar apenas duas imagens conhecidas e corriqueiras —, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal (HARVEY, 1992, p.219).

Conforme as mudanças nos transportes, na comunicação e, principalmente, na estrutura das cidades foram sendo viabilizadas pelos avanços da Terceira Revolução Industrial, a distância e o tempo local, conforme Harvey (1992), foram transpostas de modo cada vez mais rápido. Os transportes, por exemplo, foram projetados para encurtar o tempo e dissolver o papel do espaço como dimensão de orientação (VIRILIO, 1993, 1999; GUEDES, 2021). Obviamente que todo esse processo foi alimentado, ao mesmo tempo que alimentou, uma maior aceleração da tecnologia, da mudança e do ritmo da vida social, porquanto alterarem significativamente nossas relações com o espaço, reorganizando as nossas estruturas cognitivas ao ponto de *sentirmos* que o mundo, desde então, está cada vez menor (ROSA, 2019).

Com a entrada daquilo que frequentemente ficou conhecido como "sociedade contemporânea", um desdobramento, uma autorreferencia, uma radicalização da tradição moderna industrial, mais ou menos a partir do início da década de 1970, a maioria dos

processos sociais tomaram uma nova forma (BECK, 1999; IANNI, 2013). Se formos levar novamente em consideração, dentre muitas outras coisas, o papel das inovações, do desenvolvimento científico-tecnológico e das interconexões humanas, aquelas asseguradas pelo processo de *globalização*[150], também podemos identificar a emergência de uma outra dimensão que se relacionou com a materialidade do que é, de fato, produzido: a dimensão "imaterial" (LYOTARD, 1985; LOJKINE, 2002).

Parte da nova "aura" da realidade social contemporânea é, em certo sentido, "imaterial" justamente porque ela é passível de maiores manipulações por parte da ciência, da tecnologia, da indústria e mesmo dos indivíduos como um todo, manipulações essas que ignoram por completo os residuais limites espaço-temporais que a sociedade ocidental tinha desde então. Nela, então, está envolvida, a partir do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e da *nova indústria*, a centralidade da informação (ou da informatização), especificamente, tudo aquilo que é impulsionado pela *dimensão virtual* (VIRILIO, 1993; DELEUZE, 1996). Desse modo, a dimensão virtual é virtual porque nela não encontramos um fundamento último, um limite, mas, sim, uma infinidade de potencialidades capazes de modificar *o atual* da maioria dos fenômenos sociais, ressignificá-los conforme um tipo de conhecimento específico (técnica), como o planejamento computacional.

O virtual, conquanto seja uma entidade desterritorializada, permitiu o aumento das modificações espaço-temporais dos fenômenos ou processos sociais, como aqueles que vimos surgir a partir do desenvolvimento do computador e, posteriormente, da *Internet*[151] (CASTELLS, 1977, 2000; LAFOINTAINE, 2007a). Com a *Internet*, e por consequência, com o seu *ambiente virtual*, despontou na sociedade mundial um novo tipo de tempo, um *tempo instantâneo* (de fluxos simultâneos), que "desespacializou" o indivíduo de

[150] Conforme Manfred Steger (2003), o processo de globalização, do ponto de vista das radicais e rápidas modificações na dimensão espaço-temporal da realidade social, catalisado pelo incremento tecnológico, pode ser compreendido como "a criação de novas redes de atividades sociais e a multiplicação das anteriormente existentes que superam cada vez mais as fronteiras políticas, econômicas, culturais e geográficas tradicionais; expansão e/ou alongamento das relações sociais, atividades e interdependências; a intensificação e aceleração de intercâmbios e atividades sociais" (STEGER, 2003, p. 9-12). De modo sintético, a globalização pode ser compreendida como "um processo de alongamento, em que modos de conexão entre diferentes contextos sociais ou regiões se tornam ligados em rede por toda a superfície terrestre" (GIDDENS, 2003, p. 60). Para uma discussão panorâmica acerca do tema, ver Ianni (2001) e Nascimento (2020).

[151] É importante ressaltarmos que a *Internet*, apesar de ter sido criada em meados da década de 1970, como a antiga *Arpanet*, para fins militares, somente teve um verdadeiro impacto sobre o social após a década de 1990, quando ocorreu a massiva utilização do computador pessoal, o chamado *PC* (*personal computer*) (BRIGGS e BURKE, 2004). Assim, fica evidente que os autores analisados posteriormente, tais como Jean-François Lyotard, Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann, não incorporam o impacto da *Internet* em seus constructos teóricos.

qualquer posição fixa no espaço, tornando-o indeterminado em relação ao tempo — na forma de um eterno presente (VIRILIO, 1993; SILVA, 2001). Como herança do pós-guerra, a *ARPAnet*[152], e com fortes reverberações tanto nas interações sociais quanto na relação entre poder político e mercado financeiro, a *Internet*, sobretudo a partir da década de 1990, demonstrou que quem tem a velocidade proporcionada pelo "virtual", tem poder e é capaz de adquirir meios, dinheiro e dominação (VIRILIO, 1984).

Em suma, a partir da década de 1970 e da nova configuração societária que surgiu no Ocidente, de um modo geral, e na Europa e nos Estados Unidos, de um modo específico, através do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, em que sublinhamos a importância da informação, da dimensão virtual, da velocidade, da intensa relação entre a Técnica e a Ciência, chamada de "Tecnociências", da (re)racionalização da produção e trabalho industriais, o *comportamento do Tempo Social* urgiu por novas teorizações, novas funções epistemológicas em relação à lógica teorética. É exatamente isso que veremos a seguir, no primeiro intercurso, dedicado à dimensão temporal que se torna um imperativo epistêmico-conceitual a partir da década de 1970 na Sociologia.

## 6.2. Considerações sobre a natureza da teoria sociológica a partir da década de 1970: a dimensão temporal se torna um imperativo epistemológico

Como demonstramos anteriormente, sobretudo no Capítulo 2 e mesmo nas análises efetuadas das teorias sociológicas nos *períodos clássico e pós-clássico*, o *tempo social* integrou, de fato, a *história teorética da Sociologia* — pelo menos desde o seu nascimento. Ademais, o *tempo social* sempre foi tematizado, de tal ou qual maneira, como totalmente distinto do tempo estipulado pelas Ciências Naturais e Exatas, tais como a Física e a Matemática, pois ao contrário dessas áreas do conhecimento, o tempo da sociedade não é tão somente algo *homogêneo* e *mensurável*, mesmo que a *dimensão quantitativa* seja usada como parte das coordenações no "mundo da vida". Ao contrário, o tempo que compõe a realidade social não somente tem, com efeito, elementos mensuráveis, tais como a sequência e a duração dos processos sociais, mas também *dimensões ou estratos qualitativos* que são *simbolicamente* interpretados de distintas

[152] A *ARPAnet* (*Advanced Research Projects Agency Network*) foi construída pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em meados de 1969, como a primeira rede de computadores, cuja finalidade era a transmissão de dados sigilosos (SALUS, 2008).

maneiras por indivíduos, grupos e sociedades, em razão de ser *uma totalidade heterogênea* que articula temporalidades distintas, percebida diferentemente no âmbito do fenômeno social (ELIAS, 1998; SZTOMPKA, 2005; STORCH e GUEDES, 2021).

Entretanto, mesmo que o *tempo social* tenha sido objeto de tematização por parte da *história teorética da Sociologia*, seu *status*, grosso modo, não ultrapassou a qualidade de *tema* ou *auxiliar* dos demais elementos que compuseram a arquitetura dos modelos teóricos, como aqueles que foram analisados anteriormente. Em outros termos, o *"tempo"* (social) não foi visto como um *imperativo epistemológico*, na medida em que não foi admitido, pelo menos de maneira explícita, como *articulador sine qua non* dos modelos teóricos em relação às mudanças ou aos comportamentos sociotemporais observados na realidade social — sejam eles quais forem. Apesar de parecer um tanto injusta tal assertiva, ainda mais se levarmos em conta os contextos sociais das teorias sociológicas analisadas previamente, não foi esse o teor das produções teórico-sociológicas a partir da década de 1970, em particular, no âmbito internacional. A partir desse período, destarte, emergiu uma notável quantidade de estudos sociológicos altamente críticos acerca da relação entre a variável *tempo* e a *teoria sociológica* que, de uma maneira geral, indicavam a indispensabilidade de tal relação (HASSARD, 1990; ŠUBERT, 2001).

É o que nos mostra, por exemplo, o sociólogo Werner Bergmann, professor de teoria sociológica na *Technical University of Berlin*, no texto "*The Problem of Time in Sociology: an overview of the literature on the state of Theory and Research on the "Sociology of Time*", publicado em 1995. Nesse texto, o autor realizou um profundo estudo histórico-epistemológico sobre como a literatura sociológica enfrentou o problema da variável *tempo*, na qualidade de imperativo epistemológico, nas mais diversas teorias produzidas de 1900 até 1982. O resultado do seu estudo histórico-epistemológico foi que o âmbito teórico da Sociologia, em geral, mesmo que tenha comportado notáveis tematizações sobre o *tempo* (social), pouco aprendeu com suas disciplinas vizinhas, tais como a Psicologia Social, a Economia, a Antropologia, dentre outras, visto que essas últimas nunca deixaram de explicitar a indispensabilidade do *tempo* para a teorização da vida em sociedade — com exceção de alguns trabalhos notáveis que despontaram no horizonte da Sociologia a partir da década de 1970 (BERGMANN, 1992).

Um dos primeiros trabalhos que chamou à atenção para a necessária relação entre "*tempo e teoria sociológica*" foi o texto de Kurt Lüscher (1974), cujo título é "*Time: a much-neglected dimension in Social Theory and Research*".

Sob a forma de um argumento paradoxal, Lüscher (1974) buscou demonstrar, por um lado, que a Psicologia Social possui uma plêiade de estudos contundentes que contribuiriam para a subsistência de teorias sociológicas, como os estudos que versam sobre as distintas interpretações dos sujeitos, grupos e instituições em relação às *mudanças* e *durações dos fenômenos sociais*. Tais estudos, ofereceriam algumas diretrizes pertinentes para a pesquisa sociológica *micro, meso* ou *macro*. Por mais "específicos" que sejam tais estudos, Lüscher (1974) defende, mesmo assim, que os mesmos serviriam para dar mais consistência às reflexões sociológicas que se depariam com supostas irracionalidades na vida em sociedade, que fogem da compreensão "dura" do fazer científico. Mas, por outro lado, o autor também apontou uma tendência[153] — em função dos acelerados efeitos sociais desencadeados pelo *pós-segunda guerra* — para o âmbito teórico internacional da Sociologia, a saber, "[...] as Ciências Sociais estão [na década de 1970] envolvidas em uma luta por novos paradigmas e é provável que esses paradigmas deem mais atenção às dimensões do tempo do que anteriormente" (LÜSCHER, 1974, 113). O autor, portanto, estava querendo chamar a atenção, como nos lembra Victoria Koehler-Jones (1995), para o fato de que o *tempo* (social) e as perspectivas temporais que ensejam são deveras complexos, necessitando serem mais bem averiguados, incorporados na produção de modelo teóricos.

Para além de Lüscher (1974), existiu uma infinidade de teóricos sociais que chamaram à atenção para a relação entre "*tempo e teoria sociológica*", como aponta de modo sumário Jiří Šubert (2021). No entanto, gostaríamos de destacar mais dois autores, cujos textos foram (e ainda são) seminais na literatura sociológica *sobre o tempo*, quais sejam, Hermínio Martins e Helga Nowotny (ADAM, 1990).

O primeiro autor, Hermínio Martins, apontou em "*Tempo e Teoria na Sociologia*" (1996) que a natureza da teoria sociológica, principalmente no âmbito internacional, acompanhava uma tendência desfavorável para o seu estatuto epistemológico, na qualidade de disciplina do saber científico: *uma tendência à perspectiva analítica e intencionalmente fragmentada*, totalmente oposta de *uma reflexão sintética e totalizante*. Isso se deu, defende o autor, por causa da gradual crise do *Estrutural-Funcionalismo* de Parsons, especialmente por conta das suas bases de fundamentação epistemológica, a

[153] Análogo, em certo sentido, ao "prognóstico positivo" de Jeffrey Alexander (1987) sobre "*O novo movimento teórico"*.

perspectiva sistêmica e o *Realismo Analítico*[154], supostamente incapazes[155] de lidar, efetivamente, com a *mudança sociocultural* (MARTINS, 1996; LACERDA, 2020).

Martins ([1974]1996) vislumbrou, então, duas perspectivas diametralmente opostas, a saber, discussões que ora tinham um *temporalismo temático* — problematizações temporais e históricas cujos modelos eram sincrônicos ou invariantes —, ora um *temporalismo substantivo* — problematizações do tempo por um viés tanto ontológico quanto metodológico, ocorrendo com menor frequência quando comparada à primeira. Desse modo, tais perspectivas dificultaram a articulação entre *temporalismo real* e *pontencial* (*continued default*) e, por consequência, uma restrição ao desenvolvimento da teoria sociológica (GUEDES, 2020).

Os processos sociais, juntamente com o tempo histórico, a mudança social e o devir, poderiam ter sido pensados, argumenta o autor, pelas teorias sociológicas de modo mais cuidadoso, isto é, como as bases *onto-epistemológicas* da sociedade. Para além do fato de que o *problema do tempo na teoria sociológica* começou por causa da abordagem funcionalista, justamente por dirigir todas as suas forças de forma sistemática, irrevogável e preeminentemente para a estrutura, ordem, e estados de (re)equilíbrio, houve, sobretudo até a década de 1970, uma conspícua ausência de preocupações temporais ou consciência histórica ao nível de teorização diacrônica (MARTINS, 1996). As correntes *microssociológicas* (*Interacionismo Simbólico e Etnometodologia*), por um lado, e as correntes *macrossociológicas* (*Estruturalismo e Estrutural-Funcionalismo*), por outro lado, passaram a pensar o tempo de modo fragmentado, situacional, marcadas pela descontinuidade radical entre elas (*cesurismo*), com uma concepção de tempo *incapaz de articular as instâncias do real de maneira totalizante*, para além daquilo que se mostrava em tempo e espaço específicos (*nacionalismo metodológico*). O que havia eram temporalidades autônomas, autorreferentes e não intercambiáveis (GUEDES, 2020).

Não se trata, portanto, de uma mera ruptura *na Sociologia*, mas de diversas rupturas em domínios variados, em perspectivas sociológicas coirmãs, cujas temporalidades autônomas não estavam integradas nem mesmo aludiam a fatores mais

[154] O *realismo analítico* compreende que a "[...] a representação mental não é um puro reflexo da realidade, já que é dela uma reconstrução, não é tampouco uma traição. Ela capta os aspectos da realidade de um modo eficaz, pis há sem cessar um vaivém entre o conceito e a realidade, de modo que a representação mental se ajusta sem cessar e por meio de retoques às imagens que a realidade lhe devolve" (ROCHER, 1976, p. 28).

[155] Apesar do argumento de Martins (1996) ser interessante, cremos que a nossa análise da *Teoria dos Sistemas Sociais* de Parsons demonstra o contrário, isto é, a teoria proposta por esse última não só é deveras articulada e flexível, como também se mostra muito atenta às mudanças sociais. Ver também Alexander (1981) e Savage (1981) e Bourricaud (1981).

ou menos invariantes, como no caso da racionalização, do advento do capitalismo, da revolução industrial, das revoluções tecnológicas (LACERDA, 2020). Em vista disso, o projeto crítico de Hermínio Martins concentrou-se na necessidade de retomar essas temporalidades que se querem autônomas e autorreferentes, mas, numa articulação macroestrutural e estratificada (GUEDES, 2020).

Em outro sentido, a socióloga Helga Nowotny argumenta, no texto "*Time Structuring and Time Measurement: On the Interrelation Between Timekeepers and Social Time*" (1975), que uma coerente investigação sociológica deve levar em conta a relação entre *estruturação e medição do tempo*. Longe de ser algo simples, é necessário que a *dimensão simbólica do tempo* (social) seja retomada sob novas vestes, que seja trazida à baila (e mantida à baila) em razão do aumento de complexidade em uma ampla escala de organização social, como nas que podemos vislumbrar, principalmente no Ocidente, a partir da Terceira Revolução Industrial — a qual, devido a sua organização, nos dá a impressão de que existe um único tempo, uma única maneira de medir o tempo (GUEDES, 2020).

Nowotny (1975) salienta o esquecimento por boa parte do âmbito teórico internacional da Sociologia de um dado fundamental — dado esse já exposto por Edmundo Leach (1976) —: "em qualquer sociedade as ideias sobre a natureza do espaço e tempo estão diretamente ligadas aos tipos de escalas de medição usadas num determinado contexto social" (NOWOTNY, 1975, p. 325). Destarte, a autora sublinha mais duas questões em tal raciocínio, quais sejam, (*i*) os métodos científicos de cronometragem são, também, uma construção social; (*ii*) o *tempo social* refere-se à experiência do tempo intersubjetivo criado simbolicamente, inclusive coordenando nosso comportamento por meio da interação social entre indivíduos que vivem circunstâncias sociais semelhantes. (NOWOTNY, 1975; GUEDES, 2020).

Para tanto, Nowotny (1975) toma como mote explicativo a dimensão econômica, pois ela traz consigo uma plêiade de dimensões potencialmente problematizáveis. A primeira delas, por exemplo, vai ao encontro da relação entre perspectivas de curto e longo prazo nas classes sociais baixa e alta que, ao contrário do que mostrou algumas pesquisas sociológicas, podem variar drasticamente nessas classes, não sendo algo rígido e imutável. Grandes despesas, por exemplo, podem proporcionar uma projeção temporal nas classes baixas (projeção para o futuro).

O segundo exemplo, em contrapartida, problematiza a dicotomia entre "abundância/escassez" temporal tanto em sociedades industriais quanto em sociedades

não-industriais, quer dizer, em sociedades tradicionais. Nessas últimas, argumenta a autora, o tempo é considerado menos escasso do que nas sociedades industriais, pois, geralmente, p*ossuem maiores índices de assimetria entre as possibilidades e o tempo disponível para realizar tais ou quais práticas sociais* (GUEDES, 2020). Mas, por oposição, as sociedades industriais, na maior parte dos casos, *possuem um alto índice de discrepância entre a abundância de possibilidades e a escassez de tempo para realizar tais possibilidades e a produção de bens*. Diante de possibilidades que não param de aumentar, argumenta Nowotny (1975, p. 10), "[...] e atividades e planos a serem realizados, o meio temporal presente aparece como insuficiente e, portanto, escasso". A dimensão simbólica, portanto, deve ser retomada na pesquisa sociológica ou, como disse a própria autora, "[...] abolir um conceito de tempo unidimensional é restaurar a riqueza da vida social" (NOWOTNY, 1975, p. 21).

Como dito anteriormente, o âmbito internacional da Sociologia passou, pelo menos desde a década de 1970, a exigir novas representações teóricas em virtude das radicais transmutações da realidade social contemporânea, quando comparada aos períodos anteriores da história da disciplina. Por conseguinte, emergiram tanto novas temáticas de pesquisa quanto novas subáreas de investigação, mas, mais do que isso, despontou no horizonte teórico da *ciência da sociedade* a necessidade de revisitar velhas antinomias sociológicas, tais como a relação entre indivíduo e sociedade, micro/macro, agência/estrutura etc., fazendo com que fosse necessário incorporar na semântica dos conceitos, na metodologia e, principalmente, no estatuto epistemológico da Sociologia um maior conhecimento do "novo" *tempo social*. É isso o que veremos a seguir, sobretudo na década de 1980, momento em que, de fato, "um assunto que até então era muitas vezes esquecido tornou-se quase que na moda" (ŠUBERT, 2001, p. 217).

### 6.2.1. Considerações sobre a natureza da teoria sociológica a partir da década de 1980: a rapidez do tempo e das mudanças sociais passam a exigir representações mais dinâmicas

Desde que a Sociologia surgiu, a partir de Comte, e posteriormente foi institucionalizada como disciplina do conhecimento científico, a partir de Durkheim, duas perspectivas excludentes conduziram, em grande medida, o seu desenvolvimento teorético, pelo menos até os dias de hoje. Por um lado, uma perspectiva *microsociológica* que dá primazia ao indivíduo e ao processo de interação social e, por outro lado, uma

perspectiva *macrossociológica* que dá primazia às estruturas sociais, as quais são tanto responsáveis por "estruturar" contextos sociais de grande escala, anteriores aos indivíduos, quanto condicionar, de forma imperativa, a forma de pensar e agir dos mesmos. Se a sociedade é um fenômeno que se mostra de diversas maneiras, muito em função de que está sempre "sendo", "alterando-se" continuamente, tais perspectivas ainda são indispensáveis ao desenvolvimento da *ciência da sociedade*, pois denotam, como nos lembra Margaret Archer (2007b, p. 38), parafraseando Ralf Dahrendorf (1968), *uma questão ontológica mais ampla*, a saber, o "fato vexatório da sociedade": ao mesmo tempo em que moldamos a sociedade, a sociedade está nos moldando.

Conforme a Sociologia foi se desenvolvendo, quer em nível epistemológico, quer em nível ontológico, aquelas duas perspectivas foram abrindo espaço para novas compreensões da realidade social, ao ponto de instituírem certas "antinomias sociológicas", isto é, axiomas opostos que ora tomavam como mote *as partes do social* de forma isolada, tais como o *indivíduo*, a sua *subjetividade*, a *dimensão micro do social* (interações, contextos etc), ora tomavam como mote *o todo social*, tal como a *própria sociedade*, a *objetividade das estruturas sociais* e mesmo a *dimensão macro do social* (coletividades, classes, sistemas sociais etc) (COHEN, 1976; TIMASHEFF, 1979). Aliás, tais antinomias sociológicas, sobretudo a partir da década de 1980 — mesmo que tenham sido "conciliadas", como veremos a seguir —, evoluíram para quilo que ficou amplamente conhecido, no âmbito internacional da Sociologia, como relação da *"agência com a estrutura*", que "[...] pode ser compreendida como uma reformulação mais elaborada do problema indivíduo/sociedade, que por sua vez é a manifestação sociológica do problema filosófico do todo e da parte" (FREITAS, 2018, p. 44). Mas vejamos, antes, de forma breve e panorâmica, alguns desdobramentos dessas antinomias sociológicas, ao observarmos as três matrizes epistemológicas sobre as quais a disciplina se desenvolveu, isto é, o Positivismo, a Hermenêutica e o Materialismo Dialético, que fundamentam o pensamento teórico de cada um dos três autores clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.

Como demonstramos anteriormente, no Capítulo 4, o pensamento sociológico de Durkheim (2010) enfatiza, como pressuposto epistemológico, a *dimensão macroestrutural* da realidade social. Isso pode ser visto, da mesma forma, na ideia de "fato social" elaborada pelo autor na obra "*As regras do método sociológico*" (2014), originalmente publicada em 1895. Segundo a definição do autor, os fatos sociais "[...] consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são

dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatores se impõem a ele" (DURKHEIM, 2014, p. 03). Dito de outro modo, os fatos sociais seriam as próprias estruturas da realidade social, posto terem uma *objetividade* capaz de condicionar o agir e o pensar dos indivíduos — por isso constituem a unidade de análise da pesquisa sociológica (RODRIGUES, COSTA e GUEDES, submetido à publicação[156]).

Por sua vez, Weber (1994) tomou como pressuposto, dado a influência da matriz Hermenêutica em seu pensamento, a *dimensão micro* da realidade social, quer dizer, a ação social como unidade de análise sociológica. Segundo o autor, a ação social deve ser entendida como "[...] uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso" (WEBER, 1994, p. 03). Toda a ação social, quer aquela motivada por fins específicos, quer por aspectos valorativos ou mesmo afetivos, sempre ocorre num determinado contexto histórico ou cultural — sendo esse último, o contexto cultural, também entendido pelo autor como aqueles *outros* (RODRIGUES *et al*, submetido à publicação). Assim, cabe ao sociólogo, à luz da perspectiva weberiana, identificar e interpretar o *sentido* (a significação subjetiva, a "dação" de sentido) das ações perpetradas pelos dos agentes observados, em tempo e espaço específicos.

Por fim, o terceiro clássico da Sociologia, Karl Marx (2001b), mesmo que não tivesse como propósito a viabilidade de bases epistemológicas e mesmo metodológicas para o desenvolvimento da Sociologia, como disciplina do conhecimento científico, também contribuiu para uma compreensão *macroestrutural* do social. Nesse sentido, a relação dialética entre a *estrutura com a superestrutura*, defendida pelo autor, denota, uma vez mais, que tudo aquilo que é produzido na dimensão concreta da realidade social, através do processo produtivo, constitui as balizas de como essa última reflete na superestrutura da sociedade. Em Marx (2001b), portanto, há uma clara sobredeterminação da *dimensão macroestrutural*, em particular, a dimensão econômica, sobre os meandros da vida social (RODRIGUES *et al*, submetido à publicação).

Como ficou claro até aqui, os três autores clássicos da Sociologia já traziam, pelo menos em gérmen, as antinomias sociológicas, temas de amplo debate no âmbito internacional da disciplina. Todavia, como afirmamos no início desta seção, mesmo que tais antinomias tenham, em grande medida, ditado a tônica do desenvolvimento teorético da *ciência da sociedade*, foi somente após o fim da Segunda Guerra Mundial que as

[156] O presente artigo se encontra, atualmente, em processo de avaliação.

mesmas começaram a explicitar, na realidade, a fraqueza de suas unilateralidades. Claro, no ínterim que separou a década de 1950 (o pós-guerra), passando pela década de 1970 (Terceira Revolução Industrial), até a década de 1980, momento da "explosão de paradigmas" que explicitamente retomaram tais antinomias como algo que constituiu "a ordem do dia" do pensamento sociológico, somaram-se outros eventos sociais.

A partir do pós-guerra, com a chamada "crise da sociologia clássica", notadamente Comte, Durkheim e Weber e, em menor medida, Marx, podemos mencionar outros fatores que contribuíram para que a teoria sociológica, a partir da década de 1980, passasse a exigir representações (temporalmente) mais dinâmicas. Num primeiro momento, temos (*i*) a crise da sociologia durkheimiana e a crise do existencialismo de Jean-Paul Sarte, na França, cuja *Filosofia* (ou Sociologia) *do Sujeito* não convenceu a intelectualidade naqueles país, oportunizando a emergência do *Estruturalismo* de Claude Lévi-Strauss, um ambicioso programa de investigação científica interdisciplinar[157](CUIN e GRESLE, 1994; PETERS, 2000; ALEXANDER, 2000; JOAS e KNÖBL, 2017).

Também tivemos, no outro lado do atlântico, (*ii*) a emergência dos movimentos contraculturais que apontaram os limites das questões ligadas à tradição, ao conservadorismo nos costumes, ao Estado Burguês, ao papel de submissão atribuído à mulher, ao "caretismo" da moda, à Guerra do Vietnã e à proibição do uso de drogas. Além disso, nos Estados Unidos, o próprio *Funcionalismo*, fortemente preocupado com a manutenção da *ordem social*, passou a ser criticado e associado ao *establishment* — o que interessava aos grupos de contracultura não era a manutenção da ordem social, mas justamente o contrário, sua transformação radical (RODRIGUES, *et al*, submetido à publicação).

Na passagem de um evento social para outro, ocorre, sobretudo na década de 1980, o "renascimento" do *sujeito*, mas não de um sujeito plenamente consciente de si e do mundo, centrado na razão. Trata-se, antes, de um sujeito socialmente situado, corporificado (e generificado), construído discursivamente dentro de um dado momento histórico, político e social (PETERS, 2000). Aliás, essa "retomada" do sujeito, muito em função da crítica pós-estruturalista ao *Estruturalismo*, contribuiu ao desenvolvimento da ideia de "ação" e mesmo "indivíduo" à ideia de "agência", posto a partir de todos esses eventos sociais, grosso modo, a teoria sociológica se dar conta "da capacidade que o

[157] O qual, mais tarde, entraria em forte crise, justamente pelos *Le événements de Mai 1968* e, especialmente, com a emergência da crítica *Pós-Estruturalista*, cuja crítica à noção de verdade e à ênfase atribuída à pluralidade de interpretações, levou ao esgotamento o paradigma estruturalista.

agente individual tem de efetuar uma ação" (FREITAS, 2018, p. 45). Em outros termos, a "agência — na sua relação com a "estrutura", já que denotam compreensões mais dinâmicas do social — implica poder, escolha, intenção e desejo, não tanto coerção do social (McADAMS, 2016).

Se é plausível afirmarmos que a Sociologia nasceu por causa das transformações sociais em boa parte da Europa, sendo essas últimas filhas legítimas de uma Ciência Moderna que já vinha remodelando e transformando os inúmeros fazeres humanos no "mundo da vida", então é possível afirmarmos também que um século após o nascimento da Sociologia, *o tempo social*, principalmente aquele catalisado pela Terceira Revolução Industrial, passou a exigir novas representações teóricas. Afinal, "[...] nenhuma sociedade permanece absolutamente estável, porque vive em um universo de influências dinâmicas, cujo alcance *aumenta continuamente*" (ANDERSON e PARKER, 1972, p. 671, grifos nossos).

Não é à toa, conforme Jeffrey Alexander (1987), que o âmbito internacional da Sociologia, a partir da década de 1980, definitivamente se deu conta da centralidade dos efeitos do tempo sobre a realidade social e vice-versa. Mais especificamente, sobre a *interpenetração temporal* entre as dimensões micro/macro, objetividade/subjetividade ou agência/estrutura, pois uma investigação mais detida, assim, evidenciaria um maior conhecimento de como os *efeitos da aceleração do tempo social*, por exemplo, imbricavam-se a essas antinomias e poderiam ser mais bem descritos na teoria sociológica (ou social), representando, explicando e modelando de forma mais consistente o social, seus fenômenos e mesmo os seus processos. Desse modo, no texto escrito por Jeffrey Alexander, "*O novo movimento teórico*" (1987), é claramente exposto essa nova tendência (*metateórica*) para lidar com aquelas velhas antinomias sociológicas fundamentais, tendo em vista o estabelecimento de um *link*, por parte dos teóricos sociais, adequado e equilibrado entre *as partes com o todo* (PARKER, 2000; SELL, 2017).

Foi justamente na década de 1980, por conseguinte, que despontaram as *articulações praxiológicas*: teorias "[...] ancoradas em uma *ontologia processual* que toma o mundo social como domínio de *práticas*" (PETERS, 2020, p. 167, grifos no original). Os representantes desse novo movimento eram Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Anthony Giddens, Randall Collins e o próprio Jeffrey Alexander[158].

[158] A respeito da busca por enfrentar as velhas antinomias sociais e sociológicas, destacam-se também os trabalhos de Alain Touraine (1973), Jean-François Lyotard ([1979] 2021, [1988] 1997), Pierpaolo Donati

Entretanto, como as *articulações praxiológicas* são amplamente conhecidas e debatidas na literatura especializada, principalmente na Sociologia, gostaríamos de destacar, de forma breve, dois autores que se serviram da *variável tempo* para proporcionar representações teóricas mais dinâmicas do social. Um deles é Anthony Giddens, idealizador da *Teoria da Estruturação*; o outro, ao contrário, é Margaret Archer[159], idealizadora da *Abordagem Morfogenética* — e crítica ferrenha do primeiro.

No caso de Anthony Giddens, considerado um relevante teórico social contemporâneo, destacamos a "*Teoria da Estruturação*" ([1984] 2009), na qual o pesquisador inglês discute aquilo que denominou como *dualidade da estrutura*, ou seja, a ideia de que uma separação entre ação e estrutura deve ser considerada como um falso problema. Sua perspectiva, ao contrário, articula ação e estrutura numa única unidade de sentido, onde a dualidade da estrutura significa a "Estrutura como meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação em sua produção e reprodução, mas estão cronicamente envolvidas" (GIDDENS, [1984] 2009, p. 303).

A noção de *dualidade da estrutura* reconhece que tanto "sujeito atuante" quanto "objeto social" são constituídos por ações sociais ou práticas recursivas e, mais do que isso, que os elementos estruturais (ator e interação; regras e recursos) dos sistemas sociais se encontram inscritos já na própria rotinização da ação, implicando na compreensão mais estrita de que não existem fenômenos autônomos em relação às dimensões espaciais e temporais nas quais estão inscritos os indivíduos (GIDDENS, 2009). Neste sentido, as ações sociais sempre se elaboram tempo e espaço concretos. Os conceitos de estrutura e de ação, assim, são *momentos analíticos* da realidade dos sistemas de ação social estruturada. Para Giddens, este processo rotineiro estabelecido a partir da noção de *dualidade da estrutura* produz a "estruturação" dos diferentes sistemas sociais (GIDDENS, 2009).

A "*Teoria da Estruturação*" recebeu críticas significativas de pesquisadores como Margaret Archer (1982, 1988, [1995] 2009), que salientou a percepção de que o trabalho de Giddens não resolveu o chamado "problema da relação entre agência e estrutura", mas,

(1983, 2006, 2011), Niklas Luhmann ([1984] 2016), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), Margaret Archer (1982, 1988, 2009, 2012, 2014, 2020) e Franco Crespi ([1993] 1997).

[159] Embora não fosse "filha" legítima do "*novo movimento teórico*, pois consolidou-se somente na década de 1990 como parte do âmbito internacional da Sociologia, Archer foi uma das primeiras críticas de *como* a *relação temporal* entre agência e estrutura estava sendo discutida por parte dos representantes daquele movimento, sobretudo Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Peter Berger.

ao contrário, gerou um novo reducionismo. Archer utiliza a expressão "*conflação central*" para explicar que Giddens nega a ideia de emergência e posiciona elementos conceituais centrais de sua perspectiva — agência e estrutura — "em diferentes faixas da dimensão temporal" (ARCHER, 2009, p. 108). Em síntese, para Archer, Giddens não explica de modo adequado os complexos processos de mudança social, visto que não é capaz de apontar *como*, *quando* e *por que ocorrem as mudanças ou a ordem social*.

Para tanto, enquanto Giddens refere uma relação interacional entre agência e estrutura, Archer, de modo distinto, sugere a necessidade de percebermos estes elementos como dimensões mútua e ontologicamente irredutíveis, "precisamente porque existem propriedades e poderes que pertencem apenas a cada um deles e cujo surgimento mútuo é precisamente a justificativa de sua diferenciação como estratos", ou seja, ambas possuem propriedades emergentes distintas[160] (relacionais) (ARCHER, 2009, p. 43).

Para Archer, processos de transformação social são designados pelo conceito de "*morfogênese*[161]*"*, enquanto processos de reprodução social são designados pelo conceito de "*morfostase"*. O tempo é o vetor central de elaboração dos ciclos *morfogenéticos* ou *morfostáticos* descritos na teoria de Archer, visto que a estrutura necessariamente *antecede* as ações que *depois* transformam ou reproduzem a realidade social — dependendo da lógica contextual. Conforme compreendemos as diferenças entre as abordagens de Anthony Giddens (*sincronia*) e Margaret Archer (*diacronia*[162]), reconhecemos que processos de reprodução/transformação da estrutura e cultura

[160] A agência contém *deliberação, reflexividade e dedicação* que são irredutíveis, embora relacionais, às propriedades emergentes da estrutura, tais como *distribuição de papéis, condições materiais de existência* e mesmo às propriedades emergentes da cultura, tais como *proposições, teorias e visões de mundo* (ARCHER, 1988, 2000, 2003, 2009, 2011, 2013b).

[161] "A morfogênese se refere aos processos que tendem a elaborar ou mudar a forma, a estrutura ou o estado do sistema" (BUCKLEY, 1971, p. 93). Todavia, o termo morfogênese, ao contrário do que afirmou Margaret Archer (2009), não foi formulado pelo ciberneticista Walter Buckley. O termo morfogênese surgiu por volta de 1910 através do artigo "*Uber Determination, Normierung und Zufall in der Ontogenese*", escrito pelo biólogo Alexander Gurwitsch (1874-1954). Depois, o termo morfogênese foi aprimorado pelo biólogo Ross Granville Harrison (1870-1959) no seu estudo sobre os discos produtores dos membros em salamandras, em 1918, sob o título "*Experiments on the development of the fore limb of Amblystoma: a self-differentiating equipotential system*". Para ver os outros desdobramentos do conceito de morfogênese no âmbito da biologia, ver Cofre (2011).

[162] Uma das principais "falhas" da *Teoria da Estruturação,* conforme Archer (1982), é o *reconhecimento insuficiente da dimensão da temporalidade* — como também nos lembra Luiz Flávio Neubert (2018). Ao descrever estrutura e sujeito atuante se retroalimentando através de práticas recursivas que se repetem o tempo todo, a perspectiva giddensiana não teria dado um relato preciso de "*como*", "*quando*" e "*por que*" agência e estrutura se relacionam, quais os níveis de voluntarismo e determinismo estão em questão e o que motivou os agentes a agirem da forma que agiram. Isso desemboca na supressão entre estática e dinâmica, pois ao atentar-se somente nas práticas dos indivíduos e quando tais práticas são realizadas em concreto, "é o passado no presente e o futuro no presente que importam para ele" (ARCHER, 1982, p. 241).

acontecem, em cada contexto teórico, a partir de ciclos (ou hiatos temporais) (ARCHER, 1982).

Claro que muitos autores, de uma maneira ou de outra, incorporaram a temática do tempo (em conjunto com o espaço) em seus modelos teóricos, mas poucos, ao nosso ver, efetivamente incorporaram *os comportamentos e os efeitos do tempo social na urdidura epistêmico-conceitual que estruturaram suas teorias sociológicas*. Para tanto, dentre os autores do cenário internacional da Sociologia, alguns inclusive oriundos da Filosofia, podemos destacar as figuras de Jean-François Lyotard, Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann.

### 6.3. O protagonismo das tecnociências e a acelerada erosão do(s) fundamento(s) do(s) saber(es) pelo imperativo da eficácia: a condição pós-moderna segundo Jean-François Lyotard

O primeiro autor do *período contemporâneo*, Jean-François Lyotard, analisou a partir do ponto de vista da realidade social francesa a *condição do saber* nas sociedades científica e tecnologicamente mais desenvolvidas, tais como os Estados Unidos e outras partes da Europa. Pegando como mote, mais ou menos, a década de 1950 até a década de 1990, Lyotard (1993, 1997, [1979] 2021) observou que uma *atmosfera cultural*[163] essencialmente *cibernética* e *informacional* estava tomando conta de boa parte do mundo para além daqueles dois contextos sociais. O período histórico em questão ficou conhecido, apesar dos dissensos conceituais que comporta, como *Pós-Modernidade*. O termo, na realidade, é oriundo dos estudos em Literatura e Artes nos Estados Unidos, tendo sido adotado por Lyotard durante a década de 1970 como algo provisório[164], pois o autor estava efetivamente preocupado com a *condição cultural* imposta por essa suposta *Pós-Modernidade*: a evidente crise dos *relatos moderno-transcendentais*, supostamente seguros, e catalisados pela ciência moderna.

[163] Cultural porque é visível o espraiamento da hegemonia informática e com ela o aumento da complexidade social, acompanhada de um veloz processo de diferenciação das estruturas sociais, e do pluralismo cognitivo (HUYSSEN, 1992; COELHO, 2011).

[164] Lyotard (1997) reconheceu que nem a Modernidade nem a dita Pós-Modernidade podem ser claramente circunscritas historicamente, no sentido da impossibilidade de identificar quando a segunda desponta na história "depois" da primeira. Nesse sentido, apesar do autor compreender o que quiseram dizer com "Pós-Modernidade", preferiu falar em "Reescrever a Modernidade", justamente porque nesse processo de reescrita — *perlaboração*, no sentido psicanalítico — a Razão Moderna se perderia em sua própria finalidade, não teria mais nada a dizer de modo a prever o futuro, dando lugar à múltiplas narrativas. Sobre a questão do termo "Reescrever a Modernidade", ver também Garcia (2011) e Schmitt (2018).

Se antes, a Modernidade continha certas narrativas [*récits*] seguras, universais e fundamentais aos quais a ciência moderna tinha que fomentar para ser considerada legítima, tais como "razão", "verdade", "progresso", dentre outros, na *condição pós-moderna*, por efeito, os mesmos estariam sendo erodidos pelos novos enquadramentos sociais propulsionados pela rápida produção científico-tecnológica (LYOTARD, 1993, 2021; BARBOSA, 2021). O movimento acelerado da realidade social, tanto nos Estados Unidos quanto em boa parte da Europa, estava dando lugar para novos valores *epistemológico-pragmáticos*, valores esses oriundos do próprio desenvolvimento do saber contemporâneo. "O aumento da potência", "a eficácia" e "a otimização das performances", dentre outros, são valores que estariam colocando em xeque as pretensões atemporais e universalizantes da ciência moderna, ainda mais a ideia de que a prática científica era algo nobre, capaz de escoimar a ignorância da humanidade (AZEVEDO, 2012; LYOTARD, 2021; BARBOSA, 2021). Assim, essa suposta "assepsia científica", cujo bojo ideológico suportava um critério de verdade, estaria dando lugar a uma *concepção tecnocientífica* orientada pelo *valor de troca* e pela *performance*. Estaria, portanto, despontando em boa parte do Ocidente, com ainda mais velocidade e potência, *a crise do determinismo científico*[165] — e com ela, o ressurgimento de abordagens científicas calcadas na "desordem", "caos" e "complexidade".

A nova linguagem *cibernética e informacional* estaria adquirindo um papel cada vez mais central na realidade social do Ocidente, posto que tanto a ciência quanto a universidade, *locus* privilegiado da produção do saber científico, estariam sendo profundamente transformadas por causa das *tecnociências*: o saber científico universal e preciso, de cunho *iluminista*, estava sendo substituído por um saber científico contextual e imediato, preocupado em descrever *estado de coisas*. "O fim das metanarrativas", o qual Lyotard (2021) tanto menciona, seria a representação de todo esse processo, ou seja, não existiria mais um fundamento último ao qual a prática científica poderia recorrer. Não haveria mais lugar para os valores humanistas da *ciência moderna*. As "regras do jogo"

[165] A *crise do determinismo científico* é profundamente explicada pelo filósofo Ian Hacking (2012) na obra "*La domesticación del azar: la erosión del determinismo y el nacimiento de las ciencias del caos*", publicada originalmente em 1990. Segundo o autor, a *crise do determinismo científico*, sobretudo a partir da Física do século XIX, começou a emergir quando a *probabilidade*, de fato, foi encarada como algo fundamental na natureza das realidades natural e social — algo que abalou, profundamente, a *concepção mecanicista* de Newton. Com a *probabilidade*, a produção do conhecimento científico a partir do século XIX tomou consciência de "[...] que todas as teorias científicas são aproximações da verdadeira natureza da realidade; e de que cada teoria é válida em relação a uma certa gama de fenômenos" (CAPRA, 2006b, p. 97). Para uma discussão acerca da relação entre *probabilidade, fenômenos observáveis e teorias científicas,* ver também Fraassen (2007) e a sua concepção de *Antirrealismo Científico*.

científico estariam sendo incessantemente transformadas, permitindo, à luz das *tecnociências* e seus efeitos aceleratórios no *tempo social*, que o *significante* (além do *significado*) fosse transmutado incessantemente em contextos sociais específicos, *situados e contingentes*[166] (GADEA, 2017; LYOTARD, 2021).

Lyotard (1997) também observou, na *condição pós-moderna,* a emergência do que ele chamou de *inumano*. O *inumano* seria, graças às pressões temporais catalisadas pelo desenvolvimento das *tecnociências*, *o indeterminado que é determinante*, aquilo que mediante o constante processo de complexificação e diferenciação social, faria do seu oposto, o humano, uma mera ocorrência local, aleatória e passiva de sua empreitada neguentrópica — o que denota a *improbabilidade* de enfrentar ou atenuar, ao contrário dos períodos anteriores da *história teorética da Sociologia*, a *aceleração-positiva do tempo social*, em específico, a circularidade operativa entre o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* (SCHMITT, 2018). Por ser também uma força sistêmica impessoal, uma força institucional que escapa à percepção nítida do ser humano, um motor silencioso que coloca a realidade social como um todo sob pressão para dinamizar-se, o *inumano* é aquela "aura" que dá vida ao desenvolvimento do capitalismo e à performance das *tecnociências*, tudo aquilo que expeliria, mediante o fluxo ininterrupto de acontecimentos informáticos incontroláveis, o discurso humanista, teleológico e antropocêntrico, que se funda na ideia de *acaso* (LYOTARD, 1997; SCHMITT, 2017, 2018). Na perspectiva lyotardiana, o *inumano* seria, acima de tudo, *o espírito do novo tempo social*.

[166] É exatamente a percepção de todo este "estado de coisas" que aproxima Lyotard não somente do *Pós-Estruturalismo* (e do *Pós-Fundacionalismo*), mas também do "Pós-Estruturalismo de Niklas Luhmann", já descrito por Léo Peixoto Rodrigues e Everton da Costa (2017, 2021a). Porém, em relação à ligação entre o pensamento de Lyotard e Luhmann, os sociólogos William Rasch e Eva Knodt (1994) afirma de forma taxativa o seguinte: "A famosa tentativa de Lyotard de pensar a Pós-Modernidade como a suplantação das grandes narrativas de conhecimento e emancipação pela incomensurabilidade dos jogos de linguagem ou gêneros sempre permaneceu tingida com o *pathos* do luto. Lyotard reconhece a impossibilidade de retornar a um "estado não marcado", *de pensar a unidade além da distinção entre unidade e diferença*, mas, no entanto, lamenta essa impossibilidade e a investe de um imperativo moral e estético que nos ordena a figurá-la como o "*différend*" [diferente] — ou o sublime — para "testemunhá-lo". *O que liga Luhmann a Lyotard é o reconhecimento da diferença*, mas não o imperativo ético — a "vitimologia", como Luhmann a chama — que Lyotard quer dela derivar" (RASCH e KNODT, 1994, p. 06, grifos nossos) [Lyotard's famous attempt to think postmodernity as the supplanting of the grand narratives of knowledge and emancipation by the incommensurability of language games or genres has always remained tinged with the pathos of mourning. Lyotard recognizes the impossibility of returning to an "unmarked state", of thinking the unity beyond the distinction of unity and difference, but he nevertheless bemoans this impossibility and invests it with a moral and aesthetic imperative that commands us to figure it as the "differend" — or the sublime — and to "bear witness" to it. What links Luhmann to Lyotard is the recognition of the differend, but not the ethical imperative — the "victimology", as Luhmann calls it — that Lyotard wants to derive from it].

Comecemos pela questão mais nítida no modelo teórico proposto por Lyotard (1997, 2021), a saber, a *estabilidade dinâmica* como lógica societária levada às últimas consequências pela *condição pós-moderna.* A nítida relação de retroalimentação entre *tempo e informação*, por exemplo, atesta a consequente (e constante) pressão por crescimento, inovação e aceleração social, o que desemboca no *modus operandi* (autocatalisado) das sociedades moderna e contemporânea, como meio de reproduzir seus encadeamentos *sociocognitivo e mercadológico.* Em pelo menos duas citações podemos ver tal questão.

A primeira citação, segundo o autor, menciona o seguinte:

> [...] este aspecto [o novo tempo social] não deve fazer esquecer outro que lhe é complementar. *Sob a forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será um desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder*. Do mesmo modo que os Estados-Nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração das matérias-primas e da mão de obra barata, *é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações* (LYOTARD, 2021, p. 23, grifos nossos).

A segunda citação, por seu turno, coloca uma ênfase naquela lógica societária, uma vez que:

> *Quanto maior o intervalo temporal, maior é a possibilidade de acontecer alguma coisa que não estava prevista e, em suma, maior será o risco*. O crescimento do risco pode ser calculado em termos de probabilidade e traduzido, por sua vez, em quantidade de dinheiro. *O dinheiro aparece aqui como o que realmente é: tempo armazenado para prever o que advém* (LYOTARD, 1997, p. 73, grifos nossos).

Nas duas citações acima, de Lyotard (1997, 2021), pelo menos dois aspectos complementares encerram o "imparável" movimento encetado, em grande medida, pela Terceira Revolução Industrial, especificamente aquele movimento transfigurado no decorrer da *condição pós-moderna*. Podemos ver, por um lado, que *a relação entre tempo e informação*, sobretudo no que tange aos encadeamentos *sociocognitivo e mercadológico* da realidade social observada pelo autor, tornou-se um imperativo social. Em outras palavras, *tempo* e *informação* constituem um dos principais atributos da lógica de crescimento escalar, isto é, o aumento exponencial da capacidade produtiva mediante a compressão do tempo necessário para produzir algo. Além disso, esses dois atributos também ensejam, no fundo, os meandros das estratégias perpetradas pelas diferentes nações no jogo da economia global, pois quem adquire *maiores informações* é capaz de *produzir mais em menos tempo* e, logo, adquirir *mais meios e dinheiro*. Mas, por outro lado, *a relação entre tempo e informação* proporciona, de uma forma progressiva e

paradoxal, o ímpeto para *agir estrategicamente mais depressa* no jogo da economia global que, ao contrário da *total diminuição dos riscos*, apenas *(re)produz novas possibilidades* no jogo, *multiplica incessantemente* (como um *rizoma*[167]) *processos sociais antes latentes* no "mundo da vida".

Ao mesmo tempo que aquela *incessante multiplicação dos processos sociais* alimenta a tônica da lógica societária na *condição pós-moderna*, em que sublinhamos a *estabilidade dinâmica* como ímpeto que compõe a singularidade das sociedades moderna e contemporânea, tal lógica societária, por óbvio, também é alimentada pelos seus efeitos, ou seja, por aquilo que emerge como produto de todo esse processo. Nesse sentido, a *aceleração-positiva do tempo e dos processos sociais* se mostram, igualmente, constituintes do empreendimento teórico-prático de Lyotard (1997, 2001), quer dizer, do reconhecimento do autor acerca da *condição cultural* daquele momento até os dias de hoje — do mesmo modo que, implicitamente, a efetiva circularidade operativa entre o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*.

Se formos tomar como mote o financiamento público ou privado de *Pesquisa e Desenvolvimento* (*P&D*), podemos ver que os seus "[...] resultados *não cessam de desestabilizar o nosso meio, é muito mais o efeito de tal processo de complexificação cosmolocal* do que a obra do gênio humano empenhado em descobrir a verdade e em fazer o bem" (LYOTARD, 1997, p. 68, grifos nossos). Isso significa, consoante com Lyotard (1997), que os resultados do desenvolvimento técnico-científico, mormente a sua frequente utilização para dominar/alterar a realidade social, desarticulam por completo contextos sociais antes *relativamente* ligados, na medida em que *intensifica a retroalimentação* entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento do ritmo da vida social. Como resultado, há a obsolescência de processos sociais pretéritos e indeterminação futura deles. Não há mais relações lineares de causa e efeito nos fenômenos sociais.

Entretanto, a "nova" concepção de *ciência* (ou do "fazer científico") também constitui a singularidade da *condição pós-moderna*. Como dito anteriormente, a *ciência*, conforme Lyotard (2021), não está mais voltada para a produção de conteúdo atemporal e universalizante, tanto em razão da realidade social do Ocidente, a partir da década de 1970, estar mais do que nunca profundamente acelerada, quanto em razão dos novos

[167] Na esteira de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, um *rizoma* deve ser compreendido como "formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos" (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p. 15).

contornos da economia global, a qual produz e atende uma plêiade sem fim de demandas sociais. Á vista disso,

> [...] Considera-se "pós-moderna" *a incredulidade em relação aos metarrelatos*. *É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe*. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (*functeurs*), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e *o grande objetivo*. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*. [...] *Assim, nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana e mais numa pragmática das partículas da linguagem*. Existem muitos jogos de linguagem diferentes; trata-se da heterogeneidade dos elementos. Somente darão origem à instituição através das placas; *é o determinismo local*. *Não obstante, os decisores tentam gerir estas nuvens de socialidades sobre matrizes de input/output, segundo uma lógica que implica comensurabilidade dos elementos e a determinabilidade do todo* (LYOTARD, 2021, p. 18, grifos nossos).

Podemos notar, na citação de Lyotard (2021), que o "fazer científico" não somente foi sendo pressionado por aquilo que está para além dele, como as necessidades do *mercado* e dos novos contornos *informacionais do processo produtivo*, mas também se "autopressionou", dado que essa instituição social estava "prenhe" de tipos de conhecimentos que se voltaram contra a antiga pretensão de *universalidade* e o seu *grande objetivo*: contribuir para o desenvolvimento ético e moral da humanidade. Além disso, não há mais tempo nem espaço para a *ciência* se perder em devaneios ou discussões que procuram determinar o que há de mais essencial no *real*. Ao contrário, seu papel, digamos assim, diz respeito tão somente à obediência das demandas do capitalismo, à capacidade de auxiliar rapidamente na circulação de *informações* na qualidade de *mercadorias.*

Menos do que a *denotação* (o vínculo direto entre sujeito observador e objeto observado), a *ciência na Pós-Modernidade* se nutre da *enunciação* e da *avaliação*, do modo como as suas produções incorporam certos critérios de *competência e aplicabilidade*, isto é, como ela é capaz de lidar, em tempo e espaço específicos, com a *urgência* de localizar os *erros* e, consequentemente, *aumentar a sua eficácia* para tanto. Como, enfim, ela é capaz de proporcionar *maiores desempenhos* da circulação do que é demandado pelo mercado, melhorar a fluidez da relação entre o *input* com o *output.* A "melhor" *ciência*, assim, não é aquela mais sofisticada, a qual contém axiomas que servem para qualquer um em qualquer lugar, mas aquela que *realmente convence e funciona* — principalmente quando "observa" o seu próprio "jogo de linguagem", como

nas universidades, mais voltadas à formação de "técnicos" competentes para o bom funcionamento das "necessidades sociais" (AZEVEDO, 2012; LYOTARD, 2021).

É claro que a *ciência* não está de todo modo isolado no cenário social vislumbrado por Lyotard (1997, 2021). A *condição cultural* na *Pós-Modernidade* enseja, da mesma forma, a intervenção das *técnicas* e das *tecnologias* no que diz respeito ao *aumento* (garantia) da *coerência lógica entre pesquisa e realidade.* Vejamos, por exemplo, que tanto as *técnicas* quanto as *tecnologias*

> [...] são inicialmente próteses de órgãos ou sistemas fisiológicos humanos que têm por função receber dados ou agir sobre o contexto. Elas obedecem a um princípio, o da otimização das *performances*: *aumento do output (informações ou modificações obtidas), diminuição do input (energia despendida) para obtê-las. São estes, pois, os jogos cuja pertinência não é nem o verdadeiro, nem o justo, nem o belo etc., mas o eficiente: um "lance" técnico é "bom" quando é bem-sucedido e/ou quando ele despende menos que um outro* (LYOTARD, 2021, p. 110-111, grifos nossos).

Para além do *estatuto mercadológico da informação na sociedade contemporânea*, o autor também está chamando à atenção ao *modo* como os fenômenos sociais observados por ele *se apresentam na condição pós-moderna*, em particular, os fenômenos efetivados pelo "novo" fazer científico: através do critério da *performance*. Podemos perceber na citação acima, de Lyotard (2021), o quão significativas são as contribuições da *técnica*, como os distintos métodos de conhecimento que se colocam na qualidade de "*próteses amplificadoras da ciência*" para que sejam disseminadas *novas formas de informação*, no sentido de *um meio mais eficaz* para produzir algo, *meio de se atingir um determinado objetivo visado*. Isso tudo ocorre a fim de melhor *incrementar* o "assenhoramento" da realidade, de *amplificar* "o poder discriminador" dos *sentidos* (SCHMITT, 2017, 2018). Quanto à *tecnologia*, ainda segundo o autor, essa última é capaz de assegurar, através do *conhecimento informático e computacional,* uma perspectiva, aplicação ou adoção da própria "técnica" como *objeto de efetivação-reflexiva*, de instaurar um *know-how* que implementa não somente um "modo de vida" com maior dinâmica, inflacionando a complexidade do social, como também é a fonte do único *saber* com a capacidade de *se adaptar com maior fluidez à lógica pós-industrial do sistema capitalista* (SEBBAH, 2018).

Também podemos ver mediante o *critério de performance* que Lyotard (2021) incorporou, em seu empreendimento *onto-epistemológico*, a ideia de que a *dimensão conceitual* constitui, fundamentalmente, tanto aquilo que *denota* à capacidade explicativa do *exercício teorético* quanto aquilo que acopla, metodicamente, a *dimensão prática do*

*modelo teórico com a realidade social observada*, pois permite uma constante (re)atualização e (re)atuação dos modelos teóricos no que se refere à teorização e à retroação da abordagem ao "mundo da vida". O seu *aporte metodológico-conceitual* manifestaria, então, o ideal da "estabilidade" e da "previsão" no conhecimento científico produzido na *condição pós-moderna*, orientado pelo conceito de *performance*, ou seja, pelo imperativo da *capacidade de expansão e progresso*, tudo aquilo que vai ao encontro do *aumento do nosso domínio sobre a realidade*.

Antes de falarmos do aumento da *complexidade* na realidade social observada por Lyotard (1997, 2021), cada vez mais assegurada e catalisada pela *simbiose* com as *tecnociências*, é necessário salientarmos a concepção sistêmica do autor em relação à tendência societária indicada por ele. Isso é importante, uma vez mais, justamente porque revela que as *performances* se mostram, dentre outras variáveis sociais, como as grandes protagonistas da *singularidade* da sociedade contemporânea. Ao se filiar *relativamente* ao debate levado a cabo pela *Systemtheorie*, especialmente por Niklas Luhmann, Lyotard aponta o seguinte:

> Com Parsons, o princípio do sistema é, se se pode dizer, ainda otimista: corresponde à estabilização das economias em crescimento e das sociedades de abundância sob a égide de um *Welfare State* temperado. Para os teóricos alemães de hoje, a *Systemtheorie é tecnocrática, e mesmo cínica, para não dizer desesperada: a harmonia entre necessidades e esperanças dos indivíduos e dos grupos com as funções que asseguram o sistema não é mais do que uma componente anexa do seu funcionamento; a verdadeira finalidade do sistema, aquilo que o faz programar a si mesmo como uma máquina inteligente, é a otimização da relação global entre seus input e output, ou seja, o seu desempenho*. Mesmo quando suas regras mudam e inovações se produzem, mesmo quando suas disfunções, como as greves, as crises, o desemprego ou as revoluções políticas podem fazer acreditar numa alternativa e levantar as esperanças, não se trata senão de rearranjos internos e *seu resultado só pode ser a melhoria da "vida" do sistema, sendo a entropia a única alternativa a este aperfeiçoamento das performances, isto é, o declínio* (LYOTARD, 2021, p. 42, grifos nossos).

A primeira questão que podemos observar na citação, de Lyotard (2021), é o "novo" comportamento do(s) sistema(s) social(ais) imposta pela *condição pós-moderna*, algo qualitativamente distinto do comportamento sistêmico anteriormente descrito por Parsons ([1951]1966). Na *Pós-Modernidade*, o sistema social (ou os diferentes sistemas sociais) não possui, por assim dizer, a finalidade de contribuir para o equilíbrio do (todo) social, garantir a coalescência dos processos, normas e valores sociais. A sua (auto)finalidade é, mais do que nunca, garantir a sua própria sobrevivência, sobretudo pela força que o *suplemento técnico* exerce no seu interior, muito em função da demanda capitalista à produtividade e ao domínio da *physis* (SCHMITT, 2017). Assim, cada

sistema, na qualidade de *unidade* que se *auto-organizou*, que se diferenciou de tudo o mais que a cerca e que é composta por partes interdependentes, tendo as suas operações orientadas para si mesma, pois não pode operar para além dos seus limites, busca de tal ou qual maneira resistir às pressões do seu ambiente — ou pelo menos, de tudo aquilo que compõe o seu ambiente, tais como as demandas sociais, mercadológicas e industriais.

O *aperfeiçoamento das performances*, a segunda questão que podemos constatar na citação anterior, está diretamente ligada à *evolução* de cada sistema social. Uma maneira coerente do sistema social *resistir* ou "continuar sobrevivendo" às irritações ou às pressões do seu ambiente, mediante ao *processo evolutivo* — entendido aqui como a capacidade de reagir *vis-à-vis* às irritações daquilo que o circunda, o ambiente, gerenciando e mesmo alterando as suas estruturas —, é "dividir o trabalho" internamente, ou seja, diferenciar-se sob novas *formas* em outros subsistemas (ARAÚJO e WAIZBORT, 1999; LUHMANN, 2006). Claro, mesmo que o sistema continue diferenciando-se, na medida do necessário, as demais unidades que surgem do seu interior (ou da unidade de origem) devem continuar atendendo às *exigências de performance impostas*, convenientes ao *mercado*, como na formação de profissionais com *competências operacionais* necessárias e indispensáveis ao "bom" funcionamento das demandas impostas pela lógica do capitalismo, formando, consequentemente, uma *rede hipertecnicista de experts* (SOARES, 2000; MIRANDA, 2003). Portanto, a dimensão sistêmica e tecnocrática imposta pela *condição pós-moderna*, na esteira de Lyotard, confirma que não há riqueza sem técnica, sem sistema não há competência operacional à lógica do capital (SCHMITT, 2017; LYOTARD, 2021).

Resta verificarmos, doravante, qual o papel ou qual a contribuição das *tecnociências* em toda essa "nova" e acelerada *conjuntura cultural* que caracteriza a *condição pós-moderna*. As *tecnociências*, no pensamento de Lyotard (1997), se mostram, mais do que nunca, como parte da "aura" do "novo" espírito do *acelerado tempo social*. Elas são, como nos lembra Alexandre Campelo (2012), um estado da razão contemporânea, ditada pelo capital mercantil. Tal "estado da razão", aliás, mostra-se como "[...] uma característica muito sedutora para a ciência, que, divorciada do jogo ético-político e/ou especulativo veio também a se distanciar cada vez mais da guarda daquela finalidade humanista" (SCHMITT, 2017, p. 74).

Como dito no início desta seção, as *tecnociências* impulsionam e fortalecem a existência do *inumano*: o ímpeto para o *progresso da humanidade* que se emancipou da própria humanidade, arrastando-a e forçando-a à constante (re)adaptação por um

movimento imparável, sem qualquer finalidade, que usurpa a humanidade de si mesma, pois faz esquecer tudo o que lhe escapa (LYOTARD, 1997; SIM, 2011). Esse *inumano*, assim, pode ser compreendido por pelo menos três dimensões intimamente relacionadas, quais sejam, (*i*) como um *sistema* que se autonomizou do antigo "fazer científico" de cunho humanista; (*ii*) como uma *entidade* que não somente fomenta o acelerado aumento da *complexidade* na realidade social do Ocidente, mas também como algo que (*iii*) *evolui* sem qualquer finalidade pré-determinada, mas *autodeterminada*.

No que tange as dimensões (*i*) *sistema* e (*ii*) *complexidade*, podemos ver em duas declarações de Lyotard (1997) o que se segue. Uma diz o seguinte:

> *A complexificação dos transformadores teóricos e práticos* [as tecnociências] *teve sempre o efeito de desestabilizar o ajustamento do sujeito humano em relação ao seu meio ambiente*. E, modifica-o sempre no mesmo sentido: *atrasa a reação, multiplica as respostas possíveis, aumenta a liberdade material e, neste sentido, só poderá decepcionar o pedido de segurança* [ontológica] *que está inscrito no humano como no mundo vivo*. Por outras palavras, não vemos que o desejo, podemos chamá-lo assim, de complexificar a memória possa depender do pedido para equilibrar a relação entre o homem e o seu ambiente. *De forma pragmática, este desejo opera num sentido contrário, pelo menos no início, e sabemos que as descobertas ou as invenções científicas (ou artísticas) são raramente motivadas por um pedido de segurança ou equilíbrio* (LYOTARD, 1997, p. 53, grifos nossos).

Já a segunda declaração afirma que:

> *Se a nova cultura pode produzir efeitos tão divergentes, de generalização e de destruição, é porque não parece depender do domínio humano, nem pelo seus objetivos, nem pelas suas origens*. Como o desenvolvimento do sistema tecno-científico o mostra, a tecnologia e a cultura que lhe estão associadas, são necessárias para continuar o seu esforço e essa necessidade deve estar relacionada com o processo de complexificação (de *nég-entropia*) que ocorre na área cósmica habitada pela humanidade. *A espécie humana é por assim dizer puxada "para a frente" por esse processo, sem ter a menor capacidade de o dominar. É necessário que se adapte às novas condições*. É mesmo possível que tenha sido este o caso, no decorrer da história da humanidade. *Além do mais, se podemos tomar consciência disso hoje em dia, é por causa do crescimento exponencial que afeta correntemente as ciências e as técnicas* (LYOTARD, 1997, p. 71, grifos nossos).

As *tecnociências*, como definimos aqui nesta tese, estão direta e radicalmente ligadas à tendência cada vez maior da total erosão da antiga concepção de "conhecer a realidade" mediante a consolidação utilitarista da "dominação/alteração da realidade". Consequentemente, com as "*tecnociências*" é possível vislumbrarmos uma *auto-organização, autopropulsão* e *autonomia*, em que sublinhamos os fortes efeitos na aceleração do *tempo social* de modo exponencial e os acelerados desenvolvimentos na Sociologia, Nanotecnologia, Biotecnologia, Tecnologia da Informação, Ciências Cognitivas, dentre outras. Nesse prisma, a citação acima, de Lyotard (1997), corresponde

a tal caracterização das *tecnociências*, na medida em que o autor está chamando à atenção para o fato de que aquelas últimas, na realidade, não somente alteram incessantemente a *realidade social* como também alteram o modo como *nós*, na qualidade de indivíduos sociais, *nos relacionamos com essa mesma realidade social.* Um dos principais efeitos das *tecnociências*, de fato, é a *desestabilização* da *cumplicidade ontológica* (no sentido bourdiesiano) entre *indivíduo e sociedade*.

Os indivíduos (*humanos*) se mostram como um produto secundário das *tecnociências*, pois a "aura" ensejada por essas últimas, o *inumano*, faz com que aqueles primeiros sejam pressionados à adquirirem atributos congruentes a um sistema orientado para o desenvolvimento tecno-capitalista e consigam se adaptar às circunstâncias resultantes deste sistema, que se infiltra na experiência humana por dentro, mudando, em grande medida, o seu jeito de ser (LYOTARD, 1997; MALPAS, 2003; WOODWARD, 2016; MOSS, 2019). Assim, os indivíduos (*humanos*) *na condição pós-moderna* necessitam *agirem*, *decidirem e* se *atualizarem* constantemente em relação às tendências do mundo levadas a cabo pelas *tecnociências*, muito em função de buscarem dirimir, na medida do possível, a percepção de estarem sob "declives escorregadios" (*slippery-slope*), justamente pelo acelerado aumento de *complexidade*, ligada ao constante movimento de expansão da sociedade a partir do seu próprio interior, produzindo um frenético e constante processo de diferenciação funcional, envolvendo tanto unidade quanto multiplicidade, pois refere-se a uma diversidade *de elementos e relações sociais altamente precários e contingentes* (ROSA, 2019). Em outras palavras, "perde-se o tempo em busca do tempo perdido. A *anamnese*[168] é o antípoda — nem isso, nem sequer existe um eixo comum —, o *outro*, da *aceleração e da abreviação*" (LYOTARD, 1997, p. 10-11, grifos nossos).

Com relação às *tecnociências* e o seu (*iii*) *mecanismo evolutivo*, o qual desenrola-se sem qualquer finalidade pré-determinada, mas *autodeterminada*, Lyotard (1997) lança mão da seguinte descrição:

> *Se prosseguirmos com o argumento, tal como é aqui colocado, acabamos por concluir que o sistema pelo qual a indeterminação nativa é obrigada, "forçada" a existir, mesmo que o seja sob o disfarce da permissividade, não advém da razão do humano, ou seja das Luzes; resulta de um processo de desenvolvimento, no qual o que está em jogo não é o homem, mas a diferenciação*. Esta obedece a um princípio simples: entre dois elementos, sejam eles quais forem, cuja interligação seja estabelecida logo à partida, *é*

[168] Como um processo de análise (*ana*, do grego, "separação", "cisão"; *mnesis,* "memória", "trazer de novo"), a *anamnese* diz respeito à possibilidade de "[...] recordação e narração *elaborativa* de uma determinada experiência" (NASCIMENTO, 2017, p. 08).

> *sempre possível introduzir um terceiro termo que assegurará uma melhor regulação*. *Melhor significa de maior confiança, mas igualmente de maior capacidade.* A ligação inicial aparece, assim mediatizada, como um caso particular numa série de regulações possíveis. A mediação não implica apenas a alienação dos seus elementos face ao seu enquadramento; permite modulá-lo. *E quanto mais "rico" for o termo mediato, ou seja, ele próprio mediatizado, mais numerosas são as modificações possíveis, mais flexível o seu enquadramento, mais flutuante o nível de trocas entre os seus elementos, mais permissivo o seu relacionamento*. [...] *O que impressiona nesta metafisica do desenvolvimento é que ela não precisa de nenhuma finalidade*. O desenvolvimento não está magnetizado por uma ideia como seja a da emancipação da razão e da liberdade humanas. *Reproduz-se acelerando-se e estendendo-se segundo a sua própria dinâmica interna. Assimila os acasos, memoriza o seu valor informativo e utiliza-o como nova mediação necessária ao seu funcionamento* (LYOTARD, 1997, p. 14, grifos nossos).

Não obstante à concepção sistêmica de Lyotard (1997) já ter evidenciado a questão da *evolução*, na citação acima o autor trouxe mais uma vez considerações que confirmam tal questão, agora com elementos novos, como a questão da *emergência* nos processos internos (mas não somente) do *sistema tecnocientífico*. Vejamos, por exemplo, que o *sistema tecnocientífico* na relação que estabelece com o seu ambiente — multinacionais, mercado financeiro internacional ou o próprio processo produtivo do capitalismo, agora informacionalmente orientado — *possibilita à emergência* de um elemento novo em todo esse processo de "coevolução". Resulta, assim, a observação de algo ontológico e epistemologicamente novo, que se apresenta não por sucessão causal: *a diferenciação social*, quer na modalidade estrutural, quer na modalidade funcional, mediante *o melhor, o mais eficaz*. O que se mostra como "mais acertado" para diferenciar, de forma binária e pragmática, certos elementos (indivíduos, processos e fenômenos) que conseguem ou não se vincular às estruturas de informação e comunicação é aquilo que baliza, em grande medida, a *condição pós-moderna*. Além disso, Lyotard (1997) também trouxe à baila (e manteve à baila) que por mais que o processo de "coevolução" entre *sistema tecnocientífico e ambiente* pareça ter alguma *finalidade última*, na prática não o tem. Na realidade, o *melhor* ou o *mais eficaz*, esse terceiro elemento que emerge daquela relação bilateral, é sempre acionado em tempo e espaço específicos, de forma precária e contingente, pois o desenvolvimento (cognitivo) do *sistema* se serve (e acumula) de *informações* (passadas) úteis ao seu funcionamento. O *sistema* se serve de *informações melhores*, enfim, à continuação dos diversos *jogos de linguagem*[169] que participa, transmutados incessantemente em contextos sociais específicos, situados e contingentes.

[169] A ideia de "jogos de linguagem", cuja origem remete à Filosofia da Linguagem formulada por Ludwig Wittgenstein (2000), visa salientar o sem-número de possibilidades que a linguagem nos proporciona à "representação" do mundo observado e vice-versa, no sentido de que a linguagem não possui uma estrutura última, fundamental. Isso vai ao encontro — mesmo que de maneira acidental, isto é, sem fazer referência

A *condição pós-moderna* descrita por Lyotard (1997, 2021) certamente demonstrou, sob a égide de uma perspectiva onto-epistemológica — como também através da nossa aplicação do que nomeamos como "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*" —, que novas estruturas linguísticas, muitas delas oriundas das *tecnociências* e sua *autopropulsão acelerativa*, estariam escapando às determinações do "fazer científico moderno" e mesmo acelerando o seu processo de *deslegitimação*. Tal processo de *deslegitimação*, a propósito, se deu muito em função de que *a nova condição do saber*, *tecnocientífico de mercadorias*, dificulta a antiga pretensão de descrever o "mundo" na sua totalidade e, no limite, impossibilita a perpetuação de fórmulas conclusivas que *procuram determinar o mundo no mundo*, como diria Niklas Luhmann (1993). Por esse motivo, os contornos da *condição cultural* observada por Lyotard, com efeito, possibilitam tão somente a *descrição* de *estados de coisas* em tempo e espaço específicos, altamente fluidos e probabilísticos, quer dizer, precários e contingentes, como consequência do *critério de eficácia* ensejado pela Terceira Revolução Industrial nas sociedades mais desenvolvidas, tais como os Estados Unidos e boa parte da Europa (LYOTARD, 1993, 2004, 2021).

O mais interessante em todas as considerações de Lyotard (1997, 2021), para além do implícito movimento do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, é a sua *concepção sistêmica* como modo de pensar e refletir o *status quo* da *condição pós-moderna*. Mas não é só isso. Também foi possível manifestarmos, à luz da aplicação da "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", que o autor concebia as *tecnociências* como uma espécie de *unidade*, de *sistema* que se *auto-organizou,* na medida em que se *autopropulsionou* do ponto de vista sociotemporal até fazer com que tenha despontado no horizonte da realidade social do Ocidente o *inumano*. Esse último, assim, estaria cada vez mais, ou de modo cada vez mais acelerado e impetuoso, reduzindo o *ser humano* a um produto técnico, reduzindo-o, enfim, a apenas mais uma engrenagem na máquina do capitalismo (informacional), orientando o mesmo pelo *critério de rapidez e eficiência*, algo *altamente improvável de ser atenuado* (LYOTARD, 1997; MALPAS, 2003). De uma forma que foge a qualquer dúvida razoável, Lyotard (1997, 2021) salientou que a partir da década de 1970, como também o fez Hartmut Rosa (2017), uma

explícita ao pensamento de Aristóteles — da íntima relação entre *mundo representado e linguagem representativa*: o "estados de coisas" que é "figurado" *na* e *pela* linguagem, sob a forma da "*Representação Proposicional*", depende do emprego de certas sentenças gramaticais e dos "jogadores" que as *utilizam*, *significam*, em certos contextos sociais. Ver também, Giannotti (1995), Glock (1998) e Santos (2011).

sociedade acelerada somente consegue manter seu nível de funcionamento através do seu próprio movimento, quando mantém o funcionamento das suas estruturas pela expansão da tríade *crescimento, aceleração e adensamento de inovações*, o que tenderia, ademais, ao *relativo* eclipse do livre arbítrio, e sem isso não teríamos o humano como tradicionalmente o entendemos (LYOTARD, 1997; SIM, 2011).

### 6.4. A aceleração-positiva do tempo social como possibilidade de descumplicidade ontológica entre *habitus e campo*: o caso do *efeito hysteresis* na teoria sociológica de Pierre Bourdieu

Ainda no que concerne o contexto social francês e sua acelerada transformação, doravante as décadas de 1960 e 1970, temos que evocar a figura de Pierre Bourdieu como o segundo autor que selecionamos no *período contemporâneo* da *história teorética da Sociologia*. Desde a sua conversão da Filosofia à Sociologia, a partir de 1950, Bourdieu ([1963] 1979) já percebia a importância que os efeitos do *tempo social* têm para com a realidade social e para com a *teoria sociológica* que busca representar essa mesma realidade, mormente a sua reprodução ou transformação (SCHLERKA, 2018; ATKINSON, 2018). Assim, podemos observar no pensamento de Bourdieu (1979, [1972] 2002a), para além das suas considerações acerca da acelerada desintegração do campesinato argelino, sob pressão pela espoliação da terra mediante o abrupto processo de (re)industrialização na França — acontecimento *improvável* de ter sido contornado em relação a um "grupo", distinto do que pensava Halbwachs (2003) —, que o seu *construtivismo genético* busca propor um novo entendimento epistêmico-temporal acerca da relação entre *os indivíduos e a sociedade* (WACQUANT, 2006; PETERS, 2017).

Como um sociólogo que foi, dentre muitos outros, profundamente influenciado pelo *Estruturalismo Francês*, Bourdieu (2002b, 2012) sempre conferiu importância especial ao primado da *perspectiva relacional*. Para o autor, a realidade social é algo que deve ser compreendida pelo viés da *relacionalidade*, posto que a atividade da reflexão teórica, ao contrário da "mera teoria pela teoria", desvinculada de um "contraponto empírico", deve se atentar não somente aos resultados das ações humanas, supostamente comandadas por estruturas objetivas (*opus operatum*), mas também a própria realização e constituição, ao longo do tempo, de tais ações (*modus operandi*) (MARTINS, 2017). Bourdieu (2010, 2013), então, criticou tanto a *perspectiva objetivista*, preocupada em registrar as regularidades da realidade social, quanto a *perspectiva subjetivista,*

preocupada tão somente com a experiência "vivida" dos indivíduos na sociedade. Como possível solução de tal dicotomia, Bourdieu (2012) ressaltou o necessário processo de retroalimentação entre *a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade*, o qual desembocou na articulação entre os conceitos "*habitus*" e "*campo*[170]".

O *habitus*, como dimensão ligada à história individual dos agentes sociais, um sistema de disposições duráveis capaz de proporcionar a criatividade e ter uma dimensão libidinal, visto impulsionar o agente social a engajar-se na vida em sociedade é, por um lado, o produto dos condicionamentos externos que tende a (re)produzir (*internalizar*) a lógica objetiva da estrutura social (BOURDIEU, 1996, 2003; PETERS, 2012). Mas, por outro lado, o *habitus* só faz sentido se, mediante os condicionamentos externos, ao denotar a dimensão temporal e histórica da vida social — registradas na forma de percepções, pensamentos e ações passadas —, ele (re)produzir-se num determinado *espaço social*, que nem o *campo* (BOURDIEU, 2012). Um determinado *campo*, tal como o *campo econômico*, o *campo religioso* etc., cuja lógica e leis próprias diferenciam-se das demais, em função do acelerado processo de diferenciação estruturo-funcional do social, pois assim Bourdieu (1989, 2001, 2002a) concebia a realidade social moderna, também é dependente da (re)constituição do *habitus* através de relações, interesses e disputas específicas que permitem aos indivíduos (*externalizar*) o acesso à sua experiência subjetiva e às causas internas de suas ações (PETERS, 2011, 2013). A estreita relação entre *habitus* e *campo*, como uma série que do ponto de vista temporal é ordenada, forma o *motor* que faz com que a vida social seja constantemente (re)produzida (BOURDIEU, 1983).

Se formos levar em consideração os efeitos do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, bem como o processo veloz de diferenciação estruturo-funcional promulgado por Bourdieu (2001), veremos que a aceleração do *tempo social* pode ser, em certo sentido, prejudicial à relação entre o *habitus* e o *campo*. Nos casos em que as disposições encarnadas nos indivíduos, sob a forma de *habitus*, necessitarem ser ativadas em contextos sociais distintos daqueles que o produziram (*outros campos*), sobretudo em contextos sociais demasiadamente instáveis que desajustam a reprodução e

[170] O *habitus* é definido como um "[...] sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e possibilita o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas graças à transferência analógica de esquemas" (BOURDIEU, 2002a, p. 261). Já o *campo* é definido como "[...] a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes" (BOURDIEU, 2004, p. 23).

o funcionamento do *habitus*, ocorre o *efeito hysteresis* (BOURDIEU e PASSERON, 1975, BOURDIEU, 2002a, 2019).

Como já diz a própria etimologia do termo "*hysteresis*" — termo emprestado da Física, mas com raiz grega, significando "estar atrasado" (*husterein*) —, Bourdieu a utiliza para denotar um *delay*, uma desfasagem entre as disposições dos agentes sociais (*habitus*) e certos contextos sociais (*campos*) (MEDEIROS, 2017). Em períodos de instabilidade social, diferentemente daqueles em que a mudança social ocorre de modo gradual, seguindo caminhos "já antecipados", como se o indivíduo fosse um "peixe n'água", sendo o peixe, o *habitus*, e a água, o *campo*, o posicionamento dos indivíduos em contextos históricos transitórios e com mudanças abruptas faz com que o comportamento dos mesmos seja indeterminado, desordenado para com aqueles contextos sociais: envolve uma *descumplicidade ontológica*[171], portanto temporal, entre os dois elementos anteriormente retroalimentados, isto é, entre o *habitus* e o *campo* (BOURDIEU, 2002a; PETERS, 2013; HARDY, 2018). Na maior parte dos casos, entretanto, os impactos do *efeito hysteresis* se mostraram praticamente incontornáveis e, no limite, irreparáveis[172].

Se a realidade social está assentada, como afirmou Bourdieu (2007), em *princípios de diferenciação ou de distribuição* que constituem, de modo relacional, agentes e grupos em determinados *espaços sociais*, os quais possibilitam a Sociologia ser uma espécie de *topologia social*, por óbvio que esses mesmos *espaços sociais* contêm *temporalidades distintas*. É possível verificarmos que a sua concepção de *tempo social* corresponde a uma *pluralidade de tempos* que, apesar das suas singularidades, articulam-se entre si formando o que conhecemos como "*sociedade*". Nesse prisma, na obra "*Meditações Pascalianas*" (2001), originalmente publicada em 1997, o autor afirma que ao contrário do que pensa a "visão escolástica" [*skholé*], voltada para um olhar supostamente universal que ignora as "razões práticas" que compõem a vida em sociedade, o tempo do social mostra-se de diversas maneiras e mesmo é construído em tempo e espaço específicos — desculpem-nos a redundância. Nas palavras do autor:

---

[171] A ideia de "descumplicidade ontológica" é diamentralmente oposta a de "cumplicidade ontológica" entre *habitus e campo* (BOURDIEU, 1988).

[172] Podemos observar, por exemplo, (*i*) desde as estratégias de casamento dos camponeses no *Béarn* — caso do novo *Código do Estado Francês sobre heranças* que alterou a forma do matrimonio entre os campesinos —; (*ii*) passando pela ansiedade dos estudantes no sistema escolar francês em adquirir um capital cultural mediante os seus investimentos e suas dívidas; (*iii*) até o profundo deslocamento cultural e econômico de argelinos à realidade urbana na França, que resultou num profundo sofrimento e dificuldade de ascensão por parte deles, que certos efeitos da *hysteresis* podem ser permanentes (BOURDIEU, 1975, 2002, 2008; CANT, 2017).

> [...] *o fato de se interessar, de constituir alguma realidade como centro de interesse, equivale a colocar em movimento o processo de "presentificação-despresentificação", "atualização-inatualização", "interesse-desinteresse", ou seja, "temporalizar-se", fazer o tempo, numa relação com o presente diretamente percebido* que nada tem a ver com um projeto. *Em oposição à indiferença que apreende o mundo como sendo desprovido de interesse, de importância, a Illusio (ou o interesse pelo jogo) é o que confere sentido (no duplo sentido) à existência, levando a que se invista num jogo e em seu futuro, nas lusiones, nas oportunidades, estando em condições de propor aos que se veem enredados no jogo e que dele esperam alguma coisa* (o que empresta um fundamento à crença que basta constituir a *Illusio* como ilusão, e suspender o interesse, e a fuga para diante, no divertimento, assim determinados, para que possa suspender o tempo) (BOURDIEU, 2001, p. 254, grifos nossos).

Caso formos levar em consideração, mesmo que de maneira implícita, o acelerado processo de diferenciação estruturo-funcional como característica das realidades sociais moderna e contemporânea, algo já indicado por Bourdieu (1989, 2002a) em outros momentos, a citação acima contempla a ideia de que o *tempo social* é, como aqui o definimos, uma totalidade composta por temporalidades distintas (qualidade, ritmo e duração) em diferentes camadas da realidade social, percebida diferentemente no âmbito do fenômeno social. Notemos que Bourdieu (2001) está chamando a atenção para o fato de que *não existe um tempo universal* (trans-histórico), percebido da mesma maneira por todos na vida em sociedade, como queriam, por exemplo, Aristóteles e Newton — nem como queriam os representantes do tempo internalizado, como Bergson e Husserl. O tempo (do social) não é uma realidade última que compõe a natureza da sociedade de modo *homogêneo*, mas algo cuja existência está sempre sendo atualizada, acionada conforme a relação dos indivíduos com a sociedade, ou melhor, dos *agentes* imersos nos diversos *campos sociais*. O que se mostra, de fato, de modo *heterogêneo*.

Tendo em vista que cada *campo* possui uma lógica própria e compõe de forma específica ou desigual *dominantes e dominados* — muitas vezes ligados aos diferentes *capitais*, à recursos específicos que só fazem sentido *in loco*, pois permitem descrever e definir a forma especifica da qual se revestem —, a conservação de tal lógica *socioespacial* depende, em grande medida, das ações dos agentes perpetradas ao longo do tempo. A *constante (re)construção do tempo social*, isto é, o permanente caráter dinâmico, sempre presentificado e atualizado por agentes históricos, mesmo que em tempo e espaço específicos, como nos diferentes *campos sociais*, somente existe porque desperta o interesse (e faz sentido à existência) dos agentes sociais, dispostos a investir no "jogo" ("*illusio*[173]"), nas suas lutas — (auto)geradas no interior do próprio campo

[173] Do latim "*ludus*", "jogo".

(PETERS, 2020). Em outras palavras, o *tempo social*, como podemos ver no pensamento de Bourdieu, é um articulador e impulsionador da realidade social, em virtude da retroalimentação entre a *interiorização da exterioridade* (*habitus/agência*) *e a exteriorização da interioridade* (*campo/estrutura social*) possibilitar a emergência, mesmo que tacitamente, de um valor, de algo que vale a pena ser alcançado, pois é produto de um jogo de (distintos) interesses. O "sentido" do *tempo social*, enfim, é produto (e produtor) "dinamogênico[174]" — no sentido durkheimiano — da articulação entre *agência e estrutura* (BOURDIEU, 2001).

Em relação à *constante (re)construção do tempo social*, ainda, Bourdieu (2001) também defende que há uma nítida distinção do "valor" do tempo (social) entre as classes sociais, sobretudo — por influência do marxismo — entre "empregados" e "executivos", ou proletários e burgueses.

> *No extremo oposto dos subproletários, que possuem um déficit de bens e um excedente de tempo, e cujo tempo vale quase nada, os executivos estressados possuem um excesso de bens e um déficit extraordinário de tempo. Os primeiros têm tempo para vender, e com frequência eles "desperdiçam" em consertos, engenhosos até o absurdo, aos quais se entregam no intuito de prolongar a qualquer preço a durabilidade dos objetos ou para produzir esses sucedâneos sabiamente agenciados de bens manufaturados que se pode ver nas ruas ou nos mercados de inúmeros países pobres. Ao contrário, os segundos, paradoxalmente, estão sempre sem tempo e condenados a viver na askholia, com pressa*, que Platão opunha a *skholè* filosófica, submersos por bens e serviços que excedem suas capacidades de consumo e que acabam por "desperdiçar"; sobretudo ao desistir de empreender os trabalhos de manutenção e conserto. Sendo assim, tal ocorre porque tem ocasiões de investir tão numerosas e rentáveis, por conta do valor econômico e simbólico de seu tempo (e deles mesmos) nos diferentes mercados, que acabam adquirindo um senso prático quanto a raridade do tempo que orienta toda sua experiencia (BOURDIEU, 2001, p. 276-277, grifos nossos).

Vejamos que Bourdieu (2001) não somente indica, de forma cristalina, o "valor" do tempo (social) conforme a posição das classes sociais na estrutura da sociedade, mas também faz alusão ao paradoxo já apontado, anos mais tarde, por Hartmut Rosa (2019) acerca da sociedade contemporânea: a sensação de *falta de tempo*, embora *o ganhemos em abundância*. Conforme o exemplo trazido pelo próprio Bourdieu, os executivos, ainda mais aqueles imersos no mercado financeiro, encaram o tempo como algo de extremo valor, pois "não fazer nada" ou "reagir de forma lenta" em relação às demandas do mercado pode custar caro. Necessário, então, é tomar a "promessa da aceleração" como

[174] A ideia do processo dinamogênico, conforme Durkheim (1996, [1913] 2012) e Pierre Sanchis (2011), está ligado à função da religião e da "aura" moral dela no que se refere o mantenimento da coesão social, do fenômeno social, da vida (frenética) em sociedade.

uma viabilizadora da *ampliação dos horizontes de possibilidades*. Isso quer dizer, grosso modo, que os executivos — mais do que os empregados do "baixo escalão" — possuem uma ânsia por realizar mais tarefas em menos tempo e experimentar o maior número possível de opções disponíveis. Porém, paradoxalmente, as taxas de tarefas e opções cotidianas crescem mais rapidamente do que as taxas de desenvolvimento social (e tecnológico) e, por consequência, temos a sensação de falta de tempo — um verdadeiro paradoxo já apontado por Federico Alegría (2020), inclusive, ao servir-se do pensamento de Bourdieu, em particular, da ideia de *hysteresis*.

Já que falamos, *en passant*, da íntima e necessária relação entre *habitus e campo,* cabe salientarmos, consoante com Bourdieu (2001), a lógica societária (ou específica) que emerge a partir de tal relação. De outro modo, cabe salientarmos, por exemplo, a lógica do *campo científico* e, com ele, as ideias de *ciência*, *aporte metodológico-conceitual e reflexividade.* O *campo científico* comporta a luta pelo *monopólio da autoridade* (ou *competência*) *científica*, na medida em que os agentes no seu interior — posicionados de formas distintas, tais como os *dominantes e os dominados*, ou ainda, *os iniciados e os profanos* — estão imersos num jogo de luta concorrencial em relação à sua consagração, às suas contribuições ao progresso da ciência e mesmo ao impacto das suas invenções e descobertas (BOURDIEU, 2004, 2017). Numa determinada reflexão sobre o *campo científico*, Bourdieu (2001) lança mão da seguinte observação:

> Vale dizer, *o campo* [científico] *é o lugar de um regime de racionalidade instituído sob a forma de constrangimentos racionais os quais, objetivados e manifestados numa certa estrutura da troca social, encontram a cumplicidade imediata das disposições adquiridas pelos pesquisadores, em ampla medida por conta da experiencia das disciplinas da cidadela cientifica*. *Tais disposições lhes permitem construir o espaço dos possíveis específicos inscritos no campo (a problemática) sob a forma de um estado da discussão, da questão, do saber, ele próprio encarnado por agentes* e instituições, figuras notáveis, conceitos em –ismo etc. *As mesmas que lhes permitem fazer funcionar o sistema simbólico proposto pelo campo conforme as regras que o definem e que se lhes impõem com toda a força de um constrangimento ao mesmo tempo lógico e social*. A experiencia da transcendência dos objetos científicos, sobretudo matemáticos, invocados pelas teorias essencialistas, constitui essa forma particular de *illusio* nascida da relação entre agentes providos do *habitus* socialmente exigido pelo campo e sistemas simbólicos *capazes de impor suas exigências aos que os apreendem e os fazem funcionar, dotados de uma autonomia estreitamente ligada aquela do campo* (explica-se assim por que o sentimento da necessidade transcendente e tanto mais acirrado quanto maior o capital de recursos acumulados e quanta mais difícil o direito de entrada) (BOURDIEU, 2001, p. 137-138, grifos nossos).

Como dito anteriormente, os *campos sociais* dependem muito da relação que mantêm com os *agentes sociais* para a sua continuidade, conforme os interesses e as

disputas específicas vão permitindo aos indivíduos *internalizar e externalizar*, ao mesmo tempo, o acesso à sua experiência subjetiva e às causas externas de suas ações. Isso dá ao(s) *campo*(s) um permanente caráter dinâmico, sempre presentificado e atualizado por agentes históricos (BOURDIEU, 2012; PETERS, 2011, 2013). No caso do *campo científico*, podemos ver que a *ciência* (ou o "fazer científico") tanto se mostra como um dos principais vetores das disputas e dos interesses entre os agentes sociais quanto um tipo de *discurso* cuja orientação teórico-prática sistematiza, atualiza e falseia a dinâmica social, porquanto ser capaz de retroagir sobre ela. Tal raciocínio não se mostra incompatível com o pensamento e mesmo com a citação acima, de Bourdieu (2001), em razão do *campo científico* constituir, junto com os demais, a *topologia geral* da realidade social. Nesse sentido, se a *ciência* se mostra importante em tal *campo social*, justamente por apresentar-se como *um "valor" encarnado nos agentes sociais* que dão ao mesmo um caráter dinâmico, é justamente porque, da mesma forma, ela é capaz de "*fazer funcionar o sistema simbólico proposto pelo campo conforme as regras que o definem e que se lhes impõem com toda a força um constrangimento ao mesmo tempo lógico e social*" (BOURDIEU, 2001, p. 137-138, grifos nossos). Em outros termos, a *ciência* é capaz de estruturar e retroagir de forma teórico-prática sobre a realidade (social) do *campo científico*, logo, alvidrar a dinâmica dos processos e dos fenômenos sociais.

A ideia de "retroação", anteriormente referida, também vai ao encontro, tendo em vista a sua melhor compreensão, das noções de *aporte metodológico-conceitual e reflexividade*. No que tange à primeira, podemos ver Bourdieu (2001) defendendo *uma ontologia processual* que toma, através da ideia de *conhecimento praxiológico*, a realidade social enquanto composta por *práticas sociais*, as quais compõem a razão de ser dos conceitos de *habitus, campo e illusio* (BOURDIEU, 1996; PETERS, 2020). Assim sendo, se a ideia de que os conceitos, as metáforas e as analogias constituem tanto aquilo que dá vitalidade à capacidade explicativa das *teorias sociológicas* quanto aquilo que indica e acopla metodicamente a dimensão teórico-prática com a realidade social, é justamente porque a compreensão da realidade social torna-se mais coerente à medida que as capacidades cognitivas dos agentes sociais que estão a serviço de *interesses e propósitos* específicos (*habitus*), perpetrados em *espaços de práticas específicas* (*campo*), produzem e reproduzem, ao mesmo tempo, o *interesse* por mobilizar as suas competências numa variedade de situações sociais (*illusio*) (BOURDIEU, 2001).

Em relação à segunda noção, isto é, à ideia de *reflexividade*, podemos ver que Bourdieu (2001) também salienta, para além do que é comumente interpretado em seu

pensamento, a concepção (auto)crítica que o sociólogo tem para consigo mesmo, a capacidade de percepção especializada de transformações na realidade social e o (re)agir sobre tais transformações. No caso da íntima relação entre o trinômio *habitus, campo e illusio*, podemos notar que a retroação da *interiorização da exterioridade* com a *exteriorização da interioridade* é capaz de atestar, com efeito, a constante (re)constituição dos indivíduos pela sociedade e vice-versa (ARCHER, 2007b; PETERS, 2020). No caso da citação anterior de Bourdieu (2001) sobre a *lógica do campo científico*, cabe ressaltarmos novamente o movimento circular entre, por um lado, *os agentes sociais influenciando o campo* e, por outro lado, *o campo influenciando os agentes sociais*, pois impõe aos primeiros as suas exigências de *funcionamento*. Como disse o próprio autor, a *reflexividade* emerge da "[...] relação entre agentes providos do *habitus* socialmente exigido pelo *campo* e sistemas simbólicos capazes de impor suas exigências aos que os apreendem e os *fazem funcionar, dotados de uma autonomia estreitamente ligada àquela do campo*" (BOURDIEU, 2001, p. 137-138, grifos nossos).

Não somente a *ciência,* como dito anteriormente, é capaz de retroagir sobre a realidade social, pois, a *teoria sociológica* também o é. Essas duas concepções, portanto, fazem parte do pensamento de Bourdieu (2001) acerca da sua *ontologia processual*, ou *conhecimento praxiológico*. Na verdade, não podemos esquecer que o autor já se referiu ao conhecimento sociológico como "esporte de combate", no sentido de ele ser capaz e, no limite, necessário ao exercício de "desvelar" as contradições do *real* — muito por influência do marxismo e contra o pensamento "escolástico" (BOURDIEU, [1987] 2004[175]). Em uma passagem sugestiva, Bourdieu defende a *teoria sociológica* como uma espécie de "*mecanismo praxiológico*". Nas palavras do autor:

> *Será preciso mobilizar cada vez mais recursos e justificações técnicas e racionais para dominar, e os dominados deverão se servir ainda mais da razão para se defender contra formas crescentemente racionalizadas de dominação* (penso, por exemplo, no uso político das pesquisas de opinião pública como instrumentos de demagogia racional). *As Ciências Sociais, as únicas capazes de desmascarar e de fazer frente as estratégias de dominação inteiramente inéditas para as quais contribuem por vezes como nutrientes e fontes de inspiração, deverão de uma vez por todas escolher entre dois partidos*: posicionar seus instrumentos racionais de conhecimento a serviço de uma dominação cada vez mais racionalizada, ou, então, *analisar racionalmente a dominação, em especial a contribuição do conhecimento racional para a monopolização de fato dos ganhos da razão universal. A consciência e o conhecimento das condições sociais dessa espécie de escândalo lógico e político que vem a ser a monopolização do universal sinalizam, sem equívoco, os fins e os meios de uma luta política permanente em prol da universalização*

[175] Principalmente no documentário "*La Sociologie est um sport de combat*", lançado em 2010, pelo cineasta Pierre Carles.

> *das condições de acesso ao universal* (BOURDIEU, 2001, p. 102, grifos nossos).

A Sociologia está munida de um arsenal axiológico, epistemológico e metodológico que *pode desconstruir a visão escolástica*, a qual muitas vezes naturaliza, na perspectiva de Bourdieu (2001), as contradições da realidade social — e pouco dialoga e contribui, quando necessário, para a "reorganização" dela. A *realpolitik*, como ímpeto da *teoria sociológica*, se constitui num projeto ético-político, que além de possibilitar a "[...] luta política destinada a defender as condições sociais de exercício da razão e as bases institucionais da atividade intelectual", como nos lembra Bourdieu (2001, p. 98), deve *desmascarar* o *monopólio* da razão por uma determinada classe social, os *dominantes*, ao mesmo tempo que ressalta a importância de que os *dominados* tenham o direito de exercer livremente a razão — chances de ingressar no universo acadêmico, bons empregos etc. (BOURDIEU, 2002b; WACQUANT, 2002, 2013).

A *realpolitik* também está destinada à auxiliar nas ações do Estado, mediante a rápida e eficaz divulgação do conhecimento científico acerca dos campos de produção nacionais e internacionais, o que, segundo Natalia Scartezini (2001), está ligado à intervenção "[...] sobre os assuntos públicos correlatos, de maneira espontânea, sem esperar serem chamados. É um fazer político sem transformar-se em homem político. É um utilizar-se positivamente da ciência" (SCARTEZINI, 2001, p. 36). Enfim, o pensamento crítico de Bourdieu (2001), sobretudo o pensamento acerca do estatuto da *teoria sociológica*, considera a mesma como um *mecanismo praxiológico* cuja articulação teórico-prática entre proposições, conceitos e generalizações forma, por efeito, um sistema capaz de sair da dimensão puramente teórica e retroagir sobre a realidade social — apesar de que, nesse caso, o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* contribuir mais para a *aceleração-positiva do tempo social* do que para a sua plena atenuação.

Muitas das questões levantadas por Bourdieu (2001, 2003, 2010, 2012) sobre o acelerado processo de diferenciação estruturo-funcional, já mencionadas no início desta seção, vão ao encontro, *mesmo que de forma tácita*, à ideia contemporânea do aumento de *complexidade* na realidade social do Ocidente, mormente nas sociedades moderna e contemporânea. Numa longa (mas contundente) afirmação, Bourdieu (2001) menciona o seguinte a respeito dela:

> *O processo de diferenciação do mundo social conducente a existência de campos autônomos* concerne, ao mesmo tempo, ao ser e ao conhecer: ao se

> diferenciar, o mundo social produz a diferenciação dos modos de conhecimento do mundo: *a cada um dos campos corresponde um ponto de vista fundamental sobre o mundo que cria seu próprio objeto e encontra nele mesmo o princípio de compreensão e explicação conveniente a esse objeto*. Dizer, tal como Saussure, que "o ponto de vista cria o objeto" *é dizer que uma mesma "realidade" se torna objeto de uma pluralidade de representações socialmente reconhecidas, mas parcialmente irredutíveis umas às outras* — como os pontos de vista socialmente instituídos nos campos de que elas são o produto —, ainda que tenham em comum a pretensão a universalidade. [...] *O princípio de visão e de divisão e o modo de conhecimento (religioso, filosófico, jurídico, científico, artístico etc.) correntes num campo, em associação com uma forma específica de expressão, só podem ser conhecidos e compreendidos em relação com a legalidade especifica desse campo como microcosmo social*. Por exemplo, o "jogo de linguagem" denominado filosófico só pode ser descrito e explicado em sua relação com o campo filosófico como "forma de vida" no interior do qual ele ocorre. As estruturas de pensamento do filosófico, do escritor, do artista ou do erudito, bem como *os limites do que se lhes impõe como pensável ou impensável, são sempre dependentes, em certa medida, das estruturas de seu campo, portanto da história das posições constitutivas desse campo e das disposições nele favorecidas* (BOURDIEU, 2001, p. 120, grifos nossos).

É sabido que Bourdieu (2001) foi fortemente influenciado, especialmente nesse caso, pelo pensamento de Max Weber (2008). Esse último demonstrou, sobretudo na sua *sociologia da religião*, que o *processo de racionalização* penetrou aos poucos na cultura ocidental, diferenciando e autonomizando as "*esferas de valor*": campos de atividades sociais balizados por diferentes éticas, tais como a Economia, a Ciência etc. Além disso, o *processo de racionalização*, o qual toma como *leitmotiv* o *primado da razão* — como discorremos no Capítulo 1 —, instituiu, pelo menos desde o século XVI até os dias de hoje, uma profunda *aceleração dos processos e do tempo social*[176]. Como consequência, a dinâmica do "mundo social" foi fazendo emergir, aos poucos, maneiras específicas de compreender a própria realidade social, pois, em conjunto com o *processo de secularização*, a organização social tornou-se cada vez menos baseada na visão de mundo religiosa, urgindo por pontos de vistas particulares em relação a objetos particulares, inéditos quando comparados a épocas anteriores (SCHLUCHTER, 2011).

Podemos ver que Bourdieu (2001), na citação anterior, *não somente* está manifestando, de *maneira indireta e mesmo sutil*, o aumento de *complexidade* na realidade social que observava, a ocidental, em geral, e a francesa, em específico, nas quais o constante movimento de expansão a partir de si mesmas (inflação), produz uma

[176] Isso é algo que também já foi amplamente demonstrado (e aprofundado) por outros autores consagrados, tais como Niklas Luhmann (1993b, 1998), Reinhardt Koselleck (2006) e Bolívar Echeverría (2009). De uma maneira geral, principalmente pela via tecnológica, científica e econômica, tal processo criou no Ocidente uma mentalidade cultural na qual a "[...] eficiência e controle sobre a natureza e os fenômenos sociais alcançando o máximo de resultados com o mínimo esforço prenunciaram um desenvolvimento social em alta velocidade, pois dentro de um modo de produção racional *não há tempo a perder*" (MONTERO e TORRES, 2020, p. 07, grifos nossos).

constante diferenciação estrutural (ou funcional), envolvendo tanto unidade quanto multiplicidade, pois refere-se a uma diversidade de elementos e relações. É possível vermos, *da mesma forma*, que cada *campo* dota de sentido a realidade que o circunda de modo específico. Que só faz sentido, mesmo quando em relação com os demais *campos*, a partir de uma forma específica de discurso, que só pode ser conhecida e compreendida em relação com a sua dinâmica interna, com a dação de "sentido" assegurada pelos seus agentes e suas estruturas na qualidade de *microcosmo social*. Em outros termos, se cada *campo* é uma *unidade* que compõe a *topologia geral da sociedade*, é justamente porque essa mesma sociedade possui diversas camadas, processos que se entrecruzam rapidamente, não permitindo serem compreendidos e explicados por um único ponto de vista — contribuindo, de tal ou qual maneira, a uma lógica societária veloz, dinâmica e interligada (ATKINSON, 2018). Um *campo*, assim, pode ser *relativo e similarmente* visto por um observador como uma unidade de sentido que se *auto-organizou* — considerando o que se compreende atualmente por esse conceito —, que se diferenciou de tudo o mais que a cerca e que é composta por *partes interdependentes*, tendo o seu funcionamento orientado para si mesma, pois não pode "operar" para além da sua conjuntura[177]. Um *campo* é, portanto, um *sistema de posições diferenciais*, o que aproxima o pensamento de Bourdieu, por assim dizer, a uma concepção sistêmica (BOURDIEU, 2001, 2003).

Num certo sentido, a *compreensão tácita* de Bourdieu sobre o aumento da *complexidade* nas sociedades moderna e contemporânea está relacionada, mesmo que não contemple os efetivos avanços epistêmico-conceituais sobre o assunto[178], com a *aceleração-positiva do tempo social* e, mais ainda, com o *efeito hysteresis* (STRAND e LIZARDO, 2017). Não podemos esquecer, conforme Bourdieu (2001, 2019) nas suas considerações acerca do campesinato argelino, pelo menos desde a década de 1960, que é através do comportamento do *tempo social* que conseguimos observar como o *habitus* e o *campo* vão se relacionando ao longo da história, principalmente se tomarmos tal observação sobre ambos com base num determinado contexto social. Caso conseguirmos constatar mudanças abruptas em tal contexto social, é certo que *o comportamento* (ou *as disposições*) *dos agentes sociais* ficará, na perspectiva bourdieusiana, descoordenado para com esse mesmo contexto, isto é, em relação ao *campo* (observado).

[177] Sobre a relação entre *campo, complexidade e auto-organização* no pensamento de Bourdieu, ver também Fuchs (2003) e Morrison (2005).
[178] Cremos que seja plausível Bourdieu ter tido algum contato com a temática da *complexidade*, ainda mais pela via da Cibernética, a qual adentrou fortemente no pensamento social francês, especificamente, através da matriz *Pós-Estruturalista*, conforme demonstrou Lafontaine (2007b).

A quebra da *cumplicidade ontológica* entre o *habitus* e o *campo*, por efeito da *hysteresis*, possibilita, como no caso da sua análise sobre o *Maio de 68*, que os indivíduos se tornem "mais reflexivos", critiquem o que antes era tacitamente aceito, passem da *práxis* ao *logos* e, no limite, reformulem — em circunstâncias específicas — a relação entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas (KING, 2000; BORDIEU, 2002a; PETERS, 2013). Mas isso é a exceção e não a regra, pois o que Bourdieu (2019) testemunhou, de fato, foi mais a *descoordenação estrutural, individual e sociotemporal* naquele evento do que a "pura" *reorganização social* a partir do *le grand événement de Mai 68*.

Na obra "*Homo Academicus*", publicada originalmente em 1984, Bourdieu (2019) tomou como objeto de estudo diversas universidades na França, na qualidade de *partes* que formavam um *campo acadêmico*. De modo específico, o autor pretendeu delinear um entendimento alternativo e pormenorizado em relação àquele campo ao acompanhar o seu desenvolvimento, grosso modo, desde o início da década de 1960 até a crítica dos estudantes e pesquisadores durante o *Maio de 68*, cujo teor correspondia às exigências pela reforma no sistema educacional francês[179].

Como nos lembra Catarina Gomes (2020), a variável mais influente no interior daquele *espaço social*, era *o tempo*, considerada determinante para a aquisição de poderes, na medida em que ditava a ordem das sucessões de posições nas instituições. Por isso, continua a autora, "dispender tempo é o preço para a conquista e manutenção do poder universitário, pois uma das condições para que esse poder possa se consolidar consiste no acúmulo do capital específico de autoridade acadêmica" (GOMES, 2020, p. 35). Mais do que isso, o controle da variável *tempo*, especialmente pelos agentes mais consagrados no *campo acadêmico*, era um exercício de poder.

No entanto, o *tempo* (do social) não é algo que pode ser plenamente controlado, exatamente porque, como aqui o definimos, é uma *totalidade heterogênea* composta por temporalidades distintas (qualidade, ritmo e duração) em diferentes camadas da realidade social, percebida diferentemente no âmbito do fenômeno social. À vista disso, Bourdieu (2019) apontou, sob a forma de uma conjectura, (*i*) o crescimento brutal da população estudantil e (*ii*) a transformação nas práticas de admissão como os dois fatores (interrelacionados) que provavelmente contribuíram para a eclosão do *Maio de 68.* Ademais, esses dois fatores também são os principais *sincronizadores* da *crise* e

[179] O que a reboque também atingiu a perspectiva Estruturalista, em função da sua "frieza" em relação ao homem, ao sujeito e às suas capacidades agenciais, culminando na sua "crise" (DOSSE, 2018).

*catalisadores* do *efeito hysteresis*: a incapacidade do(s) *habitus*, tanto dos professores titulares [*professor*] quanto dos professores-assistentes [*lecturers*], perpetuar as estruturas (lógica do *campo*) que correspondem às suas condições de (re)produção (BOURDIEU, 2001).

Sobre o primeiro, (*i*) o crescimento brutal da população estudantil, Bourdieu fala o seguinte:

> *O crescimento brutal e rápido da população estudantil que resulta da conjunção da elevação da taxa de fecundidade nos anos posteriores à guerra e do crescimento geral da taxa de escolarização determinou por volta dos anos 1960 um crescimento do corpo professoral ainda mais importante* quando, no mesmo tempo, o enquadramento dos estudantes crescia muito, mesmo que em graus diferentes, em todas as faculdades. A consequência mais direta desse processo foi um crescimento importante dos postos oferecidos nas faculdades e, ao menos para algumas categorias de professores, *uma aceleração das carreiras* (BOURDIEU, 2019, p. 172).

Em referência ao segundo fator, (*ii*) a transformação nas práticas de admissão, o autor menciona o que se segue:

> *A transformação das práticas de admissão* fez entrar na profissão duas categorias de mestres por meio de quem se podia introduzir na instituição o que ela excluía acima de tudo, aspirações desprendidas das esperanças legítimas: de um lado os que, embora dotados de algumas propriedades exigidas pelo modo de admissão antigo, estavam destinados a descobrir mais ou menos rapidamente que tinham se beneficiado de uma falsa promoção, pelo fato de que o posto que ocupavam deixava de ser o que havia sido quando pessoas como eles nele entravam e que não comportava mais a estabilidade da carreira antes tacitamente garantida aos beneficiários desse modo de admissão [...] e do outro lado todos os que, estando desprovidos dos títulos de acesso antigos e sobretudo das disposições a eles associadas, estavam pouco inclinados a perceber como uma consagração miraculosa seu ingresso no ensino superior e a aceitar de se contentar com uma carreira inferior (BOURDIEU, 2019, p. 190, grifos nossos).

Ao olharmos as duas citações acima, de Bourdieu (2019), como dois processos mutuamente análogos, veremos que a *aceleração do tempo* (social) se mostrou totalmente prejudicial ao "equilíbrio" do *campo acadêmico.* Em primeiro lugar, podemos notar que Bourdieu está argumentando que o crescimento "rápido e brutal" da população estudantil obrigou a maioria das universidades francesas a aumentarem o corpo docente, demando mais atividades e mais disponibilidade deles. O que, por óbvio, *aumentou o ritmo dos processos sociais* no (interior) do campo.

Em segundo lugar, conforme o número de estudantes foi aumentando ainda mais em comparação com o corpo docente, as novas práticas de admissão, que podem ser vistas como uma espécie de *novo artifício técnico*, em razão de ter sido *alterado* o *meio* de produzir algo, meio de se atingir um objetivo visado, tais como as escolhas e a distribuição

das incumbências acadêmicas, permitiram que professores ingressassem na carreira acadêmica sem cumprir todos os critérios anteriormente consagrados (DESLANDES e MAKSUD, 2019). Quem já estava na vida acadêmica e obedecia ao "ritmo" do tempo necessário para as devidas sucessões, isto é, aceitando as "regras do jogo", sentiu-se enganado, viu as suas aspirações literalmente destruídas num *campo acadêmico* de estrutura nova, *o qual não mais considerava o prestígio e o capital intelectual* até então *acumulados*. Consequentemente, as *estratégias de dominação* foram desveladas, fazendo com que o *efeito hysteresis* tomasse conta de boa parte dos acadêmicos (estudantes/professores) já imersos em tal lógica acadêmica.

Vejamos que o *efeito hysteresis* — para além de ser um *aporte metodológico-conceitual* que constitui a *compreensão* do autor acerca de contextos (*campo acadêmico*) que mudam *mais rapidamente* do que as *práticas incorporadas nos agentes sociais*, por se aquilo que dá vitalidade à capacidade explicativa das *teorias sociológicas*, assim como um forte acoplador daquela para com a realidade social, quer dizer, da relação *assíncrona entre ação e temporalidade* — também pode ser compreendido como produto (e produtor) da *aceleração-positiva do tempo social*. De acordo com o próprio Bourdieu (2019),

> *se a crise tem uma parcela ligada à crítica é porque introduz na duração uma ruptura, porque põe em suspenso a ordem ordinária das sucessões e a experiência ordinária do tempo como presença num futuro já presente*; ao abalar na realidade ou na representação a estrutura das oportunidades objetivas (de benefício, de sucesso social, etc.) à qual está espontaneamente ajustada a conduta reputada razoável e que faz da ordem social um mundo com o qual se pode contar, isto é, previsível e calculável, *ela tende a frustrar o sentido de colocação, sense of ones place e sentido do bom investimento, que é inseparavelmente um sentido das realidades e das possibilidades que se dizem razoáveis.* Esse é o momento crítico em que, em *ruptura com a experiência ordinária do tempo como simples recondução do passado ou do um futuro inscrito no passado, tudo se torna possível (ao menos na aparência), em que os futuros parecem verdadeiramente contingentes, os futuros realmente indeterminados, o instante verdadeiramente instantâneo, suspenso, sem sequência previsível ou prescrita* (BOURDIEU, 2019, p. 234, grifos nossos).

O *efeito hysteresis*, na esteira da citação acima, está associado a um processo de profunda transformação na realidade social, principalmente no *habitus* e no *campo*. Nesse caso, tal efeito faz surgir uma *sensação de inércia*, de modo que uma mudança em cada um deles exige uma mudança no outro. Melhor dizendo, "em situações de crise ou de rápida mudança, certos agentes, frequentemente os que eram justamente os mais bem adaptados ao estado anterior do jogo, tem dificuldade de se ajustar a nova ordem estabelecida: suas disposições tornam-se disfuncionais" (BOURDIEU, 2001, p. 197). À

luz dessas considerações, podemos ver que Bourdieu (2019) está chamando à atenção para o fato de que a *hysteresis* é capaz de fazer com que o *habitus*, principalmente, se transforme de maneira imprevisível, sem qualquer noção do seu posicionamento no *campo*.

O elemento temporal que constitui o *efeito hysteresis* também envolve um profundo *desencaixe* entre *a mudança e o tempo*, sendo esse último, na maioria dos casos, o senhor daquela (HARDY, 2018). Se formos compreender o *efeito hysteresis* no pensamento de Bourdieu (2001, 2019), ainda mais pela ótica da noção de *aceleração-positiva do tempo social*, veríamos que o seu sentido é, portanto, *proporcional* à intensificação retroalimentativa entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento do ritmo da vida social, que possibilitam *graus de obsolescência de processos sociais pretéritos e indeterminação futura deles*. Mais precisamente, *os agentes sociais* se defrontam com um *futuro aberto* que torna o *passado estruturado* das disposições "encarnadas" totalmente precário, incapaz de antecipar, visto estar sancionado por um contexto social cuja temporalidade acelerada *rompe com a cumplicidade ontológica entre habitus e campo*, as condições necessárias para uma *prática efetiva* (STRAND e LIZARDO, 2017). Assim sendo, a íntima relação entre o *efeito hysteresis e a aceleração-positiva do tempo social* está diretamente ligada com a *rápida mudança social,* a *compressão espaço-temporal* e, no limite, com as possibilidades de *desordem social* (e *existencial*).

O modelo teórico proposto por Pierre Bourdieu é capaz de revelar, através daquilo que nomeamos como "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", que os comportamentos do *tempo* (social) ditam, por um lado, o andamento da relação entre o indivíduo e a sociedade. Quer dizer, a sua *teoria sociológica* é capaz de "desvelar" que o *tempo social* orienta as capacidades ativas e criativas dos *agentes sociais*, mediante a *internalização* do *habitus* em relação às estruturas sociais, como os meandros dos *campos sociais* estruturados por *relações diferenciais* no seu interior, mediante a *externalização* de *práticas sociais*. Não obstante, o processo de retroalimentação entre *a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade*, por outro lado, também é capaz de influenciar algum estrato daquela *totalidade heterogênea*, cuja composição se dá por *temporalidades distintas, mas em articulação*. Uma verdadeira dialética entre *tempo* e *espaços/condutas sociais* — similarmente construindo uma espiral ascendente de transformação social que é produto (e produtor) do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*.

No caso da sua leitura acerca das sociedades moderna e contemporânea, altamente aceleradas e diferenciadas, quer ao nível estrutural, quer ao nível funcional, Bourdieu (1989, 2001, 2002a, 2019) trouxe à baila a possibilidade de que dois elementos ontologicamente distinguíveis, mas dependentes um do outro, tais como o *habitus* e o *campo*, podem *desencaixar-se* ao nível temporal. Pode haver a possibilidade do *habitus* não conseguir se (auto)regular diante de *mudanças abruptas* nas estruturas do *campo* ao qual pertence. Em situações de crise ou de rápida mudança, por exemplo, certos *agentes sociais* podem se sentir "desarticulados" para com o *novo contexto social*, incapazes de (re)ativar as suas *disposições* à nova ordem estabelecida. Em casos como esse, altamente prováveis conforme a tendência que o autor vislumbrou desde a década de 1960 — principalmente nos seus estudos sobre a acelerada desintegração do campesinato argelino, sob pressão pela espoliação da terra mediante o abrupto processo de (re)industrialização na França, assim como no seu exame sobre os impactos do *Maio de 68* naquela mesma sociedade —, os impactos do *efeito hysteresis* mostram-se praticamente inevitáveis, fatais, pois não houve a possibilidade de assegurar uma "estabilidade" temporal entre a mudança na estrutura do *campo* com as *disposições do habitus* e vice-versa. Nesse sentido, a relação entre o *efeito hysteresis* e a *aceleração-positiva do tempo social*, reconhece Bourdieu (2019), pode viabilizar que uma crise regional se estenda a outras regiões do *espaço social* e se transforme numa crise geral, pelo efeito da aceleração que produz, fazendo coincidir acontecimentos antes dispersos.

## 6.5. A imprevisibilidade do tempo na sociedade contemporânea: a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann como reflexo de uma realidade social complexa, acelerada e funcionalmente diferenciada

O fascínio da Sociologia pelas descobertas da Biologia, presente tanto na *perspectiva evolucionista* quanto na *perspectiva organicista* nos *períodos clássico e pós-clássico* analisados nesta Tese, respectivamente, Comte e Durkheim, Halbwachs, Park e Parsons, é coisa antiga, como bem nos lembram Cícero Araújo e Leopoldo Waizbort (1999). Apesar das críticas que tal fascínio suscitou (e ainda suscita) no âmbito internacional da Sociologia, não podemos ignorar o fato de que a Biologia, não sendo mais aquela do século XIX que alguns ainda insistem em criticar, também avançou teórica e epistemologicamente. Em todo esse processo de desenvolvimento científico e (*trans*)disciplinar — com a participação da Filosofia, da Cibernética, da Teoria da

Comunicação, dentre outras disciplinas do conhecimento —, a questão da *evolução* e da *complexidade* tomaram um novo fôlego, inclusive, com fortes reflexos na *ciência da sociedade* a partir da década de 1970. Isso certamente nos obriga, pois, a encerrar a investigação do nosso campo empírico com o pensamento de Niklas Luhmann.

É sabido na *história teorética da Sociologia* que Niklas Luhmann levou a discussão sobre a intrincada relação entre *evolução e complexidade* (*do social*) às últimas consequências. Todo o seu empreendimento teórico, principalmente a partir da década de 1980, é produto não somente de um movimento transdisciplinar que vai da Cibernética, passa pelo resgate da Lógica das Formas de George Spencer-Brown, e chega no reconhecimento dos efeitos do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*. É também o produto da própria crise da *sociologia clássica* após as duas Grandes Guerras Mundiais (ARAÚJO e WAIZBORT, 1999; RODRIGUES e NEVES, 2017b; GUEDES e VINHAS, 2021). A *sociologia clássica*, segundo Luhmann ([1997] 2006, [1984] 2016), seria tanto incapaz de descrever com precisão quanto propor uma base científica segura para o estudo da crescente *complexidade* que caracteriza, sobremaneira, a sociedade contemporânea.

A realidade social contemporânea, do ponto de vista sistêmico, constitui-se num *sistema social*, numa totalidade[180] ("sistema-mundo") altamente complexa e dinâmica,

[180] É urgente ressaltarmos, todavia, que a ideia de *totalidade* é bem diferente no pensamento de Niklas Luhmann quando comparada aos períodos anteriores aqui analisados. A "antiga" metáfora biológica oriunda do pensamento do século XIX, principalmente através de Herbert Spencer, concebia a *sociedade* com uma *entidade* (corpórea e objetiva) que, na qualidade de um *todo*, *diferenciava-se* através da diversificação das suas *partes*. Esse tipo de perspectiva, a qual reverberou no pensamento de Comte, Durkheim, Halbwachs, Park e Parsons, compreendia, mesmo que de tal ou qual forma, a realidade social diferenciando-se *a si mesma*, no sentido de uma *totalidade composta por diversos agregados* (*diferenciação da sociedade*). Era como se *cada parte* compreendesse a *totalidade* da mesma maneira, como se *cada parte* compusesse, com igualdade, a identidade do *todo*. Ao contrário disso, ressalta Armin Nassehi (2001), a *totalidade* no pensamento de Luhmann não é algo que pode ser percebida da mesma maneira. Tal *totalidade,* ou se quisermos, *a sociedade*, *é um horizonte* — no sentido fenomenológico — *de todas as possibilidades de comunicação*. A sua "singularidade" não é entendida da mesma maneira pelas *partes* (*sistemas parciais*) que a compõe, mas "[...] *cada sistema parcial reconstrói o sistema total* — ao qual pertence e co-realiza — *por meio de sua própria diferença* (específica do sistema parcial) de sistema/ambiente" (LUHMANN, 2006, p. 473, grifos nossos) [cada sistema-parcial reconstruye al sistema total — al que pertenece y co-realiza — a través de una diferencia propia (específica del sistema-parcial) de sistema/entorno]. A sutileza de tal assertiva de Luhmann (2006) denota que a "*totalidade*", na verdade, nunca é percebida (acessada) por *uma perspectiva totalizante, mas está sempre refém de um domínio operacional específico* (observação). A sociedade, assim, não tem *formas* fixas, ela sempre está "sendo" *operacionalmente*, entrecruza *acontecimentos paralelos* e *simultâneos*. Enfim, ao invés de defender a *diferenciação da sociedade*, Luhmann (2006) defende uma *diferenciação na sociedade*: "mesmo aqui pode-se ver uma indicação clara para relacionar o conceito de sociedade ao conceito de horizonte, pois a *multiplicação de diferentes horizontes constitui a unidade da sociedade em sua forma*" (NASSEHI, 2001, p. 10, grifos nossos) [incluso aquí se puede ver una clara indicación para relacionar el concepto de sociedad con el concepto de horizonte, pues la multiplicación de diferentes horizontes constituye la unidad de la sociedad en su forma].

fechada sobre si mesma do ponto de vista do seu operar, fazendo com que emerja, a partir do seu próprio interior (inflação), um constante e acelerado processo evolutivo de *diferenciação funcional* mediante a formação de *subsistemas sociais*, tais como o econômico, o jurídico, o religioso etc. Além disso, tal realidade social, demasiadamente acelerada, balizada por *comunicações* de todos os tipos e ordens, coloca obstáculos epistemológicos para aqueles que ainda desejam fazer *ciência da sociedade* com base em paradigmas tradicionais, tais como: (*i*) o antropocentrismo; (*ii*) a fundação da sociedade com base no consenso; (*iii*) a divisão da sociedade com base em claras demarcações territoriais de Estados Nacionais; (*iv*) a possibilidade de observar, de modo privilegiado, um fenômeno (social) a partir de seu exterior, como queriam os realistas epistemológicos (LUHMANN, 2006, p. 11-12). Em vista disso, Luhmann (2016, 2018) propôs, na esteira de Talcott Parsons, com a diferença de passar da mera *analogia* para uma factual *homologia organísmico-sistêmica*[181]*,* um modelo teórico totalmente ressemantizado e com pretensão universal, sob a forma de um novo paradigma para a pesquisa sociológica em relação à sociedade atual: a *Teoria dos Sistemas Sociais* (*autopoiéticos*).

Se a pergunta seminal acerca de "*como é possível a ordem social*?" prosseguiu no âmbito teórico da Sociologia, de tal ou qual maneira, Luhmann (2018) não a considerou desprovida de sentido, entretanto, considerou necessária a atualização da sua semântica à luz do movimento da realidade social contemporânea. A resposta do autor foi: "por meio do sentido, por meio da formação de sistemas sociais que podem se manter "estáveis" por um curto período nos limites de um ambiente supercomplexo, ou mais ainda, por meio da evolução sociocultural" (LUHMANN, 2018b, p. 88). Não podemos esquecer que os *sistemas sociais*, sempre menos complexos que o *entorno*, embora reduzam a *complexidade externa* mediante o aumento da *complexidade interna*, estão em *constante processo de adaptação*, não podendo, por óbvio, reagir ponto por ponto a cada irritação instaurada pelo seu *entorno* (também composto por outros *sistemas sociais, psíquicos e orgânicos*). Muito menos permitir que a reprodução dos seus elementos internos (*comunicação*) seja totalmente desprovida de capacidade conectiva. Assim, eles simplesmente deixariam de existir, não teriam "razão de ser".

[181] "Meus argumentos não partem da analogia do ente, já que com respeito à teoria do conhecimento sigo o construtivismo. Penso que existem estruturas típicas muito gerais [sistemas como ordem] que permitem estabelecer comparações, ou que possibilitam também um completo intercâmbio científico" (LUHMANN, 1992a, p. 142-143).

Os *sistemas sociais* estão sob constante pressão temporal. Por isso, como disse Luhmann (2016, p. 69), os *sistemas sociais* são "quentes", eles têm de ser rápidos, devem *produzir e reproduzir incessantemente* tanto o seu fechamento operacional quanto a capacidade de discriminar (*selecionar*) os elementos que contribuam para a sua *auto-organização*, como para a sua *autopoiese*: a sua *autonomia operativa* em relação ao *entorno*. A *temporalização da complexidade*, outro nome para a necessidade de que os *sistemas sociais* têm para serem rápidos no seu operar conforme as irritações do *entorno* — melhor dizendo, adaptação à irreversibilidade do tempo —, não tem nada a ver com um *estado estável de repouso*, mas com a absorção de perturbações e, principalmente, com a ininterrupta renovação dos elementos sistêmicos (LUHMANN, 1978, 2016).

Cremos que a questão mais urgente para iniciarmos a análise do pensamento de Niklas Luhmann, mormente a sua *Teoria dos Sistemas Sociais* (*autopoiéticos*), seja a sua concepção de *teoria sociológica*, seguida do *aporte metodológico-conceitual* construído por Luhmann. É justamente a partir da elucidação de ambos, como reflexos da sociedade contemporânea, que podemos também compreender, de forma correlacionada, a ideia de *complexidade*, cujo entendimento constitui-se no cerne de todo o seu empreendimento científico.

Desde o constante processo de *aceleração do tempo social*, da sociedade moderna à sociedade contemporânea, como demonstramos no Capítulo 1, a realidade social foi se "mostrando", *mediante o seu processo evolutivo*, cada vez mais dinâmica. Alimentando e sendo alimentada por fenômenos sociais profundamente sinérgicos, os quais aos poucos foram impossibilitando, inclusive a partir do reconhecimento do próprio pensamento científico, descrições com a pretensão de verdades absolutas sobre eles, assentadas em semânticas lineares e unitárias que pretendiam orientar a totalidade da sociedade de maneira dogmática (BARALDI, 1987; LUHMANN, 1993a). À vista disso, a realidade social do Ocidente (como também do Oriente) foi exigindo ser compreendida através de uma *concepção policontextual*: sem mais um fundamento último, contemplando inúmeras lógicas subjetivas na relação entre o sujeito observador e o objeto observado (GÜNTHER, 1979). É justamente com base nesse vertiginoso cenário societal que Niklas Luhmann ([1984] 2016) conferiu urgência em propor uma *teoria sociológica* com a *pretensão universal*. Nas palavras do autor:

> *Teorias com pretensão de universalidade são, portanto, teorias autorreferenciais*. Com seus objetos, elas sempre aprendem também algo sobre si mesmas. Por isso elas necessitam, como que por si mesmas, conferir um sentido limitado a si mesmas — por exemplo, conceber a teoria com um

> tipo de práxis, de estrutura, de solução de problema, de sistema ou de programa de decisão. A diferença em relação a outros tipos de práxis, de estrutura etc. se estabelece na área do objeto. Assim, *uma teoria universal, também justa e precisamente a Teoria da Diferenciação, pode se autocompreender como resultado de diferenciação*. Sua restrição, que lhe justifica o título de teoria, consiste nesta não arbitrariedade do deixar-se envolver na autorreferencia. [...] *Uma teoria universal examina seus objetos, e a si mesma como um dos seus objetos, como relações autorreferenciais*. [...] *Isso significa que seu próprio procedimento epistemológico e sua aceitação ou rejeição de critérios válidos para isso é, para ela, algo que ocorre em sua própria área de pesquisa, numa disciplina do subsistema científico da sociedade moderna* (LUHMANN, 2016, p. 11-12, grifos nossos).

Se a Sociologia, como *ciência da sociedade*, nasceu com (e por causa) das transformações na realidade social do Ocidente e, em contrapartida, *principiou a remodelação e a transformação de inúmeros fazeres humanos no mundo*, a partir da segunda metade do século XIX, a sua pretensão, a rigor, era proporcionar um conhecimento especializado sobre as transformações nessa mesma realidade. O conhecimento que estaria ao seu alcance era fruto da própria (e acelerada) diferenciação *no* social. Isso significa, com efeito, que a realidade social foi experenciando, a partir de si mesma e por causa de si mesma, uma gradual — mas rápida — expansão dos seus limites em termos de *complexidade,* ao reconhecer a necessidade de se (auto)adaptar às novas transformações sociais. Especificamente na Europa, em torno do século XVIII, a própria sociedade foi, em grande parte por causa das implicações da *secularização* e das transmutações nos *modos de produção*, fazendo *emergir* no seu interior *sistemas parciais* voltados a "lidarem", *funcionalmente e não mais estratificadamente*, com certas "questões" sociais — como no caso da *emergência da Sociologia*, parte do conhecimento científico (LUHMANN, 1997).

Vejamos que Luhmann (2016) vai na mesma direção do raciocínio acima, em razão da "universalidade" do seu empreendimento teórico-prático transpassar o mero exercício *metassociológico*, isto é, da Sociologia compreender a si mesma, atualizar a si mesma em função da realidade social contemporânea, altamente complexa, e colocar-se como possibilidade de uma *articulação teórico-prática* entre proposições, conceitos e generalizações que formam, por efeito, um sistema capaz de sair da dimensão puramente teórica e retroagir sobre a realidade social (ou sobre si mesma). Justamente pela Sociologia e a *teoria sociológica* fazerem parte do *sistema científico* — como do *campo científico*, no sentido bourdiesiano —, compondo, assim, a "totalidade" dos processos e fenômenos sociais que se desenrolam na contemporaneidade, por certo que ambas também são capazes de impulsionar, de uma maneira ou de outra, o comportamento do

social e das *comunicações* que circulam no seu *interior* (e indiretamente no seu *exterior*), especificamente os comportamentos do *tempo social*. Como exemplo, basta evocarmos a "explosão de paradigmas", consoante com Charles-Henry Cuin e François Gresle (1994), para salientarmos, uma vez mais, o *sem número de teorias, produções, livros, dentre outros,* que *aumentaram quantitativa e qualitativamente*, não somente a partir da década de 1970, mas também desde o seu nascimento, a *complexidade interna* (comunicações) do "*subsistema sociológico*", produto da *diferenciação na sociedade.*

Para tanto, a *teoria sociológica* precisa estar munida de um *aporte metodológico-conceitual*, ou seja, formar um arcabouço conceitual, analógico e metafórico que a coloque tanto em contato com a realidade observada quanto a permita emular o comportamento dessa mesma realidade, na qualidade e experiência da diferença (LUHMANN, 2016). É exatamente a partir dessa intrincada relação entre *referência da realidade* (fenômeno) e *realidade referenciada* (fenômeno teorizado) que as ideias de *sistema* (social) e *entorno*, na perspectiva luhmanniana, constituem-se em duas *compreensões*[182] *conceituais* do efetivo comportamento da sociedade contemporânea, ou melhor, na interpretação *sine qua non* de como a *ordem social* é possível frente tendência contínua à entropia (LUHMANN, 1993b, 2016). Sendo assim,

> *A Teoria dos Sistemas Autorreferenciais afirma que uma diferenciação de sistemas somente pode ocorrer mediante autorreferência, quer dizer, somente porque os sistemas na constituição de seus elementos e de suas operações elementares se referem a si mesmos* (seja os elementos do sistema, seja a operações do mesmo sistema, seja à unidade do mesmo sistema). *Para que isso seja possível, os sistemas têm de produzir e empregar descrições de si mesmos*; eles têm de poder empregar pelo menos a diferença entre sistema e ambiente em seu interior como orientação e princípio da produção de informações. Por isso, o fechamento autorreferencial somente se torna possível num ambiente, sob condições ecológicas. *O ambiente é um correlato necessário para operações autorreferenciais, porque precisamente essas operações não podem decorrer com base na premissa do solipsismo* (poder-se-ia dizer também: por que tudo o que desempenha algum papel no ambiente, inclusive o próprio si-mesmo (*selbst*), tem de ser introduzido por diferenciação). A (já clássica) distinção entre sistemas "fechados" e "abertos" é substituída pela questão sobre como o fechamento operacional pode produzir abertura (LUHMANN, 2016, p. 25).

Conforme a citação acima, de Luhmann (2016), podemos ver que a sociedade contemporânea, bem como as múltiplas realidades significadas — pelos inúmeros

[182] É mister salientarmos, todavia, que "*sistema*" e "*entorno*" não constituem os únicos elementos que compõem o *aporte metodológico-conceitual* no pensamento de Luhmann. Na realidade, todos os seus conceitos podem ser entendidos como tal. Por uma questão de coerência, não iremos "esgotar" e mesmo elencar toda a urdidura conceitual que faz parte do empreendimento do autor. Para uma discussão pormenorizada (e panorâmica) sobre os principais conceitos da *Teoria dos Sistemas* (autopoiéticos) de Luhmann, ver Corsi, Esposito e Baraldi (1996).

sistemas sociais, na qualidade de observadores — que emergem conforme o seu comportamento, são debitarias da (longa e antiga) relação entre os *sistemas sociais* e o *entorno* que possibilitam a dinâmica (co)evolutiva do social e, acima de tudo, permitem que a "sociedade", como fenômeno, continue existindo, fazendo sentido perante um ininterrupto movimento de *aceleração do tempo social e de aumento de complexidade*. Ademais, dado que a *diferença* entre *sistema* e *entorno* seja a condição lógica da compreensão e do funcionamento do social, na medida em que um sistema é uma unidade de ordem dinâmica, o autor está chamando à atenção para o fato de que as operações do sistema somente aparecem dotadas de sentido, *carregadas de informação* (*racionalidade*) *no seu interior*, quando esse mesmo sistema é capaz de se diferenciar, de reconhecer a sua singularidade ante às irritações do *entorno* (CADENAS, MASCAREÑO e URQUIZA, 2012).

Luhmann (2016) está claramente ressaltando, ainda conforme a citação acima, que o *aporte metodológico-conceitual*, como ideia de que os conceitos, as metáforas e as analogias constituem tanto aquilo que dá vitalidade à capacidade explicativa das *teorias sociológicas* quanto aquilo que indica e acopla metodicamente a dimensão teórico-prática com a realidade social, sinaliza um entendimento coerente (flexível) sobre *o(s) comportamento(s) sistêmicos na sociedade contemporânea*. Nesse caso, compreendê-la pela via sistêmica é saber que o *entorno* não somente "irrita" o *sistema* a intensificar, a aumentar a sua complexidade cognitiva (*heterorreferência* ou "abertura cognitiva[183]"), isto é, a sua sensibilidade em perceber e colocar à disposição possibilidades de processamento que só fazem sentido para si mesmo, mas também "viabiliza" um maior refinamento (*seleção/racionalização*) das possibilidades de ação/vivência mais rapidamente, que só valem no contexto da sua unidade operativa (LUHMANN, 1993a, 2016). Isso quer dizer, da mesma forma, que a "curta" (diríamos, curtíssima) estabilidade do *sistema* em relação às irritações do seu *entorno*, sob a forma de *pressão seletiva*, é a via privilegiada para lidar com a *hipercomplexidade acelerada* da realidade social contemporânea. Assim, como bem pontuaram Clarissa Neves e Fabrício Neves (2006), a aceleração (sociotemporal) e a complexidade atinentes à sociedade contemporânea não

[183] "O observador é um sistema, e um sistema pode ter uma capacidade de localização flexível: o sistema pode observar a si mesmo (auto-observação), e também outros sistemas (hetero-observação). Para a teoria do sujeito, em contrapartida, é muito difícil argumentar sob o emprego teórico da diferença. O sujeito sempre deve estar colocado em um lugar (transcendental) acima dos objetos do mundo. Seria muito difícil encontrar no conjunto da tradição de pensamento a resposta para a pergunta sobre onde está colocado o sujeito, se no sistema, ou no meio". (LUHMANN, 2001, p. 163).

são compreensíveis plenamente pela consciência humana, por isso, na esteira do *aporte metodológico-conceitual*, os *sistemas sociais* assumem tal função, assumem a tarefa de redução de *complexidade*.

A "função" dos *sistemas sociais* em relação à redução de *complexidade*, não mais entendida de forma *teleológica*, como nos "sistemas" de Parsons[184] (1966), pois agora são vistos como "*sistemas operacionalmente fechados*[185]", possibilita o entendimento de Luhmann (2016) em relação ao cenário "mundial" proporcionado pela sociedade contemporânea, a saber, o constante e acelerado aumento de *complexidade* no seu interior,

[184] Para além de, obviamente, Luhmann estar imerso num contexto social distinto do qual Parsons se encontrava, posto comportar fenômenos e processos sociais bem mais acelerados, profundamente sinérgicos, existem algumas diferenças epistemológicas de suma importância entre ambos os autores, sobretudo no que tange ao uso da perspectiva sistêmica para modelar a realidade social. O próprio Luhmann (2021), num artigo deveras sugestivo, originalmente escrito em 1980, sob o título "*Talcott Parsons-Zur Zukunft eines Theorieprogramms*", apontou alguns limites na teoria parsoniana, especificamente, limites relativos à questão da autorreferência e da complexidade. Entretanto, gostaríamos de ressaltar apenas duas dimensões que distinguem "as duas versões" sistêmicas. (*i*) A concepção de "sistema" de Luhmann, ao contrário de Parsons, traz à baila de modo explícito a autonomia e mesmo o fechamento operacional de qualquer sistema, pois, na realidade, "sistemas existem", não se tratando de um artifício teórico, debitário do Realismo Analítico do sociólogo americano. O que também desemboca na questão da *interpenetração*, em razão dos "atores" ou "indivíduos" serem sistemas (psíquicos) operacionalmente distintos dos sociais, resumindo-se apenas em *ambiente para os sistemas sociais e vice-versa*: *sistemas sociais* são compostos por *comunicação*; *sistemas psíquicos* são compostos apenas por *pensamentos*. Em outros termos, tal "anti-humanismo" afirma que "tudo o que chega à sociedade, aquilo que a irrita, passa por um duplo filtro, consciência (atributo dos sistemas psíquicos) e comunicação (atributo dos sistemas sociais), fazendo com que o que conhecemos como sociedade seja um sistema decorrente de uma dupla redução de complexidade e, portanto, fruto de dimensões reais diferenciadas e acopladas estruturalmente" (RODRIGUES e NEVES, 2017, p. 140). Nesse sentido, a questão da *função* também é compreendida por ambos os autores de modo diferente. Para Luhmann, como nos lembra Alisson Magalhães (2016), as *estruturas* estão subordinadas à *função,* ligadas à resolução de *problemas específicos* que concernem somente aos próprios sistemas na qualidade de (auto)observadores distintos. É justamente isso que denota a inversão de Luhmann, a saber, um *Funcional-Estruturalismo* em detrimento de um *Estrutural-Funcionalismo*. Não é à toa que Luhmann (2021), como um profundo conhecedor da perspectiva parsoniana, ressaltou que a teoria de seu "antigo mestre" não seria capaz de ser tão somente atualizada, visto comportar pontos incompatíveis com a complexidade da sociedade hodierna, por exemplo, a redução de todas as possibilidades do mundo e do equilíbrio social mediante o *esquema AGIL.* Além disso, (*ii*) a questão da contingência, a qual Luhmann (2016, p. 127) deixou muito claro que "[...] é aqui que nosso caminho se separa do de Parsons", não poderia ser dirimida, muito menos contornada em função de normas e valores sociais — cristalizados sob a forma de expectativas —, assegurados pela sua institucionalização (cultura). Assim, o *problema da ordem*, mesmo sendo ontológico e epistemologicamente importante para o desenvolvimento da Sociologia, como *ciência da sociedade*, não poderia ser plenamente resolvido, ainda mais num mundo de extrema complexidade. A *ordem*, ainda mais pela ótica da *moral*, não pode mais integrar *todos os sistemas possíveis*, tratando-se apenas de um tipo de comunicação — que não compõe nenhum sistema específico — relativo às expectativas dos sistemas (sociais e psíquicos) de estima/desprezo, justo/injusto. Trata-se, em suma, de uma *forma,* de um *background nas comunicações* (LUHMANN, 2013b; SOARES, 2016).

[185] Como salientou Léo Peixoto Rodrigues (2000) e mesmo Eduardo Guedes e Otávio Vinhas (2021), ao contrário do *Estrutural-Funcionalismo* de Parsons, que defendia que um s*istema* poderia ser observado por um observador externo como uma unidade em que a *função*, *teleologicamente*, era consequência da estrutura, cujo fim (função) era a manutenção do sistema; em Luhmann, tal compreensão é invertida por uma perspectiva *Funcional-Estruturalista*: nos sistemas funcionais, por serem operacionalmente fechados, o que impossibilita qualquer perspectiva teleológica por algum observador externo, a estrutura existe (*casualmente*, e não causalmente) como resultado dos processos do sistema e "[...] a função dos processos internos do sistema existe para a exclusiva manutenção do sistema como um sistema fechado" (RODRIGUES, 2000, p. 270).

causando (e sendo causado pelo) o seu inflacionamento. Logo, pelo constante processo, aludido anteriormente, de *diferenciação funcional*: um correlato de *distintas perspectivas e operações concretas* (NASSEHI, 2001; STICHWEH, 2012). Igualmente, o entendimento do autor em relação ao cenário mundial também evoca a questão da *reflexividade,* que emerge a partir da *simultaneidade coevolutiva* entre *sistema e entorno*.

Em relação à *complexidade*, Luhmann declara o seguinte:

> [...] *designaremos complexa uma quantidade conexa de elementos, quando, em virtude de restrições imanentes à capacidade de conexão dos elementos, cada elemento não puder mais a qualquer momento ser conectado com qualquer outro elemento*. O conceito de "restrição imanente" refere-se à (para o sistema não mais disponível) *complexidade interior dos elementos, a qual ao mesmo tempo possibilita a "capacidade de unidade" desses elementos*. [...] *Complexidade, no sentido acima conferido, significa pressão seletiva, pressão seletiva significa contingência e contingência significa risco*. Todo estado de coisas complexo baseia-se numa seleção das relações entre seus elementos, elementos esses que ele emprega para se constituir e se manter. A seleção posiciona e qualifica os elementos, embora para eles também fossem possíveis outras relações. *Designaremos esse "também serem possíveis outras" com o conceito, muito tradicional, de contingência. Ele indica, ao mesmo tempo, a possibilidade de perder a formação mais favorável* (LUHMANN, 2016, p. 43, grifos nossos).

Por sua vez, a questão da *reflexividade,* a qual está intimamente ligada à *complexidade*, pode ser compreendida em duas passagens. A primeira, relacionada à *autorreferência*, diz o seguinte:

> [...] *a autorreferência só pode ser realizada nas operações atuais do sistema se uma si-mesmo (Selbst) (seja elemento, processo ou sistema) puder ser por ele mesmo identificado e estabelecido como diferente perante outros*. Os sistemas têm de conseguir lidar com a diferença entre identidade e diferença, quando se reproduzem como sistemas autorreferenciais; ou, dito de outro modo: *reprodução é o manejo dessa diferença*. Isso não é, primordialmente, um problema teórico, mas *um problema inteiramente prático*; e isso é relevante não somente para sistemas constituintes de sentido (LUHMANN, 2016, p. 26, grifos nossos).

Já a segunda consideração de Luhmann (2016) acerca da *reflexividade*, pode ser compreendida a partir do seguinte argumento:

> *A possibilidade lógica de conectar qualquer elemento com qualquer outro não pode ser realizada por nenhum sistema. Esse é o ponto de partida de toda redução de complexidade*. Um sistema tem de ou permanecer bem pequeno, caso ele pretenda deixar em aberto todas as possibilidades combinatórias, ou mesmo realizar todas ao mesmo tempo, ou *ordenar e fortalecer as relações seletivas*. Isso ocorre mediante *reflexividade do processo de seleção*. *Esse processo se dirige, primeiramente, a si mesmo antes de finalmente empreender seleção no concreto, quer dizer, no nível do último elemento do sistema.* Para isso estão disponíveis duas formas diferentes: estrutura e processo. Ambas, por sua vez, pressupõem-se mutuamente, pois, sob condições mais exigentes (não simplesmente determinadas por acaso, a estruturação é um processo, e

> processos têm estruturas. *Os dois distinguem-se por sua relação com o tempo*. [...] *Estruturas mantêm o tempo reversível*, pois elas mantêm um repertorio limitado de possibilidades de escolha. [...] *Os processos, ao contrário, marcam a irreversibilidade do tempo*. Eles constituem-se de ocorrências irreversíveis (LUHMANN, 2016, p. 64-65, grifos nossos).

As três citações acima, de Luhmann (2016), salientam algumas reflexões que vão ao encontro da nossa *perspectiva metódica de análise*. (*i*) A *complexidade* está relacionada com uma dimensão do conhecimento, posto se encontrar no plano *qualitativo,* especificamente uma *concepção de observação e descrição*; (*ii*) a *complexidade* envolve, do ponto de vista do (sistema) observador, um paradoxo relativo à *aceleração social* promulgada pela sociedade contemporânea: pode ser, simultaneamente, tanto unidade quanto multiplicidade, visto se tratar de um conceito que se refere unissonamente a uma diversidade de elementos e relações (LUHMANN, 2006; GUEDES e VINHAS, 2021). Isso quer dizer, do ponto de vista de *um presente complexo*, que a sociedade contemporânea, de um modo geral, "[...] experimenta a radicalidade do risco e da incerteza", do contínuo intercâmbio de uma *ordem social sempre em emergência*, de fenômenos sociais *diluídos e recombinados*, a todo instante, num ambiente freneticamente instável, composto por diferentes lógicas sistêmicas que precisam lidar, evolutivamente, com uma abundância de opções e possibilidades (MASCAREÑO, 2012, p. 61). Para reduzir a *complexidade*, em função da pressão temporal, o sistema recorre tanto à *operação* quanto à *observação*[186], com base num âmbito de *possibilidades estruturais*.

A *operação* sistêmica está diretamente ligada à *autopoiesis*, ao processo no qual um sistema é capaz de (re)produzir, em si mesmo, os elementos pelos quais é constituído (*comunicação*), organizando-se com o auxílio de conexões internas entre os mesmos elementos, os quais sublinham a demarcação de distinções entre o que constitui o seu interior e o seu exterior. Como um tipo de *ação*, ademais, a *operação* permite que o sistema continue fechado, que não funcione para além dos seus limites, realizando a

[186] O movimento de relação mútua entre *operação* e *observação* tem como "eixo" estruturas recursivas baseadas em códigos binários. Os códigos binários, como esquemas de distinção, funcionam pela construção (contingente) de expectativas que só fazem sentido para o sistema observador, distinguindo/significando a complexidade do mundo observado. Como uma propriedade probabilística de tudo que se "faz ordem", os códigos binários configuram premissas de decisão baseadas em bifurcações opostas, organizadas previamente, de acordo com a função pretendida ou desempenhada pelo sistema observador, que pode codificar expectativas das seguintes formas funcionais: "certo/errado" (moral); "verdadeiro/falso" (ciência); "legal/ilegal" (direito). O "lado" da bifurcação a ser escolhido em uma observação depende de qual a expectativa operada pelos vetores valorativos que orientam as aceitações e as rejeições (seleções) do sistema, ou seja, a sua "identidade" (RODRIGUES, 2017; LUHMANN, 2006, 2018; GUEDES e VINHAS, 2021).

manutenção da sua *complexidade interna*: um processo recorrente de transformação de potencialidades em atualizações, altamente ligados à pressão e ao movimento do tempo (social) (LUHMANN, 2006, 2016; NEVES e NEVES, 2006). A *observação*, em contrapartida, está ligada às distinções (observações) que produzem informações, quer no seu interior (*auto-observação*), quer no seu exterior (*hetero-observação*), cujo intuito é conectar-se à realidade fática, mediante a seleção (redução) de sentidos diante da *complexidade* (possibilidades), conforme as capacidades cognitivas desenvolvidas ao longo da operacionalidade sistêmica (LUHMANN, 2013a, 2016; GUEDES e VINHAS, 2021).

A redução de *complexidade* não pode ser compreendida na sua inteireza sem o suplemento da ideia de *reflexividade*. Essa última, (*iii*) não é somente uma (auto)compreensão do sistema em relação às "irritações" do seu *entorno*, mas também a capacidade de *percepção especializada de transformações na realidade social e o agir sobre tais transformações*. Se os *sistemas sociais* estão incumbidos de reduzir a *complexidade* da realidade social, de lidar de tal ou qual maneira, com a incontornável contingência, com a "imparável" *aceleração do tempo social* — mesmo que por um "curtíssimo" período —, então, a *reflexividade* lhes permite, como um tipo de *ação*, de *seletividade mais crítica* reconhecer a importância do tempo. Mais do que isso, a *reflexividade* — na sua relação com a redução de *complexidade* — é, segundo Luhmann (2016), e conforme citação anterior, a operação sistêmica que compreende o tempo do social, altamente acelerado, como um vetor fundamental sobre as condições necessárias para uma *prática efetiva de adaptação* (operação), pois, caso contrário, o sistema se extinguiria (LUHMANN, 2015).

A *evolução* da sociedade, sobretudo em seu momento contemporâneo, no que diz respeito às aceleradas transformações sociais, em seus aspectos *comunicacionais*, *tecnológicos e interacionais*, está ligada aos acoplamentos exercidos entre os *sistemas biológicos* (corpos), os *sistemas psíquicos* (consciências) e os *sistemas sociais* (comunicações) (LUHMANN, 2006; VINHAS, 2019). Apesar de a *evolução social* também estar ligada "a mais" *complexidade* e "a mais" *diferenciação funcional*, o seu entendimento tem como pano de fundo a *estabilidade dinâmica*, ímpeto do "sistema-mundo" que se tornou mais evidente a partir da década de 1970, muito em função do desenvolvimento e da pressão sociotemporal provenientes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Ainda assim, antes de continuarmos o raciocínio acima, faremos uma pausa para que algumas questões indispensáveis em relação à

*evolução* e à *estabilidade dinâmica* sejam evocadas, de forma breve, ao prosseguimento da nossa análise.

Devemos salientar que Luhmann (2016) compreende a realidade social como constituída unicamente por *comunicações* e, como ressaltam Léo Peixoto Rodrigues e Everton Costa (2021b), tudo aquilo que não o for deve ser observado como *entorno* — as "pessoas", os *sistemas psíquicos*, constituiriam o *entorno* dos *sistemas sociais*. A operação exclusiva dos *sistemas sociais*, a *comunicação,* pode ser entendida como um acontecimento que, sob a forma de uma síntese *emergente e improvável*, concretiza-se através da composição de três seleções, quais sejam, (*i*) seleção do ato de comunicar; (*ii*) seleção da informação a ser comunicada; e (*iii*) seleção que ocorre no ato de entender (ou não) a informação e o ato de comunicar. (LUHMANN, 2001).

Entretanto, por ser altamente *improvável*, a *comunicação* tem como condição de recorrência a *dupla contingência*: ocasiões que os sistemas (sociais, psíquicos e orgânicos) têm para vivenciar a complexidade do social, mediante ao acionamento de mecanismos (*expectativas*) capazes de reduzir a variedade de opções sociais e levar a cabo possibilidades concretas de ação/vivência. Além da *dupla contingência*, a *interação* age como um "catalisador" das *comunicações* engendradas pelos *sistemas sociais*, em razão de os *sistemas psíquicos*, *in loco*, possibilitarem (*ego*/*alter*) graus suficientes de concordância para *ulteriores* situações sociais (LUHMANN, 2016; VINHAS, 2019). Uma vez que as *interações* ocorrem em tempo sincrônico, no "presente", "as interações promovem uma redução "extrema" de improbabilidade/complexidade nas situações de dupla contingência" (RODRIGUES e NEVES, 2017, p. 96).

No processo descrito acima, isto é, entre a *comunicação,* a *dupla contingência* e a *interação*, podemos reconhecer irritações contínuas nos (e entre) *sistemas sociais*, o que, por consequência, enseja a *evolução* (sistêmica) da sociedade, ou melhor: tal processo é a fonte da mudança estrutural, caso seja "relevante" para a sociedade (LUHMANN, 2016). Nesse prisma, a dinâmica evolutiva gira em torno tanto do acoplamento estrutural quanto da interpenetração, os quais asseguram as comunicações intrassistêmicas, tornando possíveis *novas oportunidades de ação e de vivência*. Como resultado, temos uma *coevolução* entre *sistema-entorno* — e mais *complexidade no social*.

Podemos agora retomar a questão da *evolução* no pensamento de Luhmann (2016), assim como a questão da *estabilidade dinâmica*. Ambas, da mesma forma que as anteriores — *comunicação, dupla contingência* e *interação*—, estão intimamente ligadas. No que se refere à primeira, a *evolução*, Luhmann (2016) recorre à ideia de *expectativa*

para explicá-la em relação ao acelerado movimento do *tempo social*, notório na contemporaneidade. Nas palavras do autor:

> O conceito de expectativa indica que a estrutura remissiva dos objetos ou temas do sentido só pode ser empregada de forma condensada. Sem essa condensação, a carga seletiva seria muito elevada para as operações de conexão. *Expectativas formam-se, portanto, mediante seleção intermediária de um repertório estreito de possibilidades, em consideração às quais se pode orientar melhor e, sobretudo, mais rapidamente* (LUHMANN, 2016, p. 119, grifos nossos).

Como complemento, a *estabilidade dinâmica*, entendida aqui como a tendência das sociedades moderna e contemporânea em reproduzirem permanentemente suas estruturas sociais (a unidade sistêmica em si, o "sistema-mundo") em consequência da pressão por crescimento, inovação e aceleração social, se mostra como o ímpeto social que constrange e, ao mesmo tempo, é constrangido pelos diversos *subsistemas sociais* a evoluírem *no e pelo tempo*. A estarem preparados para eventuais distúrbios do seu *entorno* — dependendo da observação e do sistema observador —, notadamente pelo desenvolvimento de estratégias sistêmicas em *coevolução,* em *mútua "irritação*". Assim,

> Uma segunda forma de solução é a *velocidade* mediante dispositivos que *possibilitem ao sistema acelerar mais seus próprios processos do que os processos do ambiente que são relevantes para esses dispositivos*. *A superioridade na velocidade, por sua vez, pode ser vir para diferentes fins — por exemplo, para a simulação de possíveis andamentos do ambiente e a preparação para eventualidades, para fugir e alcançar, mas também para evitar a especialização demasiadamente extrema e dependente do ambiente. O mais rápido pode, nos intervalos, fazer outras coisas*. [...] Se a relativa autonomia temporal de um sistema for assegurada por uma outra combinação de recursos para distanciamento, um sistema também poderá usar a dimensão temporal para melhor solucionar os problemas da própria complexidade. [...] *Temporalização da própria complexidade é a adaptação do sistema à irreversibilidade do tempo. Uma vez que o sistema diminui a duração de tempo de seus próprios elementos ou mesmo reduz a ocorrências de curta duração, ele pode participar da irreversibilidade do tempo*. [...] Em outras palavras, um sistema temporalizado, mediante o modo como constitui seus elementos, obriga a si mesmo a considerar a irreversibilidade do tempo (LUHMANN, 2016, p. 66-67, grifos nossos).

Se formos observar as duas citações acima, de Luhmann (2016), certamente veremos que o autor está considerando a veracidade da "pressão temporal" e, mais ainda, que a *aceleração social* se mostra como um *imperativo* bastante evidente na sociedade contemporânea. *Mutatis mutandis,* consoante com Hartmut Rosa (2016), a nova semântica do tempo, pelo menos desde a década de 1970, denota *características totalitárias*, em razão de: (a) exercer pressão sobre a vontade e ações dos sujeitos (e dos sistemas); (b) quando é inescapável, ou seja, todos os sujeitos (e sistemas) são afetados por ela; (c) quando é onipresente, em outras palavras, quando a sua influência não se

limita a uma ou outra área da vida social, mas a todos os seus aspectos; (d) quando é difícil ou quase impossível "lutar" contra ela (ROSA, 2016, p. 105). Para mais, a força da *aceleração social* é tanta que ela incitaria, em certo sentido, nos *sistemas sociais e psíquicos*, ou seja, nas "relações" sistema-entorno, uma pressão temporal que os coage a administrar o uso do tempo nos seus "projetos de vida" e mesmo nas suas operações.

No caso de Luhmann (2016), a velocidade ou a rapidez nos processos sistêmicos se mostram vantajosas, porquanto uma unidade de sentido necessitar *reagir*, independentemente da função específica que exerce, às irritações daquilo que a circunda, o *entorno*, e ter para gerenciar e alterar, de forma cada vez mais "eficaz", as suas estruturas, as possibilidades de relação entre os elementos constitutivos de *comunicação*. A propósito, a *aceleração social* como um ímpeto societário que estimula, e é estimulado, pela *estabilização dinâmica* e pelo processo coevolutivo entre sistema-entorno, também pode ser mais bem vislumbrada a partir da ideia de "sistemas afastados do equilíbrio" exposta pelo químico Ilya Prigogine (2011), a qual lhe rendeu o Prêmio Nobel em 1977. Para o autor, tal ideia está diretamente ligada a novos estados da matéria em um sistema auto-organizado, afastado do equilíbrio — o equilíbrio seria a morte, a dissipação total do sistema, um retorno ao estado de indiferenciação ou de extrema complexidade, como salientou Rodrigues (2017a) —, pois, as "flutuações" (desvios) dos processos internos nos sistemas, muito em função das irritações do seu entorno, não visam ser plenamente superadas pelos mesmos, mas amplificadas (*feedback positivo*). No caso da realidade social, ainda mais pela perspectiva sistêmica, podemos compreendê-la como um horizonte de possibilidades — totalmente diferente das ideias de "puro caos" ou de "entropia máxima" — que está sempre em renovação, sempre "sendo", engendrando efeitos inéditos e temporalmente imprevisíveis, mas passíveis de ordem (*neguentropia*) e, consequentemente, de compelir à evolução social.

Embora a sociedade contemporânea esteja marcada por processos sociais cada vez mais sinérgicos, os quais também reverberam e são reverberados pelos diversos sistemas sociais que a compõe, ser rápido, ou tentar ser mais rápido do que o "*imperativo de aceleração social*", geralmente estabelecido *na e pela* relação "sistema-entorno", não é garantia de nada por parte das operações sistêmicas — seja na qualidade de sistema específico que observa, seja na qualidade de *entorno* para outro sistema observador, dependendo da unidade de observação e diferença. Pelo contrário, isso só aumenta ainda mais (e confirma) a *improbabilidade* de atenuá-lo plenamente. Mesmo que os *sistemas sociais* possam, como indica a *temporalização da complexidade*, desenvolver uma ordem

seletiva de conexão dos elementos, de acordo com as demandas internas ou externas, o seu "presente" é *intensamente breve*, por conta da desintegração contínua da relação elemento/relação ser a sua razão de reprodução e sobrevivência. Enquanto a nova semântica do tempo na sociedade contemporânea impede o absoluto planejamento das operações sistêmicas, posto comportar *processos sociais mais probabilísticos* do que lineares, as possibilidades de seleção dos *sistema*s *sociais* em relação às irritações do seu *entorno* não cessam de aumentar, considerando uma mesma unidade temporal qualquer. Por consequência, permanece a *improbabilidade* de os seus *futuros começarem*, exatamente por *permanecerem em aberto, indeterminados* — não é à toa Luhmann ter salientado que não há nada o que fazer, de modo pleno, com a *contingência radical* que baliza os meandros da sociedade contemporânea (LUHMANN, [1976] 1992b). Assim sendo, "sistemas com complexidade temporalizada dependem de constante desintegração. A desintegração contínua cria, por assim dizer, lugar e necessidade para os elementos subsequentes" (LUHMANN, 2016, p. 69).

Tudo o que foi dito até aqui, contudo, precisa ser mais bem explicado. Não queremos dar a impressão, errônea por sinal, de que existe um *único tempo do social*. A *concepção do tempo* (social), destarte, varia de sistema para sistema. Cada sistema, seja(m) o(s) social(ais), seja(m) o(s) psíquico(s), estabelece(m) relação(ões) específica(s) para com o *tempo que passa*, dota o *sentido do tempo* (experenciado/observado) de diversas maneiras. O *tempo* (social), então, é uma *construção social* — claro, do ponto de vista qualitativo [temporalidade] (LUHMANN, 1992a, 2016). O *tempo social,* justamente por ser uma *construção*, pode ser visto como parte da *virtualidade* que compõe, mais do que nunca, a realidade social contemporânea, pois, "[...] na perspectiva (virtual) da sociedade total [*Gesamtgesellschaft*], ela aparece como uma unidade diferenciada, cuja estrutura primária se deve à diferenciação de diferentes lógicas sistêmicas codificadas" (NASSEHI, 2001, p. 07[187]).

A *nova semântica do tempo*, para Luhmann (2016), impossibilita a velha ideia de que o tempo seja descrito como uma grandeza (objetiva) dotada unicamente de *movimento*, pelo menos no sentido de uma direção, de uma sequência lógica que vai do *anterior* ao *posterior* (passado → presente → futuro). Ao contrário, o *tempo* deve ser entendido, segundo o autor, como "[...] a interpretação da realidade com base na diferença

[187] No original: "Por otro lado, desde la perspectiva (virtual) de la sociedad- total [Gesamtgesellschaft] aparece ésta como una unidad diferenciada, cuya estructura primaria se debe a la diferenciación de diferentes lógicas sistémicas codificadas"

entre o passado e o futuro" (LUHMANN, 1992b, p. 166[188]). Ainda assim, o *tempo* é uma construção embebida pela *eventualidade*, por uma observação precisa que toma o *presente* (*o atual*) como ponto de partida para uma *distinção* entre o *passado* e o *futuro*, sendo ambos, simultaneamente, *um presente observado*: "mesmo quando tudo o que acontece, acontece simultaneamente, o observador indica um lado da distinção evitando a sobreposição de planos temporais e constituindo-os como não simultâneos" (LEWKOW, 2011, p.187[189]). Isso significa, a rigor, que o sistema pode selecionar alguma possibilidade do mundo e torná-la *atualidade* ou pode torná-la *potencialidade*, caso a queira selecionar em outro momento.

A construção do *tempo* com base em uma observação que parte do *presente* (*o atual*), fundada na renovação constante e acelerada de *descrições de descrições*, faz com que o *potencial* (o *presente atual atualizado*) seja um *risco*, algo incerto. Na realidade, o *"futuro não pode começar*", como dito anteriormente, porque quanto mais os sistemas (sociais ou psíquicos) tentam "prever" ou "estimular" o comportamento do *tempo social*, seja a partir de tecnologias, seja a partir de previsões baseadas na estatística, as possibilidades são *continuamente reabertas*. Em suma, o *futuro presente*, horizonte do futuro que "cremos" imaginar com base no passado, é cada vez mais alterado, dando lugar ao *presente futuro*, o qual "[...] acomoda vários presentes futuros mutuamente exclusivos" (LUHMANN, 1992b, p. 171[190]).

Não obstante as considerações *sociotemporais* de Luhmann (1992b, 2016), cremos que as distintas formas de *sentido* levadas a cabo pelos sistemas (sociais ou psíquicos) em relação ao *tempo social* e, sobremaneira, à *aceleração-positiva do tempo social*, indicando uma intensificação de processos sociais, bem como a indeterminação futura de seus plenos estados, expõem muito claramente a *improbabilidade* de lidar plenamente com tais vetores sociais. Em outros termos, consideramos que a *aceleração-positiva do tempo social*[191], especificamente na *Teoria dos Sistemas Sociais*

[188] No original: "[...] la interpretación de la realidad con respecto a la diferencia entre el pasado y el futuro".
[189] No original: "Pero incluso cuando todo lo que sucede, sucede simultáneamente, el observador indica un lado de la distinción evitando la superposición de planos temporales y constituyéndolos como no-simultáneos".
[190] No original: "[...] que da cabida a varios presentes futuros mutuamente excluyentes".
[191] Mesmo sendo oriunda da *estabilização dinâmica*, que também poderia compor tal assertiva, cremos que a *aceleração-positiva do tempo social* simboliza mais acertadamente o que queremos dizer. Ao contrário de uma "aceleração imparável", a qual anularia qualquer ideia de "fenômeno social", de sociedade, a *aceleração-positiva do tempo social* sempre carrega consigo, mesmo que esteja cada vez mais visível, cada vez mais imperiosa, elementos inerentes sob a forma de *reações*. Enfim, a *aceleração-positiva do tempo social* pode encontrar "[...] obstáculos, resistências e contra movimentos que podem retardá-la, interrompê-la e, por vezes, até inverter seu sentido" (ROSA, 2019, p. 83).

(*autopoiéticos*) de Luhmann, é *praticamente sinônimo* do constante processo de *diferenciação funcional* vislumbrado pelo autor, em consequência de a *pressão temporal* ser uma ameaça à sobrevivência dos *sistemas sociais* — assunto que será retomado logo a seguir.

A "simbiose" entre *tempo social e aceleração-positiva do tempo social* expõe, de maneira unívoca, à continuidade da "*nova ordem social*" como algo que alimenta e, ao mesmo tempo, é alimentada pelos *sistemas sociais*. Porém, segundo Luhmann (2016), a "*nova ordem social*" não deve ser entendida, ainda mais que estamos levando em consideração a sociedade contemporânea, como sinônimo de *pura regularidade* ou de *pura estabilidade*, mas, como *algo contingente e precário*: "[...] rodeado por excesso de sentido e que não conseguirá fixar-se em absoluto" (RODRIGUES e COSTA, 2017, p. 156). Em duas passagens podemos ver tal afirmação. A primeira diz o seguinte:

> A interconexão entre complexidade e seleção, da qual partimos, não é uma descrição de um estado. Ela já implica tempo, ocorre somente através do tempo e no tempo. *Tempo é o fundamento para a pressão seletiva nos sistemas complexos, pois, se houvesse a disponibilidade de uma quantidade infinita de tempo, tudo poderia estar sincronizado com tudo. Visto desse modo, "tempo" é o símbolo de que todas as vezes em que algo determinado ocorre, outra coisa também ocorre, de modo que nenhuma operação isolada pode jamais obter um controle pleno sobre suas condições*. Além disso, a própria *seleção é um conceito de tempo, ela é iminente, é requerida, é, então, executada e, por fim, ocorrida. Assim, a seleção precisa de tempo para se afirmar num ambiente já temporalizado. Poder-se-ia dizer que seleção é a dinâmica da complexidade* (LUHMANN, 2016, p. 62, grifos nossos).

A segunda consideração, por seu turno, diz o seguinte:

> Na dimensão temporal, a *vantagem da velocidade* certamente tem papel importante. Prefere-se aqueles temas para os quais se pode rapidamente contribuir com alguma coisa. *Cadeias de seleção que podem operar mais rapidamente reprimem aquelas nas quais primeiramente se tem de refletir longamente sobre aquilo no que se está envolvendo. Nisso se inclui o fato de que leva vantagem aquele que ocorre primeiramente lago operacionável*. Nas dimensões material e social isso dependerá, sobretudo, da capacidade de conexão (LUHMANN, 2016, p. 143, grifos nossos).

Em primeiro lugar, vejamos que para Luhmann (2016) existe, de fato, um *tempo social* na realidade, no "sistema-mundo". Esse tempo, aliás, *sintetiza* a íntima e sinérgica relação entre *sistema-entorno*, porquanto ser uma *totalidade heterogênea* [*entorno e demais sistemas sociais*, dependendo da unidade operativa e mesmo do observador como sistema] composta por *temporalidades distintas* (qualidade, ritmo e duração) em diferentes camadas da realidade social, percebida (e refletida) diferentemente no âmbito do fenômeno social [*sistemas sociais e psíquicos também como entorno(s) de sistemas*

*específicos*] — dependendo da observação e do observador. O *tempo social*, bem como a *pressão seletiva* que impõe *no* e é imposta *pelos sistemas sociais* (na relação sistema-entorno), também denota o entendimento do autor de que o *tempo* na sociedade contemporânea, justamente por não viabilizar uma relação linear, de causa e efeito, não garante que as seleções realizadas pelos sistemas assegurem bons resultados[192] (MATHIS, 1998; LUHMANN, 1999, 2016). Quer dizer, o *tempo* (social) está, em grande medida, assentado no *acaso*: "é o acaso — a negação da causalidade — que define se variações levam a uma seleção negativa ou positiva de uma novidade, e é imprevisível se a re-estabilização de um sistema após uma seleção positiva ou negativa será possível" (MATHIS, 1998, p. 12). O "sistema-mundo", nesse sentido, é a totalidade, o *horizonte temporal de todas as possibilidades*.

O *acaso*, ainda, nos leva à segunda questão *temporalmente orientada*, a saber, a *aceleração-positiva do tempo social* (e com ela, novamente, à questão da *evolução*). Observemos que para Luhmann (2016), conforme a citação anterior, a "*nova ordem social*", por assim dizer, está *sempre sendo*: *sendo cada vez mais acelerada*, mesmo que esteja acompanhada de certas *reações,* de certas "tendências" atenuantes. Mas esse "sempre estar sendo" não expõe, mais do que a dúvida razoável acerca da *aceleração-negativa do tempo social* — a *reação* ao processo de "*aceleração-positiva*" mediante a redução da retroalimentação entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e ritmo da vida social, possibilitando, assim, graus de estabilidade e permanência dos processos sociais e de determinação futura deles — uma *tensão espaçada*, sempre *regular* entre àquela com a *aceleração-positiva do tempo social*. Expõe, na verdade, uma *tensão inquieta* que se faz e se desfaz a todo momento, cujo intercâmbio dinâmico entre *ordem e desordem* parece indicar uma *predominância* da intensificação retroalimentativa entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento no ritmo da vida social que, de modo geral, mas não absoluto, diminui a *duração* dos processos

[192] Não só isso: a busca por tentar estimular o comportamento do *tempo social* também pode ser *altamente desfavorável* ao funcionamento (*sincronizado*) do sistema, como no caso do *sistema do direito* (chileno) analisado por Hugo Cadenas (2012). Segundo o autor, as tentativas de acelerar alguma parte do *sistema do direito* no Chile denotaram, em relação à tentativa por *uma diferenciação (funcional) mais eficaz,* que "a consequência desses paradoxos se manifesta no direito e sua aceleração como problemas de tempo. O paradoxo no direito chileno é chamado de aceleração dessincronizada, pois as operações são aceleradas em termos de seus procedimentos, mas a congruência normativa de suas decisões (como problema de referência) é posta à prova a cada momento" (CADENAS, 2012, p. 284) [la consecuencia de estas paradojas se manifiesta en el derecho y su aceleración como problemas de sincronización. La paradoja en el derecho chileno la denominamos aceleración desincronizada, pues las operaciones se ven aceleradas en términos de los plazos de sus procedimientos pero la congruencia normativa de sus decisiones (como problema de referencia) es puesta a prueba en cada momento].

sociais — uma taxa sinérgica de processos coevolutivos, talvez. Em síntese, torna os processos sociais, grosso modo, *relativamente obsoletos* no presente e que, dado a fugacidade de tais processos, torna o futuro relativamente *indeterminado*.

Cabe salientarmos, na continuidade do argumento anterior, que a "vantagem da velocidade" ensejada pelo *próprio sistema na sua relação friccional para com o seu entorno* (ou o sistema específico/selecionado na qualidade de *entorno para outros sistemas específicos*), mesmo que esteja vinculado às outras dimensões[193], é uma forma de o *próprio sistema* buscar, intermitentemente, modificar as suas estruturas dentro da sua própria *autopoieses*[194], de tentar levar vantagem *nas possibilidades e alternativas* de *comunicação* — entendida, também, como a *diferenciação funcional* e, mais tarde, como os *mecanismos acelerativos da evolução*[195] (LUHMANN, 2006). Não é à toa, em relação a tal linha de raciocínio, que o próprio autor, mediante uma contundente afirmação, disse o seguinte:

> Na transição para a Modernidade, *a sociedade se transpõe cada vez mais para o interior da diferenciação de sistemas funcionais*. Em comparação com todas as formações de sociedade mais antigas, ela *se torna por meio daí muito mais complexa, de tal modo que a sonda de segurança tempo precisa ser novamente abstraída*. O presente (certo) não se mostra mais como próprio para garantir duração ou, de qualquer modo, para simbolizá-la. *A ligação com o presente é substituída em muitas passagens da tradição semântica por meio de uma ligação com a variedade* (LUHMANN, 2016, p. 354, grifos nossos).

---

[193] Como *formas de sentido*, a *dimensão material* está diretamente ligada a todos os objetos de intenção de sentido (*sistemas psíquicos em interação*) ou temas de comunicação (*sistemas sociais*) existentes, identificados enquanto tais. A *dimensão social* refere-se àquilo que supõe participantes (sistemas – alter/ego) no processo comunicativo. A *dimensão temporal*, finalmente, diferencia aspectos da estrutura do sistema observados *no* tempo*, pelo* tempo e *com* o tempo.

[194] "*A modificação da estrutura sistêmica dentro sua própria autopoiesis*" pode ser compreendida, a título de exemplo, da seguinte maneira. Caso tomemos o sistema econômico ou mesmo o sistema tecnológico como ponto de vista (observação), certamente poderemos identificar que a sua estrutura interna foi alterada em função das "irritações" oriundas do seu *entorno*, como o sistema político, dentre outros. Esse último, dado processos e comunicações específicas, pode impor — e desencadear através de processos internos — *um ritmo maior ao seu ambiente*, como no caso daqueles dois primeiros sistemas. Entretanto, tal ritmo, ou tal "irritação", nunca será *unilateral*, mas *bilateral, posto sempre ser recíproca*. Propiciada *na e pela* relação de "irritação" entre sistema-entorno como respostas a essa *relação coevolutiva*.

[195] Os *mecanismos acelerativos da evolução*, como atualização das suas considerações na década de 1980, na "virada autopoiética" de 1984, expõe na obra "*La Sociedad de la Sociedad*" [*Die Gesellschaft der Gesellschaft*], originalmente publicada em 1997, que a complexidade da realidade social contemporânea aumenta, de forma retroalimentada, com o aumento das comunicações, por causa destes mecanismos: *variação, seleção e estabilização*. A *variação* é responsável por *criar comunicações* para enfrentar as contingências que o futuro reserva, resultando no aumento da complexidade do sistema. A *seleção* é responsável pela *redução* dessa complexidade, porém, são aceitas somente possibilidades compatíveis com a lógica operacional do sistema. A *estabilização* é responsável por assegurar, de tal ou qual maneira, a *seleção* e por *proporcionar um ponto de partida supostamente seguro para a variação* (LUHMANN, 2006; GONÇALVES, 2008, p. 06). Apesar disso, vale ressaltarmos que, segundo o próprio Luhmann (2006), "a evolução é e permanece imprevisível. A memória não pode mudar nada disso. Ele só pode se ajustar a ela de várias maneiras — de acordo com os coeficientes de irritação e aceleração resultantes do processo evolutivo (LUHMANN, 2006, p. 469).

Vejamos que *abstrair*, no caso da citação acima, mostra-se de modo paradoxal. Não significa tão somente *deixar de pensar no que antes era levado em conta*: a segurança do tempo, como no caso de formações sociais mais antigas, tradicionais. Tal *abstração da segurança do tempo* também faz com que, em nível de *racionalidade sistêmica*, o enorme e acelerado aumento de possibilidades de *ação e vivência*, sinergicamente assegurados *na e pela* relação bilateral de "irritação" entre sistema-entorno na sociedade contemporânea — sobretudo pelo desenvolvimento tecnológico, como também ressaltou Luhmann (1997) em outro momento —, estimulem retroalimentativa e coevolutivamente os *sistemas sociais*, assim que atingissem um *grau elevado de autonomia*, a viabilizarem *autodescrições* voltadas para solucionar impasses específicos *no seu interior*. A percepção, por parte dos *sistemas sociais*, em relação à *variedade de informação,* à *oportunidade* de encadeamento entre os elementos (comunicação) e a mais *contingências estruturais* (possibilidades de orientação)*,* muito em função de mudanças inesperadas e imprevisíveis oriundas das "irritações" do *entorno*, viabiliza, de tal ou qual maneira, um *processo de "seleção consciente"* cuja finalidade é a maior "*segurança*" operativa *no sistema*, a saber, *a criação de unidades específicas que cumpram certas funções de maneira específica.* Claro que existem, justamente pelo risco proporcionado pelo *aumento de complexidade* (comunicações) e *aceleração social*, *problemas de integração* entre as unidades sistêmicas, pois cada vez mais fica difícil que as diversas unidades operem sob arcabouços estruturais comuns. Assim, a especialização acelerada[196] pode levar a sociedade "a uma complexidade muito elevada, no sentido da indeterminação das conexões ou inter-relações sistêmicas (RODRÍGUEZ e ARNOLD 1999, p. 150[197]).

Apesar do risco balizar boa parte da sociedade contemporânea, como aludido acima, faz-se necessário que os sistemas sociais, grosso modo, concebam não somente a *aceleração social*, como também o *aumento de complexidade interna e externa*, enquanto produtos de uma causalidade circular, autopropulsionada, realizando autodescrições que vislumbrem a possibilidade de, paradoxalmente, melhor explorarem suas possibilidades de ação/vivência. Enfim, amplificar a seletividade das comunicações, garantir a reprodução da sociedade (ou "sistema-mundo") como fenômeno, permitir aos indivíduos comportamentos específicos (sentido), em um dado momento, conforme certas regras funcionais reproduzidas por sistemas específicos. Mas como? Mediante a *diferenciação*

[196] Sobre a relação entre a diferenciação funcional, o risco e a aceleração social, ver também Paulus (2006).
[197] No original: "a una complejidad muy alta, en el sentido de la indeterminación de las conexiones o interrelaciones sistémicas".

*funcional*: "[...] significa que podemos esperar soluções muito diferentes para o problema da racionalidade [reflexão sistemica]" (LUHMANN, 1997, p. 75[198]).

Segundo Cícero Araújo e Leopoldo Waizbort (1999), à luz das próprias considerações de Luhmann (1999), "o modo de reagir a essa dupla fonte de complexidade [interna e externa] não é outro senão dar continuidade ao processo de diferenciação funcional interna, inclusive através de novas *formas de diferenciação*" (ARAÚJO e WAIZBORT, 1999, p. 180, grifos nossos). Aliás, com relação a essas *novas possibilidades e alternativas de comunicação*, cujo movimento promove a *emergência* de novas *formas* de ação/vivência, no sentido da observação de algo ontológico e epistemologicamente novo, que se *faz*, que *se apresenta* não por sucessão causal, podemos vislumbrar, mediante à ideia de *aceleração-positiva do tempo social*, uma constante (re)atualização dos *horizontes de sentido* (reflexividade/recursividade), devido a reprodução constante de um sistema social em si mesmo (CADENAS e MASCAREÑO, 2020). Portanto, se formos pensar novamente com o próprio Luhmann (2016), como também com Araújo e Waizbort (1999) e Rodrigues e Neves (2017), veremos que o aumento da *complexidade*, a *intensificação das possibilidades e alternativas de comunicação,* seguido do ímpeto pela *evolução*, como *diferenciação funcional*, nos leva a crer que todo esse processo, em que a *luta*[199] se dá perante a contingência, posto jamais ser predito, é balizado pela *aceleração-positiva do tempo social*. Balizado, enfim, pelo *não-equilíbrio dos sistemas sociais* em relação à *imprevisibilidade, à desordem total* (LUHMANN, 1998).

A *Teoria dos Sistemas Sociais* (*autopoiéticos*) de Niklas Luhmann (2016), na qualidade de uma *super teoria* com a pretensão de universalidade, denota um nível de abstração e complexidade que reflete, de forma inigualável, o ímpeto cada vez maior e mais rápido da realidade social no Ocidente (e no Oriente), ou melhor, do "sistema-mundo". Ao nos servimos daquilo que nomeamos como "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", conseguimos visualizar, de uma maneira deveras cristalina, que desde a emergência da sociedade moderna, mas principalmente a partir do despontar da sociedade contemporânea, a *aceleração-positiva do tempo social* se tornou um vetor praticamente

[198] No original: "means that we can expect very different solutions for the problem of rationality".
[199] "*Sob condições de extrema diferenciação funcional*, as mudanças começam a se sobrepor, antes que haja tempo suficiente para que se estabeleçam e explorem suas melhores possibilidades. Nesse ponto, *a velocidade torna-se o fator predominante na seleção*" (LUHMANN, 1998, p. 98, grifos nossos) [*En condiciones de diferenciación funcional extrema, los cambios comienzan a superponerse, antes de que haya suficiente tiempo para que se establezcan y exploren sus mejores posibilidades. En este punto, la velocidad se convierte en el factor predominante en la selección*].

imparável. Um *élan vital* — para usarmos a terminologia de Henri Bergson (2005) — da *evolução* do social e, obviamente, do *aumento da complexidade*. Com efeito, a compreensão de tal vetor *acelerativo* se torna muito nítida precisamente quando percebemos — não somente através da espiral ascendente de transformação social que é produto (e produtor) do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* — que a *nova semântica do tempo* (social) nos obriga a experienciar a contingência num horizonte indeterminado de *infinitas possibilidades*, distanciando de forma cada vez mais vertiginosa indícios sobre os limites das nossas ações ou vivências (LUHMANN, 1993b).

A perspectiva sistêmica proposta por Luhmann (1992, 1993a, 2006, 2016), como vimos ao longo da presente seção, demonstrou, paradoxalmente, que a "*ordem social*" só pode ser vislumbrada de forma *contingente e precária*, em razão de os *sistemas sociais*, por um lado, necessitarem de um correlato lógico, isto é, de um *entorno* altamente *complexo* para que o "si-mesmo" (*selbst*) exista mediante à *autorreferência*. Por outro lado, apesar do *entorno* não contribuir diretamente com as operações levadas a cabo pelos distintos *sistemas sociais*, na medida em que apenas "irrita" à (auto)*poiesis* dos mesmos, a redução da *complexidade externa* indica o *aumento* da *complexidade interna* no(s) sistema(s). Por isso, *sistemas* são a garantia de que nem tudo vale, nem tudo é possível, exceto no contexto da sua unidade operativa. Além disso, no que se refere à *relação de coevolução* entre *sistema-entorno*, a *atualização* das *comunicações* engendradas por esses mesmos sistemas (sociais) torna-se o âmbito de *sentido funcionalmente* (re)produzido como redução de *complexidade*, o que fomenta a possiblidade de ação social e experiência que os indivíduos têm do mundo (*sistemas psíquicos e orgânicos*); os quais, em contrapartida, contribuem para a necessidade de *novas* (e *distintas*) *formas* de organização social (*subsistemas sociais*), sobretudo para acompanhar (*evolução*) o ritmo acelerado dos processos na sociedade contemporânea (BACHUR, 2017). Afinal, "[...] o que surpreende em tudo isso é que os sistemas funcionais se estabilizam na variação, de tal forma que o mecanismo de estabilização atua ao mesmo tempo que o motor da variação evolutiva. Isso acelera a evolução da sociedade de uma maneira até então desconhecida" (LUHMANN, 2006, p. 391[200]).

[200] No original: "En la perspectiva de la teoria de la evolucion, lo sorprendente en todo esto es que los sistemas funcionales se estabilizan en la variacion, de tal suerte que el mecanismo de estabilizacion se desempena al mismo tiempo como motor de la variacion evolutiva. Esto acelera la evolucion societal de una manera desconocida hasta entonces".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem certas "*aporias sociológicas*" atinentes à *realidade social* que ainda se encontram em aberto, dado o seu alto nível de abstração e, principalmente, o seu incessante movimento. O *tempo social* certamente é uma delas. É justamente com base na "*questão do tempo social*", por assim dizer, que devemos relembrar o seguinte: se antes, pelo menos nas ditas *sociedades tradicionais* — e mesmo naquilo que se conheceu, ao menos em gérmen, como *Cultura Ocidental*, a qual emergiu mediante a íntima relação entre a Filosofia Grega, o Direito Romano e a Religião Católica —, existia a possibilidade de a humanidade conhecer "plenamente" uma *ordem* subjacente na *realidade social* que a cercava, com o advento da *sociedade moderna* tudo isso foi posto em suspenso. A ideia de *ordem*, grosso modo, dizia respeito a que tudo, absolutamente tudo, inclusive os processos vitais, naturais e sociais, em sua maioria norteados por questões "divinas", emergiam para depois transformarem-se em eventos sequencialmente ligados, dotados de um "sentido último". Todavia, desde o século XVIII com o "ápice" do *primado da razão*, em que sublinhamos a forte crença do *Alto Iluminismo* na ciência em relação ao domínio e ao conhecimento da natureza (*physis*), aquela *ordem* que se queria de modo "absoluto" foi sendo substituída, de forma cada vez mais rápida e vigorosa, por uma *ordem precária e contingente*, também pondo em xeque a posição do *observador*.

A relação do *tempo social* com a *modernidade* possibilitou, conforme iam desenvolvendo-se conhecimentos específicos, sobretudo aqueles direcionados tanto ao domínio quanto ao conhecimento da natureza e da sociedade, como a *ciência* e a *tecnologia* — as quais, em certo sentido, foram substituindo e contestando o *tempo eterno* da religião [*Aeternitas*] — que os processos sociais, principalmente no Ocidente, e de modo singular, na Europa, tornassem-se mais rápidos, mais fluídos. Mais do que isso, apesar de o *tempo social* ser, simultaneamente, *produto e produtor* das instituições sociais, na medida em que denota a configuração da *ordem* e da *mudança* numa dada *realidade social observada*, o seu "comportamento" foi originando *múltiplas temporalidades* que, em geral, projetavam-se na *realidade social exponencialmente acelerada*, de modo cada vez mais *sinérgico*. Assim, o *tempo social*, mesmo que tenha comportado diferentes compreensões e velocidades em tempo e espaço específicos, pelo menos a partir do que ficou conhecido como *modernidade*, foi concebido pela humanidade como uma grandeza passível de orientação. Essa última, aliás, pode (e talvez

deva) ser tomada como sinônimo de *sociedade*, caso contrário não existiria, mesmo que ao nível simbólico, uma relação entre os indivíduos e suas situações concretas: a vida social, a rigor, sempre implica interação social, e interação social implica referência, coordenação das ações sociais.

Muito do processo de *aceleração do tempo social*, não obstante o gradual enfraquecimento da religião como instituição central e mesmo o indubitável despontar, em meados do fim do século XVIII e início do século XIX, do rápido processo de *diferenciação funcional*, no qual surgiram diversas instituições sociais com lógicas específicas, tais como *a ciência*, *a economia*, *a política*, dentre outras, é diretamente debitário da "explosiva" proliferação (e desenvolvimento) do conhecimento técnico-científico, muito em função da *expansão do capitalismo* como modo de produção. Seu "sentido" social deveu-se, sobremaneira, ao seu caráter dinâmico e a sua universalidade em termos de impacto na vida em sociedade. Não somente isso, mas também a ideia de "progresso", cujo zênite pode ser localizado na segunda metade do século XIX da história europeia, em razão das principais instituições sociais adaptarem-se (e fomentarem) de forma demasiadamente rápida as demandas da vida em sociedade, refletiu o aprimoramento sem precedentes do conhecimento produzido e posto em ação pela humanidade. Tais *mudanças sociais*, improváveis de serem descritas de modo pleno, já que a partir do século XIX começaram a comportarem-se de modo cada vez mais *fragmentado e probabilístico*, também se constituíram num dos principais fatores para o surgimento da própria Sociologia, como disciplina do conhecimento científico, *incumbida de investigar as mudanças sociais e institucionais*.

Desde o seu nascimento, e de forma legítima, a Sociologia buscou emancipar-se da Filosofia — na realidade, parcialmente, uma vez que a maioria dos "sociólogos" ainda se serviam do conhecimento filosófico, uns mais, outros menos — e, consequentemente, buscou aproximar-se mais das Ciências Naturais e Exatas, quer pelos seus axiomas em referência ao modo exato de "fazer ciência", quer em referência ao modo como o "saber científico", epistemologicamente, distinguia-se de outros tipos de saber mediante o compromisso com a realidade fática (*physis*), principalmente do saber ideológico e religioso. Apesar dos *efeitos sociotemporais* da Revolução Industrial (1760–1840/1895) e da Revolução Francesa (1789–1799), em grande parte da Europa, terem fomentado o surgimento da *ciência da sociedade* — somando-se, é claro, às transformações contextuais, sendo essas transformações filhas legítimas de uma *ciência moderna* que já vinha rapidamente remodelando e transformando os inúmeros fazeres humanos no mundo

—, a Sociologia, desde então, refletiu pouco sistemática, epistemológico e conceitualmente sobre *os efeitos e os comportamentos do tempo na realidade social*.

Por efeito, desde o nascimento da Sociologia é possível verificarmos uma falta de discussões, problematizações e, principalmente, investigações mais pormenorizadas que levassem em consideração, de modo explícito, *o tempo social na sua relação com as mudanças espaço-temporais na realidade social*, tal como as mudanças sociais referentes à *crescente complexidade* que caracterizou o despontar da *sociedade moderna*, e ainda caracteriza a *sociedade hodierna*. Em outras palavras, diríamos que o *tempo social e seus efeitos*, propulsionados pela circularidade operativa entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, bem como a sua inter-relação com as ideias de *evento* e de *processo social*, formam uma unidade de sentido primordial ao desenvolvimento epistemológico desta *ciência da sociedade* que foi pouco explorado, trazido (e mantido) à baila. Mais ainda, diríamos que *os comportamentos do tempo social*, seja a *aceleração-positiva*, seja a *aceleração-negativa*, exigem do teórico social a incorporação de duas dimensões interdependentes, a saber, *indivíduo e sociedade*, ao ponto de ser um aspecto tão evidente da realidade social que toda teoria sociológica tem de enfrentá-lo cedo ou tarde.

É justamente por conta da falta de discussões mais pormenorizadas sobre a intrincada relação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, que a presente Tese de Doutorado buscou ser erigida, dirimir tal lacuna e, fundamentalmente, contribuir para um melhor entendimento daquela intrincada relação de retroalimentação na *lógica teorética da Sociologia*. Melhor dizendo, nos interessou conhecer, mais detidamente, *se e como* ocorre a mútua relação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, as quais implicaram *no*(*s*), ao mesmo tempo que foram implicadas *pelo*(*s*), comportamento(s) do *tempo social*. Destarte, a plausibilidade dessa *problemática de pesquisa* se deu à luz da seguinte equação: porquanto os desenvolvimentos e avanços técnico-científicos, seus retrocessos e mesmo as suas crises implicarem diretamente no comportamento do *tempo social*, *com reverberações explícitas ou implícitas* nas produções teóricas provenientes da *ciência da sociedade*, as produções teóricas do conhecimento sociológico contêm as mesmas potencialidades, pois são ensinadas, difundidas e aplicadas ao estudo da vida em sociedade. Isso, certamente implicará em novos esforços teóricos, mesmo que com diferenciações rítmicas e, no limite, *ontoepistemológicas*, capazes de reorganizar e alvidrar um outro *tempo na realidade social*.

Nos intrigava, ainda, o fato de que as produções teoréticas da Sociologia, em razão de serem indissociáveis da dimensão "concreta" do social, ou seja, da *dimensão empírica*, podem transpassar a instância *puramente abstrata*, "*racionalista*", fazendo-se também presentes no "mundo da vida", remodelando, de tais ou quais maneiras, a dimensão espaço-temporal da realidade social. Afinal, *conhecer sociologicamente a realidade social e seu devir* deve ser considerado uma *prática*, um *comprometimento* para com o mundo fático. Desse modo, consideramos necessário nessa Tese de Doutorado algo que, em nossa perspectiva, também precisava ser mais bem explorado, pesquisado, a saber, as maneiras pelas quais a alteração espaço-temporal nas práticas concretas da sociedade e o aumento da complexidade na realidade social refletiram *na*, e foram refletidas *pela*, Sociologia nos seus diferentes momentos teóricos. Desembocando no que aqui devidamente delimitamos, juntamente com produções teóricas específicas, como *período clássico, pós-clássico e contemporâneo do conhecimento sociológico*. Foi exatamente isso que buscamos esclarecer com a presente pesquisa de Doutorado.

Diante de tais fatos, o *nosso objetivo geral*, aquele que guiou a consecução da presente Tese, consistiu em identificar, conhecer e desvelar, ao menos em parte, as relações de retroalimentação existentes entre as *produções teóricas*, no âmbito do conhecimento sociológico, a *tecnologia* e as implicações disto *no(s) comportamento(s) do tempo social*. De outra parte, também nos interessamos em identificar, conhecer e desvelar, ao menos em parte, como as transformações efetivas do social, aquelas que reverberaram no "mundo da vida", as quais fizeram — e ainda fazem — parte da outra "face" do mesmo processo de retroalimentação, refletiram na própria produção da teorética sociológica em um lapso temporal previamente definido. Como dissemos anteriormente, pelo menos na Sociologia teorizada e praticada no Brasil, tal esforço *metassociológico* ainda se mostra incipiente, embrionário, pouco difundido. Portanto, assumimos a tarefa de desvelar, mesmo que enfrentando certas limitações epistêmico-metodológicas, o que dificilmente era percebido no âmbito teorético da Sociologia, ao *(re)visitarmos, (re)interpretarmos e (re)explicarmos* teorias sociológicas paradigmáticas, dando ênfase na *dimensão sociotemporal da realidade social*, em particular, tomando como mote a mútua relação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*.

A presente pesquisa de Doutorado foi norteada, e aprioristicamente abalizada, pela *hipótese geral* que se dirigiu ao encontro do seguinte postulado: existe uma relação reflexiva, de retroalimentação, entre os desenvolvimentos tecnológicos e as produções

teóricas no âmbito do conhecimento sociológico, implicando necessariamente *no(s)*, e sendo implicadas *pelo(s)*, *comportamento(s) do tempo social.* De forma direta, partimos da suposição de que tal relação de retroalimentação não somente faz com que a *tecnologia*, como dimensão aplicada da ciência, proporcione distintos efeitos no *tempo social e novos esforços no âmbito teórico da sociologia*, *mas também que as produções teóricas do conhecimento sociológico retornem ao "mundo da vida" como forma de ação humana, alterando tanto a dimensão espaço-temporal da realidade social quanto dando substancialidade a uma Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*, método delineado na presente investigação. Entretanto, ao termos a plena consciência de que uma *hipótese* — ou variadas hipóteses, no nosso caso —, assim como uma pesquisa desta envergadura e nível de complexidade, impõem certas dificuldades e, acima de tudo, limites à observação do pesquisador (sociólogo), é mister discutirmos o quanto tal (ais) postulado(s) nos proporcionou(aram) avançar na direção por ele(s) indicado.

Em primeiro lugar, o que verificamos, num apanhado geral, é que a mútua relação entre *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* denotou, de fato, *um crescente aumento de complexidade na realidade social*, sobretudo naquela que, a rigor, foi trilhada pela teorética sociológica desde o seu nascimento até os dias de hoje. Com base nisso, estamos convencidos de que a nossa *hipótese geral* voltou-se mais para sua confirmação. Ademais, dado esse aumento de complexidade na *realidade social*, mormente na "sociedade ocidental", o *tempo social, seu(s) movimento(s) e mesmo a(s) sua(s) "velocidade(s)"*, mostraram-se cada vez mais rápidos, compondo e sendo composto por *processos sociais gradativamente mais sinérgicos*. Isso indicou, por um lado, que se a Sociologia desde o seu nascimento e instituição, respectivamente, com Comte e Durkheim, acreditava possuir a capacidade de atenuar (ou conduzir) tal *tempo social*; conforme a "*realidade social do Ocidente*" ia passando por certos "momentos" ou conjunturas extraordinárias, como aquelas encetadas pelas duas Grandes Guerras Mundiais e pela Terceira Revolução Industrial, em que podemos observar o contundente despontar do desenvolvimento científico e tecnológico levado às últimas consequências, tal *tempo social*, por outro lado, se mostrou praticamente "irrefreável" — mesmo que ainda encontre "certos obstáculos", *reações contrárias*, movimentos contratendentes.

Ainda conforme os primeiros aspectos da confirmação da nossa *hipótese geral*, também podemos constatar que as *teorias sociológicas* tomadas como "objeto" de investigação, de *(re)interpretação*, à luz do nosso postulado central, aproximaram-se — com exceção da explícita base de fundamentação epistemológica de Parsons e de

Luhmann — do *pensamento sistêmico*. Claro, uns com mais e outros com menos expressividade, quer ao nível ontológico, quer ao nível epistemológico. Não obstante "a base comum" do *pensamento sistêmico e sua relação com a ideia de complexidade, auto-organização e autorreferência,* dentre outros postulados ontológicos e epistemológicos, todas as teorias sociológicas aqui abordadas, guardadas as devidas proporções e a singularidade das mesmas, denotaram que a "diferenciação da sociedade" ia refletindo *na* e sendo refletida *pela aceleração do tempo social*. Obviamente *vis-à-vis* aos retrocessos e aos avanços científico-tecnológicos. Tais "*pensamentos sistêmicos*", ora balizados por um *evolucionismo clássico* (Comte), ora por um *organicismo clássico ou renovado* (Durkheim, Halbwachs, Park e Parsons), ora, ainda, por um *pensamento sistêmico contemporâneo* (Lyotard, Bourdieu e Luhmann), também expuseram, mesmo que com diferentes nuances, que tal relação de retroalimentação esteve presente na produção teórica da Sociologia nos seus diferentes momentos históricos, especificamente, no *período clássico, pós-clássico e contemporâneo*. Uma vez mais, isso denotou a "presença" do *pensamento sistêmico* para modelar, representar e explicar o que presenciamos desde o despontar da *modernidade*: uma realidade social cada vez mais rápida, diferenciada e complexa, com modificações espaço-temporais exponencialmente vigorosas, captadas pela(s) posição(ões) do *observador*.

Em segundo lugar, os *esquemas de distinção* acionados pelos teóricos sociais também certificaram o caminho promissor do nosso postulado central. Mesmo que tais *esquemas de distinção* tenham fortes diferenças entre si, isto é, salientem *aquilo e o modo* como os "*observadores de primeira ordem*" viram em tempo e espaço específicos, é certo que podemos afirmar que esses *esquemas de distinção* foram delineados no bojo do trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*. A título de exemplo, a observação de Comte em relação à realidade social de seu tempo, descrita pelo código binário "*ordem/progresso*", ou mesmo a observação de Luhmann em relação à complexidade da sociedade contemporânea, delimitada pelo código binário "*imprevisibilidade/previsibilidade*", ilustraram de forma cristalina o quão *sinérgico* aquele trinômio foi mostrando-se, cada vez mais. Assim, se no início da Sociologia, no *período clássico*, a "fricção" retroalimentativa entre o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica* apresentava-se como passível de "ser atenuada", "conduzida", "direcionada", não obstante o seu vigoroso comportamento à época; à medida que a realidade social do Ocidente ia sendo descrita pelo *período pós-clássico e contemporâneo*, o seu movimento, a sua "fricção", exibiu um *comportamento mais*

*vertiginoso.* Por óbvio, refletindo de forma cada vez mais imperativo na *lógica teorética da Sociologia*.

Em terceiro lugar, cabe também salientarmos, consoante com o nosso postulado central, que a pesquisa aqui realizada nos convenceu sobre a importância do *tempo social* no desenvolvimento teorético da Sociologia. Em outros termos, ao longo do percurso da pesquisa conseguimos verificar, de fato, que o *tempo social* se mostrou como um componente estruturante e operativo dos modelos teóricos *(re)analisados, (re)interpretados e (re)explicados* na presente Tese de Doutorado. O *tempo social*, *seu(s) comportamentos(s) e sua(s) velocidade(s)*, mormente a *aceleração-positiva*, na qual foi possível apreciarmos a intensificação retroalimentativa entre o desenvolvimento tecnológico, as taxas de mudança social e o aumento no ritmo da vida social que, de modo geral, mas não absoluto, diminuíram (e ainda diminuem) a *duração* dos processos sociais, tornando-os *relativamente obsoletos* no presente e que, dado a fugacidade de tais processos, torna o futuro relativamente *indeterminado*, compuseram a urdidura conceitual dos modelos teóricos tomados como "objeto" de investigação e, acima de tudo, os desdobramentos e as aplicações das distintas bases de fundamentação epistemológica. O *tempo social*, enfim, não somente denotou ser um grande "fomentador" ao estudo da sociedade, como também possibilitou — mesmo que de forma embrionária — um maior entendimento sobre *o que é*, com efeito, *a realidade social*, algo pouco discutido até então pela própria Sociologia, em razão de ser demasiadamente "abstrato", quase que "enigmático". Diríamos, então, que os três pontos discutidos anteriormente devem ser considerados os "*resultados mais gerais*" da pesquisa aqui empreendida.

Para tanto, delineamos um método devidamente nomeado como "*A Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*". A "razão de ser", por assim dizer, da necessidade e, especialmente, da feitura de tal perspectiva metódica, residiu justamente numa melhor compreensão da interação entre *as produções no âmbito teorético da Sociologia, a tecnologia e as implicações de tal interação no tempo social e vice-versa*. Na nossa perspectiva, a compreensão da interação entre aquele trinômio constituiu-se *numa das vias*, *numa das formas possíveis* — certamente em conjunto com outras modalidades de avaliação —, para que a Sociologia não somente retome e mesmo reatualize, de uma maneira *epistêmico, ontológica e temporalmente alternativa, o entendimento da realidade social* que trilhou desde o seu nascimento até os dias de hoje, ou seja, a partir da *realidade social moderna.* Também se constituiu, em importante medida, num empreendimento *lógico-teorético* para que a Sociologia leve em consideração a si mesma

como objeto de investigação, considerando o *tempo social e os seus comportamentos* como mote de reflexão.

Ao termos partido, por exemplo, do pressuposto de que a existência de um *tempo social* não se apresentou homogêneo nem na *realidade social moderna e contemporânea* nem como *reflexo na teorização sociológica sobre essas mesmas realidades*, pelo menos nas teorias sociológicas que tomamos como "objeto" de pesquisa, uma "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*" foi concebida como uma *prática metassociológica*. Além de contribuir — no sentido de George Ritzer e Shanyang Zhao — ao estudo profundo da Sociologia e seus vários componentes, tais como áreas substantivas, conceitos, métodos, dados e teorias; no seu âmago, ensejou *compreender e identificar* quais foram os *esquemas de distinção* utilizados pelos teóricos sociais — na qualidade de *observadores de primeira ordem* — em suas respectivas *arquiteturas teóricas, urdiduras conceituais* e, sobremaneira, em suas *lógicas teoréticas*, em tempo e espaço específicos, delineados em relação ao trinômio *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica*.

Entretanto, a compreensão da interação entre o trinômio *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica* não foi tarefa fácil, quer dizer, ainda não é do ponto de vista do arcabouço epistêmico-ontológico da Sociologia, mesmo que atualmente comporte discussões consistentes acerca do "*homo faber sociologicus*", bem como dos paradoxos presentes na investigação social. Mesmo que tenhamos sabido e admitido que é somente através de um *método*, como instrumento para a produção do conhecimento científico, que podemos conhecer aquilo que nos defrontamos como "*a realidade social*", tendo em vista que a sua proposição, a rigor, proporciona *o acoplamento entre um sujeito observador com um objeto observado*, o nosso intento metódico também buscou apreender o reflexo e o "sentido" dos *processos de aceleração-positiva ou negativa do tempo social* em diferentes momentos da história sociológica e de sua produção teorética. Na realidade, tais *processos sociotemporais* também foram encarados como "manifestações" da plausibilidade sinérgica entre o trinômio *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica*.

Um "método protocolar", sobretudo aquele que se fundamenta num *realismo epistemológico*, quando busca "emular" os axiomas das Ciências Naturais e Exatas ao estudo da *realidade social* de forma "acrítica", é deveras limitado, pouco versátil. Tínhamos isso em mente. Por isso, buscamos incorporar *em nosso empreendimento metódico* um *enfoque misto*, ao termos combinado no mesmo e ao nosso interesse de

pesquisa abordagens que envolveram, inexoravelmente, o enfrentamento da crescente complexidade da realidade social, a qual ainda dificulta a emergência de qualquer "fundamento último", de qualquer "explicação absoluta".

No intuito de "*penetrarmos na superfície aparente*" que o ritmo acelerado da vida social impõe a nossa observação — ou impôs às observações do principais teóricos sociais, pelo menos desde o nascimento da *ciência da sociedade* até os dias de hoje, as quais nunca cessaram de reiterar as dificuldades que *o estudo da sociedade* envolve em qualquer investigação sociológica deveras "*realista*" —, tivemos que recorrer ao *elemento interpretativo*. Na medida em que o movimento frenético da realidade social ainda rompe com a pretensão de ser teorizada como uma realidade *totalmente objetiva*, exigindo, assim, um movimento reflexivo, dialético ou retroalimentativo por parte do pesquisador, porquanto as estruturas lógicas do nosso pensamento não conseguirem acompanhar na sua inteireza o modo de ser acelerado e simultâneo dos fenômenos sociais, não é um exagero reafirmarmos que o *elemento interpretativo* se desenvolve *vis-à-vis* com as transformações da realidade social e, por efeito, exige revisões nos modelos teóricos que a representam. Urgindo por renovadas operações teóricas ou técnicas que, no nosso caso, nos possibilitaram chegar a um novo tipo de conhecimento: conduzir metodicamente a nossa observação para os *produtos* (teorias) propostos por alguns dos teóricos sociais desde o surgimento da Sociologia até os dias de hoje, que observaram as mudanças do *tempo social* e fizeram-nas *refletir tanto na realidade social observada quanto em suas formulações teórico-sociológicas*.

O ineditismo da "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", como *prática metassociológica*, residiu em pelo menos dois fatores intimamente relacionados. O primeiro, diz respeito ao *modo* como esse método se distanciou da tradicional e "formalizada" *Análise de Conteúdo*, mesmo tendo estado "acoplado", em certo sentido, ao *modus operandi* que busca metodologicamente evidenciar os fatores e os contextos sociais na sua relação com os conhecimentos produzidos em épocas específicas. Apesar disso, a inovação que propusemos foi que a maior parte do conteúdo analisado, na prática, teve como "fio condutor", ou como "modos de olhar", *macro e microcategorias analíticas* como parte de um passado teórico em que certas "tecnologias teóricas" ainda não tinham sido aprofundadas no próprio conhecimento sociológico. Estamos falando, como segundo fator, das perspectivas de Michel Foucault, Jacques Derrida, Heinz von Foerster e Niklas Luhmann. Ambas, possibilitaram-nos de uma forma "adaptada" e mesmo "retroalimentada" que a escolha das teorias sociológicas tenha sido feita em

tempo e espaço socialmente determinados (*arqueologia/epistémê* de Foucault); que também pudéssemos "desencapsular" as teorias sociológicas revisitadas, considerando o seu estatuto de "verdades estabilizadas" (*desconstrução* de Derrida); e que, finalmente, nos auxiliassem como instrumento(s) para "(re)olhar" *o conteúdo* das teorias sociológicas, complementado, em certo sentido, a técnica desconstrutivista (*observação de segunda ordem* de Foerster e Luhmann).

A presente pesquisa de Doutorado, como também a aplicação do método aqui proposto, tanto envolveram dificuldades quanto facilidades, ou melhor, nesse último caso, também se mostraram profícuas. As dificuldades, para além daquelas que toda pesquisa dessa envergadura envolve, residiram na própria seleção do material analisado. Isso demandou muita reflexão, muita leitura da literatura especializada e, não menos importante, decisões. Nesse sentido, as "obras" e os "livros", como amostra de análise, foram um grande desafio em relação ao nosso intento de pesquisa, uma vez que não existem consensos com relação às principais obras de cada autor e, acima de tudo, como podemos identificar os desdobramentos e os aperfeiçoamentos delas em outras obras, como aquelas que orbitam em torno do "essencial" no pensamento de cada autor. Esse foi um dos principais desafios, digamos assim, da pesquisa aqui desenvolvida.

A própria "seleção" dos "marcos históricos" suscitaram profundas deliberações. Tivemos que ler e reler muito da literatura especializada até estarmos convencidos de como conduzir a nossa pesquisa. No desafio empreendido na presente Tese de Doutorado, aliás, os critérios acerca do "*como*" e "*por que*" realizamos a pesquisa da maneira que se pôde constatar, foram, de uma maneira sem precedentes, os mais complicados. Por esse motivo, estamos conscientes que o *método proposto*, mesmo que esteja direcionado a contribuir para um melhor entendimento da crescente complexidade que caracteriza a realidade social (mundial) e ao aprofundamento do *tempo social* e seus *efeitos*, tratou-se de um empreendimento *sui generis*, pouco utilizado na sociologia brasileira.

Mesmo assim, cremos que o percurso da nossa pesquisa, à luz do método aqui proposto, "*A Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*", avançou bastante no entendimento do trinômio anteriormente mencionado e, essencialmente, na sua expressão na história teorética da Sociologia. Nesse prisma, alguns "*achados específicos*", "*algumas descobertas*", devem ser tomados como evidência do que dissemos acima. Para além do fato, já mencionado anteriormente, acerca de que todas as teorias, de uma maneira ou de outra, serviram-se da *perspectiva sistêmica* — tal como Parsons e Luhmann explicitamente empregaram nos seus esforços teórico-sociológicos —, bem como do

*tempo social* ter se mostrado como um "estruturador" e "operacionalizador" dessas mesmas teorias sociológicas, algumas "*surpresas*" precisam ser cotejadas.

No pensamento de Auguste Comte, por exemplo, conseguimos demonstrar que o seu *evolucionismo*, na realidade, não era tão "puro", tão "duro" assim, pois essa perspectiva continha — de forma "antecipada" — traços de um (*proto*)*organicismo*, algo que vigoraria, efetivamente, somente anos mais tarde na França. O contato do autor com alguns "naturalistas" franceses e mesmo alemães, tais como Georges Cuvier (1769–1832) e Paul Joseph Barthez (1734–1806), também permitiu a Comte, como conseguimos demostrar ao longo da nossa análise, *sinalizar algumas características sistêmicas* (e *auto-organizativas*) *no seu Sistema Positivo*. Evidenciamos, além disso, que a *realidade social europeia*, mesmo aquela de seu tempo, já evidenciava um *tempo social acelerado e uma sociedade profundamente diferenciada*, comportando processos sociais exponencialmente sinérgicos, os quais fundamentaram, por assim dizer, a complexidade social hodierna — muito em função da "revolução" industrial, em grande parte da Europa, e do desenvolvimento tecno-científico *posto em ação* para "lidar" com as *mudanças sociais* em seu contexto social. A sua *Teoria do Conhecimento Social*, assentada no seu *Sistema Positivo*, *teve como preocupação central reorganizar*, em nível teórico-prático, a sociedade europeia, o *devir daquela nação* através de um *sistema lógico de pensamento* para que a *ordem social fosse assegurada* tanto no "mundo da vida" quanto no "mundo das ideias". Tratou-se, portanto, de um empreendimento científico que salientou a *tensão sociotemporal e dialética entre ordem e progresso*.

Com Émile Durkheim, Maurice Halbwachs, Robert Ezra Park e Talcott Parsons também conseguimos trazer à baila "*alguns achados*" como evidência da proficuidade da pesquisa por nós empreendida. Em Durkheim, por exemplo, vimos tanto a presença de uma concepção embrionária de "*tempo social*", anterior àquela "formalizada" na obra "*As formas elementares da vida religiosa*", originalmente publicada em 1912, quanto que esse mesmo *tempo social*, no fundo, pode ser tomado como elemento privilegiado da sua discussão sobre a "qualidade" da *coesão social por uma concepção sistêmica*, de uma realidade social diferenciada e "auto-organizada", considerando o que se entende atualmente por esse conceito. Nesse sentido, os tipos de *divisão social anômica e descoordenada*, as quais deveriam assegurar a *moral* necessária para a sobrevivência do social, exibiram um *tempo social demasiadamente rápido,* dificultando a coalescência social tão aclamada pelo autor. Como possível solução, Durkheim apresentou a "Ciência da Moral" (a Sociologia), o "Agrupamento Profissional" e o "Direito" como

possibilidades de melhoramento, como "atenuantes", como "auras morais" capazes de colaborar, mediante o código "*integração/desintegração*", com a *manutenção* e com o *equilíbrio da integração social*.

Em Halbwachs, consoante com os efeitos sociais causados pelas duas Grandes Guerras Mundiais, conseguimos observar a existência de um *tempo social heterogêneo*, fundamental para o entendimento renovado da sua *Teoria da Memória Coletiva*. Tal *tempo social*, bastante acelerado, se mostrou com um "estruturador" das *memórias coletivas* levadas a cabo pelos distintos *grupos sociais*, forçando-os, ao mesmo tempo, a encarar o *esforço mnemônico* como uma espécie de *técnica*, de *"reação desacelerativa*" à *mudança social* capaz de engendrar o *esquecimento*, a *desordem social*. Os distintos *grupos sociais*, desse modo, também mostraram organizarem-se como um *sistema específico,* lidando e "selecionando" somente os elementos sociais que contribuem para a sua perpetuação/evolução. Tratou-se, enfim, de um empreendimento teórico-prático que expôs, conforme à aplicação do nosso método, *a tensão sociotemporal e dialética entre o código* "*memória/esquecimento*".

Park e Parsons, no outro lado do atlântico, também reverberaram em seus empreendimentos sociológicos os efeitos sociais causados pelas duas Grandes Guerras Mundiais. Park, é claro, refletiu sociologicamente mais sobre a Primeira Guerra Mundial e sobre o período do "entreguerras". Pelo prisma da retroalimentação entre *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica*, como todos os demais, conseguimos salientar que para Park a "*cidade*" reside numa realidade *espaço-temporalmente diferenciada*, na qual múltiplos *tempos sociais* se entrecruzavam, formando um contexto societário com fortes traços *bióticos*, isto é, *organísmico, sistêmico, complexo*. Os *mecanismos evolutivos da opinião pública, competição e dominância* atuam, como podemos observar, em momentos necessários para que a *desordem social* seja atenuada no interior da própria cidade. Algo produzido pela *própria cidade*, a qual apresentou traços de um organismo *autorreferente e auto-organizado.* Consistiu, como podemos vislumbrar, de um empreendimento teórico-prático que expôs *a tensão dialética entre o código* "*estabilidade/instabilidade urbanas*".

Já em Parsons, conforme aplicamos a nossa perspectiva metódica, podemos constatar que a sua *Teoria dos Sistemas Sociais* continha uma compreensão subjacente da relação *espaço-temporal da realidade social* com os *contextos intrassistêmicos*. Isso era algo pouco discutido no âmbito internacional da Sociologia e, por isso, também percebemos que o autor já "intuía", dentro da base de fundamentação sistêmica, a "razão

de ser" da emergência dos *sistemas sociais* com o *aumento de complexidade na realidade social ocidental*: algo apreendido pela ideia de *homeostase*, formulada por Pareto, e pela ideia de *sistemas afastados do equilíbrio*, de Prigogine, elaborado anos mais tarde. Além disso, em Parsons podemos observar, conforme o andamento da nossa pesquisa, que o autor possuía, a valer, uma concepção do *tempo sistêmico-social*, e com ele de *aceleração-positiva* prejudicial ao *equilíbrio sistêmico* — apesar de ser "revertido", "reorganizado", *na e pela própria relação entre os distintos sistemas sociais*. Tal capacidade, em geral, advinha da própria *evolução do social*, manifestando um *aprimoramento do AGIL intrassistêmico*. Mesmo que tenha sido reconhecido por Parsons que a *aceleração-positiva do tempo social* era uma exceção, e não a regra do funcionamento adequado da *realidade sistêmico-social*, posto existir a capacidade de os *sistemas sociais* alvidrarem uma "*desaceleração*", uma *ordenação social*, ainda assim, podemos ver um "*sútil prognóstico*" sobre uma "entidade" vindoura, passível de contribuir para uma *aceleração exponencial do tempo social*, a saber, as *tecnociências*. Destarte, embora o social estivesse em constante tensão *sociotemporal*, conseguimos detectar na sua *Teoria dos Sistemas Sociais* a existência do código "*equilíbrio/desequilíbrio sistêmico*", e com ele, o predomínio do primeiro polo no empreendimento do autor.

Não obstante, a magnitude incontestável da Terceira Revolução Industrial, quer em relação à aceleração e à transmutação dos processos sociais ao nível global — altamente acelerados, praticamente ignorando as "barreiras" espaço-temporais do social —, quer em relação aos novos esforços teórico-sociológicos, a partir da década de 1970, para a compreensão das mesmas, algumas evidências e desenvolvimentos *lógico-teoréticos à Sociologia* também puderam ser captados em nossa pesquisa através da "*Epistémê Reflexiva aplicada ao Tempo Social*". No *período contemporâneo* da Sociologia, por exemplo, conseguimos ter um melhor conhecimento, um aprofundamento, do pensamento de Jean-François Lyotard acerca da "*Condição Pós-Moderna*" à luz da retroalimentação entre o trinômio *tecnologia*, *mudança no tempo social e teoria sociológica*.

Diante de uma "aura" cultural deveras fragmentada, cuja composição (ainda) está assentada na existência de distintas lógicas contextuais e mesmo linguísticas que as descrevem *in situ*, conseguimos salientar no pensamento de Lyotard que as *tecnociências*, a partir de 1970, engendraram um acelerado processo de *deslegitimação* dos principais axiomas da "*ciência moderna*". Assim, o processo de *deslegitimação* das "narrativas"

modernas provém da *nova condição do saber* propulsionado pelas *tecnociências*, refletindo, pelo menos do ponto de vista da *aceleração-positiva do tempo social*, a possibilidade de que apenas *estados de coisas* sejam "descritos". Por consequência, não somente conseguimos explicitar que o *critério de eficácia* tecnocientífico foi erodindo as pretensões "universalizantes" da *prática científica moderna*, mas, primeiro, que as *tecnociências* estão tornando-se uma espécie de *sistema auto-organizado e autopropulsionado*, praticamente emancipado da intervenção humana, reduzindo-a apenas a uma engrenagem no funcionamento do *capitalismo informacional*.

No pensamento de Pierre Bourdieu também conseguimos vislumbrar, por intermédio da nossa perspectiva metódica e intento de pesquisa, alguns "achados", novas sendas acerca da sua *Teoria da Prática* (ou *Praxiologia Estruturacionista*). O seu *empreendimento sociológico* foi capaz de "desvelar" que o *tempo social*, em particular, tanto orienta as capacidades do *habitus* quanto os meandros dos distintos *campos sociais*, na qualidade de "*sistemas de posições diferenciais*", na medida em que ambos são, ao mesmo tempo, *produtos e produtores do acelerado processo de diferenciação social.* Uma retroalimentação entre *tempo*, *espaços e condutas sociais* que também suscitou um movimento ascendente de transformação social, pois, levou em consideração, como podemos observar, o trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*. Mas o mais importante é que o apropriado entendimento sobre o "*efeito hysteresis*" na sua teoria sociológica — algo pouco explorado, inclusive, na sociologia brasileira —, no fundo, denotou a veracidade do *processo de aceleração do tempo social* em "desencaixar", sobretudo ao nível ontológico, o *habitus e o campo* diante de *mudanças sociais abruptas*. No limite, tais *mudanças sociais abruptas* podem incapacitar, como demonstrou o "sentido" do código "*descumplicidade/cumplicidade ontológica*", os *agentes sociais* em (re)ativarem as suas *disposições* à nova ordem estabelecida.

A "potência" dos efeitos do *tempo social*, refletidos *no e pelo* trinômio *tecnologia, mudança no tempo social e teoria sociológica*, se mostrou central na descrição de Niklas Luhmann sobre a *realidade social moderna* e, com maior nitidez, na sua caracterização da *realidade social contemporânea*. A *nova semântica do tempo social*, a qual também compõe o crescente aumento de complexidade no "*sistema-mundo*", visto que o *processo coevolutivo* entre *sistema e entorno* está mostrando-se cada vez mais *sinérgico, acelerado*, é coetânea da *aceleração-positiva do tempo social*. Nesse sentido, a *nova ordem social* na *sociedade contemporânea*, bem como as características do seu *tempo social* — mesmo que seja percebido de distintas maneiras pelos *sistemas sociais*, como

*observadores específicos* —, devem ser entendidas, como podemos destacar, como *algo contingente e precário*. A *aceleração-positiva do tempo social*, sob as vestes da *imprevisibilidade e da contingência radical* que aumenta cada vez mais na *sociedade contemporânea*, testemunhou ser um novo entendimento da *Teoria dos Sistemas Sociais* de Luhmann, em virtude de ter se mostrado como *praticamente sinônimo* do constante processo de *diferenciação funcional* vislumbrado pelo autor. A *pressão temporal*, destarte, é uma ameaça incorporada na *sobrevivência e na variação dos sistemas sociais*.

Por fim, cabe salientarmos que a presente pesquisa de doutorado e a aplicação do método aqui proposto, possibilitaram-nos constatar algumas potencialidades contundentes. Uma delas certamente refere-se à análise do *tempo social*, ou do tempo como *elemento estruturador e operativo* da *lógica teorética* na Sociologia. Tal vetor social, conforme os desdobramentos da nossa pesquisa, possui a capacidade de ser incorporado em pesquisas das mais diversas áreas ou subáreas da Sociologia. Naquelas que basicamente consideram, de forma proporcional, a *mudança sociotemporal* ao nível *macro* — tendo em mente a *produção de ideias e saberes* — com relações sociais estabelecidas em contextos específicos, isto é, ao nível *micro*: como numa *Sociologia do Conhecimento,* incumbida de estudar as relações funcionais do conhecimento pelo *tempo social* e vice-versa; como numa *Metassociologia* (ou *metateoria*)*,* cuja análise pode direcionar-se à análise dos *efeitos do tempo social*, em certos contextos sócio-históricos, na sua relação com a produção teórica e mesmo com a *lógica teórica* na Sociologia; como numa *Sociologia Digital*, capaz de aprofundar os impactos *sociotemporais* dos *meios de informação e comunicação na realidade social*, o que também se estenderia a uma *Sociologia da Tecnologia e das Tecnociências*; e, principalmente, numa *Sociologia do Tempo*, apropriada a estudar as *variações do tempo social.*

Em relação ao debate internacional e nacional da Sociologia, principalmente da *Sociologia do Tempo*, estamos convencidos de que o nosso esforço investigativo pôde contribuir de muitas maneiras não somente para uma melhor compreensão — como dito anteriormente — de teorias sociológicas paradigmáticas, posto termos trazido à baila uma leitura alternativa das mesmas, ainda mais se formos levar em consideração a *"questão do tempo social*", mas, principalmente, principiamos uma *nova caracterização do tempo social*. Algo que, com raras exceções, foi realizada *na e pela* própria *Sociologia do Tempo*, muito em função dos sociólogos terem receio de caírem nas armadilhas "metafísicas" que tal ideia suscita. Não somente isso, mas também é certo que podemos afirmar que a nossa caracterização do *tempo social*, mesmo que em conjunto com a

*tecnologia* e com a *teoria sociológica*, possibilitou (e possibilitará) um melhor entendimento do que é, de fato, a *aceleração do tempo social*, como ele reflete tanto na *realidade social*, e no *aumento de complexidade*, quanto como também esteve presente na *história teorética da Sociologia* mesmo antes de se tornar "uma moda" temática após a década de 2000.

## REFERÊNCIAS


ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABBOT, Andrew; SPARROW, James. Hot War, Cold War: the structures of sociological action (1940-1955). *In*: CALHOUN, Craig (Org.). **Sociology in America**: a history. Chicago: The University Press of Chicago Press, 2007.

ABRANTES, Paulo. Naturalizando a Epistemologia. *In*: ABRANTES, Paulo. **Epistemologia e Cognição**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 172-218.

ADAM, Barbara. **Time and Social Theory**. Cambridge: Polity Press, 1990.

ADAMS, Henry. **The education of Henry Adams**. New York: Webster's Thesaurus Edition, 2005.

ADAMS, Michael. **The Best War** Ever: America and World War II. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

AGGER, Ben. **Speeding Up Fast Capitalism**. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

AIBAR, Eduardo. La vida social de las máquinas: orígenes, desarrollo y perspectivas actuales en la Sociología de la Tecnologia. **REIS**, n. 76, p. 141-172, 1996.

ALDCROFT, Derek. **De Versailles a Wall Street, 1919-1929**. Barcelona: Editorial Crítica, 1985.

ALEGRÍA, Frederico. Generational Gap in Learning**. Journal of the European Institut for Multidisciplinary Studies on Human Rights & Sciences**, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2020.

ALEXANDER, Jeffrey. Revolution, Reaction and Reform: the changing theory of Parsons's Middle period. **Sociological Inquiry**, v. 3, n. 4, p. 267-280, 1981.

ALEXANDER, Jeffrey. O Novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, pp. 5-28, 1987.

ALEXANDER, Jeffrey. **Las teorías sociológicas desde la segunda guerra mundial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

ALEXANDER, Jeffrey. Parsons as a Republician Critical of Industrial Society: a new understanding of the early writings. *In*: POLLINI, Gabriele; SCIORTINO, Giuseppe. **Parsons' The Structure of Social Action and Contemporary Debates**. Milano: FrancoAngeli, 2001. P. 15-25.

ALMARAZ, José. La transición del modelo interactivo al sistémico en Parsons. **REIS – Revista Espanõla de Investigaciones Sociológicas**, n. 8, p. 5-32, 1979.

ALMARAZ, José. La **Teoría Sociológica de Talcott Parsons**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1981.

AMEZCUA, Alonso ¿Qué es la Tecnociencia? Tecnociencia, poder y entorno. **Revista Colombiana de Filosofía de la Ciencia**, v. 20, n. 41, p. 113-145, 2020.

ANDERSON, Walfred; PARKER, Frederick. **Uma introdução à Sociologia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

ANDERY, Maria Amália; MICHELETO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires; RUBANO, Denize Rosana; MOROZ, Melania. **Para Compreender a Ciência**: uma perspectiva história. São Paulo: EDUC, 1996.

ANSART, Pierre. **Sociologie de Saint-Simon.** Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

ARAÚJO, Cícero; WAIZBORT, Leopoldo. Sistema e evolução na teoria de Luhmann (mais: Luhmann sobre o sistema mundial). **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 47, p. 179-200, 1999.

ARCHER, Margaret. Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action. **British Journal of Sociology**, v. 33, n. 4, p. 455-83, 1982.

ARCHER, Margaret. **Culture and Agency**: the place of Culture in Social Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

ARCHER, Margaret. **Being Human**: The Problem of Agency. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ARCHER, Margaret**. Structure, Agency and the Internal Conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ARCHER, Margaret. **Making our Way through the World**: human reflexivity and social mobility. Cambridge: Camrbidge University Press, 2007a.

ARCHER, Margaret. The trajectory of the morphogenetic approach: an account in the first-person. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 54, p. 35-47, 2007b.

ARCHER, Margaret. **Teoría social realista**: El enfoque morfogenético. Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2009.

ARCHER, Margaret. Habitus, reflexividade e realismo. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.

ARCHER, Margaret**. The Reflexive Imperative in Late Modernity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

ARCHER, Margaret. **Reflexivity**, 2013a. Disponível em: http://cdh.epfl.ch/www.isa-sociology.org/publ/sociopedia_isa.htm. Acesso em: 01 de maior de 2021.

ARCHER, Margaret. Social Morphogenesis and the Prospects of Morphogenic Society. *In*: ARCHER, Margaret. S. (Org.). **Social Morphogenesis**. New York: Springer, 2013b.

ARCHER, Margaret**. Late Modernity**: trajectories towards Morphogenic Society. New York: Springer, 2014.

ARCHER, Margaret; MORGAN, Jamie. Contributions to realist social theory: an interview with Margaret S. Archer. **Journal of Critical Realism**, v. 19, n. 2, pp. 179-200, 2020.

ARISTÓTELES. **Física**. Barcelona: Editorial Gredos, 1995.

ARISTÓTELES. **Órganon**. São Paulo: EDIPRO, 2016.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4ª Ed. São Paulo: EDIPRO, 2018.

ARMESTO, Felipe Fernandéz. **1492**: o ano em que o mundo começou. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

ARNOLD, Marcelo. Fundamentos del Construtivismo Sociopoiético. **Cinta Moebio**, n. 18, p. 162-173, 2003.

ARNOLD, Marcelo. Introducción a las epistemologías sistémico construtivistas. *In*: OSÓRIO, Francisco**. Ensayos sobre socioautopoiesis y epistemología constructivista**. Santiago de Chile: Ediciones Mad, 2004. p. 7-15.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ASHTON, Thomas. **The Industrial Revolution**: 1760-1830. Oxford: Oxford University Press, 1998.

ATKINSON, Will. Time for Bourdieu: insights and oversights. **Time & Society**, v. 0, n. 0, p. 1-20, 2018.

AZEVEDO, Vânia. Lyotard e Nietzsche: a condição Pós-Moderna. **Cadernos Nietzsche**, n. 30, p. 30-58, 2012.

AZEVEDO, Guilherme. De onde observa Niklas Luhmann? Diferenciações de uma Teoria da Sociedade. *In*: BARRETO, Vicente de Paulo; DUARTE, Francisco Carlos Duarte; SCHWARTZ, Germano. (Org.). **Direito da Sociedade Policontextural**. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2013. P. 289-314

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHUR, João Paulo. A Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann. *In*: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. **Teoria Sociológica Contemporânea**: autores e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2017. P. 259-281.

BACON, Francis. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BAERT, Patrick. Time, Reflectivity and Social Action. **International Sociology**, v. 7, n 3, p. 317-327, 1992.

BAERT, Patrick. **Philosophy of Social Sciences**. Cambridge: Polity Press, 2005.

BAL, Mieke. **Travelling Concepts in the Humanities**. Toronto: University Press of Toronto, 2002.

BARALDI, Claudio. Forme del sapere e complessità sociale. *In*: BARALDI, Claudio; CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena. **Semantica e comunicazione**: l'evoluzione delle idee nella prospettiva sociológica di Niklas Luhmann. Bologna: Editrice Clueb, 1987, P.121-138.

BARBOSA, Wilmar. Tempos Pós-Modernos. *In:* LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021. P. 9-17.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARNES, Harry. The Political and Social Philosophy of Auguste Comte. *The Open Court*, n. 8, p. 414-429, 1922.

BARROS, José D'Assunção. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, Editora Vozes, 2016.

BAUDELAIRE, Charles. **O pintor da vida moderna**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BAUMER, Franklin Le Van. **O Pensamento Europeu Moderno**: séculos XIX e XX. Edições 70, 2002. V.2.

BAUMGARTEN, Maíra. Tecnologia. *In*: Antônio David Cattani. (Org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. 4 ª Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS/Vozes, 2002. P. 311-317.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECKER, Annette. **Maurice Halbwachs**: un intellectuel en guerres mondiales (1914-1945). Paris: Agnès Viénot, 2003.

BECKER, Annette. Memory Gaps. Maurice Halbwachs, memory and the Great War. **Journal of European Studies**, v. 35, n. 1, p. 102-113, 2005.

BÉDARIDA, François. World War II and Social Change in France. *In*: MARWICK, Arhur. (eds) **Total War and Social Change**. Palgrave Macmillan, London, 1988. P. 79-94.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BEN-DAVID Joseph. **O papel do cientista na sociedade**. São Paulo: USP, 1974.

BEN-DAVID Joseph. **Sociologia da Ciência.** Rio de Janeiro, FGV, 1995.

BENDIX, Reinhard. A Sociologia Moderna. *In*: PARSONS, Talcott. **A Sociologia Americana**. São Paulo: 1968. P. 319-332.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BENOIT, Lelita Oliveira. **A Sociologia comteana**: gênese e devir. São Paulo: Discurso Editorial/Fapesp, 1999.

BENSAUDE-VINCENT, Bernadette. **As vertigens da tecnociência**. Moldar o mundo átomo por átomo. Tradução de José Luiz Cazarotto. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

BERG, Maxine. **La era de las manufacturas 1700-1820**: una nueva historia de la Revolución industrial británica. Barcelona: Ed. Crítica, 1987.

BERG, Maxine; HUDSON, Pat. Rehabilitating the Industrial Revolution. **The Economic History Review**, v. 45, n. 1, p. 24-50, 1992.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. São Paulo: Editora Paulus, 1985.

BERGMANN, Werner. The Problem of Time in Sociology: an overview of the literature on the state of Theory and Research on the "Sociology of Time". **Time & Society**, v. 1, n.1, p. 81-134, 1992.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERLIM, Isaiah. **Four essays on liberty**. Oxford: Oxford University Press, 1982.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos Sistemas**. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

BITTMAN, Michael; WAJCMAN, Judy. The rush hour: The character of leisure time and gender equity. **Social Forces**, v. 79, n. 1, p. 165–189, 2000.

BLOM, Phillip. **Os anos vertiginosos**: mudança e cultura no Ocidente (1900-1914). Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

BLOOM, Alan. **O declínio da cultura ocidental**. São Paulo: BestSeller, 1989.

BOCCARA, Paul. Quelques indications sur la révolution informationnelle. **La Pensée**, n. 241, p. 27-37, 1984.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. As fronteiras da Epistemologia. Petrópolis: Vozes, 1992.

BORGMANN, Albert. **Technology and the character of contemporary life**: a philosophical inquiry. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1984.

BORTOLINI, Matteo. Explaining Modernity: Talcott Parsons's Evolutionary Theory and Individualism. *In*: TREVIÑO, Javier (org.). **The Anthem Companion to Talcott Parsons**. Cambridge: Cambridge Anthem Press, 2016. P. 133-156.

BOUDON, Raymond. **Theories of Social Change**: a critical appraisal. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1986.

BOUGLÉ, Celestin. Darwinism and sociology. *In*: SEWARD, Albert Charles (Org). **Darwin and Modern Science**: Essays in Commemoration of the Centenary of the Birth of Charles Darwin and of the Fiftieth Anniversary of the Publication of the Origin of Species. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais – Org. Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983

BOURDIEU, Pierre. **Lições de aula**. São Paulo: Ática, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'État**: grandes écoles et espirit de corps. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática - Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila**. Portugal: Editora Celta, 2002a.

BOURDIEU, Pierre. A causa da ciência: Como a história social das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. **Política & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 143-161, 2002b.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, Pierre**. Campo de Poder, Campo Intelectual**. Argentina: Editora Quadrata, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. 2ª Ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2019.

BOURRICAUD, François. **The Sociology of Talcott Parsons**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José. **Breve História da Ciência Moderna II**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRAGG, William. **Genius**: The Natural History of Creativity, por H.J. Eysenck, Cambridge University Press, 1995.

BRAUSTEIN, Jean-François. **Bachelard, Canguilhem, Foucault**: Le style français en épistémologie, in Les Philosophes et la Science, Paris, Gallimard, 2002.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BROOKS, Harvey. The relationship between science and technology. **Research Policy**, v. 05, n. 23, p. 477-486, 1994.

BUCLKEY, Walter. **A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1971.

BUNGE, Mario. **Teoria e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BUNGE, Mario. **Epistemologia**. São Paulo: Edusp, 1980.

BUNGE, Mario. **Treatise on basic philosophy**. Dordrecht: Reidel, 1985. V. 7.

BUNGE, Mario. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BUNGE, Mario. **Filosofía de la Tecnología y otros ensayos**. Lima: Universidad Inca Garcilaso de la Veja, 2012.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

BURGESS, Ernest. The grouth of the City: na introduction to a Research Project. *In*: PARK, Robert; BURGESS, Ernest; MCKENZIE, Roderick. **The City**: suggestions for Investigation of Human Behavior int the Urban Environment. Chicago: The University of Chicago Press, 1925. P. 47-63.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Guttenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental II**. Porto Alegre: Editora Globo, 1978.

BURY, John. **The idea of progress**. United States: Dover Publications, 1955.

BUTTERFIELD, Herbert. **As origens da Ciência Moderna**. Lisboa: Edições 70, 1992.

CADENAS, Hugo; MASCAREÑO, Aldo; URQUIZA, Anahí. Prólogo: del carácter universalista de la teoría de sistemas y sus consecuencias. *In*: CADENAS, Hugo; MASCAREÑO, Aldo; URQUIZA, Anahí. **Niklas Luhmann y el legado universalista de su teoría**: aportes para el analísis de la complejidad social contemporânea. Chile: RIL Editores, 2012. P. 11-23.

CADENAS, Hugo. Paradoxas de la diferenciación del derecho. *In*: CADENAS, Hugo; MASCAREÑO, Aldo; URQUIZA, Anahí. **Niklas Luhmann y el legado universalista de su teoría**: aportes para el analísis de la complejidad social contemporânea. Chile: RIL Editores, 2012. P. 265-297.

CADENAS, Hugo. La función del funcionalismo: una exploración conceptual. **Sociologias**, v. 18, n. 41, p. 196-214, 2016.

CADENAS, Hugo; MASCAREÑO, Aldo. Lineamientos para una sociología evolutiva de la diferenciación funcional en América Latina. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, n. 1, p. 75-98, 2020.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 5-38, 1998.

CALHOUN, Craig. **Sociology in America**: a history. Chicago: The University Press of Chicago Press, 2007.

CALLOUN, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

CAMPELO, Alexandre. As crianças pós-modernas: o que é preciso para entender melhor o pósmoderno? Lyotard explicará às crianças. **Brocar. Cuadernos de Investigación Histórica**, n. 36, p. 365-391, 2012.

CANGUILHEM, Georges. **A vital ratioanalist**: selects writings from Georges Canguilhem. New York: Zone Books, 2000.

CANT, Sarah. Hysteresis, social congestion and debt: towards a sociology of mental health disorders in undergraduates. **Social Theory & Health**. pp. 1-15, 2017.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2006a.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006b.

CAPRA, Fritjof. **A visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.

CARDOSO, Sara. **Teoría, sociedad y poder en Talcott Parsons, C. Wright Mills, Jurgen Habermas y Anthony Giddens**: una contribución a la teoría social contemporânea. 2011. 461 f. Tese (Doutorado) - Pontificia Universidad Católica, Argentina, 2011.

CARRIER, Alain. **La Notion D'Anomie** – Généalogie D'um Concept Sociologique. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado), Université Laval, Faculté Des Sciences Sociales, Département de Sociologie, Québec, 2009.

CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

CASTELLS, Manuel. **The urban question**. London: Edward Arnold, 1977.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Ed. 6ª. São Paulo: Paz e Terra, 2000. V. 1.

CAVALCANTE, Alberto Rocha. **O projeto da modernidade em Habermas**. 1999. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1999.

CAVALLI, Alessandro. Lineamenti di una sociologia della memoria. *In*: JEDLOWSKI, Paolo; RAMPAZI, Marita (Orgs.). **Il senso del passato**. Milão: Angeli, 1991. P. 34-43.

CHAERKI, Karine. **As organizações como eventos**: apreensão da dinâmica do movimento organizacional em sua dimensão temporal. 2018. 211 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-Graduação em Administração, do Setor de Ciência Sociais Aplicadas, Curitiba, 2018.

CHALLONER, Jack. **1001 invenções que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2014.

CHAUNU, Pierre. **Expansão europeia do século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira, 1978.

CHITTÓ, Ruth Gauer. Conhecimento e aceleração: mito, verdade e tempo. **Revista de História das Ideias**, v. 23, p. 86-96, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. História e atualidade das Ciências Humanas e Sociais. **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.2, p. 599-613, 2016.

CIRNE-LIMA, Carlos. **Dialética para principiantes**. Porto Alegre: Editora Escritos, 2017.

COELHO, José Texeira. **Moderno pós-moderno**: modos e versões. São Paulo: ILUMINURAS, 2011.

COFRE, Jaime. Uma redefinição dos campos morfogenéticos. *In*: COFRE, Jaime; SAALFELD, Kay (Orgs). **Discussão de novos paradigmas**: vida, embriologia e evolução. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. p. 153-168.

COHEN, Percy. **Teoria Social Moderna**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

COLLINS, Harry. An Empirical Relativist Programo in Sociology of Scientific Knowledge. *In*: KNORR-CETINA, Karin; MULKAY, Michael. **Science Observed**: perspectives on the Social Study of Science. London: Sage, 1983. P. 58-114.

COMTE, Auguste. **Opúsculos de Filosofia Social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o Espírito Positivo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. *In*: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CONNERTON, Paul. **How modernity forgets**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CONTENÇAS, Paula. **A eficácia da metáfora na produção da ciência**: o caso da genética. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COOPER, Charles; KAPLINKSY, Raphael. **Technology and Development in the Third Industrial Revolution.** London: Routledge, 2005.

CORDEIRO, Veridiana. **Por uma sociologia da memória**: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CORNING, Peter. Durkheim and Spencer. **The Brithish Journal of Sociology**, v. 33, n. 03, p. 359-382, 1982.

CORRÊA, Diogo. **A reflexividade na teoria social contemporânea**: um diálogo franco-britânico. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009, p. 1-27. Disponível em:http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=205&Itemid=170> Acesso em: 24 mai. 2021.

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. **Glosario sobre la Teoria Social de Niklas Luhman**. México: Universidad Iberoamericana, 1996.

COSTA, Everton Garcia. Da sociedade em equilíbrio à Sociedade mundial: o percurso da teoria dos sistemas sociais no último século. **Espacio Abierto**, v. 29, p. 28-48, 2020.

COTTINGHAM, John. **Dicionário Descartes**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1995.

COTTERRELL, Roger. **Law's Community**: Legal Theory in Sociological Perspective. Oxford: Oxford Socio-Legal Studies, 1997.

COULON, Alan. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

COURT, Joceval Andrade. **Descartes e a invenção do sujeito**. São Paulo: Editora Paulus, 2018.

COVENEY, Peter; HIGHFIELD, Roger. **A flecha tdo tempo**. São Paulo: Siciliano, 1993.

CRESPI, Franco. **Acontecimiento y Estructura**: por una teoría del cambio social. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997.

CRISTIANO, Javier. Para una precisión sociológica del concepto de aceleración social. **Estudios Sociológicos de el Colegio De México**, v.38, n. 114, p. 829-848, 2020.

CROSBY, Alfred. **A mensuração da realidade**: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CUDDON, John. **Dictionary of Literary Terms & Literary Theory**. England: Penguin Books, 1999.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. **História da Sociologia**. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio, 1994.

CUNHA, Paulo Roberto Ferreira. **American way of life**: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950. 2017. 249 p. Tese (Programa de Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2017.

CULLER, Jonathan. **On deconstruction**. Ithaca :Cornell University Press, 1994.

CUNHA, Karenine. Jornalismo e a realidade de segunda ordem: subjetividade à luz de Heinz Von Foerster. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba (PR), Brasil, 2009. Disponível em: http://www.intercom.org.br/premios/2009/Miracelly.pdf. Acesso: 02 de maio de 2022.

CUPANI, Alberto. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. **Scientiae Studia**, v. 2, n. 4, p. 493-518, 2004.

CUPANI, Alberto. **Filosofia da Tecnologia**: um convite. 3ª Ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

CURY, Vânia Maria. **História da Industrialização no século XIX**. Rio de. Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

D'AGOSTINI, Franca. **Analíticos e Continentais**: guia á filosofia dos últimos trinta anos. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

DAHRENDORF, Ralph. **Essays in the Theory of Society**. Stanford: Stanford University Press, 1968.

DARWIN, Charles Robert. Observations on the parallel roads of Glen Roy, and of other parts of Lochaber in Scotland, with an attempt to prove that they are of marine origin. **Philosophical Transactions of the Royal Society,** n. 129, p. 39-81, 1839.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

DAUNCEY, Hugh. The Belle Epoque and the First Wolrd War: industry, sport, utility and leisure (1903-1918). *In*: DAUNCEY, Hugh. **French Cycling**: a social and cultural history. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. P. 75-102.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. O atual e o virtual. *In:* ALLIEZ, Éric. **Deleuze filosofia virtual**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. P. 47-56.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 2007.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques; CAPUTO, John. **La desconstrucción en uma cáscara de nuez.** Buenos Aires: Prometeo, 2009.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

DESCARTES, René. **O discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

DESLANDES, Suely; MAKSUD, Ivia. Capitais científicos em saúde coletiva: proposta de análise inspirada nas fontes utilizadas na obra *Homo Academicus*. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 324-336, 2019.

DÍAZ, Esther. **A Filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: UNESP, 2012.

DIMBATH, Oliver. **Oblivionism**: Forgetting and Forgetfulness in Modern Science. Boston: Brill Fink, 2021.

DONATI, Pierpaolo. **Introduzione alla sociologia relazionale**. Milano: Franco Angeli Edizione, 1983.

DONATI, Pierpaolo. **Repensar la sociedad**. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias, 2006.

DONATI, Pierpaolo. **Relational Sociology**: a new paradigm for the social sciences. London & New York: Routledge, 2011.

DOSI, Giovanni. Technological Paradigms and Technological Trajectories. **Research Policy**, v. 11, p. 147-162, 1982.

DOSI, Giovanni. Technological paradigms and technological trajectories. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 5, n. 1, p. 09-32, 2006.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das Ciências Cognitivas**. São Paulo, Editora Unesp, 1996.

DURANT, Will; DURANT, Ariel. **História da civilização VII**: começa a Idade da Razão. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964.

DURKHEIM, Émile. Aula Inaugural do Curso de Ciências Sociais. *In*: CASTRO, Anna Maria de, DIAS, Edmundo Fernandes. **Introdução ao pensamento sociológico**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1992.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de Sociologia. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**. Petrópolis: Vozes, 2012.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DUVIGNAUD, Jean. Que Signifie Le Terme D'Anomie?. **Revista de Ciências Sociais**, v. 04, n. 01, p. 05-19, 1973.

DUVIGNAUD, Jean. Introdução. *In*: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice - Editora Revista dos Tribunais, [1958] 2006. P. 01-17.

DUX, Gunther. **Die Zeit in der Geschichte**: Ihre Entwicklungslogik vom Mythos zur Weltzeit. Frankfurt: Suhrkamp, 1989.

ECHEVERRÍA, Javier. **La revolución tecnocientífica**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **¿Qué es la modernidad?** México: UNAM, 2009.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

EINSTEIN, Albert. **O significado da Relatividade**. Lisboa: Gradiva, 2003.

ESPOSITO, Elena. **Soziales Vergessen. Formen und Medien des Gedächtnisses der Gesellschaft**. Frankfurt: Suhrkamp, 2002.

EVANS, Richard. **Sociological Journals and the "Decline" of Chicago Sociology**: 1929–1945. **History of Sociology**, v. 6, n. 7, p. 109–30, 1986.

EVERETT, Susanne; YOUNG, Peter. **The Two World Wars**. Connecticut. Brompton Books Corp, 1984.

EUFRASIO, Mario. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana**: a Escola Sociológica de Chicago (195-1940). São Paulo: Editora 34, 2013.

FANELLI, Ana García. **Talcott Parsons y La Teoría del Cambio Social**. Buenos Aires: Ediciones del Ides, 1986.

FARIS, Robert. **Chicago Sociology**: 1920-1932. San Francisco: Chandler Publishing Co., 1967.

FAUGHT, Jim. The Concept of Competition in Robert Park's Sociology. **The Sociological Quarterly**, v. 27, n. 3, p. 359–371, 1986.

FERNANDES, Maurício. A questão da técnica no pensamento de Jürgen Habermas: elementos para um quadro teórico-conceitual e referencial. **Filosofia Unisinos**, v. 21, n. 1, p. 114-123, 2020.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FIELD, Arthur. **The origins of the Platonic Academy of Florence**. United States: Princeton, 1988.

FIELD, Alexander. The Most Technologically Progressive Decade of the Century. **American Economic Review**, v. 93, n. 4, p. 1399-1314, 2003.

FILHO, Eduardo Ferreira das Neves; RUI, Matheus de Lima. **Elementos de Lógica**. Pelotas: PPGFIL/UFPel – Série Dissertatio, 2016.

FIOLHAIS, Carlos. As leis naturais e as leis humanas. *In*: FIOLHAIS, Carlos; CARMO, Rui do. **Linguagem, argumentação e decisão judiciária**. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. P. 9-20.

FLICKINGER, Hans-Georg; NEUSER, Wolfgang. **Teoria de Auto-organização**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

FOSDICK, Raymond. **The story of the Rockefeller Foundation**. New York: Harper and Brothers, Publishers, 1952.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault. *In*: COELHO, Eduardo (Org.). **Estruturalismo**: antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, 1968. P. 29-43.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade, Política. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade, Política. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel**. Ditos e Escritos VII**: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011b.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 11ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

FOX, Robin Lane. **Classical World**: an epic history of Greece and Rome. United Kingdom: Penguim, 2008.

FRAASSEN, Bas Van. **A imagem científica**. São Paulo: UNESP, 2007.

FREITAG, Bárbara. Habermas e a filosofia da modernidade**. Perspectivas**, n. 16, p. 23-45, 1993.

FREITAS, Adan. **A evolução dos sistemas psíquicos e sociais**: uma discussão metateórica da sociologia de Niklas Luhmann. 2018. 119f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2018.

FRENCH, Steven. **Ciência**: conceitos-chave em Filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREY, Marsha; FREY, Linda. **The French Revolution**. Connecticut: Greenwood Press, 2004.

FRIJHOFF, Willem. **A History of the University in Europe** (1500-1800). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FUCHS, Christian. Some Implications of Pierre Bourdieu's Works for a Theory of Social SelfOrganization. **European Journal of Social Theory**, v. 6, n. 4, p. 387–408, 2003.

GADEA, Carlos. Pós-Modernidade. *In:* SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. **Teoria Sociológica Contemporânea**: autores e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2017. P. 383-403.

GALILEU, Galilei. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GALILEU, Galilei. **Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicano.** São Paulo: Editora 34, 2011.

GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e Techne**: o homem na idade da técnica. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

GALISON, Peter. **Image and logic: a material culture of microphysics**. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

GALLO, Silvio. O conceito de episteme e sua arqueologia em Foucault. *In*: MARIGUELA, Márcio (Org.). **Foucault e a destruição das evidências**. Piracicaba: Editorial Unimep, 1995. P. 13-27.

GAMBLE, Cynthia. From Belle Epoque to First World War. *In*: BALES, Richard. **The Cambridge Companion to Proust**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. P. 7-24.

GANDILLAC, Maurice. **Gêneses da modernidade**. São Paulo: Editora 34, 1995.

GANE, Mike. **Auguste Comte**. New York: Routledge, 2017.

GARCIA, Dalva. O problema da Narração em Walter Benjamin: Uma tentativa de aproximar arte e filosofia. **Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE)**, v. 2. 2011.

GARCIA, José Luís; MARTINS, Hermínio. O ethos da ciência e suas transformações contemporâneas, com especial atenção à biotecnologia. **Scientiae Studia**, v. 7, n. 1, p. 83-104, 2009.

GARCIA, José Luis. A plenitude tecnológica em questão: Hermínio Martins e o *Experimentum Humanum*. **Análise Social**, v. 203, n. 47, p. 483-489, 2012.

GARCIA, José Luís. Crítica da neolatria tecnocientífica. *In*: LACERDA, Marcos; MAGNELLI, André. **Sociologia das Tecnociências Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2020. P. 67-105.

GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. Porto Alegre: LPM, 2009.

GEYER, Michael; TOOZE, Adam. **Total War**: Economy, Society and Culture. Chicago: University Chicago Press, 2015.

GIANNOTTI, José Arthur. **Apresentação do mundo**: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 5ª Ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Conversas com Anthony Giddens**: o sentido da Modernidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

GIDDENS, Anthony. The globalizing of modernity. *In:* HELD, David; MCGREW, Anthony. **The global transformations reader**: an introduction to the globalization debate, 2003. P. 60-66.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6ª Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: UNESP, 2017.

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial**: os 2174 dias que mudaram o mundo. Lisboa: LeYa, 2014.

GILBERT, Martin. **A Primeira Guerra Mundial**: os 1590 dias que transformaram o mundo. Lisboa: LeYa, 2017.

GIMBO, Fernando. Epistemologia e Arqueologia: Foucault e a História da Ciência Francesa. **KÍNESIS**, V. 09, n. 20, p. 99-125, 2017a.

GIMBO, Fernando. A arqueologia de Foucault entre Estrutura e História. **Dois Pontos**, v. 14, n. 1, p. 73-88, 2017b.

GLANVILLE, Ranulph.. *In*: **Tenth European Meeting on Cybernetics and Systems Research**, 1990, Vienna. Anais... Vienna: World Scientific, 1990. p. 347–356.

GLEICK, James. **A informação**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GODFREY-SMITH, Peter. **Theory and reality**: an introduction to the philosophy of science. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

GODINHO, Vitorino. **Ensaios II**: sobre a história de Portugal. Lisboa: Sá da Costa, 1968.

GOLDSCHMIT, Marc. Jacques Derrida: una introducción. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

GOMES, Catarina. A construção dos campos científico universitário e seus reflexos na produção do *Homo Academicus* de Pierre Bourdieu. **Religación** – Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, v. 5, n. 25, p. 28-40, 2020.

GONÇALVES, Williams. A Segunda Guerra Mundial. *In*: FILHO, Daniel; ZENHA, Celeste. **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 165-195.

GONÇALVES, Daniel. A impossibilidade de pensar certas coisas: analisando o conceito de *Epitémê* em Michel Foucault. **Argumentos**, v. 10, n. 20, p. 152-165, 2018.

GONÇALVES, Guilherme Leite. **Evolução, contingência e Direito**, 2008. Disponível em:http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;/bitstream/handle/10438/1725/EvoluÃ§Ã£o%2C%20contingÃªncia%20e%20direito%20%20Guilherme%20Leite%20GonÃ§alves.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2021.

GONDAR, JÔ; DOBEDEI, Vera. Apresentação. *In*: GONDAR, JÔ; DOBEDEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2005. P. 7-11.

GOODE, David *et al*. Twentieth-century growth of urban ecology. *In*: DOUGLAS, Ian *et al*. **The Routledge Handbook of Urban Ecology**. London: Routledge, 2020. P. 24-44.

GOODY, Jack. **Renascimentos**: um ou muitos? São Paulo: UNESP, 2011.

GOULD, Stephen. Evolution as Fact and Theory. **Discovery**, p. 34-37, 1981.

GOULDNER, Alvin. **The Coming Crisis of Western Sociology**. Londres: Heinemann, 1970.

GRANGE, Juliette. **La philosophie d'Auguste Comte**: science, politique, religion. Paris: PUF, 1996.

GRESPAN, Jorge. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

GRONMO, Sigmund. Concepts of Time: Some Implications For Consumer Research. *In*: SRULL, Thomas (Org.). **Advances in Consumer Research**. Utah: Provo, 1989.

GUEDES, Eduardo. **O problema do mal no mundo**: a relação da justificativa dos fiéis da Igreja Batista Nacional de Santa Maria/RS com as tipologias de teodiceia weberianas. 2018. 269 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Santa Maria, 2018.

GUEDES, Eduardo. A Sociedade Moderna e suas múltiplas dimensões temporais: um breve mapeamento do Tempo Social nas teorias sociológicas de 1930-1970. *In*: **Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas**. Anais Eletrônicos...São Leopoldo: Editora Casa Leiria, 2020. P. 3707-3721.

GUEDES, Eduardo; VINHAS, Otávio. Complexidade, Cognição e Conhecimento na Teoria Sistêmica de Niklas Luhmann. **Mediações**, v. 26, n. 2, p. 333-346, 2021.

GUEDES, Eduardo. Perspectivas da Internet: um ensaio comparativo entre Pierre Levy e Paul Virilio. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 15, p.256-272, 2021.

GUEDES, Eduardo. Ciência, Metafísica e Crise do Determinismo Científico: apontamentos críticos sobre o estatuto científico do Racionalismo Cristão. *In*: ARAÚJO, Wladimyr Sena; REIS, Marcos Vinícius de (Org.). **Estudos de religiões e religiosidades**: abordagens plurais. 1ed.Rio Branco/AC: Nepan Editora, 2022. P. 54-6.

GUILLIN, Vincent. Aspects of scientific explanation in Auguste Comte. **Revue Européenne des Sciences Sociales**, v. 54, n. 2, p. 17-41, 2016.

GÜNTHER, Gotthard. **Beiträge zur Grundlegung einer operationsfähigen Dialekitik**. Hamburg: [S.n.], 1979. v.2

GURVITCH, Georges. **The spectrum of Social Time**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1964.

GUTTING, Gary. **Foucault**: uma brevíssima introdução. São Paulo: UNESP, 2021.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade: um projeto inacabado. *In*: ARANTES, Otília. **Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen i**: arquitetura e dimensão estética depois das vanguardas. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria e práxis**. São Paulo: UNESP, 2013.

HACKING, Ian. **La demesticación del azar**: la erosión del determinismo y el nacimiento de las ciencias del caos. Barcelona: Editorial Gedisa, 2012.

HÄGERSTRAND, Torstein. A note on the quality of the lifetimes". *In*: CARLSTEIN, Tommy; PARKES, Don; THRIFT, Nigel. (Orgs.). **Time space and spacing time.** London: Wiley, 1978.

HALBWACHS, Maurice. La doctrine d'Émile Durkheim'. **Revue philosophique**, n. 85, p. 353–411, 1918.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice - Editora Revista dos Tribunais, [1958] 2003.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HALÉVY, Marc. **A era do conhecimento**: princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXI. São Paulo: UNESP, 2010.

HARDY, Cheryl. Histerese. *In:* GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018. P.202-231.

HARRISON, Ross. The origin and development of the nervous system studied by methods of experimental Embryology. **Proceeding of the Royal Society**, n. 118, p. 155–196, 1933.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HASSARD, John. Introduction: The Sociological Study of Time. *In*: HASSARD, John. (Org.) **The Sociology of Time**. Palgrave Macmillan, London, 1990.

HATTOIS, Gilbert. **Étique et Techno-Science**. La Pensee et les Hommes, p. 111-116, 1978.

HATTOIS, Gilbert. **El paradigma Bioético**: una ética para la Tecnociencia. Barcelona: Anthopos, 1991.

HATTOIS, Gilbert. Technoscience: From the Origin of the Word to Its Current Uses. *In*: LOEVE, Sacha; GUCHET, Xavier; VINCENT, Bernadette. **French Philosophy of Technology**: classical readings and contemporary approaches. New York: Springer, 2018. P. 121-138.

HAU, Michel. O empreendedorismo na França. *In*: BAUMOL, William; MOKYR, Joel; LANDES, David (Orgs.). **A Origem das Corporações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

HAWKINS, Mike. Traditionalism and organicism in Durkheim's early writings, 1885-1893. **Journal of The History of the Behavioral Sciences**, v. 16, n. 01, p. 31-44, 1980.

HEERDT, Moacir. **Sociologia das organizações**. 4ª Ed. – Palhoça: UnisulVirtual, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A fenomenologia do espírito**. Patrópolis: Vozes, 2014.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

HEILBRON, Johan. **French Sociology**. Ithaca: Cornell University Press, 1976.

HEILBRON, Johan. Les Métamorphoses Du Durkheimisme, 1920-1940. **Revue Française de Sociologie**, v. 26, n. 2, p. 203–237, 1985.

HEILBRON, Johan. Theory of knowledge and theory of science in the work of Auguste Comte. **Revue de Synthèse**, n. 1, p. 75-89, 1991.

HEJL, Peter. Towards a Theory of Social Systems: Self-Organization and Self-Maintenance, Self-Reference and Syn-Reference. *In*: ULRICH, Hans., PROBST, Gilbert (orgs.) **Self-Organization and Management of Social Systems**. Springer Series in Synergetics, vol 26. Springer, Berlin, Heidelberg, 1984. P. 60-78.

HELD, David; THOMPSON, John. **Social Theory of Modern Societies**: Anthony Giddens and his Critics. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

HELMES-HAYES, Richard. A Dualistic Vision: Robert Ezra Park and the Classical Ecological Theory of Social Inequality. **The Sociological Quarterly**, v. 28, n. 3, 1987, p. 387–409, 1987.

HENDERSON, William. Otto. **A Revolução Industrial**: 1780-1914. São Paulo: Verbo/EDUSP, 1979.

HENRY, John. **A Revolução Científica e as origens da Ciência Moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

HERDER, Johann Gottfried Von. **Briefe zu Beförderung der Humanität**. Deutschland: Jazzybee Verlag, 2013.

HERNES, Tor. **Understanding organization as process**: theory for a tangled world. London: Routledge, 2008.

HIRSCH, Thomas. Maurice Halbwachs et la sociologie religieuse: Des Formes aux Cadres sociaux de la mémoire. **Archives de sciences sociales des religions**, p. 159-225–245, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados**: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

HOFFMANN, Stanley. The Effects of World War II on French Society and Politics. **French Historical Studies**, v. 2, n. 1, p. 28-63, 1961.

HOLMES, Pablo. A semântica da complexidade e sua estrutura social: o materialismo "pós-estruturalista" da teoria dos sistemas. **Sociologias**, v. 20, n. 47, p. 338-368, 2018.

HOWARD, Michael. **The First World War**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2002.

HUMPHREYS, Richard. **Futurismo**. São Paulo: Cosac Naify, 1994.

HUYSSEN, Andreas. Mapeando o Pós-Moderno. *In*: HOLLANDA, Heloisa. **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. P. 15-81.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Covilização Brasileira, 2001.

IANNI, Aurea Maria Zöllner. Mudanças Sociais Contemporâneas e Saúde: considerações sobre a Biomedicina e a Saúde Pública. **Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP**, v. 6, p. 41-58, 2013.

IGLÉSIAS, Francisco. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ISRAEL, Jonathan. **La Ilustración Radical**: la filosofía y la construcción de la modernidade (1650-1750). México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

JAMESON, Fredric. **Modernidade singular**: ensaios sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JAPIASSU, Hilton. **A revolução científica moderna**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1985.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à Teoria Literária**. São. Paulo: Ática, 1994.

JOAS, Hans. **Guerra y Modernidad**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2005.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria Social**: vinte lições introdutórias. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

JONAS, Hans. The practical uses of theory. *In*: MITCHAM, Carl; MACKEY, Robert. **Philosophy and technology**. New York: The Free Press, 1983. P. 335-346.

JOHNSTON, Andrew. Despite Wars, Scholars Remain the Great Workers of the International: American Sociologists and French Sociology During the First World War. *In*: CHAGNON, Marie-Eve. **The Academic World in the Era of the Great War**. Palgrave Macmillan, London, 2018. P. 97-118.

KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 1985.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

KARADY, Victor. Durkheim, les sciences sociales et L'Université: Bilan d'un Semi-Échec'. **Revue Française de Sociologie**, v. 17, p. 267–311, 1976.

KOEHLER-JONES, Victoria. **The use of temporal constructs as a model for understanding perceptions of environmental hazard**. 1995. 264 f. Dissertation (master's degree) – University of Nevada, Las Vegas, 1995.

KONTOS, Louis. Differentiation and Complexity in the Functionalist Corpus: Rethinking the Metaphor of System. **The American Sociologist**, v. 32, n. 1, p. 100-106, 2001.

KUSSLER, Leonardo. Técnica, Tecnologia e Tecnociência: da Filosofia Antiga à Filosofia Contemporânea. **Kínesis**, v. 2, n. 15, p. 187-202, 2015.

KAUFFMANN. Ethel. O sucesso da Alemanha nos séculos XIX e XX. *In*: **XIII Encontro de História, ANPUH-RIO**, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008, p. 1-7.

KAUFFMANN, Louis. Cybernetics, Reflexivity and Second-Order Science. *In*: RIEGLER, Alexander; MÜLLER, Karl; UMPLEBY, Stuart (Orgs). **New Horizons for Second-Order Cybernetics**. United States: World Scientific Publishing Co., 2018. P. 85-99.

KEARNEY, Hugh. **Orígenes de la ciencia moderna**: 1500-1700. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1970.

KEAT, Russell; URRY, John. **Social Theory as Science**. London and Boston: Routledge & Kegan Paul, 1975.

KEEGAN, John. **The Second World War**. Canadá: Penguin Books, 1990.

KEMP, Tom. **A Revolução Industrial na Europa do século XIX**. Lisboa: Edições 70, 1985.

KERN, Stephen. **The culture of time and space:** 1880-1918. Harvard: Harvard University Press, 1983.

KING, Anthony. Thinking with Bourdieu against Bourdieu: A 'Practical' Critique of the Habitus. **Sociological Theory**, v. 18, n. 3, p. 417–433, 2000.

KOESTLER, Arthur. **Jano**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1981.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

KOSELLECK, R. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhardt. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

KOYRÉ, Alexandre O significado da síntese newtoniana. *In*: COHEN, Bernard; WESTFALL, Richard. **Newton: Textos, antecedentes, comentários**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2002, p. 84-100.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao Universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KRAUSE, Monika. What is Zeitgeist? Examining period-specific cultural patterns. **Poetics**, n. 76, p. 1-10, 2019.

KREPS, George; DONNERMEYER, Joseph; KREPS, Marty. **The Amish**: a quiet moment in time. Ohio: Carlisle Press, 1997.

KRIEGER, Peter. La Desconstrucción de Jacques Derrida (1930-2004). **Anales Del Instituto de Investigaciones Estéticas**, v. 26, n. 84, p. 179-188, 2004.

KRISTELLER, Paul. **Tradição clássica e pensamento do Renascimento**. Lisboa: Edições 70, 1995.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACERDA, Gustavo Biscaia. Augusto Comte e o "positivismo" redescobertos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 319-343, 2009.

LACERDA, Gustavo. **Teoria Política Positivista**: pensando com Auguste Comte. Marília: Poiesis Editora, 2013.

LACERDA, Marcos. **Discurso sociológico da modernidade**. 2015. 251f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, 2015.

LACERDA, Marcos. **A Sociedade das Tecnociências de Mercadorias**. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LACLAU, Ernest; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy**. London, Verso, 1985.

LAFONTAINE, Celine. **O império cibernético**: das máquinas de pensar ao pensamento máquina. Lisboa: Instituto Piaget, 2007a.

LAFONTAINE, Celine. The Cybernetic Matrix of French Theory. **Theory, Culture & Society**, v. *24*, n. 5, p. 27–46, 2007b.

LAINSON, Ralph. Os 350 anos da Royal Society of London. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 1, n. 3, p. 9-10, 2010.

LAKS, Daniel Marinho. **Modernismos em modernidades incipientes**: Mário de Andrade e Alma Negreiros. 2016. 220 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 2016.

LAMO DE ESPINOSA, Emilio; GARCIA, José; ALBERO, Cristóbal. **La sociologia del conocimiento y de la ciencia**. Madrid: Alianza, 1994.

LANDES, David. **Prometeu desacorrentado**: transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental - de 1750 até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

LANNOY, Pierre When Robert E. Park was (Re) writing "the city": Biography, the social survey, and the science of sociology. **American Sociology**, v. 35, p. 34–62, 2004.

LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LASH, Scott. **Sociology of postmodernism**. London and New York: Routledge, 1990.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. São Paulo: Unesp, 2001.

LAUDAN, Larry. Towards a Reassessment of Comte's 'Méthode Positive. **Philosophy of Science**, v. 38, n. 1, p. 35-53, 1971.

LEACH, Edmund. **Culture and Communication**: the logic by which symbols are connected. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

LECOURT, Dominique. **Pour une critique de l'épistémologie** (Bachelard, Canguilhem, Foucault), Paris, François Maspero, 1972.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LEE, Rupert. **Eureka!** 100 grandes descobertas científicas do século XX. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **Introdução à Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1969.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **A Monadologia**. São Paulo: Editora Hedra, 2009.

LENOIR Thimothy. **Instituindo a ciência.** São Leopoldo-RS: Unisinos, 1997.

LERNER, Max. Processo Social. *In*: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Homem e Sociedade**: leituras básicas de Sociologia Geral. 5ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970. P. 205-212.

LEVINE, Donald. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2010.

LEWIS, Pericles. **European Modernism**. Cambridge: Cambridge Companion, 2011.

LEWKOW, Leonel. Filosofía de la historia universal y teoría sistémica de la evolución: A propósito del tiempo histórico en la sociología de Niklas Luhmann. **INTERSTICIOS – Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, n. 5, p. 181-191, 2011.

LIDZ, Victor. General Action Analysis: Introduction. *In*: LOUBSER *et al*, Jan. **Explorations in General Theory in Social Science**. New York, 1976. P. 124-150.

LIMOGES, Camille. Milne-Edwards, Darwin, Durkheim and the Division of Labour: A Case Study in Reciprocal Conceptual Exchanges between the Social and the Natural Sciences. *In*: COHEN, Bernard. **The Natural Sciences and the Social Sciences**: some historical perspectives. Boston: Springer, 1994. P. 317-345.

LINS, Ivan. **Introdução ao estudo da Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora São José, 1955.

LIPSET, Seymour. The State of American Sociology. **Sociological Forum**, v. 9, n. 2, p. 199–220, 1994.

LIVI-BACCI, Masimo. **A concise history of world population**. Oxford: Blackwell, 1992.

LOBO, Rafael. **Para um pensamento úmido**: a Filosofia a partir de Jacques Derrida. 2007. 453f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LOUREIRO, Isabel. Prefácio. *In*: BENOIT, Lelita Oliveira. **A Sociologia Comteana**: gênese e devir. São Paulo: Discurso Editorial/Fapesp, 1999. P. 11-17.

LÜBBE, Herman. The contraction of the presente. *In*: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William E. (Orgs). **High-speed society:** social acceleration, power and modernity. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 2009. p. 159-179.

LUHMANN, Niklas. Temporalization of Complexity. *In*: GEYER, Felix; VAN der ZOWEN, Johannes. **Sociocybernetics**: an actor-oriented social systems approach. Boston: Kluwer Boston Inc, 1978. V. 2. P. 95-113.

LUHMANN, Niklas. The Cognitive Program of Constructivism and a Reality that Remains Unknown. *In*: KROHN, Wolfgang; KUPPER, Gunter; NOWOTNY, Helga (Orgs.). **Self-organization portrait of a scientific revolution**. Dordrecht: Springer Science Business, 1990. p. 64-85.

LUHMANN, Niklas. Estudos Sociológicos. **El Colegio de México**, v. 10, p. 137 -150, 1992a.

LUHMANN, Niklas. El futuro no puede empezar: estructuras temporales en la sociedad moderna. *In*: TORRE, Ramón Ramos (Org.). **Tiempo y Sociedad**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 1992b. P. 161-183.

LUHMANN, Niklas. Deconstruction as Second-Order Observing. **New Literary History**, v. 24, n. 4, p. 763-82, 1993a.

LUHMANN, Niklas. Por que uma "Teoria dos Sistemas"? *In*: STEIN, Ernildo; de BONI, Luís. **Dialética e Liberdade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993b. p. 430-442.

LUHMANN, Niklas. **Social Systems**: Writing Science. Stanford: Stanford University Press, 1995.

LUHMANN, Niklas. Globalization or World Society: how to conceive of Modern Society? **International Review of Sociology**, v. 7, n. 1, p. 67-79, 1997.

LUHMANN, Niklas. **Complejidad y modernidad**: De la unidad a la diferencia. Madrid: Trotta 1998.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. México: Herder, 2006.

LUHMANN, Niklas. **Theory of Society**. Stanford: University Press. 2012. V. 1.

LUHMANN, Niklas. **Introduction of Systems Theory**. Cambridge: Polity Press, 2013a.

LUHMANN, Niklas. **La moral de la sociedade**. Madrid: Trotta, 2013b.

LUHMANN, Niklas. Mecanismos Reflexivos. **Acta Sociológica**, v. 67, p. 1-15, 2015.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas Sociais**: esboço de uma teoria social. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

LUHMANN, Niklas. **Sistema da Saúde e o corpo na Teoria Geral dos Sistemas Sociais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

LUHMANN, Niklas**. Organization and Decision**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

LUHMANN, Niklas. Talcott Parsons: sobre el futuro de un programa teórico. **Sociología Histórica**, v. 11, n. 1, p. 340–363, 2021.

LUKES, Steven. **Émile Durkheim**: His Life and Work. New York: Harper and. Row, 1972.

LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim, *In*: COHN, Gabriel (org). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 15 – 46.

LUKOSEVICIUS, Alessando. Panorama da complexidade: principais correntes, definições e constructos. **Sistemas & Gestão**, v. 11, n. (4), p. 455-465, 2016.

LÜSCHER, Kurt. Time: a much-neglected dimension in Social Theory and Research. **Sociological Analysis and Theory**, n. 04, p. 101-117, 1974.

LYOTARD, Jean-François. **Les Immatériaux**. Paris: Centre Pompidou Paris, 1985.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno explicado às crianças**. 2ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

LYOTARD, Jean-François. **O Inumano**: considerações sobre o Tempo. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

LYOTARD, Jean-François. Qué era la posmodernidad. *In*: CASULLO, Nicolás. **El Debate Modernidad-Posmodernidad**. Buenos Aires: Retórica, 2004. P. 65-75.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

MCADAMS, Dan. From Actor to Agent to Author: Human Evolution and the Development of Personality. *In*: CARROLL, Joseph; MCADAMS, Dan; WILSON, Edward (Eds.). **Darwin's Bridge**: Uniting the Humanities and Sciences. Oxford: Oxford Universtity Press, 2016. P. 145-166.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber**: a trajetória da Arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. **A Política evangélica**: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2012.

MALPAS, Simon. **Jean-François Lyotard**. London & New York: Routledge, 2003.

MANDEL, Ernest. **O significado da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MANTOUX, Paul. **A Revolução Industrial no século XVIII**: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. São Paulo: Editora Unesp, 1988.

MARCEL, Jean-Christophe. On Halbwachs's Sociology of Knowledge Program: the two hidden categories of "La Doctrine d'Émile Durkheim". **Durkheimian Studies**, v. 24, p. 133-143, 2020.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

MARCONDES, Danilo. **As origens do pensamento moderno e a ideia de modernidade**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2016.

MARKEY, John. A Redefinition of Social Phenomena: Giving A Basis for Comparative **Sociology. American Journal of Sociology**, v. 31, p. 733-743, 1926.

MARTINDALE, Don. American Sociology Before World War II. **Annual Review of Sociology**, v. 2, p. 121–43, 1976.

MARTINS, Hermínio. **Hegel, Texas e outros ensaios de Teoria Social**. Lisboa: Século XXI, 1996.

MARTINS, Hermínio. **Experimentum humanum**: civilização tecnológica e condição humana. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012.

MARTINS, Carlos Benedito. O Estruturalismo Genético de Pierre Bourdieu. *In*: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. **Teoria Sociológica Contemporânea**: autores e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2017. P. 281-301.

MARUYAMA, Magoroh. A segunda cibernética: um processo causal mútuo, amplificador de desvio. *In*: BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François. **Teoria Sociológica**. São Paulo: HICITEC, 1977. P. 294-303.

MARYANSKI, Alexandra. The Birth of the Gods: Robertson Smith and Durkheim's Turn to Religion as the Basis of Social Integration. **Sociological Theory**, v. 32 n.4, p. 352–376, 2014.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2001a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.

MASCAREÑO, Aldo. 2008. Acción, estructura y emergencia en la teoría sociológica. **Revista de Sociología**. n. 22, p. 217–256, 2008.

MASCAREÑO, Aldo. Contingencia como unidad de la diferencia moderna. *In*: CADENAS, Hugo; MASCAREÑO, Aldo; URQUIZA, Anahí. **Niklas Luhmann y el legado universalista de su teoría**: aportes para el analísis de la complejidad social contemporânea. Chile: RIL Editores, 2012. P. 57-81.

MASSELA, Alexandre. **O naturalismo metodológico de Émile Durkheim**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

MASSON, Philippe; SCHRECKER, Cherry. **Sociology in France after 1945**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

MATTEDI, Marcos. **Sociologia da Ciência**: temas, problemas e abordagens. Blumenau: EDIFURB, 2017.

MATHIS, Armin. O conceito de Sociedade na Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann. XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Anais Eletrônicos**...Caxambu: XXII Encontro Anual da ANPOCS. 1998. Disponível em: anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt19-16/5173-amathis-o-conceito/file. Acesso em: 19 abril. 2022.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas a seres vivos**: autopoiese – a organização do vivo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MATURANA, Humberto. **A Ontologia da Realidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MAZZUCCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo**: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo/Campinas, Unesp/Facamp, 2009.

MAY, Tim; PERRY, Beth. **Reflexivity**: the essential guide. Califórnia: Sage Publications, 2017.

MAZZEI, Lisa. **Inhabited Silence in Qualitative Research**: putting Poststructural Theory to work. New York: Peter Lang, 2007.

MEAD, George Herbert. **The Philosophy of the Present**. United States: Prometheus Books, 1932.

MEDEIROS, Cristina. Hysteresis. *In:* CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 228-229.

MEEHL, Paul; SELLARS, Wilfrid. The concept of emergence. *In*: FEIGL, Herbert (org.). **The foundations of science and the concepts of psychology and psychoanalysis**. Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. 1. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 239-52. 1952.

MELO, Danilo. **Memória social e criação**: uma abordagem para além do modelo da representação. 2010. 230 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo. Do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. *In*: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES. **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. P. 27-47.

MERAWI, Fasil. Habermas, modernity and postmodernism: a philosophical inquiry. **Science, Technology & Arts Research Journal**, n. 1, v. 3, p. 75-87, 2012.

MERQUIOR, José Guilherme. **De Praga a Paris**: o movimento a mudança e a dissolução da ideia estruturalista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MERTON, Robert King. **Science, technology and society in seventh-century in England.** New York: Howard Fertig Publications, 1970.

MERTON, Robert King; GASTON, Jerry. **The sociology of science: theoretical and empirical investigations.** Chicago: The University Press, 1973.

MEŠTROVIĆ, Stejpan; BROWN, Hélène. Durkheim's Concept of Anomie as Dérèglement. **Social Problems**, v. 33, n. 2, p. 81-99, 1985.

MEŠTROVIĆ, Stejpan. **Émile Durkheim and the Reformation of Sociology**. Maryland: Rowman & LittleField Publishers, Inc, 1988.

METELLO, João. **A Sociedade do conhecimento**. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

MIECISLAUS, Kosciuszko. **Leader and Exile**. New York: Polish institute of arts and sciences in America, 1946.

MIRANDA, José Valdinei Albuquerque. **Horizontes da pesquisa na política de formação de professores.** 2003. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

MOCELLIN, Ronei; AYMORÉ, Déboda. Apontamentos Filosóficos sobre as Tecnociências. **Cadernos PET Filosofia**, v. 21, n. 1, p. 14-25, 2022.

MOELLER, Hans-Georg. O paradoxo da teoria: interpretando Niklas Luhmann. **Tempo Social**, v. 27, n. 2, p. 167-179, 2015.

MOELLER, Hans-Georg. On Second-Order Observation and Genuine Pretending: coming to terms with Society. **Thesis Eleven**, v. 143, n. 1, p. 28-43, 2017.

MOKYR, Joel. **The lever of riches**: technological creativity and economic progress. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MONTERO, Darío; TORRES, Felipe. Acceleration, Alienation, and Resonance. Reconstructing Hartmut Rosa's Theory of Modernity. **Pléyade**, n.25, p.155-181, 2020.

MORRISON, Keith. Structuration Theory, Habitus and Complexity Theory: Elective Affinities or Old Wine in New Bottles?. **British Journal of Sociology of Education**, v. 26, n. 3, p. 311–26, 2005.

MOSS, Ceci. **Expanded Internet Art**. New York: Bloomsbury Academic, 2019.

MOSTWIN, Danuta. Post-World War II Polish Immigrants in the United States. **Polish American Studies**, v. 26, n. 2, p. 5-14, 1969.

MOTTA, Márcia. A Primeira Grande Guerra. *In*: FILHO, Daniel; ZENHA, Celeste. **O Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 233-255.

MOUFFE, Chantal. **Politics and Passions**: the stakes of democracy. Amsterdan: The Pepin Press, 2002.

MOYA, Carlos. Talcott Parsons y la vocación actual de la teoría sociológica. **Revista de Estudios Políticos**, n. 143, p. 149-164, 1965.

MUCCHIELLI, Laurent. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 41, p. 35-54, 2001.

MÜNKLER, Herfried. Temporal Rhythms and Military Force: acceleration, deceleration and war. *In*: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William. **High Speed Society**: social acceleration, power and modernity. Pennsylvania: The Pennsylvanua State University Press, 2009. P. 243-261.

MURCHO, Desidério. **O lugar da Lógica na Filosofia**. Santa Marta de Corroios: Editora Plátano, 2003.

NAMER, Gerárd. Postfacio. *In*: HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004. P. 345-428.

NAMER, Gerárd. Réflexion sur la sociologie du temps de Maurice Halbwachs. *In*: PÉQUIGNOT, Bruno. **Maurice Halbwachs**: le temps, la mémorie et l'émotion. Paris: L'Harmattan, 2007. P. 49-61.

NASCIMENTO, João Paulo. **O sublime de Lyotard e a música de Morton Feldman**. 2017. 203 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Artes, São Paulo, 2017.

NASCIMENTO, Kamilla. Covid-19: a globalização do infortúnio. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 7, p. 39–52, 2020.

NASSEHI, Armin. La teoría de la diferenciación funcional en el horizonte de sus críticas. **Revista MAD**, n. 24, p. 1-29, 2001.

NEDEL, José. **Uma Teoria do Conhecimento**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2015.

NEGREIROS, Maria. A armadilha contratual (Durkheim). **Trans/Form/Ação**, v. 9, n. 10, p. 15-19, 1987.

NETO, Luiz Fernando. **Keneysianismo e a recuperação econômica francesa após a Segunda Guerra Mundial**. 2012. 36 p. Monografia (Graduação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2012.

NEVES, Clarissa Baeta; NEVES, Fabrício Monteiro. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 15, p. 182-207, 2006.

NEVES, Fabrício Monteiro. **Bíos e Techné**: estudo sobre a construção do sistema de biotecnologia periférico. 2009. 347 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2009.

NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

NEUBERT, Luiz Flávio. Bourdieu, Giddens e Elias: a superação do dilema micro/macro. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 299-308, 2018.

NEWTON, Isaac. **Princípia**: princípios matemáticos de filosofia natural. São Paulo: Nova Stella e Universidadede São Paulo, 2012.

MOUZELIS, Nicos. **Sociological Theory**: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies. London and New York: Routledge, 1995.

NOBLE, Trevor. **Social Theory and Social Change**. London: Palgrave Macmillan, 2000.

NORA, Pierre. O retorno do fato. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. São Paulo: Francisco Alves, 1979. P. 179-194.

NOUSCHI, Marc. **Bilan de La Seconde Guerre Mondiale.** Paris: Contemporary French Fiction, 1996.

NOWAK, Stefan. **Methodology of Sociological Research**. Boston: Reidel Company, 1977.

NOWOTNY, Helga. Time Structuring and Time Measurement: on the interrelation between timekeepers and social time. *In*: FRASER, J. T.; LAWRENCE, N. (Orgs.). **The Study of time II: proceedings of the Second Conference of the International Society for the Study of Time**. New York: Springer, 1975.

OGIEN, Albert; QUÉRÉ, Louis. **Le vocabulaire de la sociologie de l'action**. Paris: Ellipses Éditions Marketing S.A., 2005.

OLIVA, Miguel. **Desafíos del Análisis del Tiempo en las Ciencias Sociales**. Buenos Aires: TeseoPress, 2018.

OLLICK, Jeffrey; VINITZKY-SEROUSSI, Vered; LEVY, Daniel. **The collective memory reader**. New York: Ed. Oxford, 2011.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

OLIVEN, Ruben. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

OGBURN, William. **Social Change with respect to culture and original nature**. New York: B.W. Huebsch, Incorporated, 1922.

OGBURN, William. **American Sociology in Wartime**. Chicago: Chicago University Press, 1943.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PARETO, Vilfredo. **Traité de Sociologie Générale**. Paris: Pierre Boven, 1932.

PARK, Robert. Ecologia Humana. *In*: PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1948a. P. 21-38.

PARK, Robert. A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral. *In*: PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1948b. P. 127-143.

PARK, Robert. Sucessão. *In*: PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1948c. P. 316-327.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. P. 26-68.

PARK, Robert. La Ciudad: sugerencias para la investigación de la conducta humana en um ambiente urbano. **Revista Colombiana de Educación**, n. 36, 1998.

PARKER, John. **Structuration**. Philadelphia: Open University Press, 2000.

PARSONS, Talcott. The present position and prospects of Systematic Theory in Sociology. *In*: PARSONS, Talcott**. Essays in sociological theory**. Glencoe: Free Press, [1945] 1954. P. 212-237.

PARSONS, Talcott; SMELSER, Neil. **Economy and Society**. Illinois: Glencoe, 1956.

PARSONS, Talcott. Evolutionary Universals in Society. **American Sociological Review**, v. 29, n. 3, p. 339-357, 1964.

PARSONS, Talcott. **El Sistema Social**. Madrid: Revista de Occidente, 1966.

PARSONS, Talcott. Uma Teoría Funcional del Cambio. *In*: ETZIONI, Amitai; ETZIONI, Eva. **Los Cambios Sociales**: fuentes, tipos y consecuencias. México: Fondo de Cultura Economica, 1968. P. 84-97.

PARSONS, Talcott. **Sociedades:** perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Editora Pioneira, 1969.

PARSONS, Talcott; BALES, Robert; SHILS, Edward. **Apuntes sobre la teoría de la acción**. Buenos Aires: Amorrortu, 1970a.

PARSONS, Talcott. On Building Social System Theory: a personal history. **Daedalus**, v. 99, n. 4, p. 826-881, 1970b.

PARSONS, Talcott. **O sistema das sociedades modernas**. São Paulo: Pioneira: 1974.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**. 2 Volumes. Petrópolis: Vozes, 2010.

PARRY, Richard. Episteme and Techne. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2003.

PATY, Michel. **A Física do século XX**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2009.

PAULUS, Nelson. Observando riesgos: una propuesta desde la teoría de los sistemas sociales. *In*: FARÍAS, Ignacio; OSSANDÓN, José. **Observando sistemas**: nuevas apropriaciones y usos de la teoría de Niklas Luhmann. Chile: RIL Editores, Fundación SOLES, 2006. P. 297-323.

PELLANDA, Nize Maria. Conversações: modelo cibernético da construção do conhecimento/realidade. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 85, p. 1377-1388, 2003.

PEPPER, Stephen. Emergence. **The Journal of Philosophy**, v. 23, n. 09, p. 241-245, 1926.

PEREIRA, Miguel Baptista. Modernidade, fundamentalismo e pós-modernidade. **Revista Filosófica de Coimbra**, v. 1, n. 2, 1992.

PEREIRA, Mário Eduardo. George Beard: neurastenia, nervosidade e cultura. **Revista Latino-americana de Psicopatologia**, v. 01, p. 170-175, 2002.

PERKIN, Harold. **The Age of the Railway**. London: Panther, 1970.

PESSOA JR, Osvaldo. Emergência e redução: uma introdução histórica e filosófica. **Ciência e Cultura**, v. 65, n. 4, p. 22-26, 2013.

PETERS, Gabriel. Explicação, compreensão e determinismo na Sociologia de Pierre Bourdieu. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 12, s.p., 2011.

PETERS, Gabriel. O social entre o céu e o inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu. **Tempo Social**, v. 24, n. 1, p. 229-262, 2012.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu**. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, p. 47-71, 2013.

PETERS, Gabriel. De volta à Argélia: a encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. **Tempo Social**, v. 29, n. 1, p. 275-303, 2017.

PETERS, Gabriel. A virada praxiológica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 167-188, 2020.

PETERS, Michael. **Pós-Estruturalismo e Filosofia da Diferença.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PHILLIPS, Steven; VÉROT, Loïs. **Explaining the green attitude-behavior gap**: a research of sustainable consumption in Løs Market Costumers in Copenhagen. 2019. 66f. Dissertation (Master), Aalborg Universitet, Techno-Anthropology, Copenhagen, 2019.

PIAGET, Jean. **A Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1972.

PICKERING, Mary. New Evidence of the Link between Comte and German Philosophy. **Journal of the History of Ideas**, v. 50, n. 3, p. 443-63, 1989.

PIERSON, Donald. Introdução. *In*: PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1948. P. 7-21.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito. São Paulo: Editora 34, 2003.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. 1.

PIRES, Rui Pena. O problema da integração. **Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 24, p. 55-87, 2012.

PLATÃO. **A República**. 9ª Ed. Lisboa: Fundação Calosute Gulbenkian, 2001.

POGGI, Gianfranco. **Durkheim**. Oxford: Oxford Academic, 2000.

POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. 3a Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

POSADA, Ainhoa Campos. **Breve historia de la Belle Époque**. Spaña: Editorial Nowtilus, 2017.

PRICE, Richard. Bem-vindo ao espaço-tempo. *In*: HAWKING, Stephen; PRICE, Richard (Orgs). **O Futuro do espaço-tempo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005. p. 13-59.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2011.

PUENTE, Fernando Rey. **O tempo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

RASCH, William; KNODT, Eva. Systems Theory and the System of Theory. **New German Critique**, n. 61, p. 3-7, 1994.

RAUCHWAY, Eric. **The Great Depression & the New Deal**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008.

REALE, Giovanni. **História da filosofia**: do humanismo a Descartes. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

REICHENBACH, Hans. **Experience and Prediction**. Chicago: Phoenix, 1961.

RÉMOND, René. **O século XIX**. São Paulo: Cultrix, 1976.

RÉMOND, René. **O século XX**. São Paulo: Cultrix, 2004.

RENSBURG, Acj. Can complexity analysis support business performance insight?. **South African Journal of Industrial Engineering**, v. 23, p. 16–28, 2012.

REX, John. **Problemas Fundamentais em Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

REZENDE, Maria José. Teorias da Mudança Social: as perspectivas lineares e as cíclicas. **Revista de Ciências Humanas (UFSC)**, n. 32, p. 349-378, 2002.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa III**. Campinas: Papirus, 2011.

RIFKIN, Jeremy. **The Third Industrial Revolution**: How Lateral Power Is Transforming Energy, the Economy, and the World. London: Palgrave Macmillan, 2011.

RITZER, George. **Teoría Sociológica Contemporanea**. Madri: McGraw-Hill, 1993.

ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a Sociologia Americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ROCHER, Guy. **Sociologia Geral**: a organização social. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Autopoésis e o sistema social de Niklas Luhmann: a propósito de alguns conceitos. **Sociologias**, n. 03, p. 254-285, 2000.

RODRIGUES, Léo Peixoto. **Introdução à sociologia do conhecimento, da ciência e do conhecimento científico**. Passo Fundo: Editora UPF, 2005.

RODRIGUES, Léo Peixoto. A (des) estruturação das estruturas e a (re) estruturação dos sistemas: uma revisão epistemológica crítica. *In*: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs.). **Ernesto Laclau e Niklas Luhmann**: pós-fundacionismo, abordagem sistêmica e as organizações sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 35-68.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Analogias, modelos e metáforas na produção do conhecimento em ciências sociais. **Pensamento Plural**, n. 1, p. 11-28, 2007.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Sistemas autorreferentes, autopoiéticos: noções-chave para a compreensão de Niklas Luhmann. **Pensamento Plural**, n. 3, p. 105-120, 2008.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Há limites para a Sociologia do Conhecimento em uma Sociedade do Conhecimento?. *In*: SANTOS, Hermílio (Org.). **Debates Pertinentes**: para entender a sociedade contemporânea. 1ª Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. P. 176-191.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Da fisiologia à sociologia? Elementos para uma revisão da história teórica da sociologia sistêmica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 165-78, 2013.

RODRIGUES, Léo Peixoto; COELHO, Gabriel Bandeira. "Os ossos de descartes": mais que filosofia, um livro sobre a sociologia da ciência e dos costumes. **Cadernos CRH**, v. 27, n. 72, p. 643-645, 2014a.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Platô Sistêmico na Teoria Social: Uma Revolução Científica às Avessas. **Dados**, v. 57, n. 4, p. 1109-1135, 2014b.

RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro; ANJOS, José Carlos dos. A contribuição da Sociologia à compreensão de uma epistemologia complexa da Ciência contemporânea. **Sociologias**, v. 18, n. 41, p. 24-53, 2016.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Observação e ordem: "Rascunhos" a uma Epistemologia do (com)plexus. **Revista MAD**, n. 37, p. 91-112, 2017a.

RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. **A sociologia de Niklas Luhmann**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017b.

RODRIGUES, Léo Peixoto. A ciência pós-determinista, supradisciplinar e transparadigmática: reacendendo o debate sobre teoria, analogia e conceito. **Trans/form/ação**, n. 01, v. 43, p. 151-172, 2020.

RODRIGUES, Léo Peixoto; COSTA, Everton Garcia. Teoria dos Sistemas Sociais, Teoria do Discurso e Pós-Fundacionismo: um diálogo possível. *In*: RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício. **Niklas Luhmann**: sistemas sociais e ensaios teóricos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. P. 145-169.

RODRIGUES, Léo Peixoto; COSTA, Everton Garcia. O Pós-Estruturalismo Sistêmico de Niklas Luhmann. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. 1-19, 2021a.

RODRIGUES, Léo Peixoto; COSTA, Everton Garcia. Impacto da pandemia de Covid-19 ao sistema social e seus subsistemas: reflexões a partir da teoria social de Niklas Luhmann. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 302-335, 2021b.

RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. A importância da teoria para as ciências sociais: desafios para o século XXI *In*: BITENCOURT, Silvana; ESTEVINHO, Telmo. **Sociologia por Temáticas**. Cuiabá: EduUFMT, 2021c. P. 27-52.

RODRIGUES, Léo Peixoto; GARCIA, Everton, GUEDES, Eduardo. O tempo como variável à Teoria Sociológica Contemporânea na articulação entre ação/estrutura, objetivismo/subjetivismo ou micro/macro: contribuições de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Margaret Archer. Submetido à publicação.

RODRÍGUEZ, Dario; ARNOLD, Marcelo. **Sociedad y Teoría de Sistemas**. Chile: Editorial Universitaria, 1999.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da Ciência**: a ciência moderna. Brasília: FUNAG, 2012.

ROSA, Hartmut. Social Acceleration: Ethical and Political Consequences of a Desynchronized High–Speed Society. **Constellations**, v. 10, n. 1, p. 3-33, 2003.

ROSA, Hartmut. **Alienación y aceleración**: hacia una teoría crítica de la temporalidad en la modernidad tardía. Buenos Aires: KATZ, 2016.

ROSA, Hartmut**. Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo: UNESP, 2019.

ROSSI, Paolo. **O Nascimento da Ciência Moderna na Europa**. Bauru: EDUSC, 2001.

ROUANET. Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROUSE, Joseph. **Knowledge and power**: toward a political philosophy of Science. London: Cornell University Press, 1994.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à Teoria da Comunicação**. São Paulo: EDICON, 1998.

RUESCHEMEYER, Dietrich. Structural Differentiation, Efficiency, and Power. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 1. p.1-25, 1977.

RUSE, Michael. Methafor and evolutionery biology. **Episteme**, n. 8, p. 107-127, 1999.

RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia ocidental:** a filosofia moderna. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.r

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. **História Econômica Geral**. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Romantismo**: uma questão alemã. São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

SAINSBURY, Richard. **Paradoxes**. 3ª Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SALUS, Peter. **The ARPAnet Sourcebook**: The Unpublished Foundations of the Internet. United States: Peer-To-Peer Communications, 2008.

SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos; LUCIO, Maria. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SAMUEL, Lawrence. **The American Way of Life:** A Cultural History. New Jersey: Fairleigh Dickinson University Press, 2017.

SANCHIS, Pierre. A contribuição de Émile Durkheim. *In*: TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião**: enfoques teóricos. 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. P. 36-67.

SANTIAGO, Silviano. **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Teoria do conhecimento**: gnoseologia e criteriologia. 3. ed. São Paulo: LOGOS, 1958.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico - informacional. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes. Sobre o transcendental prático e a dialética da sociabilidade. **Novos estudos CEBRAP**, n. 90, p. 7-18, 2011.

SANTOS, Anderson Marcos dos. **Política, aceleração tecnoeconômica e patentes**: devir tecnológico e futuro do humano. 2012. 250 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.

SAVAGE, Stephen. **The Theories of Talcott Parsons**: the social relations of action. London: Macmillan Press, 1981.

SAWYER, Keith. **Social Emergence**: **Societies as Complex Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

SCARTEZINI, Natalia. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. **Caderno de campo**: Revista de Ciências Sociais, v. 14, p. 25-37, 2011.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SCHARFF, Robert. Empirical technoscience studies in a comtean world: too much concreteness?. **Philos. Technol**. n. **25**, p. 153–177, 2012.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. **The Railway Journey**: trains and travel in the 19th Century. New York, Urizen Books, 1977.

SCHLECHTRIEMEN, Tobias. Figuring the beginning: Auguste Comte and Herbert Spencer as founding figures of Sociology. *In*: DAHMS, Harry. **Society in Flux**: current perspectives in social theory, V. 37. Emerald Publishing Limited: Bingley, 2021. P. 137-155.

SCHLERKA, Sebatian. It's Time for a change: a Bourdieusian approach on social change. **Time & Society**, v. 0, n. 0, p. 1-26, 2018.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Paradoxos da Modernidade**: cultura e conduta na teoria de Max Weber. São Paulo: UNESP, 2011.

SCHMITT, Mariana. A promiscuidade entre técnica e ciência em Jean-François Lyotard. **Pensando**: Revista de Filosofia, v. 8, n. 15, p. 71-99, 2017.

SCHMITT, Mariana. **O Inumano em Lyotard**: rotas de fuga dos pressupostos antropomórficos e antropocêntricos. 2018. 256f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2018.

SCHNAIBERG, Allan. **The environment**: from surplus to scarcity. Oxford/New York: Oxford University Press, 1980.

SCHNERB, Robert. **O século XIX**: o apogeu da civilização europeia. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre Fenomenologia e Relações Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SEBBAH, François-David. Lyotard on the (In)Humanity of Technoscience. *In*: LOEVE, Sacha; GUCHET, Xavier; BENSAUDE, Bernadette. (eds). **French Philosophy of Technology**. Philosophy of Engineering and Technology, vol 29. Paris: Springer, 2018. P. 157-168.

SELL, Carlos Eduardo. Máquinas petrificadas: Max Weber e a sociologia da técnica. **Scientiae Studia**, v. 9, n. 3, p. 563-583, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica**. 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução: o que é Teoria Social Contemporânea? *In*: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. **Teoria Sociológica Contemporânea**: autores e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2017. P. 13-47.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 1986.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **The Mathematical Theory of Communication**. Illinois: University of Illinois Press, 1949.

SHORTO, Russell. **Os ossos de Descartes**: a história do esqueleto por trás do conflito entre a fé e a razão. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

SILVA, Mozart. **Novas Tecnologias**: Educação e Sociedade na Era da Informação, Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Mirleide; COSTA, Edivaldo; COSTA, Aline. Conhecimento Científico e Senso Comum: uma abordagem teórica. **VII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"**, 2013.

SILVA, Samory. O direito como tecnologia: a utilidade do saber jurídico. *In*: BIRNFELD, André; SANCHES, Samyra; MEZZAROBA, Orides (Orgs.). **Direito,**

**educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica.** Brasília: CONPEDI, 2016. P. 25-43.

SILVA, Diego Fagundes. **Conversações entre Cibernética e Alquimia**: distinção, diálogo e emergência. 2021. 149 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2021.

SILVER, Brian. **A escalada da ciência**. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

SIM, Stuart. Inhuman. *In*: SIM, Stuart. **The Lyotard Dictionary**. Scottland: Edimburgh University Press, 20112. P. 104-106.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SIMMEL, Georg. **Philosophische Kultur.** Deutschland: Jazzybee Verlag, 2012.

SINGER, David. **The Wages of War 1816-1865**: a statistical handbook. New York: Cornell University, 1972.

SLABY, Jan; WU, Philipp. Concepts as Methodology. *In*: KAHL, Antje. **Analyzing Affective Societies**: Methods and Methodologies. United Kingdom: Routledge, 2019. P. 27-42.

SLOTERDIJK, Peter. **Derrida, um egípcio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SKIDMORE, William. **Pensamento teórico em sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

SMELSER, Neil. **Social Change in the Industrial Revolution**: An Application of Theory to the British Cotton Industry. Chicago: University of Chicago Press, 1959.

SOARES, Alisson. **Teoria da Evolução e Autorreferencialidade na Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann**. 2016. 292f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.

SOARES, Holgonsi. A performance sob uma lógica tecnicista. **Jornal "A Razão"**, Santa Maria, 01 de junho de 2000. Disponível em: A PERFORMANCE SOB UMA LÓGICA TECNICISTA (angelfire.com). Acesso em: 20 de out. de 2022.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

SOROKIN, Pitirim; MERTON, R. King. Social Time: A Methodological and Functional Analysis. **American Journal of Sociology**, v. 42, p. 615–29, 1937.

SOROKIN, Pitirim. O Tempo Sociocultural: características preliminaries do Tempo Sociocultural. *In*: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Homem e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. P. 231-236.

SOUZA, Perci; RAMOS, Maria Helena; SILVA, Alacir; BRANDÃO, Maria de Fátima. **Redes Sociais e Revolução Informacional**: notas para um debate do ponto de vista do trabalho. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais eletrônicos... Maranhão: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2013, p. 1-11. Disponível em: redessociaiserevolucaoinformacional-notasparaumdebatedopontodevistadotrabalho.pdf (ufma.br). Acesso em: 28 de set. 2022.

SOUZA, Ricardo. A ordem e a síntese: aspectos da sociologia de Auguste Comte. **Revista Cronos**, v. 9, n. 1, p. 137-155, 2012.

SPENCER-BROWN, George. **Laws of form**. New York: E. P. Dutton, 1972.

STEARNS, Peter. **The Industrial Revolution in world history**. New York: Avalon Books, 1993.

STEVENSON, David. **1914-1918**: a história da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Editora Novo Século, 2006.

STEGER, Manfred. **Globalization**: a very short introduction. Oxford University Press. Oxford, 2003.

STEIN. Ernildo. O corpo virtual: a modernização dos sentidos. *In*: SILVEIRA, Flavio Eduardo. (Org.). **Organização e Sociedade**: Identidade, poder, saber e comunicação na contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 9-24.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2010.

STEIN, Jeremy. Reflections on Time, Time-Space Compression and Technology in the Nineteenth Century. *In*: MAY, Jon; THRIFT, Nigel (Orgs.). **Time-Space**: geographies of temporality. London and New York: Routledge, 2003.

STEINMETZ, George. American Sociology before and after World War II: the (temporary) settling of a disciplinary field. *In*: CALHOUN, Craig (Org.). **Sociology in America**: a history. Chicago: The University Press of Chicago Press, 2007.

STICHWEH, Rudolf. The Stranger: on the Sociology of the Indifference. **Thesis Eleven**, v. *51*, n. 1, p. 1–16, 1997.

STICHWEH, Rudolf. El Concepto de Sociedad Mundial: génesis y formación de estructuras de un sistema mundial. *In*: CADENAS, Hugo; MASCAREÑO, Aldo; URQUIZA, Anahí. **Niklas Luhmann y el legado universalista de su teoría**: aportes para el analísis de la complejidad social contemporânea. Chile: RIL Editores, 2012. P. 23-49.

STOETZEL, Jean. Sociology in France: An Empiricist View. *In*: BECKER, Howard; BOSKOFF, Alvin. **Modern Sociological Theory**: in continuity and change. United States: Irvington Publishers, 1957. P. 623-657.

STOLJAR, Daniel. **Physicalism**. London: Routledge, 2010.

STORCH, Laura; GUEDES, Eduardo. Reflexos sociotemporais da pandemia de Covid-19 no Jornalismo: processos de aceleração e desaceleração do Tempo Social. **Simbiótica**, v. 8, n. 3, p. 57–80, 2021.

STRAND, Michael; LIZARDO, Omar. The Hysteresis Effect: Theorizing Mismatch in Action. **Journal for the Theory of Social Behavior**, v. 47, n. 2, p. 164-194, 2017.

STURROCK, John. Structuralism. New Jersey: Blackwell Publishing, 2003.

SUPPES, Patrick. Que é uma Teoria Científica. *In*: MORGENBESSER, Sidney (Org.). **Filosofia da Ciência**. São Paulo: Cultrix, 1972.

SCHWARTZ, Barry. Colas, Prioridades y Proceso Social. *In*: TORRE, Ramón Ramos. **Tiempo y Sociedad**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992. P. 307-325.

SCOTT, Bernard. Second-Order Cybernetics: an Historical Introduction. **Kybernetes**, v. 33, n. 10, p. 1365-1378, 2004.

STORK, Heinrich. **Einführung in die Philosophie der Technik**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977.

ŠUBERT, Jiří. The Problem of Time from the Perspective of the Social Sciences. **Czech Sociological Review**, v. 9n. 2, p. 211-224, 2001.

ŠUBERT, Jiří. **The Sociology of Time**: a critical overview. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021.

SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TAGUCHI, Hillevi; ST. PIERRE, Elizabeth. Using Concept as Method in Educational and Social Science Inquiry. **Qualitative Inquiry**, v. 23, n. 09, p. 686-698, 2017.

TAMARA, Ricardo. Ciencia, Tecnología y Tecnociencia: una propuesta para su enseñanza desde CT. **Revista vínculos**, v. 10, n. 2, p. 471–486, 2013.

TAVARES, Maria; BELLUZZO, Luiz. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. *In*: FIORI, José. **O poder americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. P. 111-138.

TAYLOR, Mitchell. **The concept of Functional Differentiation and the Logic of Comparative Functionalism**: a study in Sociological Theory. 2020. 310 f. Tese (Doutorado) – The University of Melbourne, Australia, 2020.

TELLES, Luís Fernando. **Narrativa sobre narrativas**: uma interpretação sobre o romance e a modernidade. 2009. 534f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2009.

THOMSON, Thomas. **History of the Royal Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TIMASHEFF, Nicholas. **Teoria Sociológica**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TORRE, Ramón Ramos. Introducción. *In*: TORRE, Ramón Ramos (Org.). **Tiempo y Sociedad**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), 1992. P. VII-XXIII.

TORRE, Ramón Ramos. Sobre las incertidumbres en las Ciências Sociales. *In*: TORRE, Ramón Ramos; SELGAS, Fernando José Garcia. **Incertidumbres em las Sociedades Contemporaneas**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2020. P. 15-47.

TORRES, Ângelo. **O léxico de Auguste Comte**: criptografia e filosofia. Marília: Poiesis, 2020.

TOURAINE, Alain. **La Société Post-Industrielle.** Paris: Denoël, 1973.

TOURAINE, Alain. Uma Visão Crítica da Modernidade. **Cadernos de Sociologia**, PPGS/UFRGS, n. 5, p. 32-41, 1993.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

TUCKER, Kenneth. **Classical Social Theory**: a contemporary approach. New Jersey: Blackwell Publishing, 2002.

TURNER, Bryan. **Talcott Parsons**: Theorist of Modernity. London: Sage Publications, 1991.

TURNER, Stephen. **The Impossible Science**: an institutional analysis of American Sociology. London: Sage Publications, 1990.

TURNER, Stephen. **American sociology**: from pre-disciplinary to post-normal. London: Palgrave, 2014.

TURNER, Jonathan. Emile Durkheim's Theory of Social Organization. **Social Forces**, v. 68, n. 4, p. 1089–103, 1990.

TURNER, Jonathan; BEEGHLEY, Leornard; POWERS, Charles. **A emergência da Teoria Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

TZIMINADIS, João Lucas. Modernidade dessincronizada: aceleração social, destemporalização e alienação: uma entrevista com Hartmut Rosa. **Estudos de Sociologia**, v. 22. n. 43, p. 365-383, 2017.

TZIMINADIS, João Lucas. **Frenesi em suspensão**: em direção a um modelo crítico a partir da teoria da aceleração social de Hartmut Rosa. 2018. 138f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2018.

URMENETA, Vicente Huici. **Espacio, Tiempo y Sociedad**: variaciones sobre Durkheim, Halbwachs, Gurvitch, Foucault y Bourdieu. Madrid: AKAL, 2007.

URRY, John. **The tourist gaze**: leisure and travel in contemporary societies. London: SAGE Publications, 1996.

URRY, John. **Sociology Beyond Societies**: mobilities for the twenty-first century. London: Routledge, 2000.

VALLADARES, Licia. **A Sociologia Urbana de Robert E. Park**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

VASCONCELOS, Antônio. O que é a Desconstrução? **Revista De Filosofia Aurora**, v. 15, n. 17, p. 73–78, 2003.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **The embodied mind**: cognitive science and human experience. Cambridge: MIT Press, 1991.

VEBLEN, Thorstein. **Imperial Germany and the Industrial Revolution**. Michigan: University of Michigan Press, 1966.

VELERO, Jesús. **Sociología de la Ciencias.** Santiago do Chile: EDAF, 2004.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VERRET, Michel; MENDRAS, Henri. **Les champs de la sociologie Française.** Paris: Armand Colin, 1998.

VESSEMONT, Hugues; ARNAUD Nicolas. **Le Bac Histoire-Géographie**, First, Paris, 2011.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Émile Durkheim e a análise sociológica do direito: a atualidade e os limites de um clássico. **REDES – Revista Eletrônica de Direito e Sociedade**, v. 05, n. 02, p. 229-250, 2017.

VIANA, Eduardo. **Criminologia**. 3ª Ed. Salvador: Editora JusPODVIM, 2015.

VIANA, Diego. Velozes e furiosos: filósofo alemão estuda cinco séculos de aceleração técnica, social e do ritmo da vida. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 07 de abr. 2019. Disponível em: <Quatro Cinco Um: a revista dos livros - Velozes e furiosos>. Acesso em: 24 nov. 2020.

VIETTA, Silvio. **Racionalidade**: uma história universal. Campinas: Editora UNICAMP, 2015.

VINHAS, Otávio. **Os sentidos da "facada" em Jair Bolsonaro**: uma análise de Redes Culturais Online à luz da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann. 2019. 164f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Pelotas, 2019.

VINK, Dominique. **Ciencias y Sociedad**: Sociología del Trabajo Científico. Barcelona: GEDISA, 2014.

VIRILIO, Paul. **Guerra pura**: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VIRILIO, Paul. **A inércia polar**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

VOLTAIRE, François-Marie Arouet. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

VON FOERSTER, Heinz. On Self-organizing Systems and their Environment. *In*: YOVITS, Marshall; CAMERON, Simon. (Org.). **Self-organizing Systems**. London: Pergamon Press, 1960. p. 36-75.

VON FOERSTER, Heinz. Entrevista a Guitta Pessis-Pasternak. *In*: PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **Do caos à inteligência artificial**. São Paulo: UNESP, 1993. P. 197-206.

VON FOERSTER, Heinz. Construindo uma Realidade. *In*: WATZLAWICK, Paul (Org.). **A Realidade Inventada**. Campinas: Editora PSY, 1994. P.46-67.

VON FOERSTER, Heinz. **Understanding Understanding**: essays on Cybernetics and Cognition. New York: Springer, 2002.

VON FOERSTER, Heinz. **Las semillas de la Cibernetica**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.

VON GLASERFELD, Ernst. Introdução ao Construtivismo Radical. *In*: WATZLAWICK, Paul (Org.). **A Realidade Inventada**. Campinas: Editora PSY, 1994. p. 24-46.

VOSTAL, Filip. Towards a social theory of acceleration: Time, modernity, critique. **Revue européenne des sciences sociales**, v. 52, n. 2, p. 235-249, 2014.

VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e seu eco. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 6, p. 25-45, 1987.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa**: 1789-1799. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2019.

WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 19, p. 95-110, 2002.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 13-29, 2006.

WACQUANT, Loïc. Bourdieu 1993: um estudo de caso em consagração científica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, p. 33-46, 2013.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/ Editora 34, 2013.

WAIZBORT, Leopoldo. Cada um por si e nenhum por todos. elementos da covariação nos domínios de estrutura social e semântica. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, n. 2, p. 423-448, 2020.

WAJCMAN, Judy; DODD, Nigel. **The Sociology of. Speed**. Digital, Organizational, and Social Temporalities. Oxford: Oxford University Press, 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3ª Ed. Brasília: UnB, 1994.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 5ª Ed. Campinas: Editora Cortez/ Editora UNICAMP, 2016.

WEISS, Rachel. Sociologia e Direito na Teoria Durkheimiana. *In*: SILVA, Felipe; RODRIGUEZ, José. **Manual de Sociologia Jurídica**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. P. 55-81.

WERNER, Konrad. Enactment and construction of the cognitive niche: toward an ontology of the mind-world connection. **Synthese**, v. 197, n.3, p. 1313–1341, 2020.

WHITEHEAD, Alfred. **Process and Reality**. New York: Free Press, 1968.

WHITROW, Gerald James. **O tempo na história:** concepções de tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade**. São Paulo: Cultrix, 1984.

WIESE, Leopold von. Os Processos de Interação Social. *In*: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Homem e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1970. P. 212-223.

WILLIAMS, James. **Pós-Estruturalismo**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

WILKINSON, Iain. Reflexivity. *In*: HARRINGTON, Austin; MARSHALL, Barbara; MÜLLER, Hans-Peter (Orgs). **Encyclopedia of Social Theory**. London and New York: Routledge, 2006. p. 501-502.

WILSON, Mabel. Auguste Comte's Conception of Humanity. **International Journal of Ethics**, v.38, n. 1, p. 88-102, 1927.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

WOLKMER, Maria de Fátima. Modernidade: nascimento do sujeito e subjetividade jurídica. **Revista de Informação Legislativa**, v. 41, n. 164, p. 31-46, 2004.

WOODWARD, Ashley. **Lyotard and the Inhuman Condition**: Reflections on Nihilism, Information and Art. Scottland: Edimburgh University Press, 2016.

WOHL, Robert. Review Essay. **Journal of Social History**, v. 18, n. 4, 1985, p. 635–641, 1985.

WOODGER, Jospeh. The concept of organism and the relation between Embryology and Genetics. **The Quarterly Review of Biology**, n. 01, v. 05, p. 1-22, 1930.

WORTMANN, Hendrik. Re-Reading Robert E. Park on Social Evolution: An Early Darwinian Conception of Society. **Biological Theory**, v. 7, p. 69–79, 2013.

WU, Kun; WANG, Zhensong. Natural Philosophy and Natural Logic. **Philosophies**, n. 4, v. 27, p. 1-20, 2018.

YABLO, Stephen. Paradox without sel-reference. **Analysis**, n. 53, v. 4, p. 251-252, 1993.

ZHAO, Shanyang. Metatheorizing in Sociology. *In*: RITZER, George; SMART, Barry. **Handbook of Social Theory**. 2ª Ed. London: SAGE Publications, 2003. P.386-394.

ZERUBAVEL, Eviatar. Timetables and Scheduling: on the Social Organization of Time. **Sociological Inquiry**, n. 46, p. 87-94, 1976.

ZILSEL, Edgar. **The social origins of modern science.** Boston: Springer Science, 2003.

ZORZANELLI, Rafaela. Neurastenia. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 17, p. 431-446, 2010.